UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

SANDRA HELENA GONÇALVES COSTA

RECANTILADOS, ENTRE O DIREITO E O RENTISMO:

GRILAGEM JUDICIAL E A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NO NORTE DE MINAS GERAIS

(VERSÃO CORRIGIDA)

V. I

SÃO PAULO
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**RECANTILADOS, ENTRE O DIREITO E O RENTISMO: *grilagem judicial* e
a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais**

SANDRA HELENA GONÇALVES COSTA

*Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Geografia Humana do Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora.*

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

De acordo

**SÃO PAULO
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- C" Costa, Sandra Helena Gonçalves
"Recantilados" ENTRE O DIREITO E O RENTISMO:
grilagem judicial e a formação da propriedade
privada da terra no Norte de Minas Gerais / Sandra
Helena Gonçalves Costa ; orientador Ariovaldo
Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2017.
609 f.
- Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.
1. Território. 2. Campesinato. 3. Grilagem de
Terras. 4. Terras Devolutas. 5. Norte de Minas
Gerais. I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, orient.
II. Título.

Dedico aos camponeses, geraizeiras e geraizeiros, em luta por terra e território em defesa do cerrado, das águas e da vida no Norte de Minas Gerais, em busca da justiça social que historicamente lhes tem sido negada!

Agradecimentos

Ao professor Drº Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela trajetória militante e de contribuição para a Geografia como ciência libertária comprometida com a justiça social. Ari, querido mestre, gratidão pela acolhida e por todos os ensinamentos, diz a sabedoria iorubá que *"por mais longe que um rio vá, ele jamais esquece a sua fonte"* como aprendiz que sou, que eu possa inspirar-me na sua generosidade, dedicação, criticidade e coragem!

A minha querida mãe Ana Maria pela inspiração e coragem, meu pai Orozino e meus irmãos (Wilson e João), por manterem nossas raízes fincadas no campo, às minhas irmãs e amigas Vera e Angélica, as cunhadas Dri e Flávia e ao meu sobrinho Gabriel!

Ao Theo meu grande amor, companheiro para todas as horas e todas as lutas, por todo o cuidado cotidiano, que tornou possível que eu chegasse até aqui e por toda dedicação a nós (agora três, com a nossa Yalla).

A cada geraizeira e geraizeiro com quem pude conversar, ouvir e aprender (Valdir Gouveia que nos mostrou a luta no Vale das Cancelas, Adair Almeida "Nenzão", Marlene e Zé, que auxiliaram-me muito em campo, dona Vicença e seus filhos no Buriti, Dona Joana e Seu Joaquinção no Curralinho, Ney de Brito, Nicanô, Seu Adão e família com Walmir e Eva no Córrego dos Bois, Dona Neuza e família na Batalha, dona Maria, Alaíde, Juvenal, Carmem e filhos nos Vales, Dona Lourdes e seus familiares do Curral de Varas, Ornélio e Regina e filhos da cabeceira da Lapa, seu João de Juca no São Francisco, Dona Adelina e a comunidade do Lamarão, Ló e João na Tapera, enfim todas e todos), por me receberam em suas casas, compartilharem o delicioso arroz com pequi e outros sabores do Cerrado e abrirem suas vidas denunciando as violências sofridas, e alegrando-me com a beleza de seus sonhos e memórias. Pelas rodas de conversa sob o céu estrelado que ilumina as noites no Acampamento Avilmar Ribeiro dos Santos, no Vale das Cancelas. Esse estudo não teria sentido sem a contribuição de vocês, agradeço o exemplo de luta e coragem pela defesa do Cerrado, das águas e da vida digna na terra, semeando utopias nos gerais. Estendo este agradecimento a várias pessoas ligadas a essa luta, à Carine do MAB, pela ajuda no campo, sempre disposta para a luta e a auxiliar na pesquisa, a companheirada da CPT, Alexandre

Gonçalves que foi muito solícito fornecendo cópias de processos e auxiliando-me na localização dos autos de divisão em Moc, Ana Paula, Etelvina e Luiza Lane queridas lutadoras do povo e também aos aguerridos militantes do Movimento Geraizeiro que tive a felicidade de conhecer.

Aos advogados populares cuja prática em defesa dos povos do Cerrado, coloca o direito em outro patamar contribuindo para a análise crítica da ciência jurídica. Especialmente ao advogado Dr. André Alves de Souza (Alves Souza e Mota Advogados Associados), cuja generosidade no compartilhamento de informações fizeram enorme diferença nesta pesquisa. Também ao advogado Dr. Élcio Pacheco (RENAP), nos conhecemos na reta final, mas as trocas foram salutares para este estudo. Ao prof. Dr. João Batista Costa/UNIMONTES pelas preciosas indicações bibliográficas.

Aos companheiros e companheiras que conheci no CAA/Norte de Minas, especialmente Deyvisson, Edna, Carlos, Germana, Ló ... Especialmente aos amigos Vladimir e sua companheira Paula, que acolheram-me em sua casa em Montes Claros em uma das idas a campo, um presente da vida este convívio. Todas essas pessoas foram muito generosas com o processo da pesquisa, discutindo documentos, fornecendo fontes, indicando bibliografias e informações, gratidão! Grata também à Zaira por tudo.

A querida Elaine Ferrari que ajudou nas buscas dos arquivos cartorários em Araçuaí, e ao Helionardo Feitosa que auxiliou-me nas buscas dos processos divisórios em Jequitinhonha.

A grande amiga historiadora Carolina Melania Ramkrapes que transcreveu parte dos Registros Paroquiais de Terras, auxiliando-me nesta tarefa.

Ao Ewerton Talpo pela indispensável parceria na produção dos mapas apresentados na tese.

Com carinho às professoras da Geografia da USP, Dr^a Larissa Mies Bombardi e Dr^a Marta Inês Medeiros Marques pela arguição na qualificação, que trouxe elementos analíticos e indicações bibliográficas preciosas para as discussões que apresento nesta tese. Não cabe em palavras a admiração profissional e pessoal pelas geógrafas que são...gratidão!

A professora Dr^a. Márcia Maria Menendes Motta da Pós-Graduação em História da UFF, pela leitura atenta e avaliação na defesa da tese, pelo domínio e rigor com que trata o tema da propriedade da terra no Brasil, com certeza

uma inspiração para os estudos... Ao professor Drº Renato da Silva Dias da Pós Graduação em História da UNIMONTES pela análise atenta da tese e pela especial contribuição sobre a apropriação privada da terra no Norte de Minas, que nossos diálogos acadêmicos frutifiquem...

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, aos funcionários e às funcionárias da Secretaria da pós (Rosângela, Firmino, Jurema e Cida). E ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelos 3 anos e meio de auxílio da bolsa de doutorado de relevância fundamental para a pesquisa.

As amizades no programa de pós na Geografia da USP, Luciana Mourão, tantas vezes sua casa no CRUSP foi um porto seguro em sampa. Mayka Amaral com quem pude dialogar questões da pesquisa e da vida. Aos queridos Gustavo Cepollini (sempre dispondo sua ajuda em Montes Claros), José Sobrinho e Maiká Schwade, a presença de vocês junto as amigas (Carol e Dominique) e familiares na defesa muito me fortaleceu. Fernanda Monteiro, pelo feliz reencontro depois dos anos de UFV. Claudia Blanco, gratidão especial pela tradução do resumo para o espanhol, pelas arepas pelos ensinamentos sobre a Colômbia.

Ao Ciro Lubliner, pela tradução do artigo para o inglês, pelos recorrentes socorros com o computador, pelo trabalho gráfico da capa, principalmente pelos lanchinhos e almoços, amplio este agradecimento a Yuri e a Sandra Alas, grata pelo aconchego familiar que estendo aos encontros com Caio e a amiga "vó" Sirene, carinho sempre.

Ludmila e Janice, amigas goianas, agrônomas que conheci nos encontros de Geografia Agrária e trago pela vida, grata sempre pelo incentivo.

No período de estágio no México, foram muitos os aprendizados, agradeço, ao Theo, meu companheiro que, persistentemente, tornou a viagem possível. A professora Drª Eliane Paulino Tomiasi, grande mestra através de quem e com quem vivenciamos inesquecíveis experiências e aventuras na Ciudad de Mexico, San Cristobal de Las Casas e Zautla. Ao "muy amable" maestro Dr. Luciano Concheiro Bórquez, que foi imensamente generoso no breve período de estágio, apresentando-nos com empolgação tudo que pudesse ser precioso na história e no cotidiano do México, como os murais de Diego Rivera, conduzindo-nos a conhecer as experiências como a do Centro de Estudios

para el Desarrollo Rural (CESDER) e o "*Movimiento Cooperativo Indígena de la Sierra Nororiental de Puebla*" - Tosepan Titataniske, foi um período de intenso aprendizado, sou imensamente grata. Na Cidade do México, no bairro de Frida, agradeço a acolhida de Júlia e Diógenes, amigos queridos para toda vida! Em San Cristobal de las Casas agradeço a amiga Bertha Martinez Zepeda e toda a família, que nos acolheu em seu lar chiapaneco com toda a amabilidade mexicana, (gracias Violeta e Juliano por intermediar este encontro). Agradeço especialmente a companheira de la lucha zapatista Diana Itzu Luna, que tornou possível que chegássemos ao coração cêntrico da revolução zapatista, ao Caracol Uno, no Ejido la Realidad, e reascendecemos as esperanças "*de la lucha de los de abajo*" por liberdade e autonomia, nos dias que o México sangrava pela morte dos 43 estudantes camponeses violentamente assassinados em Ayotzinapa. "*Zapata vive, la lucha sigue...*" ! Compas zapatistas que nos receberam em La Realidad saudamos sua coragem! No curto período que residimos na Bahia, agradeço a Janira e todas e todos da Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves, por nos acolher, por todas as vivências proporcionadas, pelos históricos assentamentos de reforma agrária que pude conhecer, por proporcionar o reencontro com as raízes ancestrais africanas e a importância da vida em comunidade, grata também a Fábio Félix e Hundira Cunha, por tudo! A família Cordão de Ouro Capoeira (Campinas, Itabuna e Boituva) especialmente ao Mestre Marquinhos e a Contra Mestre Preta e todos parceiros de treino por auxiliarem-me no cuidado com a saúde do corpo e da alma nesta fase. Deixarei de mencionar os nomes, mas preciso fazer chegar ao coração de cada amizade de Jequitinhonha, Belo Horizonte, Viçosa, São Sebastião e Caraguatatuba, Campinas, Ilhéus, Boituva, os lugares por onde vivo, mesmo na ausência, meu imenso agradecimento por estarem sempre comigo desde que passamos uns pela vida dos outros, torcendo, apoiando, querendo que tudo dê muito certo, é recíproco, amo vocês e agradeço imensamente...

Bandeira do Divino

Os devotos do Divino vão abrir sua morada

Pra bandeira do menino ser bem-vinda, ser louvada, ai, ai
Deus nos salve esse devoto pela esmola em vosso nome

Dando água a quem tem sede, dando pão a quem tem

fome, ai, ai

A bandeira acredita que a semente seja tanta

Que essa mesa seja farta, que essa casa seja santa, ai, ai
Que o perdão seja sagrado, que a fé seja infinita

Que o homem seja livre, que a justiça sobreviva, ai, ai
Assim como os três reis magos que seguiram a estrela guia
A bandeira segue em frente atrás de melhores dias

No estandarte vai escrito que ele voltará dinovo

E o Rei será bendito, ele nascerá do povo, ai, ai

(IVAN LINS, inspirado na folia do divino do Norte de Minas,
1986)

“E a fogo-apagou sempre cantava, sempre. Para mim, até hoje, o canto da fogo-apagou tem um cheiro de folhas de assa-peixe. Depois de tantas guerras, eu achava um valor viável em tudo que era cordato e correntio, na tiração de leite, num papudo que ia carregando lata de lavagem para o chiqueiro, nas galinhas-d’angola ciscando às carreiras no fedegoso-bravo, com florezinhas amarelas, e no vassoural comido baixo, pelo gado e pelos porcos. Figuro que naquela ocasião tive curta saudade do São Gregório, com uma vontade vã de ser dono de meu chão, meu por posse e continuados trabalhos, trabalho de segurar a alma e endurecer as mãos. Estas coisas eu pensava repassadas. E estava lá, outra vez, nos gerais. O ar dos gerais, o senhor sabe. Tomamos farto leite. Trouxeram café para nós, em xicrinhas. Ao que ficamos por ali, à-toa, depois de uma conversa com o velhinho, avô. (GUIMARÃES ROSA, 1994:260)

Resumo

A questão agrária em Minas Gerais é permeada por conflitos e por uma estrutura fundiária concentradora, cujas raízes encontra-se no processo de formação da propriedade privada da terra. Buscando compreender essa questão, a partir de uma leitura geográfica, analisei processos de divisão e demarcação de terras particulares, que tramitaram na antiga Comarca de Grão Mogol, no Norte de Minas Gerais. Esses processos tiveram amparo jurídico no Decreto Nº 720 de 05 de setembro de 1890 – promulgado durante o Governo Provisório – e insere-se no conjunto de medidas legais que permearam a transferência do controle das terras devolutas para os Estados. A divisão e demarcação de terras foi uma estratégia geopolítica utilizada pelas elites fundiárias locais e regionais para se apropriarem das terras públicas devolutas. Nas décadas de 1920 e 1930, quando tramitaram os processos de divisão e demarcação de terras no Norte de Minas Gerais, teve início a *grilagem judicial* que transformou grileiros em proprietários de terras. Esse processo desigual de apropriação privada das terras públicas envolveu a extração da renda fundiária, em diferentes contextos, que se somaram ao longo do avanço do modo de produção capitalista sobre as “*terras soltas*”, “*terras livres*”, de uso comum nos gerais. A partir da década de 1960, em decorrência de mais uma aliança entre o Estado e os rentistas (elites locais e empresas de plantio de madeira para produção de carvão para as siderúrgicas), através da SUDENE e RURALMINAS, na fração do território estudada, por meio de contratos de arrendamentos foram entregues mais de 500 mil hectares de terras devolutas a empresas, que desmataram o Cerrado e a Caatinga e invadiram as terras de moradia, trabalho e reprodução da vida das famílias camponesas geraizeiras. O pacto rentista, segue em curso, com a *territorialização dos monopólios* das empresas *monoculturas de árvores* e de exploração mineral. Como consequência desse processo desigual e contraditório, iniciado com a adjudicação de terras na década de 1930, desdobrou-se a *retaliação fundiária*, conceito que utilizo para explicar dois movimentos: de um lado, realiza-se o confinamento das famílias geraizeiras em porções recortadas de terras alheias às suas práticas costumeiras de uso, submetendo camponeses ao trabalho nas carvoarias ou no plantio de eucalipto e até a expulsão de suas terras de moradia. De outro lado, as lutas geraizeiras pela conquista e *retomada* de suas terras de uso tradicional, ao qual se somam as lutas territoriais indígena e quilombola. Esta tese também tem o propósito de evidenciar o embate dialético colocado entre o direito e o rentismo, a partir da análise da disputa também judicial pela autodemarcação do “*Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*”, abrangendo terras nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis, Riacho dos Machados e Padre Carvalho, atualmente distribuídos na jurisdição das Comarcas de Grão Mogol, Porteirinha e Salinas, cujas terras têm sido alvo da prática da *grilagem judicial* e do processo de *retaliação fundiária*, iniciado com as ações de divisão e demarcação de fazendas, dentre as quais, algumas sequer existiram, mas que tiveram sua origem documental judicialmente legitimadas.

Palavras-chave: Território, Grilagem Judicial, Propriedade da Terra, Norte de Minas, Campesinato Geraizeiro.

Abstract

The agrarian issue in the state of Minas Gerais is permeated by conflicts and by a concentrated land structure, whose roots lie in the process of formation of private land property. Seeking to comprehend this issue, based on a geographic reading, I analyze procedures of division and demarcation in private lands, which were processed in the former Grão Mogol County, a northern city of Minas Gerais. These procedures were legally protected by the Decree nº 720 of September 5th, 1890 – promulgated during the Provisional Government – and is part of the legal measures that permeated the transfer of control of the vacant lands of Brazilian states. Land division and demarcation was a geopolitical strategy used by local and regional land elites to appropriate the vacant public lands. In the decades of 1920 and 1930, when processes of division and demarcation of lands in the North of Minas Gerais were processed, *judicial land grabbing* began, transforming grabbers in landowners. This unequal procedure of private appropriation of public lands involved the extraction of land income, on “*loose lands*”, “*free lands*” commonly used in general. Since the 1960’s, as a result of a further alliance between the state and the rentiers (local elites and the timber companies for the production of coal for steel mills), through SUDENE (Superintendence of the Development of Brazilian Northeast) and RURALMINAS (Rural Institution of Minas Gerais), in the fraction of the territory studied, for in the middle of lease agreements, more than 500,000 hectares of vacant lands (“*terras devolutas*”) were delivered to companies that deforested the Cerrado and the Caatinga, and invaded the homestead, work and reproduction of the life of the Geraizeira peasant families. The rentier pact continues, with the *territorialisation of the monopolies* of companies of *monoculture of trees* and mineral exploration. As a consequence of this unequal and contradictory process, begun with the adjudication of lands in the 1930s, *land retaliation* was deployed, a concept that I use to explain two movements: on one hand, the families of Geraizeiras are confined in cut-out portions of Lands alien to their customary practices of use, subjecting peasants to work in charcoal or eucalyptus plantations, and even the expulsion of their land. On the other hand, the Geraizeiras struggle for the conquest and *resumption* of their lands of traditional use, to which are added the territorial struggles indigenous and quilombola. This thesis also has the purpose of evidencing the dialectical conflict between rights and rentism, from the analysis of the judicial dispute for the autodemarcation of the “*Tradicional Geraizeiro Territory of Vale das Cancelas*”, covering lands in the municipalities of Grão Mogol, Josenópolis, Riacho dos Machados and Padre Carvalho, currently distributed in the jurisdiction of the Counties of Grão Mogol, Porteirinha and Salinas, whose lands have been subject to the practice of *judicial land grabbing* and the process of *land retaliation*, initiated with the actions of division and demarcation of farms, among the which, some even existed, but had their documentary origin judicially legitimized.

Keywords: Territory, Judicial Land Grabbing, Land Property, Northern Minas Gerais, Geraizeiro Peasantry.

Resumen

La situación agraria en *Minas Gerais* ha sido influenciada por conflictos y por una estructura agraria concentrada, cuyas raíces se encuentran en un proceso de formación de la propiedad privada de la tierra. Buscando comprender esta situación a partir de una lectura geográfica se analizaron los procesos de división y de demarcación de la propiedad privada de la tierra, que fueron tramitadas en la antigua Comarca de Grão Mogol, en el Norte de Minas Gerais. Dichos procesos tuvieron amparo jurídico en el Decreto Nº 20 de 05 de septiembre de 1890 – promulgados durante el gobierno provisorio - los cuales se introdujeron en el conjunto de medidas legales que permearon la transferencia del control de terrenos baldíos. La división y demarcación de tierras fue una estrategia geopolítica utilizada por las elites agrarias locales y regionales para apropiarse de los terrenos baldíos. En la década de 1920 y 1930, cuando tramitaron el proceso de división y demarcación de tierras en el Norte de Minas Gerais, tuvo inicio el *grilagem* judicial (falsificación de documentos) convirtiendo a *grileiros* en propietarios de la tierra; este proceso desigual de apropiación privada de las tierras públicas envolvió la extracción de la renta fundiaria, en diferentes contextos, que se sumaron al largo avance del modo de producción capitalista sobre “*tierras libres*”, “*tierras sueltas*” de uso común en general. A partir de la década de 1960, nació más de una alianza entre el Estado y los rentistas (elites locales y empresarios de plantaciones de madera para la producción de carbón vegetal para las siderúrgicas) a través de la SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) y RURALMINAS (Fundação Rural Mineira), en la fracción del territorio estudiado por medio de contratos de arrendamiento donde les fueron entregados más de 500 mil hectáreas de terrenos baldíos, deforestando el *Cerrado* y la *Caatinga*, invadiendo las tierras de habitación, de trabajo y de reproducción de la vida de las familias campesinas Geraizeras. El pacto rentista sigue en curso, con la *territorialización de los monopolios* de las empresas de monocultivos de árboles y de explotación minera. Como consecuencia de ese proceso desigual y contradictorio, iniciado con la adjudicación de tierras en la década de 1930, desdoblándose *represalias fundiarias*, concepto que utilizo para explicar dos movimientos: de un lado, se realiza el confinamiento de las familias *geraizeras* en porciones recortadas de tierras ajenas a las de sus prácticas y costumbres de uso sometiendo a trabajos en las carboneras o en las plantaciones de eucalipto y en otros casos estos fueron expulsos de sus tierras. De otro lado, las luchas *geraizeras* por la conquista y retomada de sus tierras de uso tradicional a lo cual se suman las luchas territoriales indígena y *quilombola*. Esta tesis también tiene como propósito evidenciar el embate dialectico entre el derecho y el rentismo, a partir del análisis de la disputa también judicial por la auto-demarcación de “*Territorio Tradicional Geraizeros del Valle de las Cancelas*” abarcando tierras en los municipios de Grão Mogol, Josenópolis, Riacho dos Machados y Padre Carvalho, actualmente distribuido en la jurisdicción de las Comarcas de de Grão Mogol, Porteira y Salinas, cuyas tierras han sido objeto de prácticas de *grilagem judicial* y de procesos de *represalias fundiarias*, iniciado con las acciones de división y demarcación de haciendas, dentro de las cuales algunas ni si quiera existieron, pero que tuvieron su origen documental jurídicamente legitimadas.

Palabras claves: Territorio, Grilagem judicial, Propiedad de la Tierra, Norte de Minas, Campesinos Geraizeiro.

Lista de Mapas

Mapa 1 - Município de Grão Mogol: abrangência da antiga Comarca (1920).....	35
Mapa 2 - A Fração Territorial de Análise nas Comarcas de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Salinas, Porteirinha, Francisco Sá e Montes Claros.....	37
Mapa 3 - Localização Aproximada das Terras Recebidas em Sesmarias, Herdadas, Compradas e Conquistadas de Indígenas por Antônio Guedes de Brito Final do Século XVII.....	66
Mapa 4 - Minas Gerais, Mesorregiões e Subdivisão em Microrregiões (IBGE, 2014).....	94
Mapa 5 - Minas Gerais Terras Devolutas – 2003.....	208
Mapa 6 – Norte de Minas: Terras Arrendadas para as Empresas pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 1970.....	234
Mapa 7 - Localização Aproximada das Terras Alvo de Grilagem Judicial na Comarca de Grão Mogol nas primeiras décadas do Século XX.....	254
Mapa 8 – Norte de Minas: Terras Arrendadas para as Empresas pelo Governo de Minas Gerais, na Fração Territorial de Análise.....	413
Mapa 9 - Localização das Terras Apropriadas pela Florestas Rio Doce S/A.....	418
Mapa 10 - Localização do Distrito Industrial do Buriti, Grão Mogol, MG, 1990.....	426
Mapa 11 - Terras Apropriadas pela Rio Rancho Agropecuária S/A.....	472
Mapa 12 - Áreas de Influência do Empreendimento NORFLOR.....	475
Mapa 13 - Imóveis a Serem Explorados pela NORFLOR.....	476
Mapa 14 - Terras Apropriadas pela Floresta Empreendimentos Ltda.....	489
Mapa 15 - Terras Griladas pelas Empresas de Mineração na Fazenda São Francisco e Comunidade Córrego dos Bois.....	525
Mapa 16 - Famílias beneficiadas com as Hortas de Produção Agroecológica Integrada Sustentável, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, MG, 2017.....	547
Mapa 17 - Minas Gerais – Ocupações por Município, 1990-2013.....	569

Lista de Figuras

Figura 1: Fotos das Inscrições Rupestres na Lapa dos Índios, Padre Carvalho, MG.....	55
Figura 2 – Foto da Loja Maçônica Aurora do Progresso Fundada em 1874.....	84
Figura 3 – Croqui: Homenagem aos “Arquitetos da Divisão” nas Ruas e Prédios Públicos de Grão Mogol, MG.....	91
Figura 4 – Contracapa do livro de Menezes (1893).....	146
Figura 5- Principais Cultivos, Francisco Sá (1975).....	237
Figura 6 -Planta Cartográfica da gruta do Córrego “Curralinho”.....	267

Figura 7 – Planta Cartográfica da Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas (glebas 1,2,3,4,5,6,174 e 161).....	269
Figura 8- Título Particular de parte de terras na Fazenda Ribeirão de Areia” Juvenal Pereira de Andrade, 08 de julho de 1947.....	277
Figura 9- Escritura Pública, imóvel no “Brejo Grande” - Ezequiel Pereira, 27 de julho de 1953.	282
Figura 10- Escritura Particular do Imóvel “Ribeirão” ou “Brejo Grande” - Ezequiel Pereira, 27 de julho de 1953.....	283
Figura 11- A petição de Ludgerio Francisco de Almeida e outros lavradores.....	285
Figura 12: Certidão Imobiliária apresentada pelo suplicante da divisão e demarcação da Fazenda Santa Cruz.....	297
Figura 13 - Planta da Fazenda Marimbo localização das Glebas citadas nas Certidões.....	319
Figura 14 - Área da Gleba 102 antiga ampliada de forma fraudulenta na Gleba "E" atual.....	321
Figura 15 - Certidão Imobiliária de "uma posse na 'Olaria' com partes de terras no lugar denominado Veredinha", na Fazenda Lagôa dos Patos, 1933.....	355
Figura 16 - Certidão Imobiliária de “um alqueire de terras na Fazenda Lagôa dos Patos”, 1933.	356
Figura 17 - Certidão Imobiliária da Fazenda São Domingos Apresentada como título jus in ré pelo suplicante da Divisão da Fazenda Santa Quitéria.....	377
Figura 18 - Certidão Imobiliária da Parte de Terras no Lugar Boneco na Fazenda do Barreiro da Anta Apresentada pelo suplicante da Divisão.....	378
Figura 19 - Certidão Imobiliária da Parte de Terras no Lugar Coelho na Fazenda Santa Quitéria Apresentada pelo suplicante da Divisão.....	379
Figura 20 – Certidão Imobiliária Apresentada pelo Suplicante da Divisão Judicial da Fazenda São Pedro.....	386
Figura 21 – Certidão Imobiliária Apresentada pelo Segundo Suplicante da Divisão Judicial da Fazenda São Pedro.....	387
Figura 22 – Certidão Imobiliária Apresentada como Título jus in ré pelo Suplicante da Divisão Judicial da Fazenda Sobrado.....	398
Figura 23 - Dados do Plantio de Madeira em Minas Gerais, 2001-2014.....	404
Figura 24 - Ranking da Área de Madeira Plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil – ano base 2014.....	405
Figura 25- Carvoarias na Fazenda São Francisco, Grão Mogol, MG.....	406
Figura 26 - Parte da Planta da Fazenda Marimbo Mostrando a Localização Propositamente Errada da Gleba 91 (área atual da RIMA INDUSTRIAL S/A).....	494
Figura 27 - Localização da Gleba 91 da RIMA INDUSTRIAL S/A.....	495
Figura 28 - Parte da Planta da Divisão Judicial da Fazenda Marimbo com a Localização das Glebas 66 e 123 de propriedade de JURACY AFONSO BRITO.....	501

Figura 29 - Imagem Google earth No 34 - Sobreposição da Área da Gleba 123 de JURACY AFONSO BRITO.....	502
Figura 30 - Foto do Acesso à Fazenda Curral Novo apropriada pela RIMA INDUSTRIAL S/A	504
Figura 31 – Planta Cartográfica da Localização da Área Grilada na “Fazenda São Francisco Lugar Córrego dos Bois”.....	515
Figura 32- Acesso à área explorada pela Carpatian Gold Inc./Yamana Gold.....	526
Figura 33 - Ocupação e Uso Tradicional Geraizeiro das Porções do Cerrado na Fração Territorial de Estudo.....	541
Figura 34 - As terras de morada e trabalho do campesinato geraizeiro nas grotas e nos gerais	542
Figura 35 - Agricultura Geraizeira nas Várzeas, Barrancas e Chapadas (2016 e 2017).....	543
Figura 36 - A Construção e Produção nas Hortas PAIS.....	546
Figura 37 - O Curral de Pedras nas Terras do Buriti da Geraizeira Vicença Maria de Jesus...	549
Figura 38 - A tradição curraleira e a criação do gado na solta e o entrave aos costumes.....	551
Figura 39 - Produção de carvão nas grotas comunidade Cancela e Buriti, 2016.....	552
Figura 40 - O pé de embiruçu marco divisório natural derrubado pela empresa.....	558
Figura 41 - Os lugares sagrados e a invasão das empresas.....	559
Figura 42 - Sede abandonada da Fazenda da Boa Vista, local de festejo e celebrações do Campesinato Geraizeiro antes da invasão das empresas.....	562
Figura 43 - A organização permanente da luta do campesinato geraizeiro no Norte de Minas	572

Lista de Siglas

ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
AGE - Advocacia Geral do Estado
ALMG - Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
AMA - Articulação Mineira de Agroecologia
AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE
AMS – Associação Mineira de Silvicultura
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
ASA/MG - Articulação do Semiárido de Minas Gerais
CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPDOR - Centro de Pesquisa e Documentação Regional
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRI – Cartório de Registro de Imóveis
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FISSET - Fundo de Investimentos Setoriais
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IGA - Instituto de Geografia Aplicada
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMG – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Mastro - Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizados
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RDS - Reserva de desenvolvimento sustentável
RPTs – Registros Paroquiais de Terras
Resex – Reserva extrativista
RURALMINAS - Fundação Rural Mineira
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR - Sindicato de trabalhadores rurais
STR/RPM - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares do Município de Rio Pardo de Minas
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC - Unidade de conservação

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
A Fração Territorial de Análise.....	30
Os Processos de Divisão e Demarcação de Terras.....	38
CAPÍTULO 1– NAS TRILHAS DOS GERAIS NORTE MINEIRO.....	51
1.1. Pisando no Norte de Minas: nos caminhos dos currais, minas e gerais.....	52
1.2. Grão Mogol “pedra sobre pedra”.....	79
1.3 Os Nortes de Minas: entre recortes e interesses geopolíticos.....	93
CAPÍTULO 2-TERRAS DEVOLUTAS E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE TERRAS.....	100
2.1 – O Direito de Propriedade.....	103
2.2 – A Legislação Agrária no Brasil.....	111
2.2.1 O Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890.....	142
2.3 A Desordem Agrária no Histórico da Regularização Fundiária em Minas Gerais.....	153
CAPÍTULO 3-QUESTÃO AGRÁRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A GRILAGEM EM MINAS GERAIS.....	203
3.1 No Caldeirão da Grilagem: as Receitas de Apropriação de Terras em Minas Gerais...205	
3.2 Pacto entre Estado, Elites Agrárias e Empresas Capitalistas: o <i>Correntão</i> da SUDENE e RURALMINAS.....	222
CAPÍTULO 4 - A GRILAGEM JUDICIAL E A RETALIAÇÃO FUNDIÁRIA NA COMARCA DE GRÃO MOGOL (1920 e 1930).....	247
4.1 A <i>retaliação fundiária</i> no Vale das Cancelas (Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho).....	255
4.1.1 Fazenda Ribeirão das Piabanhas.....	255
4.1.2 Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia.....	270
4.1.3 Fazenda Santa Cruz.....	292
4.1.4 Fazenda Santo Antônio.....	301
4.2 Terras Griladas em Riacho dos Machados e Porteirinha.....	311
4.2.1 Fazenda do Marimbo.....	311
4.2.3 Fazenda Riacho de Dona Rosa.....	324
4.2.3 Fazenda Curralinho.....	333
4.2.4 Fazenda Lagoa dos Patos.....	351
4.2.5 Fazenda Lages e Pé Grosso.....	358

4.2.5 Fazenda Curral Novo.....	362
4.2.1 Fazenda Tapera: Do Inventário à Invenção.....	364
4.3. As terras divididas nos limites com Francisco Sá, Cristália, Botumirim e Itacambira...	374
4.3.1 Fazenda Santa Quitéria.....	374
4.3.2 Fazenda São Pedro.....	384
4.3.3 Fazenda Gado Bravo.....	392
4.3.4 Fazenda Sobrado.....	394
CAPÍTULO 5 - A PRÁTICA DA <i>GRILAGEM JUDICIAL</i> NA INVASÃO DAS EMPRESAS MONOPOLISTAS NO NORTE DE MINAS.....	400
5.1 Onde corria a Seriema: a <i>Territorialização do monopólio da Madeira e do Carvão</i>	403
5.1.1 Florestas Rio Doce S.A – (FRDSA)/Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).....	414
5.1.2 Rio Rancho Agropecuária S.A a empresa de Newton Cardoso.....	461
5.1.3 NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.....	473
5.1.4 O Conflito na área grilada pela MOVEX Florestal/FOSCALMA Comercial Exportadora S/A, FLORESTAMINAS Florestamentos Minas Gerais S/A e FLORESTA EMPREENDIMENTOS Ltda).....	477
5.1.6 A SICAFE Produtos Metalúrgicos Ltda e SIFLOR Florestamentos e Reflorestamentos Ltda.....	505
5.6 A Invasão das Mineradoras: e os <i>gerais</i> vão se transformando nas <i>minas</i>	507
CAPÍTULO 6 – A LUTA GERAIZEIRA: DA <i>RETALIAÇÃO FUNDIÁRIA</i> À UTOPIA CAMPONESA NOS GERAIS.....	530
6.1. A Vida Camponesa nas Terras Soltas dos Gerais.....	535
6.2. A Luta Continua: sobre a Organização Política e a Resistência Camponesa.....	563
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	584

INTRODUÇÃO

“Recantilado” designa na compreensão geraizeira a limitação do uso das terras de gerais, “acuados” nas grotas, em consequência da apropriação privada das terras. Via de regra, os camponeses geraizeiros são recantilados pela grilagem. Este crime quando constatado em uma certidão imobiliária, em um processo de divisão e demarcação de terras ou em um inventário expressa em números uma realidade que desafia a compreensão do que pode ser a justiça.

O casal de camponeses geraizeiros, dona Joana Pereira de Souza (77 anos) e seu Joaquinção (82 anos) vivem em uma grotá, na localidade do “Curralinho”, no município de Josenópolis/MG. Entre as décadas de 1920 e 1930 – quando as terras das fazendas *Ribeirão das Piabanhas* e a *indivisa Ribeirão de Areia* dentre tantas outras, foram alvo de processos judiciais de divisão e demarcação – seu Joaquinção, era uma criança e dona Joana nem havia nascido. Todavia, como tantos outros geraizeiros, juntos, em diferentes períodos, sofreram as consequências históricas da grilagem e das estratégias utilizadas pelas elites locais para dispor das terras de uso comum, “*terras livres*”, “*terras soltas*” - para a expansão capitalista rentista nos gerais.

Os antepassados de dona Joana viveram ali, na mesma grotá do *Córrego Curralinho*. E seu Joaquinção vivia na localidade “*Córrego do Macuco*” (atualmente integrada à área de Padre Carvalho/MG). Em 03 de maio de 1963, quando se casaram ele veio viver com sua companheira no “*Curralinho*”. O casal construiu uma casa simples onde criaram seus 12 filhos. No mesmo local onde viveram os pais e também os avós de dona Joana.

Conforme o *modo de vida* praticado pelos geraizeiros do Norte de Minas, dona Joana e seu Joaquinção tem reproduzido em família a vida camponesa. Na grotá têm cultivado a horta, plantado roças de milho, feijão, mandioca (do qual produzem farinhas e assam o beiju), cana-de-açúcar, abóbora, dentre outros. Também, ao longo do tempo, criaram galinhas e porcos, e praticavam a pesca. Enquanto nos gerais, criavam o gado na solta, que lhes fornecia leite, carne, queijo, requeijão e manteiga, além de couro, matéria-prima para alguns utilitários (como estrado para camas, arreios para montaria, cangalhas, assentos). Dos gerais, também foram extraíndo a madeira necessária para cozinhar, construir os móveis e estrutura de construções, como curral, capela e casa de morada e coletando os frutos e remédios

do Cerrado (mangaba, pequi, taperebá, rufão, fruta de leite, gabioba, tamarindo, jatobá, macaúba, panã dentre tantos outros).

Em diferentes períodos, a *grilagem judicial* ocorrida na Comarca de Grão Mogol, avançou sobre as terras de moradia e reprodução da vida do casal e da sua família. Na primeira metade do século XX foram os processos de divisão e demarcação de terras. A partir da década de 1960, a grilagem persistiu com os projetos estatais instalados no Norte de Minas, através das agências RURALMINAS e SUDENE associados com as elites locais e as empresas nacionais, monocultoras de eucalipto, para produção de carvão para a siderurgia. Atualmente, persistem as práticas de grilagem dos rentistas locais, atendendo às próprias vantagens e ganhos das empresas de plantio de madeira, e na atualidade, servem também os interesses das empresas mineradoras (vinculadas a transnacionais), que tem voltado suas intenções exploratórias para a região.

Dona Joana contou que seu pai se preocupou em garantir a permanência dos filhos na terra, *“quando a gente morrer tem que deixar os filhos autorizados”*, quer dizer, com alguma garantia de permanência na terra. Mesmo vivendo em um período em que havia muitas terras livres, ele comprou 16 alqueires de *“Joaquim Beltrão da Silva”* - um dos maiores beneficiados pela *grilagem judicial* das terras na *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* e em outros processos de divisão que tramitaram na Comarca de Grão Mogol - *“ele vendia e comprava terra pra todo lado, este homem tinha fazendas”* confirmou seu Joaquinzão.

O fazendeiro *“Joaquim Beltrão da Silva”* pode comprar e vender terras aos camponeses porque foi beneficiado com uma área imensa de terras devolutas¹, as

¹ As terras devolutas são aquelas terras, que durante o processo de apropriação territorial, desde o período colonial até a promulgação da Lei de Terras de 1850 – que trouxe a sua definição jurídica – não foram levadas a nenhum tipo de registro oficial (paroquial, notarial, cadastral), ou seja, não foram arrecadadas, discriminadas e registradas, são terras públicas não discriminadas. Em geral, as terras devolutas, tem sido objeto da grilagem, e por esta prática, incorporadas ao patrimônio particular, a partir de registros fraudulentos ou pela legitimação de leis e políticas estatais inconstitucionais que se sucedem desde o governo imperial, até os presentes dias, buscando corrigir ou consolidar a histórica incapacidade do Estado em regular as terras da colônia e depois do país, em diferentes contextos políticos. Essa complexa questão fundiária que envolve as terras devolutas no Brasil foi atravessada por interesses rentistas, em diferentes conjunturas políticas e econômicas. Essa definição simplificada tem o intuito de guiar o leitor na compreensão da tese em que a expressão “terras devolutas” será recorrentemente utilizada. Me oriento por um amplo debate acerca do conceito de “terras devolutas” abrangendo a sua definição e compreensão histórica, social, jurídica e geográfica, presentes nas leituras de:

LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas, 2ª edição, Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1954

mesmas terras usadas também em regime de uso comum pelos geraizeiros. Esse rentista foi privilegiado porque fazia parte da elite agrária local que movimentou os processos judiciais de divisão e demarcação de fazendas (inclusive de fazendas que nunca existiram), movidos nas décadas de 1920 e 1930 e os utilizou como estratégia para a grilagem de terras, na então Comarca de Grão Mogol/MG. Ao final da tramitação judicial desses processos eram indicados os quinhões e respectivas glebas que cabia a cada condômino, por este mecanismo, muitas glebas de geraizeiros e de “ausentes” foram adjudicadas aos grileiros. O rentista “*Joaquim Beltrão da Silva*” por pertencer a este grupo privilegiado, exerceu as atribuições de arbitrador, escrivão, tabelião substituto, testemunha e suposto representante legal de camponeses nos processos, o que lhe permitiu acessar as informações que constavam nos autos, do qual se beneficiou.

O conteúdo dessas ações – principal fonte que sustenta os argumentos defendidos nesta tese – possibilitou reconstruir parte significativa dos fatos que contam o processo de formação da propriedade privada das terras na Comarca de Grão Mogol, como também tornou possível apontar os sujeitos sociais que protagonizaram a grilagem no referido período, em que somente treze processos judiciais atribuiu-se o status de propriedade privada, a um milhão, sessenta mil e oitocentos e sessenta e cinco hectares e oitenta e três ares (1.060.865,83 hectares de terras).

Até os anos 1960, as grotas não eram cercadas, as cercas limitavam somente os roçados, não representavam limites de propriedade ou de glebas, as terras eram livres, embora já se encontrassem *retaliadas* na planta cartográfica produzida décadas antes pelo agrimensor – profissional fundamental nos processos judiciais de divisão e demarcação – arquivados nos Cartórios de 1º e 2º Ofícios e Notas do município de Grão Mogol.

PETRONE, Maria Thereza. Terras Devolutas, Posses e Sesmarias no Vale do Ribeira em 1854. Revista de História, Ano XXVI, V.LII, nº103, p.375-399, jul.- set. 1975.

SILVA, Lígia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio. 2º Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2008. A primeira edição deste livro foi publicada em 1999

MARÉS, Carlos Frederico. A função Social da Terra. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Estrutura fundiária e grilagem de terras no norte de Minas Gerais. 2013. Pesquisa Inédita

As cercas se estabeleceram, em meados de 1960, com a invasão² das empresas de plantio de madeira para produção de carvão para abastecer os altos-fornos das siderúrgicas instaladas em Sete Lagoas e no Vale do Aço.

Daqueles dias, Dona Joana e seu Joaquinção guardam memórias muito tristes, da chegada dos técnicos, retirando amostras do solo para fazer análises, da expulsão do seu lugar de morada na gruta do *Curralinho*, e da ida a contragosto para uma gruta em Josenópolis/MG, onde não se adaptaram. Mas eles relutaram, nas palavras de dona Joana: “- *mas, por desaforo que eu vou voltar para minha casinha*” e retornaram, e ali vivem na gruta do *Curralinho*, onde viveram seus antepassados, onde criaram seus filhos e construíram uma bonita capela para rezar, conforme a tradição cristã camponesa, apesar da avançada idade, peregrinam há 53 anos consecutivos rumo à romaria de Bom Jesus da Lapa/BA, tradição seguida por muitos camponeses na região. Atualmente, eles participam da luta pela autodemarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*, no Norte de Minas. E seguem lutando para terem o direito de viver e também o de morrer no seu quinhão.

Trata-se de uma luta cotidiana, até os presentes dias, travada contra as empresas NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda e RIMA Participações e Empreendimentos S/A, que assim como outras instaladas na região (cuja ação analisarei no Capítulo 5), adentraram as chapadas e avançaram sobre os tabuleiros e grotas, invadindo quintais, minando as fontes de água, contaminando com agrotóxicos o solo e o ar e espalhando um rastro criminoso, assassinando o Cerrado e suas singelas formas de vida e cultura, por onde avança³.

² A definição de *invasão* foi utilizada, anteriormente, por Margarida Maria Moura (1983) para qualificar o processo de introdução da atividade das empresas de plantio de eucalipto no Vale do Jequitinhonha. A autora identificou o plantio de madeira pelos termos “florestal”, “atividade florestal”, “empresa florestal” conforme foi introduzida esta atividade no Brasil. Posteriormente, tais termos foram submetidos à crítica, por isso, optei identificar esta atividade por “*plantio de árvores*” ou “*monocultura de árvores*” ou “*grandes maciços homogêneos de árvores*” conforme analisou Léa Lameirinhas Malina (2013) na tese “*A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*” vide a crítica apresentada pela autora aos termos “Floresta Plantada” e “Silvicultura” (Malina, 2013:34).

³ Na década de 1970 quando levantou os dados de sua tese no vale do Jequitinhonha, M. M. Moura já havia chamado atenção para esse processo: “*Pela característica de verdadeira invasão de terras devolutas [...] pode-se entender o caráter novo da atividade florestal que se materializa, no repositório ideológico regional, como origem de toda a “culpa” da miséria que se acrescenta a cada dia*”. Moura (Idem:12)

Igualmente agredida pelas empresas de plantio de eucalipto, em uma grota no *Córrego Buriti*, na localidade *São Lourenço*, inserida nas terras da inexistente *“Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia”* vive com seus filhos, dona Vicença, geraizeira com 97 anos de idade. Essa família teve suas terras invadidas pelo plantio da empresa FOSCALMA S/A Comercial Exportadora, pelo qual tem sido *“recantiladas”*. Dona Vicença e seus filhos recordam os tempos da fartura, quando havia muitos peixes nos córregos, quando criavam cerca de 20 cabeças de gado na solta, quando havia muitos frutos e caças no Cerrado, plantavam seus roçados e cultivavam as hortas, produziam uma das melhores farinhas de mandioca vendidas na feira de Grão Mogol, cultivavam variedades de arroz no brejo, na atualidade, totalmente seco, consequência dos danos causados pelo monocultivo de madeira.

Eles contam que na década de 1960 quando chegaram as firmas interessadas em suas terras, chegou uma senhora vinda de fora com uma mala preta, estava cheia de dinheiro, ela abriu e ofereceu à dona Vicença em troca de suas terras. A geraizeira recusou a oferta preocupada em garantir terra de morada para os filhos. Não demorou e as máquinas chegaram destruindo o Cerrado, invadindo as terras dessa família *“arrebentando tudo com as máquinas”*. Impedindo, o cultivo *“você roçava um matinho e eles já vinham impedir”*.⁴

⁴ Novamente faço um paralelo com Margarida M. Moura, retomando a atualidade das questões levantadas pela pesquisadora, que na década de 1970 investigou o início das consequências do mesmo processo de invasão do eucalipto, em outros municípios do vale do Jequitinhonha. *“A empresa florestal usa expedientes que vão desde a persuasão de que o posseiro não tem qualquer “direito”, (documento cartorial) de ali permanecer, até o estabelecimento de novas regras para as relações de trabalho e uso da propriedade. A segunda possibilidade exclui a expulsão imediata; ela implica a utilização do trabalho do posseiro para desbaste do terreno na parte plana da chapada, pelo período de tempo necessário ao plantio de eucalipto. Lá, onde solta o gado quando a vereda está seca, onde colhe plantas medicinais e corta a madeira, a companhia ou seus prepostos propõem a compra da área na chapada por preço irrisório, oferecendo em troca a permanência na grota, que, frequentemente, já é sua propriedade jurídica.” (Ibidem:11-12).* É importante ressaltar que os litígios analisados por Moura centram-se em fazendas já constituídas, onde o posseiro, o sitiante e o agregado estabeleceram relações costumeiras com o “fazendeiro” ou “fazedor de fazenda”, decorre daí demandas pela permanência ou pela expulsão dos camponeses das fazendas, ou seja, naquele período e nos municípios focos da análise de Moura, as relações sociais já encontravam-se circundadas pela suposta propriedade privada, no qual se interpunha a categoria do fazendeiro. Na questão que apresento, a categoria do fazendeiro, impondo o cerco das terras devolutas, não se dava no mesmo espectro de mediações, analisado na porção territorial estudada por Moura na década de 1970. Busco a origem das “fazendas”, e conseqüentemente dos “fazendeiros”, nos processos de divisão e demarcação de terras movidos nas décadas de 1920 e 1930, período em que as terras se encontravam *livres, soltas*, indiscriminadas, passando a existir de forma documental permitindo a presença do camponês posseiro/proprietário em seu interior, relação transformada pela invasão das empresas e pela oportuna relação que estas estabeleceram com os rentistas locais.

A geraizeira Dona Vicença que deveria gozar tranquilamente, a virtude de sua vida quase centenária, segue enfrentando ações de despejo, em uma disputa judicial pelo direito de permanecer na terra, e junto com seus filhos, noras e netos encontra-se engajada na luta pela terra. Nos anos 2000, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) conheceram o Movimento Geraizeiro, “*Os guardiões do Cerrado*” e também se inseriram na luta pela autodemarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*, atualmente organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

Assim como a grilagem, o rentismo e a monocultura têm afetado a vida dos camponeses geraizeiros, na fração territorial de análise, soma-se no período recente de *mundialização* da produção capitalista, os interesses minerários voltados para frações das terras que foram alvo das ações de divisão e demarcação, no passado.

Neste ínterim, é *sui generis* o processo pelo qual tem enfrentado o senhor “Adão José Alves” e os moradores da comunidade “*Córrego dos Bois*”, na “*Fazenda São Francisco*” área inserida na década 1930 nos interesses de demarcação da “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*”. E, atualmente, uma comunidade afetada por um escandaloso crime de grilagem levado a cabo por grileiros da região associados com as empresas Agropecuária Lago Norte Ltda e a Mineradora Minas Bahia-MIBA. “Adão José Alves”, um camponês geraizeiro, analfabeto, com mais de 70 anos de idade, cuja família tem morada ancestral na cabeceira do “*Riacho dos Bois*” foi conduzido por um grileiro ao cartório de Grão Mogol para registrar a venda de 70 hectares supostamente destinada à criação de uma reserva ambiental pelo qual recebeu R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Mas, na verdade, a empresa registrou a venda de 723 hectares pelo preço de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) o seu Adão, fora vítima de uma trama que o tornou suplicante de um falso processo de usucapião de suas terras de morada, falso fazendeiro, perante a justiça, privando-o dos direitos mínimos de aposentadoria. Discorrerei sobre essa complexa questão também no capítulo 5.

Essas histórias de vida⁵ - do casal “dona Joana” e “seu Joaquinção” na grota do *Curralinho*, de dona Vicença na grota do *Buriti* e também do seu Adão e os moradores da comunidade *Córrego dos Bois*, em meio a tantas outras, inserem-se

⁵ As situações relatadas foram construídas a partir de estudo de campo, entrevistas informais às famílias geraizeiras, militantes de movimentos sociais, advogados e análises de documentos oficiais, que serão devidamente referenciados ao longo do texto.

em um processo geopolítico de apropriação privada das terras devolutas, usadas em comum pelos camponeses geraizeiros (pequenos proprietários e posseiros), por meio da grilagem, nos municípios que tiveram origem na Comarca de Grão Mogol, e que atualmente fazem parte também das comarcas de Porteirinha, Salinas, Francisco Sá e Montes Claros.

Onde, ao longo de quase um século, o processo de grilagem, tem avançado sobre as terras de uso comum do campesinato geraizeiro, impondo a *retaliação fundiária*, confinando a terra de morada dos geraizeiros em grotas específicas, até mesmo em terrenos de gerais, interferindo em uma prática de uso costumeiro de escolha livre de novas áreas (geralmente nas grotas e nos vales) para serem habitadas pelas novas gerações quando formavam novos núcleos familiares.

A palavra retaliar tem o sentido de represália, de executar uma pena, trata-se de uma injunção da pena de talião, assim, no Direito, o sentido contemporâneo da palavra retaliar tem o significado de fazer cumprir a sentença⁶,

O processo iniciou com as *ações de divisão e demarcação de terras*, pelo qual, grileiros da elite local passaram a se apropriar das terras devolutas e a vender documentos de terras aos moradores das grotas. Apesar dessa interferência o uso das chapadas se manteve em comum – os camponeses geraizeiros mantiveram suas práticas de criar o gado na solta, extrair do Cerrado, alimentos, remédios, matérias-primas diversas e reproduzir a cultura geraizeira dentro dos códigos costumeiros construídos ao longo do tempo (por sucessivas gerações), aqueles que ainda eram possíveis reproduzir dentro dos limites colocados pela ação dos rentistas. Até quando foram invadidas pelas empresas de plantio de madeira para produção de carvão, a partir da década de 1960. Essas empresas, além de derrubarem e queimarem imensas porções da Caatinga e o Cerrado, subjugaram a renda de trabalho de uma geração de camponeses geraizeiros, que se empregaram nas “firmas” de eucalipto, inclusive para trabalhar precariamente na cata de insetos nos monocultivos e nas imensas carvoarias instaladas pelas empresas. Uma

⁶ Originada na aplicação da pena de talião. Cuja origem remonta do Código de Hamurábi, (século 18º a.c. a "*lex talionis*"). No contexto bíblico do velho testamento foi introduzido como um princípio regulador dentro das sociedades e culturas em desenvolvimento naquela época, trata-se do princípio do "*olho por olho, dente por dente*". Desse princípio desdobra-se, com o desenvolvimento do direito no capitalismo, o princípio da proporcionalidade e retribuição presentes nos códigos de leis contemporâneos de vários países, inclusive alguns aspectos da legislação civil brasileira. Assim, a Lei de Talião é dada para regular as relações sociais desequilibradas em diversos âmbitos, inclusive o de propriedade, (DUARTE, 2007).

transformação degradante da condição humana, uma vez que, essas chapadas tomadas por eucalipto e “carvoeiras”, conforme denominam os geraizeiros, no período anterior à *invasão*, constituía-se no ambiente de coleta de frutos, remédios, flores, ornamentos para os festejos coletivos. E quando prestavam serviços para fazendeiros locais, tratava-se de atividades ligadas à agropecuária, com o qual estavam habituados, como trabalhos nas roças e o trabalho de vaqueiro. No capítulo 6 tratarei de apresentar, o conflito desdobrado da invasão das terras camponesas impondo práticas e relações sociais alheias ao *modo de vida* historicamente constituído. Dialeticamente, eles foram impulsionados à luta pela terra como condição de existência.

Todo esse processo de avanço da propriedade privada da terra sobre as terras de uso comum ocorreu amparado pelo Estado e por uma sucessão de leis que favoreceram a grilagem de uma imensa porção territorial, cuja especificidade analiso nesta tese.

O processo de *grilagem judicial* investigado tangencia questões mais amplas ligadas à expansão territorial do capitalismo no Brasil, à construção do Estado brasileiro, à constituição das classes sociais que se reproduzem diretamente no campo no Brasil – os proprietários de terra e os camponeses – e ao embate travado entre essas classes.

Uma mirada na história da apropriação das terras no Brasil⁷ nos mostra que a legislação “maior” válida durante o período colonial, depois no Império, e enfim na República também foi aplicada para Minas Gerais. Todavia, o ordenamento territorial mineiro tem um marco específico no século XVIII, quando o Norte de Minas, ainda estava subjugado aos limites das Capitanias de Pernambuco e Bahia, (conforme apresentarei no capítulo 1). Com a descoberta dos corpos minerários na região diamantífera instaurou-se uma preocupação interna e externa (Coroa Portuguesa) em definir os limites da Capitania de Minas Gerais, ordenar a fundação de Vilas e

⁷ No interior da lógica do desenvolvimento capitalista, a apropriação das terras no Brasil, abarca processos sociais contraditórios que revelam a tônica da formação da estrutura fundiária brasileira, como também de formas específicas capitalistas de produção (de mercadoria e produção da mais-valia) e de extração da renda da terra. Assim, trata-se de compreender a apropriação das terras inserida no amplo processo da formação econômico-social capitalista que se realiza, conforme explicou Oliveira (2007:20) em “*momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais fração do território capitalista [...]*”. Esse princípio teórico permite entender o desenvolvimento do capitalismo no campo, e o avanço dos grileiros, dos proprietários de terras e das empresas capitalistas sobre as terras de uso comum camponesas, onde o capital vale-se da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital, conforme afirmou Martins (1979).

demarcar a jurisdição das freguesias, para que, com isso, pudessem exercer mais controle sobre as terras a serem exploradas pela mineração. O abastecimento dessas áreas também consistiu em uma preocupação, cujo contexto foi profundamente analisado por Carrara (1999).

Em outro texto Carrara (2007:154-162) verificou que houve uma grande distância entre as leis disciplinadoras da concessão de terras e a prática dos concessionários. Para o autor, os juristas do século XVIII não ignoravam o descumprimento usual e generalizado da legislação agrária. O mercado de imóveis constituiu outra forma de acesso à propriedade privada. Carrara, então defendeu que mesmo antes do estatuto jurídico da propriedade privada da terra no Brasil, na prática houve uma forma privilegiada de acessá-la pela compra e pela venda, acarretando em ritmos distintos de ocupação na região dos currais, e na região mineradora.

Nesta problemática da regulação fundiária, outros três problemas enfrentados pela Coroa foram indicados por Motta (1998). O primeiro referia-se ao instituto jurídico, implantado para promover o cultivo, que era utilizado para assegurar a colonização. O segundo, a obrigatoriedade e o incentivo ao cultivo, que estimulavam o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. Muitos dos quais davam preferência ao arrendamento de parcelas de terras a pequenos lavradores. E em terceiro, a incapacidade da Coroa fazer cumprir efetivamente suas próprias exigências, o que estimulava o crescimento da figura do posseiro, quer dizer, *“aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas”*. (MOTTA, 1998:121-122)

Em 1822, o regime de sesmarias foi abolido. Com a independência do Brasil foi inaugurado um novo regime sobre a regulação das terras das províncias a ser controlado pelo Estado recém-criado. A Constituição Imperial de 1824 legitimou a apropriação privada da terra, constituindo-a na sua plenitude, conforme escreveram Marés (2003:24), Motta (2012) e Oliveira (2013).

A Lei de terras de 1850 foi mais um marco jurídico para a análise da formação da propriedade privada capitalista da terra no Brasil e na província de Minas Gerais. A Lei de Terras foi regulamentada em 1854 e formalizou a compra e venda de terras.

Com o fim do regime monárquico em 1889, o Brasil passou para o processo de constituição de uma República, entretanto, não separou as terras devolutas das

terras particulares. Se valendo desta confusão os fazendeiros continuaram se assenhorando das terras públicas.

Durante o conturbado período de transição entre o Império e a República (1889-1891), as elites políticas editaram um enxame de decretos. No que se refere à a questão fundiária, o Governo Provisório instituiu dois decretos, que merecem realce. O Decreto nº 451-B de 31 de maio de 1890, regulamentado pelo Decreto nº 955-A de 05 de novembro de 1890, que criou o sistema de registro imobiliário, conhecido como Registro Torrens. Que “sobreviveu apenas como instrumento de absolutização da propriedade privada” (TORRES:2012:56)⁸. Cabe destacar que este sistema de registro não foi obrigatório, e que a legislação mineira, posteriormente, foi tornado-o facultativo, para os títulos de concessão de terras devolutas.

Três meses depois da promulgação do Registro Torrens, passou a vigor o Decreto nº 720 de 05 de setembro de 1890 que contemplou a demarcação, medição e divisão da propriedade particular que se encontrasse em pró-indiviso. Esse regulamento abriu possibilidades para que fossem movidas ações judiciais que visaram a regularização dos limites entre os imóveis rurais particulares, e também imóveis pretensamente ou supostamente particulares. Esse Decreto vigeu até a promulgação do Código do Processo Civil de 1939, que basicamente reproduziu os seus princípios.

O Decreto nº 720 de 1890 foi o mecanismo jurídico mobilizado para abertura dos processos judiciais movidos na década de 1920 e 1930, pelas elites locais de Grão Mogol (comerciantes, fazendeiros, mineradores, juízes, agrimensores, maçons). Tendo em vista a sua importância para a questão analisada nesta tese, examino o seu conteúdo na sessão 2.3.1.

O Registro Torrens e o Decreto nº 720 de Divisão e Demarcação de Terras antecederam a *Carta Magma* em, respectivamente, 9 meses e 7 meses. Sendo assim, pode-se considerar que por parte dos juristas e legisladores houve uma intenção ou uma preocupação com o cenário fundiário, que justificou naquele contexto provisório impor-se normas à frente da Constituição que estava sendo discutida pelo legislativo, nesse ínterim considerou-se os interesses das lideranças do Partido Republicano Paulista.

⁸ TORRES, M. G. *Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A partir da promulgação da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* em 24 de fevereiro de 1891 os estados passaram, gradativamente, a organizar seus Serviços de Terras. Uma vez que, essa carta constitucional transferiu o controle sobre as terras devolutas para os estados.

Martins (1981), Silva (1998), Motta e Mendonça (2002), Oliveira e Farias (2009) e Torres (*op. cit*) chamaram a atenção para o problemático contexto em que se deu a transferência do controle das terras devolutas para o controle dos estados.

Para Martins (*idem*:50-51) com a passagem das terras devolutas para as mãos dos estados em 1891 “(...) se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar os limites entre as fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade fundiária”. Sendo assim, as terras de antigos agregados e vaqueiros convertidos em sitiantes sofreram ameaça de incorporação ao patrimônio dos grandes fazendeiros.

Essas análises anteriores nortearam a busca pela compreensão de uma questão específica desse contexto. Qual teria sido o impacto das ações de divisão e demarcação de fazendas na apropriação privada das terras de uso comum no Norte de Minas Gerais? Este questionamento trouxe à baila a análise da aplicação do Decreto nº 720 de 05 de setembro de 1890, e os meios pelos quais as elites agrárias locais manejaram esta norma e a sua burla. Dentre os processos imobiliários de divisão e demarcação de terras que tramitaram na, então, Comarca de Grão Mogol (os autos das *ações demarcatórias das fazendas Marimbo, Riacho Dona Rosa, Curralinho, Lagoa dos Patos, Pé Grosso e Lages, Santa Quitéria, Ribeirão das Piabanhas, Ribeirão da Areia, Gado Bravo, Santa Cruz, Curral Novo, Sítio Novo, Jatobá, São Pedro e Sobrado*) foram as fontes que subsidiaram os questionamentos e a busca por respostas às hipóteses formuladas sobre esse processo.

Através do estudo dessas ações verificou-se uma prática judiciária disseminada também em outras comarcas do norte de Minas – abriram-se condições para apropriação privada das terras camponesas de uso comum e também de terras quilombolas⁹. Através dos documentos apresentados nos autos foi

⁹ Os quilombos, também denominados por “*terras de preto*”, “*mocambos*”, “*comunidades livres rebeldes de africanos*” emergiu, simultaneamente, à luta dos povos indígenas. Quando refiro aos territórios quilombolas, na atualidade, estou tratando das frações do território ocupadas por descendentes dos negros escravizados que lutaram contra os senhores fazendeiros rentistas/senhores de escravos que guerream e mataram muitos negros nesse processo. “*Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial*” (OLIVEIRA, 2007:135). O século XVII, na Capitania de Pernambuco foi uma época de grande relevo no que tange à formação de comunidades livres

possível a reconstituição e aproximação da história da origem da propriedade naquela comarca e, sobretudo, questionar o destino dos quinhões, em que as glebas de maior extensão, ou privilegiadas em termos de bens naturais, foram adjudicadas aos grileiros. Muitos dos quais sequer apresentaram qualquer documento (com ou sem legitimidade) de comprovação da propriedade (o título *jus in re*, necessário para requerer uma ação para este fim). E ainda assim, lograram o status de legítimos possuidores a partir da prática processual demarcatória – conduzida a partir de uma articulação entre os suplicantes da divisão, agrimensores, arbitradores e funcionários públicos – que culminou em sentenças judiciais que adjudicaram enormes extensões de terras, dando existência documental (cartorial) às fazendas que nunca existiram, sobretudo, com as características admitidas pelos grileiros.

O caráter rentista do capitalismo no Brasil é um pressuposto teórico basilar para a compreensão do processo de constituição da propriedade privada da terra. O sociólogo, José de Souza Martins, desenvolveu essa tese em suas obras “*O Cativo da Terra*” e o “*O Poder do Atraso*”. Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se concretizou, principalmente, através da fusão do capitalista e do proprietário de terra em uma mesma pessoa. Este processo que tinha sua origem na escravidão vinha sendo cada vez mais soldado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras e o final da escravidão. Desde então, o rentismo¹⁰ tinha sido favorecido pela manipulação da legislação, atrelada a uma

rebeldes de africanos, o Quilombo de Palmares, por exemplo, floresceu como um conjunto populoso e florescente de comunidades espalhadas por aproximadamente 350 quilômetros (MORAES, 2000:363). De acordo com João Batista COSTA (2008) no Norte de Minas, também se reconhece a denominação “Calhambos” às centenas de comunidades rurais formadas por descendentes de negros resistentes à escravidão, que no período colonial e imperial fugiram “*para viver com liberdade e autonomia de vida*” nas terras rejeitadas pelos brancos e indígenas devido à endemia da malária. Tendo em vista que o processo de luta pela conquista dos territórios quilombolas, tem uma posição na história da ocupação das terras no Brasil, portanto, que demarca as singularidades oriundas da negação do escravismo pela própria população negra. A meu ver, até o presente, justifica-se diferenciar as terras quilombolas, das terras camponesas no Brasil.

¹⁰ Na recente tese de Gustavo Prieto (2016) intitulada “*Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra*” o autor analisou as dimensões rentistas da apropriação de terra no Brasil. Analisando como a lei e o aparato jurídico construído pelo Estado visam garantir o direito à propriedade privada capitalista da terra. O autor trouxe também para o centro do debate a fundamental contribuição de Rosa Luxemburg ([1913] 1985) que por sua vez, debateu o papel estrutural do Estado no arranjo desse processo de produção, o qual coaduna os marcos jurídicos de gênese da propriedade privada capitalista e de proteção constante a essa classe de proprietários de terra como uma classe capitalista. Corroboro com a afirmação de Prieto, para quem o Direito serve para ir transformando

prática judiciária, negligente ou criminosa que transformou grileiros em proprietários de terra. Esse processo desigual de apropriação privada das terras que envolveu a extração da renda fundiária¹¹ em diferentes contextos, que se somaram ao longo do processo de expansão do modo de produção capitalista no campo no Brasil, passaremos a denominar por *grilagem judicial*.

A *grilagem judicial* abarca a regulação das terras no país, o estudo das formas, ritos jurídicos, das práticas e condutas profissionais, e a análise das legislações federais e estaduais que sucessivamente regulamentaram as terras no Brasil, que serviram de base para que fossem tomadas decisões processuais, tornando terras devolutas, camponesas, quilombolas e indígenas em terras particulares ou objeto de rentismo¹².

Em Minas Gerais a ambição dos latifundiários em regularizar, ampliar os limites das fazendas e de apropriar-se das terras devolutas – ganhara impulso com a Constituição Estadual de Minas Gerais de 15 de junho de 1891, que em seu Artigo 3º repetiu o princípio da defesa da propriedade privada em sua plenitude (§17) emanada da primeira Constituição da República.

Conforme constatou Silva (2008:268), o governo federal abriu mão da implementação de uma política de ocupação de terras devolutas, entre 1897 a 1911, deixando a cargo dos governos estaduais e atendendo aos anseios das oligarquias regionais.

A virada do século XIX para o século XX, foi um contexto singular de transformações políticas e disputas pelo controle do poder por parte das elites agrárias brasileiras que, conseqüentemente, refletiram no ordenamento jurídico e no controle sobre as terras do país.

“em legal aquilo que anteriormente é crime, infração ou delito, mas assegura, sobretudo, essa transmutação jurídica às classes dominantes. E ainda produz, ao menos juridicamente, a noção de legitimidade das práticas de apropriação privada que favorecem a transfiguração de “grileiros” em “proprietários de terra” PRIETO (2016:258)

¹¹ A renda da terra desde sua exposição por Marx (no livro III de O Capital), tem sido central para a interpretação dos conflitos entre as classes sociais no campo. Para Marx, o controle da renda da terra está no cerne da reprodução da classe dos proprietários de terra. Considero que a reprodução social desta classe está centrada na acumulação de terras, pois é através do acesso à terra que uma parte dos capitalistas se reproduz. “[...] Além disso, os próprios burgueses se têm convertido também em proprietários de terras”. (MARX, 1969:259).

¹² Para chegar a este conceito, além do processo analisado nesta tese, foi fundamental, os diálogos e a orientação do professor Ariovaldo U. de Oliveira, com quem pude debater essas questões e que tem se dedicado à compreensão das dinâmicas territoriais que envolvem a formação da propriedade da terra no Brasil, inclusive orientado teses sobre a prática da grilagem em diferentes áreas do país.

Nesse período, delimitei o início da *grilagem judicial* no norte do Estado de Minas Gerais desdobrada na confluência de três normas, a Carta Constitucional de 1891, que transferiu para os estados a responsabilidade sobre as terras devolutas, a Constituição de Minas Gerais que afirmou a garantia da propriedade plena, e a criação do Decreto nº 720 de 1890. E possivelmente, o Registro Torrens, cujos reflexos para apropriação privada das terras devolutas em Minas Gerais necessitam ser pesquisados.

A regra do judiciário, salvo as exceções, tinham sido aplicar a legislação aos pequenos posseiros punindo-os, *“porém, tem sido, de certo modo condescendente, como os médios e grandes grileiros das terras públicas devolutas ou não.”* (Oliveira, 2013). Sendo assim, em grande número de casos, a justiça tem sido praticada de forma ritual¹³. E o aparelho do Estado tem sido colocado ao serviço das elites, favorecendo a grilagem e institucionalizando-a, e, desse modo, favorecendo a apropriação privada das terras públicas.

A prática judiciária¹⁴, inscrita na história da apropriação territorial mineira, tem favorecido aos proprietários de terra, em detrimento da afirmação direitos dos camponeses, dos quilombolas e dos povos indígenas. Ao analisar a regulação das terras pelo Estado, desde o século XVIII até os dias atuais, pude constatar que houve um pacto das elites fundiárias com o Estado (Colonial, Imperial e

¹³ Reconheço a enorme contribuição das teses inspiradas em Thompson (1998), que interpretam que *“os destituídos de poder”*, na história, lutaram pelo direito à terra, por meio da arena jurídica, conforme rigorosamente constataram em suas teses Márcia M. Motta (1996) e também Elione Guimarães (2004), que alargam os horizontes para as análises da história do campesinato no Brasil. Nos casos analisados em suas respectivas teses, os camponeses e libertos foram derrotados pelos poderosos que detinham mais poder sobre o aparato judiciário. No presente, camponeses, quilombolas e indígenas continuam buscando também em disputas judiciais, a afirmação dos seus direitos, entretanto, compreendo que este caminho coloca os *“sem terra”* e *“sem território”* em um caminho desigual de disputas, sujeitos a conjunturas políticas, à decisões de pessoas do judiciário, do executivo e do legislativo (juízes, promotores, procuradores, ministros, governadores, senadores e deputados), entre as quais se estabelecem relações pessoais e de poder, em geral, identificadas com a defesa da grande propriedade capitalista da terra, que tem escrito capítulos sangrentos no campo no Brasil. Daí, compreendo a necessidade de construção de caminhos de organização política e de defesa da terra para a reprodução da vida para além das estruturas jurídico-políticas do Estado capitalista.

¹⁴ No âmbito do Direito, em uma vertente teórica marxista distinta da qual me baseio, cabe ressaltar a destacada contribuição do jurista Alysson Leandro Mascaro (2013) em seu livro *“Estado e Forma Política”*, que realiza uma análise sobre o Estado e ao Direito fundada na crítica da economia política capitalista, *“no seio das explorações, das dominações e das crises do capitalismo atual”*. Portanto, expõe os limites do Direito, no seio do capitalismo, como meio de transformação social. Considero também que a prática jurídica não deva ser pensada como uma *“instância decisória neutra, independente de influências exteriores e, por isso, legitimada ao trabalho de aplicação objetiva das regras jurídicas”*, conforme questionou Veríssimo (2006:22-76).

Republicano)¹⁵. Isto porque, os latifundiários foram amplamente beneficiados pelas políticas públicas e pelas letras das legislações (muita das vezes inconstitucionais) colocadas em prática para o amplo exercício do rentismo.

Em resumo, é possível afirmar que o aparato jurídico-político do Estado de Minas Gerais foi apropriado pelas elites fundiárias, que além de burlarem as leis também elaboram normas para regular o acesso à terra e privatizá-la. Conforme analiso no capítulo 2.

A rigor, as ações de divisão e demarcação de terras jamais deveriam incidir sobre as terras devolutas. Entretanto, a meticulosa análise dos processos de divisão e demarcação comprovaram que, na antiga Comarca de Grão Mogol, elas foram instrumentos hábeis para apropriação privada das terras públicas, através da emissão de títulos de propriedade pelos juízes da Comarca de Grão Mogol que julgaram as ações.

Nas décadas de 1920 e 1930, quando Grão Mogol era sede da Comarca, o Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, o Cartório de Ofícios e Notas¹⁶, o Fórum de Grão Mogol e a Coletoria Municipal foram o *locus* da grilagem. E retornando-se aos seus arquivos encontra-se materiais de pesquisa que revelaram a acintosa grilagem de terras devolutas e terras camponesas, ocorrida em diferentes contextos.

A rigor essas instituições deveriam fiscalizar os documentos visando o cumprimento das leis. Ao contrário, os cartórios de ofício e a “Coletoria Municipal” situadas no mesmo imóvel foram os locais onde foram emitidas certidões, que remeteram a processos de inventários inexistentes, carimbadas certidões de áreas

¹⁵ De acordo com Silva (2008:271), as obrigações legais dos sesmeiros foram modificadas por diversas vezes pela metrópole. E uma quantidade imensa de avisos foram produzidas pelo Estado Imperial, para alterar as determinações ao longo de 1850-1889. E a República seguiu multiplicando toda essa confusão legal pelos diversos estados da federação, *“que modificaram constantemente suas regulamentações, dilatando prazos, reorganizando o Serviço de Terras, alterando a data da validade dos processos.”*

¹⁶ Nesse período, em Grão Mogol, os cartórios de Registro de Imóveis e de Ofícios e Notas eram de responsabilidade da família de sobrenome “Marinho Paulino”. Era o Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e 1º Tabelionato de Protesto fundado em 17/05/1884. Em 09/05/1892 foi fundado o Cartório de 1º Ofício (atual “Cartório Amadeu Ferreira Paulino”). O Cartório de Registro de Imóveis foi separado da serventia de Ofício, no período foco da análise teve como tabelião responsável Hilário Marinho Paulino. Com a atualização do Cartório de Registro de Imóveis de Grão Mogol (CRI-Grão Mogol), em 22/06/2009 passou para outro tabelião José Márcio Pena Júnior. De acordo, com o funcionário do Cartório de 2º Ofício (“Cartório Collares”) essa serventia foi fundada em 1840, mas o primeiro documento arquivado é de 1823. As certidões/transcrições imobiliárias foram recolhidas no CRI-Grão Mogol e as cópias dos *processos de divisão e demarcação* nos cartórios de 1º e 2º Ofício onde encontram-se arquivadas.

ampliadas, emitidos talões de coletorias de imóveis se registro imobiliário, emitidas matrículas sem títulos de origem, emitidas também matrículas com retificação de áreas.

Além dos processos de divisão e demarcação que foram analisados, consistiu em evidência empírica para a afirmação da *grilagem judicial*, a análise de outras fontes¹⁷ que documentam a continuidade dessa prática enquanto estratégia mobilizada pelos proprietários de terras e também pelos empresários capitalistas, também serviram de fontes:

i) As certidões imobiliárias em nome de empresas Rio Rancho Agropecuária S/A, FLORESTAS RIO DOCE S/A, que revelaram que as áreas dos imóveis divididos foram objeto de compra e venda entre as elites locais e empresas de plantio de eucalipto, como também foram objeto de retificação de matrículas e ampliação de áreas, e também de processos de usucapião de terras públicas. Também quando necessário, foram utilizadas certidões imobiliárias em nome de pessoas específicas visando melhor compreensão do processo e dos sujeitos sociais envolvidos.

ii) Autos dos processos judiciais (Ação Discriminatória de Terras Devolutas Estadual Movidas pelo Estado de Minas contra a FOSCALMA em 2005. Ação de Manutenção de Posse com Pedido de Liminar movida pela Floresta Empreendimentos Ltda contra a geraizeira Lourdes Francisco da Costa em 2013. E, o falso processo de usucapião atribuído ao senhor Adão Alves de Souza no “Córrego dos Bois” movido em 2006).

Essas fontes revelaram que nas décadas mais recentes – os mesmos imóveis que na década de 1920 e 1930 foram objeto das ações de divisão e demarcação – continuam sendo apropriados pelas elites (rentistas locais, regionais e até empresas transnacionais). De modo que a prática judiciária continuou sendo mobilizada para favorecer aos grileiros de terras devolutas e de terras camponesas. Assim, nesta fração do território onde tem continuidade o processo de *grilagem judicial* instaurou-se um conflito agrário envolvendo camponeses geraizeiros, empresas capitalistas, elites locais, políticos e empresas capitalistas. Conforme explicou Rosa Luxemburg:

[...] O capital não conhece outra solução senão a violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de

¹⁷ As fontes cartorárias e judiciárias estão caracterizadas na página 45 dessa seção.

uma luta pela sobrevivência; a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total esgotamento ou aniquilação. [...] O método da violência é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras a sua acumulação. O capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas mais-produto capitalista. Mas, para tirar os meios de produção e a força de trabalho delas, e transformá-las em compradores de suas mercadorias, o capitalismo procura voluntariamente destruir sua unidade formal de identidade autônoma. [...] (LUXEMBURG, [1913], 1985: 255)

A *grilagem judicial* impingiu sobre o regime de uso comum das terras geraizeiras consequências socioterritoriais particulares a esse processo, cuja manifestação/consequência concreta denominei por *retaliação fundiária*. Tendo em vista que o processo analisado seguiu seu curso no presente, a *retaliação fundiária* tem ocorrido em frações do território, onde a propriedade privada capitalista da terra busca se estabelecer cercando as terras comuns, abarcando grandes dimensões de terras.

A *retaliação fundiária* é um processo geopolítico, pois se desdobra a partir do uso pragmático que as elites fundiárias fazem das estruturas do Estado, das instituições, das leis e da política para controlar frações do território. É também um processo dialético, permeado por conflitos de terras, lutas territoriais e também por disputas no interior da estrutura do Estado, por suas instituições, e pela aplicação e construção das leis. Embora, elas coloquem em disputa, também a permanência de relações comunitárias de produção indígenas e quilombolas, que tem base em relações anteriores à instituição do Estado capitalista no Brasil.

Considero que a aplicação das leis aplicação de leis emanada dos poderes legislativo, judiciário e executivo tem sido os pilares no qual se assenta a exploração capitalista e as bases firmes que protegem a propriedade privada e o rentismo. Marx (2013:805)¹⁸, explicou que na Europa Ocidental no final do século XV e ao longo do XVI, os camponeses, “os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação”

¹⁸ Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

Em a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Marx também anunciou a crítica ao Estado (nas bases propostas por Hegel), propondo a revolução para além do Estado e do direito. Marx, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel [Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes]. Prefácio à 3ª edição Alysson Mascaro]. 3ªed. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

foram submetidos à leis rigorosas e bárbaras, que restringia a liberdade de reprodução social da vida, sobretudo daqueles que negaram a imposição de novas relações de trabalho no campo e na cidade. Assim, desde a gênese do modo de produção capitalista, o jurídico e o político encontram-se atrelados, irmanados, na defesa da propriedade.

Sendo assim, considero a dialética inerente ao conceito de *retaliação fundiária*, pois, se pensarmos as terras geraizeiras como uma colcha de retalhos, podemos compreender as porções que são reunidas para formar este todo. Estas porções são os gerais, as grotas, os vales, as serras, as barrancas. A grilagem arquitetada no Norte de Minas buscou *retaliar* restringir o todo, por meio da sentença judicial, eliminar a comunhão das terras, fragmentar, transformar um todo em um pedaço separado, uma propriedade, cercada, esvaziada, apartada dos geraizeiros que a constituem.

Nesse estudo constatei que a apropriação privada das terras, decorrente da *grilagem judicial*, não se encerrou na produção de títulos imobiliários para legitimação de propriedade particular, cuja finalidade ela se aplicou. A *grilagem judicial* reproduz uma força contrária impulsionando a luta permanente pelas frações do território, por parte dos camponeses e quilombolas, atingidos pela *retaliação fundiária* que emerge como manifestação contraditória da *grilagem judicial* nas terras de uso comum.

A *retaliação fundiária* passou a desenrolar-se em meio ao conflito entre as classes sociais permeados pelas leis e os costumes, em que:

Leis e costumes se debatem em todos os planos da vida social, mediando principalmente as formas de acesso à terra, a organização do trabalho e os revestimentos simbólicos das relações sociais. Não se trata simploriamente de um passado (o costume) que tenta coexistir com um presente (a lei). Trata-se de leis antigas, dissociada hoje das ordenações que os amparavam [...] Trata-se também, de um direito costumeiro gerado em contracorrente ao direito escrito dos códigos dominantes. Em ambos os casos, são jurídicos que se embebem em relações calcadas em interesses opostos, de distintos matizes, no passado quanto no presente. Em ambos os contextos, o fazer invade o tecido legal, entretecendo-se com o contrato, negando-o ou aliando-se a ele. (MOURA, 1983:27-28)

No bojo do processo de *retaliação fundiária*, busco evidenciar o conflito agrário que tem colocado camponeses, movimentos sociais e organizações políticas frente a frente com os grileiros de terras, políticos, instituições governamentais, as

estruturas do judiciário, empresários capitalistas. No Capítulo 6 (*Luta geraizeira: da retaliação fundiária à utopia camponesa nos gerais*) apresento histórias de lutas camponesas, que em diferentes momentos na história, em defesa meios de reprodução de sua existência estruturado em um regime de uso comum da terra, contrapuseram o movimento de avanço da propriedade privada que foi capitaneado pela *grilagem judicial*. No movimento contraditório e desigual de avanço do capital, trata-se de voltar-se para a compreensão da posição do costume no conflito de classes, “na interface da prática agrária com o poder político”¹⁹.

Através de ações individuais (que caracterizaram luta no passado), ou organizadas coletivamente (a partir da década de 1990). Destaco como materializações da luta, re-tecituradas da “*colcha geraizeira*” desfeita pela *grilagem judicial*, exemplos de práticas sociais camponesas de resistência, os assentamentos de reforma agrária (PA Tapera, PA Americana), a luta pela demarcação ou reconversão de unidades de conservação da natureza como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tamanduá e pela reconfiguração do Parque Estadual de Grão Mogol, e a luta pela autodemarcação do Território Geraizeiro dos Vales das Cancelas. Todas essas lutas²⁰ estão inseridas no interior ou nas proximidades da área correspondente das terras demarcadas e divididas nos processos imobiliários em questão.

¹⁹ THOMPSON, E. P. Costume, Lei e Direito Comum Capítulo 3. In: *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (p.86-149). Este texto de Thompson, conforme explicado pelo próprio autor, trata-se de “um estudo tangencial dos usos do direito comum, e igualmente da lei e das noções de direito de propriedade” no bojo dos cercamentos ingleses no século XVIII. Que desde sua implementação revelou “um volume espantoso e uma variedade de formas de protestos nos registros locais incluindo a derrubada de cerca, o que poderia continuar por anos depois do término dos cercamentos”. Tal reação conseguiu retardar os cercamentos por décadas e de vez modificar os seus termos. Corroborando com Thompson, a professora Márcia Motta (2009:55) reforçou que “as ações em defesa das terras de uso comum são partes da trajetória de resistência – múltipla e complexa – do campesinato do século XVIII. Um mesmo denominador é encontrado em vários movimentos camponeses.”

²⁰ Em outras áreas do Norte de Minas, verifica-se processos de apropriação privada da terra pela grilagem, e processos de luta pela terra, como por exemplo, a reconversão de unidade de conservação que resultou na criação da Reserva Desenvolvimento Sustentável – RDS Nascentes Geraizeiras (nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo). Também a recategorização do Parque Nacional das Sempre vivas para uma RDS (processo que tem sido analisado na tese de doutorado de Fernanda Testa MONTEIRO, no prelo. *Campesinato e terras de uso comum na porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais*, FFLCH-USP. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira). E a reconfiguração dos territórios quilombolas Peixe Bravo e Brejo dos Crioulos. As retomadas dos territórios indígenas Xacriabá (em São João das Missões/MG) e povos Tuxá em Buritizeiro/MG. São terras em disputa atingidas por um vasto processo de grilagem que afetou o Norte de Minas.

As lutas em curso no Norte de Minas mostram que os geraizeiros buscam romper a *retaliação fundiária* imposta e retomar a comunhão das terras e a partilha no sentido de compartilhar os bens comuns que brotam e florescem das plantas do Cerrado, das nascentes, das barrancas, das chapadas, das veredas, terra de produção e reprodução da vida, de alimentos, de cultura e de saberes. Neste sentido, naquela colcha outrora desfeita passam a ser tecido os fios, unindo os retalhos, elaborando novas configurações (em forma de assentamentos, territórios indígenas e quilombolas, unidades de conservação de uso sustentável, e propriedades camponesas), como também novas formas de produção coletiva e individual. Uma vez que a *grilagem judicial* e a consequente *retaliação fundiária*, com a expansão do monocultivo de madeira e drástica redução das áreas extrativas do Cerrado inviabilizaram no presente contexto, a reprodução dos códigos e práticas costumeiras de produção.

Desde o início, o campesinato geraizeiro não aceitou pacificamente as práticas sociais de grilagem, muitos foram à luta, tantos outros persistem lutando pelo seu pedaço de chão e pelos gerais de todos, os gerais da fartura.

Sendo assim, esta tese foi gestada no seio dessas lutas. E tem a fundamental contribuição do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, quem antes de mim teve contato, em campo, com o campesinato geraizeiro e suas lutas e identificou as primeiras certidões imobiliárias e os processos judiciais – de divisão e demarcação das fazendas *Riacho Dona Rosa* e do *Marimbo* e o *inventário do Coronel Júlio Guimarães* – os primeiros documentos empíricos, a partir do qual foi possível formular uma hipótese e conceber a tese da *grilagem judicial* como prática parte do processo que deu origem à propriedade privada da terra nos municípios da Comarca de Grão Mogol, MG. A partir das fazendas indicadas como confinantes dessas iniciou-se a busca pelos outros processos, levando à confirmação de não terem sido casos isolados, e sim uma estratégia em nível de Comarca, e além disso uma prática em outras comarcas no Norte de Minas nas primeiras décadas do século XX.

Oliveira (2013), ao discriminar a cadeia dominial dos imóveis circunscritos na área de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tamanduá. Detectou “vícios de origem” nas matrículas de imóveis rurais registrados nos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Grão Mogol/MG e Porteirinha/MG. Na ocasião ele realizou os levantamentos para realização do

Diagnóstico socioeconômico e fundiário (2012-2013), para a criação dessa unidade de conservação de uso sustentável, situadas nas terras dos municípios de Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas. Nesse estudo, Oliveira levantou uma questão: de que as elites locais se anteciparam à ação do Estado, e com o apoio do judiciário dividiram as terras entre si, através do estratagema dos pedidos de divisão judicial das “fazendas” sem base legal para tal, e sobretudo, porque transformou simples recibos de compra e venda como portadores do direito. O ponto de partida para a investigação foram os resultados do referido *Diagnóstico Socioeconômico e Fundiário*²¹, que me possibilitou acessar preciosas informações sistematizadas sobre os imóveis na unidade de conservação em processo de regularização, bem como a produção camponesa local; registros fotográficos; cadeias sucessórias de imóveis, e cartografia dos imóveis discriminados.

A partir desse generoso compartilhamento de informações por parte do professor Ariovaldo (de quem também tenho a orientação acadêmica) tive a primeira aproximação com o tema da grilagem no Norte de Minas. Mais que um tema de pesquisa, entregou-me três presentes acadêmicos.

Primeiro, uma rica fonte documental a ser perseguida, reveladora de práticas geopolíticas de grilagem em Minas Gerais, ainda não investigadas. Segundo, uma problemática de pesquisa, sobre a questão agrária no Norte de Minas, inserida no coração das lutas territoriais travadas pela afirmação do direito de uso comum da terra, por parte do campesinato geraizeiro, quilombolas e indígenas da região. Conhecer e aproximar-me dos sujeitos dessas lutas, em grande medida, acolheram as minhas utopias. E terceiro, uma questão de pesquisa permeada por práticas sociais de apropriação das estruturas jurídico-políticas do Estado, que permitem

²¹ O Diagnóstico Fundiário é um documento exigido no processo de criação de uma Unidade de Conservação da Natureza, nele consta a caracterização fundiária (contendo cópias de documentos obtidos em cartórios, órgãos públicos e com proprietários, quando há, além de mapas com malha fundiária, localização das benfeitorias, outros pontos de interesse, e fotografias. Além de levantamentos em campo, na área de estudo, nos cartórios de registro de imóveis e em instituições pertinentes, como: prefeitura, órgão de terras do estado, INCRA, SPU e outros. Tem objetivo de levantar a documentação das terras de domínio público (estadual e federal), inclusive devolutas, identificando em qual instituição estão arrecadadas; análise do percentual das terras públicas e privadas. Apresenta-se a malha fundiária da área de estudo com dados georreferenciados, mapas, memoriais descritivos, plantas e levantamento in loco dos imóveis rurais, com coleta de dados georreferenciados apurados em campo.

continuar em uma linha de investigação acadêmica acerca do rentismo e da *territorialização*²² da classe dos proprietários de terra no Brasil²³.

Decorre que na fração territorial de análise – deparamos com dados sobre a ação rentista de um político ruralista mineiro, referido na dissertação. Newton Cardoso, empresário, agropecuarista, político, que foi Governador do Estado de Minas Gerais entre 1987 a 1991, Vice-Governador entre 1999 a 2003, Deputado Federal em três legislaturas, três vezes Prefeito de Contagem/MG. Herança política transmitida ao seu filho Newton Cardoso Júnior que já ocupa o cargo de Deputado Federal. Através do grupo “Newton Cardoso”, da empresa Rio Rancho Agropecuária S.A. e da Bagatelle Imobiliária Ltda, que além de ter vendido uma imensa área vendida para a empresa NORFLOR Empreendimentos S/A, controla pelo menos trinta e três mil, oitocentos e vinte sete hectares e noventa e seis ares (33.827,96 hectares) de terras conforme as certidões imobiliárias analisadas, inclusive, algumas dessas terras encontram-se inseridas na disputa com os camponeses pela demarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*.

Defrontar novamente com a figura política de Newton Cardoso permitiu-me adentrar, na especificidade da grilagem afirmada na dissertação (em 2012), em que a ação rentista dos ruralistas foi documentada, todavia de forma panorâmica. Através desse exemplo, foi possível expor que os capitalistas/proprietários de terra e os políticos ruralistas agem apropriando-se do legislativo, do executivo e também do judiciário. Colocando as instituições a serviço da grilagem e do rentismo. Tal

²² Para Oliveira (1999; 2001; 2004; 2007), as transformações da produção na agricultura capitalista mundializada, podem ser lidas a partir de duas lógicas distintas da *territorialização dos monopólios* e *monopolização dos territórios*. Nos detenhamos ao primeiro conceito, que caracteriza o processo na área investigada, no movimento de “*territorialização do capital monopolista*”, a produção comanda a circulação, ou seja, o capitalista industrial, o capitalista da agricultura e o proprietário de terras constituem a mesma pessoa física ou jurídica, neste caso se tem a hegemonia no modo capitalista de produzir na agricultura. O exemplo utilizado por Oliveira (2004:42) é das usinas ou destilarias, “*indústria e agricultura são partes de um mesmo processo, capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome são a mesma pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos boias-frias*”. Outro exemplo, apontado por Oliveira é o das empresas do *setor celulístico-papeleiro*, cujo processo foi investigado por Malina (2013).

²³ Cabe mencionar que os estudos sobre os proprietários de terra no poder iniciei na dissertação “*A questão agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional*” (COSTA, 2012) também sob orientação do professor Ariovaldo. Nesse estudo tracei um perfil dos senadores e deputados federais ruralistas, que legislaram entre 1998 a 2010, muitos dos quais oriundos de oligarquias políticas estaduais, e outros que se consolidaram na política durante o período militar e que permanecem legislando, e difundindo ramificações de controle político através de seus familiares em várias esferas do poder legislativo e executivo.

realidade caracteriza o avanço das relações capitalistas de produção no campo no Brasil.

No percurso histórico, as elites fundiárias escreveram sua marca na apropriação territorial capitalista, tomaram as rédeas da política, e por meio do *clientelismo* e também da violência lograram os meios para controlar as decisões sobre as terras públicas. Seguindo esse movimento, que no presente se projetam nos cargos executivos e legislativos bem como nos episódios do rentismo, nomes de relevo na política mineira e nacional, assim como Newton Cardoso (PMDB), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR) e Aécio Neves (PSDB), encontram-se envolvidos nos processos de apropriação das terras públicas nos longínquos municípios do Norte de Minas. Embora distantes dos centros de mando da política e da concentração urbana e industrial da região metropolitana de Belo Horizonte, encontram-se estão articulados pela política, pela grilagem, pelo clientelismo e pela exploração das terras para a produção de carvão e madeira para as siderúrgicas instaladas na região de Sete Lagoas e no Vale do Aço. Neste propósito, assinalo a relação de políticos locais com a apropriação das terras na fração de estudo, bem como os vínculos familiares existentes entre grileiros locais que se projetaram na política estadual.

Todas estas questões que permeiam a tese foram analisadas com base na interpretação do desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil com base na perspectiva dialética²⁴ que compreende o território na sua dimensão histórica, na sua contradição e na totalidade concreta dos processos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, simbólicos. Parto da compreensão teórica desenvolvida pelos autores²⁵

²⁴ Sendo assim, convirjo com a corrente teórica da Geografia Agrária, que parte do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, (Thomaz Júnior, 1988; Fernandes, 1994; D'Marco, 1996; Marques, 2000; Bombardi, 2006; Paulino, 2008, Mitidiero Júnior, 2008 dentre outros) orientados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

²⁵ CHAYANOV, Alexander Von. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Ed. Nueva Vision, Buenos Aires, 1974;

SHANIN, Teodor. *La Clase Incomoda*. Alianza Editorial, Madrid, 1993;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, *Os Colonos do vinho*; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978. p.182

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1981;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Agricultura Camponesa no Brasil*, Contexto, São Paulo, 1996

MARQUES, Marta Inês Medeiros, *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, orientada pelo Prof. Ariovaldo U. de Oliveira, São Paulo / maio de 1994

BOMBARDI, Larissa Mies. *Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)*. Doutorado em Geografia (Geografia Humana) FFLCH/USP, Ariovaldo Umbelino de

que interpretam o campesinato como parte integrante do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção:

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 2007:11)

No bojo dessa interpretação, considero o terreno da luta de classes como a base para o desenvolvimento da sociedade e a formação da propriedade privada da terra a expressão concreta da expansão territorial das formas capitalistas de produção no campo que articula relações de produção locais à escala mundial.

Baseio-me na compreensão marxiana de que a sociedade é fruto do modo de como a sociedade produz sua existência onde infraestrutura e superestrutura encontram-se articuladas:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo modo/ de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004:40).

A configuração histórica específica ao território²⁶ dada pelas relações sociais de produção e pela lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas. *“Logo, o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização da natureza.”* (OLIVEIRA, 2004:40). Dentro desta perspectiva da articulação contraditória entre a produção econômica e o

Oliveira (orient). São Paulo, SP, Brasil, 2006

²⁶ Para Raffestin (1993) o território é consequência das relações de poder produzidas pelo homem no espaço. *“É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é “a prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si [...].”* (RAFFESTIN, 1993:143-144)

aparelho jurídico-político analisei a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais.

[...] ao mesmo tempo que em que o capitalismo se mundializou, mundializou o território capitalista, a terra se nacionalizou. É, pois, também dessa contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. (OLIVEIRA, 2004:41)

Historicamente foi permitido aos proprietários de terra ou aos capitalistas\proprietários de terras criarem as condições para apropriação da renda capitalista da terra. A contradição reside, pois, na possibilidade histórica aberta pelo desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, são estas condições que marcam o processo de *territorialização* do capital, especialmente a *territorialização dos monopólios*²⁷.

No Norte de Minas a *territorialização* das empresas de plantio de madeira foi tornada possível pela ação do Estado e por um viés interpretativo do Direito que favoreceu a grilagem, retaliando as terras, *recantilando*, em muitos casos expulsando os posseiros e pequenos proprietários. Portanto, não subordinou e nem se apropriou da renda da terra da produção camponesa, segue apropriando-se da renda fundiária, e da mão de obra camponesa. Destarte, é imprescindível pensar o papel do aparelho estatal inserido nessa lógica da grilagem e privatização de terras públicas, e da entrada das empresas capitalistas no campo (empresas de eucalipto e madeira plantada, siderúrgicas e mineradoras).

No bojo da *territorialização do capital monopolista*, as elites locais e regionais, utilizando-se de novas estratégias de exercício de poder e mandonismo

²⁷ Para Oliveira (1999; 2001; 2004; 2007), as transformações da produção na agricultura capitalista mundializada, podem ser lidas a partir de duas lógicas distintas da *territorialização dos monopólios* e *monopolização dos territórios*. Nos detenhemos ao primeiro conceito, que caracteriza o processo na área investigada, no movimento de “*territorialização do capital monopolista*”, a produção comanda a circulação, ou seja, o capitalista industrial, o capitalista da agricultura e o proprietário de terras constituem a mesma pessoa física ou jurídica, neste caso se tem a hegemonia no modo capitalista de produzir na agricultura. O exemplo utilizado por (Oliveira, 2004:42) é das usinas ou destilarias, “*indústria e agricultura são partes de um mesmo processo, capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome são a mesma pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos boias-frias.*” Outro exemplo, apontado por Oliveira é o das empresas do setor *celulístico-papeleiro*, cujo processo foi investigado por Malina (2013).

político reproduzem o rentismo, e, entram em conflito com a classe camponesa, cuja coexistência engendra a disputa pelas frações do território capitalista.

Sendo assim, nas análises da questão agrária, penso ser pertinente, uma crítica radical ao processo de apropriação dos territórios e das terras no Brasil, voltando-se para a compreensão do Estado, suas instituições, suas leis e a ação das elites que teimam em controlá-lo e dispô-lo ao serviço dos seus desígnios de classe. Fomentando sangrentos episódios de violência e repressão aos indígenas, aos quilombolas, à classe camponesa e à classe trabalhadora.

Tendo em vista que durante o processo de pesquisa, busquei compreender como a grilagem permeou a formação da propriedade privada da terra em Grão Mogol, essa compreensão exigiu a análise de um período mais longo. Por isso, foi necessário visualizar o processo de formação de Minas Gerais, desde o período colonial (Capítulo 1)²⁸. Esse percurso, além de permitir contextualizar o debate sobre a ocupação do Norte de Minas, também forneceu elementos para entender a formação da grande propriedade e a estrutura fundiária do Estado de Minas Gerais.

A Constituição Imperial de 1824, incutiu no sistema jurídico brasileiro o fundamento da propriedade privada – alicerce para a difusão dos tratados e manuais sobre demarcação e divisão de terras públicas e particulares. Que consistiu também, na fundamentação teórica para o Decreto nº 720 de 1890, de Divisão e Demarcação de terras Particulares.

A Lei de Terras de 1850 prescreveu o acesso às terras públicas devolutas pela compra e venda e o seu regulamento em 1854, determinou “*o prazo de dois anos para que tanto os títulos de sesmarias e como os de posses fossem medidos e registrados nas freguesias*”, nesse período, sesmarias não confirmadas foram registradas na antiga Comarca de Grão Mogol.

²⁸Ter como recorte uma fração territorial do território capitalista inserida no Norte de Minas colocou-me, necessariamente, em contato com leituras que permitiram uma compreensão de como as ciências humanas têm interpretado essa região, e de como as políticas estatais apropriaram-se da construção deste recorte regional. Sendo assim, os debates apresentados nas teses e livros analisados que tratam de limites, sertões, gerais, construção de identidades norte mineira ou “baianeira”, os modos de como se produz no campo, os impactos das políticas governamentais, e, os movimentos separatistas (estes impregnados de intenções clientelistas) por parte dos ruralistas. Todas essas questões a meu juízo, perpassam a questão da formação geográfica e histórica daquela região. Embora, nos limites deste estudo, seja impossível enfrentar teoricamente todas, algumas delas atravessam o texto, e amiúde, serão apresentadas como parte de um debate ainda mais amplo, circunscrito na tentativa do exercício de “*ler a História sob o ponto de vista da Geografia*”, conforme colocou Antônio Carlos Robert MORAES (2001:113), posto que há “*um campo muito grande de trabalho para detalhar certas conjunturas, certos lugares [...]*”

A Constituição de 1891 passou terras devolutas para o controle dos Estados. A primeira lei de terras do Estado de Minas Gerais foi promulgada em Lei nº 27 de 25 junho de 1892, regulando a medição e demarcação das terras devolutas.

Nas primeiras décadas da república, o governo mineiro, através de leis e decretos persistiu na legalização das terras devolutas apropriadas de qualquer forma.

Assim, na confluência desse largo contexto, que as terras devolutas pertencentes à jurisdição da antiga Comarca de Grão Mogol foram sendo apropriadas privadamente. Nessa tese destaco o papel que os processos judiciais de divisão e demarcação de terra, movidos entre as décadas de 1920 e 1930, tiveram na formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas, dando origem à prática da *grilagem judicial*.

Cujos desdobramentos foram agravados com as políticas estatais de incentivos fiscais promovidas pela SUDENE e pela RURALMINAS, a partir da década de 1960. Como consequência dessas políticas foram realizados contratos de arrendamentos de terras públicas (com prazo de 20 a 23 anos) para as empresas de plantio de madeira para produção de carvão para as siderúrgicas, e foram registradas operações fraudulentas de compra e venda de imóveis, nos Cartórios de Registros de Imóveis (CRI's) das Comarcas de Grão Mogol, Salinas e Porteirinha. Além dessas estratégias de apropriação, as empresas invasoras também agiram de má-fé com os camponeses comprando frações muito pequenas de suas áreas, cujos títulos foram utilizados posteriormente para legitimar ações de usucapião, como também para justificar ilegalmente a expulsão dos camponeses de suas terras.

Assim, pelo processo da *grilagem judicial*, as terras devolutas e as terras camponesas, usadas comum pelos geraizeiros estão sendo griladas. Por uma via desigual e também criminosa, as terras continuam sendo passadas para o controle de empresas de eucalipto e madeira plantada e de empresas siderúrgicas, enclausurando em maciços de árvores, essa fração do território, desencadeando graves conflitos socioterritoriais, e processos de luta frente a *retaliação fundiária* engendrada por todo esse processo que remonta da instituição da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, cuja base rentista será debatida nessa tese.

Então, nesses diferentes contextos que culmina na *territorialização dos monopólios* da agricultura, no Norte de Minas, que busco com este estudo explicitar os diferentes sujeitos sociais envolvidos nas práticas de grilagem, tais como: i)

profissionais técnicos agrimensores, comerciantes locais, juízes, funcionários públicos, oficiais dos Cartórios de Registros de Imóveis; ii) instituições e agências estatais, RURALMINAS e Instituto de Terras de Minas Gerais; iii) empresas imobiliárias e empresas de exploração de madeira nativa e plantada e empresas siderúrgicas e de mineração; iv) os rentistas, proprietários de terras, fazendeiros, grileiros. E do lado oposto, o campesinato geraizeiro que se encontra em um processo permanente de luta pela reprodução da vida nas terras de morada e trabalho, revelando o lado do conflito presente no processo de apropriação das terras devolutas.

A fração do território, foco da análise, desde o processo de colonização foi dominada pela pecuária, atividade que articulava em terras comuns, o latifúndio, a produção camponesa e o extrativismo. A partir de meados do século XX, as relações sociais e de produção historicamente consolidadas no uso costumeiro da terra, passaram a disputar de forma conflitante as terras com os monopólios da agricultura e da mineração.

Combinadas a *grilagem judicial* e a *retaliação fundiária* no Norte de Minas têm continuidade e consequências no tempo presente, busquei compreendê-las. Embora os grileiros tenham outros nomes no presente, as vezes têm os mesmos sobrenomes das elites locais do passado, como também podem ser os mesmos “velhos políticos” sedimentados na estrutura política nacional.

Doravante, os rentistas, se aliaram, ou travestiram-se de empresas nacionais e transnacionais. A ação das empresas de plantio de eucalipto, siderúrgicas e de exploração mineral, a FLORESTAS RIO DOCE S/A (incorporada pela VALE S/A), RIMA INDUSTRIAL S/A, SICAFE Produtos Metalúrgicos LTDA, SIFLOR Florestamento e Reflorestamento Ltda, PLANTAR Reflorestamentos, NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda, RIO RANCHO Agropecuária S/A, FLORESTAMINAS Empreendimentos Agrícolas S/A, REPLASA Reflorestadora S/A, Mineração Riacho dos Machados LTDA (empresa subsidiária da empresa canadense CARPATHIAN GOLD Inc. adquirida em 2016 por uma empresa global de mineração, também canadense YAMANA Gold), INONIBRAS do grupo OTG (Osaka Tokushu Gokin), Sul Americana Metais (SAM) – conforme analiso no Capítulo 5 – protagonizam a grilagem de terras na fração territorial estudada, invadindo as terras de morada das famílias geraizeiras, descumprindo as leis, desmatando o Cerrado e

a Caatinga, transformando a biodiversidade em carvão, nas imensas carvoarias instalada pelas empresas nas chapadas, esgotando fontes de água, despejando veneno nas plantações de eucalipto, reduzindo a sociobiodiversidade. E até movendo ações judiciais contra os legítimos moradores das grotas, tornando-os vítimas de ação de despejo, e de outras fraudes que serão analisadas, na tese caracterizando a fase recente do processo de *grilagem judicial*.

O campesinato geraizeiro, cujos costumes de uso da terra em comum foram transmitidos por, pelo menos, sete gerações. Onde habituaram-se a criar o gado na solta, à larga nas chapadas, de onde também coletam os frutos, os remédios e produzem cultura, onde estabeleceram códigos costumeiros de herança e transmissão da terra.

Em síntese, nessa tese destaco a prática da *grilagem judicial* e o processo de *retaliação fundiária*, iniciados com as *ações de divisão e demarcação de terras*, movidos entre 1920 e 1930, na antiga Comarca de Grão Mogol. Por este processo, uma imensa porção de terras devolutas foram apropriadas ilegalmente através da estratégia geopolítica do processo de divisão das fazendas, seguida da ação política do Estado que criou mecanismos jurídicos para legitimar a grilagem. Coube aos políticos produzirem regulamentações inconstitucionais favorecendo os rentistas dispondo as terras para o monopólio das empresas siderúrgicas e de empresas de eucalipto e madeira plantada.

Os poderes legislativo, executivo e judiciário, que desde 1891 já vinha afrouxando apropriação privada das terras, sobretudo fazendo uso da legislação de terras, passou a promover políticas de “desenvolvimento” que contribuiu para os processos de transferência da terra pública para os latifundiários e empresas privadas no Norte de Minas. A participação do Estado nessa questão, teve impulso na região durante o governo federal do presidente mineiro Juscelino Kubitschek (1956-1960) e durante o Governo estadual de Israel Pinheiro (1966-1971), ambos filiados ao PSD. Quando foram criadas duas agências estatais, respectivamente, SUDENE e RURALMINAS que fomentaram a política agrária e agrícola no Norte de Minas, as consequências dessas políticas foram problematizadas no capítulo 3.

A *grilagem judicial* iniciada com os processos de divisão e demarcação de terras, foi consolidada pelas políticas estatais de incentivos fiscais, quando

aquelas mesmas propriedades de terras, cujas áreas foram ampliadas no papel, foram objeto de rentismo, sendo assim apropriadas pelas empresas de plantio de madeira para produção de carvão para as siderúrgicas, que acessaram imensas áreas de terras devolutas por meio de contrato de concessão de uso, também passaram comprar terras dos rentistas do tempo da divisão e de seus descendentes. Com o intuito de apropriar-se de imensas porções de terras, as empresas também recorreram à estratégia judicial de retificação de matrículas e de ações de usucapião. Na atualidade, parte dessas áreas abrigam em seu subsolo jazidas minerais, ao qual se somaram sujeitos sociais, interesses políticos e econômicos, incorporando mais esta questão ao conflito agrário instalado.

Com o objetivo de esclarecer os procedimentos de pesquisa, as fontes documentais utilizadas, evitando-se a retomada de informações, que poderiam tornar menos fluida a exposição dessa tese, a seguir faço uma exposição caracterizando a fração territorial de análise e as fontes documentais utilizadas.

A Fração Territorial de Análise

O recorte da fração territorial estudada foi orientado pela extensão do município de Grão Mogol na década de 1920 (Mapa 1) e pela extensão da jurisdição da Comarca²⁹, no período da tramitação dos processos judiciais de divisão e demarcação, tendo em vista que os processos:

- i) tramitaram nessa Comarca de Grão Mogol, confirmaram essa jurisdição como extensão para o exercício do poder praticado pelas elites locais, cujas condutas profissionais foram negligentes e até criminosas e envolveu técnicos agrimensores, juízes, arbitradores, profissionais dos cartórios e funcionários públicos, favoráveis à grilagem;
- ii) revelaram que as áreas das fazendas no período em que foram demarcadas, abrangeram uma grande extensão do município de Grão Mogol, que na atualidade, excede aos limites político – administrativos desse município. Fazem parte de outros

²⁹ A comarca corresponde ao “território” - leia-se fração do território – em que o juiz de primeiro grau exercerá sua jurisdição e pode abranger um ou mais municípios, dependendo do número de habitantes e de eleitores, do movimento forense e da extensão territorial dos municípios do estado, entre outros aspectos. Cada comarca, portanto, pode contar com vários juízes ou apenas um, que terá, no caso, todas as competências destinadas ao órgão de primeiro grau. (CNJ, 2016).

Daí compreende-se a Comarca como uma das extensões do aparato estatal. De acordo com Antônio Carlos Robert MORAES (2005), na modernidade, uma jurisdição, fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal. Referindo-se ao “Estado territorial”, Moraes explicou que “a construção política de uma jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica uma base física de poder, expresso num aparato estatal”. MORAES (2005:51)

que ainda não tinham sido criados, eram terras devolutas, fazendas e distritos que pertenciam à Comarca de Grão Mogol.

iii) na esfera da Comarca, a ausência de um juiz que impusesse a fiscalização da dos processos possibilitou a apropriação geopolítica na porção territorial até onde se expandia o poder jurisdicional. Nos processos analisados, temos evidência de que o juiz participou do processo de grilagem.

Verificados esses elementos optei pela Comarca de Grão Mogol, e seus desmembramentos, como norteadora da delimitação da área de estudo (Vide Mapa 2). O mapa inclui como referência histórica, a Comarca de origem Rio Pardo (atual Rio Pardo de Minas).

Consoante ao movimento de expansão territorial capitalista no Brasil impôs-se a divisão judiciária mineira, que iniciou no período colonial, a partir do ano de 1711 com a delimitação inicial da área da Capitania de Minas Gerais, em três comarcas (Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes), conforme afirmou em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Kátia Maria Nunes Campos:

As primeiras vilas deste ciclo foram instaladas em 1711, com a criação de três grandes comarcas: Comarca de Ouro Preto, abrangendo Vila Rica e Ribeirão do Carmo, depois cidade de Mariana, Comarca do Rio das Velhas, sediada em Sabará e Comarca do Rio das Mortes, sediada em São João Del Rei (Barbosa, 1995). A Comarca do Serro do Frio, sediada na mesma vila, foi desmembrada da Comarca de Sabará, em 1720 (Coelho, 1903, p. 430). Estas comarcas definiam o território mineiro de então e delimitavam o território da Capitania de Minas Gerais, desmembrado, em 1719, da Capitania de Minas e São Paulo. No início deste período, as estimativas são de cerca de 2.000 a 3.000 pessoas para o número inicial de habitantes (Oliveira, 1976), ao tempo do governador Artur de Sá, em 1702. Em 1709, em menos de uma década, Antonil (1967) calculava que a população das Minas atingira cerca de 30.000 almas. (CAMPOS, 2007:06)

Aproximadamente, quase toda a área correspondente ao Norte de Minas pertenceu à Província da Bahia (até meados do século XVIII) e à Província de Pernambuco (até as primeiras décadas do século XIX). Antônio Gilberto COSTA (2011) analisou que houve uma evolução de limites entre as capitanias de Minas e Bahia³⁰, durante a segunda metade do século XVIII, apenas parte do território da

³⁰ Através da análise da *“Carta Topografica das Minas novas do Arassuahy com adivizão das Minas geraes com a das Minas novas pertencendo à jurisdição da Capitania da Bahia as do Rio do Arassuahy”*, de 1752 e o documento cartográfico intitulado: *“Planta Geográfica do Continente que corre da Bahia de Todos os Santos até a Capitania do Espírito Santo e da Costa até o Rio São Francisco”*, de 1801. Esses materiais foram localizados pelo autor nos respectivos arquivos, “Mapa da Coleção Biblioteca de Guita e José Mindlin, São Paulo” e “Mapa sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”.

Capitania da Bahia foi representada no documento de 1801, uma área que se estendia pela margem direita do rio São Francisco até a costa, identificada como parte integrante da Comarca de Jacobina, Gilberto COSTA (2011:07)

No início do século XIX, haviam cinco comarcas na Província de Minas Gerais (Rio das Mortes, Rio das Velhas, Ouro Preto, Paracatu e Serro Frio).

Uma primeira pista acerca da origem e abrangência da Comarca de Grão Mogol encontrei nos textos de COSTA (1997) e COSTA VAL *et al* (2010).

A organização judiciária identificada por Manuel Esteves (1961:19) “nos papéis da Câmara Municipal” foi a seguinte:

Em 1832 – Arraial da Serra de Santo Antônio de Gran Mogor. Têrmo de vila de Minas Novas. José Gonçalves Gomes, Dr. Juiz de Direito da Vila de Minas Novas. Comarca de Gequitinhonha. Em 1837 – Arraial de Grão Mogol, Têrmo de Minas Novas, da Comarca de Gequitinhonha. Elevada à vila pela lei nº171, de 1840, sendo instalada em 7 de janeiro de 1840. O seu primeiro presidente da Câmara foi o Tenente Coronel Manoel Pereira de Carvalho. Em 1839 – Arraial da Serra de Santo Antônio de Gran agor. Têrmo das Minas Novas. Em 1849 – Vila da Serra. Têrmo de Minas Novas. José Maria Rabelo. Dr. Juiz de Direito. Em 1850 – Vila da Serra de Grão Mogol. Comarca de Gequitinhonha. Modesto Ferreira Carneiro. Dr. Juiz de Direito. Em 1862 – Cidade de Grão Mogol. Comarca de Rio Pardo. (ESTEVES, 1961:19)

Mas, outra delimitação da estrutura político administrativa e judiciária, que parece mais precisa foi indicada na publicação do Livro das Comarcas³¹, em 2016, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que trouxe informações a partir 1711 a 2014. Destacou-se que no ano de 1891, foram criadas em Minas Gerais mais 68 comarcas, alcançando o número de 115 comarcas, através da Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, que estabeleceu a primeira divisão judiciária e administrativa do Estado, do regime republicano.

A organização judiciária de Grão Mogol remontou da Comarca de Rio Pardo, uma “*freguesia criada em 1740, subordinada ao bispado da Bahia, é das antigas paróquias de Minas.*”³² que pertenceu à Comarca do Rio Jequitinhonha, por sua vez

³¹ Trata-se de uma coletânea da legislação pertinente à divisão e à organização judiciária. O livro foi elaborado com base na obra *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*, de Feu de Carvalho, ex-diretor do Arquivo Público Mineiro (APM) e arquivos do Conselho Ultramarino de Portugal, na Torre do Tombo. Essa obra tem como conteúdo a divisão judiciária mineira do século XVIII (ano de 1711) às primeiras décadas do século XX (ano de 1915), como também informações sobre a legislação concernente à formação administrativa do Estado de Minas Gerais desse período. (TJMG, 2016)

³² Barbosa, 1995:285 *apud* Livro das Comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2016. Contrariando essa informação, o Almanaque Laemert (1937, p.312, vol IV) indicou que o território de Grão Mogol pertenceu ao município de Montes Claros, em época anterior a 1840, acrescentou que

era composta pelos Termos de Grão Mogol e Jequitinhonha que foi criada através da Resolução de 30 de junho de 1833. Por essa resolução Minas Gerais passou a ser dividida em nove comarcas.

A *Vila da Serra de Santo Antonio do Grão Mogol* foi elevada a categoria de cidade em 1858³³, através da Lei 859 de 14 de maio de 1858, (no capítulo 1 apresento informações acerca da ocupação de Grão Mogol). Até o ano de 1880, a cidade de Grão Mogol³⁴ pertenceu à Comarca de Rio Pardo de Minas. Nesse mesmo ano foi constituída a Comarca de Grão Mogol. No período que coincidiu com o início da invasão das empresas de eucalipto, entre 1970 a 1975, devido à vacância de juízes, essa Comarca foi suprimida e subordinada à Comarca de Francisco Sá, conforme determinava o artigo 396 da Resolução nº 46, de 29 de dezembro de 1970, que continha a Organização e Divisão Judiciárias do Estado e determinou a anexação da Comarca de Grão Mogol à Comarca de Francisco Sá, já que na data de vigência daquela Resolução, o cargo se encontrava vago. O Provimento Conjunto nº 5, de 21 de janeiro de 1971, em seu art. 1º, também declarou extintas diversas Comarcas, dentre elas a Comarca de Grão Mogol. Que foi restabelecida por meio da Resolução nº 61 de 8 de dezembro de 1975.

A seguir, no Quadro 1, apresento um resumo da abrangência das Comarcas de Grão Mogol, Salinas, Porteirinha, Francisco Sá, Montes Claros e Rio Pardo de Minas.

A partir da Comarca de Grão Mogol desmembraram-se as Comarcas de Porteirinha e de Salinas. Os municípios de Botumirim, Cristália, Josenópolis, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Padre Carvalho, o distrito de Catuni (Francisco Sá) e Itacambira, assim como Porteirinha eram distritos de Grão Mogol quando tramitaram os processos imobiliários de divisão e demarcação das terras.

durante a Colônia “Grão Mogol, Itacumbira e Gorutuba, pertencia à vasta comarca de Serro Frio.

³³Todavia, a pesquisadora Ivana Parrela (2009:56), em seu estudo sobre a violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, apresentou outra data para a emancipação de Grão Mogol, a autora explicou que especialmente nas décadas de 1770-1780, a notícia das riquezas nessa porção teria levado à grande contingente de aventureiros, deste modo, surgindo o povoado da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, “*mais tarde arraial da Serra de Grão Mogol, pertencente ao município de Montes Claros das Formigas*”, emancipado na década de 1830. PARRELA, Ivana D. *O Teatro das Desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino – 1768-1800*. São Paulo: Annablume, 2009.

³⁴Conforme Decreto nº 153 de 03 de agosto de 1893, Grão Mogol pertenceu ao 11º distrito eleitoral de Montes Claros, formado pela cidade-sede Montes Claros e por Bocayuva, Contendas, Grão Mogol, Januária, São Francisco, Paracatu e Patos.

Por esta razão, as terras demarcadas abarcam áreas dentro desses municípios. Atualmente, os municípios de Josenópolis, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas encontram-se na jurisdição da Comarca de Porteirinha. E Padre Carvalho na jurisdição da Comarca de Salinas. O município de Salinas, também já esteve submetido à Comarca de Grão Mogol entre 1880 a 1915, razão pela qual a Comarca de Salinas também foi incluída na área de estudo. Também pertenciam a Grão Mogol, os distritos de Itacambira e Catuni, situados a oeste da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu (Serra de Grão Mogol) essas áreas posteriormente foram anexados, respectivamente, aos municípios de Montes Claros e Francisco Sá (que por sua vez pertencia à Comarca de Montes Claros). O Mapa 2 apresenta a fração do território foco das análises nessa tese.

Mapa 1 - Município de Grão Mogol: abrangência da antiga Comarca (1920)

Fonte: *Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes* 1927: Estudos Críticos (2017)

Quadro 1: Resumo da Abrangência das Comarcas de Grão Mogol, Salinas, Porteirinha, Francisco Sá, Montes Claros e Rio Pardo de Minas:

Sede das Comarcas		Termos Judiciários e Comarcas a que pertenceu:	Abrangência Atual
Emancipação	Constituição da Comarca		
Grão Mogol elevado à categoria de cidade em 14/05/1858	14/11/1880 Supressão: entre 1970 a 1975	Rio Jequitinhonha (1840 a 1858)	Botumirim Cristália Josenópolis Grão Mogol
		Rio Pardo (1858 a 1868)	
		Jequitai (1868 a 1869)	
		Rio Pardo (1869 a 1880)	
		Francisco Sá (1970 a 1975)	
Porteirinha emancipação de Grão Mogol em 17/12/1938	15/09/1950	Grão Mogol (1938 até 1950)	Pai Pedro Porteirinha Riacho dos Machados Serranópolis de Minas
		Porteirinha (a partir de 1950)	
Salinas elevado à categoria de cidade em 04/10/1887	13/11/1891 Supressão: entre 1903 ou 1908 a 1915	Grão Mogol (1880 a 1891; 1903 a 1915)	Padre Carvalho Fruta de Leite Novorizonte Rubelita Salinas Santa Cruz de Salinas
		Salinas (1891 a 1903; a partir de 1915)	
Francisco Sá elevado à categoria de cidade em 24/01/1925	27/12/1948	Montes Claros Francisco Sá (1948)	Capitão Enéas Francisco Sá* *apenas a área do Distrito de Catuni pertenceu a Grão Mogol
Montes Claros elevado à categoria de Cidade em 03/07/1857	14/11/1866 (Jequitai) mudança de denominação da Comarca para Montes Claros 01/01/1887	Rio de São Francisco (1833 a 1866)	Itacambira Claro dos Poções Glaucilândia Juramento Mirabela Montes Claros Patis
		Jequitai (1866 a 1887)	
		Montes Claros (a partir de 1891)	
Rio Pardo elevado à cidade: 15/07/1872 Rio Pardo de Minas mudança de denominação: 31/12/1943	06/06/1858 Supressão: 20/07/1868 Restauração: 13/11/1869	Rio Jequitinhonha (1833 a 1858)	Montezuma Rio Pardo de Minas Santo Antônio do Retiro Vargem Grande do Rio Pardo
		Rio Pardo (1858 a 1868; 1869 a 1943)	
		Jequitinhonha (1868 a 1869)	
		Rio Pardo de Minas (a partir de 1943)	

Fonte: Livro das Comarcas do TJMG (2016)

Mapa 2 - A Fração Territorial de Análise nas Comarcas de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Salinas, Porteirinha, Francisco Sá e Montes Claros

Os Processos de Divisão e Demarcação de Terras

Conforme anteriormente informado, o processo civil imobiliário para a divisão e demarcação das terras do domínio privado foi introduzido na legislação brasileira pelo Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890³⁵. A Ação de Demarcação e Divisão de Terras permite pela via jurisdicional requerer a demarcação, medição e divisão da propriedade particular que se encontra pró-indiviso, tramita-se através de um processo.

Acerca das ações de divisão e inventários, bem como outras fontes documentais sobre propriedade, Motta & Guimarães (2011)³⁶ reuniram uma relevante orientação, como um guia para o levantamento e análise desses materiais, cabe aqui examinar algumas dessas explicações, para clarear a compreensão do conteúdo dos processos e seu sentido para a leitura da apropriação privada da terra.

A ação foi originada por uma petição inicial³⁷ de um dos coproprietários da terra que estava em comum, também chamada terra pró-indiviso:

[...] No caso, “terra pró-indiviso” ou “terra no comum”, são propriedades sem demarcação judicial dos limites – possuídas por vários donos, aparentados ou não. São terras que, ao longo dos anos, partindo de transações de compra, venda, heranças permutas e partilhas, passaram a ter vários proprietários, perdendo-se as divisas originais e configurando novas fronteiras, demandando a realização de divisas legais. MOTTA & GUIMARÃES (*op.cit.*:109)

Conforme a legislação sobre a matéria, o objetivo inicial de uma ação como essa é formalizar a propriedade, especificar a extensão, os limites e a legitimidade de cada posse regularizar a situação de um domínio que se encontra em comum entre diversos proprietários:

[...] Na documentação juntada, é possível detectar, algumas vezes, a duplicidade de escrituras, evidenciando práticas de grilagem. Compete ao juiz indicar que títulos de propriedade são válidos. Assim,

³⁵ Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-720-5-setembro-1890-518002-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes & GUIMARÃES, Elione (org.). Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos. 1ed. Guarapuava-PR: Editora da Unicentro, 2011, v.1, p.207-211.

³⁷ Como procedimento metódico todas as petições dos 15 processos analisados foram transcritas.

estas ações muitas vezes, denunciam conflitos pretéritos e jogo de forças e interesses envolvidos. (*Idem*:110)

As ações de divisão devem vir acompanhadas de diversos documentos, dentre eles o Memorial Descritivo e a Planta Cartográfica. O primeiro deve conter:

[...] o histórico da propriedade – a quem foi doada a sesmaria primitiva; a quem foi transmitida e quando, a realização dos retombos (verificação e reconstituição dos limites de uma propriedade agrícola), os desmembramentos, a relação dos terrenos desmembrados (até a data da medição em questão) e suas respectivas áreas. Também descreve a configuração e a qualidade das terras – se são planas ou montanhosas, secas ou pantanosas, ideais para quais culturas [...] (*ibidem*)

E as plantas cartográficas, que foram materiais relevantes para a reconstrução do processo de grilagem, elaboração de mapas temáticas, para identificação dos quinhões e glebas e para visualização dos quinhões grilados. E para formar a concepção da *retaliação fundiária*, pois foi na planta cartográfica, que foi possível visualizar a tentativa de confinamento dos camponeses geraizeiros em glebas muito pequenas, estreitas, filetes de glebas, alheios ao regime de uso da terra praticado pelos geraizeiros. Mas, nem todas as cópias de processos tinham as plantas anexas, segundo os oficiais dos cartórios eles são inexistentes em alguns processos. As plantas cartográficas que constam seguem anexas. As plantas cartográficas também sintetizam visualmente algumas estratégias utilizadas pelos grileiros, de mais difícil compreensão, somente com a análise dos memoriais descritivos e a destinação das glebas. Como por exemplo, a escolha por parte dos grileiros de áreas próximas aos cursos d'água, quinhões com maiores terrenos de primeira classe, proximidade das vias de acesso, e as glebas de ausentes.

Conforme apresento no Capítulo 4, na documentação que consta das ações de divisão analisadas³⁸ na maioria dos casos, constatei a ausência das escrituras comprobatórias da propriedade (*o título jus in re*) que tivesse validade para destacar as terras particulares do patrimônio público, coube ao juiz a produção de sentenças

³⁸ No processo analisado por Margarida M. Moura em sua tese, ela fez uma salutar diferenciação entre as ações de despejo e as ações divisórias, e o reflexo de suas decisões para os posseiros e fazendeiros envolvidos no processo: “[...] ações divisórias implicam encaminhamentos processuais distintos das ações de despejo. Se bem sucedidas, sua lógica consiste em autorizar o levantamento de cercas em torno do *sítio*, consumando a divisão da área total sob litígio: uma pequena gleba de uns poucos hectares será reconhecida como *sítio*; o restante será reconhecido como fazenda. Este encaminhamento só é possível porque a qualidade de provas documentais de propriedade é distinta nos dois atores sociais envolvidos, seja por métodos legais (a fazenda tem registro cartorial) ou incompletamente legais (sua documentação é incompleta mas dispõe do monopólio da força no município e pode forçar esse resultado judicial). Como se sabe, por seu turno, o situante não dispõe de registro cartorial da terra”. Moura (1983:245) (os grifos são da autora)

legitimadoras dos processos arquitetados com a finalidade da grilagem. Também foram emitidos, com recorrência, comprovantes de coleta de imposto territorial rural, para comprovar a propriedade, uma vez que estes talões de coleta poderiam ser utilizados, mas como comprovante de posse, conforme autorizou a Lei Estadual 1.144 de 05 de setembro de 1930 (cujo conteúdo será retomado na subseção 2.3). De fato, o enunciado dessa lei que “*concede **vantagens** aos ocupantes de **terras públicas** que houverem pago durante dez anos o imposto de ocupação;*” foi levado ao pé da letra pelos grileiros no processo de divisão. Posteriormente, a Lei Estadual nº550 de 20 de dezembro de 1949, definiu no artigo 2º como títulos legítimos para transferência do domínio: “*a) em títulos de sesmaria e outras concessões e atos de transmissão de imóveis expedidos pelo Governo, não incursos em comisso; b) em títulos reconhecidos por direito civil hábeis para transferir domínio, passados anteriormente a 30 de janeiro de 1854, pelos possuidores de terras adquiridas por ocupação primária ou por concessões de sesmarias, não medidas ou não confirmadas nem cultivadas, reconhecidas do domínio particular.*” E no artigo 3º considerou legítimos para transferência de domínio de bens de raiz, “*os escritos particulares de compra e venda ou doação*”, DESDE QUE o pagamento do respectivo imposto “*se tiver verificado ANTES da publicação do decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1851*”.

Motta e Guimarães também ressaltaram que foram poucos os trabalhos de pesquisa que utilizam as ações de divisão e demarcação como fonte de pesquisa para o “*estudo da História da Propriedade e História Social da Agricultura*”.

A tese de Elione Silva Guimarães, defendida em 2004 e publicada em livro em (2006) foi um desses poucos trabalhos que, dentre outras fontes, utilizou a “*Ação de Divisão e Demarcação de Terras da Fazenda da Boa Vista*” para reconstruir “*fragmentos dos movimentos e dos conflitos*” ocorridos, entre 1878 a 1928, e revelar as “*estratégias de sobrevivência de homens do campo à luz das demandas judiciais no jogo de poder sobre o direito à terra*” (GUIMARÃES, 2006:58)

Conforme analisou a autora, na *Fazenda Boa Vista*, situada na zona rural de Juiz de Fora, MG no final dos anos 80 do oitocentos, se configuraram muitos conflitos e uma confusão de limites, pois se tornou, após muitas vendas e sucessões, propriedade de vários herdeiros.

A ação de divisão da *Fazenda Boa vista* foi movida duas vezes em 1893 e em 1901 (quando foi julgada). A área da Boa Vista esteve em condomínio entre latifundiários poderosos e uma “*comunidade rural composta de escravos, agregados (livres e libertos) e empregados livres pobres*” que tiveram que elaborar estratégias de permanência na propriedade e defender nos tribunais o direito à terra. Também nessa propriedade estabeleceu-se uma ampla rede de relações comunitárias entre cativos e homens livres, e práticas de uso comum da terra, que foram preciosamente reconstruídas pela pesquisadora, que detalhou:

[...] as estratégias dos latifundiários para se apropriarem das terras dos proprietários menores e destes para permanecerem na terra; a argumentação dos operadores da lei para defenderem os interesses de seus clientes – silenciando ou revelando estrategicamente o que melhor atendia às conveniências de cada uma das partes. (GUIMARÃES, 2006:64)

Guimarães evidenciou nesta questão a dissociação entre direitos, leis e justiça. Uma vez que os forros, apesar de terem conseguido assegurar os seus direitos em todas as ações, sobretudo na ação aberta em 1901, que dividiu e partilhou as terras da *Boa Vista*. Sofreram execução de dívidas e tiveram suas “*nesgas de terras*” sequestradas para o pagamento dos gastos com a ação de divisão e de execução de dívidas. De modo que, não puderam garantir a propriedade.

A comunhão da terra e a indefinição dos limites da propriedade de cada um dos condôminos favoreceram a permanência dos ex-cativos na *Fazenda da Boa Vista* sem maiores contestações, pelo menos inicialmente. [...] As informações evidenciam algumas estratégias dos forros para permanecerem na propriedade. Ao venderem uma porção de terra, normalmente por escritura particular ou direito hereditário, eles se mudavam para outra área, dentro de uma das ex-propriedades de D. Theodora (*Boa Vista ou Vargem*). Assim, os anos passavam e eles continuavam nas fazendas. Este fato pode ter facilitado a permanência na terra e gerado as confusões a respeito de suas reais propriedades e limites. Por algum tempo, foi possível permanecer na terra, até que os condôminos mais fortes exigiram a divisão da propriedade, tornando-os vulneráveis. O certo é que eles também operaram com a indefinição de limites. Os libertos de D. Theodora perderam suas nesgas de terras, mas Manoel Balbino de Mattos, também afro-descendente, teve possibilidade diversa – tornou-se senhor de muitas terras, teve recursos para pagar bons advogados, defender sua versão e garantir suas propriedades. Mas mesmo ele foi alvo e vítima da cobiça de seus vizinhos mais poderosos, os Sobreira. (*Idem*:70)

A história reconstruída Elione Guimarães revelou que a *Fazenda Boa Vista*, de fato existiu, conforme ela indicou sua origem foi confirmada pelo título da *Sesmaria da “Boa Vista”* cuja área documentada era de “225 alqueires”.

Nesse ponto, temos um divisor de águas entre as ações de divisão e demarcação de terras que a autora utilizou como fontes e os processos por mim analisados, em nenhum deles, os suplicantes das ações apresentaram ou fizeram menção aos títulos de sesmarias.

Pelo contrário, dentre os títulos de domínio apresentados na documentação das ações, as menções ao documento de origem foram sempre vagas, remetendo a outras formas de comprovação – como processos de inventários de bens que não foram localizados nos arquivos (a existência ou inexistência de alguns inventários necessitam ser confirmadas pelos Cartórios), títulos adjudicados pelo juiz, talões de coletoria. O título “*jus in re*” do suplicante era primordial para reclamar a ação, mas nenhum dos suplicantes apresentaram um título válido, ou seja, que pudesse ter legitimidade para este fim, cuja cadeia sucessória do imóvel não remetesse a uma fraude ou a matrículas abertas no Cartório de Registro de Imóveis sem a devida apresentação do destaque das terras particulares do patrimônio público. Outrossim, as comprovações também foram feitas através de certidões de compra e venda, e até tiveram aqueles suplicantes que não apresentaram nenhum documento que comprovasse a propriedade do imóvel que pretendiam dividir. As certidões de registros de imóveis quando apresentadas, se referiram a áreas menores, ou a imóveis com denominações distintas das supostas fazendas.

Assim a análise dos documentos permitiram duas interpretações. Uma que caminhou na direção de confirmação da hipótese de que grande parte das fazendas referidas nas petições nunca existiram. Essa realidade foi confirmada também por entrevistas realizadas em campo com os antigos moradores nas áreas das supostas fazendas que confirmaram essa hipótese – no passado, as fazendas divididas (*Riacho Dona Rosa, Marimbo, Gado Bravo, Jatobá, Curralinho, Pé Grosso e Lages, Ribeirão de Areia*), não existiram, senão na ficção criada pelos grileiros.

A outra interpretação, veio com a análise dos documentos de terras não confirmadas e documentadas nos Registros Paroquiais de Terras (RPTs) da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol³⁹, entre 1855 a 1856, nessa fonte identifiquei a

³⁹ Examinei sistematicamente a confirmação das terras levadas ao *Registro Paroquial da Villa de Santo Antonio de Grão Mogol*, RPTs, entre Março de 1855 a 20 de abril de 1856, disponíveis para

existência das fazendas *Lagoa dos Patos, Santa Quitéria, Santa Cruz, Tapera, Ribeirão das Piabanhas, Curral Novo*, dentre outras não objetivadas neste estudo. Essa, fonte, porém, corroborou com a confirmação da prática da grilagem, uma relevante constatação que gerações de famílias geraizeiras habitam as mesmas terras, pelo menos desde aquele período, uma vez que, os sobrenomes encontrados nas confirmações de terras, remetem aos sobrenomes de camponeses simples que habitam as áreas correspondentes às fazendas, e que no processo de divisão receberam pequenos quinhões. Abrindo assim, campos para novas conjecturas quanto às suas origens como da constituição do uso comum daquelas terras desde tempos remotos.

As declarações ao “*Registro do Vigário*” evidenciaram que antes da *grilagem judicial* nem todas as fazendas existiam nos municípios da Comarca de Grão Mogol. E ao mesmo tempo, para aquelas existentes, ressaltou que não foram os ocupantes primitivos das áreas, com registros legítimos ou não (uma vez, que cabe ainda verificar se foram medidos e registrados, pelo Diretor do Registro Geral de Terras Públicas da província de Minas Gerais), que moveram as ações de divisão e demarcação de terras. Mas sim, pessoas da elite local, que possivelmente conheciam a existência remota dessas áreas, cujos limites eram ignorados, que não apresentaram títulos de sesmarias, nem registros de vigários nos processos de divisão como título *jus in ré* (ou seja, o que confere a propriedade). Pelo contrário, remeteu a títulos registrados na década de 1930, período da tramitação, remetendo a operações de compra e venda e a heranças a partir de inventários de partilha de bens.

Guimarães (*op.cit.*:65) confirmou a existência de “*um grande número de ações de divisão e demarcação de terras nos arquivos de Juiz de Fora nos primeiros anos após a proclamação da República [...]*”. Futuramente, cabe investigar no conjunto

consulta na plataforma digital do Arquivo Público de Minas Gerais (2016). Nessa mesma fonte constam as declarações de terras no *Livro da Paróquia de Santo Antônio de Itacambira* (1856 a 1859) Termo da Vila de Montes Claros da Formiga e também o *Livro da Paróquia da Freguesia de São José de Gorutuba (ou “Gurutuba”)*. Possivelmente, nesses livros também poderão ser localizados registros de terras inseridas na fração territorial de análise, porém, neste tempo da pesquisa não puderam ser incorporadas sistematicamente à análise, uma vez que requer minuciosa transcrição.

Essa fonte os RPTs, também foram utilizadas por Adriana Duarte Borges Aquino (2017) em sua dissertação “*A lei de terras e os registros eclesiásticos de imóveis: legitimações de posse e mercantilização da terra em Montes Claros – MG*” que trata da apropriação das terras na Comarca vizinha de Montes Claros das Formigas na segunda metade do século XIX. A autora destacou a relevância dos RPTs como fonte que possibilita o preenchimento da “*lacuna em relação à história da ocupação e uso do solo*” no referido período.

dessas fontes, os conflitos agrários entre latifundiários e posseiros, que provavelmente elas revelavam no Estado de Minas Gerais e seus efeitos para a acumulação rentista.

Os elementos levantados são suficientes para afirmar, por hora, o alcance regional da estratégia de *grilagem judicial* de terras devolutas, por meio dos processos de divisão e demarcação de terras, que não ficou restrito à Comarca de Grão Mogol, foi além, sendo utilizada em outras comarcas no Norte de Minas, nas primeiras décadas do século XX.

No contexto do Norte de Minas, a pesquisadora Elisa Cotta Araújo (2009:139) escreveu que a divisão das terras foi um mecanismo político que passou a ser adotado pelos coronéis e pelos fazendeiros que dominaram a situação agrária no Norte de Minas – quando as terras devolutas foram vinculadas aos estados, em 1891. A autora afirmou, que em Minas Gerais “*diversos egressos da Escola de Minas passaram a ofertar os seus préstimos como agrimensores para os grandes fazendeiros*”. Desta forma, “*muita terra passou a ser dividida a pedido dos coronéis e dos fazendeiros desde o final do século XIX, mas principalmente no início do século XX*”.

No caso das áreas por ela pesquisada (as comunidades vazanteiras situadas nos municípios de Matias Cardoso e Manga, MG), o processo ocorreu a partir da década de 1910, “*levando a expropriação o deslocamento de grupos familiares em busca de outras “terras livres”, ou seja, terras distantes, que não possuíam donos ou que não estavam sob o domínio dos coronéis*. A autora explicou que em algumas localidades este tempo é chamado “*tempo do carrancismo*”.

O agrimensor fazia a medição da terra e os posseiros passavam, sem saber, a estarem sob o domínio de alguém que na maioria das vezes não conheciam ou que não tinham relação alguma. Foi recorrente neste processo a nomeação de diversas glebas como “terras de ausente”, que posteriormente foram comercializadas com pessoas de fora da região. Essas glebas eram posicionadas no território separando pequenas glebas de posseiros menos abastados. (ARAÚJO, 2009:140)

A pesquisadora obteve as informações⁴⁰ sobre o *tempo da medição* a partir de relatos orais, no Quilombo da Lapinha, município de Matias Cardoso/MG. Araújo

⁴⁰ Esse parágrafo sintetiza a informação obtida através de mensagem eletrônica, dirigida à pesquisadora Dr^a Elisa Cotta Araújo (19/09/2016). Indaguei à autora, de como chegou à informação da existência dos processos de divisão e se a mesma teve acesso aos processos que afirmou em Araújo (2009).

(2016) informou também que alguns informantes fizeram referência ao Cartório de Januária como um elo deste processo. Enquanto no município vizinho de Manga, destacaram a ação do “*Coronel João Pereira*”. Em diferentes situações de pesquisa no São Francisco, a autora se deparou com relatos semelhantes. Levando-a a constatar que essa foi “*a principal estratégia de empoderamento daqueles que se tornaram a elite local – coronéis, donos de cartório, agrimensores... fazendeiros e comerciantes*”. Em síntese, a pesquisadora examinou que o “*coronel*” investiu em pessoas, qualificou e legitimou a ação. Colocando seus filhos e parentes em posições estratégicas. Através desta rede “*legalizou*” terras usurpadas e vendeu “*tanto para pessoas da região como para chegantes num processo de favorecimento*”.

Ainda nesse contexto, o antropólogo João Batista de Almeida Costa (2008:5-6), no estudo sobre o *Quilombo Brejo dos Crioulos* (municípios de São João da Ponte, MG), constatou que a ação de divisão foi utilizada por fazendeiros e comerciantes da região, nos anos 1920, para se apropriarem das terras do quilombo. A iniciativa teria partido de um fazendeiro das cabeceiras do Ribeirão Arapuim, que contratou um agrimensor que procedeu à divisão de terra, destinando aos maiores glebas aos fazendeiros ou comerciantes das povoações circundantes.

João Batista COSTA (2016) informou⁴¹ o referido processo de divisão das terras da *Fazenda Arapuá*, encontrava-se arquivado no Cartório em Brasília de Minas (pertencente à família do agrimensor que fez a divisão). O referido cartório não permitiu ao pesquisador acessar o processo, apenas transmitiram ao pesquisador uma relação dos adquirentes das glebas. O pesquisador também entrevistou um morador local e informou que a divisão da *Fazenda Arapuá* e outras (entre elas a *Fazenda Morro Preto*) foi um imbróglio e que dificilmente se pode ter acesso ao processo porque ele foi todo irregular. João Batista Costa também explicou que, “*em 1910 chegou a Montes Claros um engenheiro (Nelson Viana)*”⁴²,

⁴¹Esse parágrafo também sintetiza a informação obtida através de mensagem eletrônica, dirigida ao Prof. João Batista Almeida Costa(19/09/2016). Indaguei ao autor como chegou à informação da existência dos processos de divisão e se o mesmo teve acesso aos processos.

⁴² Nelson Washington Vianna, escreveu um livro intitulado “*Foiceiros e Vaqueiros*”, Editora ‘Irmãos Pongetti’, 1957, em que apresentou narrativas de suas vivências com a elite de Montes Claros no “*tempo da divisão*”, tangenciando, sutilmente, alguns aspectos pitorescos da relação com os fazendeiros para quem trabalhou no exercício profissional das medições. Mas, que traz poucos elementos para compreensão do processo de apropriação privada das terras.

que inaugurou no Norte de Minas “o tempo da divisão” ou “o tempo do agrimensor” conforme denominaram os nativos da região”. Esse engenheiro teria formado “muitos filhos da elite regional” dentre eles, o agrimensor da divisão da Fazenda Arapuá. Nelson Viana também conseguiu para os mesmos a condição de agrimensores licenciados (em que, feita a divisão algum engenheiro assinava para o cartório o processo). João Batista Costa levantou a questão de que “muitas divisões ocorreram sem que algum juiz abrisse o processo, mas os próprios agrimensores faziam tais divisões e levavam ao juiz para regularizá-las”.

A existência de várias ações de divisão na Comarca de Brasília de Minas foi confirmada pelo advogado Drº André Alves de Souza, que teve acesso aos autos dos processos de divisão dessas *Fazendas Morro Preto e Arapuim*, situadas em São João da Ponte e Varzelândia, de acordo com ele os autos encontram em péssimo estado de conservação. E confirmou também a tramitação de várias ações na Comarca de São Francisco.

Em outras Comarcas do Norte de Minas, onde busquei localizar a tramitação destes autos, entre 1900 e 1930, obtive as seguintes informações; em Salinas não localizei nem nos cartórios de Ofício nem no Fórum da Comarca. Em Montes Claros (a administração do Fórum confirmou a existência dos processos, mas que possivelmente encontram-se arquivados no CEPEDOR/UNIMONTES – o qual ainda estou tentando acessar). Nas Comarcas de Minas Novas e Jequitinhonha as Secretarias alegaram carência de funcionários para realizar os levantamentos, mas a segunda no período um funcionário identificou a existência de três autos (nº 008/33, nº 18/30, nº 20/29) ambas informaram que futuramente, é possível que os arquivos sejam acessados por mim pessoalmente para realizar esses levantamentos. Em Salinas, o Juiz Diretor do Fórum informou que os registros constantes de feitos na Comarca foi a partir de 1941. Na Comarca de Araçuaí, o Cartório de Ofício informou que não existem esses documentos, e o Cartório de Imóveis informou que os primeiros documentos da serventia são de 1935, e a Secretaria do Fórum ainda não respondeu ao ofício.

Por enquanto, essas informações permitem afirmar a tendência de extensão da apropriação privada das terras por meio da *grilagem judicial*, a partir de processos

demarcatórios, na direção das Comarcas situadas na direção noroeste da Comarca de Grão Mogol.⁴³

De acordo com João Batista Almeida COSTA (2016) a divisão foi uma estratégia utilizada pelos agrimensores, filhos falidos da elite regional, para enriquecerem:

Dos fazendeiros recebiam dinheiro, dos pequenos recebiam vacas paridas, além de colocarem glebas como terra de ausente que depois adjudicadas por eles eram vendidas para os membros da elite regional. O caso de Antônio Dó mencionado em Grande Sertão: Veredas ganhou apoio popular porque ele (perseguido por uma facção política da cidade de São Francisco que chegou ao poder e oposta à facção que ele pertencia), passou a lutar em favor dos que perdiam terras na divisão. Chamado pelo Padre Gangana que tinha uma de suas mulheres em Brejo dos Crioulos ele sequestrou e manteve preso o agrimensor e um genro do fazendeiro que negociou a divisão, conseguiu que os quilombolas tivessem direito a uma gleba de 20 alqueires desde que "acompanhassem" a divisão entregando ao agrimensor uma vaca parida. Importante é que a maioria da terra no norte de Minas era terra devoluta e por isto a divisão grassou por toda a região. (COSTA, 2016)

Retomando as questões inerentes às fontes voltadas para a fração territorial de análise, inseri também na tese o processo de inventário de José Guimarães⁴⁴ outro meio judicial colocado a serviço da grilagem pela família Balieiro Guimarães, para grilar as terras da *Fazenda Tapera*, em Riacho dos Machados/MG, inseria-se na mesma arquitetura da grilagem envolvendo na trama os nomes da elite fundiária da década de 1930 que colaboraram em outros os processos judiciais.

Sendo assim, é pertinente destacar a importância desse material como fonte de pesquisa. Os Inventários e Partilha apuram os bens de uma pessoa falecida (o inventariado), e sua distribuição entre os herdeiros ou legatários.

Enquanto documentação histórica Motta & Guimarães escreveram que, os Inventários e Partilhas tinham sido utilizados de forma diversificada. Conforme, os exemplos de estudos⁴⁵ utilizando inventários sobre o Recôncavo Baiano no período

⁴³ Ainda aguardo respostas dos fóruns Rio Pardo de Minas, Minas Novas, Araçuaí e de Jequitinhonha, sobre o levantamento dos processos de divisão e demarcação de terras que possivelmente tramitaram nas comarcas entre 1900 e 1930.

⁴⁴ O processo do Processo do inventário dos bens de "de-cujus" José Guimarães(+25/06/1930), entre 1930 a 1956. Cartório de Feitos Cíveis e Criminais, Termo de Urandi.

⁴⁵ BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Apresentação de João Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. tradução brasileira, 445 pp

GARCIA, Graciela Bonassa. Os Domínios da Terra: as transformações na estrutura agrária da Campanha rio-grandense oitocentista. Mestrado Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

de 1760 a 1860 (Bert Barickman:2003), na região do Pampa entre 1830 e 1870 (Gabriela Garcia:2005) e no Vale do Paraíba 1790 a 1835 (Fragoso & Florentino:1998), que dentre outras questões analisaram relações de distribuição e posse da terra e de escravos, parentesco e produção:

Os Inventários e Partilhas têm se mostrado, portanto, como importante instrumento, para se entender as diversas possibilidades de acesso à terra, ou ainda a extensão das propriedades, os confrontantes, as benfeitorias e plantações. Ele tem ainda o mérito de revelar descrições mais minuciosas dos espaços rurais presentes nas relações de bens inventariados: a vida doméstica demonstrada através de utensílios de uso cotidiano; a moradia como indicativo de posição social; as preferências indicadas nas obras escritas, instrumentos musicais e objetos decorativos; ou ainda tarefas cotidianas identificadas pelo tipo de propriedade, localização, número de escravos, quantidade de instrumentos agrícolas, instrumentos de ofício mecânico, número de animais de carga ou de pastagens e a relação de produtos são alguns dos muitos aspectos que podem ser observados quando da análise dessa documentação: aspectos valiosos na reconstituição da organização social e da vida cotidiana do homem rural. ((*Ibidem*:57-59)

Por fim, apresento uma síntese das informações sobre os processos judiciais de divisão e demarcação das terras analisados (Quadro 2, a seguir) e que serviram de base, como documentação histórica, para solidificar a tese da *grilagem judicial e retaliação fundiária* ocorrida nas primeiras décadas do século XX na então, Comarca de Grão Mogol. Além desses 15 processos analisados, encontra-se arquivado no Cartório do 1º Ofício e Notas de Grão Mogol os seguintes processos de divisão e demarcação judicial: *Roçado, Sanharó, Santa Marta, Mosquito, Serra, Algodões, Santa Clara, Cana Brava, São Jerônimo, Onça, Rocinha ou Serrinha, Padre Felipe, Lambedor, Gravatá, Pintado e Subdivisão do Pintado*. Com exceção dos processos de *Santa Clara* (1945 a 1961), *São Jerônimo* (1931 a 1941), *sub-divisão do Pintado* (1953 a 1963). A maioria tramitou, estritamente entre as décadas de 1920 e 1930, concentrando a tramitação entre 1931 e 1939, década em que o Juiz da Comarca foi o Drº. Manoel Christiano Rêllo. No mesmo contexto, no Cartório do 2º Ofício e Notas de Grão Mogol, além processos levantados nessa serventia tramitaram as ações de divisão judiciais de divisão das terras: *Alegre, Canto, Vargem das Pedras, Gameleira, Tamanduá Poções, Tromba, Lagoa Velha*.

FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, Manolo Garcia. O Arcaísmo Como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil No Rio de Janeiro, 1790-1840. 3. ed. RIO DE JANEIRO: SETTE LETRAS, 1998. v. 1. 117p.

Esses trabalhos não foram consultados diretamente.

Quadro 2 - Processos Analisados, Período da Tramitação, Localização das Terras, Suplicante e o Cartório Arquivado

Processo/ Fazenda	Tramitação		Localização das Terras	Suplicante	Arquivo do Cartório
	início	conclusão			
Santo Antônio (2v.)	15/03/1905	1949	Grão Mogol	Tenente João Batista do Nascimento (1905); Waldemar Damasceno Ferreira (1939)	1ºOfício
Riacho Dona Rosa	11/06/1921	28/11/1928	Riacho dos Machados	Sérgio Mendes da Silva	1ºOfício
Sítio Novo	20/06/1922	04/02/1936	Jatobá (Riacho dos Machados e Porteirinha)	Olegário Lelles da Silva, Antônio Mendes da Silva e Saturnino Mendes de Aguiar	1ºOfício
Curralinho	11/05/1923	10/10/1931	Riacho dos Machados	Josephino Mendes da Silva	2ºOfício
Pé Grosso e Lages	24/07/1924	26/10/1931	Riacho dos Machados	Joaquim Aurelindo de Souza	2ºOfício
Jatobá	26/10/1926	12/06/1928	Jatobá (Porteirinha)	Major Odilon Ferreira dos Santos	2º Ofício
Gado Bravo	04/09/1929	03/01/1936	Distrito de Santo André (atual Distrito de Catuni - Francisco Sá)	João Soares de Oliveira	2ºOfício
Santa Quitéria (6v.)	27/08/1930	27/07/1938	Grão Mogol e Itacambira	Moreno Amadeu Dias Prates e Capitão Benjamin Franklin Dias	2ºOfício
Marimbo	18/09/1930	26/09/1931	Riacho dos Machados e	José Antônio Barbosa	2ºOfício

Processo/ Fazenda	Tramitação		Localização das Terras	Suplicante	Arquivo do Cartório
	início	conclusão			
			Porteirinha		
Ribeirão das Piabanhas	25/02/1931	28/01/1937	Grão Mogol	José Pereira Sandes e esposa Maria Cardoso Leal	2ºOfício
Santa Cruz	01/06/1931	26/04/1934	Grão Mogol	Lucídio da Silva Veiga	2ºOfício
Ribeirão de Areia (indivisa)	05/06/1931	12/12/1962	Riacho dos Machados, Grão Mogol e Padre Carvalho	Augusto Figueiredo (1º) e Juvenal Pereira de Andrade (2º)	2ºOfício
Sobrado (6v.)	22/06/1931	17/02/1938 Desarquivado em 07/08/1952 a 07/03/1953	Cristália e Itacambira	José Rodrigues de Almeida	2ºOfício
São Pedro (4v.)	01/09/1931	03/07/1937	Distrito de Santo Antônio de Gorutuba (atual Distrito de Catuni, Francisco Sá)	Pacífico Gomes Pereira e Oscar de Araújo Fonseca	1ºOfício
Curral Novo	19/09/1931	14/11/1939	Riacho dos Machados	Deocleciano José de Oliveira	1ºOfício
Lagoa dos Patos	11/01/1932	28/12/1934	Riacho dos Machados	Pacífico Gomes Pereira e Oscar de Araújo Fonseca	2ºOfício
Tapera*	1930	1956	Riacho dos Machados	Herdeiros do Coronel José Guimarães – Carlos Albuquerque (agrimensor)	Cartório de Feitos Cíveis e Criminais.

*Processo de Inventário de Bens

Fonte: Processos Judiciais de Divisão e Demarcação de Terras (Org.Costa, 2017)

CAPÍTULO 1– NAS TRILHAS DOS GERAIS NORTE MINEIRO

“Todos tinham de expor o que sabiam daquele gerais território: as distâncias em léguas e braças, os vaus, o grau de fundo dos marimbus e dos poços, os mandembes onde se esconder, os mais fartos pastos” (Rosa, Guimarães:1994:124)

1.1. Pisando no Norte de Minas: nos caminhos dos currais, minas e gerais

Neste capítulo apresento um debate acerca da ocupação territorial do Norte de Minas. Trato, pois, de apresentar o “chão a ser pisado”. Tendo em vista, a necessidade de uma apresentação da literatura que analisa a formação de Minas Gerais, e os desdobamentos das políticas coloniais e do Estado brasileiro para a constituição e caracterização dos processos socioterritoriais que particularizam a fração territorial no presente estudo.

Tal empreitada suscita outros questionamentos e debates acerca das origens da apropriação territorial no Norte de Minas, da importância econômica e política dessa região no contexto geral da ocupação do estado. E quais relações de apropriação territorial estabelecidas pelos sujeitos sociais quando esta porção pertenceu às Capitanias da Bahia e de Pernambuco?

Essas questões ainda fomentam um rico debate na historiografia, como também na Geografia. Diante dessa consideração, limito-me à apresentação desse debate, sem pretensões de explicar o processo, nem tampouco defender uma tese sobre a questão da apropriação territorial do Norte de Minas desde os séculos XVI ao XIX. Reconheço que para entender a vastidão do latifúndio histórico no “Norte de Minas” é necessário um mergulho no passado colonial, esse exercício de compreensão da história buscarei realizar, em linhas gerais, nas próximas páginas para entender a origem do latifúndio na região.

Esse recorte também está inserido nas dimensões do sertão mineiro, os estudos que envolvem esta temática sobre o “sertão”, também são preciosos nos estudos histórico-geográficos, bem como em outras áreas das ciências humanas⁴⁶.

O historiador Ângelo Carrara (2007:40-53) preocupado com a *“conformação das estruturas agrárias de largas porções do planalto central do Brasil”* apresentou uma instigante argumentação acerca do sertão de Minas Gerais, tomando como referência, relevantes fontes bibliográficas e documentais. O autor percorreu uma construção analítica, que expande os horizontes para além da centralidade da atividade mineradora:

⁴⁶ No âmbito da teoria e da crítica literária, cito a preciosa tese de Jorge Henrique da Silva Romero (2015) que analisou o “sertão” sob diversos aspectos, analisando-o como resultado de uma longa experiência sócio histórica e também ficcional. Neste trabalho o autor investigou a formação da identidade narrativa sertaneja, percorrendo uma trajetória que tem como característica central a multiplicidade de autores, gêneros e discursos, visto também como um campo aberto a novas representações.

Para além, os sertões. Seu conceito é a primeira questão a ser vencida. Apesar de sua etimologia problemática (<*desertanu), mas conotadora de uma de suas características intrínsecas, a história de seu uso é obviamente a história da percepção da sua natureza. O sertão é uma invenção portuguesa: para lá das costas ao longo das quais navegavam, as terras eram *sartaam*, conforme a presumível primeira ocorrência do termo no diário da viagem de Vasco da Gama. *O sertão era o mar ignoto*. A etimologia proposta encerra muito de verdadeiro. Este sumário primeiro significado manteve-se até os inícios do século XVIII nas doações e forais de capitanias hereditárias. No princípio do século XVII, Diogo de Campos Moreno resumiu-lhe definitivamente os atributos: *terra nova, remota e fronteira*. (...)

Do sertão genericamente oposto à costa pelos navegadores portugueses, o termo passou a ser empregado na identificação dos diversos sertões do interior do continente. O sertão passou a ser então dos lugares, conforme mapeou Ceres Melo. Sertão [do rio] de [São Francisco a] cima, sertão [do rio] de [São Francisco a] baixo, sertão de dentro [da Bahia], ou de fora – isto é, da margem esquerda do rio São Francisco. De lugares, mas também dos seus habitantes: sertão dos guainases, dos carijós, dos araxás; e de seus rios: sertões do Paracatu, do rio Grande, entre outros. A percepção da sua pluralidade e variedade obriga à precisão topográfica: o vocabulário dos navegadores substitui-se ao dos conquistadores e colonizadores da terra firme, além da costa. Era, por isso, também um ponto cardeal. Havia uma “parte do sertão” como havia “partes do sul”. (CARRARA, 2007:40-53)

Nessa leitura, a concepção original de sertão, que comportava um significado próprio de sua condição geográfica natural, passou a ser seguida por outras de “*escopo demográfico e econômico*”, passando a estar condicionado à comparação com as vilas, costas, engenhos e minas. Para esse autor, o sertão da Capitania de Minas Gerais, correspondia, principalmente, ao “*sertão dos currais*”, ou a zona curraleira. “*Mas outros havia, cuja característica dominante até o início do século XIX era o de ser povoados de diversas nações de gentios*” Carrara (2007:45).

Na fração territorial analisada, foram duas as constatações de que ali abrigou território indígena desde tempos imemoriais que foram interrompidos pela primeira invasão. A primeira constatação documentada nos Registros Paroquiais de Terras (RPTs) da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, em 16 de março de 1855, registra um genocídio brutal declarado por José Joaquim dos Santos (autorizado por sua mãe Silvéria Maria de Jesus, viúva de José de Souza Santos), residentes nas vizinhanças do Taperevã, “*uma parte de terras*

não medidas”, cujas extremas não foram mencionadas, e que registra o extermínio dos indígenas:

“apresenta exemplar das terras que ocupa a mais de sessenta annos, depois da extpinação dos Indios seus primitivos habitantes, divididas e extremadas entre seu marido dito finado, e seu cunhado Riberto de Souza Santos primeiro (ilegível), de maior espasso com outro irmão que faleceu primeiro e são as seguintes as suas extremas: do cume do espigão do Capão do Cédro que também tem um braço igualado, por este abaixo e athe o Ribeirão, e atravessando o dito Ribeirão, confronttando com outro Espigão subindo Ribeirão assima de uma e outra parte athe a Barra do correjo do Buriti, após este afina de um e outro lado athe as duas cabeceiras com todas as suas aguas vertentes” (Registros Paroquiais de Terras da Vila de Santo Antonio de Grão Mogol, 1855, p.133-134: APM, 2016, sem gripos no original)

A segunda evidência, situada na área do município de Padre Carvalho, a cabeceira do Córrego da *“Lapa dos Bugres”*, trata-se de uma belíssima rocha, que convém denominar a *“Lapa dos Índios”* cujas inscrições rupestres presentes na rocha remetem possivelmente a algum lugar sagrado para os primeiros habitantes, o qual sugere-se estudos arqueológicos aprofundados (Figura 1)

Ainda, sobre a concepção de sertão, no processo de formação de Minas Gerais comportou para o colonizador a paradoxal contradição do medo e das possibilidades, como também conferiu ritmos distintos de ocupação da paisagem. Quanto ao dinamismo tanto das áreas mineradoras quanto dos currais, interessa ressaltar sobre a Minas setecentista, que a distinção entre estas áreas e atividades predominantes regia *“o tamanho da terra concedida em sesmaria e a forma de cobrança dos direitos régios e tributos”*.

Carrara escreveu sobre as memórias do final do século XVIII e início do XIX (1774, 1791e 1801) - consideradas por ele uma visão exagerada – que elas ressaltavam a abundância paradisíaca das vazantes do sertão do rio São Francisco, a fertilidade para gado, pesca e caça do Rio Pardo, e no intermédio do rio São Francisco e do Paracatu a possibilidade de riquezas pela largueza das pastagens. “Da porção que até hoje conservou-se sertaneja, ficaram-nos descrições tardias, da segunda metade do século XVIII e início do XIX, mas de qualquer modo, importantes.” (Carrara, 2007:49)

Figura 1: Fotos das Inscrições Rupestres na Lapa dos Índios, Padre Carvalho, MG

Assim, Minas Gerais foi sendo formado, permeado por concepções históricas e geográficas distintas, por parte da população e da administração colonial. A população foi construindo identidades regionais a partir de uma imbricada relação com o meio natural e de produção social da vida bastante vinculada aos vales dos rios, suas barrancas, vertentes e barras.

A consciência geográfica dos habitantes de Minas no século XVIII fundamentou a construção de diversas identidades regionais. À percepção primeira anteriormente descrita, sobrepunham-se outras, de caráter administrativo, jurídico e eclesiástico, todas se recobrando aproximativamente. Desde as Ordenações Afonsinas (Livro I, título 1, §32) estavam consagradas três outras categorias geográficas: as cidades, as vilas e os lugares, que os descobridores aumentariam para *lugares d'além*. O primeiro ambiente fundamentava uma certa identidade regional é o *lugar*, a *paragem*, que geralmente adotava o nome do vale de algum córrego ou ribeirão. Seus limites, precisos para as pessoas de uma sociedade agrária, eram a vertente e a barra. Na identificação dos “lugares” onde residiam os pagadores de dízimos da “fronteira” leste da Capitania vale do rio Piracicaba (freguesias de Santa Bárbara e São Miguel do Piracicaba), os

cobradores serviram-se tão somente dos nomes dos córregos e ribeirões afluentes [...]. (*Idem*, 2007:50)

No que se refere à administração colonial Carrara (*idem*:51-52) explicou que “*um conjunto de lugares podia constituir um distrito*” e que esses distritos “*eram muito mais um conjunto de lugares que num dado momento possuíam comandante para essas partes do termo*”, mas que as demarcações eram imprecisas. E que havia outros casos em que os lugares eram denominados por *ribeiras*, uma denominação especial, para especificar “*zonas de criação de gado, compreendendo certo número de fazendas, e nomeada segundo a principal aguada nela existente e que é a sua condição primordial (...)*”. Por sua vez “*as freguesias compunham os termos, cujas sedes eram as vilas*”. Nessas eram resolvidas as questões fiscais, eclesiásticas e administrativas, ou seja, as questões de justiça. Sendo assim, no século XVIII, a Comarca, não constituía uma realidade concreta para as pessoas comuns.

Outro apontamento fundamental apresentado por Carrara em sua tese, são os dois movimentos de ocupação das terras da Capitania de Minas Gerais, cujo marco situa em 1674, movimentos que partiram de São Paulo e Bahia, um ligado à busca de ouro e pedrarias e o outro ligado a abertura de pastos e criação de gado. Conforme destacou Antônio Carlos Robert MORAES (2000:402), no final do século XVII, a pecuária expandiu-se e adentrou o sertão, “*definindo caminhos perenes que, da Bahia, demandavam as Gerais e o Maranhão*”.

De acordo com Isnara Pereira IVO (2009:29-37)⁴⁷, durante todo o século XVIII, as comarcas do Serro do Frio e de Jacobina, embora distantes entre si, outorgavam a tutela administrativa dos sertões (Sertão de Minas Novas, Sertão da Ressaca e Alto Sertão da Bahia) e “*foram territórios de conflitos de interesses privados em função de uma ordem pública distante e pouco definida para estes lugares*”. Além disso, os potentados locais exerciam o domínio político que as iniciativas públicas de governantes não controlavam e tinham pouco conhecimento sobre os limites e fronteiras de suas atribuições. Para a autora a imprecisão das fronteiras e das autoridades coloniais entre as

⁴⁷ IVO, Isnara Pereira (2009). Homens de Caminho: Trânsito, Comércio e Cores nos sertões da América Portuguesa – século XVIII, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH, 2009. Orientador: Prof. Dr. Eduardo França Paiva.

Capitanias de Minas Gerais e Bahia alimentou os conflitos sobre quem cabia a administração dos sertões.

No que se refere à avaliação da *“estrutura da propriedade rústica”*, Angelo Carrara apresentou um relevante questionamento, para a avaliação dos procedimentos investigativos que tem como base as cartas de sesmarias concedidas. Ele questionou o *“grau de credibilidade das informações prestadas pelos peticionários”* e indagou também se *“além de escravos, gados, engenhos”* o peticionário de fato dispunha de todas as benfeitorias que alegava possuir, ou se isso não passava de uma fórmula que utilizavam. O autor também questionou as demarcações: *“Como verificar se as demarcações, quando feitas, respeitaram as medidas constantes nas cartas? Qual a validade das cartas, já que a exigência de confirmação foi cumprida por menos de 4% do total em todo o século XVIII?”* (CARRARA, *op.cit.*:58)

Ao analisar as sesmarias concedidas no território mineiro entre 1674 e 1711 confirmou uma tendência estrutural (também constada por Francisco Carlos Teixeira⁴⁸ nas Capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia), caracterizada por um processo de apropriação *“de caráter concentrador da estrutura fundiária e a consequente formação de grandes domínios”*, cujo ritmo de apropriação das terras distinguia do processo de povoamento. O autor esclareceu que havia duas formas distintas de concessão de terras na região das minas: as sesmarias e as datas minerais. Que tinham formas de registros e controle de posse específicos. *“As terras minerais foram inicialmente concedidas pelos guarda-mores, lançadas em livros próprios, alguns dos quais compõem a Coleção dos Contos de Ouro Preto.”* (*Idem*:2007:150).

Posteriormente, a partir de 1724 passaram a ser controladas ou pela Câmara Municipal de Sabará, Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. As sesmarias mineiras concedidas até meados do século XVIII foram maior parte publicadas pela Revista do Arquivo Público

⁴⁸ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Morfologia da escassez; crises de fome e política no Brasil Colonial*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1991 (tese de doutoramento em História). P.321-43; ID. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil Colônia. I Congresso Brasileiro de História Econômica/ II Conferência Internacional de História das Empresas, Niterói, 1993); publicado sob o título *“Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-Colônia in Estudos; sociedade e agricultura,”* 8 (abr.1997),p.119-156. Citados por Carrara (2007: 58).

Mineiro. De acordo com as informações fornecidas por Carrara, a lista que relacionava as sesmarias recebidas no Norte de Minas, constantes do código 155 do Arquivo Nacional, ainda não foi incluída em nenhum catálogo⁴⁹.

Ângelo Carrara (*Ibidem*:168) afirmou que “*antes das concessões do governo da Capitania de Minas, o governo da Bahia distribuiu terras nos vales dos rios Jequitinhonha, Verde e Doce*”. E que passados dezesseis anos “*um grupo de paulistas recebia cada qual 4 léguas em quadra nos sertões do rio Pardo e Doce*”.

No que se refere ao início do processo de ocupação territorial da porção norte do Estado de Minas Gerais, na bibliografia (Pires: 1979; Correia de Andrade:1982; Carrara: 1999; Carrara: 2007; Neves: 2003; Alves dos Santos: 2010) foram atribuídas às ações do mestre de campo Antônio Guedes de Brito.

Dentre os autores antes referidos, o livro “*Raízes de Minas*” escrito pelo engenheiro civil Simeão Ribeiro Pires⁵⁰, publicado em 1979 foi referenciado no estudo da ocupação do Norte de Minas. Esse autor no exercício da atividade profissional participou das obras do prolongamento da ligação ferroviária norte-sul do Brasil, tendo se fixado por três anos no município de Espinosa/ MG, quando então tomou conhecimento da cópia do livro “*Código da Casa da Ponte – Nos Sertões do Rio Pardo*” uma edição de 1819, que continham os registros de escrituras de numerosos sítios adquiridos pelo Conde da Ponte⁵¹. Tais registros instigaram o engenheiro, Simeão Pires a investigar “*a gênese da*

⁴⁹ Consultei diretamente o Catálogo de Sesmarias do Arquivo Público Mineiro, os registros de sesmarias que constam deste catálogo, as Sesmarias Coloniais (sc) encontram-se disponíveis em formato digital, enquanto as e as Sesmarias Provinciais (sp) e Cartas Imperiais (ci) estão microfilmadas. Desse catálogo cotejei as terras dadas em sesmarias que possam corresponder a área de estudo, seu conteúdo está sendo analisado e transcrito, mas até o presente não localizei sesmarias que possam corresponder à fração territorial analisada. Sendo assim, não esgotei questão da busca pelos registros de sesmarias que por ventura possam ter sido medidas e levadas a um Registro Geral de Terras Públicas na fração territorial de análise. É necessário dar continuidade a um levantamento nos arquivos do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Pardo de Minas, comarca ao qual foi subordinado Grão Mogol, embora o Cartório de Registro de Imóveis de Grão Mogol fundando em 1884 tenha informado desconhecer registros imobiliários das terras da comarca em outra serventia. Enquanto não se processam esses levantamentos, advogo a devolutividade das terras em questão.

⁵⁰ É importante situar a posição social deste autor na defesa da primazia da ocupação baiana na colonização do Norte de Minas. Pereira (2008:106-107) explicou que Simeão Ribeiro Pires pertenceu a uma das famílias mais tradicionais da região “os *Ribeiros*” fazendeiro, industrial e político foi também engenheiro e historiador. Entre 1959 a 1963 foi prefeito de Montes Claros e vereador entre 1963 a 1970. Foi um dos principais ideólogos do regionalismo norte mineiro influenciou com sua tese da primazia baiana na colonização as lideranças políticas locais e regionais entre as décadas de 1950 a 1980.

grande parte da propriedade rural no Sertão". Seu estudo foi referenciado por Correia de Andrade (1982), Neves (2003), Araújo (2009), e também por Alves dos Santos (2010) que analisando diferentes processos em diferentes campos de estudo investigaram questões ligadas direta ou indiretamente à ocupação norte mineira.

A Casa da Ponte fez diversos arrendamentos de áreas de terras conforme pode ser visto nos estudos de Pires (1979) sobre as raízes de Minas. Mas muita terra permaneceu "livre" em decorrência da ausência dos sesmeiros, dos seus administradores e de organismos coloniais vinculados à coroa portuguesa. E, nas fimbrias destas terras, negros aquilombados e desclassificados coloniais instituíram pequenos agrupamentos sociais.

(...) Há que considerar que o grupo vinculado mais diretamente a Manoel Nunes Viana, o administrador da Casa da Ponte, foi denominado pelos paulistas e portugueses da área de mineração como os emboabas. E as informações históricas sobre esta guerra afirma serem esses emboabas os baianos que ocupavam a região dos currais, conforme estudos de Golgher (1982). (ARAÚJO, 2009:127-128)

Em sua pesquisa sobre o *Alto Sertão da Bahia*, Neves (2003), que revisitou os arquivos da Casa da Ponte, ao se referir ao povoamento e a exploração econômica na região onde se estende a Serra Geral⁵², também atribuiu o processo de conquista e ocupação do território da Capitania de Pernambuco no final do século XVII às ações do mestre de campo Antônio Guedes de Brito:

(...) Este sertanista se apropriou da margem direita do São Francisco, desde o centro-norte da Bahia ao Centro-sul de Minas Gerais, movendo guerra contra a população indígena e estabelecendo fazendas pecuaristas, ao longo do grande rio e seus afluentes, avançando para o leste, numa área superior ao território da maioria dos países da Europa ou da soma de alguns deles. (NEVES, 2003:22-23)⁵³

⁵¹CASA da Ponte. *Tombo da Casa da Ponte*. "Tombamento dos prédios arrendados situados no Sertão do Rio de São Francisco, Termo da Villa de Santo Antônio do Urubu, que pertencem à Casa do Ilmo. e Exmo. Senhor Conde da Ponte, de 1819. *Anais do APEB*. Salvador, n. 34, p. 9-83, 1957. (Originais no APEB. Colonial e Provincial, 4.638. Tombo da Casa da Ponte – 1819); _____. *Tombo da Casa da Ponte*. "Tombamento dos prédios arrendados ou devolutos, situados no Certão do Rio Pardo, Districto do Rio pardo, Districto de Minas novas, Comarca da Villa do Príncipe do Serro Frio, Capitania de Minas Geraes". *Revista do IGHB*. Salvador, n. 55, p. 431-485, 1929. (Citados por Neves: 2003)

⁵²Serra Geral é também a denominação de uma das divisões regionais do território do Estado da Bahia, na atualidade. E também é o nome de um dos Territórios de Cidadania do Governo Federal em Minas Gerais.

Esse autor considerou que na segunda metade do século XVIII se intensificou o povoamento do Alto Sertão da Bahia razão pela qual situou os marcos temporais de sua pesquisa entre os anos de 1750 a 1850:

(..) com a multiplicação de arrendamento das terras dos Guedes de Brito, transferidas para os Saldanha da Gama, em pequenos e médios sítios para os “desclassificados do ouro” de Rio de Contas; e como extrema final o ano de 1850, quando se promulgaram a Lei das Terras e a Lei Euzébio de Queirós, disciplinando-se o acesso a esse meio de produção fundamental de uma economia primária e iniciando-se a extinção lenta e gradual do trabalho escravo, num conjunto de interferências dos poderes público na ordem institucional, que caracterizou a consolidação do Estado Nacional no Brasil. (...) Mantendo-se a prática generalizada entre os titulares de grandes áreas – adquiridas pelo sistema de sesmaria e ampliadas pela ocupação e apossamento – de se arrendarem sítios e fazendas de herdeiros e sucessores de Antônio Guedes de Brito, promoveu-se um vasto loteamento, povoando toda a região e seu entorno. O sexto conde da Ponte, sucessor na titularidade do morgado Guedes de Brito, depois de resgatar os bens imóveis hipotecados pelo seu pai Manoel de Saldanha da Gama – que fora casado com Isabel Guedes de Brito, de quem tudo herdou – e comprar os quinhões dos irmãos, passou a vender glebas aos arrendatários e outros interessados. Após a morte do conde, quando governava a Bahia – 1805-1809 – seus herdeiros liquidaram tudo que restava dos antigos latifúndios, vendendo as fazendas pecuaristas, parcelando e comercializando as glebas arrendadas. (*Idem*:22-23)

Erivaldo Neves também apresentou um mapa (vide Mapa 3) daquela porção territorial que considerou ser localização aproximada das terras recebidas em sesmarias, herdadas, compradas e conquistadas de indígenas por Antônio Guedes de Brito final do século XVII, cabe aqui reproduzi-lo por que apresenta uma dimensão das ambições latifundistas de Antônio Guedes de Brito. Neves (*ibidem*:119-120) mostrou através desse mapa que Antônio Guedes de Brito soube aproveitar-se das “*circunstâncias para incorporar ao seu já extenso domínio fundiário*”, grandes dimensões de terras que se estendem “*da margem direita do São Francisco, entre as nascentes do*

⁵³NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reдеiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2003. Profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Orientadora).

“O Alto Sertão da Bahia, conquistado de povos indígenas e ocupado por Antônio Guedes de Brito na segunda metade do século XVII, manteve-se na mesma cadeia sucessória, transferindo-se para sua filha Isabel Maria Guedes de Brito e desta para a neta Joana que, depois de enviuvar-se de João de Mascarenhas contraiu novas núpcias com Manoel de Saldanha da Gama. Não tendo filho em nenhum dos enlaces, legou tudo por testamento e contrato de casamento para o segundo consorte. Depois de viúvo, Saldanha da Gama casou-se novamente, em Portugal, tornando-se pai de João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito que, além das heranças paternas e maternas coube-lhe, de um tio sem descendência, a titularidade de conde da Ponte”. (NEVES,2003:144)

Paraguaçu, área central da Bahia e do Paraopeba, sul de Minas Gerais, estendendo-o, a leste, aos vales do Jequitinhonha, Pardo e de Contas”.

Conforme explicou o autor, Antônio Guedes de Brito reivindicou esse território como ressarcimento das despesas que efetuara nas guerras contra holandeses, na Bahia e em Pernambuco, por meio de um requerimento da sua carta patente de capitão de infantaria.

Carrara (2007:156) escreveu que no caso do Morgado Guedes de Brito, depois da Casa da Ponte, no Norte da Capitania o sesmeiro, apenas, tornou-se um cobrador de foros de porções menores do solo que obtivera, neste caso “*a propriedade pode ou não confundir-se com a posse das terras concedidas por carta de sesmaria ou de data*” mesmo sendo o proprietário legítimo. O argumento apresentado pelo autor é que Isabel Guedes de Brito cobrava arrendamentos das pessoas que povoavam e cultivavam as terras, uma vez que não pagassem eram espoliados pelos procuradores da sesmeira. Sendo assim, o latifúndio de Isabel Guedes de Brito foi por vezes questionado e reportado à autoridade régia. Carrara (*idem*:180) apresentou o conteúdo da argumentação:

Segundo o ouvidor, todos a unanimidade certificaram-lhe ‘que da barra do Rio das Velhas acima não havia Isabel Maria Guedes de Brito cultivando terra alguma por si e seus colonos’. E esclarecia que o povoamento e cultivo das terras da barra do rio das Velhas para cima até as minas foi feito por ‘*homens que vinham...com seus comboios e gados chegando à dita barra se foram situando cada um na paragem que lhe parecia mais conveniente para formarem casas, roças, e currais, cujos sítios vendiam a outros quando se retiravam*’. Este testemunho só confirma que a ocupação do São Francisco em Minas Gerais não se fez rio abaixo, mas em sentido inverso, da Bahia para as minas. CARRARA (2007:180)

Uma “tradição” da ilegalidade que foi incorporada aos métodos de transferências e apropriação dos imóveis, imprecisão das áreas, alterações de registros, desajustes no que tange à regulação das terras do território, por parte da Coroa e posteriormente do Estado, já naquela data, e que se perpetua até os dias atuais, conforme busco apresentar no próximo capítulo (Capítulo 02). Neves (2003) revelou que houve unidades fundiárias, como a Fazenda Santo Onofre, em Santo Antônio do Urubu, sem referência de dimensões, mas com áreas presumíveis de mais de vinte mil hectares (20.000ha). Tais imprecisões

“tem antecedentes em antiga prática de sesmeiros, que requeriam cartas de sesmarias sem precisar suas extensões, para burlar a legislação que definia a medida máxima permitida de uma concessão”.

As dimensões e localizações das unidades agrárias dificultam o estudo das sesmarias, pela imprecisão de limites. Declarando suas terras ao desembargador Sebastião Pereira Cardoso, designado pelo governo metropolitano, em 1676, para coibir infrações da legislação das sesmarias, Antônio Guedes de Brito, informou que as recebera com seu pai, Antônio de Brito Correia, do governador João Rodrigues de Vasconcelos, conde de Castel-Melhor (1650-1654), em 26 de outubro de 1652, “princiando no Caguague ou Caguaguena, até a serra Tuiuiuba, uma sesmaria com oito léguas de largo”. Brito não descreveu confrontações nem indicou localizações precisas, impossibilitando qualquer mensuração de área. A incidência de limites imprecisos, com maior frequência em zonas distantes e de difícil acesso, decorre da sonegação de informações pelos donatários, seus herdeiros e sucessores, aos agentes dos poderes públicos, encarregados de inspecionar titularidades, aferir dimensões e da cumplicidade desses representantes governamentais, alguns dos quais também proprietários de terras.

O mesmo Guedes de Brito, associado a Bernardo Vieira Ravasco, recebera, em 1663, do conde de Óbidos, vice-rei e capitão-general da Bahia, terras desde as “nascenças do Itapicuru até o rio de S. Francisco”, “por ele acima, tantas léguas quantas há, da própria nascente do Itapicuru á do Paraguassu”, contornando “a nascente do Paraguassu e della a do Itapicuru”, reservando-se “uma légua de terras para cada aldeia” indígena. Posteriormente, Guedes de Brito, conforme declarou sua filha Isabel Guedes de Brito, comprou a parte do sócio.

Sobre o que caberia às tribos indígenas da área, nada se sabe. E assim, comprando terras de parceiros e outros proprietários, “descobrimo” e conquistando da população nativa, o mestre-de-campo apoderou-se, nos sertões do Médio São Francisco, de área mais extensa que os territórios de vários países da Europa juntos. (NEVES, 2003:119)

Mais uma comprovação dos imensos latifúndios que foram se formando no período colonial, no que corresponde às atuais mesorregiões Centro-sul da Bahia e Norte de Minas, foi apresentado por Neves que organizou os registros de terras em municípios na divisa Bahia-Minas, apresentando as *“Terras da Casa da Ponte, por Localização, Ano de Arrendamento, Avaliação Anual em Mil Réis e Áreas Convertidas em Hectares Minas Novas e Extremidades dos Termos de Caetitê e Urubu”*. (NEVES, 2003:187-189). Dessas áreas listadas podem ser extraídas as seguintes áreas (Tabela 1), que mais se aproximam da porção territorial analisada.

Tabela 1 – Terras da Casa Ponte Próximas à Fração Territorial de Análise

TOPÔNIMO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE ARRENDAMENTO	ÁREA (ha)
Saco	R Pardo	1806	900,00
Gameleira	R Pardo	1806	14.400,00
Ilha	R Pardo	1806	28.800,00
Angicos	R Gorutuba	1806	-
Juazeiro	R Gorutuba	1806	-
Morrinhos	R Gorutuba	1806	43.200,00
Salto	R Verde Grande	1806	900,00
Conceição	R Verde Grande	1806	-
Curral/Ingaz	R Verde Grande	1806	7.200,00
S Antônio	R Verde Grande	1806	-
Tapera	R Verde Pequeno	1807	225,00
Santa Ana	R Verde Pequeno	1807	3.600,00
Santa Ana	R Verde Pequeno	1807	900,00
Barreiro	R Verde Grande	1817	-
Jaíba	R Verde Grande	1819	3.600,00
Pau Alto	R São João/Pardo	1808	-
S Bartolomeu	R Pardo	1820	3.600,00

Fonte: (Extraído de Neves, 2003, pp.188-189)

Essas informações organizadas por Neves, permitem afirmar, que as terras de Grão Mogol, não estiveram sobre o domínio da Casa da Ponte. As áreas mais próximas que foram arrendadas para este morgado situavam-se na direção norte e noroeste de Grão Mogol, ou seja, sentido Jaíba, MG nas bacias dos Rios Gorutuba, Rio Verde Grande e Rio Verde Pequeno e na direção nordeste no Rio Pardo.

Então, aquelas terras do Rio São Francisco que estiveram subjugadas à Capitania da Bahia⁵⁴, ou seja, reivindicadas por Guedes de Brito

⁵⁴ A história da comarca do São Francisco antecede o período inicial de formação do Estado nacional brasileiro, cuja gênese concentra-se no período imperial. De acordo com Sobrinho (1951, p. 11-16), cuja obra é uma defesa da “reivindicação histórica” dos pernambucanos sobre o território da antiga comarca, a história da mesma inicia-se em 1534 “com as duas cartas de doação, a de Duarte Coelho e a de Francisco Pereira Coutinho, quando D. João III concedia ao donatário de Pernambuco 60 léguas de terra, na costa do Brasil, especificando que “assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito rio S. Francisco”. Por força da Carta Régia de 5 de dezembro de 1752, a margem esquerda do rio São Francisco veio a subordinar-se à correição da comarca do Jacobina (BA) que, conforme afirma o autor, abrangia vastas regiões do atual território de Minas Gerais, permanecendo assim até 1810. Embora sujeita judicialmente à Bahia, a futura comarca continuou mantendo vínculos com a capitania de Pernambuco, sobretudo, eclesiásticos, além das nomeações, patentes e privilégios concedidos pelas autoridades de Pernambuco, ao longo da margem esquerda do rio São

corresponderam a uma porção territorial que posteriormente passou a pertencer à Capitania de Minas Gerais. Por sua vez, Pires (1979) afirmou que esta sesmaria possuía 160 léguas de extensão, que ele considerou ter sido o 2º maior latifúndio do Brasil (conforme lembra Pires, as léguas antigas eram de 6.600 metros). Cabe destacar que esta extensão não era permitida pela legislação das sesmarias em vigor, tratando-se, pois, de grilagem de terras, nos termos da leitura atual do processo.

Acerca da investigação que consta no livro “Raízes de Minas”, de Simeão Ribeiro Pires (*op.cit.*), pode-se afirmar que o texto produziu uma explicação sobre a ocupação do Norte de Minas, recorrentemente referenciada, a aceitação de sua explicação, em certa medida, bloqueou a busca por fontes mais específicas da realidade fundiária de cada Comarca do Norte de Minas. Tanto que, esse livro tem sido citado, quer para buscar elementos para a ocupação de municípios do Centro Sul baiano, quer para Montes Claros ou Grão Mogol, resultando assim, em algumas generalizações acerca da ocupação do Norte de Minas. Inclusive, em um dos processos judiciais analisados⁵⁵, ao reconstruir a cadeia dominial do imóvel *Fazenda São Lourenço ou Buriti*, em Grão Mogol, remeteu-se à sesmaria não confirmada de Antônio Guedes de Brito, como em outros textos, atrelando a história de Grão Mogol à de Montes Claros. A despeito de buscar registros paroquiais e cartorários que permitiam ampliar a visão desse processo, abrindo um leque no campo da investigação para outras associações entre os sujeitos sociais e as relações estabelecidas entre eles, no processo de apropriação das terras devolutas e das estratégias de exploração. Sobretudo, a partir de meados de 1850 quando as terras em questão já não se encontravam mais sobre o domínio da Casa da Ponte. O estudo de Aquino (*op.cit.*) é um exemplo de ruptura com esta fonte, uma vez que a autora buscou nos Registros Paroquiais de Terras, uma leitura específica da estrutura fundiária de Montes Claros durante a segunda metade do século XIX.

Conforme explicou Neves, ao final do século XVIII e início do XIX, a Casa da Ponte, “*legalizou todas as terras, exploradas ou não, com Francisco*”. MARTINS, H. T. (2010:03)

⁵⁵“Autos do Processo nº5.192/2005. Ação discriminatória de Terra Devoluta Estadual.

arrendamentos e vendas facilitadas com pagamentos parcelados”. Quando por determinação do decreto que regulamentou a Lei de Terras de 1850, foi realizado o primeiro senso fundiário brasileiro, não tinha restado nada *“das vastidões fundiárias dos Guedes de Brito, transferidas para a casa nobiliárquica portuguesa, que tudo comercializara, restando delas apenas narrativas fantásticas, produzidas pelo imaginário popular*”. (NEVES, 2003:72)

Evidentemente, o regime de sesmarias afetou a organização fundiária do Norte de Minas e encontra-se na origem histórica da apropriação territorial a violência da formação do latifúndio nestes estados. Assim como em todo o Brasil, os sesmeiros utilizaram da estratégia de burla da lei das sesmarias, requeriam cartas de sesmarias sem precisar as extensões, que definia medida máxima permitida para a concessão em 4 e depois 3 léguas quadradas. Na província de Minas Gerais, no século XVIII, as ordenações régias reduziram esse limite para 1/2 légua em quadra nas áreas de mineração e 3 léguas no sertão. Além da apropriação territorial, tais intenções de conquistas promoveram processos e episódios violentos de tomada de terras pela força, escravização dos africanos e afrodescendentes e etnocídio indígena. Além disso abriu-se a trilha para o rentismo.

Importante destacar o papel desempenhado pela atividade agropecuária no processo de ocupação das terras:

Num primeiro momento, dá-se a ocupação do médio Paraopeba, dos sertões do rio Pará e do Alto São Francisco. Com as ordens de abertura da Picada de Goiás (1737), alcança-se o Sul da Comarca de Paracatu. Nessas regiões as atividades criatórias (gado bovino e cavalar) se tornaram predominantes, embora as roças também estejam presentes. (...) Num segundo momento, o deslocamento toma a direção do Vale do Jequitinhonha. Ao longo do Rio Jequitinhonha, de Vila do Príncipe a Minas Novas, na vastíssima Comarca do Serro Frio planta-se também o milho, a mandioca, o feijão, o fumo, a cana-de-açúcar de açúcar e o algodão (sendo este um de seus principais produtos), cria-se gado, fabricam-se queijos, rapadura, tecidos e cachaça. (MULS, 1990:98).

Manuel Correia de Andrade⁵⁶, em *Terra e o Homem no Nordeste* escreveu sobre desenvolvimento da cultura sertaneja, e da importância do vaqueiro na organização social do sertão:

[...]os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos sempre por um vaqueiro que era um escravo de confiança, ou agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os “sítios”, que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendados a 10 mil-réis por ano aos posseiros. [...]

Sobre a administração política e territorial da região Nordeste Marques (1994) escreveu:

A administração da colônia caracterizou-se pela centralização de seu poder e concentração das autoridades nos principais pontos de povoamento da costa, deixando o restante do território a descoberto. Devido à sua incapacidade de estender a sua influência aos demais pontos, a administração foi obrigada não só a reconhecer a autoridade do grande proprietário como a depender de seu apoio.

A administração pública realizava-se através de diferentes órgãos – voltados para os setores militar, geral e fazendário –, todos eles apoiados em grande parte na estrutura de poder local baseado na grande propriedade. Os proprietários possuíam autonomia para mandar e desmandar em seus domínios. Essa estrutura permitiu o desenvolvimento de uma política de clientela a partir das relações de dependência existentes entre o grande proprietário e os outros habitantes da fazenda. (MARQUES, 1994:14)

Tal conteúdo clientelista também atingiu as relações sociais que se estabeleceram em algumas áreas do Norte de Minas, somente naquelas porções onde as fazendas constituíram a unidade territorial de irradiação das relações econômicas de exploração e políticas de mando e de trocas de favores, que se contrapunha, e ao mesmo tempo se complementava pelas relações de solidariedade com que se relacionavam os sitiantes, os povoados e população livre que foi se constituindo à margem das cercas das fazendas.

⁵⁶ANDRADE, Manuel Correia de. “O latifúndio, a Divisão da Propriedade e as Relações de Trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional”. In: *A terra e o Homem no Nordeste*. 2ª Edição. Editora Brasiliense. São Paulo: 1964. A caracterização da produção agropecuária mineira nos sertões foi apresentada por ANDRADE, Manuel Correia de. *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi extensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais*, Ministério do Interior/Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/Superintendência Adjunta de Desenvolvimento/Coordenação de Planejamento Regional/ Divisão de Política Espacial. Recife, 1982

Apesar de sua grande importância, a fazenda não era a única unidade territorial nos Sertões. Havia os pequenos sítios isolados em estreita relação com o grande estabelecimento. Além destes, eram encontradas as *ruas*, pequenos povoados constituídos por um conjunto de casas pobres instaladas em volta de uma capela e uma praça. As povoações eram em geral, apêndices das fazendas. Nelas se realizavam as feiras livres. (*Idem*:35)

No âmbito da administração oficial e as relações engendradas no processo de ocupação conforme ressaltai anteriormente, no início do século XIX, haviam cinco comarcas na Província de Minas Gerais (Comarca do Rio das Mortes, Comarca do Rio das Velhas, Comarca de Ouro Preto, Comarca de Paracatu e Comarca de Serro Frio), porém as jurisdições eclesiásticas, prelazias e bispados abrangiam áreas além dos limites das províncias. Santos (2011:16) atribuiu à duplicidade de jurisdição eclesiástica à situação de fronteira em que se encontrava a região. Todavia, a sobreposição das jurisdições, alimentou anseios autonomistas. Herbert Toledo Martins (2010) chamou atenção para uma questão ocorrida na Comarca do Rio de São Francisco, que objetivou constituir uma Província:

Com a convocação da Assembleia Constituinte de 1823, e diante dos problemas que assolavam a comarca, sua população juntamente com a do norte de Minas vislumbrou, pela primeira vez, a autonomia política-administrativa e se uniu em torno desse objetivo elegendo um representante para entregar aos Constituintes a reivindicação autonomista. É importante ressaltar que a comarca elegera dois deputados para a Assembleia, José Joaquim de Almeida e o padre José Lúcio do Bonfim. No entanto, coube a um procurador específico o encaminhamento da reivindicação. Através de procuração os “*povos do sertão das Gerais e Rio de São Francisco*”, solicitaram a criação de uma nova província desmembrada das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e tendo por capital o arraial de Carinhanha.” (MARTINS:2010:08)

A Comarca do Rio de São Francisco, pertencente a Pernambuco foi então anexada à província de Minas Gerais. Decorreu desse processo uma primeira modificação político territorial do Estado nacional. “*Os fatores que explicam essa ação política emanada do poder central, como veremos, estão diretamente relacionados com a Confederação do Equador*”. (*Idem*, 2010:10 corroborando com Aras, 2010). A comarca do Rio de São Francisco foi anexada à província de Minas Gerais, através do Decreto de 7 de julho de

1824, que desligou provisoriamente essa comarca da Província de Pernambuco.

[...] Três anos depois, era transferida para a província da Bahia, a 15 de outubro de 1827, e assim ficaria até os dias atuais. Obedeciam esses dois atos a uma só intenção, a de tornar mais difícil a irradiação dos ideais de liberdade e de república, agitados no movimento de 1824 [...] (MARTINS:2010:11)

Durante o período da mineração, o processo de ocupação e desenvolvimento da Província de Minas Gerais⁵⁷ ficou centralizada na região mineradora. Evidentemente que essa centralidade abarcou a organização político-administrativa, e mais controle sobre as vilas e comarcas criadas.

Os historiadores (Santos, Cintra, Gilberto Costa:2009) no artigo “*A capitania de Minas Gerais no início dos oitocentos, segundo a Cartografia de Luiz Caetano Miranda: informações fidedignas?*” Como o próprio título indica, questionaram a “*Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais*” elaborada por Miranda, em 1804 e utilizada amplamente como fonte pelos historiadores. Contudo, os autores deram uma relevante indicação da localização da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí.

Na Carta Geográfica, a representação de Minas Gerais corresponde a da configuração territorial que lhe foi definida ao ser criada em 1720, ressalvando-se os acréscimos do extenso termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (Minas Novas, sede municipal), cujo território pertencente à Capitania da Bahia até 1757, atualmente corresponde a porção de Minas ao Norte e à Leste, respectivamente, dos Rios Araçuaí e São Francisco; e a redefinição de suas fronteiras meridionais, a partir de 1766, o que garantiu ao Estado o território ao sul do Rio Grande. A representação, não apresenta a alteração territorial que modificou os limites ocidentais da Capitania, em 1816, e que lhe conferiu a imagem que se conhece na atualidade(...). (SANTOS, CINTRA e COSTA, 2009:05) (sem grifos no original)

Importante destacar que em 1840, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Minas Novas pertenciam à mesma Comarca de Rio de Jequitinhonha.

Na tese “*Conflitos Agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820)*” de Fernando Guadereto

⁵⁷Através de uma criteriosa busca documental e cotejando as fontes de dados com base nos livros fiscais até 1808 (válida para o período colonial) e considerando as mudanças nas áreas, com a criação de novos municípios nas freguesias trazidas pelo Plano de organização Territorial de 1823, Carrara (2007:315-323), forneceu elementos seguros para a demarcação da área da Capitania de Minas Gerais no século XVIII indicando os Termos, Freguesias e Lugares.

Lamas (2013)⁵⁸ além do debate central sobre a conquista da Zona da Mata Mineira tratou de questões acerca dos limites fronteiras Bahia-Minas e das medidas tomadas pelo governo imperial para que se definisse nitidamente quais seriam os limites da Capitania de Minas Gerais. O autor apontou que foi desencadeada uma política eficiente de controle das terras da Capitania de Minas, contrária aos potentados do norte da Capitania Mineira, tal política ordenou categoricamente *“a todos os moradores desta barra do Rio das Velhas que a partir deste Governo não obedeçam ordem alguma de nenhuma pessoa qualquer qualidade que seja, sem for expedida por este Governador”* (LAMAS, 2013:27-30)⁵⁹. A política também previa punição rigorosa e castigo aos desobedientes. Mais uma vez, a grilagem dos Guedes de Brito veio à tona ensejando conflitos, ordenando-se que não se pagasse de forma alguma, fórum algum, nem pensão alguma, nem de forma voluntária à *Izabel Guedes de Brito e nem a seus procuradores*:

Assumar esforçou-se em mostrar que a atitude de Manoel Nunes Viana feria frontalmente a autoridade régia e que a ausência de limites conhecidos entre as Capitanias de Minas e Bahia criavam um vácuo de poder. O Governador de Minas fez menção à ordem que mencionamos anteriormente, referente à proibição de pagamento de dízimos a Izabel Guedes de Brito e Manoel Nunes Viana, frisando ainda que das terras que cada um possuía, viesse tirar carta de sesmaria a Secretaria deste governo. Em outro termos, Assumar reconhecia que o controle sobre o território implicava a imposição de regras impostas pelo Estado e por seus representantes. A questão das sesmarias referida pelo Governador fazia menção tácita à Lei de Sesmarias que impunha o registro da terra junto aos órgãos governativos responsáveis por esse assunto, assim como às atualizações da mesma lei feitas nas Ordenações Filipinas que determinavam que apenas o rei poderia conceder as sesmarias e determinar a localização das mesmas. (*Idem*, 2013:28-29)

Ao final da segunda metade do século XVIII, com o esgotamento das jazidas, ganhou novo ritmo a compra/venda de terras no sertão. Lamas propôs

⁵⁸LAMAS, Fernando Gaudereto. Conflitos Agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820). Tese de Doutorado (Curso de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2013. P.298

⁵⁹LAMAS baseou-se nos seguintes documentos: Arquivo Público Mineiro (APM). Secretaria do Governo da Capitania. SC11 – Cartas, Ordens, Despachos, Bandos ou Editais do Governador de Minas Gerais – Dom Pedro de Almeida Portugal (Conde de Assumar), Rolo 03, Gav-G- 3, fl.277.

uma reflexão acerca da questão do controle sobre a fronteira, no sentido dos interesses políticos administrativos e econômicos envolvidos:

À medida que vai terminando a primeira metade, percebe-se uma diminuição na compra/venda de propriedades nessas localidades e um aumento no ritmo de compra/venda daquelas localizadas nas proximidades dos sertões. Essa mudança de ritmo referenda, tanto a ideia de que o principal meio de acesso à terra na Capitania de Minas era a compra/venda, quanto a percepção de que o esgotamento das jazidas auríferas gerou uma procura por áreas ainda intocadas pela política de colonização e de povoamento. Esse último ponto é relevante para pensarmos a existência ou não de uma fronteira na medida, na medida em que a mesma é “criada” ou “destruída” por necessidades político-administrativas e econômicas. Nesse sentido a fronteira entendida como área proibida, somente existe enquanto a administração colonial desejar que a mesma exista. (*Ibidem*, 2015:30-31)

Conforme anteriormente mencionado, esta tese não pretende elucidar as questões da ocupação do território norte mineiro no período colonial. Todavia, o debate apresentado evidencia que a porção territorial foco das análises (a antiga Comarca de Grão Mogol), teve a história da sua ocupação inserida no movediço terreno das disputas entre os sujeitos sociais interessados, nas indefinições dos limites entre as capitanias na “fronteira” Minas-Bahia, durante período colonial, “[...] *Na historiografia, a tendência hoje é admitir que as bandeiras paulistas e as baianas ocuparam o sertão praticamente de forma simultânea*”. (CAMPOS, 2002)⁶⁰.

Nesta mesma direção Pereira (2007) citando Mata Machado (1991)⁶¹ chamou a atenção para a importância em notar que as duas correntes de povoamento e exploração produziram a mesma consequência “*um conjunto de estruturas econômicas, sociais e políticas assentado na criação de gado, na violência, nas relações de parentesco, na ordem privada, na formação de potentados rurais.*” (PEREIRA, 2007:30-32)

Se, por um lado, o Norte de Minas foi incorporado aos limites da sesmaria de Antônio Guedes de Brito integrando a fração do território de expansão da pecuária baiana, por outro lado, confrontou com o bandeirismo

⁶⁰CAMPOS, Maria Verônica Governo de Mineiros. 'De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado' 1693 a 1737. Tese de Doutorado em História, Orient. Prof. Dr^a Laura de Mello e Souza. FFLCH/USP. São Paulo, SP, 2002.

⁶¹MATA MACHADO, Bernardo. História do Sertão Noroeste de Minas Gerais: 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.36-37.

paulista na dinâmica de ocupação das terras, ou seja, convergindo duas correntes de povoamento, uma a partir da Bahia e outra do Planalto de Piratininga.

Ambas as correntes, que constituem a história da ocupação do Norte de Minas, tinham concepções de vida e quanto às organizações que adotavam muito semelhantes. Cabia aos líderes o poder de vida e também o poder de morte sobre aqueles que chegavam à área a ser ocupada, mineradores e criadores de gado. Cabia aos últimos fundar fazendas de gado, em grande parte com dezenas de léguas de extensão, onde localizavam sítios que arrendavam aos agregados ou se estabeleciam os vaqueiros que cuidavam do seu gado. Assim, investidos de poder, os latifundiários recebiam títulos nos sertões concedidos pelas autoridades do litoral. *“Era o poder político, ligado e dependente da propriedade da terra, que consagrava uma espécie de hierarquia cabocla”*. (ANDRADE, 1975:13-14)

Neste íterim, cabe mencionar nas disputas pelo controle do Sertão do Rio São Francisco, os *“motins do sertão”*, ocorridos em 1736 cuja complexidade foi explorada nos estudos de Anastasia (1998), Cardoso (2013)⁶². Segundo esses autores decorreram dos interesses dos *“potentados do sertão agropastoril do São Francisco”* que buscavam manter sua autonomia política e ter controle do excedente das trocas com a região mineradora, e também aos interesses de camadas populares *“onde se pode vislumbrar um relativo questionamento das formas autoritárias de dominação interna exercidas pelos grandes proprietários de terras.”* CARDOSO (2013:96)

Em 1690 um grupo grande de paulistas teria recebido, cada qual, quatro léguas em quadra nos sertões do rio Pardo e Doce. *“A vastidão — talvez melhor fosse dizer indefinição — desse território permitia que cada um dos sesmeiros escolhesse livremente o lugar que mais lhe agradasse”* Carrara

⁶²ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos Rebeldes: Violência nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998

CARDOSO, Aparecido Pereira *“Havia Alguma Sombra da Forma Antiga das Minas: Memórias da Rebelião no Sertão do Rio São Francisco, Minas Gerais – 1736”*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Área de Concentração: História e Cultura Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise A. Soares de Moura. Franca, 2013.

(1999:21). Matias Cardoso de Almeida⁶³ e o Pe. Vigário Antônio Filgueiras teriam sido os sesmeiros responsáveis pela abertura de fazendas e posterior formação do Arraial das Formigas, do qual se construiu o município de Montes Claros, que na atualidade exerce grande influência na hierarquia regional, articulando fluxos econômicos e demográficos com os municípios estudados.

A história de ocupação deste município também foi explicada por João Batista Costa (1999) e por Cotrim (2007) que atribuem à fixação da bandeira de Matias Cardoso nas margens do Rio São Francisco. Esses autores também escreveram que os membros desta bandeira se fixaram em vários pontos dessa faixa onde implantaram os currais de Minas. Argumentaram que a formação de Minas Gerais ocorreu da junção do sertão (atividade agropastoril) com a região mineradora. E ressaltaram a importância do Norte de Minas na garantia da subsistência da população da área mineradora fornecendo os gêneros alimentícios.⁶⁴

Paiva & Godoy (2002) com base no Recenseamento de 1831/32 forneceram relevantes informações para a compreensão de como se deu o comércio interprovincial, inter-regional e intra regional. Nesse estudo evidenciou-se que o Norte de Minas no século XIX criava-se gado e equinos, produzia-se couros e toucinhos, têxteis e derivados de cana, cultivava-se algodão, cana-de-açúcar, explorava-se ouro, diamante e salitre. Havia conforme as indicações cartográficas consideráveis trocas comerciais com o Centro-sul da Bahia de onde era fornecido, principalmente sal e importados.

⁶³Vide Tese de João Batista de Almeida COSTA (2003) *“Mineiros e Baianos, englobamento exclusão e resistência”* que dentre outras questões se refere ao líder de bandeira paulista Matias Cardoso e seu prestígio junto ao governo imperial, e sobre ocupação do município de Matias Cardoso pelo sesmeiro de mesmo nome, também faz importantes indicações bibliográficas sobre o tema.

⁶⁴Baseado em BRASIL, Henrique de Oliva, História e Desenvolvimento de Montes Claros. Belo Horizonte. Editora Lemi S. A., 1945. O município de Montes Claros, conforme mencionado anteriormente, teve origem no recebimento de uma sesmaria, doada a Antônio Gonçalves Figueira (que fez parte da bandeira paulista de Fernão Dias), em 1707, posteriormente desmembrada de Serro-Frio para constituir a Vila de Montes Claros de Formigas. (COTRIM:2007 e IBGE, 2015): “[...] Em uma expedição em que chegara a Jaíba e Olhos d’Água, obteve por Alvará de 12 de abril de 1707 uma sesmaria de légua e meia de largo por três de comprido, nas cabeceiras dos Rio Verde, onde se instalou, para formar a fazenda de Montes Claros, distante das margens do citado rio, ou seja, no Rio Vieira, afluente do primeiro. A principal atividade era a criação de bovinos, com objetivo de comercialização com outras localidades. Para chegar aos mercados consumidores foi necessária a abertura de diversos caminhos. Em decorrência destas atividades formaram-se vias de comunicação entre a Fazenda Montes Claros, Pitangui, Serro e a Tranqueira, na Bahia, entre outros.” (COTRIM, 2007:23)

Cabe destacar que Grão Mogol, constitui-se no “*afã da descoberta de ouro e diamantes*” e, possivelmente, em seu processo de formação gozou determinado dinamismo social, que além da mineração, agricultura e pecuária, pode ter impulsionado atividades urbanas, inclusive com a migração de estrangeiros (como franceses e belgas) interessados na exploração mineral.

Isnara IVO (*Op. cit.*), explicou que os caminhos mais antigos que conectavam a Bahia a Minas Gerais, eram rios importantes, porém menores que o São Francisco, estes cursos d’água inseridos na porção territorial de estudo:

Registrado como o caminho de Itacambira, esta via dava acesso à localidade de igual topônimo incrustada num emaranhado de rios que entrelaçavam os territórios da Bahia e Minas Gerais: rios Jequitinhonha, Pardo, Verde Grande, Verde Pequeno, Gorutuba, Vacaria e Itacambiruçu. (IVO, 2009:161)

A autora apontou este caminho como um dos mais relevantes do contrabando para a Bahia:

[...] e daí a determinação do controle sobre a região ter sido mais para evitar o descaminho, do que pelas riquezas ali existentes. O território que abrigava o acesso à Serra do Itacambiruçu, - eldorado dos bandeirantes e sertanistas que se aventuraram pelos sertões do século XVIII em busca de diamantes – era formado por terras da Capitania da Bahia, de Porto Seguro, de Minas Gerais e de Ilhéus. Esta artéria seguia os cursos daqueles rios e abrigava parte da estrada, tida como aberta João Gonçalves do Prado e, possivelmente, continuada por João Gonçalves da Costa. A estrada ligava esta região à Vila do Rio de Contas, no Alto Sertão da Bahia. Neste momento, o município da Vila do Rio de Contas alongava-se por todo o vale do rio das Contas alcançando o litoral, já que era formado por localidades denominadas, hoje, Chapada Diamantina, Serra Geral, Planalto da Conquista, além de parte dos vales dos rios Jequiriçá e Paraguaçu e o norte de Minas Gerais, especialmente entre os rios Jequitinhonha e São Francisco. (*Idem*)

Enquanto Parrela (2009:31-32) destacou a instalação rápida de contingentes na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, apontando a existência de fazendas “*formadas desde o final do século XVII nos arraiais e povoados a sua volta, como a de Itacambira e a do Brejo das Almas (hoje, Francisco Sá).*” Além disso que a referida Serra, administrativamente, como um Destacamento Diamantino distinto, uma vez que a sua inclusão não foi localizada, Joaquim F. Dos Santos (1976, p.149 *apud* Parrela, 2009:38) foi o

primeiro a afirmar que a Serra ficou “*compreendida na Demarcação por pertencer ao termo de Minas Novas*”.

Posteriormente, a partir de 1891, seguiram-se as elevações distritais dos povoados de ocupação pretérita. Ainda no século XIX foram ocupadas terras devolutas, nas margens férteis de cursos d'água, como no Rio Mosquito (cuja povoação que deu origem a Serranópolis de Minas). A década de 1930, período em que se concentram as ações de divisão e demarcação de terras, concentrou-se a criação de distritos, e na década de 1960 emancipações municipais encerradas somente na década de 1990.

O município de Grão Mogol teve origem do povoado Serra de Santo Antônio do Itacambirucu, cuja ocupação foi relacionada à descoberta de diamantes no final do século XVIII. Em 1839, o lugarejo era denominado por Arraial da Serra de Grão Mogol e logo passou a atrair pessoas de outras partes do Brasil e também estrangeiros (como portugueses, franceses, alemães, belgas), atraídos principalmente pela exploração de diamantes. Que inicialmente foi praticada de forma clandestina. Obviamente, que essa prática confrontou com os interesses da Coroa Portuguesa que tratou de assumir o controle sobre a exploração e comercialização dos diamantes.

Em síntese, os municípios, foco da análise, que foram desmembrados da área territorial de Grão Mogol inserem-se na multiplicidade do referido processo histórico de ocupação territorial do sertão. Marcados pelo tropeirismo, formação de fazendas e posterior fundação de vilas e edificações religiosas – ocorrido no contexto da mineração e da expansão curraleira do século XVIII, abarcando também o extrativismo, a coleta de frutos, a caça e a pesca.

No ano de 1840, o arraial passou para denominação de Vila Provincial mesmo ano em que foi elevado a distrito. Em 1858, Grão Mogol foi reconhecida como cidade.

Nesse período, as 261 declarações de terras levadas ao registro da Paróquia da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol (os RPTs) indicaram a existência de 57 áreas denominadas fazendas, além de 77 registros de terras diversas – muitas dessas situadas às margens de cursos d'água como os rios *Jequitinhonha, Itacambirucu, Vacaria, Santo Antônio e São Lourenço* e outros córregos de brejos– levando a interpretação de que essas pudessem ser posses livres, dada a imprecisão das medições, e a diversidade de situações

evocadas. Padrão distinto das fazendas que parecem, em hipótese, ter uma origem assentada no latifúndio, em geral, compareceram perante o vigário, membros da mesma família, remetendo a situações de herança, terras indivisas o que no futuro pode justificar, o estado de comunhão também dessas áreas cujos limites já eram ignorados nos anos de 1850 e 1856. Dessa fonte, extraí a seguinte relação de nomes e sobrenomes ligados ao domínio das fazendas foco da análise, (Quadro 3).

Quadro 3 – Relação das Fazendas Estudadas e Nomes dos Declarantes no Registro Paroquial de Terras da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, 1855 e 1856.

FAZENDA	NOMES
Brejo Grande (inserida na área da inexistente Fazenda indivisa Ribeirão de Areia)	Francisco José de Sá
	João Gonçalves da Rocha, Maria Gonçalves da Rocha, José Gonçalves da Rocha
	João Pereira de Carvalho
	Joaquim <u>Cordeiro Leal</u>
do Buriti/São Lourenço (inserida na área da inexistente Fazenda indivisa Ribeirão de Areia)	Francisco Antunes de Souza
	Reginaldo de Babo Pessanha
	Liandro Soares de Bricto
	<u>Reginaldo Aguido de Oliveira</u>
	Justiniano Ferreira da Camara
	Claurina Maria de Quadros
Ribeirãozinho (inserida na área da inexistente Fazenda indivisa Ribeirão de Areia)	João Mendes de Oliveira, Hermenegildo Pestana de Oliveira
Lamarão (inserida na área da inexistente Fazenda indivisa Ribeirão de Areia)	Marcelina Maria de Jesus
	João José Borges
	Maria Pereira da Conceição
	Francisca Silveira Cardoso
Santa Cruz	Francisco José de Sá
	Filippe Rodrigues de Oliveira, Inocencio Rodrigues de Oliveira
	Matheus de Quadros Bittencourt
Santa Quitéria	Silverio Pio de Gusmão (autorizado por Francisca da Costa)
	Pedro Soares De Siqueira (procurador de Theodoro Soares da Paixão), Pedro Soares de Siqueira
	João Joaquim Bripto
	João Chrisostomo Ribeiro
	Americo Militão da Costa, Victorino Bento da Costa
	Emersianna Maria de Jesus
	João José de Figueiredo
Santo Antônio	Caetano Martins Pereira (pai do Barão de Grão Mogol)
Curral Novo	João José de Sá
Lagoa dos Patos	<u>Antonio Rodrigues Fróes, Manoel Lourenço Fróes</u>
	Anastacio Gomes Filho, Manoel Gomes
	José Romão Pereira, João Antonio Pereira
	João Nepomuceno Dutra
	Francisco José de Sá
	Felippe <u>Ribeiro de Souza</u>

FAZENDA			NOMES
Ribeirão	das	Piabanhas	Bibiana Ferreira de Medeiros
			Antonio Pereira Brandão
			João Luiz Souto
			Antonio Theodoro de Souza
			José Pinto da Silva

Fonte: (APM,2016)

Essa relação permitia afirmar que já nesse período desenhava-se a comunhão das terras das fazendas, a maioria dos registros dessas e das outras fazendas indicaram que terras se encontravam em domínio ou posse comum, que os herdeiros ainda não fizeram divisões iguais partilhando as áreas entre eles. Vimos que na mesma fazenda foram registrados diversos sobrenomes de grupos familiares diferentes, portanto, considero ser evidência da devolutividade das terras. Ocorreu também que as mesmas pessoas registraram áreas em fazendas diferentes, confirmando apropriação de terras em áreas distintas pelo mesmo latifundiário. Como foi o caso, por exemplo, dentre outros, de “Claurina Maria de Quadros” que registrou terras na localidade *Batieiras*, na fazenda *do Alegre*, na fazenda *do Sítio*, na fazenda *San Lourenço*, assim como o fizeram outras pessoas com o sobrenome “Quadros”, ou “Quadros Bittencourt”⁶⁵.

Também “Francisco José de Sá” levou ao “Registro do Vigário” a declaração de cinco terras (*uma Fazenda denominada Santa Cruz, na Fazenda da Extrema uma parte de Terras, na Fazenda do Brejo Grande uma parte de terras, na Fazenda Lagoa dos Patos uma parte de terras*). Certamente, tratava-se do “Coronel Francisco José de Sá”. Esses registros são evidências da prática latifundiária da elite de Grão Mogol, naquele período em que o Estado Imperial legitimara a compra e venda como forma de acesso à terra e que se sabe, não era o meio exclusivo de acessá-las.

⁶⁵ Essas pessoas certamente são os descendentes diretos do político, Ângelo Quadros Bittencourt, reconhecido como Barão de Gorutuba por Decreto de 20/06/1889. Coronel da Guarda Nacional exerceu vários cargos eletivos e de nomeação do governo, Juiz de Paz no distrito de Gorutuba e vereador à Câmara Municipal de Grão Mogol, MG. Sócio da fábrica de tecidos do Cedro. Casou-se a primeira vez com Isabel de Sá, nascida em 05/06/1835, filha do Coronel Francisco José de Sá e de Jacinta Ferreira Veloso, falecida antes da concessão do título, e com quem teve 11 filhos. Casou-se depois com sua cunhada Jacinta de Sá, irmã da primeira esposa, esta nascida em 13/06/1846 e falecida em março de 1911 em Coburgo, Baronesa de Gorutuba. Teve com esta mais 8 filhos. Faleceu em 09/03/1892 em Grão Mogol (SERRO/GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017) - “Personagens da História do Serro Frio – Serranos Ilustres” disponível em: <http://www.serro.mg.gov.br/images/serranosilustres.pdf>

Caetano Martins Pereira, o “Barão de Grão Mogol”, registrou no livro da paróquia, em 9 de agosto de 1855, um “*pedaço de terras na Fazenda de Santo Antonio*”, uma evidência de que o mesmo não recebeu a área em sesmarias, retomarei a análise desses fatos no capítulo 4, na sessão 4.1.4.

Nesses registros paroquiais foram feitas referências à herança e compra de terras do “*Guarda-Mor Servando Pacheco Rollin*”, na “*Fazenda Burity*”. Cabe, futuramente, em outros estudos buscar informações para o processo inicial de ocupação dessas terras por este oficial do Império. É importante relacionar, que pode estar aí a origem para a ocupação presente das terras do *Córrego Burity*, onde vive atualmente, a camponesa geraizeira Vicença Maria de Jesus, cujo pai se chamava Armando Pacheco, ou seja, preservava na mesma localidade, o sobrenome de um dos transmissores da propriedade no século XIX. Atualmente, dona Vicença enfrenta processos judiciais frente a empresa FOSCALMA, que invadiu suas terras e pretende por via judicial expulsá-la das terras onde a família tem morada ancestral.

Devido principalmente, à exploração de minas de diamantes, Grão Mogol foi apontado, durante décadas, como destaque na economia norte mineira, cuja franca decadência ocorreu a partir da década de 1960. Coincidindo com a emancipação de parte da área do município, com o desmembramento dos municípios de Itacambira, Cristália e Botumirim.

Anexo à jurisdição municipal de Grão Mogol, entre 1878 e 1891 foram instituídos os distritos de *Santo Antônio do Riacho dos Machados*, *Nossa Senhora da Conceição da Extrema*, *Jatobá*, *Nossa Senhora da Conceição de Jatobá*, *Santo Antônio de Itacambira*, *Santo Antônio do Gorutuba* e *São José do Gorutuba*.

Assim, na divisão administrativa de 1911, o município encontrava-se constituído de 7 distritos: *Grão Mogol*, *Nossa Senhora da Conceição da Extrema*, *Nossa Senhora da Conceição de Jatobá*, *Santo Antônio do Riacho dos Machados*, *Santo Antônio de Itacambira*, *Santo Antônio do Gorutuba* e *São José do Gorutuba*.

Na década de 1920, os distritos passaram pelas respectivas alterações:
-*Nossa Senhora da Conceição de Jatobá* passou a denominar-se Porteirinha;
-*Santo Antônio de Itacambira* passou a denominar-se Itacambira;

- Nossa Senhora da Conceição da Extrema* passou a denominar-se Cristália;
- Santo Antônio do Riacho* passou a denominar-se Riacho dos Machados e;
- Santo Antônio do Gorutuba* a denominar-se Santo André. (IBGE, 2017)

Na divisão administrativa entre 1933 e 1937, o município estava constituído pelo distrito sede Grão Mogol, e os demais, Cristália, Gorutuba, Itacambira, Porteirinha, Riacho dos Machados e Santo André.

Em 1938 foi formado o município de Porteirinha, com área deste Gorutuba e Riacho dos Machados.

Grão Mogol, entre as décadas de 1940 e 1960 organizou-se com os distritos Cristália, Itacambira, Botumirim (criado com terras desmembradas dos distritos de Cristália e Itacambira) e Catuni (ex-Santo André), Barroão (criado com terras desmembradas dos distritos de sede de Grão Mogol e Itacambira).

No final de 1962 foram criados os distritos de Josenópolis e Padre Carvalho e anexados ao município de Grão Mogol. A mesma lei estadual, desmembrou do município de Grão Mogol os distritos de Botumirim, Cristália e Itacambira elevando-os à categoria de municípios. Em 1964, o distrito de Catuni foi transferido do município de Grão Mogol para o de Francisco Sá.

A década de 1960 coincide também com a implantação das políticas estatais de desenvolvimento e ao conjunto de transformações trazidas por esse contexto que impulsionaram uma significativa migração da população desses municípios para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte.

Na divisão administrativa de 13 de dezembro de 1968 até 1993, o município de Grão Mogol era constituído de 4 distritos: Grão Mogol, Barroão, Josenópolis e Padre Carvalho. Em 1995, Josenópolis e Padre Carvalho foram emancipados passando a constituir outros dois municípios.

1.2. Grão Mogol “pedra sobre pedra”

A pesquisa permitiu revelar que o processo de apropriação privada das terras em Grão Mogol, vinculava-se ao mando político exercido pelas elites locais, que se apropriaram das instituições públicas, tornando-as efetivos aparelhos a serviço da grilagem de terras.

Para entender Grão Mogol como o *locus* da grilagem foi necessário retornar algumas vezes ao município e buscar elementos que permitissem uma aproximação dos fatos ocorridos durante o “tempo da divisão” das terras na

Comarca. Tratava-se de uma tentativa a partir de um estudo geográfico de reconstrução de um processo que tinham elementos na história que permitia a compreensão do processo de apropriação privada das terras.

No presente, muitos dos nomes da elite local que protagonizaram a *grilagem judicial*, se encontram homenageados nos logradouros, nas praças, nos edifícios públicos da cidade. E alguns sobrenomes daquela mesma elite que comandou Grão Mogol na virada do século XIX para o século XX, permaneceu administrando a cidade (conforme será indicado no capítulo 4), reproduzindo uma versão oficial sobre a história da cidade. Ou foram projetados para cargos políticos na esfera estadual e até federal.

Ao repetir-se esta versão, em geral, ornada pela época glamorosa dos tempos da mineração, concomitantemente, ocultava-se uma outra, *pedra sobre pedra*. E foi necessário remover estas pedras, retirar fragmentos e encaixar outros no devido ponto, para assim tornar possível a montagem do quebra-cabeça que começáramos a montar na primeira ida a Grão Mogol⁶⁶.

As certidões imobiliárias e os processos judiciais (1970 até o presente), os processos de divisão e demarcação de terras (1920 e 1930) e os registros das terras efetuado pelo vigário da Paróquia da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol (1855 e 1856) foram as principais fontes que permitiram um fluxo entre o presente e o passado no processo de apropriação das terras de Grão Mogol. Tratava-se de um processo recôndito, revelado pela análise de documentos que indicaram localizações, nomes, sobrenomes, limites, áreas, e a posição social ocupada pelos proprietários de terras, pelos rentistas no município. Os estudos em campo e os diálogos informais foram fundamentais para aproximação dos fatos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930 na Comarca.

O processo de divisão e demarcação de terras ocorreu em um período relativamente recente e foi de grande relevância no processo de apropriação geopolítica das terras devolutas no Norte de Minas. Ainda assim, não foi mencionado pelas pessoas da elite local, com as quais conversei

⁶⁶ Foram realizados quatro trabalhos de campo, em três deles fui até a cidade de Grão Mogol, MG. A segunda ida ao campo, ocorreu em fevereiro de 2016, primeiro em que fui até Grão Mogol, tive a honra de acompanhar o Professor Drº Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que orientou-me nos procedimentos cartorários para levantamentos fundiários. Nessa ocasião pude contar também com uma generosa orientação acerca da rotina no trabalho de campo. O professor Ariovaldo já tinha ido antes à Grão Mogol, MG (entre 2012 e 2013), para fazer levantamentos cartorários para o Diagnóstico Fundiário da RDS Tamandúá.

informalmente e também a história do tempo da divisão não era um tema tratado pelos escritores locais⁶⁷. As pessoas da elite local, mesmo quando provocadas sobre o assunto, procuraram contornar o tema, enfatizando outros aspectos da história como o tempo dos bandeirantes, da exploração de diamantes e os atrativos turísticos do município, a cultura e o folclore, e até mesmo as narrativas “apaixonadas” acerca do Barão de Grão Mogol⁶⁸.

Trata-se pois, da construção da “*amnesia social*”, conforme explorou Motta (1998)⁶⁹:

Alterar nomes, apagar no discurso a existência de indivíduos, tem sido uma prática por demais comum na história. Assim, se podemos falar de uma história dos vencedores é exatamente porque, ao virá-la do avesso, há uma outra história, vista de baixo, onde os acontecimentos tiveram uma outra interpretação e onde lugares tiveram também outras denominações. (MOTTA, 1998:09)

Diferentemente, na memória dos camponeses geraizeiros, esse “*tempo da divisão*” era contado com detalhes de acontecimentos entre os mais velhos e também não era ignorado pelas novas gerações. Revelando que esse processo marcou experiências distintas para as elites locais que optaram por renegar a questão em suas memórias e os camponeses que buscavam exprimir os fatos, como denúncia das injustiças sofridas pelos antepassados cuja resistência foi determinante para a permanência da família na terra de morada até o presente. Também alguns camponeses rememoraram a atividade do garimpo e os interesses dos garimpeiros.

Sobre essa questão, considerava-se que nos processos divisórios e demarcatórios urdiam também os interesses minerários (sobretudo a

⁶⁷ Os livros de Vasques e Lasmar (2005) “*Grão Mogol*” e a recente publicação de Felício (2016), “*Loja Maconica Aurora do Progresso, Grão Mogol*” de caráter memorialista – remetem a uma história oficial, que exaltam os feitos das elites locais, comerciantes, fazendeiros, políticos, advogados, administradores públicos, contadores. O livro “*Grão Mogol*” de Vasques e Lasmar (2005), tem sido referenciado em textos sobre a história de Grão Mogol, não o consultei diretamente, porque o mesmo foi furtado do arquivo público da biblioteca municipal de Grão Mogol. Cabe ressaltar que a coautora Terezinha Vasques é descendente de José Antônio Araújo e de Washington Barbosa de Araújo, que foram membros maçons da “Loja Aurora do Progresso”. Esses textos, embora comprometidos com a história oficial fornecem pistas para quem busca fazer uma leitura crítica dos fatos e da política local.

⁶⁸ Alguns exemplos desta narrativa oficial aparecem nas falas de moradores de Grão Mogol, estudiosos da história local, reunidas no documentário “*De grão em Grão*” (Direção Frederico Borges; Produção Deleni Ribeiro de Arruda, Maria Kátia Oliveira de Araújo Costa, Maria Terezinha do Rosário de Oliveira Paulino. Vídeio Doc, 60 min, Grão Mogol, MG, 2011.). Projeto patrocinado pelo Banco do Nordeste, Ministério da Cultura, Instituto Nordeste e Cidadania, Governo de Minas Gerais, Cultura Microprojetos, edição 2009.

⁶⁹ Márcia Maria Menendes MOTTA. *Jogos da Memória. Conflito de Terra e Amnésia Social*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, NITERÓI, v. 6, p. 183-196, 1998.

exploração de diamantes) e a consequente busca por parte da elite local pela apropriação dos terrenos devolutos de particular interesse exploratório. Uma das constatações reveladoras da importância dessa atividade econômica no município, foi a inclusão de Grão Mogol – através do Decreto-Lei Federal nº466 de 04 de junho de 1938 que dispôs sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas – em uma das seis zonas de garimpagem de pedras preciosas. O artigo 3º desse decreto autorizou que a “*garimpagem poderá ser exercida, livremente, nos rios públicos e terrenos devolutos.*” Mas, a elite de Grão Mogol, pode ter se adiantado com os processos divisórios e limitou esta atividade às áreas apropriadas privadamente.

Todo o processo *grilagem judicial* analisado permite a constatação de que as elites locais colocaram algumas instituições públicas ao serviço do rentismo. Coube neste trabalho explicitar como os poderes locais instituídos, a maçonaria, os cartórios, a coletoria de impostos e o fórum de Grão Mogol foram apropriados pelos rentistas, que encaixaram essas instituições nos atos de grilagem que praticaram.

A *grilagem judicial* atravessou diferentes contextos no processo da ocupação das terras dos municípios da Comarca de Grão Mogol. As informações que orbitaram em torno da maçonaria, auxiliaram na identificação dos sujeitos sociais e na articulação de questões ocorridas no passado (no contexto mais amplo de passagem das terras públicas devolutas para o controle dos estados). Perpassando o período das ações de divisão e demarcação, seguido da invasão das empresas *monoculturas de árvores* e mantendo através da identificação de nomes vinculados a cargos políticos e posições de poder, uma conexão no presente, em que a *grilagem judicial* persiste ainda como uma estratégia de apropriação das terras, mais do que isso, é estratégia também utilizada pelas empresas que *territorializam o monopólio* no campo na fração territorial de estudo.

Na presente questão, as análises das poucas informações disponíveis sobre a maçonaria permitiram estabelecer o elo entre o contexto mais geral anunciado pelo Decreto nº 720 de 05 de setembro de 1890 que levou a assinatura de lideranças maçônicas do Partido Republicano Paulista (PRP),

conforme explicarei a seguir. E o contexto mais específico em que são identificadas a ação das elites locais e regionais no Norte de Minas Gerais.

Nesse ínterim, é preciso remeter ao “Barão de Grão Mogol” - Gualter Martins Pereira (1826-1890), pecuarista e minerador, filho de Caetano Martins Pereira e de Josefa Carolina Dias Bicalho – que foi considerado o idealizador e um dos fundadores Loja Maçônica Aurora do Progresso em Grão Mogol, cujo edifício de acordo com Felício (2016:63) foi “*construído em pedras sobre pedras pelos escravos no século XVIII*”, essa e também outras edificações históricas como a Igreja Matriz de Santo Antônio de Itacambiruçu a Biblioteca Pública Municipal e residência de famílias abastadas (vide Figura 2).

Cabe considerar que a Loja “Aurora do Progresso” teve seu papel como agente político na região, na virada do século XIX para o XX. Teve origem política nessa organização o advogado Antônio Gonçalves Chaves Júnior⁷⁰, montes-clarense que ingressou na loja na cidade de Grão Mogol, em 1875. Ele ocupou diversos cargos públicos como vereador, promotor de justiça em Diamantina, juiz municipal em Montes Claros e Rio Pardo, governador das províncias de Minas Gerais e de Santa Catarina, deputado provincial e presidente da Câmara dos Deputados, Senador e presidente do Senado. Ele também foi egresso Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (atual Faculdade de Direito da USP, conforme destaque no Capítulo 2), onde se formou em 1863. Tornou-se professor de Direito Civil e diretor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, quando esta faculdade estava em Ouro Preto, antes de sua mudança para Belo Horizonte em 1898.

⁷⁰ Vide FIGUEIREDO, Victor Fonseca. *Parentela e política no Norte de Minas Gerais: formação e atuação da família Chaves, Prates e Sá (1830-1940)*. II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. Vide também o verbete CHAVES JÚNIOR, Antônio Gonçalves disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHAVES%20J%C3%9ANIOR.%20Ant%C3%B4nio%20Gon%C3%A7alves.pdf> acesso em 16 de novembro de 2016.

Figura 2 – Foto da Loja Maçônica Aurora do Progresso Fundada em 1874

Antônio Gonçalves Chaves Júnior foi um dos principais a herdar o capital político do seu pai, o padre Antônio Gonçalves Chaves. Os Chaves foram citados por Figueiredo (2008) entre importantes *parentelas* no Norte de Minas, junto com a *parentela* dos Prates e Sá. Remonta da primeira metade do século XIX a importância política de Antônio Gonçalves Chaves que contribuiu para que outros membros de sua família pudessem posteriormente alçar altos postos políticos.

Através da relação dos quatro nomes: Antônio Gonçalves Chaves, Antônio Gonçalves Chaves Júnior, Camillo Philinto Prates e Francisco Sá pode-se notar que esse grupo familiar logrou projeção em altos cargos representativos. Muito dessa projeção se deveu a alguns fatores característicos da política brasileira como o coronelismo⁷¹. Contudo, foi preponderante para o sucesso da *parentela*, as relações

⁷¹ Conforme analisou Victor Nunes LEAL (1997). *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime de representação no Brasil*. – 3ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.p. 440

estabelecidas desses homens com lideranças políticas de outras regiões, a exemplo de Cesário Alvim e Crispim Jacques Bias Fortes. (FIGUEIREDO, 2008:05).

Conforme escreveu Mattos Neto (2008)⁷²:

Na Segunda metade do século XIX e início do século XX, a aristocracia rural “elegia” de seu próprio seio os representantes do Executivo e Legislativo para elaborarem todo um arcabouço jurídico visando os interesses da própria classe, amarrando, por todos os meios, a manutenção do “status quo”. (MATTOS NETO, 2008:13)

Com o correr do tempo, certamente a loja maçônica “Aurora do Progresso”, enfraqueceu o seu protagonismo regional como organização de classe, mas pode-se suscitar que na esfera local, essa organização não foi eliminada como *locus* das articulações políticas. No período da invasão do plantio do eucalipto nas terras da Comarca de Grão Mogol, conforme dados extraídos do livro de Felício (2016:76-80), constatei a participação de pelo menos, três lideranças maçônicas de Grão Mogol e Porteirinha com a empresa *Florestas Rio Doce S/A*, são eles: o produtor rural e funcionário público Jota Fróes apontado como funcionário da empresa e também Estáquio de Cássio Ramalho Oliveira.

[...] em 14/04/1975 foi admitido na empresa Florestas Rio Doce S/A para exercer as funções de auxiliar técnico, responsável pelo patrimônio da empresa, no restabelecimento da comarca; em 1978 foi nomeado secretário do juízo, exercendo o cargo por um ano (...) foi secretário municipal de Assistência Social na administração do prefeito Jéferson Figueiredo. (FELÍCIO, 2016:80)

Enquanto Osmar Soares da Silva de Porteirinha foi admitido na empresa e 1979 como técnico de operação, no setor de pesquisa florestal, atualmente residente em um município baiano, segue na atividade como comerciante e empresário do ramo de madeira plantada.

Os cartórios, a Coletoria Estadual e o Fórum de Grão Mogol (Figura 3) também fazem parte destas instituições de poder apropriadas pelas elites locais para o exercício ritual da justiça e para a prática da grilagem. Essa afirmação ganhará mais sentido a partir da leitura dos Capítulos 4 e 5 em que analiso detalhadamente os processos de divisão e demarcação das terras. Estes locais de exercício da fiscalização e da justiça, serviram como *lôcus* de uma trama geopolítica arquitetada por um conjunto de homens de poder, a maioria vinculados à Loja Macônica “Aurora

⁷² MATTOS NETO, Antonio José de. A questão agrária no Brasil: aspecto sociojurídico. in: Paulo Sérgio Weyl da Costa. (org.). Direitos Humanos em Concreto. Curitiba: Juruá Editora, 2008, v. p. 189-211.

do Progresso”, nas primeiras décadas do século XX. Vide o Quadro 4 a seguir que relaciona os arquitetos dos processos de divisão e demarcação e as funções e atividades econômicas exercidas no município, na década de 1930.

Quadro 4 – Arquitetos dos processos de divisão e demarcação, ocupação, funções exercidas no município e vínculo com a maçonaria

Nome	Atividade	Observações	Maçonaria
Manoel Cristhiano Rêllo	Juiz, Advogado, Fazendeiro e Negociante	Nome do atual do Fórum de Grão Mogol e uma rua central da cidade (antiga rua Direita)	Provável
Ezequiel Pereira	Coletor Estadual de Impostos	Nome do local onde situa a Coletoria Municipal e o Cartório do 1º Ofício e a Praça do Fórum	Sim
Washington Barbosa de Araújo	Escrivão 2º Ofício, Farmacêutico, Fazendeiro e Negociante	Prefeito de Grão Mogol (1946 e 1947)	Sim
Leopoldo José Laborne**	Tabelião de Notas do 1º Ofício, Farmacêutico	Belga faleceu em 1889	Sim
Coronel Pedro Laborne	Fazendeiro, Juiz Interino da Comarca de Grão Mogol em 1929		Provável
Julieta Laborne	Oficial Interina de Imóveis, Escrivão Interina do 1º Ofício	Não identifiquei o grau de parentesco Laborne	-
João Júlio Jacob**	Ocupação não identificada	Francês	Sim
João Murça Júnior	Juiz de Paz, Delegado e Garimpeiro, Fazendeiro		Sim
Reginaldo Aguido de Oliveira	Negociante	Nome identificado em registro de 1856 (APM,2016). Provável pai de Reginaldo Aguido de Oliveira Junior	Sim

Nome	Atividade	Observações	Maçonaria
		(escrivão e agente executivo municipal)	
Tenente João Baptista Nascimento	Ocupação não identificada		Provável
Manoel Alcântara de Oliveira	Alcântara e Irmãos (banco e agência bancária, criadores, agricultores e lavradores); Alcântara e Sobrinhos (ferragens, louças e tintas)	Parentesco com Coronel João Alcântara de Oliveira, Domingos Alcântara de Oliveira e Júlio Alcântara de Oliveira (grau de parentesco não identificado). Prováveis “Irmãos Alcântara”	Sim
Domingos Alcântara de Oliveira	Negociante	Juiz de Paz Substituto na década de 1930*	Provável
Joaquim Alcântara de Oliveira	Funcionário Público	Provável “Irmãos Alcântara”	Provável
Walduk Damasceno de Andrade	As certidões não indicaram sua ocupação	Grau de parentesco entre a família Damasceno não identificado	Sim
Manoel Damasceno Ferreira	Criador de Gado	Grau de parentesco entre a família Damasceno não identificado	Provável
Virgílio Colares	Ocupação não identificada	Grau de parentesco entre a família Colares não identificado	Sim
João Fernandes Colares	Ocupação não identificada	Grau de parentesco entre a família Colares não identificado	Provável
Alfredo Colares	Escrivão de Paz, Arbitrador	Nome de Rua no Centro de Grão Mogol	Provável

Nome	Atividade	Observações	Maçonaria
Adão Collares de Oliveira	Fazendeiro e Negociante	Nome de um dos Distritos de Botumirim, MG criado em 1982.	Provável
Carlos Albuquerque	Engenheiro, Fazendeiro		Provável
Josephino Mendes da Silva	Criador e Exportador de Gado		Provável
Augusto Figueiredo	Fazendeiro, Coletor de Impostos (1933)	Avô do Prefeito de Grão Mogol (Jefferson Figueiredo 2008-2016). Pai do Prefeito Afrânio Augusto de Figueiredo (1966-1970; 1972-1977 e 1982-1988) e suplente no Senado Federal PDT/MG (1998).	Sim
Joaquim Beltrão da Silva	Fazendeiro, “Ferragens, Louças e Tintas”	Pai de José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (atual Secretário Estadual da Fazenda do Governo de Minas Gerais, ex-presidente do Banco Real e do extinto banco BEMGE membro do Conselho de Adm. da CEMIG)	Provável
Lucídio da Silva Veiga	Fazendeiro e dentista	Apontado como Juiz de Paz da Comarca de Grão Mogol em 1930*.	
Major Francisco Ferreira Paulino	Político e provável proprietário	Prefeito de Grão Mogol, 1932	
Hilario Marinho Ferreira Paulino	Oficial do Cartório do Registros de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Grão Mogol	Pai de Amadeu Paulino e avô de Élcio Ferreira Paulino (foram oficiais do CRI-Grão Mogol) e Geraldo Paulino (oficial do Cartório do 1º ofício)	

Nome	Atividade	Observações	Maçonaria
Maria Terezinha Paulino	Tabeliã do Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol	Esposa de Amadeu Paulino	-
<p>Embora não conste da lista de juízes do TJMG (2016)</p> <p>**Naturalizados cidadãos brasileiros através do Decreto Imperial Nº 1.583, de 1º de agosto de 1868 (Coleção de Leis do Império do Brasil – 1868, Página 23 Vol. 1 pt. I).</p>			

A rua mais destacada de Grão Mogol, a antiga Rua Direita – que já teve o nome do “Barão de Grão Mogol”, *Gualter Martins Pereira* – foi renomeada na década de 1980⁷³ ganhando o nome do Juiz de Direito que julgou a maioria dos processos de divisão analisados. O edifício do Fórum de Grão Mogol também recebe o mesmo nome “*Drº. Manoel Cristiano Rello*”. A propósito, o fórum fica situado na Praça Ezequiel Pereira (Figura 3), que foi o Coletor Estadual de Impostos e assim como o referido juiz foi uma figura indispensável no processo da *grilagem judicial* nos anos 1930. Esses nomes serão repetidas vezes mencionados, no capítulo 4, conforme a participação nos processos analisados.

Figura 3 – Croqui: Homenagem aos “Arquitetos da Divisão” nas Ruas e Prédios Públicos de Grão Mogol, MG

⁷³ “[...] a Prefeitura em vez de registrar de fato e de direito o nome da rua como Rua Direita, nome histórico, optou por homenagear Manoel Cristiano Rello, um juiz de Direito que atuou em Grão Mogol na década de 30. O nome de Manoel Cristiano Rello foi dado também ao prédio do Fórum de Grão Mogol por Élcio Paulino, quando teve nele um cartório. Como o prédio não tinha nome e Paulino precisava enviar correspondências, aproveitou e lançou o nome do juiz. Ele garante que se for pesquisado na Prefeitura o nome de Manoel Cristiano Rello como sendo o nome do Fórum, não haverá registro.” (MINAS LIVRE, 2016)

Conforme mostra o croqui acima, as famílias “PAULINO” e “COLARES” responsáveis, respectivamente, pelos cartórios de 1º Ofício e 2º Ofício, que também participaram direta e indiretamente dos processos de divisão, também são homenageados nos logradouros.

Outros dois protagonistas merecem destaque, um foi AUGUSTO DE FIGUEIREDO, o suplicante da divisão da *Fazenda indivisa Ribeirão de Areia* que participou ativamente dos processos de divisão das fazendas. A família Figueiredo ainda exerce a sua tradição na política local, o filho de Augusto Figueiredo, Afrânio Augusto de Figueiredo, foi Prefeito de Grão Mogol e suplente no Senado Federal PDT/MG. Na década de 1970, período da invasão das empresas de plantio de eucalipto, Afrânio Figueiredo era o prefeito de Grão Mogol. Entre 2008 e 2016 o prefeito de Grão Mogol foi o político, Jeferson Augusto de Figueiredo⁷⁴ PP/MG, neto de Augusto Figueiredo. O outro foi JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, rentista, ativo em diversas funções nos processos de divisão, é o pai do economista José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, atual Secretário de Fazenda de Minas Gerais no atual governo de Fernando Pimentel (PT), réu no “mensalão mineiro”⁷⁵ (ex-presidente do Banco Real e do extinto Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, membro do Conselho de Administração da CEMIG).

Esses são os herdeiros dos processos de divisão e demarcação de terras de Grão Mogol, exemplos da imbricada sucessão do poder político e patrimonial que atravessou o tempo.

⁷⁴ O Prefeito Jeferson Augusto de Figueiredo PP/MG, no pleito de 2008 declarou ao TSE - “473 bovinos” e o “Imóvel rural denominado Fazenda Curiaca com 1.131,9ha situado no município de Grão Mogol” esse imóvel aparece também na declaração de 2012, TSE (2012) “Fazenda com denominação Curiacá hipotecada Em 1º E 2º Graus, Junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$1.300.000,00” a soma de seu patrimônio declarado foi de R\$ 1.530.000,00”.

⁷⁵ Conforme denúncia do Procurador-Geral da República Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Ministério Público Federal (2007), disponível em: http://s.conjur.com.br/dl/denuncia_azeredo.pdf acesso em 26 de Março de 2017. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, já havia sido condenado pela 4ª Vara Federal de Belo Horizonte pelo crime de gestão temerária, por empréstimos considerados irregulares e concedidos durante a sua direção no antigo Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE). Inicialmente, foi impedido pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, órgão vinculado ao ministério da Fazenda, por oito anos de exercer os cargos de direção ou gerência em instituições financeiras no País. (ÉPOCA, 2016)

1.3 Os Nortes de Minas: entre recortes e interesses geopolíticos

As áreas dos municípios das Comarcas de Grão Mogol, Porteirinha e Salinas, onde se desenvolveu a *grilagem judicial* e a *retaliação fundiária*, foco desse estudo, inserem-se no contexto do Norte de Minas. Cabe então, esclarecer a compreensão que se tem em torno desse recorte espacial.

Atualmente, o Norte de Minas compreende uma das 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais. A mesorregião Norte de Minas aglutina 89 municípios que são distribuídos em 7 microrregiões: Januária (03), Janaúba (04), Salinas (05), Pirapora (06), Montes Claros (07), Grão Mogol (08), Bocaiúva (09), conforme apresentado no Mapa 4, a seguir.

Para o geógrafo jequitinhonhense, Warley Pereira Pires, (2006:18-21), as mesorregiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri encaixam-se em um tipo de regionalização quantitativista, por serem resultado de uma associação de microrregiões homogêneas. O autor escreveu que a Fundação João Pinheiro e o IGA-Instituto de Geografia Aplicada (que são os órgãos responsáveis pela regionalização no Estado de Minas Gerais) utilizam na sua regionalização uma concepção de região baseada em agrupamento de dados estatísticos cujo recorte depende dos objetivos a que se quer regionalizar.

Do ponto de vista econômico, as regiões do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri na época do ciclo da mineração tornaram-se uma das áreas mais prósperas do Estado de Minas Gerais, principalmente devido à extração de pedras preciosas (diamante) e semipreciosas. Essa pujança econômica, mais característica do Vale do Jequitinhonha e Mucuri durariam até o final do século XVIII. Por outro lado, o Norte de Minas, mantinha já de longa data uma economia baseada na pecuária bovina. Com o fim do ciclo da mineração o Vale do Jequitinhonha e Mucuri sofrem um esvaziamento econômico e de uma das áreas mais prósperas tornaram-se uma das mais estagnadas em termos sócio-econômicos em Minas Gerais. Semelhante esvaziamento econômico também se observa no Norte de Minas. A consequência destes acontecimentos foi o agravamento dos problemas sociais e a decadência econômica, os quais passaram a aproximar os indicadores sociais regionais aos do Nordeste. Em função disto, quando da criação da SUDENE, o Norte de Minas (apenas) fora incluído na área de atuação deste órgão de desenvolvimento. Mais recentemente, em 1998, sob esses mesmos argumentos, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri foram também incorporados à área da SUDENE. (PIRES, 2006:24)

Mapa 4 - Minas Gerais, Mesorregiões e Subdivisão em Microrregiões (IBGE, 2014)

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais (2015)

O autor acima referido considerou que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha foram regionalizados como região de planejamento priorizando-se especialmente do ponto de vista administrativo, e apontou o quão complicado pode ser a definição destas regiões a partir de uma única dimensão. Concordo com esta afirmação, dada a amplitude de contextos políticos, históricos, culturais e ecológicos que pode abarcar uma região, tendo em vista a concepção de *análise regional totalizante* de Haesbaert (1998):

[...] podemos partir da concepção de região como um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco “regional” de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução. [...] Não se trata de termos a totalidade social apenas na região (restringindo-a e delimitando-a espacialmente), mas de buscarmos uma leitura da questão regional (evidência empírica)

através de uma abordagem *totalizante* que reconheça a efetiva complexidade da realidade. (HAESBAERT, 1988:25-26)

Ao longo da história o Estado de Minas Gerais foi recortado por diversas regionalizações “*simultâneas organizadas por cada órgão do governo do Estado*”. Em razão da inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE foi possível consolidar a regionalização em termos institucionais, estatísticos, políticos e econômicos. Para Pereira (2007:29) com a inserção do Norte de Minas na área da SUDENE, institucionalmente, ela passou a ser reconhecida e diferenciada das demais regiões, no que toca aos efeitos das políticas de desenvolvimento e investimentos destinados ao combate à seca.

As oligarquias norte mineiras em uma postura de radicalização de seus interesses clientelistas, embasados nesta suposta identidade regional por três vezes fomentaram movimentos separatistas⁷⁶ visando um novo recorte territorial mineiro através das campanhas pela criação do Estado de Cabrália 1967 – 1968; Estado de São Francisco 1987-1988 e Estado de Minas do Norte 2000-2002 (vide mapas em Pereira, 2007). Em 1962, prefeitos de municípios como Montes Claros e Monte Azul colocaram em pauta um debate em torno da criação do Estado de Cabrália. Porém, o movimento surgiu efetivamente em 1967, no bojo do debate, no Congresso Nacional, pela ampla redivisão político administrativa do território nacional. O projeto de criação do Estado de Cabrália pretendia reunir porções territoriais do Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Sul da Bahia, uma das causas apontadas para o arrefecido deste movimento foi a inserção na área de influência da SUDENE.

Enquanto o movimento pela criação do Estado de São Francisco foi construído a partir do acúmulo interesses e debates políticos, econômicos e

⁷⁶ Acerca dos movimentos separatistas no Norte de Minas referencio dois textos:

A dissertação do Geógrafo Prof. Dr. Warley Pereira Pires (2006): “O movimento emancipacionista de Minas do Norte: uma identidade territorial em questão” apresentada ao curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, sob orientação do Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira. Sua pesquisa analisou o movimento emancipacionista de Minas do Norte, anteriormente designado, São Francisco, o qual objetivou a criação de um estado de mesmo nome, abrangendo as regiões mineiras do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Segundo o autor este movimento partiu de um projeto de autoria do Deputado Federal Romeu Queiroz – PTB/MG através do PDC 2095/02.

A tese de Laurindo Méike Pereira (2007) “Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro”. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, 2007 SP - abordou os elementos que conformam as experiências autonomistas e de que forma contribuíram para a formação da ideologia regionalista e hegemonia das elites no Norte de Minas.

acadêmicos, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988, e cerrado junto com a proposta de criação do Estado do Triângulo.

Por fim, o movimento mais recente de criação do Estado de Minas do Norte 2000-2002, reuniria porções das mesorregiões Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, o movimento trazia um acúmulo dos debates políticos dos movimentos separatistas anteriores. Teve como um dos principais desarticuladores o político ruralista, então vice-governador Newton Cardoso e também a ação da SUDENOR órgão do governo estadual situada em Montes Claros.

A partir da sua análise Pereira (2007:11-13) considerou que a ideologia regionalista serviu para responder e explicar os problemas regionais e a estratégia de realização dos grandes projetos no Norte de Minas, e entendeu o regionalismo como uma forma e um veículo de expressão da ideologia, da visão de mundo da fração regional da burguesia, e também um instrumento de conquista e exercício da hegemonia sobre os demais grupos sociais.

Considero que esses movimentos separatistas foram construídos por uma fração dominante da política norte mineira a quem interessou em diferentes contextos controlar aquela porção territorial apelando para um regionalismo que pretende aglutinar aquelas distintas realidades políticas, históricos, culturais, ecológicas e também fundiárias inscritas naquela porção territorial.

Regionalismo seria um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação política) – frente aos interesses da classe dominante a nível de Estado-nação. São diferentes formas de resistência ou “arranjo” frente à dominação/homogeneização imposta por outros níveis sociais de organização político-territorial (nacional ou supranacional), sem as quais a região não existiria, já que sua delimitação geográfica é dada pela área que aglutina e consolida estes interesses. (HAESBAERT (1988:26)

É importante lembrar que as elites políticas regionais e locais foram amplamente favorecidas pela inserção do Norte de Minas na área da SUDENE e com a criação da RURALMINAS em 1966, meio pelo qual o Estado protagonizou o processo de expansão da agricultura capitalista no Norte de

Minas e contraditoriamente criou as bases para a legitimação da grilagem das terras devolutas. Conforme evidenciarei ao longo do texto.

No ensaio, *“AS MINAS E OS GERAIS: (Breve Ensaio Sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte De Minas)”* Carlos Walter Porto Gonçalves (2000) apresentou duas questões fundamentais para compreensão dos argumentos geográficos e históricos que justificam a inserção do Norte de Minas na área de abrangência da SUDENE foram apresentados pelo professor:

A região do Norte de Minas será geográfica e historicamente conformada por esse contexto histórico (colonial)-geográfico (ecológico): (1) os objetivos de cultivo de cana, inicialmente; (2) as condições de distância geográfica do litoral, isto é, das feitorias e dos portos; (3) as condições ecológicas de semi-áridas em transição para um clima tropical de cerrado, agreste para o cultivo de cana e; (4) o sentido Norte-Sul dos Complexo Espinhaço-Diamantina que condicionou a drenagem, sobretudo do Rio São Francisco e, assim, as condições de acesso à região a partir da colonização do Nordeste brasileiro.

Tanto foi assim que o Norte de Minas foi parte da capitania da Bahia, pelo que tinha situado a leste do São Francisco, e parte da capitania de Pernambuco, pelo que tinha situado a oeste do Velho Chico. Há, portanto, raízes históricas para que o Norte de Minas esteja hoje ligada à SUDENE e não exclusivamente por causa da semi-aridez. (PORTO GONÇALVES, 2000)

Nessa toada, compreendo que as misérias sociais de uma região, não devem ser explicadas pelos aspectos fisiográficos, e às condições do meio natural. O problema é de “cerca” e não de seca, examinou Josué de Castro (1967) quando analisou criticamente o conteúdo político da fome e da miséria social em diversas áreas no Brasil. Se por um lado, há estagnação econômica na região, de outro lado, para as elites agrárias o Norte de Minas foi e ainda é um ambiente de prosperidade. No que se refere à reprodução das estruturas sociais que conformam a grande propriedade privada capitalista da terra, também no que se refere ao exercício do mandonismo na política, que contribuiu substancialmente para que os grupos políticos locais e também os políticos de influência estadual e até nacional, se perpetuem no poder, perpetuando as práticas de acumulação patrimonial e de especulação rentista.

Em contrapartida, nessa mesma fração territorial, historicamente, camponeses, indígenas e quilombolas vivenciaram outra experiência

*socioterritorial*⁷⁷ de reprodução da vida, de resistência contraditória e combinada, ao processo de acumulação originária de capital nos gerais. Obviamente, que em uma luta desigual, em que o poder do Estado se colocou favorável ao projeto de desenvolvimento das classes capitalistas.

Diante do exposto, é cabível pensar na existência de nortes de minas, ou seja, diferentes concepções sobre uma mesma região, sob qual incidem diversos interesses e recortes espaciais, que nem sempre se coincidem.

Assim, quando me refiro ao norte de minas, não me refiro aos municípios agrupados por dados estatísticos. Entendo-o como uma fração do território que passou por processos históricos de apropriação que produziu práticas sociais de dominação, inseridas em disputas geopolíticas. No norte de minas, também se propagaram movimentos de resistências entre a população inicialmente os indígenas (alvo de um etnocídio brutal), seguida da invasão dos colonizadores e posteriormente, a população negra escravizada, amalgamado nesse processo do contato-confronto, diferentes matrizes culturais e étnicas sobrepostas e sujeitadas ao poder das instituições (Metrópole Colonial, Igreja e seguida do Estado Imperial e Republicano).

Esses sujeitos sociais imbricados nesse processo dialético de luta, resistência e reprodução da vida contribuíram para que se materializasse uma cultura e uma identidade norte mineira peculiares, para além das delimitações instituídas pelos órgãos de planejamento estatais, ou pelos políticos e políticas clientelistas. A partir dos anos 1950 passaram a apoiar as empresas capitalistas que se instalaram nessa porção territorial, buscando as formas imediatas de sugar do meio os seus lucros e sua renda, convertendo a interação geoambiental (água, terra e ar e os frutos desta interação cíclica) em mercadoria imediata, seja na derrubada e queima de árvores para transformar em carvão, seja na produção de madeira exótica, também para transformar em carvão para as siderúrgicas, seja na exploração mineral. Por sua vez,

⁷⁷ Bernardo Mançano Fernandes (2005), no texto *“Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais”* analisou a dialética presente na perspectiva das lutas pela transformação da realidade colocada em marcha pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra. Uma contribuição para este debate sobre a socioespacialização e a socioterritorialização de conflitos esta presente na tese de Patrícia Rocha Chaves (2015), *Rebeldia e Barbárie: conflitos socioterritoriais no Bico do Papagaio*.

causando a degradação ambiental e desarticulando as equilibradas formas culturais e sociais produzidas, historicamente, pelos camponeses nos gerais.

As áreas dos municípios do norte de Minas foco desse estudo, onde se praticou a *grilagem judicial* e a *retaliação fundiária* inserem-se nesse contexto, que colocou em confronto diferentes sujeitos sociais, de um lado, os rentistas e as empresas capitalistas, e do outro lado, os camponeses, indígenas e quilombolas. Ao processo de apropriação das terras devolutas que aconteceu com os processos de divisão e demarcação de terras, na virada do século XIX para o século XX, somou-se mais um processo rentista proporcionado pela imposição das políticas estatais de desenvolvimento, e a inconsequente entrega das terras às empresas capitalistas, também rentistas. Que via grilagem judicial das terras mantém uma dinâmica de apropriação territorial, expandindo a *territorialização dos monopólios* do monocultivo de madeira e de exploração mineral⁷⁸.

⁷⁸ Essa *territorialização* das empresas monopolistas, de que trato, somam-se a outros processos de exploração capitalista, imbricados com a geopolítica brasileira de exploração mineral, que tem pautado como projeto a construção de infraestruturas que abarcam o Oeste, o Centro-sul e o Sul da Bahia e o Norte de Minas, através, por exemplo, dos Projetos de Mineração Vale do Rio Pardo. O Estado e as empresas, apesar de toda problemática fundiária e particularidade hídrica que caracteriza essa área, visa como possibilidade a construção de um mineroduto ligando município de Grão Mogol, MG até o Porto de Ilhéus, BA. Também ligando a este mesmo porto o Projeto da construção da Ferrovia Oeste-Leste que pretende sair do município de Figueirópolis, TO cortando os municípios baianos de Barreiras, Caetité até chegar ao porto em Ilhéus, BA. Trata-se, portanto, de uma área de análise imbricada em questões mais amplas das disputas territoriais.

CAPÍTULO 2-TERRAS DEVOLUTAS E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE TERRAS

“A ideia de apropriação individual, exclusiva e absoluta, de uma gleba de terra não é universal, nem histórica nem geograficamente. Ao contrário, é uma construção humana localizada e recente”. (Marés, 2003:17)

Na análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é indispensável a compreensão dos mecanismos de sujeição da renda da terra. Com suas contradições, o processo histórico revela a necessidade de que na leitura do presente busquemos agarrar a ponta do fio, e desenrolar da meada, até compreender o novelo das estratégias de apropriação territorial e sujeição da renda fundiária. No passado foi marcado pela ação dos latifundiários, invasores e grileiros de terras. Nas décadas mais recentes, o pacto pela apropriação privada da terra, se mantém com a ação das empresas monopolistas no campo, reforçando a aliança entre proprietários de terras, capitalistas e o Estado.

Ao longo desta história, de pouco menos de dois séculos foi instituída uma legislação agrária nacional, a roca de fiar foi o Estado brasileiro, que engendrou várias peças na engenhoca da apropriação rentista estruturante na tecitura dos fios: um aparato jurídico-político favorável a classe dos proprietários de terra, instituições corruptas e a serviço dos rentistas e capitalistas. E, não menos relevante, no passado e no presente, a negligência diante das questões que envolveram a apropriação territorial e os direitos da coletividade, no qual a terra, que é um bem fundamental para a reprodução da existência, fonte da vida (de onde também brota a água, são produzidos os alimentos, realizada a cultura), base para a interação de ecossistemas sem os quais a vida não se realiza.

Diante desta problemática considero necessário discutir “o *direito de propriedade*”, as práticas sociais de apropriação de terras devolutas e extração da renda da terra, entrecortadas pelas formas jurídicas, que regularam as terras no Brasil e no estado de Minas Gerais. É possível constatar que as legislações federais e estaduais que sucessivamente regulamentaram as terras no Brasil favoreceram a apropriação privada das terras públicas pelas elites locais.

Neste capítulo, volto a atenção para a análise das legislações que regularam ou tentaram regular as terras, primeiramente no Brasil (2.2 - A Legislação Agrária no Brasil) e especificamente como o aparato jurídico-político foi gerando normas para regular o acesso à terra em Minas Gerais e privatizando as terras devolutas (2.3 - A Origem da Desordem Agrária: Histórico da Regularização Fundiária em Minas Gerais). Esta análise, em linhas gerais, sobre a regulação das terras em Minas, desde o século XVIII e mais detidamente no século XIX, até a regulação nos dias atuais, e própria realidade fundiária do estado, permitem afirmar que houve um

pacto das elites fundiárias com o Estado. Não há como negar o amplo benefício que tiveram os latifundiários, e que os rentistas continuam tendo através das políticas, legislações (muita das vezes inconstitucionais) e também pelas instituições SUDENE, RURALMINAS, substituída pelo ITER (este foi destituído devido as fraudes nas transferências de terras) que acabaram por atender à demanda dos grileiros em Minas Gerais. Como por exemplo criando decretos que entregaram terras aos grileiros no Baixo Jequitinhonha, ou arrendaram terras públicas para as empresas siderúrgicas desmatarem o Cerrado e a Caatinga para produção de carvão, em áreas no Baixo Jequitinhonha até no Alto Rio Pardo.

Neste capítulo me ocupo em trazer essa discussão, a partir de um conjunto de autores⁷⁹ que através de suas teses, analisaram a formação capitalista da propriedade da terra no Brasil, tornando possível o entendimento histórico da formação da classe dos proprietários de terra e as origens da grande propriedade no Brasil.

De antemão, cabe considerar que o conjunto dos instrumentos legais que formam a base jurídica da titulação de terras no Brasil estão relacionadas à possibilidade de: formação da propriedade privada da terra de um lado, formação da propriedade pública da terra de outro, e demais possibilidades tais como a propriedade coletiva da terra emanada da Constituição Federal de 1988 no que se refere à propriedade das terras dos remanescentes de quilombos (Art. 68). (Oliveira, 2013)

Corroborando com o pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (*idem*), acerca da base jurídica da titulação de terras no Brasil e em Minas Gerais, é fundamental destacar que o processo da grilagem não se restringe apenas ao ato inicial de acesso à terra, negamos este princípio norteador da interpretação do processo de grilagem que de certo modo a restringe apenas ao ato inicial. Tratando todos os atos seguintes, em princípio, como passíveis de "boa fé", o que tornaria também, em princípio, os demais compradores destas terras públicas,

⁷⁹ Me refiro principalmente aos trabalhos de Martins (1979 e 1994), Lúcia Osório Silva (2008), Márcia Maria M. Motta (1998 e 2012), Oliveira (2010) e Oliveira e Faria (2009). Especificamente, para a questão da análise da documentação histórica mineira e da legislação fundiária foram fundamentais as teses de Carrara (1999) e Lamas (2013), a dissertação de Campos (2007), o texto de Espíndola, et al (2010) e também a pesquisa inédita de Oliveira (2013). Todos, foram fontes fundamentais para que eu percorresse a organização cronológica da legislação de terras em Minas.

devolutas ou não, portadores de direitos. E além do mais, merecedores de políticas públicas que possam sanar os eventuais delitos cometidos em nome da “boa fé”. Oliveira apresentou este questionamento, norteados pelo fato de que a história da apropriação privada da terra neste país ocorreu, majoritariamente, através da grilagem⁸⁰.

Dessa forma, esse viés interpretativo da história e da construção do direito agrário no Brasil abriu a possibilidade, igualmente política, da interpretação de que a posse de qualquer dimensão (mesmo acima dos limites constitucionais em todos os tempos) gerava direitos ao seu possuidor, mesmo quando a legislação em vigor prescrevia o contrário, e até mesmo, em algumas vezes, imputava-lhe penas pelo crime cometido (Oliveira, 2013).

Na interface entre a prática social da apropriação das terras e a elaboração e aplicação das leis, é que se inserem sujeitos sociais (oligarcas, associações de classe, proprietários de terras, grileiros, políticos, empresários) cujas origens sociais precisam ser reveladas, delimitando-se contextos, expondo suas estratégias e sobretudo, revelando as esferas de relacionamento com as instituições políticas e jurídicas⁸¹. Que tornou possível ao longo da história da apropriação territorial e de expansão do capitalismo no campo, a consolidação desse viés interpretativo do direito agrário.

2.1 – O Direito de Propriedade

Conforme analisou Marés (2003:23-27), a defesa teórica da propriedade absoluta, base para as constituições liberais foi introduzida por John Locke (1632-1704), baseado na ideia de que a origem da propriedade se fundamenta no trabalho humano “*o trabalho é o único meio de gerar originariamente legítima propriedade*”. Sendo assim a propriedade tem fundamento na possibilidade de uso, nesta lógica a propriedade estaria condicionada a possibilidade de uso.

⁸⁰ Conforme escreveu o jurista Ruy Cirne Lima (1954:51): “*Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias.* LIMA (1954:51)

⁸¹ Estudos de geografia agrária, como também de história social da propriedade tem se dedicado a revelar tais sujeitos sociais e sua ação na apropriação privada da terra no Brasil, sobretudo teses publicadas a partir da década de 1990, são fontes preciosas que foram aqui mencionadas nesta tese.

Perspectiva também presente na ideia de Santo Tomás, *“porque tudo que exceda ao utilizável será de outro”*. Todavia, Locke agregou o conceito de deterioração, não seria a ausência de uso que descaracterizaria a propriedade e sim a possibilidade de deterioração. Inserido no contexto mercantilista, ele elaborou uma construção teórica que justifica a acumulação capitalista reconhecendo o caráter legítimo e ilimitado da propriedade. O limite da propriedade para Locke está na ilicitude de alguém *“possuir mais bens corruptíveis dos que possa usar sem transformá-lo em capital”*.

Então, os contratos de compra e venda de mercadorias passaram a legitimar as transferências de bens. O trabalho como medida de valor das mercadorias foi a base para os estudos de Adam Smith que funda a economia política, e, de David Ricardo e depois para Marx. A possibilidade de pagar pelo trabalho fundamentou teórica e moralmente o pensamento burguês. Posteriormente, toda teoria jurídica *“vai assentar a legitimidade da propriedade de bens na transferência contratual e na legitimidade originária da aquisição, normalmente comum contrato de trabalho”*.

Com o crescimento do capitalismo e a transformação agrária na Inglaterra, no século XVIII com os cercamentos (*enclosures*), a terra passou a ser mercadoria, *“o direito e a coisa passam a se confundir, chama-se terra de propriedade, porque passa a ser demarcada, cercada, identificada individualmente e “melhorada”*. Marés (2003:23-27)

Abrindo um parêntese na explicação sobre a instituição do direito de propriedade, acerca deste período de expansão do modo capitalista de produção ascendendo sobre o modo feudal de produção é interessante compreender como a classe camponesa reagiu a este movimento de instituição do regime de propriedade, conforme escreveu Oliveira (2007:18-19). Durante os séculos XVI e XVII na Inglaterra, os cercamentos praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo, quando surgiram os arrendatários capitalistas em seu lugar. Foi um processo de transformação das relações feudais de produção marcada por um grande número de guerras camponesas. *“Primeiro lutaram contra a corveia, depois contra a renda em produto, a renda em dinheiro, e por fim contra a coerção e o pagamento dos tributos ao senhor”*. Em determinados países o mesmo processo foi mais lento e em outros foi acelerado e violento. *“Na França,*

só com a Revolução de 1789 aboliram-se os últimos direitos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar. O camponês proprietário individual foi uma espécie de marca do começo da produção de mercadorias. Ele representava o produtor livre (das vassalagens feudais), livre para produzir para o mercado. (...) Um camponês estruturalmente diferente do camponês servo da comunidade aldeã feudal". Enquanto no centro e o leste da Europa, os senhores feudais foram fortalecidos originando "uma espécie de segunda servidão". O período de transição nesta região durou entre os séculos XVII, XVIII e mesmo XIX, para enviar mercadorias para os mercados das outras regiões industrializadas da Europa, os senhores passaram a utilizar as relações feudais na produção. Assim, perdendo suas terras, os camponeses se viram obrigados a aumentar o trabalho nas terras do senhor. Que aumentaram os seus domínios senhoriais originando as grandes propriedades agrícolas na Europa de leste. Processo que Lenin denominou de "via prussiana" de desenvolvimento da agricultura do feudalismo ao capitalismo. Enquanto na Itália, a transição foi marcada pela parceria.

De qualquer maneira, a transição do feudalismo ao capitalismo gerou no campo um conjunto muito grande de formas de produção não especificamente capitalistas, o que, particularmente, resultou na aparição de uma volumosa massa de camponeses proprietários individuais que, na lógica geral do desenvolvimento capitalista, deveriam posteriormente desaparecer, em função da chamada superioridade técnica da grande produção capitalista. Entretanto a sua persistência e crescimento, desde os séculos passados até hoje, têm solicitado dos estudiosos uma resposta a essa questão. (OLIVEIRA, 2007:18-19)

Retomando a análise que o professor Marés (2003 e 2010) realizou sobre a instituição da propriedade da terra no direito burguês e os reflexos para o território colonial do Brasil, no período de transição para o capitalismo é importante destacar que:

Em todo o longo processo de transformação capitalista português, no regime sesmarial (1375-1822), o não uso da terra importava em seu abandono e, em consequência, na possibilidade de retomada do imóvel pelo Sesmeiro do Rei (RAU, 1982). Aliás, quando se lê os juristas liberais do século XVIII e XIX se percebe claramente a diferença, a crítica às sesmarias e à antiga Lei de D. Fernando (1375) é exatamente a diferença entre a exigência de uso e o conceito de propriedade capitalista da terra. Aqueles juristas entendiam que a

intromissão do Estado no regime de propriedade da terra era nefasto e que cada proprietário haveria de usar a terra porque era de seu interesse e não de sua obrigação. Este fundamento liberal, defendendo e criando o direito absoluto sobre a terra, a tornava uma simples mercadoria. Para o direito liberal, o uso é apenas um direito do proprietário, que pode exercê-lo ou não, mas ainda que não o exerça, não o perde. (MARÉS, 2010:182)⁸²

O autor escreveu também que os juristas e economistas liberais argumentavam que *“ninguém deixaria a terra sem lavrar e produzir porque era de seu interesse (o lucro) a produção”* (MARÉS, 2010:183). Para os liberais seria insensato obrigar alguém a produzir e obter lucros, chegando a conclusão de que a transferência de dominialidade sobre as terras se daria somente pela vontade do proprietário. Tratando as terras como sendo disponíveis, como qualquer outro bem jurídico. O autor explicou que *“disponível”* nesta questão é empregado no sentido de *“destrutível, mal-usado ou guardado”*.

O direito do estado Moderno conforme escreveu Marés (2003:32-34) assentase na concepção dos direitos individuais e que todas as constituições protegeram o direito de propriedade:

O direito foi se construindo sobre a ideia da propriedade privada capaz de ser patrimoniada, isto é, de ser um bem, uma coisa que pudesse ser usada, fluida, gozada, com absoluta disponibilidade do proprietário e acumulável, indefinidamente. Portanto esta propriedade deveria ser exercida sobre um bem material, concreto. Isto significa que o direito individual é, ele também, físico, concreto. A propriedade assim, era coisa que se subordinava à vontade livre do proprietário que dela podia usar e abusar, excluindo qualquer interesse ou direito alheio. O proprietário podia, então, usar ou não usar, e mesmo não usando não a perderia, neste sentido, o direito de propriedade estava concebido como imprescritível. O seu fim dependia da vontade livre do proprietário que, tendo o poder de vida e morte sobre o bem, poderia destruí-lo ou aliená-lo, transferindo-o a outra pessoa livre, por um contrato: o proprietário

⁸² Todavia, essa crítica dos juristas do século XVIII e XIX, pode ser questionada com base em Motta (2009:55-77) que apresentou a posição de juristas e memorialistas que, *“ansiavam por um ordenamento jurídico claro que liberasse a terra – e não os trabalhadores - de seus entraves jurídicos (...)”* e queriam fugir dos conflitos, pleito e demandas, queriam a reatualização da lei de sesmarias, sobretudo, aqueles inspirados pelo jurista Mello Freire, que reconhecia na lei de sesmarias *“um papel importante na consolidação das leis agrárias de Portugal (...) Ela podia se consagrar como título de propriedade, impondo a obrigação de cultivo como forma de responder às necessidades de uma população empobrecida (...) as sesmarias poderiam vir a expressar, na metrópole, a lei ideal para a consagração dos princípios da propriedade privada da terra. Os homens que a defenderam em fins do século XVIII, e com tamanho vigor, eram a expressão de um Antigo Regime marcado pelo iluminismo de extrema riqueza. Na contracorrente de uma visão de propriedade absoluta e plena, eles negavam os costumes dos pobres, mas, ao mesmo tempo, impunham limites aos proprietários de terras”*. MOTTA (2009:55-77)

passa a ser senhor absoluto da coisa objeto de seu direito. (MARÉS, 2003:34)

Porém, como alerta o próprio Marés, a lógica do capitalismo, de que todo proprietário haveria de preferir lavrar a terra e colocá-la para produzir, para obter o lucro imediato, não se concretizou, ao contrário guardaram a terra para o futuro.

Para Marés, a primeira vez que o direito *“de fazer, e também o de não fazer”* são afirmados juridicamente sobre a propriedade, é no Código Civil dos Franceses, primeiro a dar estrutura jurídica ao capitalismo, mandado redigir por Napoleão em 1804, em seu artigo 544: *“a propriedade é o direito de fazer e de dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que delas não se faça uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos”*. A partir daí, *“(...) o uso deixou de ser o fundamento da propriedade. Ao contrário, o uso decorre agora da propriedade, o proprietário tem o direito inerente de usar a propriedade ou de a dispor a uso alheio”*. Então, Marés nos levou a refletir sobre a seguinte indagação, qual seria o fundamento da propriedade?

É o direito de dispor, isto é, o ato pelo qual, um proprietário legítimo transfere o bem a outrem. Dito tecnicamente, é a legitimidade do contrato. O contrato legítimo gera uma propriedade legítima. O problema é a propriedade originária, a que não precisou de contrato, a primeira, inicial. Para as coisas feitas, produzidas pelo ser humano é o trabalho. O trabalho origina a propriedade. No caso da terra também é o trabalho. Então voltaríamos ao uso, proprietário da terra é quem nela trabalha. Errado, para o direito capitalista! O uso da terra só gera propriedade em duas situações: 1) quando o Poder Público, o Estado, ou o Rei formalmente autorizam ou concedem o direito de uso, como no caso das sesmarias (neste sistema o uso tinha que ser mantido) ou como no cercamento inglês; 2) o usucapião, que nada mais é do que o uso continuado, como se dono fosse, de um bem, em geral é exigido pela lei que o usuário, de boa-fé, se considere proprietário. (MARÉS, *opcit*:184)

Nessa interpretação do direito capitalista, o fato de trabalhar a terra, o uso da terra por si só, não gera a propriedade e, somente o uso continuado e a transferência do direito de uso pelo Estado geram a propriedade. Sobre a propriedade capitalista da terra, assim escreveu Martins;

[...] A terra é completamente diferente dos outros meios de produção. A apropriação de uma máquina pelo capitalista e, através dela, do trabalho do operário, pode parecer legítima na medida em que, tendo os trabalhadores que a produziram trabalhado sob tutela do capital, mediante o salário, o resultado do seu trabalho aparece como produto do capital. O mesmo não acontece com a terra. Já constatavam os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX que a propriedade capitalista da terra é uma irracionalidade porque a terra não é produto

do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. A terra é um bem natural. (MARTINS, 1980:60-61)

Não sendo a terra produto de uma relação capitalista, mediada pelo salário. A terra no sistema capitalista pode ser colocada em outro patamar, o de *“um bem natural”*, portanto, um bem coletivo.

Todavia, a estratégia de conquista do território colonial adotada pela colonização portuguesa limitou o acesso à terra aquelas pessoas que tinham vínculos pessoais com o imperador, ou que tinham *“suficiente capital para contratar trabalhadores ou, melhor ainda, as duas coisas ao mesmo tempo”*. (MARÉS, 2010:184)

A tese da efetiva ocupação da terra como atributo da propriedade fundiária, também foi colocada por Martins (1980), acrescida de um componente, a escravidão negra, fundamental para compreender a questão fundiária no Brasil:

Até a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo. (MARTINS, 1980:70-71)

Conforme a explicação de Martins ficou evidente, na história da apropriação territorial, a posição que foi reservada aos homens e mulheres que não tinham *“sangue limpo”*. Como também a necessidade de subversão do regime de sesmarias através da posse, como meio para reprodução social da existência.

A legitimação do Regime de Sesmarias foi instituída em 1375:

Que obrigava o cessionário a usar a terra sob pena de perdê-la de volta ao Rei, que poderia cedê-la a outra pessoa. Entretanto, se produzisse na terra confirmaria a concessão e na prática se tornaria proprietário, podendo vendê-la, doá-la ou transferi-la por contrato. Esta construção prática da propriedade da terra se tornou lei em

1850, com a Lei de Terras do Império, Lei n.º 601, de 18 de agosto de 1850, que criou o instituto da concessão de terras devolutas, gerando um direito originário próprio. Essa lei veio reconhecer como propriedade todas as sesmarias confirmadas pela produção. (MARÉS, *opcit*:184)

Com a Lei de Terras do Império, Lei n.º 601, de 18 de agosto de 1850, foi criado o instituto da concessão de terras devolutas. Assim foi criado um direito originário próprio para o solo brasileiro, através do reconhecimento da propriedade de todas as sesmarias confirmadas pela produção.

A crise do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, e as lutas sociais revolucionárias (como a Revolução Russa na Europa, na América a Revolução Mexicana, as organizações sindicais e políticas) consequentemente questionaram o caráter da propriedade privada absoluta:

A União Soviética promove a abolição da propriedade privada, a República de Weimar corrige os Códigos e dispõe que a propriedade não é apenas direito, é também obrigação, a revolução camponesa do México faz aprovar uma norma constitucional que interfere nas leis civis, garantido rigorosos critérios para a propriedade da terra. O capitalismo estava assustado, com tantas e tão profundas divisões internas, era preciso regulamentar a propriedade, era necessário que Estado bulisse na ordem econômica e social, o liberalismo absoluto, pai e mãe da propriedade absoluta, tinha fracassado. (MARÉS, *opcit*:186)

Então, na encruzilhada da história, a luta de classes colocou à prova a propriedade privada da terra apresentando novas bases para o direito pensar a propriedade e a coletivização das terras.

No Brasil, país que não experimentou o socialismo e também não realizou a reforma agrária, a lógica rentista segue permeando as práticas capitalistas, escapando do esquema liberal clássico. Desse modo, contrariando a teoria, a lógica do capitalismo que aponta que nenhum proprietário deixaria a terra sem utilização, sem lavrar, *“porque lavrá-la seria de seu interesse. Ninguém a usaria mal porque a poria a perder, ninguém a guardaria inculta como reserva para o futuro, porque a haveria de preferir como lucro presente”*. (idem:183)

Apesar de incorporar as transformações que mascaram de moderno o capitalismo mundial, no Brasil o fundamento rentista continua sendo base do desenvolvimento capitalismo, a contradição, a desigualdade, a combinação com as práticas arcaicas de relações de trabalho e de sujeição da renda da terra, fazem parte do conteúdo da reprodução da classe dos proprietários de terra, figuras

centrais no debate do capitalismo no país. Oliveira (2009) nos contempla com a seguinte explicação:

O debate sobre o processo de constituição da propriedade da privada da terra no Brasil se fundamenta na concepção de que o desenvolvimento capitalista moderno se faz de forma desigual e contraditório e, tem em sua raiz o caráter rentista. Isto se deve ao fato de que este caráter rentista do capitalismo que se formou no país, continua colocando necessariamente também entre suas contradições principais, as formas da apropriação privada da terra. Isto quer dizer que no Brasil a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, do capital. O caminho está, portanto, na capacidade de se entender os novos mecanismos que o capital criou para sujeitar a renda da terra aos seus desígnios, sem, necessariamente, ter que se apropriar de forma direta da propriedade privada da terra. (OLIVEIRA, 2009:01)

A análise do caráter rentista no processo de formação do território e constituição da propriedade privada da terra no Brasil é fundamental para entendimento da constituição das classes sociais no país, conforme analisaram Oliveira e Faria (2009):

É, pois, esta relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária que permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir possa se enriquecer. Sobretudo, quando ele se apropria de uma parcela de terra sem despendar dinheiro algum por ela, como ocorre no processo de grilagem. Ou seja, o grileiro apropria-se ilegalmente de uma terra pública e, a partir desta apropriação passa a se apropriar da renda fundiária que ela gera. Neste processo ele, pode com a sua venda também ilegal, obter dinheiro que pode ser convertido em capital. Assim, se dá o processo de produção do capital através da apropriação legal ou ilegal da renda fundiária. Está, pois, neste processo de busca do acesso ilegal da terra pública devoluta ou não, pelas elites brasileiras, um dos caminhos da produção não capitalista do capital. (OLIVEIRA; FARIA, 2009:02)

Nesta explicação está colocada a particularidade da reprodução da classe dos proprietários de terra no Brasil, seu caráter rentista. Além do mais, a ocupação e a formação do Brasil, ao contrário, não se inicia com a propriedade privada da terra e sim, com o direito de uso concedido pela coroa portuguesa, além deste fundamento rentista sedimentado na história, foi imbuído do caráter etnocida, cabe lembrar que as terras distribuídas no regime de sesmarias já estavam ocupadas pelas populações indígenas:

De início deve-se sucintamente afirmar que a área territorial do país tem suas origens nos modos pelos quais os povos indígenas, através do estabelecimento de relações comunitárias de produção, desenvolveram suas culturas. Dessa forma, o modo de se relacionar com a natureza das populações indígenas contém, simultânea e

intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena. Nele, portanto, não se separa a natureza da vida. É por isso que estes povos precisam de extensões significativas de terra para realizar o processo social de suas reproduções. Aliás, é fundamentalmente por isso que os povos indígenas lutam pela demarcação de seus territórios, mesmo que muitas vezes, eles estejam transformados pela ocupação dos não índios.

Porém, coube ao processo de ocupação colonial fundada na escravidão iniciar o processo de destruição dos territórios dos povos indígenas face à nova sociedade que se formava no país pela ação colonialista portuguesa. [...] (*Idem*:.02-03)

Ou seja, foi esse o conteúdo da lógica econômica de exploração e ocupação territorial - etnocida, escravocrata, devastador da natureza - ao qual a Coroa Portuguesa submeteu a Colônia brasileira, em que terra e território foram submetidos ao capital.

2.2 – A Legislação Agrária no Brasil

A análise das formas jurídicas que possibilitaram a apropriação rentista no país, constitui um elemento imprescindível para entender a história da formação da propriedade privada no Brasil⁸³.

Maria Sarita Mota (2009:17) citando Di Pietro 1995:465) explicou que a história fundiária brasileira pode ser dividida em quatro fases: (1) sesmarias; (2) posses; (3) Lei de Terras e (4) Constituição de 1891. Também demarcada pelo instituto da função social da propriedade: a Constituição de 1934 e a de 1946, e especialmente, a Constituição de 1988 e o atual Código Civil *“que definitivamente expressam que o direito de propriedade atenderá a sua função social”*.

A história da apropriação territorial do Brasil começou sob o regime de sesmarias. O título de sesmarias emitidos (conforme a Lei de 26 de junho de 1375)

⁸³Para analisar as legislações dialogo, principalmente, com as interpretações de (Marés: 2003; Martins: 2010; Silva, 2008; Oliveira e Faria: 2009; e Espíndola et alli, 2010).

MARÉS, Carlos Frederico. A função Social da Terra. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003. MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Contexto, 2010. A primeira edição deste livro foi publicada em 1979 (ed.Hucitec).

SILVA, Lúcia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio. 2º Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2008. A primeira edição deste livro foi publicada em 1999

OLIVEIRA, A, U; FARIA, S. C de. Processo de Construção da Propriedade Privada da Terra no Brasil. EGAL 2009

ESPINDOLA, H. S; ESTEVES, Ana Caroline; MARTINS, Renata Flor. Apropriação privada e ação regulatória. Propriedade e posse da terra em Minas Gerais: 1891-1960. Revista da Associação Mineira de Direito e Economia, v. 4, p. 1-31, 2010.

pela Coroa portuguesa aos exploradores colonialistas dava-lhes apenas, o direito de uso das terras reais. E não sendo cumprida a condição de exploração - a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários arrendatários, foreiros - a Coroa podia retomar as terras.

As sesmarias eram concedidas pelos capitães-mores e governadores, ouvindo primeiramente as câmaras das vilas, os provedores da Fazenda e os procuradores da mesma Fazenda. Não podia ser concedida sesmaria àquele que já possuísse uma “doação”, mesmo que essa fosse obtida por título de herança ou de compra. A concessão de sesmaria obedecia ao seguinte trâmite: o requerente fazia uma petição ao governador e este mandava consultar a Câmara; com a informação recebida solicitava parecer do Provedor da Real Fazenda, que era o Juiz dos Feitos; esse, por sua vez, mandava que o requerente comprovasse que tinha “fábrica” (recursos e mão-de-obra necessários para o cultivo da terra) e que não possuía terras de sesmaria. Era necessário, havendo dúvidas se as terras estavam na posse de outrem, que se publicasse edital por 30 dias, antes de se proceder aos trâmites. (ESPÍNDOLA, 2010:05)

O uso da terra pelo regime de sesmarias tinha como regras, a restrição à concessão ao já possuidor de uma sesmaria, condicionado a capacidade de aproveitamento das terras (recursos e mão de obra). E já na origem estas regras foram burladas conforme escreveram Espíndola *et alli*(*opcit*:04)

No Brasil o princípio básico de não conceder quantidade de terras superior ao que o requerente podia aproveitar foi desrespeitado desde os primeiros anos da colonização. Um exemplo disso ocorreu com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, que doou ao seu filho Garcia D'Ávila mais de 14 léguas de terra de sesmaria, em 1563-1565. O imenso latifúndio se estendeu do norte da Bahia de Todos os Santos até o rio São Francisco. Como era proibido aos capitães-mores e governadores fazerem doações a filhos e parentes, Garcia D'Ávila não se apresentou como filho de Tomé de Souza. Entretanto, a tendência foi coibir a doação de grandes extensões de terra e, para isso, a Coroa foi limitando o tamanho das concessões, até chegar a dois padrões, no século XVIII: uma légua em quadra e meia légua em quadra. A última medida, nesse sentido, foi a Provisão de 21 de junho de 1816, que definiu a medida “exata” de uma légua em quadra. O regime de concessão ampla de sesmarias, pelo qual eram cedidas grandes extensões de terras, deu nascimento ao latifúndio. (Ibidem:04)

A Ordem Régia de 22 de outubro de 1698 estabeleceu “*o prazo de dois anos para cultivo e povoação das terras concedidas por sesmaria, findos os quais, e não o fazendo (...) se lhe denegará mais tempo e se julgarão por devoluta*”. (Carrara,1999:18)

Posteriormente, a Carta Régia 3 de junho de 1726, “ordenava o exame das confirmações reais. Caso os sesmeiros não as tivessem, ordenava-se tomar posse delas em nome de Sua Majestade”. (Idem, 1999:19).

Sessenta e sete anos depois, o Alvará de 30 de outubro de 1793⁸⁴ “sentenciando e confirmando o costume do Brazil acerca do valor de escriptos particulares e provas por testemunhas” ou seja, confirmou no Brasil “[...] o costume de introduzirem escrituras públicas os escriptos e assinados particulares; e de provarem por testemunhas quaisquer contractos sem distinção de pessoas, e de quantias[...]”, ou seja o costume de transferir propriedades por meio de escrituras particulares. O conteúdo do Alvará esclareceu que o costume era contrário à *Ordenação do Livro 3º tit. 39*, contrário as Leis do Reino. Todavia, reconhecia-se o costume como legítimo, o confirma e justificava a prática de se lavrar instrumentos particulares em virtude das peculiaridades da Colônia, no que se referia à indisponibilidade de tabeliães, à distância entre as comarcas, e o costume da praça de se transacionar com os instrumentos particulares.

Essa legislação específica e seu descumprimento legal, portanto, está na base da estrutura latifundista que se formou no Brasil Colonial, e que talhou no interior do direito agrário brasileiro o **princípio dominialista** a que se refere Ruy Cirne Lima. Assim, gradativamente, a legislação das sesmarias no país, descolou-se da legislação lusitana para tornar-se, legislação específica da Colônia.

[...] A legislação sesmarial específica para o Brasil Colonial foi o texto do Alvará de 05 de outubro de 1795, também denominado de diploma final das sesmarias. Seu texto trouxe entre os primeiros argumentos para sua emissão nada mais nada menos do que os abusos e desmandos que estavam sendo praticados na Colônia quando das concessões dos títulos de sesmarias (OLIVEIRA, 2013)

O texto do Alvará de 05 de outubro de 1795 foi emitido com o objetivo de controlar a emissão de sesmarias. Esse Alvará também determinou o tamanho das sesmarias:

(...) teve consequências relevantíssimas para o regime das sesmarias do Brasil, começando por desligá-lo dos textos das Ordenações e preparando-o, por conseguinte, para o advento de uma legislação especial. De fato. A pouco e pouco se constitui um estatuto autônomo em que se configura o tipo das sesmarias do Brasil, atenuados os excessos, reprimidos os abusos, mas guardados os traços essenciais da evolução anterior.

O espírito dominialista inspira as disposições novas: as concessões de sesmarias são meramente concessões

⁸⁴Alvará de 30 de outubro de 1793. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l3pa737.htm>

administrativas sobre o domínio público, posto que com o encargo de cultivo. Dizendo, porém, estatuto talvez exprimamos mal que, realmente, se verificou, e foi o estabelecimento de normas e providências isoladas, com aplicação, assim, a todas as capitâneas, como só a algumas delas, e, além de tudo, dispersas por inúmeras alvarás e cartas régias. Havia, não obstante, nessa legislação avulsa, tal unidade de fundo, que a denominação de estatuto não lhe é descabida. O Alvará de 5 de outubro de 1795, que em grande parte a consolidou, claramente o mostra. A concessão de sesmarias, neste período, pertencia aos governadores e capitães-gerais. (OLIVEIRA, 2012:13)

Um exame detalhado do Alvará de 1795 foi realizado por Motta (2012:79-126), a autora escreveu que ele lançou questões relevantes para o entendimento das propostas e os limites do Antigo Regime em relação à ocupação territorial de sua principal colônia. Além de constituir uma série de decisões para regularizar o processo de concessão de sesmarias:

[...] Basta lembrar, por exemplo, que “as terras dadas de sesmarias em que houvesse colonos cultivando e pagando foro aos sesmeiros deveriam ser dadas [em sesmaria] aos reais cultivadores”. (MOTTA, 2012:83)

De acordo com a autora o texto do Alvará tratou também de *“intermináveis conflitos, ódios e rancores entre os sesmeiros”* e da inexistência de limites claros para conceder e demarcar as sesmarias, ao qual pensava ser o Alvará capaz de impor estes limites. Também o documento expressou uma crença nas soluções vindas de um poder régio, como se pudesse instituir uma nova racionalidade para a concessão:

“[...] O alvará é assim um projeto detalhado de regularização da concessão e de reordenamento do território colonial, um projeto por demais ambicioso, revelando as intenções e limites daqueles tempos”. (*Idem*, 2012:85)

Lígia Osório Silva (2008:35) escreveu que o solo colonial não passou a constituir patrimônio privado dos donatários. A autora explica que os donatários receberiam apenas dez léguas de terras, como propriedade particular e estas terras poderiam ser tomadas onde quisessem com a condição de que não fossem contíguas. Sob a condição também de serem repartidas em quatro ou cinco partes, separadas, no mínimo por duas léguas entre si. E as terras que sobrassem deveriam ser distribuídas na forma de Sesmarias, de acordo com as Ordenações do Reino.

O Decreto de 22 de julho de 1808⁸⁵, determinou a obrigação dos sesmeiros pedir a confirmação ao Desembargo do Paço:

E desejando estabelecer regras fixas desta importante materia, de que muito depende o argumento da Agricultura, e povoação e segurança do direito de propriedade: Hei por ordenar, que daqui em diante **continuem a dar as Sesmarias, nas Capitánias, deste Estado do Brazil os Governadores, e Capitães-Generaes dellas; devendo os sesmeiros pedir a competente confirmação à mesa do Desembargo do Paço**, procedendo as informações e diligências determinadas nas minhas Reaes Ordens: **ficando as Cartas de Concessão, e de confirmação dellas dependentes da minha real assinatura**. A Meza do Desembargo o tenha assim entendido, e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em 22 de junho de 1808. – Com a Rubrica do Príncipe Regente.

Conforme o Alvará de 25 de janeiro de 1809, fica patente a preocupação do Estado com a confirmação de sesmarias sem as devidas medições e a necessidade de resolver esta questão através de nomeação dos juizes e oficiais para proceder a legalização:

“[...] Eu o Príncipe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força da Lei virem, que sentando-me presente em consulta da Meza do Desembargo do Paço, que muito importava à prosperidade deste Estado remediar o abuso de se confirmarem as Sesmarias sem preceder a necessária medição, e demarcação Judicial das terras concedidas, contra a expressiva decisão do Decreto de 20 de outubro de 1753, e demais ordens minhas que o prohibido, e que da transgressão delas provinha à intendência de se doarem terras, que já tinham Sesmeiros, e a injustiça de se dar assim, ocasião a pleitos, e litígios e a perturbação dos direitos adquiridos pelas anteriores concessões [...]

O decreto passa a exigir que os Governadores e Capitães Gerais somente concederiam Sesmarias que apresentassem medições e demarcações “*Judiciaes legalmente feitas*”⁸⁶. A Provisão de 21 de junho de 1816, que definiu a medida “exata” de uma légua em quadra foi apontada por Espíndola (2010:4-5) como uma das tentativas de limitar o tamanho das concessões e coibir a doação de grandes extensões de terras.

Diante da desordem com a ocupação das sesmarias foi criada a Intendência da Agricultura, que segundo Espindola, *et al* (2010:06) era “*capaz de obrigar os lavradores a praticarem a atividade agrícola com base em preceitos corretos*. A

⁸⁵Decreto de 22 de julho de 1808. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4pa1027.htm>

⁸⁶Alvará de 25 de janeiro de 1809. Sobre a confirmação de Sesmarias, nomeação dos Juizes, e seus salários. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4pa1028.htm>

tendência da legislação foi aumentar as exigências, particularmente a necessidade de confirmação das concessões.”

Todavia, a bibliografia aponta que, nos primeiros anos do regime sesmarial no Brasil colônia, pouco interesse foi conferido por parte do Reino de Portugal no sentido de controlar e ordenar a ocupação. Quando o contexto, exigiu um maior controle por parte da Coroa Portuguesa, era tal a desordem, a confusão já era tamanha, que a desregulação sobre as terras passa de desinteresse à incapacidade, mesmo com o *“aumento das exigências burocráticas com as quais a metrópole sobrecarregou os colonos”*. Assim analisou Osório (2008:61): (...) *Pelo contrário, ao invés de regularizar a confusa situação da propriedade territorial, tornou-a mais confusa ainda e colocou um número cada vez maior de sesmeiros na ilegalidade”*.

Conforme explicaram Oliveira e Faria (2009:04), com a Resolução Nº 76 Reino – de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço em julho de 1822 foi revogada a legislação portuguesa, e suspensas a concessão de novas sesmarias até a Assembleia Constituinte. Sendo assim, em 1822, o regime de sesmarias foi abolido, com a independência do Brasil foi inaugurado um novo regime sobre a regulação das terras das províncias⁸⁷ a ser controlado pelo Estado recém-criado.

Conforme constataram Marés (2003:24), Motta (2012) e Oliveira (2013), a Constituição Imperial de 1824 foi promulgada estabelecendo o novo marco da propriedade privada constituindo-a em sua plenitude (no artigo 179, § 22): ***“E’garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle previamente indenizado do valor della”***.

Esse marco é fundamental para a delimitação da matéria da divisão e demarcação de terras públicas e também das particulares. E foi evocado pelos juristas para fundamentar os textos como manuais, formulários que orientavam a prática da divisão e demarcação de terras particulares, antes da promulgação do Decreto nº 720 de 1890 (que será merecidamente analisado no próximo item desta tese).

⁸⁷“Apesar das concessões de sesmarias terem sido suspensas por Dom Pedro I, abriu-se exceção para as margens do rio Doce. Na Província de Minas Gerais foram concedidas diversas sesmarias, entre 1822 e 1836, sendo que todas se localizavam nas margens desse rio ou de seus afluentes”. (ESPÍNDOLA, 2005 e 2010:06).

A Lei nº 56, de 06 de outubro de 1835, acabou por proibir a instituição de Capelas, cujo patrimônio passaria para a Fazenda Nacional, e dos Morgados, que deveriam ser partilhados aos herdeiros.

De acordo com Ângelo Carrara, formas alternativas de se evitar a partilha de terras eram possíveis sempre, como o fez o Capitão-mor Inácio Pamplona, em 1805, que vendera ao filho, por 33:600\$000 réis, todas as suas propriedades rurais (fazendas Medanha, Capote e Glória nos Gerais), escravaturas e criações de gado vacuum cavalair. (Carrara, 2007:174)

Entre 1822 a 1850, as elites agrárias foram largamente favorecidas no apossamento das terras, devido à incapacidade de controle por parte do Estado e ao “vazio jurídico” vivido neste período⁸⁸ “[...] embora, tenha existido legislações maiores que de certo modo atuaram como referência para o Império, no que se refere ao direito de propriedade”. (Oliveira e Faria, 2009:04). Enquanto Espíndola, et al argumentou que:

A propriedade territorial pública do Brasil entrou num período caótico, em função da abolição do regime das sesmarias e, conseqüentemente, da falta de um ordenamento jurídico que possibilitasse determinar quem era ou não proprietário das terras no país. O resultado foi a disseminação do regime das posses, com ocupação de grandes extensões de terras por indivíduos vinculados aos setores dominantes da sociedade. Assim, a posse deixou de ser uma ocupação de pequenas glebas de terras por lavradores pobres, na maioria constituída de negros alforriados e seus descendentes, negros quilombolas, mulatos, caboclos, cafuzos, mamelucos e indígenas aculturados.

Durante esse tempo o controle sobre as terras foi um privilégio daqueles com maior poder e que se encontravam em melhor posição na estrutura social. O vazio jurídico durou até a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850). (ESPÍNDOLA, 2010:07)

Duas Leis foram publicadas antes da instituição da Lei de Terras de 1850, segundo Lúcia Osório e Silva (1996:85):

A primeira foi a obrigatoriedade do pagamento de foros das sesmarias (Lei de 15 de novembro de 1831). O alcance dessa medida não era muito grande tendo em vista que nem todas as sesmarias tinham sido concedidas com essa cláusula e também o fato de que os concessionários obrigados a ela se furtavam ao pagamento e as

⁸⁸A questão da legislação agrária lusitana ter caído em um vazio jurídico, num período anterior (final do século XVIII até 1823), é contestado por Lamas (2013:63) que corrobora com Márcia Menendes Motta (2009:136-137), os autores não concordam com o argumento de que tenha sido um vazio total “uma vez que é possível perceber uma procura pela legalização da posse da terra. [...] querendo ou não, os sesmeiros eram contrangidos a cumprir a lei ou ao menos lembrados de suas bases constitutivas”.

instâncias administrativas não tinham meios de cobrá-lo. Não obstante, a sua extinção representou a conquista de uma aspiração que vinha dos tempos coloniais. A segunda modificação ocorrida na época regencial no que concerne a questão da terra foi a extinção do morgadio (Lei N. 57 - de 06 de outubro de 1835). A lei dos Morgados definia que os bens passassem indivisos ao filho mais velho. (OSÓRIO E SILVA, 1996:85)

A Lei de Terras (Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850) trouxe no seu artigo terceiro a definição jurídica de terras devolutas:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

E a Lei de Terras ⁸⁹ também sacramentou a constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil:

E, é óbvio, da transformação da terra em mercadoria, pois, a partir desta lei, ela somente poderia ser obtida por compra e venda (artigo 1º). Tratou esta lei de legalizar os títulos de sesmarias e as posses quaisquer que fossem suas extensões, mas que tivessem cultivos, desde que medidas e levadas a registro em livros próprios nas freguesias (artigos 4º, 5º, 7º e 8º). Resumindo, todos os títulos de sesmarias concedidos ou os grilos das terras reais e ou imperiais, eufemisticamente chamadas de “posses mansas e pacíficas” puderam ser legalizadas por aqueles que as grilaram, porém, após a lei, isto não era mais possível, pois, somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas em hasta pública. A Lei ainda definiu, por meio da exceção, o que era terra devoluta, (artigo 3º), levando a muitos erroneamente afirmar como sinônimo, terra devoluta como terra de ninguém. Na lei estava garantida punição para aqueles que ocupassem as terras devolutas ilegalmente, mandava expressamente para a prisão, além de exigir multa e indenização pela destruição da vegetação natural (artigo 2º). Dentre as terras devolutas

⁸⁹ O texto da Lei de Terras e da regulamentação foi feita pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854 estão disponíveis nos respectivos links:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf> – acessados em 30 de abril de 2015.

A lei de terras de 1850 ainda não foi revogada, em 2007, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 3990/00, do Poder Executivo, que revoga a Lei 601, de 1850, e outros atos que tratam de terras devolutas e colonização. O relator foi o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP), que explicou que a lei já estava tacitamente revogada desde 1964, quando foi editado o Estatuto da Terra (Lei 4505/64), a proposição está sujeita à apreciação no Senado. (CÂMARA LEGISLATIVA, 2017)

estava assegurado a reserva para os indígenas através de colonização (artigo 12º). (OLIVEIRA E FARIA, 2009:04)

Sendo assim, as apropriações indevidas de terras, durante a vigência da Lei de Sesmarias puderam ser legalizadas, até a promulgação da Lei de Terras em 1850.

As terras devolutas, a partir de então, somente poderiam ser vendidas pela Coroa Imperial em hasta pública. Martins (1981) explicou como ficou a situação do posseiro, do trabalhador, do camponês frente ao novo contexto da regulação fundiária no território brasileiro:

O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro. Com essa mudança, a questão do campesinato é colocada em novos termos. Em primeiro lugar, porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que o subjugua a ela. Antes “posse” e “sesmaria” correspondiam a lógicas distintas e combinadas, podendo a concessão de sesmaria ocorrer em terras já tomadas por posseiros, problema que se resolvia pela superioridade jurídica da sesmaria e pelo vínculo de dependência que tal superioridade supunha do posseiro em relação ao sesmeiro. Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais depende do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria. É o campesinato que marca fortemente a paisagem do Sul e do Sudeste e que no futuro também terá os seus problemas. (MARTINS, 1981:42-43)

Essa questão da separação entre o domínio garantido pelo título e a posse era um outro ponto fundamental no conteúdo da Lei de Terras de 1850, conforme abordaram Oliveira e Faria (*opcit*:05), “*O título da terra tornou-se pela lei superior à posse efetiva. Assim, aquele que tinha efetivamente a posse da terra estava destituído do direito sobre ela*”. Ou seja, fica assegurado o direito de propriedade privada da terra, pois garantiu, “*a aquele que sendo portador do título da terra, mesmo, sem nunca tê-la ocupado de fato, ter o domínio sobre a mesma*”. Desta forma, a transmissão da propriedade privada da terra pelas vias legais passou a ser feita através das escrituras públicas de compra e venda, doações, permutas e heranças.

A Lei de Terras foi um passo dado pela classe dominante para instituir, no Brasil o *cativo da terra*, conforme explicação de Martins:

[...] A própria Lei de Terras já define critérios para o estabelecimento regular de correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres que, com o correr do tempo, substituísssem os escravos. Se, porém, as terras do país fossem livres, o estabelecimento de correntes migratórias de homens igualmente livres levaria, necessariamente, a que esses homens se estabelecessem como colonos nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo, as fazendas ficariam despovoadas, sem possibilidade de expansão e de reposição de mão de obra. Por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativo da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país, como de fato o seriam às centenas de milhares até as primeiras décadas do nosso século [XX]. No processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários. O homem que quisesse tornar-se proprietário de terra teria que comprá-la. Sendo imigrante pobre, como foi o caso da imensa maioria, teria que trabalhar previamente para o grande fazendeiro. (MARTINS, 1980:73)

Poucos anos, antes, seguindo a mesma direção do favorecimento da classe dominante foi instituído o Regulamento para o Registro Geral das hipotecas exigido em 1843 (Lei nº 317). A partir de 1846 (Decreto nº482) passou a ser cobrado, quando se estabeleceu que as escrituras públicas passariam a ser exigidas⁹⁰. Faria (2008) ao analisar o Decreto nº482 explicou que, embora desordenadamente:

[...] passou-se a exigir contrato para transmissão ou oneração de imóveis [hipotecados], sendo que os atos "inter-vivos" exigiam escritura pública, que, obrigatoriamente, deveriam ser lavradas junto a um Tabelião e constar nos livros do Cartório de Notas — criado pelo Decreto 482 de 1846 —, caso o imóvel apresentasse valor superior a 200 mil réis. Ainda nesse tempo, a propriedade se dava como efetivamente transmitida não somente pelo contrato, exigindo-se a tradição para sua formalização. Enquanto o título traduzia uma relação pessoal, a tradição exprimia um direito real". (FARIA, 2008: 124)

Com a criação dos primeiros Registros Públicos no país foi consolidada a existência do Registro Geral pela Lei nº 1.237 de 1864, foi substituída:

[...] a tradição pela transcrição, continuando o contrato antes dela a gerar apenas obrigações. Nesta lei não somente os escravos e animais aparecem como objetos de hipoteca, mas também os imóveis oriundos da propriedade privada da terra. Percebe-se enorme avanço no direito da propriedade, porque a tradição, real ou simbólica, uma

⁹⁰ "Dessa forma desde 1846 havia registros cartoriais de bens imóveis suscetíveis de hipotecas geradores de direitos segundo estabelecia a legislação em vigor anterior à Lei de 1850. Ainda sob o Império foi elaborada, em 1864, a Lei nº 1.237, e regulamentada em 1865, pelo Decreto nº 3453, que reformou a legislação hipotecária e estabeleceu as bases das sociedades de crédito real. Ela é também conhecida como a lei que criou os primeiros Registros Públicos no país." Oliveira e Faria (2009:09)

vez efetuada, não deixa vestígio permanente, ao passo que a transcrição deixa seu sinal indelével na tábua de livro na qual é lançada. O Decreto 3.453, de 26 de abril de 1865, regulamentou a Lei de 1864 e criou o cargo de oficial de registro, sendo este encarregado de "*velar pelo crédito e pela propriedade*", assim como o modo de serem registradas as propriedades nos livros. (*Idem*: 124)

Na prática a legalidade dos títulos ficaria a cargo do Juiz de Direito, os imóveis objeto de cessão teriam que ser levados à transcrição no Cartório de Notas para ter reconhecimento do valor da lavratura em repartições públicas, conforme explicaram, posteriormente, Oliveira e Faria (2009:10)

A lei também destacou que somente os imóveis com domínio comprovado poderiam ser levados à hipoteca no registro cartorial. As transmissões entre vivos por título oneroso ou gratuito dos bens suscetíveis de hipotecas tinham que ser lavadas a registro, porém, a lei explicitava que a transcrição não induzia a prova de domínio sobre o bem. Determinou ainda a Lei, que os oficiais do registro não poderiam examinar a legalidade dos títulos levados a registro e que, em caso de dúvida sobre eles, os interessados deveriam recorrer ao Juiz de Direito que decidiria sobre a legalidade dos mesmos. Portanto, para ter valor jurídico os termos de cessão de imóveis (venda ou doação) ou de terras devolutas lavrados em repartições públicas tinham que ser levados à transcrição. Entretanto, a prática continuou a ser **A NÃO TRANSCRIÇÃO PÚBLICA DOS TÍTULOS** emitidos pelas repartições públicas sobre venda e concessão de terras. Esta posição derivava do fato de que haviam os juristas que entendiam que o Estado, não sendo um proprietário de terras comum, não estava obrigado a seguir as normas do direito civil que regulavam a compra e venda entre particulares. OLIVEIRA E FARIA (2009:10) (sem grifos no original)

Possivelmente, durante o Império, não efetivou-se o controle dos títulos de propriedade existentes no país. De certo modo, era esse o objetivo da Lei de Terras de 1850, explicaram Oliveira e Faria, uma vez que, naquele período, para registro de origem eram admitidos, "*além dos registros paroquiais, os registros das repartições públicas, o registro dos imóveis levados à hipoteca e daqueles oriundos da transmissão entre vivos e as sentenças judiciais emitidas pelos juízes de direito [...].* (*Idem*)

No emaranhado da questão fundiária no Brasil analisado até aqui, foram entrelaçadas duas questões, a primeira do ordenamento e discriminação das terras particulares e das terras devolutas e a segunda questão é a do uso da terra como reserva de valor. Neste emaranhado, adiciona-se os interesses capitalistas vinculados ao sistema financeiro-bancário. Esses fazem parte dos ingredientes da constituição das classes dominantes que dirigiram os rumos da

política e da economia no país. Cabe refletir sobre a importância dos registros de hipoteca para o sistema financeiro-bancário, conforme explicou Marés (2003):

Se levarmos em conta que a terra era, e é ainda, a melhor e a principal garantia hipotecária ao sistema financeiro, fácil a conclusão da importância para o sistema capitalista financeiro-bancário do caráter absoluto da disponibilidade da terra. Quando o Banco fica com a terra do devedor inadimplente, ela passava a representar apenas um valor. Isso significa que, embora não fosse interessante a manutenção das terras como reserva de valor porque entrava o desenvolvimento do capitalismo, retirar essa característica seria muito pior, por isso se admite a manutenção da reserva do valor temporariamente. Se o uso dominasse a propriedade, porém, o Banco deixaria de ter interesse na terra como garantia. (MARÉS: 2003:187-188)

A cada marco jurídico que se sucedia, claramente, as classes dominantes iam impondo a necessidade de que seus interesses fossem contemplados pela legislação. E colocando em plano muito inferior a preocupação em solucionar a regulação das terras do país. A este tempo, a distinção entre a propriedade pública e a propriedade privada, já passara compor o emaranhado novelo da questão fundiária no Brasil, que até os dias atuais, não foi desembolado.

Pelo contrário, tornou mais aguda a questão agrária no país, onde se confrontam, de um lado, a aplicação jurídica do direito de propriedade, a grilagem legitimada pelo Estado brasileiro, e de outro lado, as concepções do direito costumeiro, dos camponeses, o direito que se adquire pelo uso, pela morada e pelo trabalho.

A Lei de Terras de 1850 e o seu regulamento em 1854, *“determinaram o prazo de dois anos para que tanto os títulos de sesmarias e como os de posses fossem medidos e registrados nas freguesias”*. Propositamente esse prazo foi prorrogado, por várias vezes, ao sabor dos interesses da política.

A partir da vigência da Lei de Terras, duas correntes de renomados juristas passaram a interpretar de forma divergente o Registro Paroquial, o papel da posse e a obrigatoriedade do registro das terras. (...). Em uma das correntes a apropriação privada das terras devolutas aparecia como ilegalidade, isto porque a aquisição de terras só poderia ser feita por meio da compra, transformando, assim, os ocupantes de terras devolutas transgressores da lei. Esta foi a posição oficial do governo imperial, até o final do Império. A outra corrente alegava que era legalmente impossível e socialmente indesejável a completa sustação da posse como meio de aquisição das terras devolutas, e assim, passou a paulatinamente disseminar esta convicção. Ou seja, a justiça social presente na posse voltada para a reprodução social da família, passava a ser argumento de

defesa para legitimar todas as terras ocupadas, quaisquer que fossem as suas dimensões. (OLIVEIRA E FARIA, 2009:07)

Assim, sesmarias não confirmadas puderam ser legalizadas pela Lei de Terras de 1850. Nesse contexto, na antiga Comarca de Grão Mogol, na Paróquia da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol (1855-1856)⁹¹ foram registrados quatrocentos e vinte porções de terras. Analisando esses documentos constatei que a maioria das terras registradas eram partes de fazendas **“em commum com herdeiros”**, ou **“terras em commum”**, e em um grande número destes registros, ignorava-se as extensões dos imóveis, foram identificadas medidas imprecisas como; “de cumprimento duas leguas e de largura pouco mais de duas”, “uma parte de terras” “de comprimento duas leguas mais ou menos e outro tanto de largura”, “de comprimento duas leguas mais ou menos de largura um outro tanto”, “de cuja fazenda o declarante desconhecia a extensão e limites”, ou seja, o paroquiano registrou informações do declarante, que sequer mencionaram os limites e a vizinhança. Nesses registros mencionou-se que as terras foram adquiridas por compra e também por herança, ou não foi mencionada a forma de transferência.

A atitude dos governadores de províncias, durante a vigência da Lei de Terras, perante os muitos exemplos de grilagem das terras foi apresentada por Lúcia Osório Silva (1996: 205-207):

O meio utilizado pelos posseiros para burlar a lei de 1850: registravam suas posses no Registro do Vigário com data antecipada; no caso em pauta, em vez do ano de 1856, o posseiro colocou 1847. [...] Uma das posses registradas media 60 km por 150 km. Outra, 6 léguas por 50 léguas.” [...] No final do Império, para completar o quadro, os próprios governadores provinciais facilitavam tudo para o avanço dos posseiros, como fez em 1888, Rodrigues Alves: “Como posteriormente se tivessem apresentado a esta presidência alguns posseiros solicitando o reconhecimento dos seus direitos, e entendendo que da parte dos poderes públicos deve haver toda a benevolência para com esses ocupantes de terras, tenho resolvido não só atender a tais pedidos, como também conceder-lhes novo prazo de seis meses, na conformidade do artigo 57 do decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. (SILVA, 1996: 205-207)

O governo imperial, diante da situação de piora da ilegalidade das terras, expediu o Aviso de 04 de outubro de 1873, que permitia aos posseiros comprarem as terras que tivessem ocupado depois de 1854, com isso esperava discriminar as

⁹¹ Arquivo Público Mineiro (2016), *opcit.*

terras devolutas (Silva, 2008:197). No período compreendido entre as décadas de 1870 e 1890, o governo imperial tentou, sem sucesso, tomar medidas que possibilitassem discriminar as terras devolutas e coibir a invasão dos terrenos devolutos. Em apenas seis províncias, incluindo a província de Minas Gerais havia comissões de medição de terras funcionando, conforme escreveram Silva (*idem*) e Oliveira e Faria (2009).

Em 15 de novembro de 1889, o golpe militar findou o regime monárquico, o Brasil passou para o processo de constituição de uma República, contudo, sem ter sido feita uma clara distinção entre as terras devolutas e as terras particulares do país. Os fazendeiros e os “formadores de fazendas” valendo-se desta confusão continuaram se assenhorando das terras. E não se definiu imediatamente, se os domínios das terras devolutas ficariam a cargo dos estados ou a cargo da União.

Durante o Governo Provisório, conforme problematizou Silva, esse debate foi atravessado:

O Governo Provisório, entretanto, atropelou a discussão, com duas intervenções na política de terras que desagradaram profundamente os representantes para a Assembleia Constituinte. A primeira foi a criação do Registro Torrens, por meio do decreto federal 451-B, de 31 de maio de 1890. A segunda veio por intermédio dos decretos 528, de 28 de junho, prevendo a criação de burgos agrícolas, e 964, de 7 de novembro de 1890, criando bancos agrários. (*Ibidem*:252)

Cabe acrescentar nesse conjunto de intervenções, a publicação do Decreto nº 720 em 5 de setembro de 1890, que regulamentou a divisão e demarcação das terras particulares. No item a seguir, analisarei, especificamente, esse dispositivo, uma vez que possibilitou que as elites locais se apropriassem de grandes extensões de terras devolutas no Norte de Minas, interferindo nas terras de uso comum e consequentemente, no modo de vida camponês e quilombola nos gerais. Além disso, nas terras estudadas foi o instrumento mobilizado para dar “status” de propriedade – a grandes extensões de chapadas de criação do gado na solta e de prática do extrativismo, e das grotas sobre o qual incidia um código costumeiro de transmissão e herança. No caso em questão, na aplicação do Decreto nº 720 de 1890 encontra-se a raiz dos conflitos agrários que se coadunam no presente.

Nesta tese, advoga-se a intencionalidade dos legisladores (proprietários de terras), em promover a apropriação privada das terras devolutas dadas as condições para articulação dessa classe. Assente também no fato de terem se adiantado ao

debate constitucional sobre o controle das terras devolutas e, em poucos meses, terem pautado uma sucessão de decretos, que incidiu sobre as terras e além disso, tocou no controle territorial, questão que deveria ser preciosa para o estado republicano que buscava se impor naquele contexto. Nesse ínterim cabe reconhecer o protagonismo dos políticos do Partido Republicano Paulista, a maioria oriundos da elite agrária que frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo, também vinculados à maçonaria, conforme analisou Ribeiro (2011)⁹².

Motta & Mendonça(2002) argumentaram que nos primeiros anos após a proclamação da República, nos arquivos de Juiz de Fora havia um grande número de ações de divisão e demarcação de terras, provavelmente como resultado das leis que buscaram regular a propriedade da terra, consolidar o mercado de terras e *“solucionar os problemas relacionados à titularidade e à valorização do imóvel”*, como o Registro Torrens.

A propósito o Registro Torrens, criado através do Decreto nº 451-B de 31 de maio de 1890 e regulamentado pelo Decreto nº 955-A de 05 de novembro de 1890, *“[...] deixou a possibilidade para que todo imóvel, suscetível de hipoteca ou ônus real pudesse utilizá-lo, porém submeteu obrigatoriamente as terras públicas alienadas depois da publicação deste regulamento sob pena de nulidade da alienação.”*

⁹² A tese de Ribeiro (2011) traz relevantes pistas para a compreensão da orientação política e ideológica dos representantes do Governo Provisório – RIBEIRO, Lauê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido republicano Paulista*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História DH/FFLCH/USP. São Paulo, 2011. Ribeiro analisou a influência das lojas maçônicas na difusão do movimento republicano na província de São Paulo entre o final da década de 1860 até 1889, em meio à expansão cafeeira e formação da nova elite econômica que buscava maior representação política. Esse grupo se aglutinou em torno do Partido Republicano Paulista (PRP) cujos ideais foram difundidos pela Loja América, formando e criando redes “clientelares” que formaram a base do PRP. Diante da participação ativa da Loja Maçônica Aurora do Progresso (Norte de Minas) no processo de grilagem, na tese em questão, não descarto a hipótese de que estas redes de poder político, econômico e social entre os proprietários de terras e negócios, possam ter se expandido para além de São Paulo. Podem ao menos, em hipótese, chegado a orientar ou influenciar a da aplicação dos processos de divisão e demarcação aplicados em Minas Gerais. Cabe ressaltar que Gualter Martins Pereira, o “Barão de Grão Mogol” foi um dos fundadores da Loja Aurora do Progresso em Grão Mogol e que ele passou a residir na Fazenda Angélica (que teria pertencido ao Senador Vergueiro), no município paulista de Rio Claro, onde teve participação ativa na política no PRP rompendo com o império e estabelecendo vínculos com políticos maçons como Campos Salles que assinou do Decreto nº 720 de divisão e demarcação de terras. O Barão de Grão Mogol faleceu em 1890, em Rio Claro. Conforme mencionado no início, o político Antônio Gonçalves Chaves Júnior foi outro expoente da política do Norte de Minas, naquele contexto, também vinculado à Aurora do Progresso, ele foi egresso da mesma Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

(Oliveira e Faria, 2009:11). Os títulos de propriedade continuaram desordenados, apesar deste registro que não foi obrigatório, é importante ressaltar.

A partir da promulgação da Constituição de 1891 os estados passaram, gradativamente, a organizar seus Serviços de Terras. O país, passou, portanto, por mais um período de transição política e de reestruturação das instituições reguladoras⁹³, e as novas jurisdições da União foram delimitadas, as faixas de fronteira e faixa de marinha.

De acordo com Martins, a passagem das terras devolutas para as mãos dos estados em 1891 estimulou a regularização dos limites entre as fazendas. Assim, as terras de antigos agregados e vaqueiros convertidos em sitiantes sofreram ameaça de incorporação ao patrimônio dos grandes fazendeiros. (MARTINS, 1981: 51)

Nesse contexto, podemos situar um marco, para a análise das práticas de grilagem ocorridas na antiga Comarca de Grão Mogol, analisadas nesta tese, cujas fontes investigadas mostram que as elites locais, disseminaram regionalmente uma prática de grilagem, nas primeiras décadas do século XX, valendo-se do controle das instituições públicas locais, da lacuna jurídica da regulamentação e fiscalização federal para grilar terras públicas, prática que foi sendo reproduzida nas décadas seguintes. Em Minas Gerais, a apropriação ilegal das terras foi sendo revalidada através da sucessão de regulamentações, que mesmo inconstitucionais foram legitimando a grilagem no Estado, conforme apresentarei no item seguinte.

Desta forma, a Lei de Terras continuava sua vigência enquanto os estados não elaborassem suas Constituições e leis, além do que serviu de princípio e norma no que se refere à revalidação de sesmarias, legitimação de posses e discriminação das terras devolutas.

Para que a Lei de Terra realizasse a demarcação das terras devolutas seriam necessárias quatro medidas simultâneas: a revalidação das sesmarias depois de sua medição e demarcação; a legitimação das posses; a elaboração de um cadastro das terras; e a proibição de novas posses após 1854. Porém, isto não aconteceu, pois, o cadastro de terras não foi constituído, e um pequeno número de sesmarias foi revalidado o que ocorreu igualmente com as posses e suas legitimações. (OLIVEIRA e FARIA: 2012:11)

⁹³ Nesse período o governo federal interveio “na questão da ocupação das terras devolutas através a criação de dois órgãos: o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (1907-1911) e o Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (1910). O fato mais importante deste período referiu-se a regulamentação das terras devolutas no então Território Federal do Acre que assim, passava a somar-se às áreas sob jurisdição federal, além da faixa de fronteira e faixa de marinha.” Oliveira e Faria (2009:12)

Uma das razões destas medidas não terem sido tomadas, pode estar colocada na complexa questão da “*dominação política patrimonial*” apresentada naquele contexto, e repetida outras vezes em nossa história⁹⁴. Tratava-se do controle político do Estado convertendo-se em controle da propriedade. Neste sentido, é indispensável recorrer à leitura de Martins (1994) para explicar este fenômeno político patrimonialista constituído pelas oligarquias:

Por outro lado, qualquer tentativa de interpretar a dinâmica do processo político passa pelo reconhecimento de que as mudanças só ganham sentido nas crises e descontinuidades do clientelismo político de fundo oligárquico que domina o País ainda hoje. Passa também pelo reconhecimento de que a tradição do mando pessoal e da política do favor desde há muito depende do seu acobertamento pelas exterioridades e aparências do moderno, do contratual. A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. (...) (MARTINS, 1994:20)

O Estado republicano colocou em prática uma política de terras que imprimiu “*as características fundamentais na história da apropriação territorial do período*”, tendo sido implementada por mecanismos e instrumentos estaduais. Conforme explicou Lígia Osório e Silva:

Em primeiro lugar, encontramos uma regularidade no que diz respeito à adaptação da Lei de 1850 aos interesses dos posseiros. Todos os estados alteraram a data de validade das posses, para efeito de legitimação. A lei de 1850, como sabemos, havia estabelecido 1854 (ano da sua regulamentação) como limite para os processos de legitimação. Isso significava que as posses ocorridas após 1854 não podiam ser legitimadas dentro dos benefícios da lei. O máximo que uma legislação especial ainda no Império permitia era que os posseiros tivessem prioridade na compra das suas posses. Ao adotarem suas leis de terras, todos os estados alteraram essa data para, pelo menos, 1889. Em casos significativos para muito mais tarde, por exemplo, 1920. [...] Ao

⁹⁴ Conforme ocorre no parlamento brasileiro, que estudei na dissertação de mestrado (COSTA, 2012:86-233), uma das conclusões deste estudo é que a tríade “*patrimônio, política e poder*” constitui-se no modo, pelo qual, determinadas lideranças políticas tradicionais têm se valido para aumentar o seu patrimônio particular, e também, o patrimônio fundiário. Refleti “*a dominação política patrimonial*” e a transferência das relações familiares para o controle da política, de modo a transformar tais relações em controle de esferas do poder do Estado convertidas em controle da propriedade.

mesmo tempo, dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até o final da Primeira República (1930).

Em segundo lugar, o processo de privatização das terras públicas continuou a ocorrer em todas as regiões. A passagem das terras devolutas para o domínio privado continuou ocorrendo por meio das invasões e ocupações que os particulares (posseiros) realizavam, sem que os poderes públicos tivessem as condições ou o desejo de impedir esse movimento.

Em terceiro lugar, o caráter que assumiu o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado esteve vinculado à emergência de um fenômeno sociopolítico de importância indiscutível na vida rural brasileira, que foi o coronelismo. Embora as manifestações do poder privado não estivessem ausentes da história colonial e imperial, elas revestiram-se de um caráter específico na era republicana, devido à introdução do sufrágio universal (era assim que se dizia na época, embora estivessem excluídos os analfabetos e as mulheres). O coronel afirmou-se nesse período como um intermediário entre as massas rurais (possíveis eleitores) e os candidatos a cargos representativos na política estadual e federal. Sobre os primeiros, exercia o seu mandonismo (uma mistura de paternalismo e coerção) e dos segundos esperava favores especiais em troca da sua fidelidade.

A questão da terra moveu-se, portanto, durante a República Velha, em torno destes dois eixos: de um lado, a existência ou não de uma política de ocupação de terras devolutas do governo federal, em que 1897 e 1911 aparecem como datas significativas; de outro, a existência de uma legislação favorável ao apossamento, cuja aplicação, entretanto, esteve subordinada às condições sociais concretas predominantes no campo. (SILVA, 2008: 272-273)

A autora considera que em 1897 ocorreu uma grande reviravolta na política imigratória, que substancializou a federalização da política de terras e mão-de-obra, mas apenas São Paulo pode sustentar devido aos luros gerados pelo café. Em 1910 se deu a criação do Serviço de Proteção ao Índio. E em 1911, foram postas outras bases para a questão da imigração com a reformulação do Serviço de Localização do Trabalhador Nacional. São questões que afetaram o destino das terras devolutas. Assim, no período entre 1897 e 1911, os governos federais se abstiveram dessa preocupação, deixando a cargo dos governos estaduais, deste modo, contemplando os anseios das oligarquias regionais:

Nesse período, portanto, a história da apropriação territorial esteve fundamentalmente vinculada à história de cada uma das antigas províncias, agora transformadas em estados. Cada estado regulou, por meio da sua Constituição e de uma legislação específica, o problema da terra. (*Idem*:268)

O Estado de Minas Gerais aprovou uma legislação de terras, que favoreceu quem deteve a posse de grandes propriedades. Osório Silva afirmou que esta

liberalidade *“foi a característica fundamental da legislação aprovada pelos estados sobre as terras devolutas sob seu domínio.”*

O Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) reconheceu a plenitude da propriedade, *“assegurou ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua”*. Também regulamentou a aquisição da propriedade imóvel: “i) pela transcrição do título de transferência no Registro de Imóvel; ii) pela acessão; iii) pelo usucapião; iv) pelo direito hereditário”.

O Capítulo III do Código Civil regulou a posse orientando que *“não se deve, entretanto, julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio”*. Esta norma também regulou a **perda da propriedade imóvel** em caso de abandono, alienação, renúncia ou perecimento do imóvel, *“§ 2º O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago e passará, dez anos depois, ao domínio do Estado, onde se acha, ou da União, se estiver no Distrito Federal ou em território não constituído em Estado”*.

O Código Civil de 1916 reconheceu o direito ao usucapião, mas não impôs limites à área das posses, e também não condicionou o usucapião à morada habitual, inclusive, permitindo esse direito a quem, embora ausente possuísse a posse como sua:

Art. 550. Aquele que, **por 30 (trinta) anos, sem interrupção**, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa fé, que, em tal caso, se presumem; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para inscrição no registro de imóveis.

Art. 551. Adquire também o domínio do imóvel aquele que, por 10 (dez) anos entre presentes, ou 20 (vinte) entre ausentes, o possuir como seu, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé.

Parágrafo único. Reputam-se presentes os moradores do mesmo município e ausentes os que habitam municípios diversos.

Art. 552. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a do seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas e pacíficas.

O Código Civil também instituiu o “*Direito de Tapagem*”⁹⁵, pelo qual o proprietário passou a ter o direito de “*cercar, murar, valar, ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural*”. Conforme analisou Sobrinho (2012:125), este regulamento embasou leis nos municípios baianos, que colocou em prática a chamada “*Lei dos 4 fios*”, que determinou o “*cercamento das terras privatizadas a 4 fios de arame*”, interpondo-se à costumeira relação das comunidades de “*feichos de gerais*”, cujos criatórios pastavam e ainda pastam livremente na “*fração comunitária do território*”.

Acerca da transmissão de propriedade por compra e venda, o Código Civil estabeleceu que:

Esse ato podia advir de um documento particular, se o valor chegasse até um conto de réis, ou por escritura pública, se fosse maior. Mesmo assim, ainda permaneceu a discussão em torno da prescritibilidade ou imprescritibilidade das terras devolutas. A maioria dos juristas defendia a interpretação de que os bens patrimoniais do Estado eram alienáveis, portanto, podiam ser objeto de usucapião. Assim, prevaleceu até 1931 a concepção de que as terras devolutas eram passíveis de usucapião. Portanto, a sua prática não estaria proibida na Lei de Terras e muito menos no Código Civil de 1916. Dessa forma, revalidações e legitimações continuaram sendo feitas até 1931, embora, houvesse aqueles que entendiam que depois do Código Civil, para aqueles que tinham regularizado as suas terras, haveria um só caminho: “*fazê-lo pela aquisição de domínio sobre as terras possuídas, em virtude e na forma do usucapião*.” Instaurava-se assim, mais uma polêmica sobre a questão da regularização da propriedade da terra. (OLIVEIRA E FARIA: 2009:13)

Diante desta polêmica, a medida tomada por outro Governo Provisório foi de assinar, o Decreto nº 19.924 de 27 de abril de 1931⁹⁶ que reconheceu em seu *caput* a prática da grilagem “*que essas terras teem sido, muitas vezes e em muitos lugares, invadidas, ou até usurpadas mediante artifícios fraudulentos e criminosos, inclusive a simulação de títulos antigos de propriedade, frustrando-se as garantia de*

⁹⁵ Código Civil; Capítulo II; Da Propriedade Imóvel; Seção V; Dos Direitos de Vizinhança; do uso nocivo da propriedade; do direito de tapagem – Essa base jurídica, conforme analisou Sobrinho (2012:122-138), possibilitou que os “fundos de gerais”, as terras de uso comum dos camponeses fossem cercadas e tomadas pelos latifundiários expandindo-se o modo capitalista de produção no campo, a partir dos projetos de desenvolvimento da década de 1970.

SOBRINHO, José de Souza. *O camponês geraizeiro no oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. Tese de Doutorado Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2012

⁹⁶ Decreto nº 19.924 de 27 de abril de 1931 –Dispõe sobre as terras devolutas Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.actionid=25983&norma=41433>

que o Código Civil revestiu os bens públicos". E tem como avanço na redação da lei, no processo de concessão de terras devolutas, observados os dispositivos legais, *"se procurará sempre facilitar e estimular a formação de pequenas propriedades, e a sua ocupação efetiva, e cultura, pelos concessionários respectivos"*. (artigo 2º).

Ainda no Governo Provisório, em 31 de maio de 1933, foi publicado o decreto nº 22.785⁹⁷, com o objetivo de vedar o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao domínio da União que instituíam a proibição do usucapião sobre bens públicos:

Dessa forma, o ato proibitório decorrente dos Decretos de Governo Provisório passou a regular a questão do usucapião sobre as terras devolutas, impondo um limite para o tamanho das posses passíveis de serem obtidas por este estatuto jurídico. Estes limites passaram a existir nas Constituições Federais após 1934. Estes limites são nas Constituições de 1934 e 1937 até 10 hectares; em 1946 até 25 hectares; em 1967 até 100 hectares; e em 1988 até 50 hectares, porém os imóveis públicos deixavam de ser adquiridos por usucapião. Mas, no entanto, atualmente muitas legitimações de posses têm sido feitas até 100 hectares em terras devolutas baseadas na Lei nº 6.383 de 1976. (OLIVEIRA E FARIA, 2014:13-14)

No presente estudo, constatamos uma escandalosa transferência de terras públicas através de sentenças de usucapião para empresas de plantio de madeira. Tratarei desse assunto no Capítulo 5.

James Holston (1991)⁹⁸ escreveu que o sistema jurídico brasileiro não teve como objetivo resolver os conflitos de terra de maneira justa, tampouco decidir sobre seus méritos legais através de procedimentos judiciais:

Assim, argumento que a lei brasileira produz regularmente, nos conflitos de terra, procedimentos e confusão irresolúveis; que essa irresolução jurídico-burocrática às vezes dá início a soluções extrajudiciais; e que essas imposições políticas, inevitavelmente, terminam por legalizar algum tipo de usurpação. Em suma, a lei de terra no Brasil promove conflito, e não soluções, porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente. É, por isso, um instrumento de desordem calculada, através do qual práticas

⁹⁷ Decreto nº 22.785, de 31 de maio de 1933 - Vedou o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes no domínio da União e deu outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22785-31-maio-1933-505782-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹⁸ HOLSTON James. LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 8, n. 21, p. 68-89, 1993. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm acessado em 06/03/2015 às 12:10hs. Este artigo foi previamente publicado como "The misrule of law: land and usurpation in Brazil." *Comparative Studies in Society and History*. 33 (4) pp. 695-725, 1991. HOLSTON J. é Professor de Antropologia da Universidade da Califórnia.

ilegais produzem lei, e soluções extralegais são introduzidas clandestinamente no processo judicial. Nesse contexto repleto de paradoxos, a lei é um instrumento de manipulação, complicação, estratégia e violência, através do qual todas as partes envolvidas - dominadoras ou subalternas, o público e o privado - fazem valer seus interesses. A lei define, portanto, uma arena de conflito na qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporárias e sua relação é instável. (HOLSTON: 1991:01)

A Constituição de 1937 assegurou – o domínio da terra mediante sentença declaratória devidamente transcrita – a todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupasse, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra de até dez hectares, tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada. Nos artigos 154 e 155 tratou, respectivamente, da questão do respeito a posse das terras indígenas e da concessão de terras. *“Art 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas. Art 155⁹⁹ - Nenhuma concessão de terras de área superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, em cada caso, preceda autorização do Conselho Federal”*. No capítulo sobre a segurança nacional assegurou através do Artigo 165, que dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional. Mostrando preocupação com a preservação da fronteira, orientou a providenciar uma lei para assegurar que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominassem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

O **Decreto-Lei Nº 1.608 de 18 de setembro de 1939**, antigo Código de Processo Civil (substituído pela Lei nº 5.869, de 11.1.1973), *autorizou a sobrepartilha de bens sonegados ou desconhecidos, após a partilha. Autorizou também que a divisão e demarcação nos mesmos autos de inventário.*

⁹⁹ O Decreto nº 10.358, de 1942, declarou o estado de guerra em todo o território nacional e revogou artigos da Constituição de 1937, dentre eles o artigo 155. De acordo com Torres (2012), os decretos-leis surgiram nessa Constituição de 1937 consistiam – basicamente, e como o próprio nome sugere – em decreto com força de lei, dando poderes excepcionais ao Chefe de estado que, então, acumulava também o Poder Legislativo suspenso. Foram quase corriqueiramente utilizados na ditadura Vargas, e foram extintos do ordenamento jurídico em pela Constituição de 1946, mas reinventados na constituição de 1967, “não por acaso, em um novo regime ditatorial”. (TORRES, 2012:174)

Art. 514. Consistindo parte da herança em bens remotos da séde do juízo, ou litigiosos, ou de liquidação difícil, a partilha dos outros bens poderá ser feita, no prazo legal, reservados aqueles para sobrepartilha, sob a guarda do mesmo ou de outro inventariante, conforme deliberar a maioria dos herdeiros.

Parágrafo único. Ficarão também sujeitos a sobrepartilha os bens sonegados e os que se descobrirem depois da partilha.

Art. 515. Feita a partilha, qualquer dos herdeiros poderá requerer, nos mesmos autos, a divisão geodesica das terras partilhadas, ou, si feita esta, a demarcação dos quinhões.

Parágrafo único. Nos inventários em que houver incapazes, poderá ser promovido o processo divisorio ou demarcatório.

Art. 516. A divisão e a demarcação serão feitas por profissional, ou pratico, escolhido pelos interessados ou nomeado pelo juiz, e serão julgadas por sentença.

No caso em estudo, essa fresta aberta tornou possível a revisão da área das terras inventariadas da *Fazenda Tapera*. Conforme constatado da análise dos autos de inventário do “Coronel José Guimarães”, onde foi revista e ampliada e griladas terras na *Fazenda Tapera*.

Na Constituição de 1946 no capítulo dos direitos e das garantias individuais foi assegurada a propriedade (art.141), com a ressalva de desapropriação por necessidade ou interesse público (§16). O artigo 156, indicou que a lei facilitaria a “*fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas*”. Dando preferência “*aos nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados*”. Sendo assim, assegurando a preferência pelo posseiro de terra devoluta, que nela possuía morada habitual, cuja área fosse de até 25 hectares.

O **Decreto-Lei 9.760 de 05 de setembro de 1946** distinguiu o que são bens de marinha (sobre o qual também há uma definição na constituição vigente). Dentre os quais se incluem rios, lagos e terrenos marginais a esses corpos. Em sua tese, Torres (2012:233-249) tratou da singular polêmica que envolve a situação fundiária nas áreas de várzea na Amazônia. Especialmente, no que se refere à questão jurídica de se considerar várzea como rio ou como terra devoluta, problematizando a competência legal sobre ela, se caberia ao INCRA ou à Secretaria do Patrimônio Público da União (SPU). Conforme problematizado pelo autor, essa questão envolve o destino das populações ribeirinhas que ocupam a várzea, em regime de uso comum das próprias várzeas ou dos lagos¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Nesse flanco entre o direito e o uso costumeiro, em que o direito ou o legal confronta o modo como os povos tradicionais usam a terra, problemática que também permeia a nossa questão de pesquisa, novamente dialogo com Maurício Torres, (*idem*) que explicou que a partir de uma

A partir de 1964, a Lei do Estatuto da Terra, Lei no 4.504 de 30 de novembro - que regulou sobre *“os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”* - a propriedade privada da terra passa a ser submetida ao cumprimento da função social: Artigo 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. Essa lei especificou (no § 1º) que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) *favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias*; b) *mantém níveis satisfatórios de produtividade*; c) *assegura a conservação dos recursos naturais*; d) *observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam*.

Nessa nova redação, através do artigo 98 também foi reconhecido o direito a: *“todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita”*. E conforme o Art. 99 da lei, a *“transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse”*. E o título de domínio seria expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e devidamente registrado no Registro Geral de Imóveis (Art. 100).

Nesse mesmo contexto a Lei nº4.947 de 1966 que fixa normas de Direito Agrário dispendo também sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária estabeleceu que *“invadir, com intenção de*

cooperação técnica entre INCRA e SPU, definiu-se uma conceituação jurídica para várzea, que embora “escorregadia”, tornou-se um *“instrumento jurídico para destinação aos ribeirinhos que ocupam a várzea em regime de uso comum da terra, (que nem sempre é terra, mas também são lagos). Tal instrumento foi a modalidade ambientalmente diferenciada dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, por meio dos quais, as comunidades “varjeira”, se autodenominam, vem tendo seu direito territorial reconhecido. Além do acesso às políticas públicas, às quais têm direito na condição de beneficiários da reforma agrária”*. (TORRES:2012:241).

ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios” caberia a pena de detenção de 6 meses a 3 anos (Art.20).

A realidade tem nos mostrado que os grileiros não são submetidos à pena e sim à premiação através das “superindenizações”¹⁰¹, enquanto os camponeses são interpretados como, infratores pelo judiciário que justifica as reintegrações de posse e pela mídia que os condena como invasores de terras. Quando na verdade, denunciam o descumprimento do direito constitucional da função social da terra e a invasão das terras públicas por parte dos grileiros.

A Constituição de 1967 salientou que “a lei federal disporá sobre, as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição **de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família**, (Art.164) No parágrafo único desse artigo, foi feita a seguinte ressalva: *“salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares”*.

Pelo que se lê no texto do Estatuto da Terra e da Constituição de 1967, foram incorporados avanços no tocante à situação dos posseiros, mas a questão, é como aplicar a lei? De que meios dispunham os camponeses (posseiros) para fazer com que o conteúdo saísse do texto constitucional e se efetivasse, na dura realidade do contexto ditatorial pelo qual o país atravessava. Uma vez que na esfera local, os posseiros dependiam de decisões institucionais e regulatórias controladas por pessoas, em geral, intimamente relacionadas com as elites locais, quando não, as próprias elites ocupavam os cargos de juízes, oficiais de registros, delegados, prefeitos, vereadores.

Então, a lei, os processos judiciais demarcatórios, ou trabalhistas¹⁰², serviam como arena desigual de disputas, e sendo assim, sua aplicação, até os dias atuais, encontra-se sujeita, de um lado, à conjuntura dos processos de organização da luta e resistência camponesa, e de outro lado, à violência dos grileiros e repressão do Estado. *“Mas a justiça que se deixa embeber pela benevolência e liberalidade dos proprietários para com os não-proprietários também se torna cúmplice de um*

¹⁰¹ Vide Prieto (2016).

¹⁰² Margarida Maria Moura (*opcit.*262-302) analisou notavelmente os processos trabalhistas entre camponeses e os formadores de fazenda na década de 1970. A análise etnográfica das reclamações trabalhistas, realizadas pela autora, levaram a compreensão do “*descompasso existente entre a natureza das relações sociais e os rituais jurídicos*” evidenciando a disjunção temporal interposta entre o jurídico e “*as outras esferas da vida social da sociedade agrária.*”

mecanismo de opressão e compressão dos costumes dos últimos.” (Moura: 1983:302)

Em 09 de julho de 1970, através do Decreto-lei nº 1.110, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), absorvendo as atribuições do IBRA e do INDA. A criação dessa autarquia desdobrou de um processo iniciado em 1954 quando foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Atualmente o INCRA tem a *“missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União”*. Encontra-se instalado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Entretanto, existem diversas questões que limitam o funcionamento do INCRA, além da ausência de vontade política para que esta autarquia funcione. Também, uma parte dos funcionários do INCRA, denominada “banda podre” tem favorecido a prática da grilagem por meio da Reforma Agrária, uma vez que esse grupo *“passou a ‘oferecer’ e ‘reservar’ as terras públicas para os grileiros e indicar os caminhos ‘legais’ para obtê-las. Sendo que, dois caminhos foram utilizados como alternativas de legalização: o uso da reforma agrária e da regularização fundiária”*. (Oliveira e Faria, 2009:14). No caso das terras investigadas nesta tese, as certidões de registro de imóveis indicaram em muitos casos, que a área das terras cadastradas no INCRA, geralmente são muito maiores que as áreas dos imóveis, por exemplo, a certidão do imóvel da empresa “RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A” dos Newton Cardoso - “Fazenda Santa Marta, no lugar Purificação”, em Grão Mogol – indica uma área **2.682,94 hectares**, e área cadastrada no INCRA **16.198,5 hectares**. O caso deste imóvel envolve mais questões que retomarei no capítulo 5.

Em 31 de dezembro de 1973 a Lei Nº 6.015 foi instituída dispondo sobre os registros públicos, estabelecendo as normas para escrituração, averbação e cancelamento de matrículas. Cabe frisar que o artigo 225 dessa lei orienta que *“os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes.”*

Conforme verificou-se nas certidões cartorárias analisadas, tal rigor, nem sempre foi devidamente respeitado. A título de exemplo, umas das certidões de imóveis da “FLORESTAMINAS FLORESTAMENTOS MINAS GERAIS” que aponta

uma fraude gritante envolvendo fusão de área, retificação judicial de matrícula, comodato e compra e venda do imóvel "FAZENDAS REUNIDAS" - "SACO OU CACHOEIRA" - APARECIDA" - "MUTUCA" = "CORREGO DO GERAIS" E "VARGEM GRANDE" no município de Rubelita, MG. A ironia está no fato da própria certidão evocar-se a lei indicando que a fusão (fraudulenta) foi feita nos termos da lei de registros públicos.

Na presidência de Ernesto Geisel, promulgou-se a **Lei nº 6.383 de 1976**, dispondo sobre o processo discriminatório de terras devolutas da união. Para o espanto, a lei não define o que são terras devolutas, nem remete à sua definição legal (artigo 3º da Lei de Terras de 1850). Em seu artigo 9º dispôs: *“Encontradas ocupações, legítimas ou não, serão lavrados os respectivos termos de identificação, que serão encaminhados ao órgão competente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para as providências cabíveis”*. O artigo 29 dessa lei também limitou até 100 (cem) hectares, ao ocupante de terras públicas, *“que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área”*. Exigindo-se, não ser proprietário de imóvel rural e que comprove a moradia permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano. Essa norma enfatizou a moradia efetiva e continuada do posseiro e sua família:

§ 1º - A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de moradia permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.”

Mas, se por um lado a legislação federal proclamava um aparente benefício dos posseiros, o que se nota com a legislação mineira – revogada em 1988 - sobre a mesma matéria (Lei nº550 de 20 de Dezembro de 1949) limitava a posse a 25 hectares e a ampliava a exigência de moradia contínua a pelo menos 10 anos.

Cabe também lembrar, por exemplo, que foi na vigência da Lei nº 6.383 de 1976, que o Estado de Minas Gerais através da RURALMINAS transferiu a particulares, ***uma sorte de terras devolutas no lugar denominado "Caiçara Sumidouro" com área de 3.000 hectares*** de terras, imediatamente, vendidos à

FLORESTAS RIO DOCE S.A, toda esta operação ocorreu em menos de quatro meses¹⁰³.

A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que *“dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”* foi regulamentada pelo decreto nº 93.240, de 9 de setembro 1986. Este decreto desobrigou o tabelião de manter, em cartório, o original ou cópias autenticadas das certidões fiscais a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais – desde que transcreva na escritura pública os elementos necessários à sua identificação, neste caso, as certidões devem vir acompanhadas do traslado da escritura¹⁰⁴.

Seguindo o percurso cronológico, enfatiza-se que a propriedade privada da terra que fora condicionada ao cumprimento da função social, em 1964 pelo Estatuto da Terra e pela Constituição de 1967, também foi posta como princípio pela Constituição Federal de 1988, *“transformando-se no principal fundamento regulador do direito de propriedade privada da terra no país”*. (Oliveira:2013)

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CF, 1988)

As terras devolutas foram mencionadas quatro vezes na Constituição de 1988:

¹⁰³ Entre 11/12/1978 a 09/03/1979, conforme certidão (1628, fls.143, CRI Salinas) foram evocados o artigo 26 da Lei nº550 de 20 de dezembro de 1949, “obedecidas as prescrições da Lei nº 6.177, de 14.11.1973”. O Título de Vendas de Terras Devolutas foi expedido pela Diretoria do Patrimônio de Terras Devolutas da RURALMINAS.

¹⁰⁴ Para os casos de reconstrução da cadeia sucessória do imóvel, sobretudo em pesquisas acadêmicas que envolvem o estudo da grilagem de terras – deve-se atentar para a retirada desta obrigatoriedade. Pois, o tabelião deve transcrever todas as informações devidas nas certidões de registro de imóveis, como comprador e vendedor, dados acerca das ações de execução de dívidas ou de posse e propriedade (como execução de penhora, hipoteca ou alienação fiduciária, usucapião), indicando número das ações, sentenças, processos. Assim, pode-se confiar nas informações muito resumidas contidas na certidão, ou ir mais fundo, em busca de mais elementos, em busca dos arquivos originais arquivados nos cartórios de ofício e notas, ou nos arquivos processuais dos fóruns. Nos casos estudados, foi recorrente encontrar certidões imobiliárias que indicaram que a lavratura de certidões de compra e venda foram feitas em cartórios da sede da comarca de Grão Mogol, geralmente lavradas num cartório de ofício em Belo Horizonte, ou em Pirapora, MG, ou seja, nos locais onde se localizam os escritórios sede das empresas.

- i) no artigo 20 sobre as terras da União (*as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei*;
- ii) no artigo 26 que considerou como bens dos Estados, as terras devolutas não compreendidas entre as da União;
- iii) no artigo 188, no capítulo sobre a da política agrícola e fundiária e da reforma agrária – *a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária*;
- iv) e no artigo 255, no capítulo sobre o meio ambiente - § 5º *São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.*

A Constituição de 1988 não definiu o que são bens públicos, mas incluiu as terras devolutas entre os bens da União e dos Estados. Ao não definir o que são bens públicos, e diferenciar em seu texto, terras devolutas de terras públicas, abriu espaço para interpretações jurídicas. As referências às terras públicas no texto constitucional são:

- i) no artigo 49 que trata da competência exclusiva do Congresso Nacional, no inciso XVII – *aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares*;
- ii) Mais uma vez, no artigo 188, sobre a destinação de terras públicas e devolutas e sua compatibilização com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária - § 1º ***A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. § 2º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária***;
- iii) E no artigo 51 indicou que o Congresso Nacional, através de Comissão mista, revisaria “*nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987*”. Em decorrência das inúmeras denúncias de grilagem das terras públicas e devolutas, e sua ampla distribuição durante a ditadura militar.

A Constituição, limitou a posse a 50 hectares e continuou proibindo o usucapião em terras públicas no artigo 91:

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

A Lei 9.636 de 1998 que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, é patente no seu artigo 10º:

Constatada a existência de posses ou ocupações em desacordo com o disposto nesta Lei, a União deverá imitar - se sumariamente na posse do imóvel, cancelando - se as inscrições eventualmente realizadas. Parágrafo único. Até a efetiva desocupação, será devida à União indenização pela posse ou ocupação ilícita, correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno, por ano ou fração de ano em que a União tenha ficado privada da posse ou ocupação do imóvel, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Em síntese, a transferência de terras públicas pela Constituição de 1934 (art.130) estabeleceu o limite de 10 mil hectares. A Constituição de 1937 (art.155) conservou esse limite. A Constituição de 1946, reduziu esse limite para 3 mil hectares, por meio da Emenda Constitucional (nº 10, de 09 de novembro de 1964, art. 6º). A constituição de 1967 (art.154) manteve esse limite de 3 mil hectares. Enquanto Constituição de 1988 reduziu o limite para 2.500 hectares, tendo que passar pela autorização do Congresso Nacional.

Entretanto, nas terras da Amazônia Legal, a partir de 2005, alterações foram promovidas:

Entre as modificações legais está o artigo 118 da Lei nº 11.196 de 21/11/2005 que passou a permitir a regularização das terras na Amazônia Legal até 500 hectares, muito embora, o artigo 191 da Constituição autorize a posse apenas até 50 hectares. Aliás, não custa lembrar também, que a Lei nº 6.383 de 07/12/76, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, autoriza legitimação de área de posse apenas até 100 hectares. Outra modificação ocorreu com a Medida Provisória nº 422 de 25/03/2008, seu texto seguindo a modificação anterior, também alterou a Lei nº 8.666/93, permitindo a dispensa de licitação para alienar os imóveis públicos da União até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) dando preferência aos seus ocupantes legais e ilegais. Aprovada pelo Congresso Nacional transformou-se na Lei nº 11.763 de 01/08/2008. Em 2009, na mesma direção das duas modificações anteriores, o executivo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 458 de 10/02/2009, que dispunha sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, alterando novamente a Lei nº 8.666/93, e as Leis 6.015, de 31/12/73, 6.383, de 07/09/76, e 6.925, de 29/06/81. Ao contrário, da MP 422, a MP

458 permitia inicialmente, a regularização de área pública grilada até 2.500 hectares, além de estender a ação para as áreas da faixa de marinha. Esta MP foi convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2009, e, apenas não foi aprovada pelo Congresso Nacional a extensão da legalização aos 2.500 hectares, permanecendo os 1.500 hectares da medida provisória anterior. De uma forma geral, também, o judiciário nacional salvo exceções, tem agido como regra, na aplicação da punição existente na legislação aos pequenos posseiros, porém, tem sido, de certo modo condescendente, como os médios e grandes grileiros das terras públicas devolutas ou não. (OLIVEIRA, 2013)

Dentre os diversos estudos que fornecem elementos para a compreensão do descumprimento do texto constitucional favorecendo a grilagem das terras devolutas referencio Oliveira (1999), Sobrinho (2012), Prieto (2016) estes autores nos mostram o antagonismo desde o texto constitucional até efetivação das políticas agrícola e agrária, quando essas atribuições se voltam para o parlamento brasileiro e para a realidade política local¹⁰⁵. A compreensão de que o Congresso Nacional encontra-se tomado, pesadamente, pelos proprietários de terras, por uma elite agrária, formada por oligarquias regionais, grandes produtores rurais, grileiros de terras, redes familiares que agem em diferentes esferas do poder legislativo, judiciário e executivo, e no bojo da *mundialização* do capital¹⁰⁶, com a expansão das políticas neoliberais foram assumindo novas práticas de mandonismo político, atrelando a prática do rentismo à exploração dos monopólios agrícolas, às fusões entre as empresas, ao mercado de terras e à produção de commodities agrícolas.

¹⁰⁵ Em contrapartida, no caso investigado por Torres (2012), no processo de recuperação de terras públicas griladas no Pará, a lei foi novamente colocada como arena de disputa, o autor verificou que a Corregedoria Estadual do Pará, que também atuou no combate à grilagem, com o Provimento nº 13, de 21 de junho de 2006 determinou o bloqueio dos registros de terras em cartórios em áreas cujo tamanho excedia o limite constitucional sem autorização do Senado ou do Congresso Nacional, conforme cada limite colocado pelas constituições.

¹⁰⁶ De acordo com Oliveira (2007:146) “a *mundialização do capital* marcou o final do Século XX e marca o início do Século XXI. O final do socialismo nos países do leste europeu e a expansão das políticas neoliberais pelo mundo estão no centro deste processo. Os países com dívidas externas elevadas, particularmente aqueles do Terceiro Mundo, submeteram-se de forma pacífica às políticas neoliberais impostas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional”. O autor explicou que no Brasil, a implantação destas políticas neoliberais, no início da década de 90, foram marcadas pelos planos de controle financeiro e combate à inflação; o Plano Collor que confiscou temporariamente o dinheiro depositado nos bancos e o plano real de Fernando Henrique Cardoso caracterizado pela prevalência das políticas neoliberais no Brasil.

2.2.1 O Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890

Antes de examinar o conteúdo do decreto é necessário voltar à discussão jurídica sobre a demarcação das terras particulares que o antecedeu, bem como ao contexto de sua promulgação.

Antes da promulgação desse decreto, já havia uma produção sobre o tema das ações de demarcação e divisão de terras particulares, que localizei nos textos de Botelho (1884), Soares (1887), Loyola (1887)¹⁰⁷. Ambos Botelho e Soares tomaram como base para a orientação jurídica do processo divisório, a Constituição de 1824, cujo texto reconheceu o direito de propriedade em sua plenitude, conforme mencionado anteriormente.

Soares (1887:9) escreveu que até aquela data não havia no corpo da legislação *“portuguesa ou patria, lei alguma peculiar ás medições, sinão as das sesmarias, das terras publicas, ou das particulares sujeitas á legitimação ou revalidação.”* O autor afirmou que no corpo do Direito Romano (nos postulados *finiun regundorum, familiae erciscundae e comuni dividundo*) que ele encontrou abundantes subsídios acerca dos juízos divisórios. A partir da análise da bibliografia jurídica, Soares escreveu sobre a imprescindível legitimidade dos títulos para que se pudesse reclamar a demarcação:

“89.-Quanto aos títulos do domínio, hão de ser legaes, translativos da propriedade, **porque o demarcante precisa ter jus in ré**, ou posse jurídica escoimada de vicio, e inductiva do domínio.
90.-Não havendo títulos de parte a parte, triumph a posse.
91.- E bem assim quando os títulos não combinam. Quer quanto ao domínio, quer quanto aos rumos e marcos.
92. - A posse faz presumir o domínio. Si o demarcante a tem, não é obrigado a provar a propriedade e acção corre summaríssima.”

¹⁰⁷ BOTELHO, Antonio Augusto. *Formulario das acções de demarcação e divisão de terras* / por Antonio Augusto Botelho. Edição, 2a ed. Argumentada. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1884. 254, 16 p.: 23 cm. O tratado de Soares (1887) teve a sua primeira edição antes da publicação de Botelho (1884), e serviu de base para o seu formulário. SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Tractado juridico-practico da medição e demarcação das terras, tanto particulares, como públicas para uso dos juizes, advogados, escrivães, pilotos*. Edição 3. ed. cor. e augm. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. xxvi, 419 p. Antonio Joaquim de Macedo SOARES foi Juiz de direito, ministro do Supremo Tribunal Federal, político, Cavaleiro da Ordem da Rosa (<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=10910>) acesso em 08 de dezembro de 2016. LOYOLA, Alfredo Abdon de. *Manual práctico e formulário das accções de divisão e demarcação de terras*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1887. **Não consultado diretamente**. Essas obras foram consultadas diretamente, no acervo bibliográfico da Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco.

Por sua vez, Botelho, também afirmou que o direito de demarcação assentou sobre o exercício pleno do direito de propriedade consagrado pela Constituição de 1824. Para Botelho, a demarcação se exercitaria *“praticamente por via de rumos e marcos, assignados por uma sentença, que perpetua para cada um a extinção de seu domínio”*. O autor também afirmou imprescindibilidade do título justo como condição para aquisição do domínio: *“O domínio não se pode adquirir senão por título justo e de uma maneira conforme ao Direito, é um poder, uma faculdade jurídica em toda a força de sua essência. O objeto desse não pode ser senão – coisa corporea.”* Botelho (1884:7), (sem grifos no original).

É possível levantar a questão sobre a disseminação da prática jurídica de demarcação e divisão das terras particulares entre os grandes fazendeiros, a partir da Constituição de 1824 sendo reafirmada com a Lei de terras de 1850. A existência desses formulários e manuais – de demarcação de terras públicas e particulares - e o seu conteúdo que registrou a orientação para juízes, práticos, escrivães e peticionários sobre a questão permite levantar essa afirmação. Os textos referenciados acima examinaram mais detidamente a legislação sobre a demarcação, instruindo a questão divisória, inclusive nas questões de herança e inventários. Esses manuais trataram com ênfase das terras devolutas. O conteúdo das instruções serviu de base para o Decreto nº 720 de 1890, que teve muitos trechos reproduzidos no decreto seguindo sua orientação jurídica. Mas, esse decreto não se referiu em nenhum artigo às terras públicas e às terras devolutas, tratou exclusivamente das terras particulares.

Cabe compreender o contexto da promulgação do Decreto nº 720. Nos primeiros meses da 1ª República, governou-se através de Decretos, que levam a assinatura dos ocupantes dos cargos de ministros e secretários. O vínculo com a maçonaria foi uma das características da organização dos políticos de assumiram esse governo com a derrubada do império, conforme analisou Ribeiro (2011):

A ligação entre lojas maçônicas e o republicanismo é evidenciada quando se analisa que as figuras centrais na estruturação do novo partido pertenciam às principais lojas maçônicas da província de São Paulo. Como membros da Loja América destacaram-se Américo Brasiliense, Américo de Campos, Luiz Gama, Rangel Pestana; da Loja Independência, de Campinas, Campos Salles, Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos, Jorge de Miranda; da Loja Perseverança 3, de Sorocaba, Ubaldino do Amaral, da Loja Piracicaba, Prudente de Moraes e seu irmão Manoel de Moraes Barros; da Loja Trabalho, de Amparo Bernardino de Campos.

A influência da Maçonaria na política não terminou com o império, uma vez que o primeiro gabinete ministerial republicano foi composto exclusivamente por maçons. Além do fato que os dois primeiros presidentes civis, Prudente de Moraes e Campos Salles, há muito eram figuras de destaque dentro da ordem. (RIBEIRO, 2011:170)

Nesse contexto do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 15/11/1894), foi promulgado o Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890 10 dias antes das eleições para o Congresso Constituinte da República, que foram realizadas em 15 de setembro 1890.

O Decreto foi assinado pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça, Manoel Ferraz de Campos Salles¹⁰⁸ também vinculado à maçonaria.

Não compete nesta tese elucidar a questão da maçonaria, enquanto agente político no processo de apropriação privada das terras no Brasil. Busco, somente, aproximar-me de um contexto geral que traga elementos para compreender a participação de um número considerável de maçons da Loja Aurora do Progresso de Grão Mogol, da elite local da Comarca, que protagonizou a aplicação dos fundamentos do decreto nº 720 – instrumento jurídico capitaneado por eminentes juristas, cuja origem social remete às famílias de escravocratas, que propagaram ideais liberais a partir do Partido Republicano Paulista (PRP). Esse partido foi gestado na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco. E contribuiu para propagar a plenitude de propriedade da terra, a quem tivesse os meios de acessar esse direito. Doravante, o estatuto jurídico colocado em vigência passou a ser exercido, em favor do rentismo, na república que as elites agrárias “ditas liberais” estavam fundando naquele período. Antepondo-se à Constituição Republicana regulamentos que tocavam na questão da apropriação privada das terras, como o Registro Torrens e o próprio Decreto de Divisão e Demarcação de Terras Particulares.

Após a promulgação do Decreto nº 720 de 1890 localizei uma produção que abordou o método e o texto do regulamento, com objetivo de auxiliar aos

¹⁰⁸ Descendente de cafeicultores paulistas, os proprietários de terras, escravocrata, foi presidente da República (1898 a 1902). Pertenceu ao “Clube da Lavoura” e à maçonaria. Egresso da Faculdade de Direito de São Paulo junto com outros colegas desta mesma faculdade, fez parte de um grupo de maçons republicanos (como Francisco Glicério que também foi Ministro de Deodoro da Fonseca) que compuseram o Partido Republicano Paulista, cujas relações foram investigadas na tese de Ribeiro (2011).

magistrados, advogados e escrivães na aplicação das normas e novas formas processuais¹⁰⁹.

O principal texto consultado sobre o decreto foi um alfarrábio¹¹⁰ escrito em 1893. A propósito das questões abordadas, neste exemplar consta que o livro foi presenteado um certo Coronel João Maurício (Figura 4), por Manoel Lourenço de Azevedo – oficial do registro de hipoteca do município de Carangola, MG que depois exerceu o cargo de tabelião do 1º Ofício em Carangola, MG (entre 1888 a 1913). Com a criação da Comarca de Carangola em 1890, o mesmo foi nomeado titular do Cartório de Registro de Imóveis. (Enviei ofício para este Cartório de Ofício e Fórum de Carangola solicitando relação das ações de divisão arquivadas entre as décadas de 1900 e 1930, porém ainda não foi respondido).

¹⁰⁹ MENEZES, Rodrigo Octavio de Langgaard (1866-1944). *Ações de divisão e demarcação de terras particulares*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1893. 198 p. Esse livro teve mais duas edições em 1898 e 1913. Posteriormente do mesmo autor foi publicada o texto:

MENEZES, Rodrigo Octavio de Langgaard. *Divisão e demarcação de terras*. São Paulo: [Saraiva], 1961. 1 v. Ainda não consultado diretamente

ALBUQUERQUE, Joao de Sá e. *Divisão e demarcação das terras particulares*. São Paulo: S.N., 1897. 358 p.

MARTINS, Tancredo & MARTINS, Othavio. *Divisões e demarcações: comentários ao decreto 2012, leis posteriores e disposições do código referentes a divisão e demarcação de terras particulares*. Martins.Uberaba: Alcides, Taveira, 1917. 364 p. (Jurista e bibliógrafo mineiro).

CRUZ, Alcides. *Teoria e prática de demarcação e da divisão de terras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917. 249 p. (Jurista).

FRAGA, Afonso Jose Gonçalves (1866-1941). *Theoria e pratica na divisão e demarcação das terras particulares*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 1926. Este autor também escreveu o texto **Divisão da fazenda Aguapeí** - (Em col. com João Lúcio Bittencourt Filho) - iSecção de obras do "Estado de São Paulo" - São Paulo, 1925 — 1 vol. Conforme indicado no "Contribuição para um catálogo bibliográfico dos antigos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, 1888". Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/65723/68334> acesso em 19 de Dezembro de 2016.

É necessário, futuramente, verificar nesse texto se a **Fazenda Aguapeí, foi objeto de grilagem judicial de terras na ação de divisão e demarcação de terras particulares**. Uma vez que envolve lutas dos posseiros frente às empresas imobiliárias e grileiros. Uma vez confirmada abriria o debate sobre as demarcações de terras particulares no estado de São Paulo, e a ação do grupo da Faculdade de Direito de São Paulo. A divisão judicial da Fazenda Aguapeí também foi referida no livro BODSTEIN, Odete Costa; PINHEIRO, Célio". *Histórias de Araçatuba*", 1997. Obras não consultadas diretamente.

¹¹⁰ Através de compra virtual na livraria Dom Pedro II, situada em Juiz de Fora, MG.

Figura 4 – Contracapa do livro de Menezes (1893)

Coronel João Moreira Freire presenteia oficial de Cartório de 1º de Carangola com o livro sobre demarcação e divisão de terras.

O estudo do magistrado Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes (1893) foi referenciado em outros materiais sobre processos divisórios e demarcatórios. Cabe situar a posição social desse jurista, para que se tenha compreensão de quem eram os interlocutores do processo de divisão e demarcação de terras, naquele período.

Nascido na cidade de Campinas, província de São Paulo, o magistrado RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES – foi o filho do político baiano vinculado à maçonaria, Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, que foi também presidente da Província da Bahia (1878 a 1879), e depois da província do Paraná – bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou, em 1886, aos vinte anos. Ocupou também o cargo de Juiz Municipal Iguaçu, em Paraíba do Sul, e Procurador Seccional do Distrito Federal, Secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes. Em 1911, foi nomeado Consultor-Geral da República, sendo mantido nesse cargo até

sua entrada para o Supremo Tribunal Federal, exerceu o cargo de Subsecretário de Estado das Relações Exteriores, Ministro do Supremo Tribunal Federal (em 1929), Delegado Plenipotenciário do Brasil em diversas Conferências Internacionais (Haia, Bruxelas) assinou o Tratado de Versalhes e representante do Brasil na Primeira Assembleia da Liga das Nações. Recebeu muitas honrarias nacionais e internacionais de universidades e outras instituições. Também foi presidente do Instituto da Ordem dos Advogados e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (STF, 2016). Menezes (1925) também escreveu um texto sobre a divisão da *Fazenda Aguapeí*. Esta fazenda foi alvo de destacada grilagem de terras devolutas.

Menezes (1893) baseado em Soares (1887) ¹¹¹ escreveu o seu livro segundo ele tal obra consolidou a matéria de direito sobre as ações de divisão e demarcação e estabeleceu a forma do processo, mas sem satisfazer o ponto de vista prático.

De acordo com Menezes, o motivo geral da ação e demarcação seria unicamente o desejo do suplicante em bem conhecer e demarcar os rumos divisórios de sua propriedade, o que o autor considerou de incontestável necessidade e vantagem. Sobretudo, se acontecesse de um confinante perturbar a posse do autor da ação, então essa passaria a ter um caráter contencioso de preceito comunicatório e de manutenção da posse. E sendo a divisão de interesse apenas dos condôminos, em seu processo não interviriam os confinantes do imóvel dividendo. Uma vez sendo lesados reclamariam a restituição dos terrenos que se julgarem usurpados, por invasão das linhas limítrofes constitutivas do perímetro do imóvel.

A preservação da propriedade particular é o fundamento que orientou as instruções de Menezes, que passou a servir como uma espécie de manual, sendo conforme apresentado anteriormente, objeto regalado entre oficiais de cartórios e proprietários de terras, para que os últimos ao moverem as ações demarcatórias preservassem divisas de imóveis, limitando as posses, e o domínio comum das terras.

Então, passemos ao exame do conteúdo do decreto e suas implicações.

De acordo com o Título I do Decreto nº 720, decretava a competência das ações ao “fôro” da situação do “imovel” (Art.19) e no caso do “imovel” ser atravessado por linha divisória de duas ou mais jurisdições, determinou no Artigo 20

¹¹¹ *Opcít.* - Menezes utilizou a 2ª edição desse livro publicada 1882.

a prevalência do *“fôro a que pertencer o maior número de estabelecimentos ou arranhações dos proprietários”*; Outra determinada (art. 28) que fossem as pessoas domiciliadas na comarca.

E sendo o imóvel *“totalmente inculto”*, o autor da ação poderia escolher o fôro. O artigo 52 orientava que *“Entregues em cartorio pelo agrimensor a planta e o memorial descritivo da medição e confinação do immovel dividendo ou demarcando, o escrivão os juntará aos autos e fará conclusão ao juiz para designar a segunda diligencia, em continuação dos trabalhos, com intimação dos peritos e citação das partes pela fôrma dita no art. 45”*.

Sobre o agrimensor, nomeado pelo juiz, recaia o trabalho execução do processo coube a esse profissional realizar as medições, demarcações, confrontações, geodesia, topografia, orçamento da divisão, descrição de benfeitorias, classificação das terras, memorial descritivo e planta cartográfica com a indicação das glebas quinhões e todas as informações topográficas.

No artigo 50, destaca-se que:

[...] reconhecido e assignalado o ponto de partida da medição, ou o marco ou rumo primordial da demarcação (art. 46), seguirão as respectivas operações sem a permanencia do juizo no lugar da diligencia, executando o agrimensor, sob sua responsabilidade, todo o trabalho tecnico para o levantamento da planta do immovel dividendo e delimitação, total ou parcial, do demarcando, de accordo com as prescripções do art. 22 do decreto de 31 de maio de 1890 (lei Torrens), e devendo ter em vista as forças dos titulos ou a sentença e obter os possiveis esclarecimentos, por informação das testemunhas e fama da vizinhança.

A escala das plantas cartográficas estabelecidas pelo artigo 22 do Decreto Torrens poderiam variar entre os limites: 1:500m e 1:5000m, conforme a extensão das propriedades rurais. Nas propriedades de mais de 5km² admitiu a escala de 1:10.000m. O Código de Processo Civil de 1939 reduziu para 1:500m e 1:5000m, para imóveis maiores de 5km². E o Código de Processo Civil de 1973, além desse limite, tornou admissível a escala de 1 (um), para 10.000 (dez mil) nas propriedades de mais de 5 (cinco) quilômetros quadrados. Conforme analiso adiante, nem sempre esta métrica foi obedecida pelos técnicos agrimensores, que chegaram a utilizar escalas menos detalhadas, de 1:20.000, por exemplo.

O juiz era dispensado de permanecer no lugar da diligência, mas detinha o controle e responsabilidade acerca do processo, autorizado, inclusive, a prorrogar a jurisdição *“nas diligencias e vistorias da divisão ou demarcação, deliberar, assistir e*

praticar todos os actos de audiencia, medição e cravação de marcos, nos logares situados fóra dos limites do seu territorio.” “Art. 42. (...) findo o termo e conclusos os autos, sellados e preparados, o juiz proferirá a sentença, homologando ou não a mesma divisão ou demarcação.”

Ou seja, os juízes eram responsáveis pelas demarcações territoriais havidas nos processos de divisão, cujas decisões conforme Artigo 6, não cabia recurso.

Nos processos analisados, neste estudo, verificou-se que esses profissionais foram relapsos com relação aos títulos de propriedade apresentados pelos outorgantes das ações de divisão e demarcação, conforme comprovo no Capítulo 4. Demonstrando que deixaram de fiscalizar uma exigência fundamental referente à origem dos títulos. O Decreto determinava no artigo 53 que a petição deveria **“ser instruída com todos os títulos do jus in re do autor”** e deveria conter: *“§ 1º A causa ou origem da communhão e designação da propriedade commum por seus característicos, situação e denominação. § 2º A descrição dos limites, de accordo com os títulos que os constituirão. § 3º A nomeação e residencia de todos os condôminos ou parceiros e dos representantes legítimos dos incapazes. § 4º A indicação dos interessados estabelecidos com bemfeitorias e cultura próprias ou também communs.”*

No Capítulo 04 também demonstrarei na análise dos processos de divisão e demarcação como também no inventário da Fazenda Tapera, problemas oriundos da conduta destes profissionais (juiz e agrimensor) que nos casos analisados compactuaram com as fraudes nos documentos cartorários nos memoriais descritivos e plantas apresentadas. Conferindo grandes propriedades de terras, sem comprovação do título de origem da propriedade. Aliás, a exigência do título legítimo já era uma exigência, postulada nos manuais e formulários jurídicos desde a Constituição de 1824.

No Título II, do referido Decreto, acerca das *Disposições peculiares a divisão*, no Artigo 55, apresenta uma questão acerca das confrontações: *“Art. 55. Os confrontantes do immovel commum são estranhos ao processo divisorio; fica-lhes, porém, salvo o direito de, por acção competente, reclamarem e obterem a restituição dos terrenos em que se julguem usurpados por invasão das linhas limitrophes, constitutivas do perimetro ou a correspondente indemnização pecuniaria, á escolha da parte obrigada.”*

E também acerca das partes ideais dos imóveis originadas de partilhas em inventários e outros títulos geradores da comunhão das terras determinava o : *“Art. 63. Quando os condôminos possuírem no imóvel, não quotas de extensão superficial determinadas, mas partes ideais originadas de partilhas em inventários ou de outros títulos geradores da comunhão, o agrimensor praticará previamente os precisos cálculos para pôr em relação as quantidades aritméticas constantes dos títulos com a avaliação do imóvel na divisão processada.”*

Enquanto, o Artigo 67 refere em seu *“Paragrapho unico. Quando o autor acionar com queixa de turbação ou esbulho, poderá adicionar ao pedido a restituição do terreno invadido, com os rendimentos percebidos, ou indenização dos danos, desde o tempo da indevida ocupação, sendo este objecto decidido conforme os principios de direito sobre a boa ou má fé do possuidor.”*

Esse parágrafo do decreto nº 720 poderia utilizado como um instrumento de interposição às posses livres, no caso das ações em questão, com o controle dos instrumentos das leis, quando julgassem impedidos poderiam acionar o judiciário para expulsar os camponeses de suas posses, mas de fato isso não foi constatado nos processos investigados. Uma vez que a elite local poderia facilmente recorrer à coerção e violência, dispensando este expediente.

As contendas identificadas nas análises dos processos mostraram a disputa de interesses entre os grandes proprietários, fazendeiros locais que disputavam grandes áreas entre eles mesmos. Mas, é possível que determinadas demandas verificadas possam ter sido ficticiamente criadas para facilitar a produção dos falsos títulos de origem, que justificariam a demarcação e divisão de áreas repartidas. Uma vez, que no curso do processo demarcatório foram amigavelmente resolvidas entre os grileiros, veja-se por exemplo, a demanda levanta entre os fazendeiros no caso da divisão na *Fazenda Curralinho*, no capítulo 4.

A questão que pode ser levantada, a partir da análise desse decreto e do contexto de sua promulgação no período de transição do Governo Provisório. Tratou-se de mais um instrumento mobilizado pela elite fundiária para legitimação da plenitude da propriedade individual. O objeto do regulamento deveriam ser as terras particulares. Mas, na realidade da comarca investigada foi um instrumento jurídico de destacamento das terras particulares das terras de uso comum, serviu principalmente para a apropriação ilegal das terras devolutas e prática do rentismo.

Nos processos de divisão analisados, o Decreto nº 720 de 1890, serviu à prática da *grilagem judicial* e teve como consequência a *retaliação fundiária*, buscando inibir o uso comum das terras pelos camponeses. Seus artigos ignoraram uma realidade já presente no campo brasileiro, no ano de sua promulgação, a presença dos posseiros em pequenas áreas, e da população negra recém liberta, sem terra.

No texto da norma as palavras “*commum*” ou “*communhão*” nas poucas vezes que apareceu foi no sentido de ser indenizada, eliminada e substituída pela propriedade a ser demarcada. Conforme apareceu no já mencionado §1º do artigo 53 “(..) *A causa ou origem da comunhão e designação da **propriedade commum** por seus característicos*”. E no “Art. 55. *Os confrontantes do **immo vel commum** são estranhos ao processo divisorio*”. no “*Paragrapho único. Este petitorio comprehende os **fructos communs e indemnizações dos domnos***”. Também se referiu a “§ 4º *A indicação dos interessados estabelecidos com bemfeitorias e **cultura proprias ou tam bem communs***” (art. 53, §4).

Tal questão conduz à seguinte constatação, que o texto do decreto de demarcação e divisão foi voltado para os proprietários de terras, herdeiros e serviu aos interesses da elite agrária - grileiros interessados em se apropriar das terras devolutas e das posses camponesas e terras quilombolas.

Embora na análise dos processos pode ser constatado que algumas glebas, foram adjudicadas em comum entre os moradores, geralmente, membros da mesma família, ou camponeses que receberam quinhões com mais de uma gleba, sendo uma gleba muito pequena, na grota, e outra de chapada recebida em comum com outros camponeses.

Naquele período o instrumento jurídico que regulava as terras naquele contexto era a Lei de Terras de 1850 que considerava terras devolutas “*as terras que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo*”. Na qual se interpuseram as constituições estaduais regulando sobre a matéria.

A aplicação do Decreto nº 720 de 1890, nas ações de demarcação analisadas, pareceu um meio judicial apropriado ilegitimamente para produção de títulos de propriedade destacando áreas devolutas, tornados particulares, objeto de rentismo. Até então, elas eram terras livres, terras soltas usadas em comum.

Nesse regulamento, a questão das terras públicas não discriminadas foi ignorada enquanto realidade. A meu ver, ao sabor do interesse dos legisladores, também proprietários de terras.

O Código Civil brasileiro de 1916, não revogou o Decreto nº 720, e ainda estabeleceu no artigo 531 que estavam *“sujeitos a transcrição, no respectivo registro, os títulos translativos da propriedade imóvel, por ato entre vivos”*. E no artigo 532, que também seriam transcritos:

“i) **os julgados, pelos quais, nas ações divisórias**, se puser termo a indivisão; ii) as sentenças, que nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança e; iii) a arrematação e as adjudicações em hasta pública.”

Posteriormente, o Código do Processo Civil de 1939, no Título XIX, tratou *“das ações de divisão e demarcação de terras”* basicamente reproduziu o texto do Decreto nº 720 de 1890. Dentre as poucas alterações, os artigos 433 e 434 especificaram as informações que deveriam constar na planta e no memorial descritivo. Outra alteração trazida pelo texto do Código de Processo Civil de 1939 foi o prazo de cinco dias para que os litigantes se manifestassem quanto às decisões conforme o *“Art. 438. Concluídas as operações da divisão ou demarcação, será fixado às partes e aos litisconsortes o prazo comum de cinco (5) dias para dizerem do seu direito”*.

Posteriormente, os princípios constantes do regulamento nº 720 de 1890 que foram reproduzidos nos Códigos do Processo Civil de 1939, também foram repetidos no Código do Processo Civil de 1973. Mas, nenhum deles revogou o decreto nº 720.

Atualmente, a ação de divisão e demarcação de terras particulares é regulada pelo atual Código do Processo Civil de 16 de março de 2015. Que também reproduz os princípios do decreto de 1890. Contudo acrescentou: *“Art.573.Tratando-se de imóvel georreferenciado, com averbação no registro de imóveis, pode o juiz dispensar a realização de prova pericial.”*

Os posseiros ou proprietários confinantes que ficaram fora do processo de divisão, que naquele período não se preocuparam em haver seus títulos de propriedade, ou sequer foram informados, podem ter sido prejudicados nestas ações de divisão, cujos herdeiros se darão conta, no futuro, quando o processo de privatização das terras pelas empresas interessadas em cercá-las e dispô-las para a especulação, plantio de madeira ou exploração mineral, 50, 60, 70, 80, 90 anos

depois. E foram alvo da ganância dos rentistas, que receberam muitas glebas de terras na ação e passaram a vendê-las aos posseiros, o que já lhes havia sido adjudica pelo juiz, que julgou a ação de divisão.

2.3 A Desordem Agrária no Histórico da Regularização Fundiária em Minas Gerais

[...] Se ali era o mundo improvisado que desprezava tradições consagradas e reinventava procedimentos, as doações correspondiam à corrida por riqueza, ao processo de inventar a legalidade de uma determinada ocupação [...]. (Motta, 2012:159)

Para entender a regularização fundiária em Minas Gerais e os desdobramentos sobre as terras no Norte do estado foi indispensável buscar nas fontes bibliográficas e no conteúdo das leis e decretos que pretenderam normatizar o acesso às terras estaduais. Estas normas de que tratarei, ora pretenderam realizar um levantamento fundiário e em outros contextos tentaram ordenar o acesso à terra no Estado de Minas Gerais. Porém, cabe problematizar que a legislação mineira foi ao longo da história sendo posicionada em favor dos interesses dos invasores de terras e dos grileiros. *Pari passo* ao caminho trilhado pelos legisladores federais a legislação mineira, foi se afirmando como veículo para a consolidação das práticas dos latifundiários, neste sentido, desde meados do século XIX até os dias atuais, o aparato jurídico-político do Estado foi colocado à disposição da legitimação das práticas que tem possibilitado a formação da classe dos proprietários de terra em Minas Gerais.

Para isto, na Primeira e na Segunda República, uma sucessão de Leis e Decretos foram aprovados no sentido contrário àquele de colocar um ponto final aos conflitos sociais e aos conflitos legais (esses muitas das vezes inconstitucionais gestados na Câmaras Legislativa Mineira, provavelmente composta por oligarquias rentistas). Ao contrário, os mecanismos legais foram acionados toda vez que os proprietários de terras necessitavam expandir o poderio sobre as terras, toda vez que a grilagem de terras necessitasse ser legitimada. Ou, quando sob orientação dos interesses dos invasores, as terras griladas devessem de ser convertidas à equivalente de mercadoria, ao serem vendidas para as empresas (de colonização, ferroviárias, siderúrgicas, mineradoras, produção de madeira).

A legislação “maior” válida durante o período colonial, depois no Império, e enfim na República foi válida também para Minas. Todavia, o ordenamento territorial em Minas Gerais, tem um marco específico no século XVIII, quando o Norte de Minas, ainda estava subjugado aos limites das Capitanias de Pernambuco e Bahia. Com a descoberta dos corpos minerários na região diamantífera instaurou-se uma preocupação interna e externa (Coroa Portuguesa) em definir os limites da Capitania de Minas Gerais, ordenar a fundação de Vilas e demarcar a jurisdição das freguesias, para que, com isso, pudessem exercer mais controle sobre as terras a serem exploradas pela mineração, como também foi uma preocupação, o abastecimento destas áreas.

Uma relevante contribuição sobre esta questão foi apresentada por Ângelo Alves Carrara (1999)¹¹², no texto *“Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais — Séculos XVIII-XIX*. E posteriormente, em seu livro (Carrara:2007), sistematizou as fontes documentais que registram a fase inicial da ocupação do solo de Minas Gerais, ele se baseou *“nas cartas de sesmarias concedidas entre 1674 e 1739, e nas escrituras de compra e venda de imóveis rurais registradas no notariado da vila de Mariana, entre 1711 e 1741”*. A partir dessas fontes procedeu uma leitura das partes correspondentes às concessões sesmariais e aos registros de escrituras compondo *“um primeiro ponto de partida para a escritura da história da estrutura fundiária numa área dominada pela mineração durante um século”*. O autor ressaltou que outro ponto de partida foi a relação de concessões sesmariais entre 1739 e 1744.

Ainda no que se refere à parte da documentação sesmarial Carrara indicou um registro sistemático das sesmarias mineiras concedidas até meados do século XVIII que foram em sua maior parte publicadas pela *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, até 1934, conforme um relevante quadro apresentado pelo autor (Carrara, 1999:09) uma indispensável fonte para orientar as investigações acerca dos primeiros títulos de sesmarias emitidos em Minas Gerais.

Devido à necessidade de se demonstrar uma articulação particular de algumas áreas do sertão mineiro com as minas goianas, Carrara, relacionou também algumas sesmarias concedidas em solo goiano.

¹¹²Ver também CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (tese de doutorado).

Além da publicação de quase todas os registros de concessão até a primeira metade do século XVIII, há os índices de sesmarias. A *RAPM* publicou em 1900 (pp. 317-473) a *Relação cronológica dos concessionários de sesmarias em Minas Gerais*, onde foram indicados os códigos, folhas, datas das concessões ou das confirmações e o nome dos concessionários. Este primeiro catálogo de sesmarias permite verificar de imediato os ritmos de concessão. A *RAPM* publicou ainda em 1914 (pp. 135-315) uma *Lista geral e completa, dos nomes de todas as pessoas que obtiveram cartas de sesmarias no estado de Minas Gerais*, que arrolou os sesmeiros em ordem alfabética de prenome por código, o que já tinha sido feito na *Relação* de 1900. Uma repetição desnecessária. Há ainda na mesma publicação a lista de todas as sesmarias publicadas até 1914 pela *RAPM*. Mais recentemente, a mesma *RAPM* publicou o seu *Catálogo de Sesmarias*, que traz a data, o nome do concessionário (em ordem alfabética de sobrenome transcrito das cartas), localização da carta (seção do APM, código, folha), localização sumária da sesmaria (rio, freguesia, paragem, termo ou comarca). É sem dúvida o mais completo índice para quem queira consultar os códigos, conhecido o nome do sesmeiro.

Evidentemente, problemas não escaparam a todos esses índices, como os erros nas transcrições de sobrenomes e a falta de advertência sobre concessões em outros estados (como Santa Catarina e Rio Grande do Sul: SC 42, fls.118/119). Mas, sem dúvida, o maior de todos é a imprecisão da localização das sesmarias. **Ademais, não pode ser esquecido o fato de que até hoje não se incluiu em nenhum catálogo ou lista a relação de sesmarias concedidas no norte de Minas, constantes dos códigos 155 e 427(2) do Arquivo Nacional.** (CARRARA, 1999:09-10) (sem grifos no original)

Cabe salientar as ponderações acerca dos documentos cartorários e documentos (títulos de sesmarias, ou os títulos de compra e venda) utilizadas por Carrara para analisar “os ritmos da ocupação territorial nas áreas de mineração”. O autor apresentou a impossibilidade de levantar os livros de notas da vila de Minas Novas no período anterior a 1850:

Em conjugação com as sesmarias, reservei à documentação notarial a condição de fonte privilegiada para a escritura de uma história da propriedade na qual se pudessem perceber seus ritmos peculiares, especialmente nas áreas de mineração. O estado de conservação das escrituras de compra e venda de imóveis rurais é bastante variável. **O acervo cartorário de algumas vilas coloniais mineiras, como Minas Novas e Caeté, por exemplo, inexistem para o período anterior a 1800. Minas Novas só dispõe de livros de notas a partir de 1851, porque os anteriores foram adrede eliminados.** Já para São João del Rei e Tiradentes, só há registros a partir da segunda metade do século XVIII, exceto um único livro, da década de 1720. Idêntica é a situação de Ouro Preto. Até agora, a documentação cartorária conhecida e tratada do Serro constitui uma série esparsa de livros de notas a partir de 1746. As melhores situações de preservação são encontradas em Sabará e Mariana. Nesta última, o Arquivo da Casa Setecentista de Mariana custodia a série completa dos livros de notas, iniciada com a fundação da vila do Ribeirão do Carmo, em 1711. (...) Nos primeiros livros, porém, faltam folhas iniciais e finais, e em alguns casos, é impossível ler o

conteúdo de algumas escrituras, porque a tinta apagou-se quase completamente. Assim, não se pôde arrolar aqui **todas** as na escrituras registradas entre 1711 e 1714 (...). Além disso, não se pode ter a ilusão de que todas as operações de compra e venda de terras fossem registradas nos cartórios. É suficiente o lembrar-se do Alvará de 30 de outubro de 1793, que confirmou o costume brasileiro de transferir propriedades por meio de escrituras particulares. (...) (CARRARA: 1999:10-11) (os grifos são nossos)

Vale relembrar, no tocante à inexistência de documentos da Vila de Minas Novas, no período anterior a 1851, as impossibilidades apresentadas pelo historiador, mostra as dificuldades de se levantar os primeiros registros fundiários, de municípios do Norte de Minas Gerais que fizeram parte desta jurisdição, no período anterior a 1850.

Conforme explicado no Capítulo 01, a criação da Capitania de Minas Gerais agregando à região mineradora a zona pastoril dos currais da Bahia ocorreu em 1720. Uma porção do Norte de Minas respondeu à jurisdição da província da Bahia até 1757, e pode ter sido submetida a uma regulamentação provincial diferente. Conforme suscitam os relevantes documentos analisados na tese de Isnara Ivo (2009, *opc.cit*)¹¹³ que revelou os recorrentes conflitos nessas áreas sob a jurisdição da Comarca de Jacobina na Bahia e a Comarca do Serro Frio em Minas Gerais.

Quais teriam sido os processos que permitiram a “monopolização” das terras de Minas Gerais no século XVIII? Essa é outra questão abordada por Carrara. O autor atribui a processos diferentes nas três regiões; Zona da Mata Sul, na região mineradora e no “sertão”. Na primeira região, o processo esteve relacionado com a cafeicultura e as relações pessoais com o governo da Capitania, na região mineradora o mercado de terras teria se intensificado devido ao “*volume de ouro em*

¹¹³ De acordo com Isnara Ivo (2009:37): “As entradas que avassalaram as cabeceiras do rio das Contas, Pardo, São Mateus e Jequitinhonha levaram inúmeros moradores da Bahia para a região de Minas Novas que durante algum tempo foi administrada pela comarca de Jacobina (...)”. A autora também acrescentou que: “O fato é que a ordem régia de 17 de maio de 1729 determinou que os novos territórios descobertos, Araçuaí e Fanado, ficassem pertencentes à Capitania da Bahia. Em 29 de maio do mesmo ano, expediu-se nova ordem régia criando a Vila de Minas Novas, instalada em outubro, e a vinculava, judicialmente, à comarca do Serro do Frio, e administrativa e militarmente à Capitania da Bahia. As investidas do vice-rei tentavam convencer o monarca de que os sertões de Minas Novas e Serro do Frio, apesar do descontentamento do governador de Minas Gerais, deveriam estar sob jurisdição da Capitania da Bahia.(...). Em 1757, o rei português decidiu por fim aos litígios entre as autoridades da Bahia e de Minas Gerais, informando que decidira “separar as Minas Novas do Fanado” resolução de 26 de agosto de 1760, determinou-se a absoluta separação dos distritos e sua incorporação à Capitania de Minas Gerais do ponto de vista civil, político e militar, permanecendo subordinado à Bahia apenas no que se referia a questões eclesiásticas” (Idem: p.79-83)

pó”. Por fim, no “sertão” a questão seria as concessões senhoriais sem a necessidade de “lançamento de posses”:

Uma mudança importante ocorreu um século mais tarde, quando as terras destinadas à cafeicultura na zona da Mata sul foram monopolizadas por um pequeníssimo número de pessoas muito bem relacionadas com o governo da Capitania. Como a fronteira fechou-se num primeiro tempo exatamente nos distritos mineradores, em razão do grande afluxo de população para eles atraída, foi natural que aí se estabelecesse primeiramente um mercado de terras, intensificado além do mais, pelo volume de ouro em pó (i. e., de moeda) disponível. **Todavia, de maneira geral, foi no ‘sertão’ que outra forma ocorreu com mais frequência, isto é, a monopolização das terras por meio de concessões senhoriais, sem que se alegasse necessariamente o lançamento de posse — o morgado Guedes de Brito e as sesmarias concedidas no norte de Minas são seus exemplos mais conspícuos. Em relação ao ‘lançamento de posses’, se os inventários são fontes esparsas demais para este tipo de demonstração, não o são as petições de sesmarias a partir de 1740.** É se até mesmo tentado a pensar que a justificativa, repetida à exaustão, das *posses lançadas* não passassem de fórmula ... Já quanto às escrituras de compra e venda de imóveis rurais, é pouco comum a menção à forma como se obteve a terra. Todas estas questões sugerem a elaboração de um mapeamento desses padrões. (CARRARA, 1999:15) (os grifos são nossos)

Pelo exposto, o entendimento dos “padrões”, “ritmos” das ocupações, ou dos movimentos percorridos pelos sujeitos sociais no processo de apropriação territorial entre os séculos XVII e XVIII em Minas Gerais é uma questão colocada em debate pelos historiadores. Não cabe aqui neste trabalho, percorrer o passado da apropriação territorial dos “sertões” mineiros. Para tal retorno ao passado, as abordagens dos historiadores acerca dos processos e dos sujeitos sociais envolvidos na apropriação das terras sugerem uma tarefa árdua, seja pela completa ausência de documentos, ou pelo estágio de deterioração em que se encontram as fontes. Dito isso, parece que para algumas regiões dos Gerais, só é possível verificar os processos a partir da promulgação da Lei de Terras, quando os títulos puderam ser confirmados.

Porém, não é demasiado apresentar o percurso da legislação de terras, sob a qual a Capitania de Minas Gerais ficou submetida na época. No sentido de apresentar as dificuldades históricas que a população livre “não branca” e desprovida teve para acessar a terra. Dificuldade imposta durante o Império Colonial e continuada pelo Estado independente, que só fez privilegiar a elite fundiária no acesso às terras.

Carrara, argumentou que houve uma quantidade demasiada de ordens régias, um “enxame” extravagantes ao título das Ordenações Filipinas¹¹⁴ sobre as sesmarias, e considerando as características da economia mineira na época, a maior parte dela, teria sido de pouca utilidade, na opinião do autor.

1. Ordem Régia de 22.10.1698, estabelecendo o prazo de dois anos para cultivo e povoação das terras concedidas por sesmaria, findos os quais, e não o fazendo ... se lhe denegará mais tempo e se julgarão por devolutas; nas concessões de sesmarias deviam ainda os suplicantes pedir confirmação no tempo que se lhes designar, conforme a distância. (...) Sem dúvida, o quesito que menor atenção obteve da parte dos concessionários foi o da confirmação das concessões. Em 3 de junho de 1726, uma Carta Régia ordenava o exame das confirmações reais. Caso os sesmeiros não as tivessem, ordenava-se tomar posse delas em nome de Sua Majestade.

2. Ordem Régia de 27.06.1711, na qual se ordena ao Governador de São Paulo e Minas, que nas concessões de terras que fizer, se ponha a condição de nelas não sucederem religiões por algum título, e acontecendo e elas possuindo-as será com o encargo de delas se deverem e pagarem dízimos, como se fossem possuídas por seculares, e faltando-se ao referido se julgarão por devolutas e se darão a quem as denunciar. Esta Ordem Régia, contudo, teve vida efêmera, pois em 4.9.1718, outra Ordem Régia ordenava que se publique a toque de caixas a Ordem Régia estabelecendo que nas concessões de sesmaria se retire a condição de nelas não sucederem religiões.

Quando os interesses da coroa se voltaram sobre a áreas de mineração, as ordens régias passaram pautar o controle sobre as terras, condições para que se efetivasse a mineração e a reserva ao Patrimônio Real:

3. Ordem Régia de 01.04.1713, na qual se ordena ao Governador que na data das terras *por sesmaria se haja com parcimônia, que pede o grande número de gente que concorre para as minas, e a fertilidade das terras; que deixe sempre terras bastantes nos termos das novas vilas, para S.M. lhes poder dar alguma parte delas, ficando bens do Conselho, e para ficar outra parte ao Patrimônio Real, e que nas datas, que der das minas, reserve alguma mais rica para se lavrar por conta de S.M.* A partir de 11.12.1713, passou a constar da fórmula de concessão: *e acontecendo que nelas [nas sesmarias] se descubram minas de ouro ou qualquer outro metal será obrigado a dar logo parte a este Governo.* Pouco depois, em 7.12.1715, *outra Ordem Régia declarava que se tem reparado em não ter o Governador dado conta sobre o que se determina nesta Ordem de 1713, e que na forma dela deve dar à Câmara da Vila do Carmo e às mais Vilas terras competentes.* Mais tarde, em 20.11.1725, determinou-se que as concessões fossem de meia légua

¹¹⁴“A legislação sobre Sesmaria compôs título próprio nas Ordenações do Reino. Quanto à definição de sesmarias, todas tinham o mesmo teor havendo apenas uma pequena modificação no texto das Ordenações Filipinas (1603), se comparado com o das Ordenações Manuelinas (1521), dispondo que incontestavelmente se deveria transplantar o regime das Sesmarias para as terras do Brasil.” (LIMA, 1935:28)

apenas afim de que chegassem as terras para todos que nelas vivessem. Da mesma forma que a distribuição das terras, a distribuição das águas mereceu alguma atenção. A Carta Régia de 24.02.1720, em resposta à representação do guarda-mor das Minas Garcia Pais informava *que na repartição das águas em que se lavram as minas não havia até agora forma conveniente porque os mais poderosos se senhoreavam delas e as divertiam para as suas lavras e os que podiam menos as queriam também levar para as suas eram forçados a comprá-las por preços exorbitantes ou perder as datas que têm em que não podiam lavar sem ter água de que desta desigualdade resultavam continuas bulhas*, determinou *que sem licença de Guardas-mores ninguém se aproprie de água de córregos e que não tendo terra para lavar nem escravos competentes devolva a dita água para novamente ser repartida.* (CARRARA, 1999:19-20)

Como já mencionado, esse autor defendeu que as cartas de sesmarias tinham valor relativo como instrumentos privilegiados de acesso à terra. E que os outros mecanismos utilizados foram “*o agitado mercado de terras das regiões mineradoras e o ‘lançamento de posses’.*”

Os processos de concentração e de partilha da terra poderiam ser estudados à minúcia a partir da sistematização de todas as cartas de sesmarias concedidas nesse período (e que valem como um cadastro parcial da propriedade fundiária em Minas Gerais), das escrituras de compra e venda de propriedades rurais registradas nos notariados e de todos os pagadores de dízimo a partir de 1750, cuja relação constitui a documentação decimal. **Certamente a tarefa não é possível para todas as freguesias. Contudo, à exceção de Caeté e Minas Novas, todas as demais vilas coloniais mineiras dispõem de seus livros de notas, mesmo que fragmentados, como é o caso do Serro.** De todo modo, a documentação completa para muitas freguesias está aí a convidar os historiadores à pesquisa. O que se pretende aqui é tão somente verificar os ritmos da ocupação do solo, de que as concessões sesmarias seriam um índice, e as escrituras de compra e venda de imóveis rurais, outro. O estudo da estrutura fundiária, isto é, da estrutura de distribuição do principal meio de produção nas sociedades pré-capitalistas é, no entanto, apenas uma parte no estudo mais amplo das **estruturas agrárias**, as quais equivalem, nessas sociedades, à quase totalidade das suas estruturas econômicas, já que a base econômica de todos eles é a agricultura e/ou a criação de gado. No edifício das estruturas agrárias — que correspondem ao conjunto formado pelas estruturas da produção, da circulação dos gêneros produzidos e da distribuição da renda gerada por essa circulação — percebe-se logo que a estrutura fundiária está no princípio e no fim de todo o processo de produção da vida dessa sociedade. (CARRARA, 1999:05-06) (os grifos são nossos).

Então, no que tange à regulação e ao ordenamento fundiário no período colonial, a Ordem Régia de 14 de abril de 1738, foi apontada por Carrara, como a origem do levantamento fundiário em Minas Gerais:

Ordem Régia de 13.04.1738, ao Governador de Minas para que em todas as Vilas da Capitania mande publicar por bando (de 14 de

maio de 1738) e editais, *porque venha a notícia de todos os moradores, que aqueles que se acharem de posse de algumas terras sem títulos, lhas peçam de sesmaria, para se lhe darem na forma das Ordens Reais, que foram no termo de um ano com a cominação, de que passando ele, ninguém se poderá valer da posse, que tiver sem título de sesmaria; e se darão as terras assim possuídas a quem as pedir.* Esta Ordem Régia provocou um verdadeiro levantamento fundiário da Capitania, a partir de 1739. Por fim, as últimas Ordens Régias que cristalizavam todos os procedimentos anteriores: as Ordens Régias (28.03.1743, 16.04.1744 e 11.03.1754) ordenando que a diligência das posses e demarcações das sesmarias se cometessem aos Intendentes, e que nas concessões das sesmarias se executasse o determinado por Resolução do Conselho Ultramarino de 15.03.1731, que de outra sorte não se confirmariam as cartas. Esta Resolução determinou ainda que as sesmarias a serem concedidas em terras onde houvesse minas, e nos caminhos para elas, fossem de meia légua em quadra. No sertão seriam de três léguas, ouvidas as Câmaras dos sítios a que pertencessem. As que se dessem nas margens dos rios caudalosos que se descobrissem pelos sertões e necessitassem de barcas para se atravessarem, não seriam dadas de sesmarias mais que de uma só margem do porto, reservada a outra ao menos meia légua para uso público. (CARRARA:1999:20)

Houve uma grande distância entre as leis disciplinadoras da concessão de terras e a prática dos concessionários, afirmou Carrara (2007:154-162). E que os juristas do século XVIII, não ignoravam o descumprimento usual e generalizado da legislação agrária. Enumerou os problemas apresentados pelo Procurador da Coroa na Capitania de Minas Gerais, ligados às testemunhas apresentadas, a facilidade na concessão de sesmarias, e também o abandono das mesmas subproveitadas. Tais problemas persistiram até o segundo quartel do século XIX, incluindo abusos por parte dos Juízes de Sesmarias. *“[...] mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, a propriedade fundiária em Minas Gerais sempre funcionou como propriedade privada[...]*. Esse autor corrobora com a posição de Ciro Flamarion CARDOSO, que ao confrontar as posições de Rui Cirne Lima e Felisberto Freire¹¹⁵ sobre a origem da propriedade privada da terra no Brasil concluiu que *“[...] de fato, a propriedade sempre funcionou como propriedade privada no Brasil, do ponto de vista econômico.”* (CARDOSO, 1979:118).

[...] As terras mudavam de mãos a um ritmo nunca antes ocorrido no Brasil. Daí, as cartas de sesmarias serem consideradas muito mais como garantias a posses já lançadas ou a terras já compradas. O

¹¹⁵“Um decreto real de 27 de dezembro de 1695 estabeleceu, para o sesmeiros, a obrigação de pagar um foro proporcional à extensão e à qualidade das suas terras. Esta medida – que só começou a ser aplicada em 1777 – foi considerada por Rui Cirne Lima como o nascimento da propriedade privada da terra, antes dada apenas em usufruto; já Felisbello Freire acha, pelo contrário, que a instauração de um foro significa que as terras, antes ocupadas em plena propriedade, se transformaram em enfiteuses do Estado. Esta discussão, porém, é formal e acadêmica [...]” (CARDOSO, 1979:118)

objetivo da política adotada pelo governo da Capitania na década de 1730 e 1740 (bando de 13 de maio de 1736) tornando nulas todas as posses que se lançassem depois da publicação dele não era outro senão o de legalizar essas posses. (CARRARA, 2007:156)

Nesta celeuma problemática da regulação fundiária, outros três problemas enfrentados pela Coroa foram indicados por Márcia Motta no livro *“Nas Fronteiras do Poder”*:

O primeiro era que a implantação de instituto jurídico, criado a promover o cultivo, era utilizado para assegurar a colonização. Nas terras coloniais, a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar estas terras, dominá-las enquanto área colonial. Em segundo lugar, a obrigatoriedade e o incentivo ao cultivo estimulavam o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. Muitos deles, por exemplo, preferiam arrendar parcelas de terras a pequenos lavradores. A delegação de poder que acompanhava a prática dos grandes arrendamentos não só permitia o surgimento de uma nova categoria social – o grande arrendatário – como colocava obstáculos ao trabalho da Coroa de verificar o cumprimento da exigência do cultivo e da demarcação de terras. Em terceiro lugar, a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas. (MOTTA, 1998:121-122)

As Ordens Régias (de 28/03/1743, 16/04/1744 e 11/03/1754) foram os três instrumentos normativos que ordenavam as diligências das posses e demarcações das sesmarias apontados por Carrara (1999), Lamas (2013) e Assis (2014), *“se cometesse aos Intendentes, e que nas concessões das sesmarias se executasse o determinado por Resolução do Conselho Ultramarino de 15 de março de 1731, que de outra sorte não se confirmariam as cartas.”* (ASSIS, 2014:86):

Nem sempre isso foi seguido, conforme mostra Maria Leônia Chaves de Resende. Colonos reagiram a tais disposições, para muitos, consideradas como formalidade impraticável. Muitas artimanhas foram usadas para ludibriar as referidas restrições. Deve-se atentar de imediato para o fato dos peticionários alegarem indistintamente o título de primeiro povoador das terras solicitadas, podendo dessa forma ocorrer a concessão de sesmarias sem o conhecimento, por parte das autoridades, da existência de agrupamentos indígenas. Ou até mesmo, o fato do conquistador requerer a Carta de Sesmaria anos depois da conquista, quando então alegava não haver prejuízo aos índios. Esse espírito foi fundamental para promover o processo de conquista e ocupação dos territórios, favorecendo em Minas, de acordo com a escritura sistemática de Waldemar Barbosa a concessão de 6.364 cartas de sesmarias no período de 1710-1822. Tal política significou franca hostilidade contra as populações indígenas, já que a ocupação de seus territórios tradicionais levou-os à expulsão, ao desalojamento de suas terras. (ASSIS, *op.cit.*:86)

Conforme ressaltado as concessões de sesmarias obedeciam a ritmos distintos na região mineradora e na região dos currais. De acordo com Carrara (2007:164) na primeira foram “instrumentos secundários de legitimação da propriedade” visto que a velocidade com que as terras eram compradas e vendidas diminuía a necessidade de recurso às petições.” Enquanto nos currais, onde a circulação monetária era menor se comparada com as áreas mineradoras, *“nos notariados de Sabará e do Serro encontramos registros de operações de compra e venda de fazendas de criar nos sertões norte-mineiros.”* Donde o autor entende que as sesmarias nas regiões mineradoras consolidavam um domínio, na ausência de outros instrumentos legais, como as escrituras de compra e venda.

A tese defendida por Carrara é de que as sesmarias foram instrumentos menores de acesso à terra em Minas Gerais, devido às condições peculiares de circulação monetária possibilitada pela mineração. Assim, o mercado de imóveis, constituiu uma outra forma de acesso à propriedade privada. O que está colocado por este autor, é que mesmo antes do estatuto jurídico da propriedade privada da terra no Brasil, na prática havia uma forma privilegiada de acessá-la pela compra e pela venda. Conforme analisado no item anterior entre 1822 e 1850, houve uma lacuna na regulamentação sobre as terras do país.

Na tese de Lamas (2013) foram apontadas as Sesmarias concedidas entre 1710 a 1832 na província de Minas Gerais. Observe a Tabela 2 apresentada pelo autor, a seguir.

Sobre a estrutura das sesmarias solicitadas Lamas (2013:52) analisou que *“todas pediam meia légua de terra, fato que corrobora com o estudo de Márcia Motta que percebeu que entre 1795 e 1823, aproximadamente 75,52% das solicitações correspondiam a essa medida.”* Lamas também ressalta que o tamanho das sesmarias era uma preocupação permanente da administração colonial. Mesmo no período anterior ao do final do século XVIII e início do século XIX.

(...) o objetivo era justamente evitar possíveis conflitos, já que D. João V havia tomado conhecimento da insatisfação dos mineiros em relação às doações muito extensas. Em outros termos, o fato de analisarmos um período anterior ao de Márcia Motta, não nos impede de encontrarmos medidas semelhantes àsquelas encontradas pela pesquisadora fluminense, uma vez que já era alvo das preocupações da administração colonial o tamanho das sesmarias, apesar de inexistir uma regulamentação, tal como a de 1795, que determinasse o tamanho exato das sesmarias. (*Idem*, 2013:63)

Tabela 2 - Sesmarias concedidas em Minas Gerais (1710-1832)

Governadores	Período	Nº de sesmarias concedidas	Total da área (em léguas quadradas)
D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	1710-1711	120	106
D. Brás Baltasar da Silveira	1713-1716 e parte de 1717	68	131
D. Pedro de Almeida Portugal	1717 até meados de 1721	75	160
D. Lourenço de Almeida	Fins de 1721 até meados de 1732	140	140
André de Melo e Castro	Fins de 1732 até meados de 1735	24	17 1/2
Gomes Freire de Andrada	Fins de 1735 até 1762	2350	1831
Luís Diogo Lobo da Silva	1763-1768	402	220
D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha	Fins de 1768 até meados de 1773	443	187 1/2
Antônio Carlos de Furtado de Mendonça	Fins de 1773 e 1774	128	32
D. Antônio de Noronha	1775 até meados de 1780	113	23 3/4
D. Rodrigo José de Meneses	Fins de 1780 até meados de 1783	77	27 1/2
Luís da Cunha Meneses	Fins de 1783 até meados de 1788	214	84 1/4
Luís Antônio Furtado de Mendonça	Fins de 1788 até meados de 1797	344	144
Bernardo José de Lorena	Fins de 1797 até meados de 1803	896	451
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo	Fins de 1803 até 1809	42	15 1/2
Francisco de Assis Mascarenhas	1810 até meados de 1814	91	22 3/4
D. Manoel de Portugal e Castro	1814 até meados de 1821	715	342 3/4
Governo Provisório	Fins de 1821 até 1822	22	7 1/2
Governo Provincial	1822-1832	378	94 1/2

Fonte: RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10.ª Legislatura, em 25 de Março de 1855, o Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855, p. 39-40. Acessado no dia 10 de abril de 2011 às 11 horas e trinta e dois minutos e disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

Fonte: LAMAS (2013:5)

Sobre a estrutura das sesmarias solicitadas Lamas (2013:52) analisou que *“todas pediam meia légua de terra, fato que corrobora com o estudo de Márcia Motta que percebeu que entre 1795 e 1823, aproximadamente 75,52% das solicitações correspondiam a essa medida.”* Lamas também ressalta que o tamanho das sesmarias era uma preocupação permanente da administração colonial. Mesmo no período anterior ao do final do século XVIII e início do século XIX.

(...) o objetivo era justamente evitar possíveis conflitos, já que D. João V havia tomado conhecimento da insatisfação dos mineiros em relação às doações muito extensas. Em outros termos, o fato de analisarmos um período anterior ao de Márcia Motta, não nos impede de encontrarmos medidas semelhantes àquelas encontradas pela pesquisadora fluminense, uma vez que já era alvo das preocupações da administração colonial o tamanho das sesmarias, apesar de inexistir uma regulamentação, tal como a de 1795, que determinasse o tamanho exato das sesmarias. (*Idem*, 2013:63)

Sendo assim, a medida de meia légua também aparece nas solicitações e nas confirmações de sesmarias para o período que Lamas analisou, inclusive não

encontrou solicitações acima dessa medida. *“A solicitação de confirmação de sesmarias em alguns casos apenas regularizava uma posse já praticada”*. Conforme mencionado no item anterior, o autor concorda com Márcia Motta, sobre a questão da legislação agrária lusitana não ter caído em um vazio total, *“uma vez que é possível perceber uma procura pela legalização da posse da terra.”*

Concordo com Lamas (*Ibidem*:52), a respeito das doações de sesmarias (na área Central da Mata) como sendo uma estratégia geopolítica visando o estabelecimento de fronteiras e enfrentamento da luta com os quilombos. Como forma de inserir a região na lógica do poder. Todavia, discordo do autor quando desvincula estas ações da “questão agrária”, uma vez que a questão quilombola e de fronteiras não escapa à questão da estrutura agrária e do poder e controle que se pretendia sobre as terras do território do “sertão”.

Cabe ressaltar que apesar das concessões de sesmarias terem sido suspensas por Dom Pedro I, abriu-se exceção para as margens do rio Doce. Na Província de Minas Gerais foram concedidas diversas sesmarias, entre 1822 e 1836, sendo que todas se localizavam nas margens desse rio ou de seus afluentes. (ESPINDOLA, 2005 & ESPINDOLA *et alli*, 2010)

Após a promulgação da Lei de Terras, pouca coisa aconteceu no sentido de demarcação das terras devolutas, conforme explicou Lígia Osório Silva (2008:203-229). A autora escreveu sobre a incapacidade do governo em ativar a demarcação de terras particulares, Minas Gerais foi uma das seis províncias que tinha comissões de medições de terras funcionando.

Relatei anteriormente, as imprecisões apresentadas nas terras levadas ao registro paroquial da Villa de Santo Antônio de Grão Mogol, que mostram claramente a devolutividade das terras.

Lígia Osório (*idem*), analisou os relatórios provinciais de Minas Gerais (que abarcam um intervalo entre 1868 a 1889) e concluiu que em 1887, das 35 vendas de terras devolutas realizadas, 20 foram em Minas Gerais, também nesta província como nas demais, *“nada havia sido feito o serviço de terras devolutas, até que na década de 1880, se começou a falar novamente do assunto dos relatórios oficiais”* Conforme registrado pela constatou-se problemas com posseiros no Vale do Rio Doce, entre 1874 a 1883, quando o presidente de província Antônio Gonçalves Chaves (figura política já referida nesta tese), escreveu sobre as posses e

transações sobre terrenos pertencentes ao Estado, ocupações sem autorização e sem obediência à formalidade legal:

Algumas posses eram consideradas nulas, mas no geral ele considera que a região está perdida para a pequena propriedade porque as propriedades, mesmo aquelas que seriam legalizadas pela compra ao governo imperial, são de grandes extensões (o tamanho de uma sesmaria era de 10.870.000 m²). Em Minas, entretanto, a região que vai criar mais embaraços às autoridades governamentais é a região que vai criar mais embaraços às autoridades governamentais é a região de Manhuassu [...] Em 1883, antes que o governo procedesse á demarcação, a área estava sendo invadida por indivíduos que se diziam proprietários, mas eram, na verdade, posseiros. [...] Considerava-se também que o número de intrusos em condições de comprar as terras era pequeno. Aconselhava-se, portanto, ao governo imperial vender lotes bem pequenos, entre 20 ha e 30 ha. (L.O. SILVA, 2008:218)

Em suma, o que a síntese dos relatórios apresentada por Lígia Osório, revelou os embaraços interpostos pelos intrusos no desempenho do trabalho das comissões de medição, nas terras reputadas do Estado. Em 1888 dissolveu-se uma comissão nomeando-se outra.

No início da República, antes da promulgação da Constituição Estadual de 1891 foram editados dois documentos interessando as terras públicas devolutas do Estado de Minas Gerais: i) **O Decreto nº 174 de 23 de agosto de 1890**, editado com a concordância da Assembleia Geral Legislativa, que regulou a arrecadação do produto da venda de terras no Estado de Minas Gerais. Ele teve como ponto central a destinação da arrecadação obtida com a venda de terras públicas devolutas estaduais para o “desenvolvimento da colonização”. E mais, começava a abrir caminho para a venda de terras devolutas fora da hasta pública, no que se refere aos lotes que deixassem de ser arrematados. ii) **O Decreto nº 179 de 30 de agosto de 1890** foi o segundo ato legal sobre as terras devolutas em Minas Gerais, consistiu em: *“...uma intervenção do governo provisório republicano que não havia definido ainda a atribuição dos estados sobre as terras devolutas. Trata-se da criação de colônias (“burgos”) com o objetivo de alavancar a produção agrícola via mão de obra assalariada”*. Esse Decreto em seu artigo 1º trazia a tendência à destinação das terras devolutas estaduais às elites escravagistas que tinham ficado sem os trabalhadores escravos com a abolição e aos novos capitalistas que se implantavam no campo. Recebiam assim, do Estado de Minas Gerais, terras públicas devolutas gratuitamente para vender aos colonos, desde que implantassem

a infraestrutura necessária, e, além disso receberiam também prêmios em dinheiro de acordo com o êxito do empreendimento e o número de famílias nos burgos. Ou seja, mantinha-se fielmente o princípio da Lei de Terras de 1850, o acesso à terra pelos camponeses somente poderia ser feito através da compra da terra pública tornada privada gratuitamente.

No período, da primeira Constituição republicana houve nos estados do sul e sudeste, principalmente, um processo de transferência maciça de propriedades fundiárias para os fazendeiros e as grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. (MARTINS, 1981:41)

Quando **a Constituição Estadual de Minas Gerais foi promulgada, em 15 de junho de 1891, em seu Artigo 3º, repetiu-se o princípio da defesa da propriedade privada em sua plenitude** emanada da primeira Constituição da República.

No ano seguinte, passou a vigir a primeira **Lei de Terras do Estado de Minas Gerais (Lei nº 27 de 25 junho de 1892)** regulando a medição e demarcação das terras devolutas. E também criando na, então, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas uma seção especial para o serviço de terras e colonização. A lei de terras de Minas Gerais, em seu primeiro artigo, garantia o princípio vindo da Lei de Terras de 1850 que prescreveu o acesso às terras públicas devolutas pela compra e venda. As medições previstas na lei, definiram lotes de 25 hectares como padrão para a venda das terras devolutas. Em seu artigo 8 a lei continuou garantindo os direitos emanados da Lei de Terras de 1850: Artigo 8. No ato da medição, serão respeitados os limites das concessões e posses que, nos termos da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e do decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, não estiverem incursas em comisso, e se acharem no caso de ser legitimadas e revalidadas.

Já o artigo 9 permitia a possibilidade da separação do domínio público do privado pela via administrativa: Os artigos 11, 12 e 13 tratam das condições de venda das terras públicas, limitando em quatro lotes a aquisição por particulares, e garantindo a possibilidade de revenda de lotes de terras adquiridos a prazo. Também, estabeleceu como condição para a venda a necessidade da morada habitual nas terras adquiridas.

Os artigos de 14 a 17 tratam da alienação de terras públicas para empreendimentos capitalistas visando a exploração agrícola ou industrial. Neles fica garantido a aquisição de áreas maiores do que aquelas obtidas por particulares, ou

seja, o limite chegava a mil hectares para terras de cultura e cinco mil hectares para terras de campo de criar. O artigo 19 garantiam aos posseiros caracterizados como sem posse legítima a possibilidades de aquisição dos lotes. O aforamento de terras públicas também foi garantido pela lei nº 27 de 1892, possibilitando, inclusive, que as mesmas pudessem ser adquiridas por aqueles que as aforassem. O artigo 22 abordou as cessões gratuitas das terras públicas às empresas que investissem em vias férreas e navegação fluvial. Também as concessões feitas antes da data da proclamação da República puderam ser revalidadas, se requeridas no prazo de um ano após a regulamentação da lei, conforme escrito no Artigo 23. A legitimação das posses mansas e pacíficas, somente poderia ser feita, uma vez requeridas no prazo de um ano, após a regulamentação da lei. Sobre esta lei, Júlio César Pires Pereira MORAES escreveu:

A Lei 27 de 1892 esboçou a ideia de uma preferência de compra ao ocupante de terras com cultura e morada habitual. Esses poderiam comprar as terras à vista pelo preço mínimo legal entretanto a preferência de compra para o posseiro só iria se consolidar com o Decreto Nº 8.201 de 31 de janeiro de 1928. O que a Lei 27 garante é a concessão gratuita de títulos de posse de terrenos do Estado para empresas de ferrovia, navegação e empresas industriais destinados “ao aproveitamento, venda ou exportação de produtos naturais”. A preferência de compra ao ocupante e a gratuidade ao empreendedor, sugere que o direito “natural” ao acesso à terra está com quem pode proporcionar a exploração em larga escala das terras e garantir o assalariamento do trabalhador rural.

O governo esperava que a lei fosse acatada dentro de uma certa normalidade, com a premissa que existindo muitas posses a serem legitimadas, em um curto espaço de tempo as medições ocorreriam. Mas os decretos e leis dos anos subsequentes revelam que as medições não estavam ocorrendo, foram vários os prorrogamentos de prazo medições, o que gerou o fechamento de vários Distritos de Terras.(MORAES, 2012: 05-07)

O **Decreto nº662 de 24 de novembro de 1893** promulgou o regulamento para as ações de divisão e demarcação de terras particulares na esfera estadual, assinado pelo Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, secretário de Estado e Negócios do Interior no governo de Affonso Penna, reproduziu-se neste texto os fundamentos do Decreto Federal nº 720 de 1890.

A **Lei nº 173, de 04 de setembro de 1896** - promulgada, três anos após a edição do Decreto 608 de 27/02/1893 que regulamentou a Lei nº 27 de 25/06/1892, o governo de Minas Gerais fez as primeiras mudanças em seu texto. Essas mudanças vieram através da Lei nº173, de 04 de setembro de 1896, que tratou sobre a

“legitimação da posse e concessão de terras públicas”. Entre os artigos da lei estavam aqueles que continuavam, como vinha acontecendo durante período imperial em relação ao Decreto nº 1318/1854 que regulamentou a Lei de Terras de 1850, a prorrogar o prazo que permitia a medição das terras pertencentes às posses que tinham de ser legitimadas e a concessões que tinham de ser revalidadas. Além desta alteração já rotineira na legislação mineira de legitimação das posses e concessões em terras públicas, a Lei nº 173, de 04/09/1896, trouxe mais um artigo que garantia aqueles que tinham se apropriado de extensões de terras acima do limite legal – 200 hectares nas terras de cultura e 400 hectares nos campos de criação – o direito à legitimação de toda a área cultivada ocupada e de toda área necessária das terras de criação para as pastagens.

Assim, abria-se a possibilidade da legitimação de áreas de terras públicas acima do limite máximo legal instituído a apenas quatro anos antes pela Lei 27/1892, acobertada sob o princípio da posse. Ou seja, o princípio da posse que garantia ao posseiro como morada habitual e cultura efetiva, passava a gerar o direito à legitimação de qualquer extensão de terras públicas acima dos limites legais instituídos em lei. O artigo 4 da lei trazia também, o desejo do governo mineiro de converter os povos indígenas em colonos.

A **Lei nº 263, de 21 de agosto de 1899**, promulgada três anos depois das alterações na lei 27 de 1892 e das alterações trazidas pela Lei Nº 173 de 1896, teve como escopo dividir o *“Estado de Minas em tantos distritos de terras e colonização, quantos forem necessários e exigidos pelo serviço público”*. Entretanto, foram incluídos na lei outros artigos que continuavam a alterar a legislação de terras estadual anteriormente citadas. Assim, o artigo 6 continuava alterando os prazos para a medição das posses, concessões e terras devolutas ocupadas anteriormente à promulgação da Lei nº 27 de 1892 já alterados pela Lei nº 173 de 1896.

Além das prorrogações de prazos o governo mineiro ficava autorizado a vender terras devolutas sem hasta pública para implantação de estabelecimentos agrícolas e pastoris, ou seja, unidades capitalistas de produção no Artigo 9. A lei estabeleceu também, o prazo de apenas um ano para os ocupantes de posses de terras devolutas sem posse legítima, mas, com cultura e morada habitual, requerem suas medições para legitimação no Artigo 11. Dispôs que os ocupantes referidos no artigo

19 da Lei de Terras de Minas Gerais de 1892, deveriam apresentar seus requerimentos de medição durante o primeiro ano da ocupação.

Acerca da Lei 263 de 1899, Moraes (*op.cit.*) escreveu:

O governo para reverter o estado de penúria em que se encontravam os Distritos de Terras passa a não mais remunerar esses funcionários, eles receberão de quem requerer compra de terras, revalidação ou legitimação conforme os artigos 1 e 2 da Lei 263 de 21 de agosto de 1899. Agora os funcionários dos distritos de terras não estão mais a serviço do Estado e sim aos compradores de terras (requerentes). Essa foi a maneira encontrada pelo governo de manter funcionando o Serviço de Terras, atrelar a remuneração dos funcionários a quantidade de terrenos medidos. O que abriu ou aumentou uma série de precedentes, como por exemplo, a “medição de envolvimento” caracterizada pela anexação de várias posses que são demarcadas e medidas por terceiros. Em outras palavras, o verdadeiro posseiro, aquele quem habita e cultiva a terra é expulso devido ao engenhoso esquema entre grileiros e funcionários do Estado. (MORAES, *op.cit.*:07)

A **Lei nº 269 de 27 de agosto de 1899** posta em vigor, seis dias depois da Lei nº 263, concedeu a todo cidadão brasileiro, que requeresse, um lote de vinte, trinta ou cinquenta hectares de terras do Estado. Ainda no mesmo ano, e quatro dias depois, o Governo do Estado de Minas Gerais promulgou a Lei nº 271, de 1º de setembro de 1899 criando o imposto territorial. Esta lei impôs a necessidade obrigatória, sob pena de se incorrer em sujeição à multa e suspensão do cargo, de pagamento deste tributo para que os atos cartoriais e ações judiciais pudessem ser efetivados.

No início do ano seguinte, foi baixado o **Decreto nº 1351, de 11 de janeiro de 1900** aprovando o regulamento de terras emanado das leis 173 de 4 de setembro de 1896 e 263 de 21 de agosto de 1899. Este regulamento trazia consigo, além das modificações em relação à Lei de Terras de Minas Gerais de 1892, a inevitável prorrogação dos prazos para revalidação das concessões e legitimação de posses e suas respectivas medições. Além, obviamente, da mudança na relação entre os técnicos funcionários do governo e aqueles interessados na apropriação das terras públicas devolutas.

O governo mineiro através da **Lei nº 378, de 11/08/1904** promulgada doze anos após a promulgação da Lei de Terras de Minas fez novas alterações em seu artigo 1º, passou a autorizar o governo a fazer concessões gratuitas de terras devolutas ou outras que possuísse ou viesse a possuir às empresas que se propusesse a estabelecer colônias agrícolas no Estado. Esta nova lei também, garantiu o direito

de posse aos pobres, desde que pagassem os custos da medição e legitimação feitos pelo Estado: Artigo 2 – As terras ocupadas até a data da publicação da lei de terras estadual (Lei nº 27, de 25 de junho de 1892), por indivíduos reconhecidamente pobres, poderão ser legitimadas por, conta do Estado, quando nelas tenham eles morada habitual, benfeitorias e culturas, ficando as despesas de medição e legitimação garantidas pelas terras e só podendo ser expedido o título definitivo quando de tais despesas o Estado tiver sido indenizado pelos posseiros. A legitimação, neste caso, seria limitada à área de 10 a 20 hectares.

A **Lei nº 455 de 11 de setembro de 1907** autorizou o governo do estado de Minas Gerais a conceder gratuitamente aos estrangeiros que constituírem família no Estado, lotes de terras devolutas e continha também, disposições sobre legitimação de posses, venda direta de terras devolutas e deu outras providências. Esta lei foi fundamentou na Lei nº 269 de 27/08/1899, e, manteve os requisitos da Lei de Terras de 1850, para continuar legitimando posses de terras devolutas anteriores a 30/01/1854.

O **Decreto nº 2.680 de 03 de dezembro de 1909** aprovou o regulamento para o serviço de terras públicas. O ato do presidente do Estado de Minas Gerais, usou as atribuições que lhe conferiam o artigo 57, da Constituição estadual, cumprindo assim, o que estava disposto nas leis números 27, de 25 de junho de 1892; 173, de 4 do setembro do 1896, 263 de 21 de agosto de 1899; 269, de 27 de agosto do 1899; 378, do 11 de agosto de 1904 e 455, de 11 de setembro de 1907.

A **Lei nº 675 de 12 de setembro de 1916** concedeu mais dois anos para que os ocupantes de terras devolutas legitimassem suas posses e introduziu mudanças no processo e condições para a legitimação. A lei já tinha expressamente o objetivo principal de coibir abusos e fraudes, porém, concedeu mais dois anos aos ocupantes posseiros efetivos ou grileiros para legitimarem suas posses de acordo com a legislação em vigor. Porém, a principal alteração estava no segundo parágrafo onde a determinação da área das posses passava a ser regulada pelo teor dos títulos e pelos atos possessórios que serviam para extremá-las. Assim, reconhecia o poder público os abusos e fraudes que caracterizam o processo de grilagem das terras públicas, e, começava a edição de atos legais para tentar detê-los.

O **Decreto nº 5012 de 19 de junho de 1918** aprovou esse regulamento da Lei nº 675 de 1916, na parte referente à legitimação das terras.

O **Decreto nº 6629 de 04 de julho de 1924** reorganizou os distritos de terras do Estado e continha outras disposições relativas ao serviço de terras públicas, interessando as alterações no regulamento constante do Decreto nº 4496 de 1916.

A **Lei nº 988 de 20 de setembro de 1927** autorizou o Governo do Estado a reorganizar os serviços de medições, legitimações, venda e defesa das terras públicas do Estado, mantendo os princípios de legitimação das terras devolutas ocupadas fora da hasta pública. Assim, continuava o governo mineiro legalizando as terras devolutas apropriadas de qualquer forma.

Lígia Osório Silva (2008:175) afirmou ter havido uma *“liberalidade em relação aos posseiros”* nas legislações aprovadas pelos estados, após a passagem das terras devolutas para o seu domínio, nessa toada:

Minas Gerais, além de modificar a data – limite das posses legítimas, alterou, por meio do decreto nº 1.351, de 11 de Janeiro de 1900, os prazos para legitimação. Ainda em 1916 (Lei nº 675, 12 de setembro de 1916), concedida mais dois anos para os ocupantes de terras devolutas legitimarem suas posses. Na década de 1920, novos prazos ainda foram concedidos. OSÓRIO SILVA (2008:175)

O **Decreto nº 8201 de 31 de janeiro de 1928** aprovou o regulamento de terras do Estado de acordo com a Lei nº 988 de 1927. Entre os artigos do decreto cabe destaque para aqueles que continuaram a garantir os direitos emanados da Lei de Terras de 1850 e do decreto que a regulamentou. A área máxima a ser legitimada foi aumentada para 500 hectares e as de terras de criação ficaram sem limite expresso, transferindo para a possibilidade de abrigar 400 cabeças de gado bovino no limite da área.

A **Lei nº 1023 de 20 de setembro de 1928**, promulgada menos de oito meses do Decreto nº 8201 de 1928, e a exatamente um ano da Lei nº 988 de 1927, revela o quadro crítico e tenso que envolveu a apropriação das terras devolutas no Estado de Minas Gerais. Esta nova lei aprovou, já com modificações o regulamento dos serviços de terras públicas que havia sido baixado pelo Decreto nº 8201 de 31 de janeiro de 1928.

A **Lei nº 1067 de 26 de agosto de 1929** autorizou o governo de Minas Gerais a revalidar a concessão de terras devolutas a *"The Minas Geraes and Espírito Santo Exploration Company Ltd"*., quando foi firmado o acordo para rescisão do contrato de arrendamento da *"Estrada de Ferro Bahia e Minas"*, e expedir o respectivo título

de propriedade ao *"Dr. Trajano Saboya Vinato de Medeiros, sucessor daquela Companhia"*.

A **Lei nº 1080 de 08 de outubro de 1929**, novamente, dispôs sobre os prazos para os adquirentes de terras devolutas promoverem o Registro Torrens (de que trata o artigo 98 e seguintes do regulamento oriundo do Decreto nº 8201 de 31 de janeiro de 1928, aprovado pela Lei nº 1023 de 20 de setembro de 1928), e continha outras disposições: *Artigo 1 será de um ano, contado da data da entrega dos respectivos títulos, o prazo para os adquirentes de terras devolutas, promoverem o registro de que tratam o art. 98 e seguintes, do decreto nº 8.201, de 31 de janeiro de 1928, aprovado pela Lei nº 1.023, de 20 de setembro do mesmo ano.*

No Parágrafo Único, garantiu *"aos possuidores de títulos que ainda não requereram esse registro fica concedido o mesmo prazo para esse fim. Art. 2. Fica prorrogado por mais um ano o prazo de que trata o artigo 2.º, da lei n. 1.023, de 1928, para os interessados nos processos de legitimação, revalidação e de venda de terras devolutas, a prazo, satisfazerem as exigências legais"*.

A **Lei nº 1144, de 05 de setembro de 1930** concedeu vantagens aos ocupantes de terras públicas que tivessem pago durante dez anos o imposto de ocupação; determinou o imposto de transmissão a que está sujeita a versão de imóveis para constituir patrimônio das sociedades anônimas e das limitadas que tenham o comércio ou exploração agrícola por objeto, e autorizou acordo com as sociedades desse gênero, com as quais esteja o governo em litígio.

Os conflitos entre a legislação estadual e os preceitos constitucionais foram analisados por ESPINDOLA *et. alli* (2010). Os autores ressaltam, no campo sociojurídico, o período entre 1930 a 1950 foi marcada pelo declínio da posse e, ao mesmo tempo, que predominou o direito de propriedade privada, apesar do amparo constitucional/legal. Tal transformação radical pode ser explicada pela análise do modo como a legislação de terra foi operada em Minas Gerais, pelo novo contexto socioeconômico e pela posição vantajosa de determinados grupos sociais, frente ao aparato administrativo e jurídico.

[...] Interessam-nos aqui os aspectos legais que contribuíram para a posse sucumbir e, conseqüentemente, que favoreceram a expulsão do posseiro de suas terras.

A legislação mineira, em pontos fundamentais, contrariou o preceito constitucional. O princípio legal definidor da condição de posseiro era o critério da "morada habitual", preceito garantido por todas as constituições republicanas do período entre 1891 e 1953. Além disso,

o direito constitucional também assegurou ao posseiro a preferência para a aquisição de terras devolutas. No âmbito estadual, as constituições estabeleceram limites para a concessão ou alienação de terras públicas, exigindo a apreciação do poder legislativo quando a área ultrapassasse duzentos e cinquenta hectares. Entretanto, ao longo do tempo, a legislação mineira introduziu novos critérios e alargou seu entendimento sobre condição de posseiro, fragilizando dessa forma o preceito constitucional.

Uma mudança significativa ocorreu com a cobrança da taxa de ocupação, (o ocupante de terreno devoluto tinha a obrigação de efetuar o pagamento anual de 1,5% sobre o valor do mesmo) a partir da Lei 1144, de 05 de setembro de 1930. Essa cobrança enquadrava o posseiro e o apossamento em parâmetros legais, isto é, o Estado reconhecia o direito possessório e a legitimidade da ocupação, por terceiros, das terras que lhe pertenciam, independente de como houvesse ocorrido o ato possessório. Essa lei criou uma situação jurídica não prevista constitucionalmente, pois a condição de posseiro era dada pela ocupação mansa e pacífica, com moradia e cultivo da terra. Os depoimentos de testemunhas, ou as vistorias *in loco*, que eram capazes de constatar a moradia habitual, podiam ser substituídos pela apresentação de um recibo de pagamento da taxa de ocupação (pelo art. 1º da Lei 1.144, de 5 de setembro de 1930, “Os ocupantes de terras públicas que houverem pagos durante dez anos o imposto de ocupação, legitimarão as suas posses mediante o pagamento do custo da medição, desde que sejam titulares de direitos preferenciais, nos termos do regulamento atual. Segundo Garcia (1958, p. 180) ¹¹⁶, o termo “*imposto de ocupação*” não é correto, porque foi criado, na verdade, uma taxa, como “posteriormente assim foi reconhecida”). Essa lei acabou por abrir uma brecha para que se comprovasse o direito de posse, mesmo que não se preenchesse de fato o requisito da moradia habitual, exigido pelo direito constitucional.

A venda de terras devolutas constituía-se numa das fontes de receita para a fazenda pública, porém novas ocupações se sucediam de forma crescente e a quantidade de terrenos devolutos ocupados como posse era bem maior do que a porção legitimada por venda. Todos os ocupantes de terra, que não possuíam título hábil, ficaram sujeitos ao pagamento dessa taxa de ocupação, cuja arrecadação deveria contribuir para o aumento da receita do estado. O art. 2º da Lei 1144/1930 estabeleceu como base para a cobrança da taxa de ocupação o imposto territorial, instituído pela Lei 271, de 1º de setembro de 1899 (A criação do imposto territorial visou aumentar as rendas do Estado num contexto de crise das exportações de café e queda da arrecadação do imposto de exportação, porém essa expectativa foi frustrada, porque a renda arrecadada “revelou-se de início excessivamente modesta e manteve-se depois mais ou menos estacionária” (CARVALHO, 1929, p. 32.)). O resultado para a receita estadual se revelou frustrante, como no início do século, porém os efeitos sociojurídicos foram amplamente significativos.

A Lei 1144/1930 abriu a possibilidade de se comprovar a posse mediante a apresentação dos recibos de pagamento da taxa de ocupação. Com essa abertura, forasteiros pagaram a taxa de ocupação, conforme exigido, e usaram os recibos fornecidos pela coletoria do Estado como comprovante de posse (ESPINDOLA *et.al*, 2010).

¹¹⁶GARCIA, Paulo. Terras Devolutas: Defesa Possessória Usucapião Registro Torrens. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958, p. 182.

Nos processos de divisão e demarcação de terras analisados nessa tese, os talões de coletoria foram frequentemente utilizados como comprovantes de ocupação de terras, em detrimento do título “jus in ré”. Cabe destacar que o funcionário público responsável pela coletoria de impostos, Ezequiel Pereira, participou ativamente da grilagem nos processos de divisão e demarcação das terras na Comarca de Grão Mogol. Os autos dos processos analisados indicaram que quando não dispunham de alguma certidão (geralmente ilegítima), ou para dar suposta legitimidade aos documentos apresentados, os condôminos interessados na divisão recorriam à coletoria pagavam os impostos estaduais e recebiam do coletor um talão, ou mesmo recebiam um talão atestando o pagamento dos impostos sobre o imóvel por vários anos consecutivos, que era apresentado nos autos como comprovante de propriedade do imóvel.

A **Lei nº 1155 de 12 de setembro de 1930** também, continuou a prorrogar o prazo para os possuidores de títulos de concessão de terras devolutas promoverem o registro de que tratam os artigos 98 e seguintes do Decreto nº 8.201, de 1928, ou seja, o Registro Torrens. A Lei nº 1171 de 7 de outubro de 1930 tornou facultativo o Registro Torrens para os títulos de concessão de terras devolutas do Estado.

A **Lei nº 9 de 1º de novembro de 1935**, modificou o regime tributário do Estado de Minas Gerais e foi regulamentado pelo Decreto nº 500 de 27 de fevereiro de 1936.

A **Lei nº 171 de 14 de novembro de 1936**, dispôs sobre terras devolutas, sua descrição, medição, concessão e alienação. Ela praticamente repetiu os termos das legislações anteriores, garantindo assim, a possibilidade de continuar aqueles que se apropriaram ilegalmente da terra pública, poder buscar a sua legitimidade. Em outras palavras, os princípios da Lei de Terra de 1850 foram sendo repetidos, e ao mesmo tempo as áreas das terras devolutas foram sendo tornadas do domínio particular sem respeitar a legislação em vigor, pois, ela foi sendo refeita sistematicamente, possibilitando ao infrator legalizar as terras. Mesmo assim, as leis continuaram trazendo artigos que puniam aqueles que não cumprissem os preceitos legais, como no caso dos artigos 100 e 117.

A **Lei nº 214 de 14 de novembro de 1936** promulgada um ano depois da vigência da Lei nº 171 revogou e modificou disposições presentes nessa lei. A revogação dos artigos 94 e 99 era uma necessidade jurídica pois, o governo tinha,

através da Lei nº 1171 de 1930, tornado facultativo o Registro Torrens para os de concessão de terras devolutas do Estado. Porém, no caso da substituição do parágrafo único, o § 1º manteve-se o limite máximo da área de cultura em 75 hectares, e, reduziu-se o limite máximo da área dos campos de criação para 150 hectares. Entretanto, § 2º abriu de forma total a possibilidade para legitimação de qualquer extensão de área apropriada ilegalmente das terras devolutas, "sempre" ocupadas de boa fé.

Um ano antes da nova Constituição Estadual, o Interventor Federal no Estado de Minas Gerais promulgou o **Decreto-Lei nº 1775, de 01 de julho de 1946**, alterando o conteúdo e suprimindo disposições da Lei nº 171 de 14 de novembro de 1936. Nenhuma alteração substantiva foi introduzida nesta lei, sendo que a maioria das modificações foram adaptações necessárias pelas mudanças em outras leis.

A **Constituição Estadual de 1947** trouxe como princípios claros e objetivos a extinção do latifúndio e o direito dos verdadeiros posseiros (aqueles pequenos agropecuaristas que tendo morada habitual e pratiquem a agricultura ou a pecuária continuamente) ao acesso à propriedade da terra. Também a área máxima das concessões e alienações tiveram o limite diminuído, ficando em 250 hectares. Acima deste limite, passou a depender de autorização prévia da Assembleia Legislativa. E, a área máxima para as posses ficou em 25 hectares seguindo a Constituição Federal.

A **Lei nº 148 de 10 de maio de 1948** foi a primeira depois da nova Constituição de 1946, em seus dois únicos artigos autorizou o Governo do Estado a vender ou conceder áreas de terrenos devolutos *"superiores a duzentos e cinquenta hectares (250 Ha), dentro das condições e limites estipulados na lei número 171, de 14 de novembro de 1936. Uma vez que as áreas já tenham sido medidas e demarcadas ou requeridas e cujos requerentes tenham pago o valor do imóvel ou, pelo menos, feito o adiantamento para custeio da medição, até a data da Constituição do Estado"*.

Mais uma vez, reproduz-se a lógica da legitimação via mudanças na legislação, tornando legal as apropriações ilegais das terras devolutas. Condição a prática demarcatória, e porque não dizer à conduta dos profissionais agrimensores.

Até esse período, processo semelhante ocorreu no Estado da Bahia, conforme verificou Reis (2013) que analisou a legislação de terras baiana desde a federalização das terras devolutas em 1891 até 1947. Ao explicar, os sucessivos

aprazamentos concedidos na lei fundiária baiana e suas resoluções, o autor apontou os seguintes fatores: a despreocupação dos grandes posseiros em legalizarem suas terras aguardando um *“afrouxamento da lei e a dilatação dos prazos para a legitimação”*, a *“alta mobilidade dos fazendeiros em buscar novas áreas adjacentes”*, a disponibilidade de terras e a possibilidade impune de expansão. Entre os pequenos posseiros, enfatizou a persistência do costume sobre uma instância legal, ou seja, as práticas costumeiras de uso e transmissão de propriedade prevaleceram sobre a legislação.

A **Lei nº 273 de 13 de novembro de 1948** é o primeiro exemplo, pós Constituição de 1946, de um ato da Assembleia Legislativa de autorização de venda de terras devolutas acima do limite constitucional, através de uma engenhosa operação com as leis nº 273 de 13/11/1948 e a Lei nº 171 de 14/11/1936.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a vender ao sr. Lincoln de Aquino Batista a área de dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil e quinhentos metros quadrados (2.431.500,00 m²) de terrenos devolutos, situada no lugar denominado “Vasante de Santa Helena”, distrito e município de Governador Valadares, com as confrontações constantes da planta anexa ao processo de medição e demarcação da referida área, observando-se o disposto no artigo 119, § 1º, da Constituição do Estado e no artigo 24, letra “b”, da lei n. 171, de 14 de novembro de 1936.

Parágrafo único – Desde que o sr. Lincoln de Aquino Batista prove, na forma legal, ter adquirido, até a data da presente lei, a preferência de que tratam os artigos 119 da Constituição e 24, letra “b”, da lei nº 171, de 1946, sobre a área de 3.601.750,00 m², fica ainda o Poder Executivo autorizado a lhe vender o lote vago com a área de 1.170.250,00 m², ligada à área de 2.431.500,00 m², a que se refere esta lei.

Assim, o Estado de Minas Gerais vendeu ao sr. Lincoln de Aquino Batista essa área de mais de dois milhões de metros quadrados de terras devolutas de acordo com o artigo 119, § 1º, da Constituição do Estado de 1946 e o artigo 24, letra “b”, da lei nº 171, de 14/11/1936.

De acordo com Oliveira (2013), o princípio fundante do legislador ao aprovar este artigo da Constituição de 1946 era permitir somente a aqueles que não possuíam terra para cultivar como está explícito no texto constitucional. Porém, o governo mineiro claramente desrespeitou os princípios constitucionais, o que certamente, tornou a lei inconstitucional.

Esse exemplo de concessão de terras devolutas pelo governo mineiro, prova que os governantes, através das leis, tratou de viabilizar concentração fundiária,

mesmo que para isso tivesse que sobrepor à constituição federal ou estadual, ou seja, recorrendo ao expediente da inconstitucionalidade, portanto, à ilegalidade.

A legislação estadual de Minas Gerais que vinha garantindo apoio aos posseiros efetivos, através da **Lei nº 348 de trinta de dezembro de 1948** estendeu implicitamente o favorecimento aos grileiros das terras devolutas, uma vez que tratou de permitir em seu Artigo 1º:

Os atuais e futuros ocupantes de terras de propriedade do Estado (terras devolutas) ficam autorizados a dar em penhor rural dos financiamentos que lhes forem concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., ou outro estabelecimento de crédito, as culturas nelas existentes, instrumentos agrários e animais, cabendo ao Banco exigir prova de pagamento da ocupação. Art. 2º - A autorização de que trata o artigo 1º se estende aos locatários, sub-locatários e parceiros de terras devolutas.

A **Lei nº 550 de 20 de dezembro de 1949** teve como objetivo regulamentar a concessão das terras devolutas estaduais. E continuou a reproduzir os princípios da Lei de Terra de 1850:

Porém, cabe destacar de início, que ela é quase uma repetição da Lei nº 171 de 1936, simplesmente ignorando os artigos 118 e 119 da Constituição Estadual de 1946, que tratavam da extinção dos latifúndios e da concessão exclusiva das terras devolutas expresso no artigo 119, a quem outras não tiver para cultivar. "(grifo nossos). A meu juízo, a lei trazia flagrante vício de inconstitucionalidade. (OLIVEIRA, 2013)

Vários artigos desta lei trazem questões relevantes, que merecem ser mencionadas. No Artigo 1º, definiu o que são terras devolutas: *“as que, havendo passado ao domínio do Estado, por força da Constituição da República: a) **não se acharem sob o domínio particular por qualquer título legítimo**, nos precisos termos do § 2º, do artigo 3º, da lei número 601, de 18 de setembro de 1850; b) não tiverem sido adquiridas por título de sesmaria ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso por falta de cumprimento de medição, confirmação e cultura; c) estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso, por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas da concessão dentro dos prazos e na forma estabelecida pela legislação anterior; d) não se acharem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal.”*

O Artigo 2º definiu os títulos que têm legitimidade para transferência do domínio: *“a) em títulos de sesmaria e outras concessões e atos de transmissão*

de imóveis expedidos pelo Governo, não incursos em comisso; b) em títulos reconhecidos por direito civil hábeis para transferir domínio, passados anteriormente a 30 de janeiro de 1854, pelos possuidores de terras adquiridas por ocupação primária ou por concessões de sesmarias, não medidas ou não confirmadas nem cultivadas, reconhecidas do domínio particular.”

O Artigo 3º considerou legítimos para transferência de domínio de bens de raiz, *“os escritos particulares de compra e venda ou doação”*, desde que o pagamento do respectivo imposto *“se tiver verificado antes da publicação do decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1851.”*

Essa norma também orientou que os serviços de medição e demarcação seriam realizados de preferência em zonas onde existisse grande quantidade de terras reconhecidamente devolutas (Art. 6º), a cargo dos Distritos de Terras (Art. 7º).

Os Artigos 20 e 21 trataram da alienação e concessão de terras públicas. Artigo 20, limitou a duzentos e cinquenta (250) hectares, qualquer alienação ou concessão de terras públicas, sendo *“superior a duzentos e cinquenta (250) hectares, dependerá de prévia autorização legislativa (Constituição do Estado, artigo 119, parágrafo 2º)”*. *“Art. 21 - Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil (10.000) hectares (Constituição Federal, artigo 156, parágrafo 2º). (...) Art. 23 - A venda de terras públicas poderá ser feita: a) por preferência; b) em hasta pública; c) após a hasta pública, à vista ou a prazo.”*

O Artigo 24, regulamentou a preferência de compra aos posseiros, que tivessem recursos para investir em culturas e criação de gado vacum: *“Somente tem direito à compra preferencial, independentemente de hasta pública: a) os ocupantes que provarem morada habitual e cultural efetiva, pelo menos da quinta parte dos terrenos para agricultura; b) os ocupantes que tenham morada habitual e mantenham pelo menos, três cabeças de gado vacum, por alqueire geométrico, nos terrenos para criação; c) os proprietários de terrenos contíguos, que provarem, pelas condições de suas lavouras, terem necessidade e meios de aproveitar a área pretendida.*

O Artigo 25, regulamentou as condições para comprovação da preferência de compra: *“A prova de que trata a letra “a” do artigo anterior será*

feita por meio de uma informação circunstanciada do Engenheiro-Chefe do Distrito, quando não se puder deduzir do respectivo memorial e planta do lote; as das letras “b” e “c”, por uma justificação, processada perante o Juiz de Direito da Comarca da situação dos terrenos, citação do coletor ou do Engenheiro-Chefe do Distrito de Terras ou do Chefe do Distrito de Fiscalização de Matas, e, na falta deste, de um funcionário indicado pelo Superintendente do Departamento de Terras, Matas e Colonização”.

Como se a compra preferencial das terras devolutas ficou condicionada também ao acesso aos círculos profissionais privilegiados da elite local. Conforme temos evidências restringia o acesso ao direito dos camponeses pobres.

Enquanto no Artigo 26 abriu possibilidade aos ocupantes que possuíssem benfeitorias, mesmo sem morada habitual nas terras: “[...] obter a compra preferencial pelo preço aprovado pelo Superintendente do Departamento de Terras, Matas e Colonização, sem o abatimento de que trata o artigo 28, da área correspondente, até o quádruplo da ocupada pelas ditas benfeitorias. Nos artigos 27, 40, 55 e 57, foram mais específicos, abrindo possibilidade de acesso, gratuito, aos trabalhadores de homens de família que ocupassem terrenos entre 25 e 100 hectares.

Art. 27 - Não se haverão por princípio de cultura, para os efeitos legais, os simples roçados ou queima de matas e campos. (...) Art. 40 - Os lotes já levados à hasta pública, e que não tiverem sido arrematados, poderão ser vendidos, independentemente de nova hasta pública, à medida que se apresentarem propostas para pagamento à vista ou a prazo. (...) **Art. 55 - Aos cidadãos brasileiros ou estrangeiros, chefes de família, que provarem ser homens de trabalho, poderá ser concedido, gratuitamente, um lote de 25 (vinte e cinco) hectares de terras de cultura ou 100 (cem) hectares de terras de criação. Parágrafo único - Terão preferência para esta concessão chefes de numerosa família. (...)** Art. 57 - A concessão é nominal e intransferível. [...]

Os Artigos 73, 74 e 75 dessa Lei nº 550 de 20 de dezembro de 1949, preparam o terreno para as futuras ações de concessão de terra pública para as empresas de plantio e queima de madeira:

Art. 73 - O Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá conceder a empresas que tenham por objetivo a exploração industrial de madeiras, em lugar que se destinar à colonização, pelo prazo de 20 (vinte) anos, terrenos devolutos, até a área de 10.000 (dez mil) hectares. Art. 74 - Essas empresas

ficarão sujeitas ao pagamento das madeiras de lei que se destinarem à exportação, cujos preços, por metro cúbico, serão fixados pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, no contrato. Art. 75 - As madeiras que não servirem para exploração comercial serão aproveitadas como lenha ou para fabricação de carvão, e ficam sujeitas ao pagamento, por metro cúbico, de determinada importância, a ser fixada, no contrato, pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. (...)

Futuramente, é necessário avaliar o efeito dessa norma para a transferência das terras devolutas para o controle das empresas de plantio de madeira, em Minas Gerais, uma vez que a monocultura de árvores, conforme afirmou Chaves (2015:35) *“somente decolou”* na década de 1970.

Por fim, o Artigo 82, proibiu a ocupação de terras devolutas, exceto a: *“Todo aquele que, não sendo proprietário rural, nem urbano, ocupar por dez (10) anos, ininterruptos tratos de terras devolutas”* que não podia exceder a vinte e cinco (25) hectares, condicionado a torná-las produtivas o pelo próprio trabalho e ter nelas a moradia. Obedecidos estes requisitos adquirir-lhe-á a propriedade (Constituição Estadual, artigo 119 - § 3º).

Enfim esta lei carrega uma série de absurdos, como comprovação de moradia habitual através de benfeitorias, autorização para venda de terras fora da hasta pública, privilégio da propriedade em detrimento da posse. Privilegiou quem podia comprar, e àqueles que transitavam nos ambientes dos “letrados”, dos papéis e dos cartórios.

No novo contexto socioeconômico e jurídico, as terras devolutas se tornaram um bem de mercado, antes mesmo de serem convertidas em propriedade privada. Os particulares passaram a negociar o “direito de posse”, ou melhor, o direito à compra preferencial. Os negócios entre particulares eram registrados em cartório e os documentos de compra e venda utilizados para se exercer o direito preferencial, sem que se tivesse de fato a moradia habitual. Na verdade, a lei não reconhecia esses documentos de compra e venda do direito de posse, porém o comprador pagava retroativamente, por 10 anos, a taxa de ocupação e adquiria o direito preferencial, não por ter comprado a posse, mas por assumir a condição de posseiro. A mecânica legal para a legitimação de terras permitiu excluir o posseiro lavrador do terreno efetivamente ocupado e, ao mesmo tempo, possibilitou que “gente que nunca viu um pé de milho” se torne proprietária de “grandes tratos de terras devolutas”, ou seja, através das lacunas da lei as pequenas glebas de terras cederam lugar aos latifúndios (GARCIA, 1958). O direito de posse sucumbe diante do direito de propriedade porque a legislação mineira atuou para forçar a legitimação das ocupações de terras devolutas existentes no Estado de Minas Gerais. O legislador estabeleceu uma série de condições que alargaram a conceituação do que era o posseiro e, ao mesmo tempo, fragilizou a condição da moradia habitual. As restrições existentes e a complexidade legal funcionaram apenas para a

massa de lavradores pobres, pois os que possuíam recursos e acesso aos serviços de advogados poderiam contornar essas limitações, transformando-as em fatores favoráveis aos seus interesses.

Para retirar os posseiros que ocupavam de fato a terra, depois de obter o título de propriedade, o fazendeiro solicitava à justiça a reintegração de posse, quando na verdade tratava-se de uma emissão de posse. Mesmo tendo caído os artigos 94 e 99 da Lei 171, de 20 de novembro de 1936, que estabeleciam o prazo de 60 dias para o Registro Torrens (Lei 214, de 30 de outubro de 1937), sem que a Lei 550/1949 o restabelecesse, em casos especialmente controversos, ocorria a imediata solicitação do Registro Torrens, para que não houvesse contestação do título de propriedade concedido pelo governador ou, caso ocorresse, não fosse bem-sucedida na justiça (ESPINDOLA *et alli.*, 2010)

Assinada durante o governo de José Magalhães Pinto¹¹⁷, essa Lei nº 550 de 1949, nas disposições transitórias, continuou autorizando a alienação de terrenos devolutos com área superior a 250 hectares *“e até o limite máximo fixado no art. 21 da Lei n. 171, de 14 de novembro de 1936, medidas e demarcadas até a data da Constituição do Estado e cujas medições ou o custo do imóvel estejam pagos pelos interessados”*, conforme artigo 100. No artigo 101 indicou lei especial para tratar das ***“das concessões de terras devolutas a empresas siderúrgicas, para produção de carvão de madeira necessários às suas usinas e para outros misteres”***. Até a promulgação dessa lei, as concessões vigentes eram *“regidas pelo disposto nos artigos 80 e 86 da Lei n. 171, de 14 de novembro de 1936”* conforme parágrafo único.

A Lei nº 618 de 30 de outubro de 1950, dispôs sobre concessão de terras devolutas a particulares acima do limite constitucional e com autorização da Assembleia Legislativa, trouxe outro mecanismo absurdo, todavia comum nos processos de aquisição de terras devolutas, o envolvimento de vários membros de uma mesma família. *“Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado, nos termos do art. 119, § 2º da Constituição do Estado, a fazer as seguintes concessões de terras devolutas: da área de 4.767.000,00 metros quadrados, no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia, a Glória Pereira Lopes; da área de 4.982.750,00 metros quadrados, no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia, a Maria Aparecida Pereira Lopes; da área de 4.976.000,00 metros quadrados no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de quadrados no lugar denominado “Macaco*

¹¹⁷ Essa Lei também foi assinada pelos políticos Milton Soares Campos e Pedro Aleixo.

Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia a Nestor Pereira Lopes; da área de 5.507.000,00 metros quadrados situada às margens dos Córregos Acaba Saco e Eugênio, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Adalberto Sena e Irmãos. Da área de 6.407.000,00 metros quadrados, situada à margem do Córrego de Areias, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Antônio Soares da Cunha Peixoto¹¹⁸; da área de 5.090.000,00 metros quadrados, situada às margens dos Córregos Bandeira e São José, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Joaquim Adalberto Pereira. Da área de 5.816.125,00 metros quadrados, situada às margens do Córrego Rubim de Pedras, distrito de Rubim, município de Rubim, a Djalma Ferreira da Costa; da área de 7.296.000,00 metros quadrados, situada às margens do Córrego Rubim de Pedras, distrito de Rubim, município de Rubim, a Sebastião José de Sousa; da área de 3.061.570,00 metros quadrados, situada à margem direita do rio Jequitinhonha, distrito de Jacinto, município de Jacinto, a Antônio Mendes; da área de 3.308.950 metros quadrados, situada no lugar denominado Córrego Capão dos Porcos, distrito de Indianópolis, município de Indianópolis, a Olímpio Mendes Ferreira; e da área de 2.820.000,00 metros quadrados, situada no lugar denominado Rio Preto do Bananal, distrito de Alegria, município de Simonésia, a Antônio Melânias Aleixo.” (Vide Anexo A)

Essa lei foi assinada pelo governador Milton Soares Campos que a este tempo se tornara governador de Minas Gerais, foi uma medida inconstitucional que entregou terras devolutas, até cinco 5,8 vezes superior ao limite da Constitucional Estadual. Três concessões já traziam quase o dobro do que a lei determinava, e mais, a média das onze concessões foi de 491 hectares cada, sendo que a menor foi de 282 hectares e a maior de 729,6 hectares, ou seja, quase três vezes o limite constitucional. É um flagrante de como as elites fundiárias se apropriam do Estado, e desrespeitam a constituição em benefício dos seus privilégios rentistas.

¹¹⁸A família Cunha Peixoto é a mesma a qual pertence o latifundiário do município de Jequitinhonha, “Pedro Emílio de Almeida Peixoto”, que além de pecuarista, introduziu a bananicultura irrigada no município. Na primeira década do século XX, após uma crise financeira esse fazendeiro perdeu o mando político, depois de mais de um século de grande influência política dessa família no Baixo Jequitinhonha, mandonismo exercido também através de laços políticos com prefeitos, deputados e governadores mineiros. A localização da referida propriedade na lei - à margem do Córrego de Areias, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha – indica que pertence às terras da Fazenda São Vicente, de onde tem origem também a minha própria família e de tantos outros camponeses pobres, sitiados, e agregados que fomos expulsos de nossas terras de trabalho e morada. Todavia, as evidências apontam para terras devolutas apropriadas inconstitucionalmente.

O **Decreto nº 3577 de 27 de junho de 1951** regulou a alienação de terras devolutas estaduais, fundamentado na inexistência de critério normativo para determinação de preço das terras devolutas do Estado. O Decreto visou o estabelecimento de *"processos eficazes de defesa da Fazenda Pública Estadual no tocante a observância dos preços básicos das terras e a garantia do pagamento do preço e dos tributos devidos pelo adquirente das mesmas"*.

A **Lei nº 936 de 05 de junho de 1953**, que dispôs sobre emissão de apólices com destinação especial, trouxe uma flagrante inconstitucionalidade, o Artigo 14, que, *autorizava o executivo a alienar áreas superiores a 250 hectares sem a autorização da Assembleia Legislativa para ocupantes que exercesse atividades agrícolas ou industriais*. Ou seja, podia o poder executivo representado pelo governador Juscelino Kubitschek de Oliveira **alienar terras devolutas com área inferior a 10.000 hectares, que era o limite constitucional** vigente pela **Constituição Federal de 1946**: *"Art. 14 - Respeitado o limite do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a alienar, nos moldes previstos nesta lei, áreas superiores a 250 (duzentos e cinqüenta) hectares de terras devolutas aos respectivos ocupantes de mais de um ano, que nelas exerçam atividade agrícola ou industrial."*

A **Lei nº 1250 de 05 de junho de 1955** prorrogou os efeitos legais inconstitucionais do artigo 14 da Lei nº 936 de 1953, até 31 de dezembro de 1955. Este ato se deu durante o governo de Clóvis Salgado Gama (vice-governador do estado do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que assumiu o cargo, quando Juscelino renunciou ao mandato para disputar a presidência da República).

Acerca do artigo 14 da Lei nº 936 de 1953, e da sua inconstitucionalidade Espíndola *et alli*(*op.cit*), escreveram:

O fato inconstitucional se consumou com a Lei nº 936, de 05 de julho de 1953, cujo artigo 14 autorizou o executivo a alienar áreas superiores a 250 hectares, independente da Assembleia Legislativa, como determinava claramente o parágrafo 2º do artigo 119 da Constituição Estadual. Em 24 de abril de 1957 foi dado um parecer do Departamento Jurídico da Secretaria de Estado da Agricultura, que declarou ser essa lei inconstitucional. Contudo, ela continuou em vigor com a sanção do governador e sem que o poder judiciário declarasse sua inconstitucionalidade.

A imposição da compra como modo de acesso à terra, independente de a Constituição resguardar o direito de posse dos lavradores pobres, na verdade, restringiu o direito apenas àqueles com condições econômicas, alfabetizados, capazes de contratar os serviços de advogados e com relações sociais e políticas com ocupantes de

órgãos governamentais e legislativos. A lei mineira garantia o direito da posse pura e simples, porém prejudicava esse direito sempre que acrescentava novas condições e exigências.

Assim, criaram-se brechas que favoreceram a formação de grandes latifúndios nos vales dos rios Doce e Mucuri. Considerando a entrada dos grandes investimentos de capital e o processo de valorização das terras florestadas, associados à falta de uma política agrária nacional, podemos concluir que a legislação acabou restringindo o acesso à terra e, ao mesmo tempo, favoreceu os mecanismos socioeconômicos de concentração da terra, bloqueando a formação da pequena propriedade. ESPÍNDOLA *et alli*(*op.cit*: 27-28)

A Lei de Terras e a legislação mineira que deveriam regular e controlar as posses das terras devolutas, todavia, acabaram favorecendo o apossamento e legitimação de grandes extensões de propriedade por terceiros (latifundiários, pecuaristas, empreendimentos florestais empresas ferroviárias). Tal processo também atingiu o Norte de Minas.

As normas que sucederam a lei mineira de 1892 foram instituídas desvirtuando o princípio da discriminação das terras devolutas dos particulares. Alguns decretos até apresentavam como finalidade proteção dos posseiros de terras para plantio e morada habitual, sem, contudo, criar os mecanismos que garantissem a eles, acessar os cartórios e a lei para exercício do direito democrático. Pelo contrário, os latifundiários – grileiros de terras, acessaram os mecanismos postos pelos decretos e leis, manobram os cartórios, e os profissionais que executavam as medições.

Ainda na década de 1950, o **Decreto nº 4869 de 03 de janeiro de 1956** dispôs sobre as normas para o levantamento cadastral do Estado e revisão dos lançamentos do imposto territorial e da taxa de ocupação de terras devolutas: O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições resolveu determinar o levantamento cadastral de todas as propriedades rurais do Estado e revisar os lançamentos para cobrança do imposto territorial e da taxa de ocupação de terras devolutas. E o **Decreto nº 4996 de 21 de fevereiro de 1956** prorrogou o prazo para a coleta de declarações de proprietários rurais e ocupantes de terras devolutas. O **Decreto nº 5002 de 04 de abril de 1956** estabeleceu normas para o levantamento cadastral do Estado e revisão dos lançamentos do imposto territorial e da taxa de ocupação de terras devolutas, a que se referiu o Decreto nº 4869 de 03 de janeiro de 1956. O Decreto nº 5264 de 11 de maio de 1957 modificou o disposto no Decreto nº 4996 de 21/02/1956.

Em 1957, através da **Resolução nº 242 de 24 de agosto de 1957**, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais criou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), para apurar denúncias sobre apropriação indébita madeiras extraídas em terras devolutas do Estado e demais irregularidades existentes no Departamento de Terras e Matas. A constituição da referida CEI decorreu de inúmeras denúncias feitas na imprensa naquele ano, particularmente relativa às grilagens de terras devolutas e violência na região de Governador Valadares. O texto de Ernane Corrêa RABELO (s/a)¹¹⁹ *"Vida e morte de O Combate"* relatou fatos destes conflitos.

A situação política derivada das leis e sua aplicação pelo Estado, em favor dos grileiros de terras devolutas, e, as ações do Estado em suas proteções, criou neste período uma reação por parte dos sitiante e posseiros em luta pela terra de moradia e de trabalho. (Conforme analiso na próxima seção).

A **Lei nº 1689 de 20 de novembro de 1957**, continuava a garantir a concessão de terras devolutas acima do limite constitucional formando novos latifúndios que a Constituição de 1946 pretendia combater. A Lei 1689 de 1957 concedeu à Francisco Lacerda Toledo do município de Resplendor 1.080,05 hectares de terras devolutas. (Vide o Anexo A).

Nesse contexto foi constituída uma Comissão Especial de Inquérito, em 1957. Para apurar as inúmeras denúncias feitas na imprensa naquele ano, particularmente relativa às grilagem de terras devolutas e violência na região de Governador Valadares.

O **Decreto nº 5482 de 21 de setembro de 1958** promulgado como de interesse público, *"no transcurso do Dia da Árvore"*, trouxe normas para aplicação da Lei nº 550 de 1949. Ao menos no texto, trouxe a intenção de disciplinar a concessão de terras devolutas, e resguardar o patrimônio florestal do Estado, obrigando a inscrição no Registro Torrens *"o respectivo título definitivo de propriedade e de conservar em matas a quarta parte da área concedida, ou reflorestá-la"*, sob pena de multa e caducidade da concessão. No artigo 1º foi decretado *"sem prejuízo da declaração de caducidade, a que estão sujeitos os títulos de concessão de terras devolutas, na forma e para os efeitos do disposto no art. 80, da Lei nº 550, de 20 de dezembro de*

¹¹⁹ "O Combate" foi um jornal tabloide semanal publicado em Governador Valadares no final dos anos 50 e início dos 60, o autor, Ernane Corrêa RABELO é professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.com.ufv.br/pdfs/professores/artigo%20redealcar%20ernane%20rabelo.pdf> acesso em 02 de novembro de 2014 O ano da publicação não é indicado, indicou que foi apresentado In: 5º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho.

1949, é fixada em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a multa legal imposta pela não inscrição, no Registro Torrens, dos títulos definitivos de propriedade de terras devolutas”.

No Artigo 4º decretou a responsabilidade pela organização do cadastro especial das áreas de terras devolutas concedidas à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho que organizaria o levantamento por municípios e comarcas, e especificação das áreas em matas e as reflorestadas, e das que se acham Matriculadas no Registro Torrens.

Os artigos 5º e 6º incumbem a mesma secretaria a solicitação aos Promotores de Justiça, a comunicação imediata das impugnações que – no exercício da atribuição contida no artigo 460, § 2º, do Código do Processo Civil – tenham oposto a pedidos de inscrição de títulos de propriedade definitiva de terras devolutas no Registro Torrens, pela preterição dos encargos previstos no art. 92, da Lei nº 550, de 20 de dezembro de 1949.” E a promoção, junto aos cartórios de registro de hipotecas das comarcas, da coleta dos informes relativos à inscrição de títulos de concessão de terras devolutas, no Registro Torrens.

A **Lei nº 1904 de 15 de janeiro de 1959** dispôs sobre concessão de terras devolutas. Nela podem ser encontradas 20 concessões com áreas superiores a mil hectares (conforme apresento na Tabela 3 – Áreas devolutas concedidas a particulares pelo governo do Estado de Minas Gerais acima de mil hectares). Nesta tabela há casos extremados no Baixo Jequitinhonha, como a concessão de 5.223 hectares no município de Águas Formosas, e os casos de 4.517,60 e 9.246,20 hectares no município de Salto da Divisa. Essas concessões provam que a lógica política que comandou a concessões de terras devolutas pelo governo de Minas Gerais foi a formação de novos latifúndios, tornando ainda mais concentrada a estrutura fundiária daquele Estado, infringindo dessa forma explicitamente o artigo nº 118 e implicitamente o artigo nº 119 da Constituição Estadual, fundamento da Lei nº 1904 de 1959, que trata da relação dos beneficiários das concessões de terras devolutas acima de mil hectares pela Lei nº 1904 de 1959.

Ana Emília de Carvalho escreveu sobre o quadro político do acesso às terras devolutas daquela época:

Em 1959, a lei de concessão de terras devolutas aos latifundiários dos Vales do Rio Doce e do Mucuri, assinada pelo governador Bías Fortes, veio a inviabilizar ainda mais a vida da maioria dos pequenos produtores. Os posseiros cederam lugar ao gado criado em grandes propriedades

com abundante capim-colonião. Diante disso, grande foi a população rural que migrou para a área urbana de Governador Valadares, passando a morar em favelas, ou outras regiões próximas; as opções eram ou trabalhar para as indústrias siderúrgicas ou, ainda, viver como assalariados, meeiros ou parceiros dos grandes fazendeiros. Poucos foram os que puderam manter a sua terra; com isso, em 1960, praticamente não mais havia posseiros no Vale do Rio Doce. (CARVALHO, apud OLIVEIRA, 2013)

Tabela 3 - Áreas devolutas concedidas a particulares pelo governo do Estado de Minas Gerais acima de mil hectares

Município	Áreas Devolutas Concedidas em Hectares
Águas Formosas	2.554,00
	5.223,00
Almenara	1.163,50
	1.571,00
Carlos Chagas	1.022,00
	1.348,60
	1.701,90
Governador Valadares	1.475,00
	1.181,50
	1.664,00
Itambacuri	3.365,60
	1.226,90
	1.341,98
Jequitinhonha	2.770,00
	1.526,80
	1.844,20
Salto da Divisa	9.246,20
	2.686,00
	4.517,60
Santa Maria do Suaçuí	9.246,20
	2.686,00
	4.517,60
TOTAL	48.599,03

Fonte: Lei nº 1904 de 15 de janeiro de 1959

O Decreto nº 6430 de 12 de dezembro de 1961 é o último ato legal do governo mineiro anterior a 1964. Ele trouxe instruções para a alienação de terras devolutas. Esse decreto deixou claro que se acumularam no Departamento Jurídico da Secretaria de Agricultura pareceres exigindo a solução rápida aos processos referentes à concessão de terras devolutas. Considerou também a *“complexidade da extensa legislação a respeito da matéria.”* Em outras palavras, um conjunto de leis impondo diferentes limites, inclusive inconstitucionais que agravaram mais o quadro da discriminação das terras devolutas em Minas Gerais.

A preferência pela compra de terras devolutas continuou obedecendo os requisitos da Lei nº 550 de 20 de Dezembro de 1949. Reafirmou que a área de terras *“não poderá ser superior a duzentos e cinquenta hectares”* no título IV. Porém essa determinação foi logo contrariada título seguinte que estabeleceu: *“V- No caso em que o ocupante das terras devolutas tenha depositado, no prazo legal, para efeito da aquisição, na Coletoria da situação do imóvel, em apólices, 80% (oitenta por cento) do preço atribuído a área por ele ocupada, nos termos do art. 8º da Lei n.936, de 05 de junho de 1953, poderá ser autorizada a alienação, ainda que a área ultrapasse o limite de 250 (duzentos e cinquenta) hectares, em face da autorização especial contida no art. 14 da mencionada lei, atendidos os demais requisitos, inclusive o limite constitucional de 10.000 hectares”.*

Esse decreto foi assinado por pelo Governador José de Magalhães Pinto, Paulo Savo e Bilac Pinto¹²⁰.

Já no contexto da ditadura militar, em 1966, quando o governador de Minas Gerais era Israel Pinheiro da Silva¹²¹, foi instituiu a Fundação Rural Mineira –

¹²⁰ Deputado Federal por Minas Gerais de 1951 a 1966, embaixador do Brasil na França de 1966 a 1970 e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1970 a 1978. Pai do fazendeiro e ex-Deputado Francisco Bilac Moreira Pinto e avô do atual Deputado Federal Bilac Pinto Neto do PR/MG, esse parlamentar declarou nas últimas eleições entre seus bens investimentos e terras no Noroeste e Norte de Minas: *“20.000.000 Quotas de Capital da Empresa Jaiba Agroindustrial Ltda (R\$141.871,97), Saldo Credor Contrato de Mutuo Mantido Com Jaiba Agroindustrial Ltda (545.032,87), 2.191.169 Quotas de Capital da Empresa São Francisco Empr. E Pat. Ltda - Cnpj 07.190.910/0001-28 (1.694.055,00), 25% de Uma Gleba de Terra Com 149,20 Hectares Situada no Municípios de Unai-MG (R\$15.000,00)”*. Tribunal Superior Eleitoral (2014)

¹²¹ Israel Pinheiro da Silva nasceu em Caetés (MG) em 1896, formado em engenharia civil e de minas, na Europa, realizou estudos de aperfeiçoamento em siderurgia. De volta ao Brasil, dedicou-se às atividades políticas e empresariais, ligando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1933, quando Benedito Valadares foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal em Minas Gerais, Israel Pinheiro assumiu a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas deste estado. Sob o Estado Novo, foi deslocado para a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, permanecendo no cargo até 12 de fevereiro de 1945. Criou o Polonoroeste para a exploração de recursos agroindustriais do estado e aproveitamento econômico de áreas de cerrado.

Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS através da **Lei nº 4278 de 21/11/1966** regulamentada pelo **Decreto nº 10160 de 30/11/1966**¹²². Esta instituição passou a representar o Estado nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas. Conforme previsto nos Artigos 3º e 7º:

Art. 3º. A Fundação terá por objetivo a colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais, na conformidade das disposições da Lei Federal n. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) Parágrafo único – A Fundação não substituirá o Estado no exercício de suas atribuições próprias, mas agirá supletivamente. (...) Art. 7º - Fica a Fundação **investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras devolutas**, podendo, ainda, promover convênios e acordos com a União, Distrito Federal e municípios.”

O patrimônio da RURALMINAS foi constituído por terras situadas no Norte e Noroeste de Minas conforme explícito no Art. 4º - O patrimônio da Fundação será constituído de: I – todas as áreas de terras devolutas do Estado de Minas Gerais, situadas nos municípios de Manga, Monte Azul, Janaúba, Varzelândia, Januária, Itacarambi, Montalvânia, São Francisco, Formoso, Arinos, Buritis, São Romão, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Brasília de Minas, Ubaí, Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Presidente Olegário, Lagamar, Vazante e Guarda-Mór, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiros; II – bens que lhe sejam doados por qualquer pessoa de direito público ou privado. (RURALMINAS, 1966) *(sem grifos no original)*

Com a promulgação da nova **Constituição do Estado de Minas Gerais**, em **13 de maio de 1967** a legislação de terras do Estado foi adequação à legislação federal, inclusive incorporando a função social da propriedade. Conforme escrito nos Artigos 213 e 214, que limita as concessões de terras públicas até 250 hectares, e assegura a legitimação de posse e a preferência aquisição de até 100 (cem) hectares de terras públicas, nos termos da lei federal, àqueles que as tornarem produtivas com seu trabalho e de sua família. Considerando o disposto no art. 164, parágrafo único da Constituição Federal. § 2º.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro acesso em 30 de Dezembro de 2016.

¹²²Modificada pelas Leis Delegadas Estaduais n.º99/2003 e136/2007, com estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º43.323/2003. e pelo Decreto Estadual n.º45.752/2011, que sofreu alteração no Decreto Estadual nº46.565/2014

Em 1969, o governo do Estado de Minas Gerais criou o Fundo de Desenvolvimento Rural através da **Lei nº 5305 de 16/10/1969**, que passou a ser administrado pela RURALMINAS. Esta lei logo em seu artigo primeiro tratou das intenções desenvolvimentistas para o campo, calcada nas bases capitalistas, direcionando a assistência técnica ao modelo de exploração agrícola: *“Art. 1º – O Governo do Estado adotará, como diretriz, para a promoção do desenvolvimento de áreas rurais ainda não adequadamente exploradas, a implantação e reformulação de núcleos produtores, que atuarão como pólos de influência técnica na exploração agropecuária.”*

No seu artigo 7º essa nova regulamentação investiu a RURALMINAS do poder de representação do Estado nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas. (Essa questão e ação da RURALMINAS serão aprofundadas na próxima seção).

Em **01/10/1970 foi aprovada a Emenda nº 1 à Constituição Estadual de 1967** que manteve o princípio da função social da propriedade, e, foi introduzido o requisito da autorização da Assembleia Legislativa para a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 750 hectares.

A **Lei nº 6136 de 27/08/1973 revogou a obrigatoriedade do registro Torrens para todos os títulos definitivos de propriedade de terras devolutas**, expedidos pelo Governo do Estado, nos termos do artigo 1º do Decreto Federal nº 451-B, de 1890.

A **Lei nº 6177 de 14/11/1973** dispôs sobre a legitimação de terras devolutas, atribuindo à Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS a competência para legitimar terras devolutas havidas de boa fé a qualquer título, a mais de cinco anos quando requerida pelos interessados no prazo de um ano a partir da vigência da lei. Por sua vez, o Decreto nº 16098 de 12/02/1974 regulamentou a Lei nº 6177 de 14/11/1973. E as Leis nº 6496 de 03/12/1974, Lei nº 6.564 de 15/4/1975, Lei nº 6.705 de 28/11/1975, Lei nº 6.971 de 27/12/1976, Lei nº 7.195 de 23/12/1977, Lei nº 7.644 de 21/12/1979, Lei nº 7.887 de 11/12/1980, Lei nº 8.265 de 23/7/1982 e, Lei nº 8.440 de 26/9/1983 prorrogaram o prazo para a legitimação de terras devolutas.

Assim, os princípios emanados da Lei nº 6177 de 14/11/1973, que autorizava a RURALMINAS "a providenciar a legitimação de terras devolutas, havidas de boa fé, a qualquer título, há mais de 5 (cinco) anos, quando requerida pelos interessados". prevista para um ano

vigorou por mais de dez anos (14/11/1973 a 31/12/1984), beneficiando simultaneamente, verdadeiros posseiros como indicavam os textos legais estaduais e federais, e, os ocupantes grileiros das terras públicas devolutas estaduais. (OLIVEIRA, 2013)

Cabe destacar entre os textos legais dessas prorrogações de prazo, a alteração feita pelo artigo 2 da Lei nº 6.705 de 28/11/1975, alterando o artigo 5 da Lei nº 6177 de 14/11/1973. Ou seja, o limite de 750 hectares imposto pela Emenda 1 de 1970 à Constituição de 1967, foi alterado para 3.000 hectares por uma simples lei estadual. Em 1975, o governador Aureliano Chaves fez aprovar a Lei nº 6.637 de 02/10/1975, que autorizava o poder executivo a alienar 17 áreas ocupando 1.131.911,60 hectares de terras devolutas de propriedade do Estado à empresas, acima do limite constitucional (parágrafo único do artigo 171 da Constituição Federal de 1967). Para tal operação contou com o apoio do Senado Federal presidido também, pelo senador mineiro Magalhães Pinto. As terras devolutas foram alienadas através de resoluções do Senado Federal que nos termos do artigo 171 da Constituição Federal, autorizaram o governo de Minas Gerais a alienar áreas de terras devolutas estaduais acima do limite constitucional de 3.000 hectares, pelo preço mínimo de Cr\$30,00 o hectare.

Menos de dois anos após as concessões emanadas da Lei nº 6.637 de 02/10/1975, o governo mineiro fez outra concessão de 100.000 hectares de terras devolutas. Através da Resolução Nº 182 de 1979, o Senado Federal autorizou a alienação. Ainda no ano de 1977, o governo de Minas Gerais aprovou a Lei nº 7101 de 07/10/1977, que retirou da legislação em vigor a obrigatoriedade da preservação das matas em 25% da área concedida ou de sua recomposição caso estivesse devastada, sob pena de caducidade da concessão, presente no artigo 92 da Lei nº 550 de 1949.

O **Decreto nº 19166 de 05/05/1978** fixou o preço, por hectare, das terras devolutas havidas de boa fé, para fins de legitimação, em Cr\$30,00 até 05/05/1978, em Cr\$50,00 até 01/09/1978 e, em Cr\$80,00 até 31/12/1978.

A **Lei nº 7373 de 03/10/1978** dispôs sobre a legitimação e doação das terras devolutas do estado em zona urbana ou de expansão urbana. Foi alterada em 1980 pela Lei nº 7872 de 02/12/1980.

Na década de 1970, a apropriação das terras devolutas pelas empresas de plantio de madeira, ganhou impulso com a política federal de incentivos fiscais,

sobretudo com a publicação do **Decreto Lei nº 1.376 de 12 de dezembro de 1974**, que instituiu o Fundo de Investimento Setorial (FISSET).

A **Lei 7644 de 21/12/1979** revigorou o prazo para apresentação de requerimento de legitimação de terras devolutas até 31 de dezembro de 1980.

O **Decreto nº 20425 de 04/03/1980** dispôs sobre o procedimento para a legitimação de terras devolutas e fixou o preço do hectare para sua aquisição em Cr\$100,00, um preço irrisório, conforme calculou Oliveira:

[...] o equivalente à compra de 10 exemplares do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, na data da promulgação do decreto. O Decreto nº 23037 de 13/09/1983 criou o grupo de trabalho para estudar e propor alterações na legislação estadual sobre legitimação de terras devolutas. (OLIVEIRA:2013)

A **Lei 7.887 de 11/12/1980** prorrogou o prazo para apresentação de requerimento de legitimação de terras devolutas, até 31 de dezembro de 1981. No decurso dos anos 1980 a RURALMINAS aprovou um estatuto e regulamento e suas alterações através da edição de cinco decretos¹²³.

A **Lei nº 8.078 de 30/10/1981** dispôs sobre a destinação do produto da alienação de terra devoluta do Estado e decretou pelo Artigo 1º que *“o produto da alienação de terra devoluta do Estado será contabilizado como receita patrimonial da Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS”*. E no Artigo 2º – deu nova redação ao artigo 5º da Lei nº 4.278, de 21 de novembro de 1966, que autorizava o Poder Executivo a instituir fundação destinada a promover a colonização e o desenvolvimento agrário no Estado e dá outras providências, já modificado antes pelo artigo 5º da Lei nº 5.305, de 16 de outubro de 1969, passou á seguinte redação: *“Parágrafo único - A renda de ocupação de terra devoluta será calculada à alíquota mínima de 6% (seis por cento) sobre o valor da terra, fixado nas tabelas vigentes da RURALMINAS”*.

O Governo de Minas Gerais através da **Lei 8.162 de 26/04/1982** autorizou o Poder Executivo a doar terras devolutas no município de Araçuaí, no baixo Jequitinhonha.

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a doar ao Município de Araçuaí as terras devolutas da Fazenda Brejão, situada no lugar

¹²³ Os Decretos nº 23490 de 19/03/1984, nº 23562 de 11/05/1984, nº 23688 de 12/07/1984, nº 27170 de 24/07/1987 e nº 28343 de 11/07/1988.

denominado Tesouras, Município de Araçuaí, com a área de 1.794.20,00 ha (um mil, setecentos e noventa e quatro hectares e vinte ares) [...]"

A doação foi condicionada a destinação do imóvel para o fim de preservação do meio ambiente local. Estabelecendo a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, no caso de descumprimento dessa disposição.

É importante ressaltar que essa doação de terras aconteceu durante o mandato do governador Francelino Pereira dos Santos, que no exercício de suas funções, fez alianças com os chefes políticos dos municípios mineiros, pelo tornou-se conhecido no estado e foi preparando sua candidatura a deputado federal. Instalou-se no vale do Jequitinhonha, tentando implantar bases eleitorais nas cidades de Pedra Azul, Almenara, Jacinto, Jordânia, Bandeira e Jequitinhonha, consideradas das mais pobres do estado, expandindo assim a representação udenista na região nordeste de Minas. (FGV/CPDOC, 2016)

Nesse período no município de Jequitinhonha, observa-se a doação de casas em terrenos de expansão na periferia da cidade, como espécie de "indenização", uma "paga" pelo tempo de trabalho aos vaqueiros realizada por um grande latifundiário por tempo de trabalho. Por parte das famílias, esta prática gerou uma espécie de gratidão simbólica para com o fazendeiro. Enquanto na verdade, tratava-se do pagamento de trabalhos privados com os terrenos públicos e os recursos das políticas públicas consoante à expulsão velada das terras de morada e trabalho.

O **Decreto nº 22.323 de 03 de setembro de 1982** dispôs sobre os procedimentos para a legitimação de terras devolutas e fixou o preço de Crs\$200,00 (duzentos cruzeiros) por hectare, obtida a qualquer título. Ao possessor que comprovasse morada habitual, concedeu-se um desconto de 10% pelo preço da compra:

Art. 1º - O procedimento para a legitimação de terra devoluta havida de boa fé, a qualquer título, há mais de 5 (cinco) anos, obedecerá ao disposto no [Decreto nº 16.098, de 12](#) de fevereiro de 1.974.

Art. 2º - O preço do hectare para a legitimação de terra devoluta será o seguinte:

I - Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros), para a terra havida de boa fé, a qualquer título, há mais de 5 (cinco) anos;

II - o valor fixado nas tabelas vigentes da Fundação Rural Mineira-Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS, quando se tratar de adquirente de boa fé que não tiver posse quinquenária do imóvel, e este não for, também, cadastrado no INCRA.

Parágrafo único - Ao requerente que provar morada habitual no imóvel será concedido um abatimento de 10% (dez por cento) sobre o preço da legitimação, previsto no inciso I.

Novamente, o prazo para a apresentação de requerimento de legitimação de terras devolutas foi revigorado, através da **Lei 8.440, de 26/09/1983**, o prazo que era até 1980 foi estendido até 31 de dezembro de 1984, a contar da vigência desta lei, (art.1º)¹²⁴. No artigo 2º concedeu *“ao requerente que provar morada habitual no terreno(...) um abatimento de 10% (dez por cento) no preço da legitimação fixado nos termos do regulamento.”*

Entre 1970 e 1983 foram emitidas 57 confirmações de títulos de terras devolutas expedidos pelo Estado do Espírito Santo, dando cumprimento aos acordos e limites estabelecidos entre os governos de Minas Gerais e o governo capixaba. Cabe futuramente, analisar o conteúdo dessas confirmações.

A **Lei nº 9681 de 12/10/1988** dispôs sobre a concessão de terra devoluta em substituição a Lei nº 550 de 20/12/1949. Esta lei trouxe para a legislação de terras o instrumento da concessão real de uso e a vedação de concessão de terras devolutas, impedindo assim, que ocupantes de cargos públicos e proprietários com mais de 250 hectares, assim como seus parentes consanguíneos até 2º grau pudessem adquiri-las.

Em 1989 foi promulgada a nova Constituição do Estado de Minas Gerais (21/09/1989), convergindo com os princípios da Constituição Federal de 1988 e outros específicos da legislação estadual. De acordo com Oliveira (2013):

Entre aqueles vindos da alçada federal estão o princípio da função social da propriedade, a compatibilização dos programas de desenvolvimento rural e a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária e, o direito à legitimação gratuita aos posseiros de área até 50 hectares, condicionado a morada habitual e produção contínua por mais de cinco anos. Já entre aqueles oriundos da legislação estadual estão a possibilidade de "alienação ou concessão a qualquer título, de terra pública para assentamento de produtor rural, pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, compatibilizadas com os objetivos da reforma agrária e limitadas a duzentos e cinquenta hectares e com prévia autorização da Assembleia Legislativa"; e, a vedação à alienação e concessão de terras públicas à membros do governo, funcionários públicos e aos proprietários de terra com área superior à 250 hectares. (Idem)

¹²⁴ De que trata a Lei nº 6.177, de 14 de novembro de 1973, modificada pelas Leis nºs 6.705, de 28 de novembro de 1975; 6.971, de 27 de dezembro de 1976; 7.195, de 23 de dezembro de 1979; 7.887, de 11 de dezembro de 1980, e 8.265, de 23 de julho de 1982.

Esses pontos foram tratados na seção V sobre a política rural, cujos artigos merecem destaque, no Artigo 247, no § 1º IX – *a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terra pública para assentamento de trabalhador rural ou produtor rural, pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, compatibilizadas com os objetivos da reforma agrária e limitadas a 100ha (cem hectares)*. § 3º – *“Independem da prévia autorização legislativa: I – a alienação ou concessão de terra pública previstas no plano de reforma agrária estadual, aprovado em lei; II – a concessão gratuita do domínio de área devoluta rural não superior a 50ha (cinquenta hectares) a quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, a possua como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, tenha nela sua moradia e a tenha tornado produtiva”*.

No que se refere às políticas para o campo a constituição mineira de 1989 trouxe como competência do Estado: o fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar, com a viabilização da assistência técnica ao produtor e da extensão rural.

No começo de 1990, no município de Grão Mogol foi criada a Lei Municipal nº146 de 14 de janeiro de 1990 que criou o Distrito Industrial do Buriti (Anexo B). Esta lei foi referida na certidão FLORESTAS RIO DOCE S/A, (matrícula 1858) de *“parte imóvel Fazenda Curral Geral”*, retomo seu conteúdo no capítulo 5 desta tese.

Com a nova Constituição Estadual o governo de Minas Gerais **aprovou a Lei nº 11020 de 08/01/1993**, que dispôs sobre as terras públicas e devolutas estaduais¹²⁵. No seu artigo 1º reafirmou a definição de terras devolutas da Lei de Terras de 1850: *“São terras devolutas do domínio do Estado as assim definidas pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que lhe foram transferidas pela Constituição da República de 1891 e que não se compreendam entre as do domínio da União por força da Constituição da República de 1988”*.

Sobre a legitimação da posse, cabe destacar que essa lei autorizou, em seu artigo 20, proprietário de imóvel rural, ocupe terra devoluta cuja área não exceda 250 ha (duzentos e cinquenta hectares), tornando-a produtiva com o seu trabalho e o de sua família e tendo-a como principal fonte de renda. A legitimação de posse consiste no fornecimento de licença de ocupação, pelo prazo mínimo de 4 (quatro)

¹²⁵ Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 34801 de 28/06/1993 e foi parcialmente alterada pelas Leis nº 11401 de 14/01/1994, nº 11416 de 26/12/1996, sendo que as duas primeiras regulamentadas pelo Decreto nº 37158 de 16/08/1995.

anos, findo o qual o ocupante terá preferência para aquisição do domínio” (artigo 21). “§ 1º - A licença de ocupação será intransferível “inter-vivos” e inegociável, não podendo ser objeto de penhora ou de arresto”.

O artigo 25 colocou o fundamento do interesse social à frente na resolução de conflitos “em caso de conflito ou de tensão social incontornável, o Estado proporá à União a desapropriação da área, por interesse social”.

O Artigo 29 considerou “originário o título definitivo de propriedade expedido pelo Estado nos termos desta Lei”.

Através desta lei o Estado concedeu mais um prazo para legitimação de terras devolutas, conforme artigo 30: “A Assembleia Legislativa receberá, nos 3 (três) anos subsequentes à data de 9 de janeiro de 1993, para fins do disposto no inciso XXXIV do artigo 62 da Constituição do Estado, processo de alienação ou de concessão de terra pública cuja medição e demarcação tenham sido efetivadas até 7 de janeiro de 1993, ainda que não precedidas de ação discriminatória”. Conforme determinou esta lei a Fundação RURALMINAS ficou encarregada dos laudos de identificação fundiária, relatórios e parecer favorável à concessão ou alienação das áreas. Sendo assim, esse processo de transferência das terras se submetia à conduta dos funcionários dessa instituição.

A **Lei nº 11178 de 10/08/1993**, reorganizou RURALMINAS face às mudanças constitucionais e da Lei nº 11020 de 08/01/1993, que foram regulamentadas pelo Decreto nº 35417 de 25/02/1994. O governo do Estado de Minas Gerais baixou 14 Resoluções referentes à alienações de terras devolutas¹²⁶.

A **Lei nº 11805 de 18/01/1995**, alterou dispositivos da Lei nº 7373 de 03/10/1978, sobre legitimação e doação de terras devolutas do Estado em zona urbana ou de expansão urbana.

A **Emenda 34 à Constituição Estadual de 08/07/1998**, trouxe alterações em vários artigos, porém, cabe destacar o inciso IX do parágrafo 1º do artigo 247 que reduziu de 250 hectares para 100 hectares o limite da alienação ou concessão, compatibilizando assim, a legislação estadual à federal: “IX – a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terra pública para assentamento de trabalhador rural ou produtor rural, pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa,

¹²⁶ Resoluções nº 5149 de 20/10/1994, nº 5150 de 20/10/1994, nº 5153 de 30/12/1994, nº 5155 de 12/10/1995, nº 5156 de 14/06/1995, nº 5161 de 20/12/1995, nº 5163 de 22/12/1995, nº 5164 de 22/12/1995, nº 5165 de 22/12/1995, nº 5167 de 27/12/1995, nº 5174 de 08/07/1997, nº 5175 de 10/09/1997, nº 5177 de 11/11/1997 e, nº 5178 de 11/11/1997.

compatibilizadas com os objetivos da reforma agrária e limitadas a 100ha (cem hectares).”

O INCRA e o governo de Minas Gerais, em 1998 firmaram convênio através da Comissão Operacional da Reforma Agrária, a Procuradoria-Geral do Estado e a RURALMINAS, para arrecadação de terras devolutas estaduais. O prazo elaboração do plano de execução para a imediata operacionalização do programa, foi definido em até trinta (30) dias.

Em **11 de dezembro de 1998** através da **Resolução 5.184** foram alienados 1.004 imóveis rurais, a maior quantidade desses imóveis foi alienada em municípios do Norte de Minas e no Vale do Mucuri. Somente em Indaiabira foram alienados 297 imóveis em Rio Pardo de Minas 409 imóveis. Na Tabela 4 a seguir mostro os imóveis alienados na área foco da tese.

Tabela 4 - Imóveis situados na área de estudo alienados em 1998

REQUERENTE	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)
Ilza de Oliveira Souza	Córrego Fundo	Botumirim	99.9850
Maria das Graças Pereira Panta	Faz. Carqueja	Botumirim	55.0500
Jason Teodoro Soares	Buracão	Botumirim	118.1500
Lourival Pereira dos Santos	Buriti – Fazenda Santa Clara	Cristália	70.5750
Geraldo Magela Pereira	Olaria – Faz. Santa Clara	Cristália	50.6500
Sebastião Elias Santos	Capivara	Grão mogol	31.0000
Santos Teixeira Leal	Curralinho	Josenópolis	33.6090
Ricardo Teixeira Batista	Ribeirão	Josenópolis	106.2750
Sílvio Feliciano Silva	Fazenda Canoa	Padre Carvalho	77.5000
José Antônio Alves	Fazenda Lajedinho	Porteirinha	36.2240
Profiro Ferreira Silva	Córrego do Saco/Ventania	Riacho dos Machados	28.3500
Idaura Martinha Rodrigues	Fazenda Pajeú	Riacho dos Machados	10.7390

Fonte: Resolução 5.184 de 11 de Dezembro de 1998.

Pelo **Decreto nº 41096 de 05/06/2000** atribui-se a competência para assinar os títulos definitivos de propriedade de terras devolutas foi transferida para o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, até o limite de 250,00 ha (duzentos e cinquenta hectares).

As **Leis nº 13468 de 17/01/2000 e nº 14084 de 06/12/2001**, criaram o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER, transferindo atribuições que eram exercidas pela RURALMINAS, também, adequando a administração pública mineira aos demais estados brasileiros. Os Decretos nº 42828 de 07/08/2002 e nº 43335 de 20/05/2003 aprovaram o regulamento do ITER. A Lei nº 13800 de 26/12/2000, dispôs sobre as ilhas fluviais e lacustres de domínio estadual. A Lei nº 14089 de 06/12/2001, criou o programa de certificação ambiental da propriedade agrícola e deu outras providências. A Lei nº 14309 de 19/06/2002, dispôs sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no estado. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 43710 de 08/01/2004.

O **Decreto nº 43.809, de 19 de maio de 2004**, autorizou a Advocacia-Geral do Estado – AGE a assumir a representação judicial do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais-DER/MG, nos casos: desapropriação ou indenização por desapropriação indireta; posse, domínio e outros direitos reais, meio ambiente; e direitos e vantagens e deveres de servidor público, pessoal e recursos humanos em geral

O **Decreto nº 43799, de 30/04/2004** criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Regularização Fundiária de Unidades de Conservação e para Identificação de Terras Devolutas de Interesse Ambiental – GIUC. O decreto determinou que a composição seria representada pelas Secretarias de Estado de entidade Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Planejamento e Gestão e Secretaria Extraordinária de Assuntos para a Reforma Agrária, da Advocacia-Geral do Estado, do Instituto de Terras de Minas Gerais e Instituto Estadual de Florestas. Dentre as competências incluiu a promoção e regularização fundiária de unidades de conservação, estaduais e municipais, no Estado de Minas Gerais.

Na forma do disposto no art. 126 da Constituição Federal, foi criada e instalada, na Comarca de Belo Horizonte, em 6 de junho de 2002, **a Vara de Conflitos Agrários**, sendo regulado o seu funcionamento pela Resolução nº 398/2002. Essa Resolução foi alterada pela **Resolução Nº 438/2004**, (por sua vez alterada pela Resolução nº 620/2009) foi criada a vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte e competência em toda a extensão territorial do Estado. No artigo 2º atribuiu competência ao Juiz de Direito da Vara Agrária de Minas Gerais *“para processar e julgar as ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terra*

rurais, mencionadas no art. 82, inciso III, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.415, de 23 de dezembro de 1996, assim como as ações discriminatórias de que trata a Lei federal nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

O conteúdo da Resolução indica também que o Juiz deve se deslocar aos locais de conflito, sempre que necessário, e praticar atos que visem a cooperação com as comarcas onde os conflitos estão instaurados. Sendo assim, cabe ao Juiz de Direito da Comarca dinamizar o funcionamento da Vara e encaminhar a solução dos conflitos.

O Estado de Minas Gerais, embora com atraso de quatro anos, ainda assim foi o primeiro que, por obra do Poder Judiciário local, que criou e instalou a Vara de Conflitos Agrários, (Araújo, 2009:78). A efetividade dessa Vara e o exame das decisões judiciais que partiram da mesma requer outros estudos sistemáticos.

A **Lei nº 15424 de 30/12/2004**, dispôs sobre a fixação, contagem, cobrança, e pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal.

O **Decreto nº 44505 de 20/04/2007** e o **Decreto nº 44770 de 22/11/2011**, contém o regulamento do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER.

A **Lei nº 18692 de 30/12/2009**, uniformizou os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especificou¹²⁷.

A **Lei nº 19414 de 30/12/2010**, dispôs novamente, sobre a fixação, contagem, cobrança, e pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal.

Em 2008, foi criada uma Secretaria de Estado Extraordinária de Regularização Fundiária – SEERF que iniciou o Programa de Titulação de Terras Devolutas rurais e urbanas. As ações se deram por meio do Instituto de Terras de Minas Gerais (extinto) em parceria com a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o objetivo foi cadastrar e georreferenciar terras nos

¹²⁷ Essa lei foi alterada pela Lei nº 19.962, de 23/12/2011, e regulamentada pelos Decretos nº 45307 de 13/02/2010, nº 45666 de 03/08/2011, nº 45685 de 11/08/2011, nº 45696 de 17/08/2011, nº 45739 de 23/09/2011 e, nº 45878 de 30/12/2011.

municípios de Berilo, Minas Novas e Turmalina, na Região do Jequitinhonha, e Grão Mogol, no Norte de Minas (IOF, 2008).

Entre agosto de 2004 a dezembro de 2010 foram alienados através de 29 resoluções, 188 imóveis rurais, que totalizam 28.107,63 hectares, a maioria no Norte de Minas sendo que a maioria concentradas nos municípios do Alto Rio Pardo, foram alienados 30 imóveis em Montezuma, 15 rurais em Vargem Grande do Rio Pardo (15) e 87 imóveis em Rio Pardo de Minas. A área dos imóveis variou entre 100,36 hectares a 250 hectares. Ou seja, a maioria das áreas contidas nesse intervalo encontra-se acima do limite da Constituição do Estado evocada no texto das próprias resoluções (disposto no inciso XXXIV do, art. 62 da Constituição do Estado), que limita a alienação ou a concessão de terras públicas e devolutas rurais com área de **até 100ha (cem hectares)**. Cabe futuramente um levantamento em campo para esclarecer se foram posses camponesas regularizadas ou se tratou de favorecimento de elites locais.

Em 2013 foi encaminhada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/13¹²⁸ pelo ex-governador de Minas, Antônio Anastasia (PSDB), que propunha alterar a política agrária estadual. Mudando as cláusulas da legislação estadual que estabelecem os critérios para concessão e alienação de terras públicas.

O objetivo da PEC 43/13 é alterar a política agrária do Estado, abrindo a possibilidade de alienação ou concessão de terras públicas a proprietários que detenham mais de 250 hectares, o que, atualmente, é vedado. A PEC também permite que grupos de proprietários de terras formem cooperativas com fins comerciais.” (ALMG, 2013).

A justificativa apresentada pelo governador foi em razão “da existência de grandes glebas devolutas no Estado que, tecnicamente, podem ser classificadas como impróprias ao desenvolvimento agrícola e à execução da reforma agrária, conforme o plano nacional de reforma agrária e o programa de regularização fundiária”. Segundo o Executivo, os critérios atuais de concessão dificultam o interesse de investidores no programa de desenvolvimento econômico dessas glebas. No texto da PEC de Anastasia propôs:

¹²⁸ “Acrescenta a alínea “c” ao inciso XXXIV do art. 62 e dá nova redação ao art. 247 da Constituição do Estado. Art. 1º - O inciso XXXIV do art. 62 fica acrescido da seguinte alínea “c”:“Art. 62 - (...) XXXIV - (...)

“c) a alienação ou a concessão, a qualquer título, a pessoa natural ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, de terras públicas com área de até 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares);”.

Art. 2º - O art. 247 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 247 - (...)

§ 7º - (...)

III - a proprietário de mais de duzentos e cinquenta hectares, ressalvado o disposto no § 10.

(...)

§ 10 - Em área que os órgãos competentes da União e do Estado declararem imprópria para fins de reforma agrária ou de atividade agrícola, e que seja dispensável à proteção de ecossistemas naturais, é permitida a alienação ou concessão de terra pública e devoluta rural para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, desde que observadas as diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

§ 11 - A lei criará o Fundo de Reforma Agrária e Política Agrícola, destinado a financiar o plano de reforma agrária estadual e as políticas agrícolas, em consonância com o Plano de Reforma Agrária Nacional e o PMDI.

§ 12 - Após a titulação ou a concessão de terras devolutas será permitido aos beneficiários, com vista ao que dispõe o inciso V do § 1º deste artigo, constituir cooperativas para a exploração comercial da atividade agrícola, pastoril, ou de reflorestamento, mesmo que a soma de áreas tituladas ou concedidas sejam superiores aos limites constitucionais.”.

Art. 3º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.”

Tal assombro de emenda inconstitucional, proposta pelo último ex-governador mineiro, foi arquivada, e é claramente mais uma manobra visando entregar as terras públicas ao capital privado, aos grileiros. Obviamente poderia agravar, ainda mais, a questão fundiária em Minas Gerais.

O futuro da regularização das terras segue incerto, pois as atividades do Instituto de Terras de Minas Gerais foram suspensas, devido ao envolvimento do ex-diretor do instituto, Ivonei Abade Brito ao lado do ex-secretário extraordinário de Regularização Fundiária Manoel Costa serem acusados de encabeçar um esquema ilegal de grilagem de terras públicas ou pertencentes a pequenos posseiros, que seriam cedidas por cifras milionárias a mineradoras interessadas em jazidas no Norte de Minas. A “Operação Grilo” tramita em segredo de justiça na Comarca de São João do Paraíso e foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Estadual (MP).

Atualmente, a Secretaria de Desenvolvimento Agrária do Governo do Estado de Minas (Seda) tem a competência de legislar as terras públicas, também sobre o acesso à terra, regularização fundiária e o crédito fundiário rural. Através de uma subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária.

A **Lei 22.293 de 20 de setembro de 2016** extinguiu a RURALMINAS e transferiu suas atividades para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater – MG) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA). Conforme o artigo 1º dessa lei: “§ 2º – *As competências relativas à discriminação e arrecadação de terras devolutas rurais e à gestão e à administração das terras arrecadadas, inclusive das terras devolutas provenientes dos distritos florestais, até que recebam destinação específica serão incorporadas pela Seda.*” (sem grifos no original).

O destino para os imóveis pertencentes à RURALMINAS foi definido no artigo 5º, que orienta priorizar a permanência das famílias nas áreas ocupadas, cabendo ao Estado promover política de regularização fundiária dos assentamentos urbanos e rurais situados nesses imóveis pertencentes à RURALMINAS até a data de extinção dessa entidade.

Sendo assim, cabe debater o destino das terras pertencentes ao patrimônio da RURALMINAS e arrendadas para as empresas monocultoras no Norte de Minas, que não devolveram as terras ao Estado de Minas Gerais, pelo contrário, apossaram-se de mais áreas, inclusive invadindo terras de famílias geraizeiras que vivem há gerações nessas áreas.

Outro grave problema, encontra-se na cadeia sucessória dos imóveis das empresas de plantio de madeira, em que se verifica fraudes, flagrantes vícios na origem dos títulos, e as polêmicas adjudicações de terras via ações de usucapião de terras públicas.

**CAPÍTULO 3-QUESTÃO AGRÁRIA,
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A GRILAGEM
EM MINAS GERAIS**

A complexidade da questão fundiária no Brasil tem sido permeada pelo controle que as elites fundiárias exercem sobre o Estado, orientando a política agrária e agrícola e disseminando por todo país, através do controle das instituições a prática da grilagem de terras, que engendra em uma problemática *socioterritorial* e histórica. Através da síntese apresentada no capítulo anterior busquei mostrar que a legislação, ao longo da expansão territorial no Brasil, foi feita e refeita facilitando a apropriação das terras devolutas, em vez de efetivamente, conter a grilagem e o rentismo.

A grilagem e a burla da lei foram reinventadas de diversas maneiras pelo Brasil *à fora* os estudos de Oliveira (1997), Moreno (2007), Feliciano (2009), Faria (2008 e 2015), Torres (2008 e 2012), Sobrinho (2012), Costa (2012), Prieto (2016) Ministério do Meio Ambiente (2006); Ministério da Justiça (2012) apresentam e analisam criticamente as distintas estratégias dos grileiros no processo de apropriação das terras devolutas em diferentes porções do território brasileiro¹²⁹.

Em Minas Gerais, o roteiro não foi diferente, conforme apresento na próxima seção (3.1) os grileiros também deram a sua contribuição para o receituário da grilagem. Tal realidade apresentada neste capítulo está de acordo com o argumento, apresentado por Oliveira, de que há uma dívida histórica do Estado Brasileiro, pública e notória, na demarcação das terras públicas e devolutas em grande parte do país.

¹²⁹ OLIVEIRA, A. U. “*A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*”, concurso de LIVRE DOCÊNCIA da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1997.

FELICIANO, C. A. *Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Usp, Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

TORRES, M. G. *A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no oeste do Pará*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP.

TORRES (*opcit*).

MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007;

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2006) *A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira* /Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. – Brasília: MMA, 2006.108 p: il.color.; 28 cm + 2 lâms. (Série Estudos, 8). MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2012). *Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas*, Resumo do relatório de Pesquisa, MJ/SAL – Série Pensando o Direito 2011-2012, Nº 48 - versão publicação. Coordenação Geral: José Rodrigo Rodriguez (CEBRAP).

SOBRINHO (2012,*opcit*)

COSTA (2012. *opcit*)

PRIETO (2016.*opcit*).

Tal dívida, que se configura na passagem do século XIX para o século XX, é secundada por evidências de fraudes clamorosas e falhas gritantes nos registros de imóveis que têm sido denunciadas e constatadas há muitos anos, especialmente nas áreas em que o conflito de terras é mais acirrado e violento.

No Estado de Minas Gerais, os grileiros utilizaram de artifícios distintos na região sul, no triângulo, no centro-oeste e leste do estado, Vale do Jequitinhonha. Apresento uma síntese destas práticas, partindo do entendimento que apropriação rentista não é uma prática exclusiva da região norte de Minas. E assenta-se no interior da estrutura fundiária do estado, envolvendo diferentes sujeitos sociais e diferentes estratégias de grilagem e apropriação ilegal de terras.

Cabe neste debate mostrar que as instituições deveriam regular a questão fundiária (como o INCRA, e na esfera estadual, a RURALMINAS e o extinto ITER), conforme, demagogicamente, orienta o texto legal que orienta o funcionamento desses órgãos. Ao contrário, uma grande parte dos profissionais empregados nessas instituições, aliam-se aos grileiros implementando ações e programas que favorecem ao rentismo em detrimento da discriminação das terras e destinação aos camponeses, indígenas e quilombolas, que realmente delas necessitam para viver. E que realizam esta conquista por meio de processo de luta.

3.1 No Caldeirão da Grilagem: as Receitas de Apropriação de Terras em Minas Gerais

Dentre os estados do Sudeste, Minas Gerais tem a maior quantidade de terras devolutas, são mais de 14 milhões de hectares, e só foram demarcadas, entre 20% e 30% das terras¹³⁰. Trata-se de um problema fundiário que abarca grande parte da área do Estado.

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (2014), eis a situação dos imóveis rurais cadastrados no estado:

- MINAS GERAIS: 895.454 imóveis
- TOTAL DE ÁREA CADASTRADA: 53.745.409,91 hectares

Conforme a situação jurídica dos imóveis, em 2014 (vide Tabela 5), a grande e a média propriedade que somam 7,89% da quantidade de imóveis

¹³⁰OLIVEIRA, *et alli*. (2012:14-433). Relatório Técnico do Trabalho de Campo no Pontal do Paranapanema e São Félix Do Xingu/PA. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2012). Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas, Resumo do relatório de Pesquisa, MJ/SAL – Série Pensando o Direito 2011-2012, Nº 48 - versão publicação. Coordenação Geral: José Rodrigo Rodriguez (CEBRAP).

(70.621) registrados juntas concentram 58,88% da área dos imóveis que corresponde a 31.644.801,14 hectares, do qual mais 15 milhões de hectares (15.326.335,60) são terras improdutivas. Enquanto os 814.896 imóveis da pequena propriedade e dos minifúndios somam (91,00%) concentram apenas 21.907.406,51 hectares, ou seja, 40,76% da área total dos imóveis cadastrados em Minas Gerais.

A realidade que esses dados apresentam é a mesma conhecida na questão agrária brasileira, em que os minifúndios e a pequena propriedade concentram o maior número de imóveis em uma área muito pequena, e os latifúndios numa desproporcional quantidade de imóveis concentram a maior área.

No Mapa 5: Minas Gerais Terras Devolutas – 2003 apresento a imensa concentração das terras no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Tabela 5 - Cadastro de Imóveis Rurais: Situação Jurídica, 2014

Classes de Área Total (ha) Classes de Nº de MF (ha) Categoria de Imóvel Rural	PROPRIEDADE		PROPRIEDADE E POSSE		POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO		POSSE A JUSTO TÍTULO		POSSE SIMPLES OCUPAÇÃO E A JUSTO TÍTULO		SITUAÇÃO JURÍDICA NÃO INFORMADA	
	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMOVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
	680.720	45.254.698,72	30.802	2.657.636,23	36.263	874.555,48	144.835	4.818.662,41	1.450	59.979,10	1.384	79.877,37
19 Minifúndio	425.991	5.216.095,78	17.209	251.867,92	32.098	366.192,32	118.637	1.368.914,56	1.128	16.115,11	1.056	15.410,68
20 Pequena Prop. Produtiva	40.139	2.610.267,90	3.015	219.363,48	407	29.671,40	3.642	264.445,76	58	4.569,00	39	2.458,80
21 Pequena Propriedade ***	61.666	3.951.847,30	4.804	325.568,97	1.258	91.703,23	7.691	529.413,95	163	13.827,60	196	12.496,60
22 Pequena Propriedade	81.234	5.385.698,21	1.923	134.596,15	1.909	141.332,67	10.345	728.904,67	99	4.821,84	29	1.825,99
23 Média Prop. Produtiva	28.870	7.641.962,14	1.315	379.053,15	150	41.802,03	1.142	317.469,69	15	4.396,44	9	2.294,58
24 Média Propriedade ***	30.879	7.560.569,18	1.891	489.003,31	362	103.266,41	2.473	672.126,54	19	5.935,14	31	6.938,19
25 Média Propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
26 Grande Prop. Produtiva	5.754	6.418.941,68	281	398.405,13	8	6.047,42	205	310.860,95	0	0,00	10	21.827,37
27 Grande Propriedade ***	5.118	6.093.918,26	343	451.803,63	54	94.297,90	381	597.032,56	8	10.313,97	11	16.523,46
28 Grande Propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
29 Não Classificada	1.069	175.381,25	21	7.974,48	17	240,10	119	9.493,73	0	0,00	3	112,71
30 N Classific. Art.7 Lei 8629	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Imóveis Inconsist. Excluídos	15.675	132.997.320,19	3.604	15.987.184,30	447	32.813,72	2.458	6.877.735,69	2.441	4.483.725,48	4.376	0,00
Total de Imóveis rurais inconsistentes excluídos		28.901										

*Imóveis Rurais não classificados com declaração de projeto técnico, de acordo com o Art. 7 da Lei n. 8.629/93

Fonte: SNCR(2014)

Mapa 5 - Minas Gerais Terras Devolutas – 2003

Fonte: OLIVEIRA (2013)

Através desse mapa é possível constatar uma grande concentração das terras devolutas do estado no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, onde há uma enorme quantidade de municípios onde a área de terras devolutas estão em uma faixa superior a 50% até 99,77% da área territorial dos municípios.

Os municípios de Pedra Azul, Monte Azul (no Vale do Rio Jequitinhonha), Coração de Jesus, São Francisco e São Romão (no Norte de Minas), representados pela cor azul, são municípios cuja área de terras declaradas pelos proprietários de imóveis rurais, supera a área total dos municípios. Ou seja, o mesmo imóvel pode ter mais de um título de propriedade (mais de um “dono” para o mesmo imóvel), ou as terras públicas estão sendo ilegalmente apropriadas, pois as áreas declaradas não correspondem com as áreas registradas no INCRA. Nos municípios do Vale do Jequitinhonha verifica-se uma área imensa de terras improdutivas inclusive em nome de empresas agropecuárias e mineração (grafite).

Enquanto, no Norte de Minas, nos municípios de Coração de Jesus, as áreas declaradas do imóvel são bem maiores que as áreas registradas, e estas que excedem são imóveis declarados improdutivos. Neste município a maior área de imóvel improdutivo “TRES IRMAOS INHAUMA LAGOA GRANDE” cadastrado em nome da empresa “FLORESTAMINAS FLORESTAMENTOS MG S.A.” cuja área do imóvel é trezentos e cinquenta e três (353) hectares, porém, a área registrada é de cinco mil e quarenta e oito (5.048) hectares. Na mesma situação encontra-se a “FAZENDA MOCAMBO” cadastrada em nome da “COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CALCIO”, que declarou área de duzentos e oitenta e um (281) hectares e registrou dois mil novecentos e setenta e três (2.973) hectares.

Enquanto os municípios de São Romão e São Francisco, instigam uma investigação mais detalhada, futuramente, pois as informações apontam para situações de grilagem que necessitam ser aprofundadas. Primeiramente, os dados do INCRA apontam para um imóvel “EMPRESA RURAL BAIURU S.A” erroneamente digitado (o nome correto é Empresa Bauru SA). Esta empresa tem registrado em São Romão trinta e oito (38) imóveis rurais que somam uma área de 26.507 hectares. Já em São Francisco a mesma empresa possui quarenta e sete (47) imóveis, que somam trinta e seis mil quatrocentos e noventa e três (36.493) hectares, são dimensões territoriais de terras inclusive improdutivas (Conforme apresento no Anexo C – Terras da Empresa Rural

Bauru S.A em São Romão e São Francisco, MG, é muito difícil ter precisão da área do total dos imóveis, pois as informações de área de posse, área e área registrada entram em conflito entre si). Ocorre que, em 1988 um dos imóveis confinantes com a referida Empresa Bauru SA, teria sido objeto de desapropriação por interesse social, conforme um Decreto¹³¹, “o imóvel rural denominado "FAZENDA LOGRADOURO ou BREJO VERDE ", classificado como "latifúndio por exploração", situado no Município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária”. Todavia, este decreto foi revogado em 05 de setembro de 1991.

Outra questão que enseja análises em outros estudos, são as terras da família gaúcha “*Bruxel*”, que em meados de 1976 iniciou suas atividades de exploração do cerrado mineiro. Atualmente, o “grupo DB”, referência às iniciais de Daniel Bruxel, insere-se no mercado de commodities, incluindo suínos. E possui terras inclusive muitas delas improdutivas, em outros municípios do cerrado como Varjão de Minas, Presidente Olegário, Santa Fé de Minas, Patos de Minas, Lagoa Formosa e João Pinheiro.

Esses apontamentos que faço, face ao quadro fundiário desses municípios apontam para a complexidade da estrutura agrária do Norte de Minas e que requer aprofundamentos, em outros estudos. São questões que não são estritas aos municípios inseridos na fração territorial foco da análise. Que igualmente apresentam uma estrutura fundiária complicadíssima, em face de todas as questões que temos analisado nesta tese. Detendo-se à análise desses dados para alguns dos 11 municípios que concentram a área de estudo, revela-se novamente, a concentração da grande propriedade, sobretudo a grande e média propriedade improdutiva.

Conforme apresento nas Tabelas (6, 7, 8 e 9) - Estrutura Fundiária: Riacho dos Machados, Grão Mogol, Porteirinha e Serranópolis de Minas, inserir a análise de todos os municípios estudados

Riacho dos Machados concentra em quatro imóveis uma grande área de terras improdutivas, 10.486 hectares, essa área desses quatro imóveis improdutivos, supera a soma da área dos 546 imóveis que são minifúndios. Há um número gigantesco de grandes e médias propriedades, produtivas e improdutivas declaradas como posse, o que é ilegal, a rigor, são terras griladas. Consta nesses registros de grandes e médias propriedades

¹³¹ Decreto nº96.508, de 15 de agosto de 1988. Revogado através do Decreto de 5 de setembro de 1991.

improdutivas as terras em nome “COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS” e “SAO JOAQUIM FLORESTAL Ltda” “FLORESTAS RIO DOCE SA” registradas em nome das *Fazendas Marimbo e Fazenda Riacho Dona Rosa*, foco desse estudo.

Tabela 6 - Estrutura Fundiária, Riacho dos Machados (INCRA, 2003)

CLASSE	FUNDIÁRIA	Área Registrada (ha)	Área do Imóvel (ha)	Área de Posse(ha)	Nº Imóveis
GRANDE	PROPRIEDADE PRODUTIVA	2174	673	7944	4
GRANDE	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	10486	634	7532	4
MÉDIA	PROPRIEDADE	2691	97	156	5
MÉDIA	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	6203	396	1154	18
PEQUENA	PROPRIEDADE	16229	0	3693	157
MINIFUNDIO		9672	0	3225	546

A maior área de terras registra em Riacho dos Machados, é também um dos imóveis em nome da *Fazenda Marimbo*, registrada em nome de “GAMALIEL HERVAL”, imóvel improdutivo cuja área é de 244 hectares, área registrada de 6.156 e área de “posse” 5.374.

Tabela 7 - Estrutura Fundiária, Porteirinha (INCRA, 2003)

CLASSE	FUNDIÁRIA	Área Registrada (ha)	Área do Imóvel (ha)	Área de Posse(ha)	Nº Imóveis
GRANDE	PROPRIEDADE PRODUTIVA	9442	326	398	8
GRANDE	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	10885	851	5568	8
MÉDIA	PROPRIEDADE	19256	535	2183	33
MÉDIA	PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	20574	1099	2692	50
PEQUENA	PROPRIEDADE	41373	0	3883	378
MINIFUNDIO		40885	0	8573	2606

Em Porteirinha, a pequena propriedade e os minifúndios distribuem em 2.984 imóveis a área de 82.258 hectares, em média a área de cada imóvel não supera 27,57 hectares. Somente a grande e a média propriedades

improdutivas concentram uma área de 31.456 hectares, em média cada imóvel desse grupo tem uma área de 542,34 hectares. O imóvel com maior área registrada nesse município é uma grande propriedade improdutiva, em nome da “AGRO PECUARIA SAO MIGUEL DO GORUTUBA SA”, com área de 117 hectares e área registrada de 2.178 hectares.

Tabela 8 - Estrutura Fundiária, Padre Carvalho (2003)

CLASSE FUNDIÁRIA			Área Registrada (ha)	Área do Imóvel (ha)	Área de Posse(ha)	Nº Imóveis
GRANDE	PROPRIEDADE	PRODUTIVA	0	0	0	0
GRANDE	PROPRIEDADE	IMPRODUTIVA	9.145	433	227	2
MÉDIA		PROPRIEDADE	726	49	0	1
MÉDIA	PROPRIEDADE	IMPRODUTIVA	848	95	803	5
PEQUENA		PROPRIEDADE	1.224	0	1.117	27
MINIFUNDIO			585	0	1.123	194

Salvo algum problema no lançamento dos dados no cadastro do INCRA, é possível constatar que, em Padre Carvalho não há grandes propriedades produtivas. Mas, a maior área concentra-se na grande propriedade improdutiva, são dois imóveis sendo que o maior deles foi registrado, em nome da “FLORESTAS RIO DOCE SA”, o imóvel “TRÊS CAPÕES” com área registrada de 7.735 hectares e área de 332. O maior número de imóveis são os minifúndios, 194 na área de posse de 1.123, ou seja, cada imóvel tem em média 5,78 hectares.

Em Grão Mogol, a grande propriedade e a média propriedade improdutiva concentram 63.343 hectares de área registrada em 37 imóveis, em média cada imóvel ocupa 1.711,9 hectares. E encontram-se a maioria delas registradas em nome das empresas “CERAMICA UNIAO LTDA”, “COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS”, “ELETROSILEX SA”, “FLORESTAS RIO DOCE SA”, “FOSCALMA SA COMERCIAL EXPORTADORA”, “PLANTAS SA PLANEJAMENTO TECNICA E ADM REFLORESTAMENTOS” e “SAO FRANCISCO EMPREEN DE MINERACAO E FLORESTAIS Ltda” Determinados registros indicam que o imóvel situa-se na

área de Fazendas divididas como Fazenda *Ribeirão das Piabanhas*, Fazenda *Santa Cruz*, Fazenda *Santa Quitéria*, e até a inexistente “FAZENDA RIBEIRAO DO AREIA”.

Tabela 9-Estrutura Fundiária, Grão Mogol (2003)

CLASSE FUNDIÁRIA	Área Registrada (ha)	Área do Imóvel (ha)	Área de Posse(ha)	Nº Imóveis
GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	24.747	3.207	26.186	22
GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	33.686	2.075	6.054	23
MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	5.002	311	2.112	17
MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	29.657	2.233	9.720	115
PEQUENA PROPRIEDADE	23.788	0	16.787	395
MINIFÚNDIO	9.458	0	19.000	1.663

Há um número imenso de grilos declarados como posse. E o minifúndio revela o oposto, o maior número de imóveis, ocupa pouquíssima área, uma média de 5,6 hectares para cada imóvel. Assim, somados a área registrada no INCRA (2003) somou 214.023 hectares em 2.235 imóveis.

Mas, conforme veremos na próxima sessão, em Grão Mogol, em 1975, por força de lei foram arrendados **mais de quinhentos mil hectares** de terras devolutas para empresas. Essas terras não foram devolvidas, pelo contrário, foram alvo de ações de usucapião e operações de compra e venda. Assim, é possível afirmar, que embora tenham sido produzidas certidões de registro de imóveis, eles não foram devidamente registrados no cadastro do INCRA. As próprias certidões analisadas revelam que as áreas registradas no INCRA, são incompatíveis com as áreas das certidões. Ou o INCRA tem se prestado a este papel de faz de conta que é um cadastro.

Toda essa questão remonta a uma documentação fundiária gravemente afetada pela corrupção nas instituições de cadastro de terras. Para além dessa questão documental, a questão agrária na área estudada, comprometeu a produção do camponês proprietário de pequenas áreas e também do camponês posseiro.

Cabe analisar o que estes dados da estrutura fundiária revelam, o professor Ariovaldo tem uma excelente expressão “*ler na entrelinha, o que não*

foi escrito na linha”, ou seja, o que está para além da aparência, ou “*do supérfluo*” (Martins:1981), o que interessa aqui são as “*trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação*” envolvidas no processo:

[...] Se me limito a ver a chamada estrutura fundiária, na distribuição de terra em propriedades grandes, médias e pequenas, apenas quantidades, mais concentração fundiária, menos concentração, estou vendo o supérfluo, não estou vendo o essencial. Não estou vendo que por trás de diferentes quantidades existem situações e relações de qualidades diferentes. A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social. Mas não é também, unicamente, a relação entre o comprador e o vendedor da terra, entre o arrendatário e o proprietário, não é só relação imediata que se expressa na mercantilização da terra ou no aluguel da terra. Não é unicamente uma relação determinada, face a face, primária. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo [...]. (MARTINS, 1981:169)

Ou seja, trata-se de uma relação de exploração. A propriedade da terra, no capitalismo que se desenvolve no campo no Brasil (e também na cidade), é permeada pela opressão e pela violência, em várias dimensões sociais. A grilagem expressa a corrupção, a conivência e a convivência do Estado brasileiro com o rentismo, com os rentistas, com os diferentes sujeitos sociais que se apropriaram das instituições, caminhando lado a lado com o aparato jurídico-político. Assim, as elites vão limitando a participação ampla de toda a sociedade no processo de acesso à terra, nem que para isso recorra-se à força militar e policial.

Imbuída dessa preocupação, tenho buscado ao longo dessa tese, esmiuçar no processo analisado quem são os sujeitos sociais, quais as instituições envolvidas, qual o movimento impulsionado nas disputas territoriais. Que elementos da estrutura fundiária do Norte de Minas Gerais, devem ser trazidos à tona, no sentido de ampliar o debate acerca da questão fundiária nessa região.

A grilagem, ardilosamente montada nessa região encontra-se vinculada a esse complexo quadro fundiário, que tem suas condicionantes históricas que remontam do século XVIII e XIX. E também tem uma complexificação durante o século XX com a ação permissiva das políticas de Estado acirradas pela ação da RURALMINAS.

A estrutura fundiária concentradora contém relações sociais ainda mais perversas quando se adentra nos casos específicos da formação da grande

propriedade de cada município, como tem se dado no processo da *grilagem judicial* e da *retaliação fundiária* ocorrida na área que formava a antiga Comarca de Grão Mogol. Onde o avanço das formas capitalistas de produção no campo e a consequente formação da propriedade privada, as tramas e alianças que os rentistas foram engendrando com o aparato jurídico-político, com as instituições estatais, empresas e grileiros que penetraram nas terras provocando conflitos e disputas com os camponeses, quilombolas e indígenas.

Os grileiros foram ao longo do tempo, diversificando as formas de apropriação ilegal das terras e criando um cardápio da grilagem bem variado conforme as brechas permitidas pela legislação e articulações políticas, e também apoiadas no uso da violência imposta em cada situação de conflito criada pela grilagem. Nesse bojo, as situações que apresento a seguir, sintetizam os casos de grilagem e conflito agrário, identificados em Minas Gerais.

Um dos mecanismos de grilagem no Norte de Minas ocorreu no município de Matias Cardoso, e foi mencionado por Elisa Cotta Araújo (2009), nesta situação, a estratégia empreendida foi de aquisição de pequenas glebas de terras, por um fazendeiro e posterior expansão do entorno:

Na vigência do Estatuto da Terra, o representante de uma das famílias registrou parte das terras da antiga fazenda Vargem Grande, documentando-as como propriedade privada individual, apesar de que, em processo posterior se transformou em gleba indivisa. Muitas das pequenas parcelas de terra registradas como propriedade privada em meados do século XVIII tornaram-se passíveis de venda. Na expansão das fazendas, recorreu-se à estratégia da aquisição destas pequenas parcelas de terras com o uso da violência ou não e posterior grilagem de áreas ao seu entorno. Embora alguns desses terrenos tenham sido respeitados devido à inserção das famílias no universo social de Matias Cardoso. As famílias consideradas *mais fortes* detiveram suas parcelas de terra indivisas, enquanto as consideradas *mais fracas* foram expulsas e se deslocaram para terras de parentes ou para as ilhas. Assim, posses familiares que, originalmente, abrigavam grande número de parentes e agregados foram vendidas levando ao rompimento de normas consuetudinárias que mantinham grupos familiares e agregados articulados entre si num mesmo território. (ARAÚJO, 2009:159)

Outro caso de grilagem de dimensões territoriais envolve a família Meneghetti. De acordo com artigo da Folha Regional de Taiobeiras (2013), intitulado “*Justiça bloqueia bens de empresários acusados de grilagem de terras no Vale do Jequitinhonha e Norte de MG*” um esquema de grilagem chefiado pela família Meneghetti envolveu também empresários ligados à

FLORESTAMINAS, REPLASA e FOSCALMA, além de ex-oficiais dos cartórios de registro de imóveis de Rio Pardo de Minas e Salinas.

O juiz Alexandre de Almeida Rocha, da Comarca de Rio Pardo de Minas acolheu pedido de liminar em Ação Popular movida por um grupo de cidadãos, que denuncia a existência de uma organização que atua na grilagem de vasta extensão de terras públicas em três municípios da região: Rio Pardo de Minas, Novorizonte e Fruta de Leite, sendo todas as terras pertencentes ao Estado de Minas Gerais. Conforme a Ação, o esquema era chefiado pela família Meneghetti e contava com a participação de empresários ligados à Florestaminas, Replasa e Foscalma, além de ex-oficiais dos cartórios de registro de imóveis de Rio Pardo de Minas e Salinas, policiais militares, advogados e agrimensores.

A justiça determinou que as 42 pessoas físicas e jurídicas envolvidas tivessem seus bens bloqueados, bem como determinou a proibição de transferência das áreas subtraídas do patrimônio público e a imediata suspensão de qualquer tipo de atividades nas áreas griladas.

O bloqueio dos bens, que abrange o valor de R\$ 373.000.857,91 (trezentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e noventa e um centavos), tem como objetivo garantir eventual devolução do dinheiro aos cofres públicos, caso haja condenação. A decisão judicial foi publicada no dia 26 de novembro. Conforme os autos, a organização agia desde o ano de 2005. O esquema de grilagem consistia na compra de pequenas glebas de terras feita pela família Meneghetti que, depois de lavrarem os respectivos registros nos Cartórios de Rio Pardo de Minas e Salinas, requeriam aos mesmos cartórios a retificação administrativa das áreas. Com isso, glebas de 3 hectares transformaram-se em 900 hectares; áreas de 5 foram transformadas em 400; áreas de 10 transformaram-se em 900 hectares e assim por diante.

Para atingir seus objetivos, os empresários perpetravam, de forma permanente e ininterrupta, uma série de crimes, dentre os quais os delitos de falsificação de documentos públicos e particulares, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Golpe milionário – Conforme a Ação Popular, os empresários conseguiram desfalcar do patrimônio público do Estado de Minas Gerais mais de 28 mil hectares de terras, sendo que em toda esta extensão havia maciços de floresta de eucalipto, também, pertencente ao Estado de Minas Gerais.

Ainda conforme o processo, após as retificações, a família Meneghetti vendeu as áreas retificadas para uma empresa de siderurgia com sede na cidade de Divinópolis/MG, causando aos cofres públicos um prejuízo estimado em quase quatrocentos milhões de reais.

A Ação Popular, cujo processo de nº. 0556121928-7 tramita pela vara cível da Comarca de Rio Pardo de Minas, tem como objetivo anular todas as retificações e cancelar os respectivos registros e ainda, obrigar os réus a ressarcirem o Estado de Minas Gerais o prejuízo causado. (FOLHA REGIONAL DE TAIÓBEIRAS: 2013) (sem grifos no original)

No caldeirão da grilagem no Norte de Minas, diversas foram as notícias denunciando, toda a corrupção que envolveu a “Operação Grilo”. O esquema organizou corruptos de órgãos do governo, empresas de exploração florestal, funcionários de cartórios e prefeitos de diversos municípios, em torno da

especulação e rentismo envolvendo interesses minerários (ouro e minério de ferro). Nas investigações participaram a Polícia Federal em Minas Gerais, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal.

Acerca desta operação (que tramita em segredo de justiça) foi publicado um artigo pela Associação do Ministério Público de Minas Gerais (2013), que informou sobre a participação do Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária, Manuel Costa:

(...) Além da casa de Manoel Costa foram cumpridos mandados em casas de Rio Pardo de Minas, e apreendido um carro pertencente a um prefeito do Norte do Estado.

Segundo a PF, os suspeitos seriam integrantes de uma organização criminoso que vem atuando há vários anos, de forma, principalmente na Região Norte de Minas, patrocinando grilagem de terras públicas, posteriormente vendidas a mineradoras com o objetivo de explorar jazidas de minério de ferro recentemente descobertas. Estima-se que o volume seja de 10 bilhões de toneladas.

O grupo estaria praticando uma série de crimes, desde falsificação de documentos públicos e particulares, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, e "lavagem de dinheiro". As investigações da PF apontaram ainda que as terras públicas, situadas no extremo-norte de Minas, foram supervalorizadas em razão de uma "corrida do ouro" ou do "minério de ferro".

Essas terras tornaram-se alvo de intensas atividades especulativo-criminosas dominadas por vários grupos e liderados, especialmente, por mineradoras, por empresas de exploração florestal, por cooperativas de silvicultores e por grileiros de terras que se passam por corretores de imóveis de sucesso.

O esquema contava com a participação de servidores públicos vinculados ao ITER-MG que legitimavam a "posse" de terras devolutas por "laranjas", que jamais tinham sido proprietários ou possuidores de terras na região. A seguir, ainda de acordo com a Polícia Federal, numa outra operação fraudulenta, o agora proprietário vendia o referido título a pessoas físicas ou jurídicas intermediárias que, ao final, negociavam a terra com grandes mineradoras a preços astronômicos. (...) A PF ainda divulgou que em apenas um dos casos sob investigação, uma mineradora, cujo nome não foi divulgado, comprou, efetuando pagamento único e em espécie, diretamente aos grileiros, vasta extensão de terras subtraídas do Estado pelo valor de R\$ 41 milhões. (ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS:2013) (sem grifos no original)

O artigo jornalístico intitulado *“Grilagem de terras públicas entre os tucanos de MG”* (vide Anexo D – Máfia do Carvão) também relata mais detalhes acerca da “Operação Grilo.”

Esse processo, se por um lado freou um processo criminoso de grilagem. Por outro lado, o bloqueio das matrículas, paralisou processos demarcatórios, impedindo assentamento de famílias camponesas sem-terra, ao mesmo tempo

em que as empresas invasoras não foram expulsas das áreas griladas, ou seja, permanecem explorando a madeira plantada.

A grilagem tem sido praticada via fraude de documentos, mas tem casos que é praticada por atos violentos sem constrangimento por parte dos latifundiários e seus capangas conforme eram práticas comuns na virada do século XIX para o XX. Nessa direção, um dos tristes episódios ocorridos foi a *Chacina de Felisburgo* volto a mencionar, agora destacando o conteúdo da barbárie, sofrido pelas famílias acampados em Terra Prometida (MST)¹³², nas terras antes denominada por *Fazenda Nova Alegria*. No período do acampamento, os camponeses sofreram seguidas ameaças e coações, como fica evidente na fala de um assentado:

Outro dia, o Hamilton veio para o acampamento, atirou no acampamento – o Hamilton e mais outros dois integrantes, que não sabemos quem eram. Os meninos correram atrás dele. Conseguiram cercar. Eles caíram do cavalo e correram. Largaram os animais. Amarraram os animais e foram atrás da Polícia. No embornal deles, tinha munição. A Polícia chegou lá e achou essas munições. Só que a Polícia justificou com os meninos o seguinte: “Enquanto não morrer pelo menos uns cinco, não vai ser resolvido isso”.(Depoimento do Assentando de Terra Prometida – Diário do Senado Federal, 2006)

Seguido de sucessivas ameaças, a chacina foi executada da forma mais brutal:

Nessa hora eu não tinha nem jeito de correr, porque se eu correr eles me atira, porque já estava meio próximo. Eu saí para dentro do acampamento e virei na primeira esquina e fui para um segundo barraco no canto. E aí os meninos foram saindo, quem foram saindo primeiro eles começaram a atirar. Eu já ouvi os disparos, eu saí novamente do barraco que eu estava vindo, aí já encontrei um companheiro nosso correndo e que saiu empurrando. Não vai não que eles estão procurando por você, eles vão te matar.[...] escondi, mas pensei assim, dentro deste barraco aqui não tem segurança, eu vou morrer do mesmo jeito, se eles estiverem procurando realmente. E aí houve vários disparos para todo o lado, eles já tinham matado cinco, já estava caído cinco, eles reuniram assim mais atrás e eles voltaram para trás e atiravam para todo o lado, atiravam para os quatro lados em função da segurança deles mesmo. Eles achavam que a gente tinha alguma arma e atiravam para todo o lado. Atiravam para o lado nas barracas, atiravam para todo o lado e gritava para o pessoal: “Vai embora, vai embora, seus vagabundos, seus ladrões”. Eu falei que nós vinha para acabar com vocês e agora vocês acreditou. Se vocês não acreditava agora vocês acreditou. E aí continuava atirando, atirando, aí deu uma parada e ele falou assim, Põe fogo, põe fogo. E aí saiu dois com uma garrafa, eu não sei se era

¹³² O passo a passo da violência tramada contra os camponeses, pode ser lido na “Ata da 33ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2005 – Audiência Pública em Jequitinhonha/MG”. (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, Sábado, 12, 2006 p.525-550)

álcool ou era gasolina, eu não sei o que era. E aí em direção justamente a uma das barracas que eu estava, que era no canto, que era para colocar fogo.

Um cenário horrendo foi documentado, barracos incendiados, crianças chorando, pessoas baleadas e outras em fuga pela mata, desespero das mães e esposas. Devido a pressão popular, em 2013, Adriano Chafik, que era proprietário da *Fazenda Alegria*, e comandou o ataque após perder na Justiça uma ação de reintegração de posse, foi condenado a 115 anos de prisão. No dia 25 de setembro de 2015, o Governador Fernando Pimentel (PT-MG) assinou o Decreto de desapropriação da *Fazenda Nova Alegria*, em Felisburgo, e de outros dois imóveis (*Córrego Fundo/Gravatá*, em Novo Cruzeiro, e *Ariadnópolis*, em Campo do Meio), conquistas resultantes da luta dos movimentos sociais organizados.

A violência no campo e a impunidade estimulam os abusos de poder por parte dos latifundiários, que mesmo quando assumem a figura do capitalista, não abandonam os traços herdados de uma prática “coronelistas” e fazem das localidades onde vivem arenas para a exibição dos seus arbítrios, buscam exercer toda forma de mandonismo, e recorrem à coação, muitas das vezes levada ao extremado uso da violência e da força. Como no caso da “*Chacina de Una*” onde foram brutalmente assassinados os funcionários do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Um dos fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, Nelson José da Silva, já era bastante conhecido em Unaí. Seu trabalho incomodava os fazendeiros da região e ele já havia aplicado cerca de R\$ 2 milhões em multas resultantes de diversas fiscalizações nas terras da família Mânica, conhecida como “reis do feijão” e dona da Fazenda Bocaina, onde a chacina ocorreu. Um ano antes do crime, Nelson relatara ao MTE ter sofrido ameaça de Norberto Mânica: durante uma operação, Norberto teria insinuado interesse em matar o auditor para que cessassem as fiscalizações. Devido às ameaças, o então delegado do trabalho de Minas Gerais, Carlos Calazans, ofereceu a transferência de Nelson para outro município. Ele recusou: “Se você me tirar daqui, vão dizer que você me tirou por pressão [dos fazendeiros]” (REPÓRTER BRASIL, 2014)

Então, quatro funcionários do MTE foram emboscados sendo que um deles, com duas balas alojadas na cabeça, conseguiu conduzir o automóvel e levar as vítimas ao hospital, e assim denunciar a emboscada antes de falecer. Os irmãos Norberto e Antério Mânica teriam sido os mandantes da chacina. E a relação com contratante dos executores teria sido intermediada pelos empresários Hugo e José Alberto.

A violência desses conflitos foi pertinentemente questionada por Oliveira:

“Qual a diferença entre o proprietário de terra que comandou friamente os assassinatos de SemTerras de Felisburgo-MG e aqueles que mandaram matar os funcionários de Ministério do Trabalho em Unaí-MG? Qual a diferença entre os usineiros paulistas que, através de seus administradores, levam à morte por excesso de trabalho, trabalhadores rurais bóias-frias cortadores de cana no interior paulista e aqueles do “consórcio” que pagaram para assassinar Dorothy Stang?” (ABRA, 2007:23)

A proposital incapacidade do Estado de intervir e punir nestes casos, permite que estes latifundiários criminosos continuem exercendo poder político em suas localidades e coagindo a população. Somente em um Estado como este, historicamente aparelhado pela classe dos proprietários de terra, é permitido que membros de uma família, que não cumpria as leis trabalhistas, submetia os cidadãos ao trabalho escravo, mandante de assassinato de funcionários públicos, possa exercer o poder executivo municipal.

(...) Além dos quatro acusados que seriam julgados em setembro de 2013, também é réu no processo Antério Mânica, irmão de Norberto, que só irá a júri depois dos demais. Com alta popularidade no pequeno município do noroeste mineiro de Unaí, a família Mânica é uma das principais produtoras de feijão. Antério foi prefeito por dois mandatos, entre 2004 e 2012, e, mesmo atrás das grades, foi eleito com 72% dos votos no primeiro pleito. Ele pretendia se candidatar a deputado federal neste ano e já havia anunciado filiação ao Partido da República (PR), mas um processo movido por políticos da oposição do município pode derrubar seus planos e impedir que ele volte a ter foro privilegiado na Justiça. (REPÓRTER BRASIL, 2014)

No vale do Rio Doce nas esferas da administração pública (municipal, estadual e federal) as alianças políticas em favor das empresas e dos latifundiários, foram contextualizadas por Rabelo (s/a):

Boa parte dos latifúndios da região se constituíram após violentos processos de grilagem, em que se toma as terras de antigos posseiros (em geral, pequenos lavradores sem títulos) utilizando variados artifícios legais, pela simples compra e mesmo através da coação, forçando a venda. A grilagem também foi realizada por empresas siderúrgicas (como a Belgo Mineira) e grandes madeireiras.

Este é cenário em função do qual um dos primeiros movimentos organizados de sem terra no Brasil foi realizado em Governador Valadares ainda em 1955, quando milhares de manifestantes (boa parte camponeses expulsos de suas terras agora vivendo na cidade) marcharam pelas ruas pedindo reforma agrária. A polícia tentou impedir a manifestação, os fazendeiros fizeram ameaças e o líder dos lavradores teve de deixar a cidade pouco tempo depois. Este episódio e outros foram acompanhados por Carlos Olavo, que nesta época trabalhava em Belo Horizonte, na sucursal mineira do jornal *O Povo*.

Em 1957, o *Diário de Minas* enviou o jornalista Mauro Santayana para os vales do Doce e do Mucuri e denunciou a

impunidade desfrutada pelos grileiros vinculados ou não a companhias siderúrgicas e madeireiras, contando com o respaldo de juízes, deputados, jagunços e policiais. Na década de 60, Santayana seria contratado pelo jornal *Diário do Rio Doce*, ligado à elite local.

A expulsão violenta de milhares de posseiros de suas propriedades e a excelente qualidade das terras da região foram alguns dos motivos que levaram o governo Federal a instalar a poucos quilômetros da cidade uma fazenda que seria modelo de produção rural. Inaugurada pelo ex-presidente Getúlio Vargas, a “Fazenda do Ministério”, como era conhecida, foi por alguns anos local para desenvolvimento de pesquisas e disseminação de técnicas científicas entre a zona rural da região. Instalada próximo à cidade, às margens da rodovia BR 116 (Rio Bahia), ocupava mais de 300 alqueires mineiros (cerca de 15 mil hectares) em uma valorizada extensão de terra. Com o passar do tempo, a má gestão política a destruiu e seu pasto e os poucos equipamentos que sobraram estavam sendo ilegalmente utilizados apenas por fazendeiros da região. No início de 1964, o sindicato denunciou a irregularidade, reivindicando a cessão da propriedade aos lavradores rurais sem terra, constituindo-se a fazenda na base da reforma agrária no Vale do Rio Doce.

O caso se transformou no estopim do conflito. João Goulart concordou com a doação da terra a cerca de 300 famílias de lavradores mas no dia 30 de março, quando seria assinado o decreto na sede da fazenda, o então ministro da Agricultura, Oswaldo Lima, cancelou a ida a Governador Valadares em função do início do movimento que levou ao golpe militar. No final da década de 80, a fazenda foi ocupada e posteriormente destinada pelo Governo a trabalhadores do MST. Atualmente é uma sólida colônia do MST, que recebeu o nome de Oziel Alves Pereira, um dos militantes mortos pela polícia em Eldorado dos Carajás, no Pará. (RABELO: ? : 05-06)

De acordo com a Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais havia 16 mil processos abertos e mais de 37 mil famílias cadastradas demandando regularização fundiária, só a região do semiárido, por exemplo, concentra quase 23 mil demandas. Entre os municípios mais afetados, citou Almenara, Janaúba, Minas Novas, Teófilo Otoni e Rio Pardo de Minas, além de Chapada do Norte, o que tem maior número de processos – 1.230 dos 16 mil. (AGÊNCIA MINAS, 2016). Almejei atualizar esses dados a partir de entrevista encaminhada para a SEDA, todavia não obtive respostas.

No âmbito das ações federais, no Livro Branco da Grilagem¹³³ foi registrado que no Estado de Minas Gerais foram cancelados o cadastro de cento e trinta e oito (138) imóveis, que totalizam dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e sessenta

¹³³ Este documento sintetiza o trabalho que o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra propuseram a desenvolver no sentido de: reverter, para o patrimônio público, dezenas de milhões de hectares de terras detidas irregularmente por particulares. Constitui no cancelamento dos registros cadastrais de grandes propriedades, todas previamente analisadas. Objetivou também requer, perante as Corregedorias de Justiça dos Estados e a Justiça Federal, a anulação das matrículas e dos registros imobiliários dos imóveis identificados em situação irregular.

e quatro (2.635.64) hectares. As denominadas “*megaáreas*” identificadas neste material localizam-se em Várzea da Palma e Montalvânia, registradas em nome das empresas Serra do Cabral Agropecuária S/A e CIA Siderúrgica Vale do Paraoepeba e totalizam 132.538 hectares.

Face a este cenário, apresentado, apesar da implantação da Vara de Conflitos Agrários no Estado de Minas Gerais, poucos foram as mudanças na estrutura fundiária do Estado e na resolução dos conflitos agrários de forma eficiente e justa.

Em resumo, a questão fundiária em Minas Gerais, assim como no Brasil como um todo, move-se por razões históricas, políticas e *socioterritoriais* que o âmbito estritamente jurídico é incapaz de solucionar. Há que se discutir o papel das elites no controle do Estado, mais do que isso há que se questionar, a viabilidade de transformações no seio do Estado capitalista. Haveremos de refletir sobre os caminhos para a construção da justiça social e de um mundo “onde caibam todos”.

3.2 Pacto entre Estado, Elites Agrárias e Empresas Capitalistas: o Correntão da SUDENE e RURALMINAS

“Correntão é dois trator grande que arrasta e sai quebrando todo o Cerrado”. (Geraizeiro, morador da Comunidade Vale das Cancelas, Grão Mogol, MG)

Uma das técnicas de desmatamento mais perversas utilizadas pelas empresas é o *correntão*, nome que recebe a prática de desmatamento que utiliza dois tratores ligados por uma corrente pesada engatada que segue, rente ao chão, arrastando toda a vegetação e tombando as árvores até a exposição das raízes. Utilizo essa trágica alegoria para simbolizar o pacto entre o Estado e as elites agrárias locais e regionais no Norte de Minas. Aliança que facilitou o desmatamento e a apropriação privada de grandes extensões do Cerrado, as terras livres das chapadas dos gerais, que foram alvo da *retaliação fundiária* e também do desmatamento. Pode-se dizer que elo das extremidades do *correntão* foram as instituições estatais, SUDENE e RURALMINAS.

A SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, através da Lei Nº 3.692 e regulamentada pelo Decreto nº 47.890/60. O contexto e os propósitos da criação da SUDENE podem ser analisados no livro de Francisco de Oliveira (1981) que reúne as discussões de sua tese de doutorado defendida em (1977), em Cano (2010), na tese de livre docência de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997) que trata especialmente a SUDAM e também traz fundamental

contribuição para entender o contexto político e os projetos das agências de desenvolvimento na Amazônia norte mato-grossense.

Em 1958, o economista Celso Furtado, então diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/BNDE foi convidado a realizar um plano de desenvolvimento do Nordeste, conforme ele próprio informou:

[...] Então, precisava-se de uma política. E foi a partir dessa compreensão que fiz o trabalho para a criação da SUDENE. As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN [Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste], mas, na verdade, fui eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN, que funcionava abrigado no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da SUDENE, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o Sertão inteiro na época da seca. (FURTADO, 1998:63-64)

Furtado assumiu também nesta entrevista, a necessidade da mudança na estrutura agrária do Nordeste, e também a pressão política por parte dos latifundiários contrários a qualquer projeto de reforma agrária para a região.

O Norte de Minas foi incluído na área de atuação da SUDENE em 1963, através da Lei N° 4.239¹³⁴:

Os motivos, não oficiais e documentados, que levaram a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE variam substancialmente, de aspectos técnicos passando por aspectos políticos, até motivações de cunho pessoal. Oficialmente, de acordo com documentos da própria autarquia pesquisados por Cardoso (2000), a inclusão do Norte de Minas se deve ao fato desta área pertencer ao Polígono das Secas, apresentando características físico-climáticas semelhantes às do semiárido nordestino. (RIBEIRO DOS SANTOS E SANTOS E SILVA, 2011:10)

Conforme referenciei no capítulo 1, a semiaridez não é a característica exclusiva que justificou a ligação do Norte de Minas à SUDENE, há raízes históricas para essa inserção (Porto Gonçalves, 2000) e também condicionantes políticas. A inclusão da região na área de atuação da Superintendência foi possível, sobretudo, devido às relações das lideranças locais com a cúpula política mineira. (Pereira:2007; Ribeiro Dos Santos & Santos e Silva 2001):

O projeto original da SUDENE não incluía o Norte de Minas. As elites regionais iniciaram sua organização institucional na década

¹³⁴CAPÍTULO VI - Das Disposições Gerais: Art 39. Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "polígono das secas" e pelo Território de Fernando de Noronha.

de 1940. Um exemplo significativo foi a criação da Sociedade Agropecuária de Montes Claros, em 1944, posteriormente denominada Sociedade Rural de Montes Claros, outro foi a criação da ACI (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros) em 1949. Essas duas entidades não representavam segmentos específicos das elites regionais, pois proprietários rurais, médicos, advogados, comerciantes e farmacêuticos participavam da Sociedade Rural e da ACI, PEREIRA (2007). Essa situação, semelhante à organização das elites em âmbito estadual, expressa a “polivalência” das elites norte-mineiras. A política regional era marcada pela presença simultânea de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais. (RIBEIRO DOS SANTOS E SANTOS E SILVA, 2011:12)

Nesse contexto, é possível compreender que as elites agrárias norte-mineiras se apropriaram das políticas da SUDENE para promover a sua concepção de “desenvolvimento” que nada mais é que a própria política de acumulação utilizando os recursos estatais e apropriando das terras também públicas.

A partir da década de 1970 são elaborados os planos de desenvolvimento regional e agrícola que partiam de um diagnóstico de desequilíbrios econômicos regionais e da intervenção estatal para sanear estas mazelas através de instrumentos econômico-financeiros que iriam aspergir capital na região.

Com a crítica à concentração de investimentos numa área, que resultou no aumento das disparidades econômicas e sociais intrarregionais, surgiram os programas de “caráter social” e integrador dentro dos quais podemos citar o PLANONOROESTE II, que atingia o Norte de Minas, O MG-II e o POLOCENTRO para os cerrados. Estes programas se caracterizavam por sua ênfase produtivista. (BRITO:2006:31)

Segundo Francisco de Oliveira (2000), até o final da década de 1990, a SUDENE havia aprovado 222 projetos na região Norte de Minas Gerais, sendo 108 projetos industriais, 07 agroindustriais e 107 agropecuários.

Com relação ao desenvolvimento da pecuária, o geógrafo Manoel Correia de Andrade escreveu que, com a Nova República, a SUDENE preocupou-se em beneficiar pequenos e médios projetos que levavam em conta tanto a racionalização da produção como maior respeito às condições ecológicas. A SUDENE buscou corrigir as grandes distorções que beneficiaram os latifundiários durante o longo período autoritário. (ANDRADE, 1987:116)

Conforme mencionado na seção anterior, em 1966, o governo de Minas Gerais regulamentou a RURALMINAS e essa instituição passou representar o Estado nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas dominicais e devolutas.

As ações da RURALMINAS para a porção territorial denominada “Zona Mineira do Polígono das Secas”¹³⁵ foram combinadas à política da SUDENE assim, passaram a ser planejadas a entrega de centenas de milhares de hectares de terras devolutas e a transferência dos recursos públicos para empresas e particulares, a partir dessas agências estatais. Veja-se por exemplo, as ações do Projeto Jaíba.

Além dos projetos privados, que deverão ser implantados ao abrigo dos incentivos financeiros administrados pela SUDENE, um empreendimento já projetado pelo Governo estadual para “Matas de Jaíba” deverá produzir o mesmo resultado, além dos benefícios diretos que irá proporcionar. **Aproveitando mais de 300.000 ha de terras devolutas**, vai ser iniciada, já no próximo ano de 1968, a execução de um grande projeto de colonização, sob a liderança executiva da RURALMINAS. Dito projeto, para cujo financiamento a própria RURALMINAS concorrerá com a maior parcela de recursos, inclui-se no presente programa, que pretende o concurso financeiro parcial da SUDENE para a sua execução. (CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO, 1967: 96) (sem grifos no original)

Assim, esses braços do governo militar e das elites fundiárias, começaram a política de invasão de terras e de introdução de atividades agropecuárias ditas “modernas”, que tratavam de qualificar como rudimentares, a tradição secular sertaneja e ribeirinha da porção territorial dos vales do São Francisco e Jequitinhonha, que compreendeu o raio de ação da “Zona Mineira do Polígono das Secas” e que também abarcou os municípios que são foco desse estudo.

No referido documento de caráter diagnóstico e de planejamento de ações foi reconhecida a predominância econômica da atividade extrativa e da pecuária bovina e de corte, onde coexistiam as fazendas e a posse camponesa, numa relação desigual, mas que garantia a reprodução social de ambas:

O grande proprietário é, via de regra, pecuarista, que cede aos seus colonos pequenos tratos de terra onde se cultivam lavouras de subsistência. Assim, retem à sua disposição a mão-de-obra necessária ao manejo do rebanho e das pastagens, com insignificantes encargos monetários. (*Idem*: p.53)

A reprodução dessas relações, assentava numa estrutura fundiária, onde os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, não representavam mais que

¹³⁵ CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO (MG). *A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro*. Belo Horizonte, Editora: [s.n.], 1967. (disponível na Biblioteca da Fundação João Pinheiro) <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=75805> acesso em 06 de janeiro de 2017.

1% do total dos estabelecimentos, mas ocupavam mais de 49% da área dos imóveis, de acordo com os dados do Censo Agrícola de 1960 (*Ibidem*: p.53).

Destarte, a RURALMINAS, impulsionou o processo de expulsão dos camponeses posseiros, agregados e meeiros dos grandes estabelecimentos, restringindo a esses o acesso aos títulos de propriedade, adquirido pela moradia, trabalho e uso continuado. E passou a entregar as terras devolutas às empresas de plantio de eucalipto, e aos grandes empreendimentos agropecuários tecnificados. Expulsando uma grande leva de famílias para as grandes capitais, São Paulo e Belo Horizonte.

Embora, outro documento da própria SUDENE, apregoasse que esse projeto de “desenvolvimento” diminuiria os desequilíbrios regionais, e solucionaria os problemas de emigração do nordeste brasileiro, regiões da Mata e Rio Doce de Minas, e da área do “*Polígono das Secas Mineiro*” contendo o futuro congestionamento populacional nas regiões metropolitanas.

A extensão da área irrigável ao longo do São Francisco – **estimada preliminarmente em 800.000 hectares** – permitirá implantar uma agricultura altamente tecnificada, com capacidade para aglomerar expressiva população rural, gozando em nível de renda relativamente alto com reflexo da própria adoção desta tecnologia. CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO, 1970: s/p) (*sem grifos no original*)

Obviamente, não foi o que ocorreu, de fato as terras passaram para o controle das empresas monocultoras e a grandes projetos pecuários e de fruticultura irrigada, todos esses ocupando as terras com técnicas e cultivos exóticos, que inclusive passaram a atrair produtores sulistas¹³⁶. Em síntese, esses projetos de desenvolvimento, pouco se voltaram para a realidade daquela fração do território onde foram desenvolvidos os projetos da SUDENE e da RURALMINAS.

¹³⁶ Como se deu no caso do Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras (PADSA), que integrava os municípios de Formoso, Arinos, Januária e São Francisco. Tal projeto fez com que fossem introduzidos cultivos exóticos como o da soja. Veja-se por exemplo, o caso da fundação da Vila dos Gaúchos, em 1976, atualmente é a sede do município de Chapada Gaúcha, o maior produtor de sementes de capim do país. Esse município, conforme revelou os dados do INCRA (2003), apresenta uma estrutura fundiária dentre as mais preocupantes do Estado de Minas Gerais. A maior parte dos imóveis registrados são grandes e médias propriedades improdutivas, a incongruência dos dados de área cadastrada e registrada, e área de posse são estaremcedores e sinalizam para uma situação de grilagem que merecem ser futuramente estudadas. De acordo com a Cooperativa Agropecuária Pioneira Ltda -COOAPI (2017) são seguintes os dados do monocultivo **15.000,00 ha (Quinze mil hectares) de soja**, 300,00 ha (trezentos hectares) de milho, 200 ha (duzentos hectares) de arroz e **12.000,00 ha (doze mil hectares)** de sementes de forrageiras.

Alguns estudos apresentaram justas críticas ao modo como a RURALMINAS foi criando as bases para o processo de privatização das terras devolutas, durante a ditadura militar¹³⁷, desalojando os camponeses e implantando um modelo agrícola pautado no desenvolvimento predador das terras:

Assim, a terra dos campos ganhou preço no mercado, e quando se tornou objeto de cobiça de corretores e grileiros, aqueles documentos antigos – formais de partilhas manuscritos, recibos de quitação de impostos fundiários do tempo do Império – perderam sentido. A RURALMINAS, estatal que executava a política fundiária, não aceitava esses documentos; titulava reflorestadoras, empreitava rodovias, coordenava programas, destocava campos, assentava migrantes do sul do Brasil, e havia nisso uma lógica perversa, pois o mesmo órgão redesenhava os domínios e instituía a nova técnica; orientava essas instâncias que costumam ser públicas, mas nem sempre estatais – cartório, banco, assistência técnica –, a adotar a mesma linguagem de mudança: era um único sujeito para ações que depois viriam a ser separadas. A modernização chegava aos sitiantes com a face da RURALMINAS, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado, a onipresença do Estado autoritário. Não por acaso, a Igreja Católica foi a única agência que enfrentou, então, o projeto modernizador: ela compreendia esses mistérios. (RIBEIRO E GALIZZONI, 2007:07)

Por esse viés, da ação da RURALMINAS, o processo de *retaliação fundiária* passou a concretizar-se em bases políticas e econômicas, mais complexas, para além da articulação das elites rentistas locais (que protagonizaram o início do processo de *retaliação* nas décadas de 1920 e 1930), no caso em estudo, passou a integrar-se à lógica da produção de carvão para alimentar os fornos da indústria siderúrgica instalada nas regiões de Sete Lagoas e Vale do Aço. Avançando sobre as terras de uso comum, sem abrir mão da *grilagem judicial* como prática que sustentou a apropriação dessas terras.

Araújo (2009:156) reafirmou a sua crítica à ação da RURALMINAS e de seus funcionários, revelando que na memória social dos grupos atingidos por essa instituição, a referência que se tem é da violência e do desrespeito:

¹³⁷ É importante destacar que no âmbito federal, os incentivos fiscais para a produção de carvão e o monocultivo de madeira, foram formalizados também pelo: Artigo 21 do Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), que tornou obrigatória para as empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, a manutenção de “florestas próprias para a exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento”; E as leis de incentivo ao plantio, Lei Federal nº 5.106, de 02 de setembro de 1966, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 59.615, de 30 de novembro de 1966.

Por isso, sua chegada na região demarca o início de um novo tempo. Tempo de expropriação das terras, de desrespeito aos direitos consuetudinários instituídos e às normas de convivência social, as quais assumem proporções exorbitantes, imprevisíveis, inimagináveis. (ARAÚJO, 2009:156)

Para referendar as posições defendidas, a autora, ao longo do texto, deu voz às pessoas atingidas pela ação dos tomadores de terras articulados com a RURALMINAS na região do Jaíba, e para além dessa instituição, pois também passou a envolver fazendeiros e grupos empresariais:

Tempo dos fazendeiros, foi quando eles roubaram as terras. Amâncio que morava aqui era chefe da RURALMINAS, ele é que vendia as terras. O Amâncio de Belo Horizonte, roubava, grilava as terras, era amigo do Juarez, cortador de terra, era tipo engenheiro. RURALMINAS entrou no Jaíba, cortou terra e legalizou, depois chegaram os fazendeiros grilando tudo (Domingos, Matias Cardoso, junho de 2008 citado por ARAÚJO:2009).

Por sua vez, Brito (2006) apontou três modalidades de apropriação das terras públicas para plantio de eucalipto: a venda de terras públicas para particulares; a concessão de uso por meio de contratos entre o Estado e particulares; e a compra e venda de terras entre particulares.

As áreas cedidas pelo Estado para empresas de reflorestamento, segundo a RURALMINAS somam 240.000 hectares disponibilizados para 18 empresas através de 92 contratos de arrendamento [...] (BRITO:2006:32)

Em um estudo mais recente, a mesma autora apresentou uma tabela com a lista dos “*contratos de arrendamento de terras públicas em Rio Pardo de Minas, realizados a partir de 1975*” (Brito, 2013:114-115). Para conhecimento reproduzo no Anexo E: Contratos de Arrendamento de Terras Públicas em Rio Pardo de Minas, realizados a partir de 1975. A pesquisadora concluiu que os contratos realizados entre o poder público e as empresas duraram entre 23 a 25 anos. Com início entre 1975 e 1987 e término entre 1999 e 2012. A área arrendada no município somou **71.139,71 hectares** e a empresa com maior área arrendada foi a COSIGUA – Companhia Siderúrgica Guanabara, com 34.323,11 hectares.

A RURALMINAS que esteve diretamente associada à gestão das terras do Norte de Minas foi uma das principais responsáveis pela entrega de dimensões territoriais para a expansão capitalista, e o fez à revelia das famílias camponesas, quilombolas indígenas que viviam a muito tempo naquela área:

[...] como os de geraizeiros, veredeiros, pescadores, vazanteiros, ilheiros, barranqueiros, caatingueiros, quilombolas, índios, que forjaram sua forma de vida tendo como parâmetro os ambientes em que habitavam. As famílias e comunidades tinham a posse por uso e direito e não por reconhecimento jurídico, inclusive construindo modos peculiares de posse e uso da terra, como o uso comum das chapadas pelos geraizeiros que a utilizavam para solta de gado e extrativismo. (BRITO, 2012:03)

A autora também escreveu que nas áreas de chapadas dos Cerrados do Norte de Minas, a partir da década de 1970, a RURALMINAS conduziu a introdução da monocultura do eucalipto atrelada a esta monocultura a atividade do carvoejamento. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) liberou entre 1983 a 1990 para desmate e carvoejamento no Norte de Minas aproximadamente 300 mil hectares de terras devolutas. (BRITO, 2012)

No âmbito das políticas federais, em sua dissertação Chaves (2015) destacou que a criação do Fundo de Investimento Setorial (FISSET) em 1974 teve como consequência o aumento da *monocultura de árvores* em Minas Gerais. A partir da análise de informações extraídas do arquivo fundiário do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) o autor constatou uma articulação entre órgãos estatais como a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que realizaram um diagnóstico sobre as terras disponíveis para “*investimentos florestais*”:

No Estado de Minas Gerais, as pesquisas priorizaram as regiões com menor concentração de pequenas propriedades e com grandes áreas ociosas ou subaproveitadas. As pesquisas se desenvolveram nas regiões do Triângulo Mineiro, Centro-Oeste, Norte, Vale do São Francisco, Vale do Jequitinhonha e Vale do Rio Doce. Esses estudos identificaram aproximadamente **dezessete milhões de hectares de terras disponíveis para os novos investimentos** sendo quatro milhões de hectares no Triângulo Mineiro, dois milhões no Centro-Oeste, incluindo a região do Alto São Francisco e Zona Metalúrgica, quatro milhões na região Norte, incluindo a região do Médio São Francisco, três milhões no Vale do Jequitinhonha e quatro milhões na região do Vale do Rio Doce. **Dessa quantidade, aproximadamente sete milhões e quinhentos mil hectares seriam compostos por terras devolutas, de propriedade do -Estado de Minas Gerais.** Estas informações detalhadas integraram um relatório técnico denominado de Zoneamento Econômico Florestal – ZEF. (CHAVES, 2015:37)

Nesse estudo Chaves também explicou que dentre as empresas de plantio de madeira, interessadas nesses investimentos, a maioria tinha sede no Estado de São Paulo, apresentaram suas áreas pretendidas a partir das

informações prestadas pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF)¹³⁸ e pela RURALMINAS, o autor citou as seguintes empresas:

Carvalho-Projetos e Consultoria Ltda, Fábrica de Papel Santa Terezinha S/A, Itapeva Florestal Ltda, Aços Especiais Itabira – ACESITA, PLANTAR – Planejamentos Técnico e Administração de Reflorestamento, Vale do Embaúba Reflorestamento LTDA, Ferragens Antônio Falci S/A, MOVEX S/A – Móveis Industriais Comércio e Exportação, **Florestas Rio Doce S/A**, Metalur S/A, ADIFLOR S/A – Agroindustrial e Comércio, INTERFLORA – Florestamento e Reflorestamento, Condecer Ltda, **FLORESTAMINAS – Florestamentos Minas Gerais S/A**, **PROCEL – Empreendimentos Florestais S.C Ltda**, **PLANTA 7 – Serviços Rurais**, **REPLASA – Reflorestamento e Planejamento Agroindustrial Sorocaba Ltda**, Companhia Suzano de Papel e Celulose. (*Idem*:37, sem grifos no original)

Segundo o autor essas empresas se instalaram em doze municípios localizados no Norte de Minas e Alto Jequitinhonha Botumirim, Buritizeiro, Cristália, Grão Mogol, Itamarandiba, Minas Novas, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Turmalina, São João do Paraíso e Virgem da Lapa. Georreferenciaram as terras devolutas e pleitearam a demarcação de “**um milhão, cento e oitenta e um mil, novecentos e onze hectares de terras**”. Conforme constatou Chaves (*Ibidem*:38) a área almejada por empresa ultrapassava muitas vezes o limite legal permitido para transferência de terras públicas. Impondo a necessidade de aprovação de uma lei específica pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), que autorizasse o governo a dispor das terras públicas. Como também a alienação do patrimônio Estadual prescindia da autorização do Senado.

Conforme explicado no capítulo anterior, e também ressaltado por Chaves:

[...] A Lei Estadual n. 550, de 20 de dezembro de 1949 limitava o desmembramento a setecentos e cinquenta hectares, enquanto que pela Constituição Estadual de 1967, o limite máximo atingia até três mil hectares. Por sua vez, o parágrafo único do art. 171 da Constituição Federal de 1967, acrescida da Emenda Constitucional de 1969, determinava a obrigatoriedade da aprovação do Senado da República para a alienação de áreas acima desse limite. (*Ibidem*:38)

Para dirimir o impendimento legal, novamente pactuaram-se os poderes estatais editando mais normas para favorecer os capitalistas rentistas, diversas Resoluções do Senado Federal, autorizando o Estado a dispor de suas terras foram publicadas no Diário Oficial da União a partir de 1º de abril de 1974, e

¹³⁸ Criado pelo DECRETO-LEI Nº 289, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

foram aprovadas as Leis Estaduais (Lei nº 6.637 de 02 de outubro de 1976 e Lei nº 6.977 de 18 de abril de 1977, referidas no Capítulo 2 e que seguem no ANEXO F – Leis de 1975 e 1977 entregaram terras devolutas às empresas). Através dessas duas leis foram alienados um milhão cento e trinta e três mil, trezentos e quarenta e um hectares e seis ares (1.133.341,6ha) de terras devolutas. Desse total, **quinhentos e noventa e três mil e quinhentos hectares (593.500ha)** foram alienados nos municípios de Grão Mogol, Cristália, Itacambira e Botumirim inseridos na área de estudo.

Assim, o “**um milhão, cento e oitenta e um mil, novecentos e onze hectares de terras**” levantados pelas empresas foram quase totalmente atendidos.

Superadas as exigências legais, as interessadas submeteram seus projetos técnicos à aprovação do IBDF, contendo valor detalhado e cronograma de plantio de árvores. Na medida em que os projetos iam sendo aprovados pelo órgão ambiental, o Banco do Brasil liberava os recursos captados através dos incentivos fiscais. (*Ibidem*:39)

A garantia formal de transferência dos imóveis públicos foi estabelecida com os contratos de arrendamentos de terras firmados entre o Estado de Minas Gerais através da RURALMINAS e as empresas, pelo prazo mínimo de 23 anos, que prometeu a legitimação progressiva das áreas efetivamente cultivadas. Esse processo foi normatizado pelo Regulamento de 15 de abril de 1976 que fixou as “*Normas para Alienação e Transferência de Posse de Terras Devolutas, de Propriedade do Estado de Minas Gerais em Áreas Integrantes dos Distritos Florestais*” (Anexo G) assinado pelo Secretário de Estado titular da SEAPA - Agripino Abranches Viana¹³⁹ pelo Diretor Geral da RURALMINAS, Aluísio Fantini Valério, conforme o próprio texto do decreto o objetivo foi atender às conveniências entre a RURALMINAS, empresários e o programa de “Distritos Florestais”.

Lamentavelmente, por vias inconstitucionais, esse regulamento, orientou que “*o arrendamento poderia ser interrompido a qualquer momento para ceder lugar à transferência de propriedade*”. Assim, na medida em que as empresas arrendatárias comprovassem a ocupação econômica de um quinto da área, já

¹³⁹ Cuja biografia frente aos projetos agropecuários dos governos militares merecem um amplo estudo, cita-se sua atuação política e profissional nos Projeto de Desenvolvimento da Produção Agropecuária-USAID (Aliança para o Progresso-Governo do Território do Amapá), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

seria suficiente para a outorga de escrituras definitivas de área até cinco vezes maior.

[...] A promessa será feita de toda a área da promitente compradora, mas as escrituras definitivas parciais serão outorgadas, à medida que as áreas forem efetivadas e realmente ocupadas economicamente na proporção prevista no art. 26 da Lei 550/49, comprovados os requisitos indispensáveis à aplicação da Lei 6.177/73, isto é, a posse quinquenária, a boa fé e o cadastramento no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-INCRA. Exemplificando: se estiverem implantados mil hectares, comprovados os requisitos supra enumerados, poderá ser outorgada a escritura definitiva de até o quádruplo da dita área, isto é, cinco mil (5.000) hectares. O prazo de pagamento é de 5 anos, sendo ele feito em prestações iguais e sucessivas. O prazo de pagamento de 5 anos, sendo ele feito em prestações semestrais iguais sucessivas. Haverá sempre uma entrada de 25% (vinte e cinco por cento). (Regulamento de Transferência de Terras Devolutas de Propriedade do Estado de Minas Gerais, 1976)

O Mapa 6, a seguir identifica a localização das áreas arrendadas pela RURALMINAS para as empresas siderúrgicas no Norte de Minas.

Na atualidade, existe o total de dezesseis (16) empresas com contratos de arrendamentos totalizando noventa e quatro (94) contratos, sendo que, desses vinte três (23) com aditivos até os anos de 2017, 2022, 2023. O restante dos contratos está com os prazos vencidos, aguardando definição por parte do Estado para a arrecadação das áreas dando-lhes nova destinação, conforme informou o levantamento da SEAPA/RURALMINAS (2014) onde também foi relacionada a situação das seguintes empresas com contratos junto ao Estado de Minas Gerais:

- Floresta Rio Doce S/A
- Rio Rancho Agropecuária S/A
- Replasa Reflorestamento S/A
- Rima Industrial S/A
- Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda
- Florestaminas Florestamentos
- Companhia Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A
- Itapeva Florestal Ltda
- Gerdau Aços Longos S/A
- Energética Florestal S/A
- Rio Dourado
- Carvalho Projetos Empreendimentos e Consultoria Ltda
- Siderúrgica União Bondespachense Ltda
- Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda
- Empresa Empreendimentos Florestais Paraibuna
- USIFER - Usina Siderúrgica Ltda
- Perfil Empreendimentos Florestais

- Companhia Transleste de Transmissão
- Cooperativas-Cooperminas, Coosarp, Carvovale, Coopervap, Coopags, Coopersam

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SEDA)¹⁴⁰, através da Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária (SATRF) questionada sobre o diagnóstico da situação das terras devolutas rurais em Minas Gerais na atualidade? Qual a demanda? Quantos processos abertos? Qual a disponibilidade de terras? Respondeu que:

Foram arrendados cerca de **240.000 hectares de terras devolutas**. Em desfavor da grande maioria das empresas arrendatárias existe ação a fim de retomar as áreas e para cobrança dos valores em aberto. Assim, o Estado, desde 2005, iniciou a interposição destas ações. Antes, foram realizadas várias notificações extrajudiciais. São aproximadamente 112 processos em curso. As terras estão divididas em: ocupadas, vegetação em regeneração, invadidas, em exploração.

Ainda segundo a SEDA *“no que diz respeito as terras devolutas arrendadas através do Distrito Florestal”* a Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária assumiu todas funções anteriormente atribuídas à RURALMINAS e ao ITER.

¹⁴⁰ Em resposta à entrevista que foi encaminhada em Março de 2017 parcialmente respondida em 04 de Outubro de 2017, portanto, após a banca de defesa desta tese, essa informação consta somente na versão corrigida da tese.

Mapa 6 – Norte de Minas: Terras Arrendadas para as Empresas pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 1970.

Nesse levantamento foram relacionadas as informações sobre os contratos com as empresas, a data do início e do término, a área arrendada, as localidades, se foram devolvidas ou não e se tiveram aditivos nos contratos firmados entre as empresas e o Estado de Minas. Na maioria das localidades, o estudo indicou que foi feita a vistoria técnica na área por servidores públicos lotada até então no ITER – Instituto de Terras no ano de 2009 e 2010, no qual se confirmou a localização das áreas e atual situação do local¹⁴¹. Também para quase todos os contratos, em nota jurídica a Advocacia Geral do Estado (AGE) informou que o termo aditivo dos contratos de arrendamento de terras devolutas “é flagrantemente ilegal na medida em que pretende prorrogar a vigência de contratos já vencidos e adotar sistêmica não mais acolhida pela legislação estadual, tanto no plano constitucional quanto no plano infraconstitucional”.

Dados desse levantamento serão retomados no Capítulo 5, quando também, através da análise da cadeia sucessória, mostro que a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A foi amplamente beneficiada nesse processo de transferência de terras pelo legislativo, e depois pelo judiciário (através dos processos de usucapião de terras públicas).

Também no Alto Rio Pardo, o pacto do Estado, com as empresas e com os rentistas consolidaram as ações de apropriação privada das terras devolutas, a partir dos contratos de arrendamento:

Ao todo, foram aditivados contratos com seis empresas plantadoras de eucalipto: Gerdau S/A, Energética Florestal, Rio Rancho, Rima Industrial, Replasa Reflorestadora e Suzano Bahia Sul Papel e Celulose. Todas alegam que os contratos foram prorrogados de acordo com a lei e em comum acordo com as partes. Muitas já começaram o plantio nessas terras de mais um ciclo de eucalipto, que é de sete anos. A decisão sobre o que vai ser feito está nas mãos da AGE, que estuda a melhor saída jurídica para o caso.

Várias tentativas realizadas pelas empresas para efetivar o controle sobre as terras no alto rio Pardo e garantia da produção de base florestal vem sendo experimentadas. Além das iniciativas de usucapião, mais recentemente a estratégia das empresas vem sendo outra, a de legitimar legislativamente a permanência de suas atividades em terras estatais, terras devolutas. Através dos Deputados Estaduais Gil Pereira do PP e Jayro Lessa do PFL, entraram com o Projeto de Emenda à Constituição Mineira (PEC 75-

¹⁴¹SEAPA/RURALMINAS, 2014. Governo do Estado de Minas Gerais Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Fundação Rural Mineira. Comissão para das Carga e Registrar a Entrada de toda Documentação Administrativa visando analisar e sugerir Providências à Presidência à Diretoria da RURALMINAS.Março de 2014.

100/04), que tem como objetivo aumentar em 10 VEZES a quantidade de terras que o governo pode ceder à iniciativa privada, de 250 ha para 2.500 ha, legitimando assim a concessão estatal de terras públicas para a apropriação privada. (BRITO, 2013:21)

O aporte do Estado foi tal, que chegou a ponto, de permitir que indivíduos e empresas poderiam destinar 50% do imposto de renda para projetos de reflorestamento desde que os projetos fossem submetidos à análise do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Considero que naquele contexto da década de 1970, consolidou-se mais uma etapa da *grilagem judicial* nas terras da Comarca de Grão Mogol, iniciada com as *ações de divisão e demarcação de terras* nas décadas de 1920 e 1930. Mais uma vez na história, o campesinato geraizeiro foi frontalmente atacado pela *retaliação fundiária*, tendo suas terras de morada reduzidas e fragmentadas, e o uso costumeiro invadido pelo correntão das políticas estatais, das empresas capitalistas e das elites e poderes locais.

A ação da SUDENE e da RURALMINAS contribuiu para aumentar a concentração de terras em poder de rentistas e de empresas vindas de fora. A produção de arroz, milho, feijão e os diversos cultivos das roças foram reduzidos, comprometendo o abastecimento regional. É o que se pode comprovar voltando-se aos dados de produção agrícola em 1975 levantados nos estudos sobre a “*Área Mineira da Sudene*.”¹⁴²

Conforme esses dados, em Francisco Sá eram cultivados (algodão, amendoim, arroz, mamona, mandioca. Em Botumirim cultivava-se arroz, mandioca, milho que rendiam em média 1.200 kg/ha, alho 1.500 kg/ha e café 500 kg/ha. Apontou-se também o cultivo de 3.000 pés de citrus em 5 hectares. Esses alimentos tinham como principal mercado as feiras locais, dos próprios municípios dentre as quais se destacam a feira de Grão Mogol e de Riacho dos Machados, e os mercados de Montes Claros e até municípios da Bahia, no caso do algodão.

¹⁴² CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO (MG). *A área mineira da SUDENE, CI-SEPLAN, vol.II*. Belo Horizonte, Editora: [s.n.], 1975. Esse estudo apesar de não dispor de informações para todos os municípios analisados revelou interessantes dados sobre a produção em alguns nos municípios de Salinas, Botumirim, Francisco Sá, dentre outros do Norte de Minas, como Capitão Enéas, Januária, Juramento, Mirabela, Lassance, dentre outros.

Figura 5- Principais Cultivos, Francisco Sá (1975)

EXPLORAÇÃO	TOTAL (ha)	RENDIMENTO (kg/ha)	PREVISÃO DE PLANTIO (ha)	
			74/75	75/76
algodão	8.100	60 arr.	12.000	15.000
amendoim	6	15 sc	10	15
arroz	280	1.500 sc	320	480
mamona	450	30 sc	500	700
mandioca	125	12.000	150	-
milho	2.000	1.800 sc	2.600	3.800

EXPLORAÇÃO	TOTAL (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (ha)	PREVISÃO DE PLANTIO	
			74/75	75/76
tomate	20	12.500 kg	-	-
pimentão	3	15.000 kg	-	-
alho	30	4.200 kg	-	-
cebola	8	6,5 ton	-	-
xuxu	4	40.000 kg	-	-
repolho	3	9.000 kg	-	-
abóbora	100	20.000 kg	-	-
maxixe	30	5.000 kg	-	-

Fonte: Conselho Estadual do Desenvolvimento – MG (1975)

A pecuária, fundamental na organização da produção geraizeira, praticada com a cria do gado na solta, nas chapadas, gradativamente foi inviabilizada pelo processo de *retaliação fundiária* conforme evidencio no Capítulo 6.

O poder público liderou esse processo de outorga das terras devolutas, consequentemente fortaleceu a capitalização rentista das empresas. Nesse bojo, foram essenciais os créditos oferecidos pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), em 1975 e do Desenvolvimento do Cerrado (Prodecet), em 1979, e a ação do Ministério da Agricultura:

Três anos separam o experimental Programa de Crédito Integral – ensaio de exploração montado pelo Banco de Desenvolvimento e Emater de Minas Gerais em 1971 – do bem-sucedido Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), coordenado pela Fundação Rural Mineira, RURALMINAS, em 1973/74. Veio então a ação federal ampla com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), em 1975, e depois a associação entre capital público, privado e multinacional no Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

(Prodecer), em 1979; finalmente, a máquina passou a funcionar por moto-próprio depois dos anos 1980. Mas até essa época houve uma sólida liderança do setor público. A agroburocracia mineira – conduzida por Alysso Paulinelli, professor da Escola Superior de Agricultura de Lavras, depois secretário mineiro e, finalmente, Ministro da Agricultura – associava os setores público e privado; planejava, pesquisava e outorgava terras; distribuía iniciativas a empreendedores e os formava na condução de empresas estatais e privadas. Isso deu aos programas rurais um caráter original, que inclusive desapareceria da história, e principalmente, da história do agronegócio, que seria contada depois como resultado exclusivo da ação privada. (RIBEIRO E GALIZZONI, 2007:07)

No caso analisado por Brito (2006) os grandes investimentos públicos voltados para o território do Norte de Minas na segunda metade do século XX estruturaram-se em quatro eixos principais de projetos: agropecuários; irrigação; monocultura de eucalipto e pinus; e industriais. A autora analisou o impacto do *“Complexo Industrial – Florestal”* em Rio Pardo de Minas, a partir do estudo das transformações *socioterritoriais* na comunidade de Vereda Funda, *“[...] composta por 114 famílias que praticavam a agricultura de sustentação, a criação de pequenos animais e a criação de gado “à solta”, para sua reprodução social.”* Nos anos 1980 tiveram suas terras tomadas pelo Estado e entregue a empresas produtoras de eucalipto, todavia com um processo de intervenção estatal no Norte de Minas iniciado com a *“[...] política agrícola pós 1965 e os planos de desenvolvimento regional, liderados pela SUDENE, pela Codevasf e pela RURALMINAS”*. (Brito, 2006:13-14).

Os Gerais, ou seja, as terras públicas das chapadas dos sertões do norte de Minas, se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos, seja pela apropriação à mão grande, na ponta do fuzil. Tudo isso articulado ao polo siderúrgico do Quadrilátero Ferrífero, fornecendo carvão de ótima qualidade, vegetal, para queimar nos alto-fornos e/ou nas indústrias de ferroligas de Sete Lagoas, Capitão Eneas, Várzea da Palma, Pirapora, Ipatinga, Bocaiúva, Betim,... (PORTO GONÇALVES, 2000:10)

A ação da RURALMINAS e as políticas da SUDENE nos revelam que o processo de apropriação privada das terras foi estimulado pelas políticas estatais, levando-nos inclusive a concluir, que a RURALMINAS, foi instituída com esse propósito. Convergindo com a velha prática estatal de legitimação da grilagem de terras.

No panorama mais amplo, esse elo entre o Estado e os rentistas, ainda não foi rompido, tem sua continuidade no presente, o poder público segue editando normas, que ao mesmo tempo que favorecem a grilagem confrontam com os princípios do próprio Direito revelando assim, a contradição da sociedade capitalista, que se revela também na elaboração das leis, na aplicação delas e até mesmo na sua superação:

Há sim, na história da apropriação privada da terra pública, devoluta ou não, dois procedimentos políticos quase que permanentes. De um lado, há a elaboração de normas jurídicas para a absolvição das infrações cometidas – bastando verificar os termos da MP 458 (Lei nº 11.952 de 25/06/2009) que passou a permitir a regularização fundiária de imóveis públicos grilados na Amazônia Legal com até 15 módulos fiscais, desde que inferior a 1.500 hectares – enquanto de outro lado se faz permanente o descumprimento do artigo 20 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 que dispõe sobre os bens imóveis da União e do artigo 20 da Lei nº 4.947/1966, que fixa normas de Direito Agrário e tem o seguinte texto: *Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios: Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.* (OLIVEIRA,2013)

Essa contradição social revela, ao mesmo tempo, a solidez do pacto social entre as elites capitalistas no Brasil e a possibilidade de rompimento desse pacto, a partir do embate travado com os sujeitos sociais oprimidos por esse processo. Que buscam, nos interstícios do Direito e pela ação política, acessar a justiça, a terra de morada, trabalho e reprodução da vida.

Veja-se no caso em questão, que o “correntão” atrelando o Estado às empresas e aos grileiros, na medida que arrastava as terras dos gerais, também gerou uma indignação e com ela uma reação. No compasso das lutas políticas que se desencadearam no Brasil, o processo das lutas camponesas, indígenas e quilombolas foram decisivas para a conquista de terra e território e também para que fossem incorporadas à legislação, os direitos desses sujeitos sociais. Nesse movimento, também foi dotando de conteúdo jurídico, esse processo de lutas no campo contra a propriedade privada da terra, ou contra um único viés do Direito que reconhece o absoluto direito de propriedade. Sendo assim, as lutas no campo têm contribuído para o aperfeiçoamento desse debate sobre o direito de propriedade instituído no Brasil.

Nessa direção, no leque dos marcos legais e dos litígios, instituídos a partir de processos de luta por terra e território, podem ser citados, por exemplo: O reconhecimento de assentamentos de reforma agrária, demarcações de territórios

indígenas, a regulamentação dos procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos através do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em Minas Gerais a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014 que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, e em determinados casos o trabalho dos procuradores do Ministério Público e de advogados, cujo exercício profissional e interpretação do Direito se voltam para a justiça social no campo no país.

Esse processo de luta revela que apesar do sólido pacto existente entre as elites, há um campo aberto para as lutas sociais, cabe compreender que direção essa luta deva seguir. Se no interior dessas contradições, ou para além delas, buscando superar o problema estrutural do fundamento rentista na constituição da propriedade privada da terra no Brasil. E porque não, debater o problema da propriedade privada da terra jungido à reprodução do modo de produção capitalista.

Trata-se portanto, de uma questão complexa, que não é só dos municípios das Comarcas de Grão Mogol, Porteirinha, Salinas, Francisco Sá, Rio Pardo de Minas, Montes Claros, mas também de todo o estado de Minas Gerais, e também do país, onde a apropriação privada das terras, segue devastando e tomando as terras de morada e trabalho, nas mais variadas formas de uso, assentadas em costumes constituídos ao longo da ocupação das terras no Brasil, e mesmo anteriores a esse processo, como no caso dos povos indígenas e dos afrodescendentes.

Em Minas Gerais, alguns estudos revelaram o conteúdo violento e injusto desse processo, que trato de expor a partir desse ponto.

O texto *"Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais"* de Borges (2004) retratou a situação da grilagem de terras em Minas Gerais no período pré-golpe de 1964:

(...) para os indivíduos egressos do universo camponês, a fertilidade daquelas terras estimulava outro tipo de busca. Significava a possibilidade de deixar para trás uma vida de meeiro, parceiro ou empregado rural para se tornar um pequeno proprietário, dedicar-se à agricultura que, no universo camponês, é sinônimo de terra liberta, de fartura e felicidade. Todavia, conforme nos relata um funcionário da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, com o passar do tempo o posseiro, gente humilde, pobre, achou que entrando na terra e fazendo um aberto, plantando etc., seria dono da terra. Mas aconteceu que vieram os grandes, poderosos e tocaram esse povo de qualquer jeito. Compravam ou abriam um pedaço na mata e depois partiam por cima dos outros ... Tocavam o sujeito para fora impiedosamente, o sujeito com família e tudo. Às vezes, gente que morava ali há 10 ou 15 anos.

Mataram demais, quebraram esse povo de lá de qualquer maneira. Queimaram barracos e tocaram eles sem dó (BORGES, 2004:308)

A autora relata que no final do ano de 1957, a situação entre posseiros e grileiros era muito grave. Levando o governo do estado solicitar a presença de *“um esquadrão de cavalaria”*. O Secretário de Agricultura do governo Bias Fortes (PSD) foi convidado pela Assembleia Legislativa de Minas a prestar esclarecimentos acerca do andamento dos processos de legitimação de terras na região. Foi reconhecido o descaso do poder público, que segundo o depoente se mantivera *“inerte ante as usurpações que se processavam autoritária e desordenadamente”*. Por via do Secretário de Agricultura, Álvaro Marcílio, foi informado a existência de 14 mil processos de legitimação de terras pendentes na Secretaria:

Simultaneamente, deu ciência da criação de “uma comissão especial de sindicância e análise, destinada a agilizar tais processos”. Segundo o governo, seu objetivo era reinstaurar a paz e a justiça na região. Por isso, desde que comprovadas as irregularidades — argumentavam os representantes do poder público estadual —, nem os grandes proprietários, nem as grandes empresas siderúrgicas (ambos acusados de invadir terras de posseiros) seriam poupados. (BORGES, 2004:311)

Em *“Governador Valadares: misto de esperança e conflitos por causa da terra”* Ana Emília de CARVALHO também escreveu sobre o quadro de violência na luta pela terra em Minas Gerais no mesmo período.

Para arrematar a discussão proposta nesse capítulo sobre a legislação e da relação do Estado com a questão fundiária, analisarei brevemente, a questão da função social da propriedade a partir do caso da Chacina de Felisburgo, MG, ocorrido na Fazenda Nova Alegria em 2004. Pois permite uma compreensão de como a realidade e aplicação da legislação desafiam nossa compreensão da justiça.

Analisando a combinação entre teoria e a jurisprudência sobre o caso da “Chacina de Felisburgo” as procuradoras federais Natalya Caboclo e Josely Massuquetto (2013) escreveram que:

(...) buscou-se primeiramente na doutrina o raciocínio matriz: parte da doutrina comunga do entendimento de que a produtividade é um atributo suficiente para vestir qualquer propriedade com o manto da intangibilidade, tornando-a insuscetível de desapropriação. Outra parte da doutrina apega-se à suposta falta de eficácia do artigo 186 da Constituição Federal, dado seu caráter meramente programático. Os defensores do primeiro entendimento sustentam haver uma antinomia entre o disposto nos artigos 184, 185 e o disposto no artigo 186, todos da Constituição Federal. (CABOCLO E MASSUQUETTO, 2013:238)

Os artigos mencionados expressam em sua redação, a seguinte disposição:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”

(...)

“Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

(...).”

“Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

As autoras analisaram que *a aparente antinomia obstaria a desapropriação-sanção da propriedade rural produtiva, ainda que caracterizado o descumprimento das demais condicionantes da função social.*”
(Idem:239)

Antes mesmo da propositura da ação de desapropriação, os proprietários do imóvel (de parte dele, já que outra parte é terra devoluta do Estado de Minas Gerais) impetraram mandado de segurança, com pedido de concessão de liminar, requerendo a suspensão do processo administrativo de desapropriação do imóvel rural. Para o espanto, a liminar foi deferida para determinar a suspensão do processo administrativo que tramitava no INCRA/MG. *A produtividade do imóvel, foi a tese que fundamentou a decisão do MM. Juízo Federal para quem, por si só, imunizaria o proprietário em face da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.* Caboclo e Massuquetto (ano) deram a seguinte explicação:

No referido mandado de segurança n.º 2007.38.00.022941-6), quando da prolação da sentença, a liminar antes deferida foi revogada e o processo foi extinto sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso IV e VI c/c art. 295, inciso I, todos do Código de Processo

Civil, uma vez que o ínclito Magistrado reconheceu ser incompetente para julgar o feito processual após a edição do Decreto expropriatório, tendo em vista que, sendo ato do Presidente da República, este passa a ser a autoridade coatora. Por conseguinte, a competência para apreciação de questões relativas à matéria é deslocada para o Supremo Tribunal Federal.

Vale dizer, muito embora a liminar tenha sido revogada e o processo administrativo continuado, desaguando na propositura da ação de desapropriação, tal fato não ocorreu porque o Judiciário reviu seu posicionamento quanto ao mérito da questão, mas sim, por razões meramente processuais.

E as resistências sofridas pelo Incra não pararam por aí: ante a extinção do pré-falado mandado de segurança, os proprietários do imóvel rural propuseram uma ação ordinária perante a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (autos n.º 2007.38.00.037767-3-Classe 1900), pleiteando, em antecipação de tutela, a suspensão do processo administrativo de desapropriação do mesmo imóvel rural denominado Fazenda Nova Alegria.

Também nesta oportunidade o Poder Judiciário acolheu a tese dos proprietários, antecipando-lhes a tutela jurisdicional para o efeito de determinar ao INCRA a imediata suspensão do processo administrativo de desapropriação. Desta vez, contudo, a decisão proferida em primeiro grau de jurisdição foi suspensa pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede recursal, tendo o processo administrativo retomado seu curso, com a conseqüente propositura da ação de desapropriação. (CABOCLO E MASSUQUETTO, 2013:246-247)

O texto de Farias e Modesto (2005), que referenciei anteriormente foi também citado pelas procuradoras¹⁴³, os autores demonstraram e defenderam a inexistência de antinomia no texto constitucional:

Como pode ser verificado através de leitura literal, o art. 6º da Lei 8.629/93 considera propriedade produtiva aquela que é explorada econômica e racionalmente. Ou a contrário sensu, a exploração econômica (produtividade) alcançada de forma irracional não será considerada para efeitos de cumprimento de uma das condicionantes da função social. Ou, em outras palavras, o conceito de produtividade

¹⁴³ Refiro-me aos textos das Procuradoras Federais lotadas na Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/PR. Natalya Caboclo e Josely Trevisan Massuquetto (2013). “*Propriedade produtiva e desapropriação: uma marcha lenta rumo à máxima efetividade do texto constitucional.*” E ao texto do Procurador Federal Valdez Adriani Farias e pelo Advogado da União Joaquim Modesto – “*Função social da propriedade – dimensões ambiental e trabalhista*” – Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, p. 33-356

previsto na norma que regulou os dispositivos da Constituição é composto por dois elementos que devem ser atendidos simultaneamente: produção econômica que atinja os índices mínimos de produtividade (GUT e GEE), observada para tanto, a racionalidade, seja ambiental ou social.

(...) Logo, a propriedade que mesmo alcançando os índices de produtividade (GUT e GEE) – produtividade econômica – mas que não é explorada racionalmente, ou seja, degrada o meio ambiente, ou produz utilizando-se de trabalho escravo, não pode ser considerada produtiva para efeitos de cumprimento de uma das condicionantes da função social – a produtividade. Ou alguém diria que exploração conduzida dessa forma seria racional?

(...) (FARIAS E MODESTO: 2005)

Corroborando com as autoras acima citadas, considero que a terra para ser legalmente considerada produtiva, necessita que cumpra com as funções ambientais, trabalhistas e de bem-estar social, ou seja, “*no conceito de função social está contido o conceito de produtividade*”. Logo, nesta interpretação, uma terra de plantio extensivo de madeira para extração de celulose, por exemplo, que esgota os recursos hídricos, se estende pelas áreas de preservação permanente, explora o trabalho de forma extenuante, incluindo a força de trabalho infantil em carvoarias, não poderia ser considerada produtiva, uma vez que, para produzir feriu os conteúdos legais da função social da terra.

Cabe uma crítica aos indicadores, o GUT (grau de utilização da terra) e o GEE (grau de eficiência de exploração), pois os indicadores são capazes de esconder o conteúdo perverso das relações sociais no campo, presentes na oposição dialética entre; latifúndio e a unidade familiar camponesa, ou na relação empresário capitalista e mão de obra do trabalhador explorado, como também na concepção da terra como meio de produção ou de especulação fundiária oposta à concepção de terra de morada, reprodução e preservação da vida no solo, na água, na mata ou nos campos nativos. Enquanto, aqueles que defendem o caráter programático do artigo 186 da CF/88, consideram-no ineficaz, pela ausência de uma lei que discipline a matéria.

As autoras exemplificaram com o caso da “Chacina de Felisburgo” em que a Fazenda Nova Alegria mesmo tendo sido classificada, conforme os índices GUT e GEE, como imóvel produtivo, descumpriu a sua função social no que se refere aos requisitos colocados nos incisos II e IV do art. 186 da Constituição. Uma vez que, o imóvel apresentava degradação ambiental nas áreas de preservação permanente e inexistência de averbação da área de

reserva legal nas matrículas. Nesse caso, há que se considerar que foi uma chacina, que teve repercussões internacionais e pressão por parte do MST, são fatores políticos que levaram ao primeiro caso de desapropriação de terra no Brasil, devido ao descumprimento da legislação ambiental.

Assim, casos como este mostram a situação política derivada das leis e sua aplicação pelo Estado, em favor dos grileiros de terras devolutas e as ações do Estado em suas proteções, enquanto no lado oposto encontrava-se a reação dos posseiros em luta pela terra de trabalho.

Com efeito, o processo judicial de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, obedece a um procedimento contraditório especial, cujos contornos são previstos pela Constituição Federal, artigo 184, § 3º e regulamentados pela Lei Complementar nº 76/1993. Significa dizer que há um caráter, uma prerrogativa preferencial e prejudicial a ser respeitada em se tratando de ação de desapropriação, atributo que a faz prevalecer diante de quaisquer outras ações relativas ao imóvel rural que serve de objeto à medida judicial de desapropriação.

Acerca da história da legislação fundiária em Minas Gerais o que se pode concluir é que através da legislação e das instituições o Estado nos governos que se sucederam, criou condições para que os proprietários de terras produzissem títulos de terras, que recaíam sobre as terras devolutas griladas. Sobre esta prática, cabe refletir acerca do que escreveu Martins (1986: 32-33), e retomar o caráter de mercadoria da terra sob o capitalismo:

A terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria.

Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos falando), não é necessário que estejam juntos. Martins (1986: 32-33)

Precisamente essa tem sido a prática dos grileiros no Norte de Minas, através de um ato simples, todavia envolvendo complexas questões de ética,

direito, corrupção, direitos humanos e grilagem produziram títulos de terras em cartórios de pequenas cidades (passaram a possuir a terra sem dispor de capital). Terras essas que eles não colocaram para produzir (ou seja, não usaram nem investiram), e com a complacência do Estado venderam-nas para empresas siderúrgicas (venderam o título e com área dos imóveis ampliada por meio de grilagem, auferiram a renda capitalizada da terra). E, por sua vez, as empresas siderúrgicas “gatunas”, que primeiramente extraíram madeira nativa, desmatando grandes áreas de cerrado e caatinga para produzir carvão, posteriormente produziram madeira para serem igualmente queimadas nos fornos das guzeiras.

Por fim, todo este processo que ocorreu em locais bem definidos, aparentemente desvinculados da lógica industrial, mas que passaram a integrar-se a lógica da produção imposta pela *territorialização dos monopólios* da agricultura. Porque concretizou-se a integração com o capitalismo mundial quando as ferroligas são exportadas completando assim o ciclo das manifestações do capitalismo rentista em Minas Gerais, atrelado a uma lógica globalizada de produção de commodities, que de alguma forma retornam a circular nestes municípios, como em tantos outros municípios brasileiros, contraditoriamente integrados à circulação de mercadorias. Ainda, nesse arranjo, a *grilagem judicial* tem sido acionada, na atualidade, em mais uma etapa, em que as empresas transnacionais, passaram a grilar as posses camponesas, fraudando ações de usucapião de terras públicas, conforme analiso no Capítulo 5, com o caso da empresa Inonibrás na comunidade *Córrego dos Bois e Morro Grande*, em Grão Mogol, MG.

CAPÍTULO 4 - A GRILAGEM JUDICIAL E A RETALIAÇÃO FUNDIÁRIA NA COMARCA DE GRÃO MOGOL (1920 e 1930)

“Quero os todos pastos demarcados...Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” (Guimarães Rosa, 1994:307)

Neste capítulo apresento a análise dos processos de divisão e demarcação de terras, cujos documentos contidos nos autos revelam as fraudes e as condutas criminosas da elite agrária da Comarca de Grão Mogol, que certamente, teve como “locus” de convergência e arquitetura de seus interesses a “Loja Maçônica Aurora do Progresso” de Grão Mogol, do qual muitos beneficiados eram associados.

O capítulo foi dividido em três sessões. Na primeira (4.1) analiso os processos de divisão das fazendas *Ribeirão das Piabanhas*, *Indivisa Ribeirão de Areia*, *Santa Cruz e Santo Antônio*, correspondente a uma fração territorial contígua nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, que na atualidade, coincide com o *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas* em disputa pela autodemarcação. Na segunda sessão (4.2) analiso os processos de divisão das fazendas *Riacho de Dona Rosa*, *Marimbo*, *Curralinho*, *Curral Novo*, *Pé-Grosso e Lages e Lagoa dos Patos*, na direção dos municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha. Essa sessão inclui também a *Fazenda Tapera*, cuja área foi ampliada a partir de inventário, todavia, soma-se ao conjunto das tramas de *grilagem judicial* arquitetada pela mesma elite local. Na terceira parte (4.3) analiso processos de imóveis divididos na direção da Serra de Grão Mogol, no sentido Sul pertencente aos municípios de Cristália, Itacambira e Botumirim as *Fazenda Gado Bravo*, *Fazenda Sobrado* e *Fazenda Santa Quitéria*, esta transpondo a mesma serra nos limites entre Francisco Sá e Riacho dos Machados.

Relaciono os sujeitos sociais envolvidos nesse processo ao conflito agrário instaurado com o processo de *grilagem judicial* e a consequente *retaliação fundiária* nessa fração do território, buscando revelar as nuances da trama levada a cabo pela elite agrária de Grão Mogol, nas primeiras décadas de século XX.

Essa elite política e econômica de Grão Mogol nas décadas de 1920 e 1930 mobilizou os fundamentos propagados pelo Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890, que orientou a divisão e demarcação das terras do domínio privado para produzir títulos de propriedade sobre as terras devolutas e posses camponesas. Interpondo documentos imobiliários – em geral, fraudulentos – aos códigos e práticas costumeiras de transmissão de herança e uso construído através de gerações pelo campesinato geraizeiro. Por este viés, os rentistas promoveram a *retaliação* das terras de uso comum geraizeiras.

A divisão de terras foi estratégia amplamente utilizada no Norte de Minas Gerais, quiçá nas outras regiões do Estado, naquele mesmo período, para apropriação privada das terras devolutas, formação de fazendas e para submissão dos camponeses às elites fundiárias locais.

Por esta via tornou-se possível a essa elite auferir a renda da terra, através da venda de títulos a camponeses, através da seletividade de áreas de solos mais férteis, e no caso de Grão Mogol, incluiu também áreas para exploração de ouro e diamantes.

A renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações da classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio exercido por uma delas, conforme explicou Oliveira:

[...] Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida, de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra. (OLIVEIRA, 2007:57)

A partir da *grilagem judicial* com a divisão e demarcação das terras, a elite fundiária de Grão Mogol, em diferentes contextos, passou a auferir a renda da terra, conforme analiso neste capítulo 4 e também no capítulo 5.

Nos apêndices (B a N), para cada processo analisado que resultou na sentença de divisão e demarcação, será apresentada a relação de cada quinhão e glebas e respectivas somas das áreas, como resultado empírico da *retaliação fundiária*, trata-se de uma organização sistemática das áreas adjudicadas através das sentenças judiciais. Dos trinta e seis processos de divisão e demarcação de terras levantados na Comarca de Grão Mogol, 15 foram analisados, somente nestes processos (com exceção de dois, que não tiveram sentença judicial) atribuiu-se - a um milhão, sessenta mil e oitocentos e sessenta e cinco hectares e oitenta e três ares (1.060.865,83 hectares de terras) - o status de propriedades privadas via *grilagem judicial* conforme sintetizo na Tabela 11 a seguir:

Antes desse processo, a maioria dessas terras eram livres, terras soltas usadas em regime de uso comum. Apresento no Mapa 7, a seguir, um croqui com a localização aproximada das terras das fazendas divididas e demarcadas no processo de *grilagem judicial*.

Tabela 11 – Total das Terras Apropriadas Privadamente via *Grilagem Judicial* na Comarca de Grão Mogol, décadas de 1920 e 1930.

Fazendas	Grilagem Judicial (ha)
Sobrado	755.896,79
Santa Quitéria	105.451,07
Ribeirão das Piabanhas	39.538,92
Santa Cruz	28.818,90
Santo Antonio	24.377,27
Curralinho	22.233,20
Riacho de Dona Rosa	21.085,64
São Pedro	16.746,10
Marimbo	13.915,93
Sítio Novo	11.314,37
Lagoa dos Patos	10.762,20
Pé Grosso e Lages	6.278,12
Gado Bravo	4.447,32
Ribeirão de Areia	Indivisa
Curral Novo	Indivisa
Total	1.060.865,83

Nos trechos transcritos de documentos extraídos dos autos busquei preservar a grafia original, portanto desobedece ao padrão vigente da língua portuguesa. Os nomes das pessoas mais destacadas no processo de grilagem citadas em vários processos grafiei em “CAIXA ALTA” para melhor identificação e relação dos nomes durante a leitura.

Os detalhes extraídos dos autos, os fatos, as disputas e também as supostas demandas, que são apresentadas neste capítulo não são *“filigranas sem sentido, mas revelam aspectos importantes para a análise mais ampla sobre a constituição da estrutura fundiária”* conforme constatou Motta (2006:261)¹⁴⁴

Os processos, em geral, eram suplicados por homens de poder da Comarca de Grão Mogol. A cada suplicante coube pagar as despesas de custas judiciárias do advogado, e também o pagamento do agrimensor nomeado, pelos levantamentos, as medições, separação das glebas e quinhões, os preços eram definidos

¹⁴⁴MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Feliciano e a Botica: transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX)*. In: LARA, Silvia Hunold (Org.); MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Editora Unicamp: Campinas, 2006. p.239-266. Neste artigo a autora investigou o caso de uma rica fazendeira que buscava por meio judicial apoderar-se de uma imensa área, entrando em disputa com um pretenso arrendatário também da elite e os beneditinos do Mosteiro de São Bento, os embates analisados que se deram ao longo dos anos e seus desdobramentos *“(os custos das ações judiciais, as redes de solidariedade para confirmar a legalidade das ocupações, as estratégias jurídicas para fundamentar cada versão dos fatos)”* mostram os entraves para se decidir quem era o “senhor e possuidor das terras” disputadas.

contratando-se uma razão por alqueire geométrico de 484 ares. Posteriormente, seria feito o rateio com os demais condôminos proporcionalmente à parte que lhes caberia na divisão.

Os processos imobiliários analisados se concentraram na década de 1930 quando o Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol era MANOEL CHRISTIANO RÊLLO, por vezes, nesse período DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, exerceu a função de juiz substituto. Os processos imobiliários deixaram claro que os títulos *jus in ré*, aquele que comprovaria o direito pleno sobre a propriedade, não tinham validade como tal, a maioria produzidos no calor da tramitação dos processos, inclusive com parceria entre os suplicantes de áreas diferentes. Fato evidente na coincidência das datas, e nos documentos apresentados na tramitação dos autos divisão judicial das fazendas, como por exemplo, naqueles da *Santa Cruz, Santo Antonio, Ribeirão de Areia, Marimbo, Lagoa dos Patos* uma mostra explícita de que foi habilmente planejada entre os peticionários.

Juiz por sentença julgou a divisão judicial das fazendas e seu ato passou a gerar o efeito de autorizar a lavratura das escrituras e levá-las a registro.

A esses nomes se articularam-se do rentista JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, CORONEL JOÃO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA a do coletor estadual de impostos EZEQUIEL PEREIRA, do escrivão WASHINGTON BARBOSA ARAÚJO, de JOSEPHINO MENDES DA SILVA e SERGIO MENDES DA SILVA, LINDOLPHO MARTINS DA SILVA, BENJAMIM FRANKLIN DIAS, do CORONEL PEDRO LABORNE, AUGUSTO FIGUEIREDO, PACÍFICO GOMES PEREIRA membros das famílias “DAMASCENO FERREIRA”, “MURÇA” e “SOUZA FREIRE”, além de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA que exerceu as mais diferentes funções nos processos divisórios, e que teve papel destacado na apropriação privada das terras da Comarca de Grão Mogol. Nesse período o Cartório de Registro de Imóveis e também de 1º Ofício e Notas pertencia à família de sobrenome “MARINHO PAULINO”, esta serventia contém registros imobiliários a partir de 1884 (conforme informou o próprio cartório).

No CRI-Grão Mogol JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA registrou 46 certidões de imóveis, sendo nove matrículas de registros urbanos e trinta e sete (37) imóveis rurais que totalizam **27.101,30 hectares**, todas as áreas foram indicadas em imóveis que foram alvo de *grilagem judicial* nas *Fazendas Ribeirão das Piabanhas, Pintado,*

Água Preta, Serra Brava ou Cana Brava, Sítio Novo, Rocinha, Padre Felipe, Santa Clara, Santa Quitéria, Bom Sucesso, Lagoa dos Patos e Gameleira. A maioria das terras recebidas nas sentenças dos processos divisórios, outras adquiridas através de compra e venda, e também por herança de sua esposa, outras em hasta pública e as demais foram adjudicações de terrenos de ausentes.

Enquanto em nome do Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol na década de 1930, MANOEL CHRISTIANO RÊLLO, foi entregue uma transcrição de 1932, de uma parte de terras cuja área não foi informada, na Fazenda Rocinha em Boa Vista do Bananal, adquirida de oito pessoas através de compra e venda.

Conforme apresentado na introdução desta tese tratava-se de pessoas da elite da Comarca, a maioria vinculada à Loja Maçônica Aurora do Progresso, ocupados de atividades do comércio, da criação e comercialização do gado, e sobretudo da exploração de ouro e diamantes, e obviamente participavam também no comando da política local.

Entretanto, foi imprescindível a inclusão das famílias camponesas nos processos judiciais de divisão e demarcação, que para permanecerem habitando as grotas, e usando os gerais para criação do gado na solta e para o extrativismo, os geraizeiros passaram a ser cobrados pelos rentistas locais, poderosos que após a divisão judicial passaram a vender as glebas para os geraizeiros e impor-lhes restrições ao uso. Na primeira metade do século XX não interessava aos fazendeiros, a expulsão dos camponeses, que eram essenciais à própria reprodução social do fazendeiro, fornecendo gêneros alimentícios, trabalhando nas lavouras de café, algodão, e também no garimpo, mas principalmente era indispensável o trabalho dos geraizeiros como vaqueiros dos grandes criadores de gado.

Também é preciso considerar, naquele contexto, a impossibilidade de expulsão do enorme contingente de famílias camponesas geraizeiras de suas posses e das famílias quilombolas de seus territórios dispersos na imensidão dos gerais, encravados nos vales e grotas, sabedores de toda uma tradição curraleira, geraizeira, caatingueira, sem a qual a elite rentista da Comarca de Grão Mogol, não sustentaria a ocupação das fazendas apropriadas.

Veremos nos capítulos 5 e 6 que essas relações passaram por uma grande transformação com a invasão das empresas de monocultivo de madeira para produção de carvão vegetal.

Embora incluídos desigualmente, nos processos divisórios, poucos geraizeiros fizeram esse movimento de buscar a certidão com a sentença judicial nos Cartórios do 1º e do 2º Ofício da Comarca de Grão Mogol/MG, para em seguida levá-las ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, para registrar a propriedade. Outras sequer sabem da existência dessas certidões. Conforme afirmou Oliveira, (2013), a grande maioria dos registros passaram a ser feitos depois da década de 50, e, sobretudo, com a política de incentivos fiscais do setor da silvicultura depois dos anos 70. Há uma grande possibilidade que muitos nem saibam sobre este direito, ao mesmo tempo em que muitas famílias passaram a ser procuradas por empresas capitalistas e grileiros para servirem de instrumentos hábeis para novas ações fraudulentas para extração da renda fundiária. Muitas dessas famílias têm vendido seus direitos, como foi observado pela análise das cadeias sucessórias, evidenciando que esses títulos não têm servido de garantia de direito à terra àqueles que dela precisam para viver.

Mapa 7 - Localização Aproximada das Terras Alvo de *Grilagem Judicial* na Comarca de Grão Mogol nas primeiras décadas do Século XX

4.1 A retaliação fundiária no Vale das Cancelas (Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho)

Neste item analiso os processos de divisão e demarcação das fazendas *Ribeirão das Piabanhas*, *Indivisa Ribeirão de Areia*, *Santa Cruz* e *Santo Antônio* cujas áreas sobrepõem-se, atualmente, ao “*Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*”, portanto, são terras em disputa que permitem compreender as raízes do conflito agrário originado pela *grilagem judicial* e os desdobramentos contraditórios da *retaliação fundiária*.

4.1.1 Fazenda Ribeirão das Piabanhas

Antes de adentrar os meandros do processo de divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* é necessário remeter aos Registros Paroquiais de Terras (RPTs) da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol (1856) onde foram registradas oito declarações de posse de terras (Quadro 5).

Quadro 5 – Terras na *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* declaradas em 1856.

Proprietário	Imóvel	Área	Localização
Felippe Ribeiro de Souza	Uma Parte de Terras Na Fazenda Ribeirão Das Piabanhas	De extensão meia légua, e de largura um quarto	Divide nascente com terras de Manuel Pereira de Carvalho, ao norte com as Teixeiras, no espigão de Paratudo
Bibiana Ferreira de Medeiros	Uma Parte de Terras Na Fazenda Piabanhas	De extensão cinco léguas e de largura uma e meia, mais ou menos	Ainda não fizeram divisões iguais com os herdeiros
Antonio Pereira Brandão	Uma Parte de Terras Na Fazenda Do Ribeirão Das Piabanhas		Ainda não fizeram divisões iguais com os herdeiros – ignora os limites
Antonio Pereira Brandão	Duas Partes de Terra Na Fazenda Das Piabanhas	De extensão uma légua, e de largura meia légua, pouco mais ou menos	Ainda não fizeram divisões iguais com os herdeiros
João Luiz Souto	Uma Parte de Terras Na Fazenda Do Ribeirão Da Piabanha	De extensão um quarto de légua, e de largura meio quadro	Divide ao nascente com terras dos Tujeiras, pelo poente com terras de Antonio Theodoro, pelo norte com terras do finado João Luis, ao sul com a fazenda de Filippe Ribeiro
Bibiana Ferreira de Medeiros	Possui uma Fazenda No Ribeirão das Piabanhas, Em Comum Com Mais Filhos	De extensão umas dez léguas, e uma de largura	Divide ao nascente com terras do finado padre João, pelo poente com terras dos herdeiros do finado Antonio Gonçalves, ao sul com terras de Manoel Pereira de Carvalho, ao norte com o mesmo Antonio Gonçalves
Antonio Theodoro de Souza	Uma Parte De Terras No Ribeirão Das Piabanhas	De comprimento meia légua, e de largura um quarto	Divide ao nascente com terras do finado João Luis, pelo poente com terras de Manoel Pereira de Carvalho, ao sul com terras de Manoel Rodrigues, ao norte com terras de Thomé Moreira

Proprietário	Imóvel	Área	Localização
José Pinto da Silva	Uma Parte De Terras Na Fazenda Do Ribeirão Das Piabanhas	De comprimento um quarto, e de largura meio quarto	Divide pela nascente com terras de Manoel Cardozo, ao poente com Filippe Ribeiro de Souza, ao norte com as Teixeira, ao sul com o mesmo Filippe Ribeiro

Fonte: RPTs da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, 1856/APM (2016)

Esse quadro nos mostra que na área da “*Fazenda Ribeirão das Piabanhas*”, na década de 1850, desenhava-se o estado de comunhão, pelo menos seis famílias diferentes declararam terras no registro do vigário, e alguns afirmaram que não tinha sido feita divisão entre os herdeiros. Nas fontes pesquisadas este foi o registro mais remoto da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*. Não se sabe se a primeira ocupação desse imóvel consta de algum registro imobiliário de cadastro de terras públicas, é possível que não tenha sido levado a um registro geral.

Ação de divisão e demarcação da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* foi movida por JOSÉ PEREIRA SANDES e esposa MARIA CARDOSO LEAL. Em 25 de fevereiro de 1931, quando o Drº MANOEL CRISTIANO RÊLLO já era o Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol, conforme o conteúdo da petição:

“Ilmº e Exmo Senhor Juiz Dr. Juiz de Direito. Dizem que **José Pereira Sandes e sua mulher Maria Cardoso Leal agricultores**, residentes no districto da cidade desta comarca, por seu advogado que esta subscrive, **que são proprietarios de varias partes de terras na fazenda denominada Ribeirão das Piabanhas, sita no mesmo districto, havidas por herança de Joaquim Cardoso Leal, pae da segunda suplicante como o provam com o seu titulo de jus in ré**, devidamente registrado e transcripto, que a esta acompanha. **Essa fazenda pertencente hoje a muitos condominos em verdadeiro estado de comunhão, desde data muito remota em que, por fallecimento e outras titulos de transmissão, os seus respectivos proprietarios, como donos exclusivos até então a transmitiram a muitos senhores e estes pelos mesmos titulos, sussecivamente, aos actuais** tem uma area aproximada de seis mil alqueires de terras de cultura, mattos e campo, compreendendo muitas benfeitorias, mangas, roças, casas de morada, cercas, valos etc.”

As confrontações indicadas são tão imprecisas e suspeitosas quanto aos títulos de propriedade apresentados:

Os seus limites, de acordo com antigos documentos existentes em poder de alguns condominos são os seguintes:-começam **na barra do Ribeirão das Piabanhas com o Rio Jequitinhonha, seguem subindo o Ribeirão das Piabanhas, até a sua nascente; dalhi, seguem aguas vertentes até a cabeceira do Corrego Fundo; seguem descendo por este corrego até a sua barra no Ventania; de ahi seguem descendo por este corrego até a sua barra no**

Itacambirussú, dahi seguem descendo este rio até sua barra no Jequitinhonha; ahi seguem descendo este rio, até a barra do Ribeirão das Piabanhas, ponto de partida dessa descrição. São assim os seus limites e confrontações: - **ao norte com a fazenda de Ventania; ao sul com os municípios de Arassuahy e Minas Novas; a leste com a fazenda do Lambedouro Vermelho e a oeste com a fazenda do Cabral. Existe na fazenda logares diversos com as seguintes denominações:** fazenda Ribeirão, Onça, Para Tudo, Sussuarana, Mancinho, Campos Claros, Bezerra, São José, Ouvidor, Soledade, Corrego Fundo, Mumbuca, Corrente, Pedro Curralinho, Porto do Mandacarú, Mattos a Dentro etc. que somente a elles se referem alguns documentos.

Dezesseis supostos condôminos apresentaram documentos da suposta propriedade – certidões de compra e venda, título de compra e venda, coletorias, declarações de próprio punho com ou sem reconhecimento em cartório, carta de arrematação – (vide Apêndice A - Cadeia Sucessória conforme os documentos apresentados na Divisão Judicial da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*), para que se tenha compreensão da forma dos documentos destaco o conteúdo de algumas das certidões.

O documento que confirmaria que a suplicante “*Maria Cardoso Leal*” recebeu de seu pai o imóvel ou parte dele, como herança, não consta devidamente nos autos. Verifiquei apenas duas certidões de 27 de março de 1931, emitida pelo oficial de registros de títulos e documentos de Grão Mogol, WASHINGTON BARBOSA DE ARAUJO. Atestando que “*Joanna Cardoso Leal*”, “*Antonio Cardoso Leal*” e seus respectivos cônjuges, receberam como herança terras na localidade *Sussuarana*, que venderam total ou parcialmente a “*CLEMENTE RIBEIRO SOARES*” nos anos de 1889 e 1896. Essa certidão, não fez nenhuma menção à *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, ou à área do imóvel, foram mencionados apenas os preços. Cabe também ressaltar que os “*Cardoso Leal*” foram representados por terceiros, conforme a certidão.

Formalmente, os documentos apresentados eram muito precários, como prova de domínio, alguns manuscritos, sem carimbos e selos, caracterizando não terem sido levados a nenhum registro público. Um em especial, merece destaque, trata-se de uma declaração de próprio punho, de 1º de agosto de 1900, assinada por *D. Joanna Ribeiro Soares*, (ilegível) *Ribeiro Soares*, *Joaquim Cardoso de Souza*, *José Filho Santo*, referente a uma parte de terras no lugar denominado *Ribeirão das Piabanhas e Palmito*. Por serem analfabetos assinou por eles o Sr. Donato Ribeiro Soares.

Mesmo as certidões, a maioria não informou a área, apenas os preços das transações. Os documentos apresentados não indicaram a sede da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, assim como no memorial descritivo e na planta cartográfica, detalhados pelo agrimensor também não foi feita tal indicação. Foram indicadas expressões de localização como: *“uma parte de terras situada no Campo do Vallo Fazenda das Piabanhas”*, *“parte de terras no lugar Bezerra-Fazenda Ribeirão das Piabanhas”*, *“uma parte de terras no lugar denominado Ribeirão das Piabanhas e Palmito”*.

Conforme mencionado no capítulo 2, em Minas Gerais a Lei nº 1.144 de 5 de setembro de 1930 concedeu *“vantagens aos ocupantes de terras públicas que houverem pago durante dez anos o imposto de ocupação”*. Com recorrência, os talões de coletoria do imposto territorial foram utilizados como comprovante de posse nos processos de divisão.

Dentre os 16 títulos apresentados pelos condôminos, três deles utilizaram a coletoria como documento de propriedade. Zeferino Ribeiro de Souza apresentou um “Talão de Coletoria de março de 1899”. A sucessão apontada por ele em uma provável declaração de próprio punho, sem registro em cartório, remete ao imóvel *“uma parte de terras na fazenda do finado Filippe Ribeiro de Souza”*, *“metade nas terras de Zeferino Ribeiro de Souza, e outra metade nas terras de Maria Ribeiro de Souza”*. Havida pela herança Joaquina Arcanjo de Souza no inventário do marido Antonio Theodorio de Souza. Esta é uma evidência de que as terras do *Ribeirão das Piabanhas*, mesmo aquelas levadas ao Registro da Paróquia não foram destacadas do patrimônio público, já que não se menciona nenhuma certidão do CRI-Grão Mogol, que desde 1884 registrava imóveis na comarca.

Cândida Ambrósio de Jesus apresentou um título particular de compra e venda registrado no Cartório de 1º Ofício, (assinou por ela, o grileiro JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e o escrevente ALFREDO COLLARES). DOMINGOS RAMALHO DE OLIVEIRA, também apresentou títulos de três áreas distintas do qual registrava os transmissores da área, mas não indicou o registro anterior, nem os confinantes, nem as medidas das áreas somente os preços. Uma certidão “instrumento público” de uma *“parte de terras na Fazenda do Ribeirão e Ouvidor”* indicou o carimbo e assinatura do Tabelião José Salustiano Pereira, mas não fica claro se é de ofício e

notas ou se de Registro de imóveis. Uma outra área de “terras” foi reconhecida por EZEQUIEL PEREIRA.

Para a primeira audiência, em 03 de junho de 1931 cumpriu-se o mandado de citação de cento e dezesseis condôminos nas comunidades – *Sussuarana, Corrente, Bezerra, São José, Ribeirão, Soledade, Ouvidor, Mumbuca, Fazenda, Mancinho, Onça, Campos Claros, Córrego Fundo, Para Tudo, Cedro, Curralinho, Perto de Mandacarú e Matos a Dentro* – supostamente inseridos nos limites da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*.

O advogado Affonso da Costa Cruz foi o primeiro representante legal do suplicante da ação (José Pereira Sandes e sua mulher Maria Cardoso Leal). Ainda no mês de junho de 1931 a procuração foi substabelecida para EZEQUIEL PEREIRA para representar *José Pereira Sandes e sua mulher Maria Cardoso Leal e “outros condôminos”* na ação. Por sua vez, EZEQUIEL substabeleceu a mesma ao Sr. LUCIDIO DA SILVA VEIGA, em 04 de julho de 1931. Mas, em documento de 02 de julho de 1931, assinou como procurador outro grileiro, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA¹⁴⁵ - o mesmo que ocupou o cargo de “Juiz Substituto” no processo de divisão da *fazenda Santa Quitéria* e que transferiu, através de inventário, terras para herdeiros da *Fazenda do Marimbo*. O próprio DOMINGOS ALCÂNTARA, em 20 de março de 1933, por sua vez, substabeleceu a procuração para outro advogado CARLOS MOYSÉS (que anos depois foi referido como Promotor de Justiça nos autos de divisão da *Fazenda Ribeirão de Areia “indivisa”*). O contrato das medições foi firmado com o agrimensor Jeronymo Gonçalves Ulhôa e seu suplente José de Mendonça Motta.

Conforme transcrição do termo de audiência, no dia 20 de abril de 1933, no fórum de Grão Mogol: “(..) compareceu Dr. Carlos Moysés e disse requeria ao M. M. Juiz a juntada de instrumento de mandato das ações de divisão das Fazendas *Bom Sucesso, Gameleira e Ribeirão das Piabanhas*”.

O mandado foi deferido pelo Juiz MANOEL CRISTIANO RÊLLO, ao que parece, a área da fazenda a ser dividida foi ampliada abarcando a área das fazendas *Bom Sucesso e Gameleira*.

¹⁴⁵ O processo de inventário de Domingos Alcântara de Oliveira também foi referido no processo de divisão da *Fazenda Marimbo*. Também tem origem na família ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, o Coronel João Alcântara de Oliveira que ocupou o cargo de Coletor de Impostos e Escrivão, quando tramitou o processo de inventário do Coronel Júlio Guimarães, pelo qual foram griladas as terras da *Fazenda Tapera*.

De acordo com uma declaração no registro da paróquia, o “*Córrego Gamelleira*” situa em uma posição que limita com a *Fazenda Brejo Grande*. Ou seja, em uma localidade bem distante da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*.

Em 1º de novembro de 1933, no relatório sobre o ponto de partida da medição da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, o agrimensor Jeronymo G. Ulhôa indicou: “*é de parecer que este ponto deve ser dado na confluência do ‘ribeirão das Piabanhas no rio Jequitinhonha’, ponto esse fixo, natural, conhecido e ao qual se referem os documentos de divisas e a petição inicial*”.

No dia 06 de novembro de 1933, o Juiz MANOEL CRISTIANO RÊLLO convocou para o dia 13 do mesmo mês, a audiência para conferência dos títulos e determinação do ponto de partida. Conforme os documentos, a audiência foi realizada conforme os ritos, com a presença dos arbitradores, agrimensor, oficial de justiça, o promotor de justiça, o procurador do suplicante da ação que proferiu:

“[...] que acusava sobre pregão a intimação feita a todos os interessados, o promotor de justiça, o curador da lide, o agrimensor e os arbitradores para esta audiência especial de ponto de partida e requeria o M.M. Juiz que se prosseguisse no exame e conferência dos títulos e escolha do ponto de partida (...). Em seguida **ordenou o Juiz que se procedesse o exame e conferência de títulos, o que foi feito e sendo os títulos apresentados e considerados habéis para por eles proceder a divisão**, mandou o Juiz que pelo D. Agrimensor fosse assinalado o ponto de partida.”

Ao agrimensor foi determinado um prazo de seis meses para a apresentação da planta da divisão. O Memorial Descritivo da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* foi apresentado pelo suplente do agrimensor, em 08 de junho de 1935. Desse documento destaco as seguintes informações:

a) o ponto de partida e situação do marco primordial: indicando como ponto de partida para a medição do imóvel a confluência do *Ribeirão das Piabanhas no Rio Jequitinhonha*, e confrontação com a *Fazenda “Pintada”*;

b) situação do Imóvel: no distrito da cidade de Grão Mogol;

c) cursos d’água: “*o mais caudaloso curso d’água que corta o imóvel é o rio Jequitinhonha, de grande volume d’água, menor do que esse, mas ainda de grande volume d’água existe o Itacambirussu, afluente do primeiro. Além desses, existem outros cursos d’água de menor importância tais como: o ribeirão das Piabanhas, o Alegre, o Corrente.*”;

d) terrenos e sua constituição: “*(...) grande parte do imóvel é constituída de terrenos de ‘gerais’; os terrenos marginais ao Jequitinhonha e parte do ribeirão das*

Piabanhas são de caatingas. Estes são ricos em madeiras próprias para construção, tintorias e (ilegível)”;

e) vias de comunicação: *“as estradas existentes são de tropas. Há uma estrada de rodagem projectada, ligando Arassuahy e linha tronco Montes Claros-Salinas, que cortará o imóvel. A distancia media da fazenda da cidade de Grão Mogol é de 9 leguas. A estação da E. de Ferro que serve a fazenda é a de Montes Claros.”;*

f) indústria e comércio: *“(...) a agricultura é praticada (...) dada a boa qualidade das terras. Cultivam o café, a mandioca, o milho, o andu, a cana de assucar etc.”;*

g) benfeitorias: foram descritas em apenas 3 linhas e meia de caderno, das quais duas são praticamente ilegíveis, mas parecem não mencionar casas, sede da fazenda, currais, foi possível compreender que a fazenda tem plantações de árvores frutíferas e mangas (terras para pasto);

h) superfície: ***“é de 3.930.109 ares a superfície total do imóvel”.***

Ou seja, a área delimitada do imóvel, pelo agrimensor, foi superior a trinta e nove mil hectares (**39.301,09 hectares**). Nesse memorial não foram indicados detalhes da sede da fazenda, tampouco das residências dos condôminos, embora na descrição do método adotado para as medições fora relatado que o agrimensor percorreria a área caminhando e levantando casas, rios, cercas e demais levantamentos.

Em 19 de junho de 1935 foram apresentados três documentos, assinados pelos arbitradores da divisão (ALFREDO COLLARES e José Avelino Rodrigues). Tais documentos trataram da partilha, laudo de avaliação e classificação das terras, e os títulos de origem da fazenda. O documento sobre a partilha revelou uma preocupação com o **“retalhamento dos quinhões”**:

“Nós arbitradores, abaixo assignados, entendemos que a divisão das terras da Fazenda Ribeirão das Piabanhas, deve ser feita segundo a avaliação e classificação respectivas, com as compensações e reduções necessárias de modo a evitar-se, tanto quanto possível, o retalhamento dos quinhões em glebas separadas, attendendo-se, em tudo, às disposições legais e os pedidos feitos de accordo com ellas.

Quanto às servidões, entendemos devem serem mantidas, as existentes relativas a regos d’agua e estradas para comunicação.”

Tal afirmação confrontada com a divisão dos quinhões e glebas na planta cartográfica deixou clara a preocupação daqueles fazendeiros que tramaram a *retaliação fundiária*, em manter glebas contíguas e próximas aos cursos d’agua. Em campo, através de conversas informais com geraizeiros, que no passado, se ocuparam da atividade do garimpo em Grão Mogol, pude constatar que as terras próximas ao Rio Itacambirucu eram privilegiadas para a prática da garimpagem. Os

relatos orais também indicaram que EZEQUIEL PEREIRA, o coletor de impostos foi um mercador de diamantes (não verifiquei esta informação de forma sistemática).

“(...) vimos pela presente, apresentar o critério a se adaptar para a apuração dos títulos do referido imóvel, o que fizemos, **após minucioso exame sobre os mesmos -; assim, somos de opinião que se deve apurar os títulos dos sócios da dita fazenda, de acordo com a origem dos mesmos, previnda dos inventários do primitivo possuidor do imóvel e seus descendentes. Quando se tornar impossível, por falta de documentos intermediários, a verificação da origem, torna-se 50% para esse valor, o dado nos títulos até a data de 1889;** Tornar-se somente 10%, para o valor de origem, nos documentos de venda que não mencionamos o primitivo, ou nas avaliações dos inventários e arrolamentos. Quando, nestes documentos, se englobam terras e benfeitorias, tornar-se somente 1% para o valor de origem e, que, finalmente, estes valores de origem sejam postos em proporções, com o valor dado ao imóvel actualmente e feita a divisão com as confrontações necessárias, em relação ao valor geométrico de cada classe de terras. (...)”

No dia 06 de fevereiro de 1937 foram lançadas as folhas com as medições, localização e confrontações dos quinhões e glebas. Dentre os títulos apresentados, dois merecem destaque:

I) JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, apresentou uma “Carta de Arrematação de Direitos” expedida pelo Juízo de Direito da Comarca de Grão Mogol – MANOEL CHRISTIANO RELLO - em 15 de setembro de 1936. **Referente a 10 alqueires no imóvel “Curralinho”** - *“se promoveram a hipoteca no inventário dos bens deixados por falecimento de Dona Maria Martins dos Santos, do Imóvel do Curralinho situado no Districto desta cidade, para pagamentos de dívidas à firma ALCANTARA E SOBRINHOS”*. Ou seja, a carta expedida pelo Juiz foi apresentada, nos autos, no final do processo. Seis meses antes da sentença que determinou a divisão judicial da *“Fazenda Ribeirão das Piabanhas”* proferida em fevereiro de 1937. A carta de arrematação também não indicou o registro anterior do imóvel. De acordo com os interessados envolvidos o próprio JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e os ALCÂNTARA, pode ter sido expedida pelo juiz em atendimento aos interesses dos primeiros.

No tempo presente, nas terras do *Curralinho* em Josenópolis, há um conflito agrário entre a empresa RIMA Industrial S/A e os camponeses geraizeiros, que por sucessivas gerações ocuparam as grotas correspondentes ao vale do *Curralinho* e usavam as chapadas circundantes para criação do gado na solta e extrativismo

vegetal, até a invasão das empresas de plantio de madeira, processo este atrelado a *grilagem judicial* do tempo da divisão.

II) ANTONIO PINHEIRO JARDIM (residente em Araçuaí/MG), apresentou um “Traslado de Escritura Pública emitida pelo Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas de Grão Mogol”, que atestou a compra, em 09/09/1933 de uma propriedade imóvel no *Ribeirão de Sant’Anna*, com “30 alqueires aproximadamente” vendida por D. Emilia Fulgencio Alves da Cunha (residente em Arassuahy, MG) (que foi representada por DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA), a vendedora teria recebido a propriedade através de herança no “*inventário do marido Manoel Fulgencio Alves Pereira*”, foi registrado na certidão: “*conforme a escritura publica que apresenta e são entregue a ao outorgado comprador, para esclarecimento e divizas, que são havidas pelo Ribeirão de Sant’Anna e pelos Rios Itacambirussú e Jequitinhonha propriedade esta havida por meiação no inventário de Manoel Fulgêncio Alves Pereira*”. E este teria comprado a área de Leopoldo da Silva Pereira. A certidão, remete ao cartório do 3º Ofício de Arassuahy, na data de 07/11/1932, onde Maria Fulgêncio teria constituído procurador o seu filho Leonidas Fulgêncio Alves da Cunha que substabeleceu a procuração ao DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA. Ainda no Cartório de Ofício de Araçuaí, ANTONIO PINHEIRO JARDIM, que teria pago pela área seis contos de reis (6:000\$00) substabeleceu a procuração para FRANCISCO FERREIRA PAULINO, para em seu nome receber a escritura de compra e venda do imóvel e “*levar o mesmo ao Registro Geral de Imóveis e fazer a competente inscrição*”. Por sua vez, EZEQUIEL PEREIRA, atestou que o imóvel *Ribeirão de Sant’Anna* estava em dia com os impostos. Todo este enredo descrito no traslado de escritura pública registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipoteca de Grão Mogol lavrado pelo tabelião Ruy Mello, teve como testemunhas ALFREDO COLLARES, JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, FRANCISCO FERREIRA PAULINO E DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA.

Ao que parece a área não tem registro anterior ao referido inventário, e a esta transação, pois a certidão imobiliária não foi mencionado.

A planta cartográfica da divisão das terras da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, (vide em anexo as Plantas Cartográficas), assim como as descrições dos quinhões e glebas recebidos adjudicadas no processo, indicaram que ambos, JOAQUIM

BELTRÃO DA SILVA e ANTONIO PINHEIRO JARDIM, receberam as maiores áreas no processo de divisão e demarcação da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*.

ANTONIO PINHEIRO JARDIM foi o maior beneficiado recebeu **6.480 hectares** (no quinhão a gleba 162) e JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA recebeu na sentença, **2.270,6 hectares** (em 20 glebas). Em campo, nenhum dos antigos moradores entrevistados, recordou do primeiro nome, o que pode indicar que sendo de Araçuaí, ele possa nunca ter morado na área. No município vizinho de Grão Mogol, chamado Virgem da Lapa, existe a Escola Municipal Antônio Pinheiro Jardim, evidência que ele foi alguma figura política de destaque no município, ou toda essa região, do Baixo Jequitinhonha. A gleba 162 foi registrada por Antônio Pinheiro Jardim em 14/11/1956, cabe futuramente, analisar o destino da gleba 162 da *fazenda Ribeirão das Piabanhas*, através do levantamento da cadeia sucessória, em campo foi possível constatar que na atualidade ela é ocupada por uma grande propriedade particular.

Os quinhões recebidos por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e por ANTONIO PINHEIRO JARDIM incluem áreas de chapadas e vales próximas aos córregos e ribeirões, como também incluem as margens dos vales dos rios Jequitinhonha e do seu afluente o rio Itacambiruçu. Naquele período, privilegiadas em termos de mineração. Dentre as 20 glebas adjudicadas ao JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, algumas delas excedem os limites indicados pela planta cartográfica. Em hipótese o processo de grilagem dessas áreas lindeiras pode ter continuidade no processo de divisão e demarcação da *Fazenda Lambedor* e da *Fazenda Pintado*, atualmente pertencentes à área do município de Padre Carvalho, MG. Na planta é possível identificar que as glebas que não se destinaram a nenhuma pessoa, dos “ausentes” foram também direcionadas para JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, pois o nome dele está grafado nas glebas.

Conforme informado acima, os suplicantes da ação – JOSÉ PEREIRA SANDES e sua esposa Maria Cardoso Leal – **não apresentaram documento de origem da propriedade**. Maria Cardoso Leal recebeu o quinhão 68-A (glebas 24), com 17 hectares. O seu marido José Pereira Sandes não recebeu quinhão na ação. Esse fato, comparado à quantidade recebida por JOAQUIM BELTRÃO e ANTÔNIO PINHEIRO. JARDIM, conduzem à explicação de que esses suplicantes podem ter

sido pessoas “usadas” para suplicar a divisão, por que eram descendentes de antigos moradores.

Nos registros da paróquia (APM, 2016) constatee duas confirmações de terras em nome de Joaquim CORDEIRO LEAL “*uma parte de terras na Fazenda do Brejo Grande*”, ou seja, indicou uma localidade situada léguas distantes do *Ribeirão das Piabanhas*. A denominação *Brejo Grande* é outra área usada como referência pelos suplicantes da divisão da “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*”.

Estas são evidências de que os grileiros ignoraram as medidas reconhecidas das áreas submetidas à demarcação buscando sempre através de indicações incertas ampliar as áreas das “fazendas”.

Em audiência de 28 de janeiro de 1937 foi deliberada a partilha do imóvel. Segue no Apêndice B- Glebas recebidas na Divisão Judicial da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*.

No campo, ao entrevistar os moradores camponeses que tem um amplo conhecimento das terras e de seus ocupantes, nenhum deles soube indicar a existência da sede da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*. Não têm conhecimento transmitido pelos pais ou avós, acerca de um possível dono, ou fazendeiro que pudesse ter sido o proprietário da fazenda. Não souberam indicar os limites dessa antiga fazenda, porque a sua remota existência, não consistiu em referência para os moradores, que em um largo tempo consolidaram o uso comum daquelas terras.

Em campo, pude elucidar o que de fato ocorreu com as terras da suposta *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* e explicar o envolvimento do referido grileiro JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA nesse processo.

A localidade “*Curralinho*” é uma das áreas indicadas nas citações dos condôminos. Conheci o local¹⁴⁶ nele vive o casal dona Joana e seu Joaquinção (ao qual me referi nas páginas iniciais desta tese).

Em resumo, os geraizeiros explicaram-me que JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, comprava e vendia terras na região, chegaram a conhecê-lo. Esta informação foi confirmada por outros camponeses nas outras localidades percorridas, como também nas certidões imobiliárias das empresas.

¹⁴⁶ Cheguei a esta localidade através da generosa orientação dos camponeses geraizeiros do Vale das Cancelas, Valdir Gouveia, Adair Almeida e Marlene Ribeiro, eles indicaram que lá conheciam um morador de avançada idade, que poderia lembrar de fatos ocorridos na época da divisão. Entrevistei o casal que também participa da militância no movimento geraizeiro.

JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA vendeu para “Alexandrino Pereira” - o pai de dona Joana – a gleba 6. Ele comprou a gleba, pois tinha a preocupação de deixar os filhos “*autorizados*” na terra, conforme explicou a filha.

Tal preocupação mostra, que o contexto vivido pelos camponeses geraizeiros, no período que sucedeu os processos, era de insegurança com relação ao destino das suas terras de morada.

Os autos da divisão indicaram que Alexandrino Pereira recebeu a Gleba 6, limitando com as glebas de José Bispo da Cruz (gleba 4), Martinho Francisco de Souza (gleba 5), João Vicente (gleba 2), e JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA (gleba 174). Alexandrino teria recebido também, em comum com mais oito condôminos, no Quinhão 77, a Gleba 1-E, com área era de **720 hectares**. São terrenos de “gerais”, atualmente, tomados pelo plantio de eucalipto da empresa RIMA Industrial. Esta gleba (1-E) junto com a gleba 52 do quinhão 97 (recebida por Marcus e Domingos Cardoso), foram registradas em 15/06/1999 sob a Matrícula 1898 com área de 785,60 hectares. E foram adquiridas pela empresa ELETROSÍLEX S/A, a partir de uma sentença de usucapião¹⁴⁷ concedida pelo juiz José Geraldo Mendes da Silva em 09/09/1997. Nessa Matrícula foi registrada a averbação (AV-2-1868), em 09/05/2002, a área de reserva legal “com área 517,71 ha não inferior a 20% da propriedade”, o que aponta para a apropriação de mais terras.

Durante a entrevista com o casal (Dona Joana e seu Joaquinção), eles mostraram-me a planta de sua área documentada (Figura 6 – a seguir), que recolheram no Cartório de 2º Ofício de Grão Mogol.

¹⁴⁷ De acordo com a certidão, os Autos estão arquivados em Cartório nº2.274/97.

Figura 6 -Planta Cartográfica da grota do Córrego “Curralinho”

Fonte: Documento de Propriedade do casal “dona Joana e seu Joaquinção”.

Nesse documento foi indicado pela cor azul, o *Córrego Curralinho* que configura essa grota. Alexandrino Pereira, o pai de dona Joana, conseguiu manter sua morada na grota, e posteriormente manter a morada de seus filhos. Um pequeno triângulo passou a ser o seu domínio. Ele comprou, o próprio título a ele adjudicado. JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA foi quem vendeu, ele foi vizinho no papel, porque na realidade, tudo indica que ele não morou em nenhuma das glebas recebidas, ilegalmente no processo – os relatos orais indicaram sua morada na *Fazenda do Alegre* e principalmente o distrito sede de Grão Mogol. Ele vendeu, injustamente, aos geraizeiros, as terras da qual se apropriou ilegalmente no processo de divisão.

Conforme é possível constatar na Figura 7 – Planta Cartográfica da Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas (glebas 1,2,3,4,5,6,174 e 161) abaixo, esta área

corresponde à porção onde está situada mesma grota do *Córrego Curralinho*, retalhada no processo de divisão.

Assim, na memória dos camponeses as referências a JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, são de alguém que mantinha atividade com a venda de terras: *“em mexida de terra ele arrematou, que sobrou uma quantidade de terras”, “Josenópolis era tudo dele, lá tinha muita madeira”, “Joaquim Beltrão trocou terra com Mariano Pinto, na barra do Ribeirão das Piabanhas perto de Josenópolis, o registro de cartório era de Mariano Pinto lá no Ouvidor”*.

O referido Mariano Pinto recebeu as seguintes glebas: em comum com outros seis condôminos com área total de **454 hectares** no quinhão 93-gleba 34G, no quinhão 85-gleba 34 com **680 hectares** e o quinhão 87-gleba 36 com **18 hectares**, esta “no Piabanhas”, provavelmente, foi a área trocada com JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, mencionada pelo geraizeiro da localidade *São Francisco*.

Posteriormente, o próprio JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, vendeu muitas áreas para as empresas de plantio de eucalipto, a partir da década de 1970, quando as terras da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* foram tornadas objeto de compra e venda entre as empresas de plantio de madeira, e alvo de operações ilegais, que também perpassam os meandros judiciais, conforme analiso no Capítulo 05.

Com base nos relatos e nas certidões imobiliárias, o grileiro, JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA teve uma longa vida, continuou com a prática da grilagem e do rentismo com as terras da inexistente *“Fazenda Ribeirão das Piabanhas”* até a década de 1990, quando ampliou a área dessas glebas nas matrículas, que foram vendidas para a empresa FLORESTAS RIO DOCE S.A.

Figura 7 – Planta Cartográfica da Divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* (glebas 1,2,3,4,5,6,174 e 161)

Fonte: Autos do Processo de Divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*

Em paralelo com o debate que envolve a participação na política e a propriedade privada, convém ressaltar acerca do destino das terras da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*. O Prefeito eleito do município de Padre

Carvalho/MG José Nilson Bispo de Sá (PSDB) declarou ao TSE (2016) um patrimônio de R\$1.336.000,00, dentre os bens declarados constam quatro áreas inseridas nos processos de divisão e demarcação da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* e da vizinha *Fazenda Lambedor*, que são:

“UM Imóvel Rural Com Área De **40 Hectares** Na Fazenda Ribeirão Das Piabanhas No Município De Josenópolis, Com Benfeitorias (R\$220.000,00).

Um Imóvel Rural No Lugar Denominado Ribeirão Das Piabanhas, Município De Josenópolis Com A Área De **20,0 Hectares** Com Benfeitorias (R\$200.000,00).

Uma Fazenda Com Varias Glebas No Município De Grão Mogol No Lugar Denominado Lambedor Totalizando **870,00 Hectares**. (R\$200.000,00).

Uma Fazenda Conhecida Como Fazenda Arrozal No Município De Padre Carvalho No Local Denominado Lambedor Com **248 Hectares** Com Benfeitorias (R\$220.000,00).

Uma Fazenda Denominada Colo Do Arrozal Município De Padre Carvalho Com **500 Hectares** No Lugar Denominado Lambedor (R\$150.000,00)”.

Convém chamar a atenção, que a área de **20 hectares** na *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* tem o preço bem mais elevado com relação à área da Fazenda vizinha *Lambedor* de **500 hectares**, a primeira tem o preço de R\$ 200 mil e a segunda 500ha tem o preço de R\$150 mil.

Em 2003, o cadastro do INCRA tinha 43 registros em nome da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, no município de Grão Mogol, nove deles em nome da empresa “ELETROSILEX SA” que somam **2.734 hectares**, sendo que **972 hectares** foram declarados como posse pela empresa. Com exceção de uma área de **250 hectares** (média propriedade improdutiva), no “MATO CHATO RIBEIRAO DAS PIABANHAS” as demais áreas declaradas são pequenas propriedades e minifúndios, a maioria posses certamente camponesas. Também no INCRA em Padre Carvalho foi registrada apenas um minifúndio com área de 10 hectares. E em Josenópolis oito pequenas propriedades.

4.1.2 Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia

A *Ação de Divisão e Demarcação da Fazenda Ribeirão de Areia* começou no ano de 1931 e tramitou até 1962. Os documentos que compõem este processo remeteram, principalmente, aos arquivos de três Cartórios de 1º e do 2º Ofício de Grão Mogol e CRI-Mogol.

O processo judicial foi permeado por disputas entre os suplicantes da ação, e entre os agrimensores pela realização das medições. O processo de divisão não foi concluído e a área ficou indivisa.

Foi uma tentativa ambiciosa que visou se apropriar privadamente de uma porção territorial que abrangia desde as terras da *Fazenda Americana* (Grão Mogol), aproximando-se dos limites da *Fazenda Tapera* (Riacho dos Machados) até os limites do *Curral de Varas* na divisa com Padre Carvalho.

Os autos não vieram acompanhados da planta cartográfica nem do memorial descritivo, ao que parece estes documentos nem chegaram a ser produzidos. No Mapa 7, observa-se a área aproximada da inexistente *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia* não demarca, delimitada com base nos documentos apresentados no processo (petição, títulos e certidões) e na identificação de localidades em campo.

De antemão, vale ressaltar que os homens de poder que participaram ativamente em outros processos analisados neste estudo, também se articularam para a construção dessa farsa da *Fazenda Ribeirão de Areia*:

- i) EZEQUIEL PEREIRA – o coletor de impostos e apresentou-se como portador de títulos na área a ser dividida;
- ii) AUGUSTO FIGUEIREDO – suplicante nesta ação, foi também apontado como arbitrador e coletor de impostos em outros processos.
- iii) DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA – comprou e vendeu terras ao suplicante. Participou de outros muitos outros processos (inclusive na função de juiz de paz substituto).
- iv) JÚLIO JACOB DE OLIVEIRA o mesmo JÚLIO FERREIRA DE OLIVEIRA – citado como condômino, apresentou títulos de suposta propriedade. Também identificado como garimpeiro.
- vi) JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA - neste processo assinou como testemunha, Escrivão e Tabelião Substituto.
- vi) JUVENAL PEREIRA DE ANDRADE

No período que tramitou ocorreu uma sucessão de juízes na Comarca, certamente essa troca de juízes, também tenha contribuído para que a *grilagem judicial* da *Fazenda Ribeirão de Areia* não tenha se efetivado. O juiz, MANOEL CRISTIANO RÊLLO, ativo em outros processos de divisão, na década de 1930, certamente acompanhou somente um período da tramitação.

A ação foi movida por AUGUSTO FIGUEIREDO, que assim peticionou:

“Diz **Augusto Figueiredo**, agricultor, residente nesta cidade de Grão Mogol e que esta subscreve, que proprietário de terras na fazenda denominada “Brejo Grande”, “Ribeirão da Areia”, situada no districto da cidade, municipio de Grão Mogol, **conforme prova com o seu titulo de jus in, devidamente registrada e transcrita, que a esta acompanha. Essa fazenda pertencente hoje a muitos condminos em verdadeiro estado de communhão, desde data muito remota, em que por falecimento e outros titulos de transmissão, os seus primitivos proprietarios, como donos exclusivos até então, a transmitiu a muitos senhores e estes pelos mesmos titulos, sucessivamente actuais, tem uma area approximada de tres mil alqueires de terras de cultura, mattas e campos, compreendendo muitas benfeitorias, mangas, roças, casas de morada, cercas etc.** As linhas limitrofes, começando no logar denominada Carolina na Serra de Grão Mogol e na divisa com a **fazenda de Santo Antonio** sequeem em rumo certo, á cabeceira do corrego do Imbirassu, dalí por este corrego até a sua barra no corrego do Ribeira dividendo com a **fazenda de Santo Antonio**, d’onde seguem do corrego do Ribeirão até a sua Barra no corrego do campo de d’onde seguem por esse corrego, até a sua barra no rio Vacaria dividindo com a **fazenda Santa Cruz**; d’ali por este rio a sua barragem na serra, dividindo com a **fazenda da Tapera**, hi pela serra de Grão Mogol ao ponto de partida desta descrição. Existem no immovel situações com denominações diversas, (ilegível) somente a ellas se referem alguns documentos.

Querendo assim o suplicante dividir esse immovel, estando em communhão incomoda e prejudicial, quer citar os demais interessados para na primeira audiencia deste juizo, [...]” (Petição, 05 de junho de 1931)

Para comprovar o título “*jus in ré*” do imóvel, AUGUSTO DE FIGUEIREDO apresentou o seguinte documento: Uma escritura pública atestando a propriedade de dois alqueires (**2 alqueires**) no imóvel *Fazenda da Americana* (descrito como pertencente às *Fazendas Santa Cruz e Ribeirão de Areia, ou “Brejo Grande”*), localizada em Riacho dos Machados, então distrito de Grão Mogol, adquirido por compra, em 05 de junho de 1931, de EZEQUIEL PEREIRA DA SILVA e JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA, e suas mulheres D. Maria Alcântara Pereira e D. Maria Lisbella Pereira.

Esse documento de quatro páginas, não indicou as confrontações nem os limites do imóvel e não apresentou nenhuma indicação natural (curso d’água, arvoredos, serra ou vale) que pudesse situar o imóvel. A informação da certidão concentrou em indicar pagamentos de coletorias e impostos sobre transmissões. A certidão indicou também que a proprietária anterior do imóvel

(de 230 alqueires) teria sido a Sr^a D. Francisca LABORNE ALCANTARA¹⁴⁸ que teria vendido para EZEQUIEL PEREIRA DA SILVA E JOAQUIM ALCANTARA DE OLIVEIRA, DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA e os próprios teriam vendido (2 alqueires) para AUGUSTO FIGUEIREDO. A Escritura Pública repete estas informações. A certidão e a escritura foram emitidas pela *Oficial Interina de Imóveis Julieta LABORNE*. Para que se tenha noção da extensão referida, a *Fazenda Americana*¹⁴⁹, situa-se à distância de pelo menos 50 km da área conhecida como *Brejo Grande*.

Nos registros da paróquia, no qual não há nenhum registro de *Fazenda Ribeirão de Areia*, as 10 declarações de uma parte de terras na *Fazenda do Brejo Grande* remetem às famílias “Cordeiro Leal”, “Gonçalves da Rocha” e “Pereira de Carvalho” e “Francisco de Almeida Saraiva”.

Décadas após, em 15 de janeiro de 1960, um segundo documento foi apresentado para comprovar a propriedade na suposta área da *Fazenda Ribeirão de Areia*, uma cópia de Escritura Pública de Compra e Venda, comprovando que adquiriu de JUVENAL PEREIRA DE ANDRADE e Emídia da Silva Andrade compraram uma área de **14, 52 hectares** na *Fazenda indivisa Ribeirão da Areia, no lugar "Carolina"*.

Antes, no dia 11 de janeiro de 1940, em audiência no Fórum de Grão Mogol, o advogado solicitou através de audiência que se juntasse nos autos de inventário de Floriano Gonçalves Moura, uma procuração de Antônio Pereira da Silva e seus tutelados. De acordo com a cópia do Termo de Audiência Ordinária, estiveram presentes, o Juiz Dr. Edmundo Bicalho Filho, o escrivão substituto JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, o oficial de Justiça Manoel Avelino de Souza. O advogado Dr. Sílvio Fonseca da Silva, substabelecido pelo advogado Dr. Carlos Moysés (procurador de AUGUSTO FIGUEIREDO). A publicação desse edital de convocação dos condôminos remeteu à divisão da fazenda “*Brejo Grande*”:

¹⁴⁸ Esses sobrenomes LABORNE ALCANTARA e ALCANTARA PEREIRA ensejam união matrimonial e a constituição de vínculos familiares entre os LABORNE, os ALCANTARA e os PEREIRA.

¹⁴⁹ Atualmente nas terras da Fazenda Americana situa-se o Projeto de Assentamento Americana, fruto da luta do MST nos anos 1990, referência na produção agroecológica e na recuperação da biodiversidade do Cerrado.

Em 18 de novembro de 1933, no *Relatório sobre o ponto de partida para as medições da Fazenda “Ribeirão de Areia ou Brejo Grande”*, o agrimensor *Jerônimo Gonçalves Ulhôa* indicou o seguinte ponto de partida:

“[...] examinando também os documentos que lhe foram apresentados e que serão oportunamente juntos aos autos, é de parecer que esse ponto deve ser dado no lugar denominado “Carolina”, na Serra de Grão Mogol e nas divisas com a fazenda “Santo Antonio”, ponto esse fixo, natural e conhecido, e ao qual se referem o título de divisas e a petição inicial.”

De acordo com esse documento, essa localidade, onde se cravou o marco localiza-se léguas, distante, do primeiro título apresentado por AUGUSTO FIGUEIREDO. O documento que remeteu ao lugar “*Carolina*” foi apresentado nos autos, muito depois, em 1960, “*oportunamente*”, conforme indicou o agrimensor.

O processo de divisão iniciado 31 de junho de 1931 foi paralisado em 18 de janeiro de 1940 (conforme informou o comunicado de 05 de agosto de 1947). Em 14 setembro de 1947, o suplicante AUGUSTO FIGUEIREDO, através de seu advogado, solicitou ao juiz que desse prosseguimento ao processo de divisão, uma vez que ele julgou “*desaparecido os motivos que determinaram a suspensão dos trabalhos de divisão da aludida fazenda*”.

Em 16 de setembro de 1947, JUVENAL PEREIRA DE ANDRADE e sua mulher, residentes no lugar “*Carolina*”, através de advogado FRANKLIN DE SOUZA FREIRE, também requirira ao juiz que não paralise a ação. Eles apresentaram os seguintes argumentos:

1-que Augusto Figueiredo propoz em 5 de junho de 1931, perante o juízo, a ação de divisão da Fazenda Ribeirão d'Areia, situada parte no município de Porteirinha, estando a sede, com maior extensão territorial no distrito desta cidade e comarca.

2-que jamais se interessou o Autor pelo andamento da ação, parece, apenas requerida para efeito protelatório de divisão, o que vem prejudicando o direito de todos os demais condôminos.

3-que o feito se acha paralizado desde 1940, não obstante o reiterado despacho desse Juízo, determinando a intimação do Autor para prosseguimento do processado.

4-que os peticionários desejam de acordo com o direito que lhe assiste, ex-vida disposto no artigo 415 do Código do Processo Civil, assumir a autoria da divisão em processado independente, à vista das falhas que se notam nos atos processuais e por já se ter modificado a relação nominal [...]

5-que dos autos se verifica estar paralisado a ação no Cartório de Segundo Ofício por mais de trinta (30) dias, por culpa exclusiva do Autor.

6-que não é justo que se paralise por mais tempo uma ação importante e necessária, qual seja e que venha por termo à divisão da propriedade territorial, onde militam agricultores ciosos de exercerem o pleno domínio do quinhão que lhe cabe. (sem grifos no original).

Pontuadas essas questões na petição, JUVENAL PEREIRA ANDRADE por seu advogado evocou o “Direito”, o “Código do Processo Civil” e o Estado solicitando que o “Autor” – AUGUSTO FIGUEIREDO – cumprisse o que determinava a lei: *“Vê-se que o interesse pelo andamento processual não é apenas da parte, mas também do Estado que propunha por justiça rápida [...]”*

Este documento, testemunho da parceria entre AUGUSTO FIGUEIREDO e JUVENAL PEREIRA ANDRADE, sugeriu mais uma evidência da inexistência da *Fazenda Ribeirão de Areia*, nele está registrado que a sede e a maior área da fazenda pertencem ao município de Porteirinha (emancipado de Grão Mogol em 1938). Assim, se existisse uma sede da *fazenda Ribeirão de Areia*, ela não estaria situada no *Brejo Grande* (Grão Mogol) e sim, em Porteirinha, e no lugar “*Carolina*” conforme indicou o segundo suplicante, cuja distância é de pelos menos 70 km.

No dia 11 de novembro de 1948 JUVENAL PEREIRA ANDRADE requereu a autoria da ação, solicitou que fosse retirada a autoria de AUGUSTO FIGUEIREDO e passada para ele. Um indício de que possa ter havido conflitos de interesses entre esses dois suplicantes, ou mudança de estratégia visando encaminhar a sentença da divisão. Mas o título de propriedade apresentado por JUVENAL PEREIRA (Figura 8), remeteu ao mesmo conjunto de fraudes, tratava-se de um título particular que não remeteu à origem do título, não indicou os confinantes e limites da área, indicou a compra de “*8 alqueires no valor de 3,00 cruzeiros na Fazenda Ribeirão de Areia*”.

No dia 11 de novembro de 1948 JUVENAL PEREIRA ANDRADE requereu a autoria da ação, solicitou que fosse retirada a autoria de AUGUSTO FIGUEIREDO e passada para ele. Um indício de que possa ter havido conflitos de interesses entre esses dois suplicantes, ou mudança de estratégia visando encaminhar a sentença da divisão. Mas o título de propriedade apresentado por JUVENAL PEREIRA (Figura 8), remeteu ao mesmo conjunto de fraudes, tratava-se de um título particular que não remeteu à origem do título, não

indicou os confinantes e limites da área, indicou a compra de “8 alqueires no valor de 3,00 cruzeiros na Fazenda Ribeirão de Areia”.

É preciso, destacar a “dança das cadeiras” desenrolada nesta ação com uma sucessiva troca de agrimensores. Em 22 de setembro de 1947, o agrimensor Jerônimo Gonçalves Ulhôa, solicitou ao juiz prazo de seis meses para realizar as medições da fazenda *Ribeirão de Areia*. Todavia, uma certidão de 10 de novembro de 1948, emitida pelo delegado especial de justiça (Tenente Mannoel de Carvalho), informou que os agrimensores Sr. “*Jerônimo Gonçalves Hulhõa e José Mendonça Mota, a mais de cinco anos, transferiram sua residência para a Capital Federal*” e que não mais voltaram aquela cidade de Grão Mogol.

O processo ficou parado novamente entre 1948 a 1952, quando o suplicante JUVENAL PEREIRA ANDRADE constituiu uma advogada Dr^a. Juracy R. Felix para retomar a ação. A mesma advogada passou também a ser procuradora do primeiro suplicante AUGUSTO FIGUEIREDO, conforme comprovou o documento de 05 de Dezembro de 1952. Mais uma evidência que indica a união entre JUVENAL P. ANDRADE e AUGUSTO FIGUEIREDO visando a divisão da área das terras devolutas dessa inexistente fazenda.

Mas as disputas pelo serviço de medição continuaram. Em 19 de setembro de 1953 o Juiz de Direito (substituto) nomeou o prático Antonio Gomes Ortiga, para apresentar proposta de honorários, justificando a ausência de profissional habilitado na comarca. Por sua vez, em 21 de setembro de 1953, FRANKLIN DE SOUSA FREIRE, agrimensor diplomado, requereu ao Juiz sua nomeação para realização dos serviços geodésicos de divisão da Fazenda *Ribeirão d’Areia*.

Em 06 de outubro de 1953, a advogada Ita Campos, questionou o pedido de FRANKLIN SOUSA FREIRE. Argumentou que sendo ele representante legal do condômino EZEQUIEL PEREIRA, não poderia acumular as funções agrimensor e advogado. O juiz mandou intimar Antonio Gomes Ortiga. O mesmo não compareceu no tempo exigido e foi destituído. Então, o juiz nomeou, em 20 de abril de 1954 o agrimensor Dr. Arthur Jardim de Castro Gomes e para suplente o prático agrimensor João Catulino de Andrade, respectivamente de Montes Claros e Francisco Sá, que assinaram termo de

compromisso em 15 de setembro de 1955 diante do Juiz substituto Dr. Geraldo Salustiano de Barros.

Figura 8- Título Particular de parte de terras na *Fazenda Ribeirão de Areia* Juvenal Pereira de Andrade, 08 de julho de 1947.

1947

Página Nº 060

78

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

Termo e Comarca de Grão Mogol

REGISTRO DE IMOVEIS

João Marinho Ferreira Paulino, Oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas do
e Comarca de Grão Mogol, etc.

que à fls. 64 do livro N. 38 foi Registrado

sob N. 2136 o título particular

ovel *Assim parte da terra com a área de 8 al-
queiras no valor de 300 cruzeiros para fazenda
do Ribeirão de Areia. Oficial Roberto Marinho
Ferreira Paulino.*

*igmente Juvenal Pereira de Andrade
instituiu Américo Pereira de Andrade e/ou mulher
tudo compra e venda, formou título part. particular
em 10-8-50 pelas testemunhas.*

comuns e terrenos pagos

colo (NUMERO 4377
PAGINA 76

estado para registro no dia 8 de
20 de 1947 das 12 às 18 horas.

O referido é verdade e dou fé.

Grão Mogol, 8 de julho de 1947

Roberto Marinho Ferreira Paulino
OFICIAL

Em outra procuração o mesmo AUGUSTO FIGUEIREDO apontou o desinteresse do agrimensor (Dr. Jerônimo Gonçalves Ulhôa), em realizar as medições. Foram apresentadas dentre as reclamações, uma já anteriormente apresentada por JUVENAL P. ANDRADE, quando se interessou por suplicar a ação.

No, entanto, num visível desinteresse pelo trabalho, êsse agrimensor não tomou até a presente data qualquer medida para os eu prosseguimento, pois nem sequer veio ao imóvel para dele tomar conhecimento; e, como o mesmo presentemente não reside mais em Montes Claros, é certo que não prosseguirá a divisão, que se encontra paralizada desde 1948. Impõe-se, pois, a sua destituição e, conseqüentemente, a nomeação de outro agrimensor que ultime os trabalhos divisórios.(Ação de divisão da Fazenda Ribeirão da Areia, p.102)

Em 12 de fevereiro de 1953, solicitou também a retirada do agrimensor Sr. Antonio Teixeira de Oliveira (que ocupava o cargo de suplente do agrimensor Jerônimo G. Ulhôa), e fez a substituição pelo engenheiro Heráclito da Cunha Ortiga, e para seu suplente o prático Antonio Gomes Ortiga. Esse último foi nomeado responsável pelas medições.

Em outro documento (08 de setembro de 1953), EZEQUIEL PEREIRA, referido condômino solicitou que se juntasse aos autos seus documentos de domínio e que se destituisse o nomeado agrimensor Antonio Gomes Ortiga, “uma vez que o mesmo não tem habilitação legal para exercer a função de agrimensor”, o que ele comprovou com certidões de que o mesmo *“não renova, desde 1949, a licença precária de número 494, que lhe foi concedida para o exercício da profissão de agrimensor, no município de Francisco Sá, neste Estado, exclusivamente”*

Por sua vez, indicou Tobias Leal Tupinambá, para os serviços de medições. Conforme o documento, em 25 de agosto de 1960, o agrimensor Tobias Tupinambá (Francisco Sá/MG) teria apresentado uma proposta de honorários (que não consta nos autos).

A partir deste ponto retomo a análise dos documentos apresentados pelos condôminos como títulos de propriedade, ao longo do processo. A partir dos documentos apresentados no processo de divisão e demarcação da *Fazenda Ribeirão de Areia* foi possível reconstruir vinte uma (21) tentativas de comprovação dos títulos de domínio. Com estes reconstruí a Cadeia

Sucessória: Títulos Apresentados na Divisão Judicial da Fazenda Ribeirão de Areia, (vide Apêndice C).

Conforme informei anteriormente, AUGUSTO FIGUEIREDO foi o primeiro suplicante da divisão da *fazenda Ribeirão de Areia*. Ele também foi procurador dos herdeiros de *João Batista Corrêa e Joana Batista Corrêa* (filhos, genros e noras, todos lavradores), na suposta venda do “*Imóvel Verêda*” para EZEQUIEL PEREIRA, a área informada do imóvel, localizado no “*Brejo Grande*” seria de **30, 25** hectares. Cabe ressaltar que na procuração foi escrito que os camponeses eram analfabetos e um terceiro assinou por eles a venda: “[...] conforme vai assinado pelo Sr. Osorio Oscar de Andrade a pedido dos outorgantes que são analfabetos”. Outorgando os direitos a AUGUSTO FIGUEIREDO para vender suas terras.

Conforme atestou a certidão de 10 de setembro de 1953, lavrada no Registro de Títulos e Documentos de Grão Mogol, pelo oficial AMADEU FERREIRA PAULINO, outra herdeira de *João Batista Corrêa e Joana Batista Corrêa* teria vendido para EZEQUIEL PEREIRA uma área de terras **605 ares**, ou seja, **6,05 hectares** no lugar denominado “Verêda”, “*fazenda do Ribeirão ou Brejo Grande*”. A certidão teria sido lavrada um mês antes (10/08/1953) no mesmo cartório: “[...] e por ele me foi apresentado para registro, nos termos do artigo 134 a, item I, do Decreto Lei federal nº5860 de 30/9/1943¹⁵⁰ - o título particular – passado em uma folha de papel almaço 33 linhas”. Esse suposto contrato, que não consta no processo, teria sido firmado uma década antes, em 30 de março de 1943, no local, “*Cafesal de Grão Mogol*”. Esse local, refere-se às terras do Barão de Grão Mogol, onde atualmente vivem membros da família DAMASCENO.

A certidão também indicou a finalidade do documento: “[...] para conservação do direito de propriedade, mandei passar este título particular, que terá o valor de escritura pública, e vai por mim assinado, transmitindo ao dito comprador todo o direito e domínio sobre a aludida propriedade”. Esta certidão indica também que *Maria Batista Corrêa* teria assinado a venda, diferente de seus parentes que seriam analfabetos. Em resumo, foi lavrado um

¹⁵⁰ Este Decreto modificou o art. 348 do Código Civil, e um dos artigos alterados ficou com a seguinte redação: “Art. 3º Para o efeito de prescrição da ação penal do declarante e das testemunhas, considerar-se-á praticado no dia em que fôr conhecido o delito de falsidade de declaração ao oficial do registro civil.”

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5860.htm

título particular, dez anos após uma suposta compra para que este título pudesse equivaler a uma escritura pública que garantisse a conservação do direito de propriedade. A partir deste documento foi registrado o imóvel no CRI-Grão Mogol sem indicação do registro ou matrícula anterior do imóvel, sem indicar as confrontações, descumprindo as exigências legais para o registro da matrícula do imóvel.

No CRI-Grão Mogol, EZEQUIEL PEREIRA registrou dois títulos particulares vinculados ao imóvel “*Verêda*”, “*Ribeirão*” ou “*Brejo Grande*”:

i) em 14 de setembro de 1953 uma área de terras **605 ares**, ou seja, **6,05 hectares**, supostamente adquirida por compra de Maria Batista Corrêa. (Figura 9)

ii) em 27 de julho de 1953 uma área de 6ha e 05 ares transmitida por Carta de Arrematação de Direitos, (Figura 10).

As certidões não indicaram as confrontações, que deveriam a rigor, serem documentadas nos registros imobiliários emitido pelo CRI-Grão Mogol.

Consta nos autos a escritura pública que foi registrada nesse cartório, e documentou a compra, por parte de EZEQUIEL PEREIRA, de uma área com 30 hectares, no “*Brejo Grande (Vereda)*” cujos limites documentados foram: “*ao Norte com as propriedades de Alcantara e irmãos; ao Sul com Antônio da Silva Moraes e Alcantara e irmãos; ao Sul, digo Nascente Euclides Pereira de Andrade e Antonio Moraes; ao Poente com Alcantara e irmãos*”. Ele teria comprado de várias pessoas que tiveram por procurador AUGUSTO FIGUEIREDO.

Os documentos analisados indicam que o imóvel vendido é confinante com as propriedades de ALCÂNTARA E IRMÃOS (Figura 9), cujas terras foram por sua vez, compradas pelo próprio AUGUSTO FIGUEIREDO, conforme confirmam os documentos apresentados nos autos. A procuração passada para AUGUSTO FIGUEIREDO transmitiu-lhe poderes especiais para vender a propriedade, assinar escritura, descrever o imóvel e suas divisas, transmitir domínio, posse e direito e ação, e assim por diante. Esta certidão - “*primeiro traslado de escritura pública de compra e venda*” - não fez menção ao registro anterior do imóvel. Indicou estar em dia com os registros de coletorias municipais e estaduais.

No mesmo dia (27/07/1953) em que essa mesma área foi registrada no CRI-Grão Mogol. Foi registrada também em nome de EZEQUIEL PEREIRA, outra área de **6,05 hectares**, na localidade “*Ribeirão*”, do espólio do Alcino Batista Corrêa, que foi arrematada em 09 de junho de 1943, para pagamento de impostos e custas, o mesmo EZEQUIEL PEREIRA teria arrematado esta área de terras, através de outro procurador, dessa vez o negociante SANTOS JOSÉ DA COSTA.

Esses fatos, confirmaram a hipótese de que esta operação de compra e venda da área do “*Brejo Grande*”, possa ter sido simulada, ou tendo ocorrido não foi dentro das formalidades exigidas pela lei vigente. Essas podem ser pistas de que se houve a compra e a venda há uma grande possibilidade de que os moradores, lavradores (filhos, genros e noras) herdeiros de *João Batista Corrêa e Joana Batista Corrêa*) possam ter sido coagidos ou enganados pelos grileiros da época. Pois, conforme levantada a questão, tratava-se de um contexto, em que as elites locais pressionavam os camponeses pela coação e violência. Ou utilizavam de seu poder político, domínio das leis, da leitura e da escrita para enganar camponeses analfabetos, apresentando-se como proprietários das áreas, com documentos e histórias falsas, como no presente, ainda fazem os grileiros que agem na região, associados com as empresas.

O referido é verdade e dou fé,
Grão Mogol, 27 de julho de 1953.
Vicente Mammoth Rucina
OFICIAL

Figura 10- Escritura Particular do Imóvel "Ribeirão" ou "Brejo Grande" - Ezequiel Pereira, 27 de julho de 1953.

119

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

Termo e Comarca de Grão Mogol

REGISTRO DE IMOVEIS

Marinho Ferreira Paulino, Oficial do Registro de Imoveis e Hipotecas da Comarca de Grão Mogol, etc.

que á fls. 57 do livro N. 3E foi *Registrado*

N. 3762 á Carta de *anotação*

Uma pequena parte de terras com
rea de 6455 ares na fazenda Ribeirão au
o grande tendo nestas terras uma
pequena parte de terra com cerca de
valor exp. 51,00. O Oficial Registrário
anotação Ferreira Paulino.

62. Data 27-7-1953 Cidade. Ribeirão ou Brejo Grande

anotação Ezequiel Pereira

anotação Apolônio de Almeida Batista Júnior.

anotação. forma do título *polgaramento*

anotação em 9-6-1943 pelo prez de *Receitas 192.*

Receitas 192. Valor exp. 51,00 condições não foi
transmissão e transmissões pagas.

NUMERO 6097

PAGINA 938.

o para registro no dia 27 de

de 1953 das 12 às 18 horas.

O referido é verdade e dou fé,

Grão Mogol, 27 de julho de 1953.

Helanio Marinho F. Paulino

OFICIAL

Em 21 de junho de 1960 foi juntado aos autos o pedido do lavrador *Ludgerio Francisco de Almeida e outros condôminos* para entraram na ação. Eles tiveram como procurador “Antonio Ferreira Cabral”. Ele solicitou ao juiz a continuidade do processo (Figura 11). Este documento pode indicar algumas interpretações possíveis:

Primeiro, alguns camponeses geraizeiros, lavradores, uma vez que tomaram conhecimento do andamento da divisão e demarcação da *“Fazenda Ribeirão de Areia”* não tiveram outra saída senão recorrer em juízo para não perder suas terras ou tê-las que comprar posteriormente, como ocorreu no processo de divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, para se manterem nas grotas.

Segundo, eles sequer ficaram sabendo que seus nomes estavam sendo utilizados nessas operações de grilagem. Os grileiros podem ter simulado procurações, e títulos, para garantir a pressão sobre o andamento da divisão.

Terceiro, os geraizeiros podem ter sofrido ameaças e terem sido coagidos a assinar documentos, declarar posses, ir ao cartório solicitar coletorias de impostos. Uma vez que, alguns documentos parecem ter sido escritos pelos próprios camponeses (podem ter sido eles mesmos, ou trata-se de uma simulação grosseira de sua escrita), não foram passados pelo escrevente, e nem datilografados, como já era comum na década de 1960. Os documentos apresentados pelos camponeses levaram o reconhecimento de firma, ou coletoria, dos grileiros EZEQUIEL PEREIRA e JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Este procedimento, assim como nos demais títulos apresentados foi primordial para que as Escrituras Públicas (matrículas) fossem lavradas no Cartório de Registro de Imóveis.

Figura 11- A petição de Ludgerio Francisco de Almeida e outros lavradores

152

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito Substituto desta Comarca de Grão Mogel.

Leitura, em seguida reuniram-se os autos ao Excmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Francisco Sá, para o Juiz de Direito.

Grão Mogel, 21 de Junho de 1960

Yunusupptatubnt Brakt, Juiz de Direito Substituto.

LUDGERIO FRANCISCO DE ALMEIDA, brasileiro, lavrador, viúvo, residente no distrito desta cidade de Grão Mogel e outros, por seu procurador, que abaixo assina vem, perante V. Excia., requer o seguinte:

em 1931 foi requerida a divisão da fazenda Ribeirão d'Areia cujo processo, ainda se acha em curso no cartório do 2º ofício;

Daquela data, até a data presente vários procuradores atuaram naquele processo, bem como diversos agrimensores foram nomeados pelos Juizes competentes;

Por fim, foi nomeado agrimensor o Dr. Jardim, engenheiro agrimensor, domiciliado na cidade de Montes Claros, deste Estado, e como suplente, um prático, de nome Catulino, que, há meses passados faleceu na cidade de Francisco Sá, onde era domiciliado;

Os requerentes acima, querendo dar andamento ao processo, já por tanto tempo paralizado em cartório,

Vem pedir a V. Excia. providências, no sentido de ser o agrimensor acima mencionado intimado a apresentar sua proposta de honorários e seja nomeado um suplente do agrimensor, considerando que o nomeado nos autos já faleceu.

Nestes termos, pede deferimento

Grão Mogel, 21 de junho de 1960

Ante. Ferreira Cabral

Antônio Ferreira Cabral

A seguir a Tabela 12 com o resumo dos títulos apresentados pelos “lavradores”.

Tabela 12- Resumo dos títulos apresentados pelos “lavradores”

Imóvel	Área	Proprietário
No Vale do Córrego Curral de Vara, Capão dos Macacos, extremado com Estivão	10 medidas de terras	João Ferreira de Sousa
Fazenda da Vacaria (parte de terras em comum no lugar Diamantino)	4,84ha	Cirildo Francisco de Almeida
Fazenda do Ribeirãozinho	92 litros de terra (= 5,56 hectares)	José Medrado dos Santos
Fazenda da Forquilha" lugar denominado "Carinhonha"	26,62ha	Ludgerio Francisco de Almeida
Fazenda dos Gerais das Cancellas (lugar Forquilha)	2 e 1/2 alqueires	Ludgerio Francisco de Almeida
Fazenda do Ribeirãozinho	82ha e 28 ares	Alfredo José dos Reis-herdeiro de Ermereciano José dos Reis
Fazenda do Ribeirãozinho (na cabeceira de um braço do Vaquejador)	uma parte de terra	Salustiano Alexandre de Oliveira
Fazenda do Tamboril na beira do Vacaria (lugar Jabuticaba)	1 alqueire	Salustiano Alexandre de Oliveira

Fonte: Autos do Processo de divisão da Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia

Ludgério Francisco de Almeida é ascendente dos membros da família Almeida, alguns dos quais engajados na luta pela autodemarcação do “*Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*”. A ocupação do povoado Vale das Cancelas foi assim explicada por esses membros da família Almeida, eles contaram que Davina (que cuidava do pouso de boiada, antes de ser adquirido pelos membros da família Almeida) vendeu para José Pereira de Almeida, que vendeu para José Jacinto de Almeida, que vendeu para o primo Calixto Pereira de Almeida. Posteriormente, a partir da década de 1960 a área foi loteada. Solicitei no CRI-Grão Mogol os registros de imóveis em nome dos referidos membros da família Almeida, mas ainda não foram entregues.

Em 23 de janeiro de 1962, **AUGUSTO FIGUEIREDO** “*requerente da Fazenda Ribeirão de Areia ou São Francisco, (..) manda juntar aos autos de*

divisão da referida fazenda, os registros de uma parte de terras, situada no lugar denominado “Carolina”, na mesma fazenda indivisa, pertencente ao mesmo.” (Conforme consta na página 171 dos autos)

De acordo com os documentos comprobatórios do registro do imóvel apresentados no processo de divisão, a suposta *Fazenda Ribeirão de Areia* também foi denominada como *“Brejo Grande”*, e nessa petição foi denominada *São Francisco*.

A inclusão das terras do *São Francisco* foi outro ponto conflituoso neste processo. No dia 18 de setembro de 1933, através de seu advogado o condômino José Ferreira Murta apresentou uma reclamação em juízo alegando ser *“condômino da fazenda “São Francisco”, ora incluída maldosamente no perímetro da ação de divisão da fazenda Brejo Grande ou Ribeirão de Areia, situadas ambas nos distritos de Riacho dos Machados e cidade”*.

E requereu vistas aos autos para alegar o que lhe seria de direito. Foram apresentados diversos documentos comprobatórios da herança desse imóvel, tentarei reconstituir a sucessão, de como o imóvel chegou ao patrimônio do *Coronel Mariano Ferreira Freire* e transmitido aos seus herdeiros.

A transcrição do ano de 1933¹⁵¹ remeteu a registros mais antigos do imóvel (chega ao ano de 1882). Nela foi transcrito o registro de pagamento de impostos emitido pela *Collectoria Municipal de Arassuahy*, apresentada como comprovação da propriedade de *“partes das terras (margem direita do Rio vacaria)”* do *Coronel Mariano Ferreira Freire*. E também feita uma transcrição que remeteu ao formal de partilha pelo qual os herdeiros de *Joaquim Paschoal Rodrigues e sua mulher Anna Josephina Bahia* teriam recebido uma parte de terras, que depois venderam para *Victorino Pereira da Silva e sua mulher*, todos sem indicação do registro. Por sua vez, *Victorino Pereira da Silva e sua mulher Anna Rodrigues da Silva* teriam vendido ao *Tenente Coronel Mariano Ferreira Freire* conforme indicado na transcrição da escritura pública de compra e venda¹⁵².

¹⁵¹A transcrição passada em 13 de setembro de 1933, em São Domingos do Arassuaí, escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil (13/09/1933) Manoel José dos Santos.

¹⁵²A transcrição da escritura pública do dia 30/03/1882 registrada no livro 5º (livros de Notas). Moisés Israel França, Escrivão de Paz, Oficial de Registro Civil (Fazenda do Bonfim Distrito de São Domingos). Traslado para o livro 23, fls. 97-98, 20/03/1882, cidade de Grão Mogol, Comarca de Rio Pardo, Província de MG.

Outra certidão¹⁵³ remete ao registro do dia 10 de Dezembro de 1888, referente à partilha do *Inventário dos bens do Tenente Coronel Mariano Ferreira Freire* que transmitiu para *Dona Rita (casada com Coronel Ignacio Carlos Moreira Murta)*, a “*quarta parte da fazenda à margem direita do Rio Vacaria*”. Teria sido apresentada para registro pelo Dr. José Carlos Ferreira Murta.

Por sua vez, o herdeiro *JOSÉ FERREIRA FREIRE MURTA* apresentou uma certidão¹⁵⁴ emitida também pela “*Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy*” comprovando que recebeu dentre os bens uma parte de terras de “*São Francisco do Vacaria*”, descritas no inventário.

Além de apresentar esse título, *José Ferreira Freire Murta*, através de seu advogado *João Luis de Almeida* apresentou uma justificativa da improcedência da ação, alegando a imprescindível condição de prova do domínio por parte do promovente da ação e argumentou:

Ora, o promovente se apresenta nos autos com **um documento que de modo algum poderia ser transcrito no livro competente: falta-lhe mencionar as confrontações e limites do imóvel, como exige a lei**. E, declara mais a lei, se transcrito de um documento destes característicos, **de nenhum valor é ele, isto é, o dominio não prova. É o que se dá com o título de jus in ré do promovente**. Ainda ha notar da petição do autor que ela, pelos limites que descreve, inclui em “Brejo Grande” a fazenda São Francisco, onde o peticionario é condominio, muito apesar de serem fazendas distintas como provaremos na dilação probatoria porque prestamos” (18/09/1933 advogado José Luis de Almeida)

Surpreendente é o fato que sucede, após todo esse alarde, *José Ferreira Freire Murta* desistiu da contestação alegando um acordo com o

¹⁵³Passada pelo Oficial do Registro de Grão Mogol, José Salustiano Pereira, em 26 de julho de 1911. Fls. 17 verso nº 51. Porém, Esses registros mencionados nas notas 136 e 137 foram solicitados nos cartórios de Registros de Imóveis de Araçuaí cuja resposta foi: “*Após extensa análise do nosso banco de dados, bem como o exame do livro 5 - Indicador Pessoal - desta serventia, informamos que não encontramos qualquer imóvel ou documento que mencione Bens de Manoel Fulgêncio Alves Pereira; de Joaquim Paschoal Rodrigues; Anna Josephina Bahia ou Ten. Cel. Mariano Ferreira Freire. Informamos que os primeiros registros desta serventia datam do ano de 1935.*”

¹⁵⁴Emitida por Camillo Lopes Carmona, tabelião do 2º officio do judicial e notas Officio do Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy. Emitida em 11 de setembro de 1933 ou 1953 (ilegível).

Solicitei no CRI - Araçuaí os registros imobiliários em nome dessas pessoas e a resposta obtida foi a seguinte: “*Após extensa análise do nosso banco de dados, bem como o exame do livro 5 - Indicador Pessoal - desta serventia, informamos que não encontramos qualquer imóvel ou documento que mencione Bens de Manoel Fulgêncio Alves Pereira; de Joaquim Paschoal Rodrigues; Anna Josephina Bahia ou Ten. Cel. Mariano Ferreira Freire. Informamos que os primeiros registros desta serventia datam do ano de 1935. Portanto, caso os documentos solicitados sejam de anos anteriores, possivelmente nem foram trazidos a registro neste cartório.*” (CRI-Araçuaí, 2017).

promovente da ação, assim, sem justificativas, dois dias após formalizada a reclamação. Atrelando esse fato com a resposta do Cartório de Registro de Imóveis de Araçuaí (2017) informou que não encontrou nenhum imóvel ou documento que mencionasse bens de Manoel Fulgêncio Alves Pereira; de Joaquim Paschoal Rodrigues; Anna Josephina Bahia ou Ten. Cel. Mariano Ferreira Freire, ampliava-se as evidências de que esse requerente, da elite regional, se envolveu na trama da grilagem.

Documentada a audiência de conciliação, o documento seguinte nos autos é uma procuração, do dia 21 de setembro de 1933, em que os outros herdeiros de parte da fazenda “*São Francisco de Vacaria*” constituíram o mesmo advogado para representá-los no processo. A procuração tivera a assinatura de *Rita Ferreira Freire Murta* e do seu marido, o *Coronel Ignacio Carlos Moreira Murta* e foi assinada em Itaporé (atual município de Coronel Murta)¹⁵⁵

Assim, foi selado o tácito pacto entre esses grileiros de terras devolutas na região, isso em prol da constituição da propriedade privada por meios por eles mesmos identificados como sendo fraudulentos.

Em 12 de Dezembro de 1962, a advogada de AUGUSTO FIGUEIREDO, Dr^a. Juracy R. Felix, substabeleceu a procuração para o Dr. Antonio Ferreira Cabral que passou a ser o procurador também desse suplicante.

O processo não foi finalizado. E a inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia* permaneceu indivisa.

O quebra-cabeças envolvendo a divisão das terras da *Fazenda Ribeirão de Areia*, é melhor compreendido a partir da análise do processo de divisão da confrontante *Fazenda Santa Cruz* (subseção 4.1.3) em que os mesmos JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA e EZEQUIEL PEREIRA e AUGUSTO FIGUEIREDO foram mencionados na produção de documentos cartorários.

¹⁵⁵ Esta indicação leva à constatação de que se trata do **Coronel Inácio Carlos Moreira Murta**, fundador por volta de 1908, do arraial Boa Vista do Jequitinhonha. Em 1948, foi elevado a distrito com o nome de Itaporé que na linguagem indígena significa Cachoeira da Pedra. Em 1953 desmembrou-se de Virgem da Lapa/MG e passou a denominar-se Coronel Murta, em homenagem ao referido coronel. A história da ocupação do município remete aos **índios tocoiós**, à ação da família Murta, ao garimpo e ao chamado 'grupo baiano'. (IBGE-Coronel Murta, 2016) Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/coronelmurta.pdf> O nome do Coronel Murta é homenageado em diversos municípios do Baixo Jequitinhonha, em praças, ruas e avenidas.

Ao longo do processo os documentos de referiram a esta área como *Fazenda Indivisa Brejo Grande*, *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia* e *Fazenda Indivisa São Francisco* e remeteu a diversas localidades. Algumas certidões imobiliárias, também se referem a *Fazenda São Francisco*, *Fazenda dividida São Francisco* ou *Fazenda Indivisa São Francisco*, como se tivesse havido processo demarcatório da *Fazenda São Francisco*, mas os Cartórios de 1º Ofício e de 2º Ofício não incluíram na relação dos processos de divisão, conclui-se que não existiu divisão especificamente dessa área.

Além de todas as evidências da inexistência da *Fazenda Ribeirão de Areia*. Nenhum dos títulos apresentados indicou a sesmaria primitiva, tão pouco a localidade *Ribeirão de Areia*. As localidades e as comunidades indicadas nas certidões apresentadas neste processo foram: *São Francisco*, *Brejo Grande*, *Jacaré*, *Curral de Varas*, *Capão dos Macacos*, *Vacaria*, *Ribeirãozinho*, *Forquilha* ou *Carinhanha*, *Fazenda do Tamboril na beira do Vacaria (lugar Jabuticaba)*, *Curral dos Gerais das Cancelas*, *Lugar denominado Chacara a beira do Vacaria*, *"Fazenda do Ribeirãozinho" (na cabeceira de um braço do Vaquejador)*, *Imóvel Vereda (Ribeirão ou "Brejo Grande")*, *Fazenda São Francisco/ Brejo Grande*. *Fazenda dos Gerais das Cancellas (lugar Forquilha)*.

Atualmente, a maioria dessas localidades foram inseridas nos *Núcleos Tingui e Núcleo Lamarão* áreas de referência para a organização da luta pela autodemarcação do *Território Geraizeiro do Vale das Cancelas*.

No campo pude percorrer parte da área da *"Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia"*. E pude constatar a inexistência da fazenda, os moradores mais antigos não conheceram uma sede da fazenda e não tinham como referência nada que indicasse a existência de uma família que tivesse sido proprietária do *Ribeirão de Areia*. A propósito, sequer o *Ribeirão de Areia* é um topônimo reconhecido pelos moradores.

Um dos camponeses entrevistado no campo, cuja família residia na localidade *Brejo Grande/Jacaré* relatou que as terras pertenciam anteriormente a João Paschoal e foram compradas por um pecuarista, para quem o pai trabalhou como vaqueiro e como pagamento pelos serviços prestados, os patrões teriam ajudado a adquirir uma considerável área de terras no *Brejo Grande/Jacaré*. Teria este vaqueiro pai do entrevistado, também participado da

maçonaria. Posteriormente, AUGUSTO FIGUEIREDO teria se aliado ao pecuarista, patrão do referido vaqueiro para pressionar e tomar 44 alqueires das terras (separada pelo Córrego do Meio), do qual o vaqueiro se viu obrigado a abrir mão e também por esta questão teria saído da maçonaria e da área foco da disputa, onde residia para construir a sede (residência) afastado, mas ainda dentro da área do *Brejo Grande/Jacaré*, onde permaneceu até o ano de 1976 e depois vendeu para outro pecuarista de Curvelo/MG.

Os camponeses também afirmaram que AFRÂNIO FIGUEIREDO (filho de AUGUSTO FIGUEIREDO) reunia os documentos dos moradores das grotas e guardava com ele. Em muitas localidades inseridas na área pretendida na divisão da inexistente *fazenda Ribeirão de Areia*, além de grandes propriedades de criação de gado, vivem famílias geraizeiras que sofreram grande interferência no seu modo de vida e no regime de uso das terras com a invasão das empresas de monocultivo de eucalipto.

Nessas áreas onde predomina o plantio de eucalipto, por algum motivo, que suspeito estar ligado à imposição de limites trazidos pelas empresas monocultoras de eucalipto, é de conhecimento dos geraizeiros (que vivem na margem direita da BR 251 sentido Salinas) a extensão aproximada das terras da *"Fazenda indivisa Ribeirão de Areia"*. Os próprios moradores dessas áreas situam suas grotas e chapadas como sendo compreendidas dentro dos limites da referida inexistente fazenda. Sendo possível constatar que o processo de divisão produziu um mapeamento artificial da área, utilizado até os dias atuais como referência de localização tanto por parte dos geraizeiros, como pelos profissionais do registro imobiliário e pelas empresas.

Mas, a justificativa mais provável para o reconhecimento, mesmo que impreciso, por parte dos camponeses geraizeiros da *"Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia"* sejam as escrituras registradas no CRI-Grão Mogol, e que são utilizadas pelas empresas e pelos rentistas locais, onde nas próprias certidões, são indicadas como referência de localização a *"Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia"*.

A partir da década de 1970 foram emitidas matrículas no CRI-Grão Mogol para a empresa FLORESTAS RIO DOCE S.A, que se aproveitou do fato das terras públicas devolutas, até o presente, não estarem devidamente

discriminadas. As certidões emitidas em nome dessa empresa utilizavam, equivocadamente a identificação da área como “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*”. E as terras devolutas e terras geraizeiras têm sido griladas pelas empresas por meio da estratégia de retificação de matrículas, contratos particulares de arrendamentos, sentenças de usucapião e outros tipos de fraudes que serão detalhadas no próximo capítulo.

Essa questão revela que mesmo não sendo concluída a *grilagem judicial* via processo de divisão e demarcação, com o passar dos anos, sua existência se impôs, inclusive pela *grilagem judicial*. São estarrecedoras, as constatações reveladas na análise das certidões imobiliárias em nome da empresa FLORESTAS RIO DOCE S.A, que continua usando a localização “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*”, e mostram a continuidade do processo, em que a produção de títulos particulares e certidões imobiliárias, sem origem continuam sendo emitidas, grilando as terras devolutas.

Espera-se que com a autodemarcação do *território geraizeiro*, sejam identificadas as terras griladas pelas empresas e incorporadas a este território, tornando possível apagar o que de fato nunca existiu, a *Fazenda Ribeirão de Areia*. Cujo nome foi e ainda tem sido utilizado nos documentos fraudulentos que produziram a sua existência, como também na trama montada a serviço da grilagem institucionalizada.

4.1.3 Fazenda Santa Cruz

A divisão judicial da *Fazenda Santa Cruz* iniciou em 01 de junho de 1931 e encerrou 26 de abril de 1934. LUCIDIO DA SILVA VEIGA que foi advogado na divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* e exerceu cargo de 1º Juiz de Paz de Grão Mogol no processo de divisão da *Fazenda do Marimbo* em 1930, foi também o suplicante na divisão da *Fazenda Santa Cruz*, conforme informou a petição:

Diz **Lucidio da Silva Veiga**, agricultor, residente nesta cidade de Grão Mogol, e que a esta subscreve, que **é proprietário de terras na fazenda Santa Cruz**, situada nos districtos da cidade de Riacho dos Machados, municipio de Grão Mogol, conforme prova com o seu titulo jus-in-ré, devidamente registrado e transcrito que a esta acompanha. Esta fazenda pertencente hoje a muitos condôminos em verdadeiro estado de comunhão desde data muito remota, em que por falecimento e por outros titulos de transmissão, os seus primitivos proprietarios como donos exclusivos até então, a transmitiram a muitos donos, digo, senhores e estes pelos mesmos titulos,

sucessivamente aos atuais, tem uma area aproximada de dez mil alqueires de terras de cultura e campos, correspondendo muitas benfeitorias, mangas, roças, casas de morada, cercas, etc. [...]

Não por acaso, as fazendas confinantes, são aquelas também objeto de outros processos demarcatórios arquitetados pelos mesmos rentistas:

As suas linhas limitrofes começando no lugar denominado Alto da Boa Vista, na divisa com a **fazenda Santo Antonio** seguem pela Verêda da Boa Vista, e dividendo com a **fazenda de Santo Antonio**, até encontrar o rio Extrema e daí por este rio acima, dividendo com a **fazenda Santa Quiteria**, até alcançar a divisa das Aguas do Rio Gorutuba, daí pelas vertentes até as cabeceiras da Verêda do Pau Podre, onde seguem por esta Verêda e dividendo com a **fazenda Lagoa dos Patos**, até o lugar denominado Massangano, daí seguem dividendo com a **Fazenda Tapera** até o rio Vacaria; onde seguem dividendo com a **fazenda Brejo Grande ou Ribeirão de Areia** pelo rio Vacaria e pelos correjos do campo Alegre, Ribeirão e Imbirassú, até encontrar a divisa da **fazenda de Santo Antonio** e daí por esta divisa até o Alto da Boa Vista, ponto de partida desta descrição. Existem no imóvel situações com denominações diversas pelo que somente a elas se referem alguns documentos. Querendo assim o suplicante dividir este imóvel, evitando communhão incomoda e prejudicial [...]

As duas certidões apresentadas por LUCIDIO SILVA VEIGA, como título “*jus in ré*” envolvem os nomes e sobrenomes ativos em outros processos. O suplicante apresentou transcrição de uma escritura pública de compra e venda, transcrita pela oficial interina “Julieta LABORNE” em 05 de junho de 1931, que registra que EZEQUIEL DA SILVA PEREIRA e sua mulher D. MARIA ALCÂNTARA PEREIRA, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, os mesmos ativos em outras ações:

[...] são senhores e possuidores de uma parte de terra com área de duzentos e trinta alqueires no lugar denominado Fazenda Americana, pertencente às fazendas de Santa Cruz e Ribeirão de Areia ou Brejo Grande., situadas nos districtos de Riacho e da cidade, que obtiveram por compra a Exm^a D. Francisca Laborne Alcantara.

Conforme indicou a transcrição e também certidão imobiliária, esses supostos proprietários venderam **três alqueires** na *Fazenda Santa Cruz* para LUCIDIO SILVA VEIGA. A certidão indicou como escrivão Arthur Campos, tabelião WASHINGTON BARBOSA DE ARAUJO e que a coletoria foi reconhecida por EZEQUIEL PEREIRA, testemunharam essa operação de compra e venda Sebastião José de Souza e JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Na mesma data da transcrição da escritura pública foi lavrada a certidão de

registro de imóveis sob a matrícula 814 (livro 5, fls.22)., apresentada como título *jus in ré* pelo suplicante (Figura 12).

Não constava destas certidões nenhuma referência de data anterior ao 05 de junho de 1931, indicando que a certidão foi lavrada, exclusivamente, com a intenção de ser apresentada pelo suplicante.

Da mesma data era a relação dos condôminos que incluía os nomes de JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA e EZEQUIEL PEREIRA, as mesmas pessoas que também em 05 de junho 1931 venderam para AUGUSTO FIGUEIREDO, **dois alqueires** no imóvel *Fazenda da Americana* (pertencente às *Fazendas Santa Cruz e Ribeirão de Areia, ou "Brejo Grande"*) na ação de divisão da inexistente *fazenda Ribeirão de Areia*.

Neste mesmo dia, numa diligência impressionante, o juiz MANOEL CRISTHIANO RÊLLO concedeu ao próprio suplicante LUCIDIO DA SILVA VEIGA, o direito de “funcionar como advogado” no processo de divisão da *Fazenda Santa Cruz*, alegando não haver nenhum advogado formado na comarca, que posteriormente foi passada para o Dr. CARLOS MOYSÉS. Em 04 de junho de 1932, por edital público foram convocados 32 condôminos, e, nomeados os agrimensores Jerônimo Gonçalves Ulhôa e suplente José de Mendonça Motta e para arbitradores Santos José da Costa e Milton Rodrigues Galdino, Antônio dos Santos e Carlos Fróes.

Em 04 de março de 1933, o agrimensor Jerônimo Ulhôa determinou o ponto de partida para as medições: “[...] *na confluência do rio Vacaria e do córrego formado pelas águas dos córregos do Landim e Estivinha, ponto este fixo, conhecido e ao qual se referem os títulos e divisas [...].*” No memorial descritivo foram indicados uma abundância de cursos d’água configurando os limites da *Fazenda Santa Cruz*:

O curso d’água mais importante é o rio Vacaria, que nasce na fazenda, percorre-a em grande extensão e vai depois servir-lhe de limite. O córrego da Três Barras, que tem também a denominação de córrego da Cruz, nasce no divisor de águas entre os rios Gorutuba e Vacaria, sendo afluente deste último. O córrego da Estivinha serve de limite com a **fazenda da Lagôa dos Patos e o córrego da Extrema serve de limite com a fazenda de Santa Quitéria** existem ainda os córregos do Miguel e Pau Comprido, ambos afluentes do Vacaria. Existem várias lagoas, aguadas permanentes, sendo as mais importantes a do Miguel e a de Mutuca. O correjo do Tingui serve de limite com a fazenda das Oliveiras.

Estes limites hidrográficos podem ser verificados na planta cartográfica da *Fazenda Santa Cruz* (anexa), apresentada pelo agrimensor Jerônimo Ulhôa.

Os trinta documentos apresentados como título de propriedade na divisão da *Fazenda Santa Cruz* estão relacionados no Apêndice D: Documentos Apresentados como Título de Propriedade na Divisão da *Fazenda Santa Cruz*. Evidentemente, que o título apresentado pelo suplicante LUCÍDIO DA SILVA VEIGA, não teve legitimidade para investi-lo da condição legal de proprietário. Tratava-se de uma certidão imobiliária (Figura 12) que não indicava o proprietário anterior, nem o número anterior no Registro Imobiliário geral, sequer o transmitente foi informado nesta certidão imobiliária. Este dado foi mencionado, apenas na certidão de compra e venda. E as evidências das datas e das pessoas envolvidas na transmissão, indicaram que estas certidões foram forjadas.

Somente dois títulos apresentados remeteram ao registro de imóveis, além desse referido acima, uma transcrição apresentada pelos herdeiros do Capitão Luiz Rodrigues Pereira, que ele teria adquirido de João Soares Leal e sua mulher D. Emilia Soares Leal (Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Grão Mogol (pg. 56, nº 236) Pereira), referente a “*um sítio no Lugar denominado Esperança*”, registrado em 21 de março de 1933.

As demais declarações, as escrituras particulares e públicas exibidas remetem ao período entre 1905 a 1934, são certidões de compra e venda, autos de arrolamentos de bens inventariados e autodeclarações com reconhecimento de coletoria de impostos a maioria assinada por EZEQUIEL PEREIRA. Inclusive um dos títulos foi apresentado pelo próprio Tabelião do Cartório do 2º Ofício WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO, que finalmente foi contemplado com um quinhão nessa divisão. A área dos imóveis não foi informada em 16 documentos. A maior área mencionada foi de 200 alqueires, apresentada por Ubirajara França Diniz (comprado de Antonio Teixeira da Silva e outros residentes em Gorutuba representados por DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA). Conforme mostro adiante, este condômino, na divisão judicial, foi privilegiado com uma imensa área em comum com EZEQUIEL PEREIRA e o CORONEL JOÃO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA.

Em 17 de fevereiro de 1934 foram apresentados o laudo de avaliação e classificação do imóvel e um laudo sobre a forma de partilha, assinados pelo agrimensor Jerônimo Gonçalves Ulhôa e os arbitradores Santos José da Costa e Milton Rodrigues. Eles também relataram quatro critérios a serem adotados para a apuração dos títulos da *fazenda de Santa Cruz*, cuja orientação foi feita a seguinte:

1º) Que se deve apurar os títulos dos sócios da dita fazenda de acordo com a origem dos mesmos, provida do inventário de D. Felisberta de Costa Sá, primeira mulher de Domingos Soares da Costa sucessão esta que estabeleceu a comunhão, pois a Fazenda de Santa Cruz pertencia toda ela a Domingos Soares da Costa, que a adquiriu de **Francisco José de Sá**, e para sua mulher Jacintha Francisca de Sá, por escritura pública de 10 de agosto de 1866.

De fato, o latifundiário Francisco José de Sá, em 29 de março de 1856, registrou no livro da paróquia de Grão Mogol, “*uma Fazenda denominada Santa Cruz*”, limitando-se com as fazendas de *Santo Antonio, Brejo Grande, Tapera, Lagoa Dos Patos, Barreiras e Extrema*, de cumprimento três léguas e meia de largura. Além de léguas de terras (na *Fazenda Extrema, Fazenda Lagôa dos Patos*), além de “*parte de terras anexas na Barra do Ribeirão*” nas fazendas confinantes, inclusive no *Brejo Grande* “*de cuja fazenda o declarante desconhecia a extensão e limites*”. Ao que parece os herdeiros de Francisco José de Sá não registraram as terras no Registro Geral de Imóveis, uma vez que as referências feitas pelos herdeiros a esta área foram em declarações particulares com selos de coletoria, e uma transcrição de autos de inventário, que não remetiam ao número no Registro Geral.

Quanto aos demais títulos que não se originaram dos herdeiros de Francisco José de Sá, assim valorou o agrimensor:

2º) Quando se torna impossível, por falta dos documentos intermediários, a verificação de origem, torna-se 50%, para esse valor o dado nos títulos até a data de 1890.

3º) Tornar-se somente 10%, para o valor de origem, nos documentos de vendas que não mencionarem o primitivo ou nas avaliações de inventários e arrolamentos.

4º) Quando nos documentos, se englobam terrenos e benfeitorias toma-se, somente 2%, para o valor de origem, e que finalmente, estes valores de origem sejam postos em proporção com o valor dado ao imóvel atualmente é feita a divisão com as compensações necessárias, em relação ao valor geométrico de cada classe de terras.

Figura 12: Certidão Imobiliária apresentada pelo suplicante da divisão e demarcação da Fazenda Santa Cruz

Flaborme
Pag. 189

TALÃO N. 189

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Immoveis

Estado de Pernambuco Município de Grão Mogel
Distrito desta Cidade
Fazenda de Santa Cruz
Americana

Certifico que a fls. 12 do livro 5 foi apresentado e registrado hoje sob numero 814 a escritura pública imovel seguinte: A área de tres (3) alqueires, na Fazenda de Santa Cruz, correspondente ao valor primitivo de um mil reis (1.000), ha sido por compra, conforme escritura a mim apresentada, sendo adquirente Jucidio da Silva Veiga. Transmittentes Ezequiel José da Silva Pereira e sua mulher P. Maria Alcantara Pereira, Domíngos Alcantara de Oliveira e sua mulher Maria Isabella Alcantara e Joaquim Alcantara de Oliveira. Título compra. Forma de título escritura pública passada pelo tabelião Washington Barbosa de Araujo a 5 de Junho de 1931. Valor R\$ 100.000. Condições penhoras.

Observações averbando no protocolo sob. n.º 1015
 Transmissão p.g. taloa n.º 3852 = 18x500 + 6x800
 Territorial conf. Cart. do Collect. R. Pereira

O referido é verdade e dou fe
Grão Mogel, 5 de Junho de 1931
Estat. JH da verdade
Jucidio da Silva
 Official interina

Ao que parece foram atribuídos valores diferentes conforme a característica do documento apresentado. Em 22 de fevereiro de 1934 realizou-se uma audiência no Fórum de Grão Mogol, com a presença do Juiz Manoel Christiano Rêllo, dentre outros, para apresentação do título *jus in ré* do suplicante.

O lançamento das áreas aos condôminos foi apresentada em 28 de março de 1934, concluindo-se o processo de divisão, assinada pelo escrivão Ruy Mello e pelo juiz MANOEL CRHISTIANO RÊLLO que sentenciou a divisão da *Fazenda Santa Cruz* retalhando a área de **28.846,17 hectares** em 32 quinhões e 39 glebas.

Sendo que, as menores glebas foram distribuídas às margens do *Córrego da Estivinha* e também próximas ao *Ribeirão das Três Barras*, estas foram confinadas entre as glebas adjudicadas à Prefeitura Municipal de Grão Mogol (que na suposta operação de compra e venda foi representada pelo MAJOR FRANCISCO FERREIRA PAULINO, identificado como Prefeito do município).

Como mostra a planta da divisão, o suplicante LUCIDIO DA SILVA VEIGA recebeu um trecho linear de **43,1ha**, uma fatia de terras, confinada entre as maiores glebas adjudicadas aos “arquitetos da divisão” judicial, vizinho do quinhão 1 (José de Souza Freire) e do quinhão 4 (gleba 6) comum de EZEQUIEL PEREIRA; DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA; JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA. Pela característica da área o suplicante pode ter sido utilizado, somente, para mover a ação no qual, os mesmos rentistas foram privilegiados. Conforme mostra a Tabela 13.

Tabela 13– Maiores Áreas Recebidas na retaliação Fundiária da *Fazenda Santa Cruz*.

Quinhão	Gleba	Condômino	Área(ha)
15	18 e 19	Prefeitura Municipal de Grão Mogol	9.409,7
21	26	Luiz Rodrigues Pereira	8213,17
1	1 e 2	João de Souza Freire	2.122,7
4	6	Ezequiel Pereira; Domingos Alcântara de Oliveira; Joaquim Alcântara de Oliveira	1.758,0
24	30	Adolfo de Quadros Sá	1.478,2

Quinhão	Gleba	Condômino	Área(ha)
17	21	João Pereira da Silva	1.284,14
23	28 e 29	Ana Rosa de Souza e Herdeiros de Antonino José de Souza	894
32	38 e 39	Condôminos ausentes, incertos, ignorados ou desconhecidos	784,35

A maior área de **9.409,70 hectares** (quinhão 15-glebas 18 e 19) foi adjudicada à Prefeitura Municipal de Grão Mogol, reforço que é necessário, futuramente, analisar a sucessão destas glebas, a fim de compreender se foram destinadas ao uso público, ou à apropriação privada.

Confinante com este terreno, a segunda maior área **8.213,17 hectares** (quinhão 21-gleba26), adjudicada ao “Capitão Luiz Rodrigues Pereira”, que apresentou uma provável transcrição do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Grão Mogol, que informava que os transmitentes João Soares Leal e sua mulher D. Emilia Soares Leal teriam vendido uma área de “*um sítio no Lugar denominado Esperança*”. Parte dessa área foi transferida posteriormente para a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A.

Confinante com estes terrenos, a terceira maior área de **2.122,7 hectares** (quinhão 1-glebas 1 e 2) foi adjudicada ao João de SOUZA FREIRE atravessada pelo curso d’água “*Verêda do Roçadinho*” (gleba 1), afluente do *Rio Vacaria*, um dos limites naturais desta gleba. O quinhão 1 limitava também com as terras da *Fazenda Americana*, com o quinhão 16 do suplicante LUCIDIO DA SILVA VEIGA, e com a terceira maior área, de EZEQUIEL e dos ALCÂNTARA com **1.758,0 hectares** (quinhão 4-gleba 6) esta, privilegiada com as nascentes do Rio Vacaria e duas grandes Lagoas (*do Marroaz¹⁵⁶ e das Pedras*). Por sua vez, vizinhos dos terrenos da Prefeitura (gleba 19). Cabe destacar que o condômino JOÃO DE SOUZA FREIRE tem o mesmo sobrenome de FRANKLIN DE SOUZA FREIRE (advogado do suplicante JUVENAL PEREIRA DE ANDRADE um dos envolvidos na trama da divisão da inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia*), é também o mesmo sobrenome de Victor de SOUZA FREIRE (condômino na divisão da *Fazenda Santa Quitéria*).

¹⁵⁶ Marroaz é o nome pelo qual os vaqueiros e pecuaristas, identificam bois reprodutores, também chamados “*marrueiros*” “*boi erado grande*”, pode ser manso ou bravo, a maioria das vezes valentes. O nome do rio Vacaria e da Lagoa do Marroaz indicam que essas aguadas eram essenciais para a pecuária praticada nesta fração territorial, atividade ainda presente nas terras do Rio Vacaria nesta porção próxima a Riacho dos Machados, MG.

Também não escapava desta vizinha a área de **1.478,2 hectares** adjudicada a Adolpho Quadros de Sá, que também tinha como limites a Estrada de Salinas, e era cortada pelo *Ribeirão das Três Barras*, logo, próxima das pequenas glebas retaliadas nesta área, que podiam ser grotas camponesas, ou o mais provável, podia tratar-se de áreas de mineração retaliadas entre os garimpeiros, já que um destes retalhos (quinhão 3-gleba5) foi adjudicado ao escrivão WASHINGTON BARBOSA ARAÚJO. E outra era a gleba 7 de EZEQUIEL PEREIRA e dos ALCÂNTARA, e estas glebas limitavam com a gleba 18 da Prefeitura Municipal de Grão Mogol. Importante destacar que o título apresentado por Adolpho Quadros de Sá foi uma declaração emitida pelo coletor Edmundo Barbosa com selo da Secretaria de Finanças 22/11/1905, ou seja, não foi nenhum título registrado no Registro Geral de Imóveis.

A área de João Pereira da Silva com **1.284,14 hectares** (quinhão 17-gleba 21) limitava com a gleba acima mencionada e com o Rio Extrema. Este condômino era um dos herdeiros de Virgínio Pereira da Silva, conforme informado na certidão apresentada que foi extraída dos autos de inventários transcritos por WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO (Tabelião do 2º Ofício Tabelião), outros herdeiros no referido inventário também receberam áreas.

O quinhão 23 (glebas 28 e 29), com área de **894 hectares**, nas margens do Córrego da Estivinha, confinante com a gleba de Adolpho Quadros de Sá, foi herdada por Ana Rosa de Souza e os herdeiros de Antonio Pereira dos Santos, que na certidão de compra e venda apresentada informou ter comprado de Rosa Maria de Jesus e filhos, a área de 3 alqueires mais ou menos, no *“Brejo Velho na Fazenda de Santa Cruz”*.

Por fim, a área de **784,35 hectares** (quinhão 32-glebas 38 e 39), adjudicadas aos *“Condôminos ausentes, incertos, ignorados ou desconhecidos”* também confinava com o núcleo de vizinhança dos arquitetos da *grilagem judicial* da Comarca de Grão Mogol, embora as glebas estivessem situadas em áreas extremas, uma ao norte e outra ao sudoeste, certamente foram apropriadas pelos mesmos rentistas.

Evidentemente, a grilagem judicial da *Fazenda Santa Cruz* aponta para o ápice da apropriação privada de áreas pela elite local de Grão Mogol,

provavelmente, áreas privilegiadas para a exploração de diamantes e agropecuária. Apontando também para questões mais complexas relacionadas com o entrelaçamento entre famílias com poder político e fundiário, e a distribuição seletiva de áreas entre os prováveis descendentes dos latifundiários do período imperial e início da república.

A planta cartográfica também expõe a parca existência de benfeitorias e de cercas caracterizando a devolutividade das terras, confirmada também pela ausência de registros imobiliários na quase totalidade dos títulos apresentados, que em grande quantidade, sequer mencionaram a área dos imóveis e a vizinhança.

O processo de *grilagem judicial* englobando as terras da *Fazenda Santa Cruz*, iniciado na década de 1930, teve continuidade na década de 1970, com a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A, que em uma sucessão transformou a compra de 146 hectares em **4.495,88 hectares** através de cessão de herança e da estratégia averbação de áreas. Coroando a continuidade da grilagem e do rentismo, a apropriação da empresa incluiu, especialmente, a gleba nº 26 do quinhão nº 21, do Capitão Luiz Rodrigues Pereira, referida acima. Posteriormente, vendida para empresa RIMA FLORESTAL S/A que utilizou a área como garantia hipotecária.

4.1.4 Fazenda Santo Antônio

A existência da *fazenda Santo Antônio*, pode ser constatada, antes da *grilagem judicial*, pois foi declarada nos RPTs da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, por Caetano Martins Pereira – o pai Gualter Martins Pereira, o “Barão de Grão Mogol” - que registrou em 1855 no livro da paróquia um “*pedaço de terras na Fazenda de Santo Antonio*”, com área “*de comprimento cinco leguas, de largura nas diferentes partes de uma athe quatro*”, essas dimensões correspondem a 33 km de comprimento e entre 6,6 km e 26,4 km de largura. Ou seja, um imenso latifúndio que burlou os limites impostos pelas ordenações régias do século XVIII, que limitavam para 1/2 légua em quadra nas áreas de mineração e 3 léguas no sertão. Os limites declarados foram:

[...] ao qual divide de norte ao sul com a Cordilheira Geral, limitando com a Fazenda do Brejo Grande, pelo espigão do Imbirussu, águas vertentes, pelo rumo do espigão no poente, athe a Boa Vista, por este correjo abaixo athe a sua foz no ribeirão Extrema,

por esthe abaixo athe a barra do corrego Mão de Prata, pelo veio deste assima athe ? a serra". [...] (APM, 2016:108)

A *Fazenda Santa Cruz* e a *Fazenda da Extrema* não foram indicadas nesses limites, logo, entrando em conflito com as áreas declaradas pelo latifundiário "Francisco José de Sá", que no mesmo período no mesmo registro paroquial informou que a "*Fazenda Santa Cruz*" e "*parte de terras na Fazenda da Extrema*" tinham como limites a *Fazenda Santo Antônio*. Consequentemente, revelando a imprecisão das declarações declaradas ao vigário, evidência da prática de grilagem no período imperial.

O processo de divisão e demarcação da *Fazenda Santo Antônio* tramitou entre os anos de 1905 e 1949. Neste período passou por duas fases distintas, a primeira iniciada em 15 de março de 1905, suplicada pelo Tenente João Batista do Nascimento (1905), quando o juiz da Comarca de Grão Mogol era doutor Belisário da Cunha Mello. E a segunda fase entre 1939 e 1949, quando o juiz da comarca era Edmundo Bicalho Filho, desdobrada da petição de Waldemar Damasceno Ferreira (1939), também indicado nos documentos como "Valdemar Damasceno Ferreira", que participou das disputas judiciais na *retaliação da Fazenda Curralinho*, em Riacho dos Machados.

Sendo assim, o período de tramitação desses autos tangencia as décadas de 1920 e 1930, foco da análise dos levantamentos judiciais, e aponta para um processo muito específico que remete à história de apropriação das terras da família do Barão de Grão Mogol, Gualter Martins Pereira, posteriormente ocupadas pela família DAMASCENO DE OLIVEIRA, que atualmente, tem parentes como proprietários da *Fazenda Cafesal* (inserida na área das terras da Fazenda dividida Santo Antônio). Portanto, estes autos apontam para informações muito específicas que requerem levantamentos históricos, de campo e entrevistas, que não puderam ser contemplados nesta tese, mas que certamente poderão ser aprofundados em outros trabalhos. Por isso, as informações que constam destes autos serão apresentadas de forma sucinta.

Na petição de **João Batista do Nascimento**, residente na *Fazenda da Palmeira* (pode ser Palmira), Grão Mogol, afirmou possuir terras e benfeitorias na fazenda denominada "*Santo Antonio*", alegou que o estado de comunhão

vivido entre os co-possuidores *“por lhe ser prejudicial e por conservar e estar convenientemente a sua propriedade com o que seja matematicamente determinada e marcada”*.

Os limites da fazenda indicados pelo suplicante foram os seguintes: *A fazenda dividenda é limitada ao norte com as fazendas Ribeirão de Areia e Santa Cruz, ao sul com fazenda o lado da “Serra”, ao nascente ainda pela “Serra”, e ao poente com a fazenda da “Extrema”*. Esta é a única referência à fazenda Ribeirão de Areia encontrada antes de ser referenciada no processo da *“Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia”*, década de 1930, não sendo, na minha opinião, elemento suficiente para afirmar a existência desta fazenda, em período anterior à tramitação dos processos divisórios na comarca.

Nessa petição, a sucessão – possível de transcrever dado o estado de mal conservação do arquivo – aponta para a família do Barão de Grão Mogol, Gualter Martins Pereira:

Do seu primeiro possuidor foi (ilegível) Martins, passando depois a João Batista Martins, Gualter Martins, (ilegível) Martins, Ramiro Martins, Pedro Martins e Dr Joaquim Martins os obtendo-a os atuais possuidores por compra, outros por herança (ilegível) alguns com benfeitorias na dividenda fóra como certificado e consta dos autos. (ilegível) fazenda é composta de terrenos e campos para diversas cultturas para criação de gado e de outros animais (ilegível) registrado nesta zonna de terrennos (ilegível).

Trinta e um condôminos foram convocados, sendo 19 ausentes (todos de sobrenome Martins, possivelmente parentes do Barão de Grão Mogol) e 12 residentes na comarca, dentre estes o também suplicante JUSCELINO DAMASCENO.

O suplicante tenente João Baptista do Nascimento, através de seu advogado José Cantídio de Freitas, baseou-se no Decreto Estadual nº 662 de Novembro de 1893 que promulgou o regulamento para as ações de divisão e demarcação de terras particulares, em Minas Gerais requereu a citação das testemunhas. De acordo com as certidões lavradas pelo escrivão José Salustiano Pereira: *“Carlos Catão Prates, Feliciano Ferreira dos Santos, José Benedito Rodrigues e o doutor José Cantídio de Freitas para se louvarem em agrimensores e arbitradores na primeira audiência deste Juízo”*. O curador da lide nomeado pelo juiz Belisário da Cunha Mello foi José Dias de Oliveira Bicalho.

Em 21 de junho de 1905 foram nomeados outras pessoas para as funções de agrimensor e arbitradores REGINALDO AGUIDO DE OLIVEIRA e Antonio de Santos Oliveira e Pantaleão José da Costa. Com exceção de JUSCELINO DAMASCENO FERREIRA, na Comarca de Grão Mogol, em 1905, o poder local tinha como referência outros nomes e principalmente sobrenomes, distintos daqueles que controlavam as instituições administrativas e judiciárias da década de 1930 quando se concentram os processos de divisão analisados. Assim, no período de tramitação inicial do processo destaca-se os nomes do advogado Carlos Catão Prates, do suplicante João Baptista do Nascimento e do juiz doutor Belisário da Cunha Mello, o advogado José Salustiano Mendes e do provável latifundiário REGINALDO AGUIDO DE OLIVEIRA.

Tudo indica que o processo ficou parado entre 1905 e 1928, pois somente em 16 de julho de 1928, quando o juiz Pottier Monteiro era o juiz da Comarca de Grão Mogol, o suplicante João Baptista do Nascimento requereu que o processo fosse desentranhado. Somente neste ano que o suplicante apresentou transcrições de escrituras de compra e venda atestando que: i) em 1904, Dona Anna Velloso Martins (residente na *fazenda Irajá*) representada por Carlos Catão Prates vendeu ao próprio tenente João Batista do Nascimento (residente na *fazenda Palmyra*), os direitos de meação da *Fazenda Palmira*, e mais uma posse no lugar denominado *Curiacá*; ii) em 1899, Olympio de Freitas Lima e Idalina Martins de Oliveira venderam uma parte de terras na *fazenda Santo Antonio*, uma parte nas casas de morada na *fazenda Palmira*, uma parte de terras no lugar denominado *Branca*, com manga na mesma fazenda, outra parte de terras na *fazenda de Santo Antonio*, que teria sido vendida, em 21 de abril 1896, no Rio de Janeiro, pelo capitão Caetano Martins Pereira (o pai do Barão de Grão Mogol). Conforme a transcrição assinada pelo tabelião do 1º Ofício LEOPOLDO LABORNE.

Novamente, o processo ficou paralisado, por mais uma década, quando em 28 de novembro de 1938, quando o juiz era Felix Geraldo de Moura e Silva, WALDEMAR DAMASCENO FERREIRA suplicou a divisão e demarcação do imóvel, alegando o falecimento do primeiro suplicante. Constituiu seu advogado Dr. CARLOS MOYSÉS, posteriormente, os poderes foram substabelecidos

para Sylvio Fonseca Filho, o título apresentado por este suplicante (Quadro 6) remeteu aos autos de inventário de JUSCELINO DAMASCENO (provavelmente o pai deste suplicante), do qual teria herdado parte de terras nas fazendas *Cafesal*, *Lagôa Nova* e *Santo Antônio*, dezenove anos depois levada ao registro de imóveis.

Quadro 6 – Documentos Apresentados pelo Suplicante Waldemar Damasceno Ferreira

Imóvel	Área	Documento	Cartório
Fazenda Cafesal, Fazenda Lagôa Nova e Fazenda Santo Antônio	Não informou	Autos de Inventário de Juscelino Damasceno, 1919	Escrivão Ruy Mello, Hilario Marinho Ferreira Pailino. Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis
Uma parte de terras na Fazenda Cafesal, e uma parte de terras na Fazenda Lagôa Nova (no distrito de Riacho dos Machados)	Não informou	Registro de Imóveis, 28/11/1938, no mesmo dia da transcrição da certidão, livro nº 4, sob o número nº23. Do Espólio de Juscelino Damasceno certidão de 14/04/1934 (Ruy Mello)	Escrivão Ruy Mello, Tabelião Hilario Marinho Ferreira Paulino. Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis

Sobre esse registro imobiliário é importante destacar, que o tabelião registrou que a transcrição da certidão que foi lavrada no mesmo dia que o imóvel foi levado a registro. Indicando que não havia registro imobiliário anterior.

Em 23 de outubro de 1939, Theodomiro Pereira Andrade apresentou-se interessado na divisão da fazenda Santo Antônio. O juiz alegou que os autos ficaram paralisados no cartório, sem que as partes promovessem seu andamento, desde oito de dezembro de 1938 e suspendeu a instância com base no Código Civil. O advogado do suplicante WALDEMAR DAMASCENO FERREIRA, “*não se conformando com a decisão, pediu reconsideração*”, que foi acolhida pelo mesmo juiz Edmundo Bicalho Filho.

Em 04 de maio de 1940, o agrimensor Sebastião Tupinambá apresentou o relatório sobre o ponto de partida de medição da *Fazenda Santo Antônio*, na barra da *Vereda da Bôa Vista*, no *rio Extrema*.

A partir daí, o processo foi retomado e 83 documentos foram apresentados pelos supostos proprietários, dentre transcrições de inventários

(21), espólio (1), partilha e arrolamento (3), certidões/declarações (18), escrituras públicas de compra e venda (15), escritura particular de compra e venda (1), e somente 9 foram certidões imobiliárias registrados no Cartório de Registro de imóveis de Grão Mogol (Quadro 7). Entretanto, nenhum desses nove documentos indicou o registro anterior, evidenciando que foram levados ao registro a partir de inventários, declarações e certidões de compra e venda, sendo que quatro foram registrados em 1938 e 1939, evidência de que foram levados a registro imediatamente à retomada do processo de divisão e demarcação da *Fazenda Santo Antônio*.

Destaca-se que Ezequiel Pereira certificou a coletoria de diversos imóveis, JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA testemunhou duas escrituras públicas de compra e venda, sendo que uma delas apresentados por “Benício Thedoro de Souza”, referente à *“uma parte de terras na Fazenda Santo Antônio no lugar denominado Angola”* com área de 7 alqueires, *“e a rogo dos outorgados por não saber ler e escrever o Sr DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, com as testemunhas JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e Antonio Salustiano Pereira”* o tabelião 2º ofício LEOPOLDO LABORNE, foram testemunhas Sebastião Martins de Oliveira, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, o Sr JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e Antonio Salustiano Pereira”. Também a certidão de 1939 de *“parte de terras 5 alqueires”* (do inventário de JUSCELINO DAMASCENO) comprada por José Costa de Oliveira, foi testemunhado por WALDEMAR DAMASCENO DE OLIVEIRA, com a coletoria EZEQUIEL PEREIRA. Evidência de que mesmo, sem a tutela do juiz Manoel Christiano Rêllo, que não exerceu atividade jurisdicional neste processo de divisão, mantiveram-se atuantes na apropriação das terras por meio da grilagem judicial na Comarca. Também em uma certidão de compra e venda, de 1920, *“de 5 alqueires de terra no sítio Periperi”* foi procurador e coletor EZEQUIEL PEREIRA, testemunha AUGUSTO FIGUEIREDO e o tabelião REGINALDO AGUIDO DE OLIVEIRA JUNIOR).

Quadro 7 – Certidões Imobiliárias Registradas no CRI-Grão Mogol e Apresentadas na divisão da *Fazenda Santo Antônio*

Apêndice: Certidões Imobiliárias Apresentadas nos Autos de Divisão da Fazenda Santo Antônio		
Nome	Imóvel	Registro de Imóveis
Gentil Damasceno Ferreira	Aproximadamente na Fazenda Santo Antônio	Livro nº3
Gonçalo de Oliveira Júnior	Uma parte de terras 8 alqueires	Livro nº4, nº31
Theodomiro Pereira de Andrade, fazendeiro (Oscar de Oliveira e Silva, fazendeiro	484 hectares, metade de uma propriedade agrícola, registrada no lugar Cafesal fazenda indivisa de Santo Antonio	Livro nº4, nº4
Francisco Ferreira da Silva (transmitente Isbella Soares Damasceno)	Uma parte de terras na Fazenda do Cafesal, no lugar Antonio José, 10 alqueires	Livro nº3, nº1219
Maria Martins de Oliveira (Espólio de Gonçalo Martins de Oliveira	parte de terras na fazenda de Santo Antonio no lugar denominado Estivinha	Livro nº3, nº102
Vicente de Souza Freire (transmitente espólio de Hypolito Cassiano da Costa)	área de 15 alqueires de terras, no lugar Periperi Fazenda de Santo Antonio	Livro nº?, nº313
Víctor da Costa Freire (transmitente espólio de Hyppolito da Costa)	área de 229 litros, no lugar Periperi Fazenda de Santo Antonio	Livro nº3B, fls 23
Osvaldina Sady, Maria Hercília e Rita Pereira do Nascimento	uma área com 50 alqueires no lugar Palmital Fazenda de Santo Antônio	Livro nº3, nº1016
Osvaldina Sady, Maria Hercília e Rita Pereira do Nascimento	10 alqueires no lugar Branca Fazenda de Santo Antonio	Livro nº3, nº1015

De acordo com os documentos apresentados a área da fazenda a ser *retalhada* tinha localidades diversas como *Cafesal, Palmital, Branca, Estivinha, Periperi, Palmira, Palmeira, Extrema, Ribeirão*.

Em 24 de maio de 1940, o agrimensor SEBASTIÃO TUPYNAMBÁ apresentou o Memorial Descritivo da Fazenda Santo Antônio, e planta cartográfica (anexa), onde mediu “a área de **5.432 alqueires geométricos de 484 ares de terras de uma só categoria**”. Ou seja, **26.290,88 hectares**, com os seguintes limites.

Seus limites são do Norte com a **fazenda Ribeirão**; ao Sul, com as **fazendas S. Quitéria** e Guateis (?); a Este com a Serra Geral, em toda sua extensão, e a Oeste com a **Santa Quitéria**, pelo rio Extrema em toda sua extensão e atravessadas sua direção N.S. pelo córrego Santo Antônio e seus imensos tabuleiros.

As confrontações apresentadas pelo agrimensor TUPYNAMBÁ, são diferentes daquelas apresentadas pelo primeiro suplicante em 1905, neste levantamento a *fazenda Santo Antônio* já não se limitava mais com as

fazendas Santa Cruz, e Ribeirão de Areia ao norte, cuja existência não pode ser comprovada. De acordo com as confrontações apresentadas, a fazenda Santo Antônio, não se limitava mais com a Fazenda Santa Cruz (a este tempo já dividida judicialmente), a confrontação ao sul deixara de ser a fazenda do lado da “Serra”, e passa a limitar-se ao sul e a oeste com a fazenda Santa Quitéria (também dividida).

Portanto, a denominação de Ribeirão (que pode ser o mesmo Ribeirão de Areia) e Extrema, são topônimos atribuídos aos cursos d’água, por vezes identificados pelos interessados na *retaliação fundiária* das áreas, como fazendas. Supõe-se serem terras livres utilizadas como posses camponesas, uma vez que, as terras na margem dos ribeirões eram utilizadas, em pequenas áreas, para a agricultura pelos habitantes, conforme explicou o próprio agrimensor na descrição da área:

Não existem mattas na fazenda; porém à margem de todos os córregos existem pequenas estreitas faixas de terras de cultura, na sua maioria composta de brejos, que os habitantes adaptaram a diversas culturas. Os condôminos desta fazenda ocuparam a parte central da fazenda, preferencialmente à margem dos correios e ali vivem da cultura variada e da pequena que dá para o sustento de cada um; também criam gado vaccum, suínos e cavallos, que constituem sua maior renda.

Se de um lado, a riqueza da terra constituía-se da agricultura de autoconsumo e da pecuária, do outro lado, eram os bens minerais, que atraíam a cobiça dos rentistas locais. A mesma cobiça que trouxe, da porção mineradora de Lençóis na Bahia, o pai do *Barão de Grão Mogol*, atraído pela existência de ouro e diamantes nas terras de Santo Antônio de Itacambirucu: *“Os terrenos da parte Este, desde a encosta até o alto da Serra Geral, são muito mais ricos de ouro e diamante, existindo nesta parte exploração de garimpeiros e faiscadores”*.

O condômino Theodomiro Pereira de Andrade nomeou como advogado o dr. Carlos Vaz de Melo Alegale. Waldemar Damasceno Ferreira solicitou a realização da audiência que aconteceu em 16 de julho de 1940.

Nas palavras dos arbitradores, foram favoráveis ao *“retalhamento dos quinhões”* e às medições indicando que *“[...] dando aos condôminos as terras correspondentes a força de seus títulos, respeitando-se a posse de cada condômino, dando-se de preferencia as terras contiguas as suas*

propriedades”. O suplicante questionou classificação das terras, reclamando havia carrascos e carrascais, em que plantando não se dá nem arroz nem cana, que deveriam certas áreas valerem metade das outras. O agrimensor, então classificou os terrenos em primeira e segunda classe.

A este tempo, tardiamente, foram anexados ao processo, mais dois documentos de propriedade, uma declaração de venda (apenas com selo não identifica o cartório) a Geraldo Antonio de Souza de uma parte de terras na fazenda Santo Antonio. E certidão de autos de arrolamento de bens, emitida pelo tabelião Hilário Marinho Ferreira do Cartório de 1º Ofício comprovando que Guiomar Pereira Fróes herdou de FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO (o primeiro suplicante), “metade do Pé de Serra, fazenda indivisa se Santo Antônio”, “*na parte de terras de cultura, com a área de quatro (4) alqueires sita no lugar Palmeiras, fazenda indivisa de Santo Antonio somente a era de 57 cinquenta e sete litros*”. Também foram acrescentados nos autos, posteriormente, uma declaração de venda a Jesuino Joaquim Evangelista, “*de 15 alqueires de terras na Fazenda Santo Antônio*”, pelos herdeiros de JUSCELINO DAMASCENO FERREIRA. E também a Escritura Pública de Compra e Venda feita por Oscar de Oliveira e Silva ao o fazendeiro Theodomiro Pereira de Andrade da:

“[...] metade de uma propriedade agrícola, situada no Cafesal, na fazenda Indivisa de Santo Antonio [...] com uma parte de quatrocentos e oitenta e quatro (484) hectares mais ou menos, que obtivera por compra feita a D. Mariana Soares Damasceno, conforme escritura transcrita no registro de imóveis [...]”, em 23 de setembro de 1938, certidão caprichosamente lavrada pelo tabelião WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO e testemunhada por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e JOÃO COLLARES.

Evidentemente, que o número de registro do imóvel não foi mencionado, certamente, porque não existe.

Em 24 de Abril de 1941 o juiz, Edmundo Bicalho Filho, apresentou o seu parecer sobre a divisão e demarcação judicial da *Fazenda Santo Antonio*, analisou que os autos iniciaram em 1905, tendo sucessivas paralisações, decorrendo as velhas legislações, sentenciada pelo Código do Processo Civil, que não houve contenda em torno do fato, enfatizou que os autos “*trazem velhos e confusos documentos que me obrigaram a um estudo demorado,*

mas, dentro do prazo da lei[...]”. E julgou procedente o pedido de divisão. A rigor, o estudo demorado do juiz, não obedeceu ao devido critério legal, sequer foram rejeitados os documentos que não serviam como prova de domínio, melhor dizendo, todos, pois nenhum deles apresentava o número no Registro Geral de Imóveis, que indicasse o destaque do patrimônio público. Os nove imóveis que foram registrados no CRI-Grão Mogol, apresentados nos autos, sequer indicaram o proprietário anterior.

Em 25 de setembro de 1941 foi acolhido o orçamento da divisão da *fazenda Santo Antônio* apresentado pelo agrimensor SEBASTIÃO TUPYNAMBÁ. Na sentença foram adjudicadas 61 glebas, com área de 24.377,27 hectares, entre os maiores beneficiados (Tabela 14), estão aquelas pessoas privilegiadas pela grilagem judicial e em outros processos, no mesmo período. Dentre eles os sobrenomes ‘SOUZA FREIRE’, ‘DAMASCENO’, ‘PEREIRA ANDRADE’, ‘ALCÂNTARA’, ‘ARAÚJO’ E ‘PEREIRA ANDRADE’. (vide também Apêndice E - Divisão e Demarcação da Fazenda Santo Antônio)

Atualmente, parte da área da *Fazenda Santo Antônio* foi incluída na área do Parque Estadual de Grão Mogol, uma vez que preserva trechos calçados de pedras até a ruína da sede do Cafesal, um registro da história de opressão pelo qual foram submetidos os afrodescendentes escravizados pelo Barão de Grão Mogol, que foram obrigados a construir uma trilha com blocos de pedra de 15 km, para dar acesso da *Fazenda do Cafesal* à cidade de Grão Mogol, onde Gualter Martins Pereira vivia em um casarão no cruzamento com a Rua Direita.

Tabela 14 – Maiores Áreas Recebidas na retaliação Fundiária da *Fazenda Santo Antonio*

Condômino	1ª classe	2ª classe	Área Total (ares)	Área Total (ha)
João de Souza Freire	9.440,00	305.257,00	314.697,00	3.146,97
Waldemar Damasceno Ferreira	6.649,00	214.990,00	221.639,00	2.216,39
Theodomiro Pereira Andrade	3.972,00	128.451,00	132.423,00	1.324,23
Irmãos Alcantara	3.035,00	98.156,00	101.191,00	1.011,91
Gentil Damasceno Ferreira	2.836,00	91.723,00	94.559,00	945,59
Juscelino Damasceno Netto	2.640,00	85.372,00	88.012,00	880,12
Gonçalo Martins Junior	2.564,00	82.935,00	85.499,00	854,99
Israel Alves de Araujo	2.239,00	72.397,00	74.636,00	746,36
Elidio Pereira de Andrade	2.135,00	69.061,00	71.196,00	711,96

4.2 Terras Griladas em Riacho dos Machados e Porteirinha

4.2.1 Fazenda do Marimbo

A *Fazenda Marimbo* ocupa posição tanto na história como na ficção produzida pelas elites da Comarca de Grão Mogol. Nas fontes pesquisadas não encontrei referências sobre a existência do imóvel antes dos processos de divisão judicial que tramitaram na Comarca de Grão Mogol, tão pouco nos depoimentos das pessoas idosas entrevistadas informalmente por Oliveira (2013), que informaram que não havia lembrança da existência desta localidade.

No processo de divisão da *Fazenda do Curralinho*, há sim referência ao Córrego do Marimbo, que banha as terras da área que passou a ser denominada *Fazenda Marimbo*, a partir do processo de grilagem judicial. Essa fazenda passou a ser indicada como confinante de outras fazendas inseridas no mesmo processo de apropriação privada, *Pé Grosso e Lages, Tapera, Lagoa dos Patos, Curral Novo e Curralinho*. As evidências da existência real da *Fazenda Marimbo*, antes da divisão judicial, são inconsistentes, é possível afirmar que sua existência foi inventada, dentro da mesma estratégia geopolítica das elites locais da Comarca de Grão Mogol para lotear as terras públicas entre elas.

De acordo com Oliveira (2013), a memória dos idosos, sempre fizeram referência à *Lagoa do Cerrado*, como lugar no passado de "fartura de água". Expressões como "*a Lagoa nunca secava*" estava entre aquelas que mais escutados nas conversas que Oliveira teve com a comunidade. Por isso, que a memória das pessoas fixou mais no desastre ambiental que estão vivendo hoje, ao redor da *Lagoa do Cerrado*, entre a falta d'água de um lado, ou seja, agora a Lagoa seca nos períodos mais secos e, o assoreamento desenfreado dessa aguada e das áreas mais baixas, provocado pela expansão do monocultivo do eucalipto. Assim, em função da posição estratégica na oferta farta no passado de água, foi sendo formada uma comunidade de camponeses ao seu redor e ao longo de seu canal de ligação com a Lagoa do Tanque localizada menos de dois quilômetros a jusante dela. A boa oferta de água e a

existência das terras "soltas", livres das propriedades cercadas, estimulou a formação da comunidade.

Corroboro com essa interpretação levantada por Oliveira (2013) a partir dos documentos que teve acesso, no processo divisão. Em geral os documentos de compra e venda apresentados fazem referência a pequenas áreas como aquela que serviu de primeiro exemplo para abertura do processo judicial, que tinha cinco alqueires (mais ou menos 24 hectares). O encontro com as expressões sempre pequenas de terras nos documentos e a inexistência de elementos na história oral, foram solidificando a possibilidade de que a *Fazenda Marimbo*, de fato, nunca tivesse existido.

O processo de divisão judicial da *Fazenda Marimbo* tramitou rapidamente, iniciou em 26/09/1930 e foi concluído em 26/09/1931. E foi suplicado por José Antônio Barbosa, lavrador de Riacho dos Machados, representado pelo advogado Grover C. Jacob que alegou na petição que seu cliente:

[...] é senhor de uma parte de terras na fazenda denominada "Marimbo", situada no districto do Riacho dos Machados, nesta comarca, havida por compra feita a dona Maria Gomes da Silva, conforme o titulo de propriedades que offerece com esta, estando suas terras em comum com outras de proprietarios diversos. **A fazenda "Marinho" que se limita ao norte com as terras da fazenda Curralinhos, a leste com as das fazendas Pé Grosso e Lages, ao sul com as das fazendas, Tapéra e Lagôas dos Patos, e a Oeste com as terras da fazenda Curraes Novos, tendo aproximadamente 3.500 alqueires geometricos de área**, composta de campos, mattas e terras de culturas. Não estando satisfeito o supplicante com a communhão reinante no dito immovel, estado este originado por transmissões dos seus primitivos donos e diversos outros e estes, secessivamente, aos actuaes proprietarios, vem respeitosamente requer a v.excia. Se digne mandar citar por mandado os condminos residentes(...)"

Nesse período o cargo de juiz de paz da comarca de Grão Mogol era exercido por "Lucídio da Silva Veiga, 1º Juiz de paz da cidade". Por edital público foram convocados 49 condôminos, dentre eles o "CAPITÃO MANOEL SOARES" e "JOSEPHINO MENDES", privilegiados nos processos judiciais de divisão das fazendas vizinhas das terras do "*Marimbo*".

As atas das audiências que constam dos autos confirmaram que o juízo da comarca passara para MANOEL CHRISTIANO RÊLLO e as atas das audiências registradas pelo escrivão WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO,

passaram a indicar também as assinaturas de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e do CORONEL PEDRO LABORNE.

O agrimensor responsável pelas medições foi CARLOS ALBUQUERQUE, que definiu como ponto de partida para as medições "*o marco de aroeira existente no lugar denominado "Barra" na confluência dos córregos Pé Grosso e Lages com o Córrego do Judas (...)*". De acordo com o memorial descritivo apresentado pelo agrimensor, as terras do *Marimbo* eram privilegiadas em termos de vias de ligação sendo cortada pela "*Estrada Bahiana rodagem que liga o sul da Bahia a Montes Claros, e também pela cidade que vai à cidade de Salinas*", e por diversas estradas que ligavam ao distrito de *Gorutuba e Santo André*. As terras também eram privilegiadas em termos de pastagens "*todas as pessoas residentes de ocupam principalmente da criação de gado*", além disso, descreveu também que as terras eram boas para culturas de cereais, cana-de-açúcar e algodão.

Obviamente, que no orçamento da divisão CARLOS ALBUQUERQUE tratou de inserir DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, o CORONEL JOÃO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA E EZEQUIEL PEREIRA.

O suplicante, José Antônio Barbosa, apresentou, como *título jus in ré*, uma cópia de escritura pública de compra e venda, atestando que em 23/01/1930, comprou de Maria Gomes da Silva (que por sua vez herdou do marido José Rogério dos Santos Silva), a área de 5 alqueires *no "Fundão" na Fazenda do Marimbo*. A partir dessa certidão de compra e venda ele levou o imóvel ao Registro de Imóveis de Grão Mogol e registrou a certidão imobiliária (nº699, livro 07, fls.149), as coletorias foram reconhecidas por EZEQUIEL PEREIRA. Consta também uma escritura pública de compra e venda documentando que em 02/04/1931, Angelo Nunes Barbosa e sua mulher Elvira Pereira da Silva, representados por JOSEPHINO MENDES DA SILVA, venderam 8 alqueires de terras *no lugar Barra na Fazenda do Curralinho*.

Também foi apresentado um volume grande de documentos de compra e venda, declarações, autos de partilha de inventários, talões de coletorias (consta inclusive um talão com data de 1863 imposto recolhido sobre transferência de "uma parte de terras", o documento com data mais remota, referida nos autos, apesar de constarem outros talões e certidões dos anos de

1870 e 1890) e raras transcrições do registro imobiliário. Esses documentos indicaram: i) localidades diversas e imprecisas como: parte de terras, e terras nas denominações, Fazenda do Peixe, Fazenda do Rodeador, Fazenda situada no lugar denominado Rancho, "pedaço de terra na Verêda da Lagôa do Serrado", Córrego do Sacco; ii) Na Fazenda do Marimbo: partes de terras na Fazenda do Marimbo, Fazenda do Marimbo no lugar Veredinha, no lugar Tanque na Fazenda do Marimbo, Olaria, Vargem Bonita, lugar denominado Marimbo, "posse no lugar denominado 'Lavra do Ouro', e até "no lugar Barra nas Fazendas das Lages, Curralinho, Pé Grosso e Marimbo".

Importante destacar, dentre esses títulos, um registro imobiliário (nº 839, livro 5, fls. 27) de uma parte de terras na *Fazenda Marimbo*, registrado em nome de EZEQUIEL JOSÉ DA SILVA PEREIRA, JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, que os mesmos teriam comprado de LEONINO PIRANGA DE ARAÚJO, o escrivão interino de notas (conforme escritura pública de compra e venda, ele teria herdado a área de seu pai ANTÔNIO PIRANGA DE ARAÚJO) nessa certidão de compra e venda os outorgados compradores foram representados, nada mais nada menos, por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Essa é uma evidência de que esses rentistas, articularam-se com a elite residente no distrito de Riacho dos Machados, que incluía outros nomes, expandido o ciclo de apropriação das terras devolutas.

Esses fatos que remetem aos grileiros locais, aliados à existência de tantas denominações para uma mesma fazenda (muitas vezes sem indicar a *Fazenda Marimbo*), solidificam a possibilidade de que a *Fazenda Marimbo*, de fato, nunca tenha existido, e que a área demarcada judicialmente, foi fruto da grilagem das terras devolutas, que serviam como pastagens naturais do gado de grandes criadores e também dos camponeses, que também faziam uso dessas terras livres usadas em comum, e próximo aos cursos d'água construíam suas moradias e roças.

Tal sorte de imprecisões, ficaram evidentes também na caracterização da "*Fazenda do Marimbo*" - compreende-se *Fazenda do Córrego do Marimbo* - que foi apresentada no memorial descritivo e na planta cartográfica apresentado pelo agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE:

Há dentro da Fazenda seis lagôas com os nomes de: Geraes, Sepultura, ilegível, Tanque, Serrado e Lagoinha [...] Há diversos correços secos que dão caminho e estão traçados na planta, [...] A *fazenda do Marimbo* é constituída pelos dois terrenos características, conhecidos pelas denominações de Geraes e Caatinga, sendo que a maior parte é de Geraes. A fazenda se porta para cultura de cereaes, que é feita em pequena escala e para a cultura de algodão, que é feita em menos escala ainda. Quase todas as terras existentes na fazenda se ocupam principalmente da criação de gado, que tem um regular desenvolvimento; para isso a fazenda é apropriada, havendo na mesma muitas pastagens, a maior parte cercada de arame. [...] As fazendas que limitam com a *Fazenda do Marimbo* foram citadas na petição inicial. A área encontrada para a *fazenda do Marimbo* foi de cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta metros quadrados, correspondendo a treis mil seiscentos e oito alqueires e trezentos e setenta e sete ares, conforme planta na escala de 1:20000.

Na planta não havia nenhum indicativo sobre a existência de uma sede da aludida fazenda (vide planta cartográfica anexa). Nem mesmo a vila de Riacho dos Machados na época, aparece indicada, há apenas a Gleba 99 de propriedade da Prefeitura Municipal de Grão Mogol. Nem mesmo as estradas e os córregos, lagoas etc. aparecem nominados na planta, aparecem somente nas descrições das divisas das glebas. Porém, ocupa certa posição de centralidade e nominados, apenas a *Lagoa do Cerrado* e a estrada do Marimbo.

Em 17 de outubro de 1931, o Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol MANOEL CHRISTIANO RÊLLO, julgou por sentença a divisão da *Fazenda Marimbo*. Os mesmos homens de poder utilizaram a estratégia da grilagem judicial pdaas terras públicas devolutas – MANOEL SOARES, ÂNGELO NUNES BARBOSA, LINDOLPHO MARTINS DA SILVA e JOSEPHINO MENDES DA SILVA – receberam glebas de terras no processo de divisão da *Fazenda Marimbo* e *Fazenda Riacho de Dona Rosa*. Também foram privilegiados, mais uma vez, os ALCÂNTARA e EZEQUIEL PEREIRA.

Dessa forma, aqueles que dispunham de recursos financeiros puderam pagar a medição de áreas maiores, enquanto que os camponeses tiveram que contentarem-se com áreas menores e com a *retaliação fundiária*, imposta pela elite da comarca. Na divisão sentença judicial foram *retaliados 13.915,93 hectares*. Assim somente 15 pessoas receberam **9.863,84 hectares** em glebas maiores que quatrocentos hectares. Os 12 condôminos, incluindo a Prefeitura Municipal de Grão Mogol, recebeu glebas menores que 400 hectares e maiores que 100 hectares somaram **2.734,64 hectares**. Enquanto a maioria, 36 pessoas, que receberam áreas

menores que 100 hectares e até 5,80 hectares somaram **1.317,46 hectares**, este total não supera nem o quinhão do maior privilegiado nessa grilagem judicial, que recebeu sozinho **1.408,96 hectares**. Vide a Tabela 15 que mostra os maiores beneficiados na divisão judicial da Fazenda Marimbo.

Tabela 15-As Maiores Áreas Adjudicadas na Sentença judicial da *Fazenda Marimbo*

CONDÔMINO	Gleba	ÁREA				
		1º classe	2º classe	3º classe	Total (ares)	Total (ha)
MANOEL RODRIGUES SOARES	107	11,00	29290,000	111605,200	140.906,20	1.409,06
PEDRO JOSÉ DE SOUZA		35.875,00	20000,000	40000,000	95.875,00	958,75
ESPOLIO DE JOÃO DOS SANTOS SILVA	67, 131 E 132	34.190,00	49368,000	0,000	83.558,00	835,58
ESPOLIO DE EMIGDIO JOSÉ DOS SANTOS	94 E 110	45.248,50	0,000	31690,000	76.938,50	769,39
JOAQUINA ROSA DA CRUZ	68	42.990,00	29400,000		72.390,00	723,90
SILVANO PIRANGA DE ARAUJO	133 E 134	18.552,50	48290,000		66.842,50	668,43
COLATINO FERREIRA DO CARMO, DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA, JOAQUIM ALCANTARA DE OLIVEIRA E EZEQUIEL JOSÉ DA SILVA PEREIRA	3,38,61,118	38.598,00	25522,000	0,000	64.120,00	641,20
DESALIDES ANTUNES MADUREIRA		24.981,50	30854,100		55.835,60	558,36
JOSÉ MARTINS DA SILVA	51, 52, 114, 126, 127 E 75	5.082,00	33921,000	15488,000	54.491,00	544,91
DOMINGOS MARTINS DA SILVA	15,120 E 121	31.924,00	20954,000	0,000	52.878,00	528,78
LAURICO MARTINS DA SILVA	19, 26 E 85	40.499,00		7410,000	47.909,00	479,09
ANTONIO GOMES DA SILVA	32	35.898,00	1784,000	9666,000	47.348,00	473,48
JOSEPHINO MENDES DA SILVA	8, 9, 16 E 82	43.076,00	0,000	0,000	43.076,00	430,76
JOAQUIM SOARES PEREIRA		14.036,00	0,000	28072,000	42.108,00	421,08
JOAQUIM GOMES PEREIRA	4 E 106	14.036,00	28072,000	0,000	0,000	421,08

Conforme o Apêndice F - Divisão Judicial da *Fazenda do Marimbo* esse processo de apropriação privada das terras devolutas, assim como os demais, também serviu para reafirmar o caráter concentracionista da estrutura fundiária na Comarca de Grão Mogol.

Importante destacar que um dos privilegiados nessa divisão, o senhor SILVANO PIRANGA DE ARAUJO foi o primeiro oficial do CRI de Porteirinha/MG, quando da instalação da comarca em 1950. Ele vendeu a área 482,90 hectares (Gleba 133) e a área de **1.855,25 hectares** (gleba 134) da *Fazenda Marimbo* para ALCEBINO DOS SANTOS e o advogado MANOEL PATRÍCIO DE SOUZA GOMES¹⁵⁷ que depois venderam para FLORESTAS RIO DOCE S/A e esta vendeu para a CISAM SIDERÚRGICA LTDA atual proprietária. A CISAM SIDERÚRGICA

¹⁵⁷ Matrícula nº 200 Livro 2-A, fls. 100 de 04/06/1976

LTDA foi a última das empresas do setor siderúrgico a chegar a Riacho dos Machados/MG visando implantar projetos de plantio de eucalipto para produção de carvão vegetal. Ela adquiriu os imóveis da FLORESTAS DO RIO DOCE S/A em maio de 2004, ou seja, depois que o movimento social dos geraizeiros já tinham conseguido a vitória frente à SICAFE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA, com a implantação do PA Tapera.

Oliveira (2013) em seu criterioso diagnóstico explicou como o terreno de 1ª classe com área de 18552,5 ares (185,525 hectares) foi transformado pelos grileiros em 1.855,5 hectares:

Analizando o registro anterior da Matrícula no 200, ou seja, a Transcrição no 8.889 Livro 3-L fls. 51 de 12/10/1963, verifica-se que a certidão registra de forma clara e cristalina a área de 185,525 ares (na realidade este valor é a medida em hectare), pois, quando verifica-se o processo de divisão da Fazenda Marimbo no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Grão Mogol/MG, há no registro da área dada em pagamento pelas terras de 1ª classe, feito pelo agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE, da área de **18.552,5 ares**. Porém, na página 102 verso, o número tem duas vírgulas **18.5,52,5 ares** na lavratura do pagamento pelo escrivão (com adulteração dos originais ou não, pois, tive acesso apenas à cópia do processo). Na realidade, os números não diferem, pois, pode-se ler em uma primeira hipótese, que o escrivão teve a intenção de lavrar inicialmente a área como está no documento do agrimensor **18.552,5 ares**. A outra hipótese, é a leitura da área de **185,525 hectares**.

Esta segunda hipótese é exatamente aquela que está expressa na Certidão da Transcrição no 8.889 Livro 3-L fls. 51 de 12/10/1963, ou seja, repetindo **185,525 hectares** e nunca ares como ela registra.

Sendo assim, a área destinada ao pagamento do condômino SILVANO PIRANGA DE ARAUJO, foi de **18.552,5 ares** de terrenos de 1ª classe e 48.290 ares de terras de 2ª classe. Portanto, jamais este senhor poderia transmitir como o fez (na Matrícula nº 200 Livro 2 fls 01 de 04/06/1976), a área de **1.855,25 hectares**, além da outra transmitida corretamente 482,90 hectares, exatamente para ALCEBINO SANTOS, o "major" da *Fazenda Tapera* e o advogado MANOEL PATRICIO DE SOUZA GOMES, que em seguida, venderam-na para a FLORESTAS DO RIO DOCE S/A, em 03/05/1977.

Quanto aos demais documentos cartoriais referentes à *Fazenda Marimbo*, Oliveira identificou certidões e matrícula¹⁵⁸ que não trazem expresso a área correspondente a cada herdeiro no processo do inventário de DOMINGOS

¹⁵⁸ Matrícula nº 2.660 do Livro 2 fls. 01/02, de 18/01/1989), e as certidões 10.226, 10.438, 10.439 e 10.440

ALCÂNTARA DE OLIVEIRA. Também, indicou imóveis sem referência ao registro em Cartórios de Registro de Imóveis, e mesmo aqueles que trazem referência, levantados no CRI de Grão Mogol/MG, têm origem em simples escrituras de compra e venda entre particulares, sem qualquer referência a Juízo de Direito de Comarcas ou aos órgãos de terras estaduais ou federais. Oliveira analisou também as certidões¹⁵⁹ informadas no processo de inventário com as mesmas características.

A Figura 13 traz a planta da divisão judicial da *Fazenda Marimbo* que consta do processo judicial feita pelo agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE. Nela Oliveira, inseriu informações para auxiliar na sua interpretação. O autor do diagnóstico fundiário nos contemplou com a seguinte explicação: quando se observa a área entre a Gleba 102 e a divisa da *Fazenda Tapera*, há lá também, as Glebas 70, 138, 123 e 127, que foram literalmente griladas por essa operação fraudulenta. Ou seja, dessa forma, a mudança na descrição das divisas permitiu que a FLORESTAS DO RIO DOCE S/A, e depois, a CISAM SIDERÚRGICA LTDA, assumisse que o limite da Gleba 102, incorporasse (de forma fraudulenta) a área das Glebas 70, 138, 123 e 127, como pode ser visto na Figura 14. Esta área tornou-se a Gleba "E" com área de **945,75 hectares**. Observa-se que a planta da *Fazenda Marimbo* feita pelo agrimensor na década de 20 do século passado tem a posição de quem está olhando a área a partir da cidade de Riacho dos Machados/MG, ou seja, o norte na base da planta e o sul no topo.

No lado oposto desta área, havia também a Gleba 76 destinada aos ausentes, deixada propositalmente no processo de divisão para aqueles que lá viviam e que não participaram do processo de divisão pudessem ter seus direitos garantidos. Esta gleba apropriada de forma indébita pela FLORESTA DO RIO DOCE S/A tornou-se a Gleba "F" com área de **869,86 hectares**.

Assim, uma parte da Gleba 102 passou a incorporar pelo mecanismo da grilagem a área das Glebas 70, 138, 123, 127 e 76, ou seja, o direito expresso nos **707,6479 hectares** da Gleba 102 virou, a soma das Glebas "E" e "F", **1.815,61 hectares**. A mesma coisa aconteceu nas vizinhanças da Gleba 134 já abordada, ela que na sentença da divisão da *Fazenda Marimbo*, tinha apenas 185,525 hectares, virou 1.855,25 hectares, portanto, estava aberta a possibilidade da grilagem sobre as Glebas 103, 104 e 143 também, destinada a ausentes, e, ficou também, com a

¹⁵⁹ Certidões nº 140, nº 1.492, nº 1.605 e nº 1.271 do CRI de Grão Mogol/MG e, a recorrência a elas na Certidão nº 3.437 do CRI de Porteirinha/MG)

área da Gleba 122. A partir da aquisição da Gleba 27 com seus 56 hectares, apropriou-se das Glebas 23, 26 e 109 e etc. Inclusive, usou na soma das áreas da Transcrição 15.762, as Glebas 27 e 125 que estão a mais de uma dezena de quilômetros de distância da outra. A primeira na antiga estrada para Montes Claros/MG no sul da *Fazenda Marimbo*, e, a segunda na estrada de Santo André a oeste da mesma.

Essa arquitetura do plano de grilagem, só foi possível, porque havia envolvido nele CARLOS ALBUQUERQUE que conhecia a divisão da *Fazenda Marimbo*; ALCEBINO SANTOS que já havia ficado com a *Fazenda Tapera*; SILVANO PIRANGA ARAUJO oficial do CRI de Porteirinha/MG; e, por fim o advogado MANOEL PATRICIO DE SOUZA GOMES que inclusive, na atualidade é advogado de José Aparecido Martins e José Martins de Melo, em processo de grilagem de terras públicas na área da *RDS Tamanduá*.

Assim, a FLORESTAS DO RIO DOCE S/A comprou no caso da Matrícula nº 2.717 área de **4.061,21,79 hectares** e levou **6.156,4722 hectares**. E, neste segundo caso, vendido de fato e de direito, **185,525 hectares**, mas levaram **1.855,25 hectares**. No primeiro caso, **2.095,2543 hectares** a mais, e, no segundo, outros **1.669,725 hectares**. Na soma foram **3.764,9793 hectares** a mais na conta da FLORESTAS DO RIO DOCE S/A antes da venda das terras à CISAM SIDERÚRGICA Ltda Isto quer dizer que, 65% das terras vendidas foram parte do patrimônio do Estado de Minas Gerais dilapidado. Esse exemplo mostra como os cartórios e o judiciário estão envolvidos nestas ações de grilagem das terras públicas.

Na atualidade, onde persiste a *grilagem judicial* nas terras da *Fazenda Marimbo* estão na origem de diversas situações fundiárias complicadas, levantados por Oliveira (2013). O caso envolvendo a ESTÂNCIA LAGOA DA PEDRA LTDA, é exemplar. A empresa possui as matrículas de três glebas da antiga *Fazenda Marimbo*, sem possuir efetivamente a posse de nenhuma das três propriedades. Mesmo sem a terra, apenas com o documento com a matrícula, a *Fazenda do Marimbo* foi objeto de compra e venda no mercado, servindo como objeto de hipoteca.

Figura 13 - Planta da *Fazenda Marimbo* localização das Glebas citadas nas Certidões

Fonte: Oliveira (2013)

Figura 14 - Área da Gleba 102 antiga ampliada de forma fraudulenta na Gleba "E" atual.

Fonte: Oliveira (2013)

Essa confusão toda envolve, a grilagem iniciada com os processos divisórios, a negligência dos cartórios, a ação rentista das empresas, causando enorme prejuízo aos povos do cerrado e a invasão de suas terras. Ademais, cabe ressaltar o que revelou o Cadastro do INCRA (2003). A Tabela 16, a seguir, mostra registros com a entrada “*Marimbo*”, cadastradas nos municípios Riacho dos Machados e Grão Mogol:

Tabela 16-Imóveis da Fazenda Marimbo em Riacho dos Machados, MG

Nome Imóvel	Área (Ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada (Ha)	Área Posse (Ha)	Nome Pessoa
FAZENDA MARIMBO	244	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	6156	5374	GAMALIEL HERVAL
FAZENDA MARIMBO	217	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1483	2158	SAO JOAQUIM FLORESTAL LTDA
FAZENDA MARIMBO	36	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	544	156	RIMA INDUSTRIAL S A
FAZENDA MARIMBO	19	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	130	156	SAO JOAQUIM FLORESTAL LTDA
FAZENDA MARIMBO	18	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	275	0	P. M. O.
MARIMBO	18	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	482	0	FLORESTAS RIO DOCE AS
FAZ MARIMBO	14	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	365	0	J. A.B.
FAZENDA MARIMBO	0	MINIFUNDIO	21	0	V. R. S.
FAZ MARIMBO RODIADOR	0	MINIFUNDIO	19	0	F. N. M.
FAZENDA MARIMBO	0	MINIFUNDIO	7	0	M. M. S.
FAZENDA MARIMBO	0	MINIFUNDIO	2	0	S. R. S.
FAZ MARIMBO	0	PEQUENA PROPRIEDADE	145	0	I. G.M.
FAZENDA MARIMBO	0	PEQUENA PROPRIEDADE	121	0	G.J.S.
FAZENDA MARIMBO	0	PEQUENA PROPRIEDADE	72	0	S. F. C.
FAZENDA MARIMBO	0	MINIFUNDIO	61	0	G. R.

Fonte: INCRA (2003)

A tabela mostra que as maiores áreas registradas no nome de *Fazenda Marimbo* são objeto da grilagem explícita e consentida pelo INCRA, os imóveis registrados por “GAMALIEL HERVAL¹⁶⁰”, “SÃO JOAQUIM FLORESTAL” e

¹⁶⁰ Gamaliel Herval, advogado, foi o político indicado pelo PMDB para ocupar a pasta da Secretaria de Estado de Recursos Humanos, no atual governo de Fernando Pimentel (PT/MG). Mas a secretaria não foi implantada, e Gamaliel Herval permaneceu na presidência da Ceasa (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais). E foi presidente da Eletrosul e integrou o conselho de administração da Eletrobras. Foi reitor da Universidade Católica de Minas Gerais. A menos que se trate de um

“RIMA INDUSTRIAL AS”, são imóveis cujas áreas registradas são maiores que as áreas dos imóveis, e tem áreas gigantescas grilladas e declaradas como posse no cadastro do INCRA. Das seis maiores áreas registradas em nome da *Fazenda Marimbo* cinco foram declaradas improdutivas.

Em campo, geraizeiros no Projeto de Assentamento Tapera em entrevista informal informaram que as famílias geraizeiras que herdaram as pequenas glebas dos camponeses Manoel Pedro Bispo de Oliveira, Osorio Oscar de Andrade, Sabino Ferreira da Mata, na atualidade, encontram-se “*encurralados*” pelo monocultivo de eucalipto nas grotas e na cabeceira do *Córrego Marimbo*.

Na atualidade, uma pequena fração das terras da *Fazenda do Marimbo* foram inseridas na área da *RDS-Tamanduá* em processo de demarcação pelo ICMBio. De acordo com diagnóstico realizado por Oliveira (2013), no oeste da *Fazenda Tapera* permanece a *Comunidade Loubeiro* que é formada por duas famílias. A primeira, família Ferreira da Silva/Lopes trabalharam para os antigos proprietários da *Fazenda Tapera*, e, recusaram-se sair da área onde tinham suas moradias. Assim, constituíram suas posses, pois, quando da implantação do *PA Tapera*, não aceitaram trocá-las por um lote. A outra família Souza, oriunda dos herdeiros de Joaquim Antonio de Souza que em 1965, adquiriu parte dos direitos referentes ao auto de partilha do inventário de Beatriz Leolina de Sousa e Pedro José de Sousa que recebeu 958,75 hectares na divisão da *Fazenda Marimbo*.

homônimo, o que é pouco provável. **Além do imóvel Fazenda do Marimbo, em Riacho dos Machados, declarada como área de posse de 5.374 hectares, o que pela lei não é permitido, Gamaliel Herval tem registrado no INCRA mais três fazendas, sendo uma delas declarada como posse.** Solicitei transcrições das certidões imobiliárias em nome de Gamaliel Herval no CRI-Grão Mogol, não foram localizados registros, possivelmente estão arquivados no CRI-Porteirinha.

Através das Autorizações Ambientais de Funcionamento (Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-URC/TMAP), foi possível identificar o ramo de atividade de Gamaliel Herval na /*Fazenda Santa Cruz e Fundão/Matrícula 9384-Culturas anuais, excluindo a olericultura-Coromandel/MG-PA/Nº. 04955/2009/001/2012. Classe 1. Validade: 04/07/2016. [...] Fazenda Santa Cruz-lugar denominado Fundão/Matrícula 9387-Culturas anuais (excluindo a olericultura), silvicultura e criação de ovinos e bovinos de corte (extensivo) - Coromandel/MG – PA/Nº. 10175/2012/001/2012. Classe 1. Validade: 04/07/2016. (a) Danilo Vieira Júnior. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/ TMAP.(DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS, Executivo,05/06/2013, pg-26*

4.2.3 Fazenda Riacho de Dona Rosa

O processo judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa*, assim como os demais retalhou as terras de famílias camponesas limitando-as em pequenas glebas, e entregou grandes áreas para as elites locais da Comarca de Grão Mogol que se utilizaram deste recurso para garantir para si a apropriação das terras públicas devolutas estaduais.

De acordo com Oliveira (2013), na *Fazenda Riacho de Dona Rosa*, a única coisa que de fato deve existir é o *Riacho de Dona Rosa*, e, ela *Dona Rosa* que de fato deve ter existido para dar nome ao curso d'água que deveria passar pelas terras de morada.

O processo de divisão e demarcação das terras da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* iniciou em 1921 e encerrou em 1928 e foi suplicado por SÉRGIO MENDES DA SILVA, pai do suplicante da divisão da *Fazenda do Curralinho*, conforme a petição:

Sérgio Mendes da Silva senhor e possuidor de umas partes de terras na fazenda em commum, Riacho de D.Rosa sita no districto do Riacho dos Machados deste municipio, havidas por compra e que apesar de diversas transmissões de seus primitivos donos conforme velha tradição que originou a communhão, actual.

Não convindo mais que essa comunhão se prolongue, e quer fazer cessa-la, propondo aos mais condminos uma acção de divisão e demarcação. O immovel em questão, compõe-se de terras de criar e terras de culturas e de benfeitorias próprias.

As confrontações da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* indicadas pelo suplicante foram as seguintes: ao norte a *fazenda dos Campos, Boa-Vista, Brutiá e Rossado*, ao Sul, *Pé Grosso*, a Leste *Tapera*, a oeste *Morro Grande e Curral de Pedras*, e a *fazenda do Canto*. Como limites do imóvel foram indicadas situações naturais morros, lagoas, vertentes, montes cabeceiras cursos d'água, evidência da ausência de limites precisos e da total devolutividade das terras:

[...] partindo da *Lagoa dos Forges* vai em rumo ao *Monte de Pedra*, dahi, seguindo pelo divisor das águas do referido monte, passando pela *Malhada da Onça* até a vertente do *Morro do Sobrado*, dahi seguindo sempre em vertente vai até a *Boca do Mato*, dahi seguindo sempre em vertente, vai até a cabeceira do *Brejo Velho*, dahi seguindo pela Serra Geral vai até uma estrada que vai para o *Curral de Pedras*, dahi esta estrada sobe a *Serra Geral* e vai em rumo direito ao outro lado da mesma *Serra na Cruz de Poção*, dahi pela água vertente até o *Rio Jatobá*, dahi pelo *Rio Cantaduba* até o *Morro Grande*, do *Morro Grande* segue pelo divisor de águas até a

Alagôinha, dahi seguindo pelo divisor até a Cabeceira do Pontal, da Cabeceira do Pontal a Malhada Alta dahi ao Chiqueiro de Porcos, dahi a Lagoa Nova, desta ao Caldeirão e dahi a Lagoa, digo a Lagoa dos Forges, ponto inicial.

Os recibos de rendas e coletorias entre 1883 a 1928 (que constam dos autos do processo judicial) apresentam diferentes localizações para a *fazenda Riacho de Dona Rosa*, terras foram apontadas no Distrito de Jatobá (núcleo de povoamento que deu origem ao município de Serranópolis de Minas), no Distrito de Porteirinha, Distrito de Riacho e Jatobá, também Distrito de Riacho dos Machados. Um indício das imensas dimensões que pretendeu conferir à *Fazenda Riacho de Dona Rosa*, pois as coletorias fazem indicações que os impostos foram pagos por glebas de terras, geralmente, não situaram essas glebas nas terras do “*Riacho de Dona Rosa*”.

O suplicante identificou setenta e quatro (74) condôminos, e um grande número de ausentes, que consta da sentença de homologação em 1928, assinada pelo juiz M. Pottier Monteiro. O documento apresentou também a planta imobiliária elaborada pelo agrimensor SEBASTIÃO TUPINAMBÁ (vide Anexo Plantas Cartográficas).

No “Relatório” emitido desse agrimensor foi relatado que a fazenda se situava a 72 quilômetros de Grão Mogol e classificou as terras da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* em três categorias:

A 1ª que contém 851,423 ares apropriadas para cultura de cereaes de toda espécie e uma parte que se acha inculta é ocupada por matta virgem, pobre de madeiras de construção, porém de vegetação exuberante, vendo-se padrões indicadores da grande fertilidade do solo. A 2ª que contém 1, 602,206 ares, são cobertas de cupim maciços e toda banhada por regatos de excelente água em geral proprias para criação de gado de toda especie. A 3ª que contém 178,532 ares, são cobertas de pedreiras e serras de natureza silicosa, muito improprias para cultura, sendo, entretanto, **ricas de minerais**.

Essa foi mais uma referência do agrimensor às riquezas minerais das terras, que se referiu também aos terrenos pedregosos na divisa de *Riacho de Dona Rosa* com a *Fazenda Curral de Pedras* aos: “[...] terrenos pedregosos e áridos, porém que parecerão, pelos vestígios de mineração nelle encontrados e pela fama de visinhança, serem muito ricos de diamantes e outras pedras preciosas.” (sem grifos no original).

Mais uma evidência, também neste processo, de que apropriação privada das terras estava permeada pelos interesses dos garimpeiros e mineradores, da elite de Grão Mogol.

No mesmo relatório do agrimensor também foi relatada a abundância de água e a presença de cento setenta e quatro (174) habitações de condôminos e agregados existentes no imóvel. E também caracterizou a produção:

“[...] culturas de cereais, algodão e algumas frutas. Cultivam milho, feijão, arroz, mandioca, e algodão, sendo esta última em grande escala sendo a principal fonte de riqueza. Criam gado vacum, cavalos e suínos, sendo a primeira em grande escala e por processos já bastante adiantados, existindo na fazenda grandes invernadas onde engordam grande número de bois que são exportados para Curvello e Fortalesa.”

A caracterização do imóvel indicou que naquelas terras havia uma dinâmica produtiva considerável na década de 1920, e certamente, a coexistência do campesinato geraizeiro e sua diversidade de produção, a criação de gado na solta tanto de rezes camponesas quanto dos grandes pecuaristas.

No que tange aos trâmites da divisão judicial do imóvel e ao título *jus in ré*, SÉRGIO MENDES DA SILVA apresentou uma escritura particular de compra e venda de uma parte de terras na *Fazenda Riacho Dona Rosa*, comprada de Armino Antunes Madureira e sua mulher Beatriz Madureira, em 08 de março de 1919, com esta escritura particular registrou um título imobiliário, em 11/07/1921, ou seja, em data posterior a petição da divisão. Ou seja, trata-se de um título registrado com base numa certidão particular de compra e venda, portanto, sem destaque das terras devolutas do patrimônio público, sem validade como prova de domínio para suplicar a divisão, levado ao registro com o processo já em andamento, que sequer especificou a área do imóvel.

Os demais títulos apresentados pelos condôminos, a maioria um grande volume de talões de coleta de impostos sendo que alguns são da década de 1870, e outros da década de 1920 reconhecidos por EZEQUIEL PEREIRA. Foram apresentados também 3 registros imobiliários do Cartório de Registro de Imóveis, Ofícios e Notas de Grão Mogol, levados ao registro na década de 1920.

A divisão judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* retalhou **21.057,29 hectares** entre 72 condôminos (vide Apêndice G: Divisão Judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa*). Evidentemente, foi uma divisão desigual que concentrou mais de **11.000 hectares** no poder de oito grileiros privilegiados (vide Tabela 17). E, no intervalo de áreas entre 650 e 125 hectares, destinou 8.232,86 hectares para 24 pessoas. Finalmente, na faixa das menores glebas, entre 97 e 4,67 hectares a soma de 1.578,56 hectares foi distribuída entre 39 pessoas, certamente os camponeses moradores das grotas. No meio dessas também, localiza-se glebas adjudicadas a alguns privilegiados em outros autos como "MANOEL SOARES" e a "FAMÍLIA DAMASCENO", que usaram dessa estratégia, de apropriar-se de pequenas glebas em processos de divisão de outras fazendas, que foi estratégia habilmente utilizada por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA.

Tabela 17-Os maiores privilegiados na Divisão Judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa*

CONDÔMINO	Área das Terras		
	1ª classe (ares)	2ª classe (ares)	Total (ha)
FRANCISCO DE BRITTO LIMA	64422	157600	2.220,22
JOSÉ BARBOZA DA CUNHA	58674	106672	1.653,46
JOSEPHINO MENDES DA SILVA	58070	98869	1.569,39
ROSALVO JOSÉ DOS SANTOS E ESPÓLIO DE ANTONIO MAXIMO	38708	94122	1.328,30
ESPÓLIO DE AVELINA DIAS CUNHA	43729	82280	1.260,09
SÉRGIO MENDES DA SILVA (SUPPLICANTE)	29000	87120	1.161,20
LINDOLPHO MARTINS DA SILVA	29664,28	74872	1.045,36
JOSÉ CANDIDO SANKLER	50834	49951	1.007,85

Dentre essas pessoas contempladas com as maiores áreas adjudicadas estão o suplicante SÉRGIO MENDES DA SILVA (**1.161,20 hectares**) e seu filho JOSEPHINO MENDES DA SILVA (**1.569,39 hectares**), conforme mencionado foi o suplicante na divisão da *Fazenda Curralinho*. O mesmo processo em que LINDOLPHO MARTINS DA SILVA atuou como arbitrador, no processo que estamos tratando ele recebeu **1.045,36 hectares**. Trata-se de uma evidência da existência de uma articulação entre essas pessoas visando a apropriação privada das áreas.

Como mostra a Tabela 18 anterior, além desse grupo de homens de poder da Comarca de Grão Mogol, outros nomes que não se repetem nos outros autos, foram também privilegiadas com imensas áreas.

Futuramente, JOSEPHINO MENDES DA SILVA foi quem teria vendido a área na *Fazenda Riacho de Dona Rosa* para Ramiro Ribeiro da Silva, bisavô da geração atual mais idosa, que deu origem à *Fazenda Cabaceira*, atual *Comunidade Cabaceiras* (OLIVEIRA, 2013). Ele adquiriu nesse processo **1.569,39 hectares** e na *Marimbo* outros **430,76 hectares**.

Na atualidade, a *Fazenda Riacho de Dona Rosa* assim como a *Fazenda Marimbo*, de acordo com os levantamentos em campo, realizados por Oliveira (2013) caracterizam-se por serem grandes áreas disputadas por pessoas e empresas e que estão marcados pela grilagem de terras. Várias disputas judiciais existem envolvendo famosos grileiros tais como as famílias de José Martins de Melo e Orozino Marques Carvalho, porém, não se restringe apenas a eles, pois, como se verá a seguir várias pessoas e empresas somam-se a eles.

Assim, no presente, os casos jurídicos mais importantes nesta área, em primeiro lugar, estão aqueles referentes a sobreposições entre aqueles que querem fazer valer os direitos emanados do processo de divisão judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* e, aqueles que recorreram ao judiciário, e via de regra obtiveram, as ações de usucapião. Essas ações quase sempre fundamentadas em artigos do Código do Direito Civil e do Código do Processo Civil. Diferente dos processos de divisão judicial das fazendas, que nas sentenças não têm referência legal alguma, e muito menos aferição legal dos documentos apresentados.

Em segundo lugar, estão as retificações da área, e com ela o aumento desmesurado e certamente, ilegal da área dos imóveis. Um exemplo, levantado por Oliveira (2013) foi o aumento de área (da Matrícula nº 13.715 Livro 2 fls. 01, de 18/12/2007, de Claro Silvano de Oliveira, que desmembrou **6,07 hectares** de uma área total de **12,44 hectares**, e, da área remanescente de 6,0740 hectares, faz a retificação de área baseado na Lei nº 10.931/2004¹⁶¹, para área

¹⁶¹ Alterou a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sobre registros públicos, que dentre outros pontos estabelece nº § 9º Independentemente de retificação, dois ou mais confrontantes poderão, por meio de escritura pública, alterar ou estabelecer as divisas entre si e, se houver transferência de área, com o recolhimento do devido imposto de transmissão e desde que preservadas, se rural o imóvel, a

de **985,00 hectares** em área completamente diferente daquela da Matrícula nº 13.715, que era a área original. Ou seja, as matrículas circulam de uma área à outra, como se tudo fosse um conto de ficção, neste caso ela simplesmente, mudou de lugar a uma distância de mais de dois quilômetros de distância.

Outro caso emblemático nesta área, levantado pelo estudioso, foram os processos que envolvem André Nunes de Araújo que obteve sentença em ação de usucapião de uma área de **1.094,34 hectares** (Matrícula nº 7.811)¹⁶², uma posse comprada de Geso de Souza de 200 alqueires (**968 hectares**), em um lugar denominado "*Tapagem*" na *Fazenda Riacho de Dona Rosa* em 13/06/1980. Esta posse tinha sido comprada por ele de Rufino Soares de Brito com área de 150 alqueires (**726 hectares**) em 21/08/1978. Os contratos particulares de compra e venda não vem assinado por testemunhas, após desmembramentos, operações de compra e venda e superposições de matrículas. A matrícula foi desmembrada em quatro outras destinadas a pessoas da família, de André Nunes de Araújo, ficando área remanescente a primeira Matrícula. Como a família tem historicamente mantido a posse nesta área e em outras mais, através da violência, eles mantêm em um lugar denominado "Lajedo" uma "sede" desta área que julgam possuir, e uma pessoa de nome CLAUDIO de tal, que amedronta as pessoas que ousam abrir posse na área. Assim, como consequência há processos tramitando no Fórum da Comarca de Porteirinha/MG envolvendo as partes¹⁶³.

fração mínima de parcelamento e, quando urbano, a legislação urbanística".

¹⁶² O processo judicial nº 1.284/1982, teve sentença em 1989. Da Matrícula nº 7.811 (Livro 2, fls. 01, de 04/04/1990), com área de **1.094,34 hectares** foi desmembrada, e dela saíram a Matrícula nº 13.807 (Livro 2, fls. 01, de 04/07/2008), com área de 500,00 hectares adquirida por Aristeu Batista de Oliveira Neto (depois vendeu para MEI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA); saiu também, a Matrícula nº 13.808 (Livro 2 fls. 01, de 04/07/2008), com área 500,00 hectares adquirida por Jadson Ferreira Dias (depois vendeu); saiu ainda, a Matrícula nº 13.911 (Livro 2 fls. 01, de 23/10/2008), com área de 47,17 hectares adquirida por Jair Nunes de Araujo; saiu a Matrícula nº 14.121 (Livro 2 fls. 01, de 24/09/2009), com área de 31,95 hectares adquirida por Osmar Nunes de Araujo; e a Matrícula nº 14.122 (Livro 2 fls. 01, de 25/09/2009), com área de 15,22 hectares adquirida por José Nunes de Araujo Neto. Esta área original de André Nunes de Araujo tem superposição com a Matrícula nº 4.705 (Livro 2 fls. 01, de 10/02/1984), com área de **813,12 hectares** de Jacy Zanol Xavier, na porção norte e oeste. Esta área é também, reivindicada pela família de José Martins de Melo através de seu filho pela firma individual José Aparecido Martins-ME de acordo com a Matrícula nº 10.350 (Livro 2 fls. 01, de 09/08/1996).

¹⁶³ O processo 0522.09.0302764 movido por Jadson Ferreira Dias e processo 0522.010.21073 de Jacy Zanol Xavier, e as Matrículas nº 13.808 e nº 10.350 encontram-se com BLOQUEIO DO IMÓVEL.

Oliveira (2013) analisou essas matrículas da José Aparecido Martins-ME e Jacy Zanol Xavier, e concluiu que elas vêm de compra de direitos de condôminos da divisão judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa*. E, as derivadas daquelas de André Nunes de Araujo, vem de uma ação de usucapião.

Todavia, o maior problema dos documentos cartorários de José Aparecido Martins, é que a aquisição feita foi de **750,04 hectares**, com os quatro desmembramentos, retificação de área em seguida, em quatro novas matrículas, a área passou a ser de **3.475,5245 hectares**, ou seja, o imóvel tornou-se **4,5 vezes maior**. Oliveira escreveu que cabe ao judiciário corrigir este claro abuso aos termos da referida Lei nº 10.931/2004, que autoriza independente de retificação, a alteração de divisas entre si, em casos de transferência de área.

Existem outros casos complicados de desmembramento de matrículas e ações de usucapião¹⁶⁴, que resultou em erros de localização de áreas em mais de 10 km, abarcando terras de Ribeirão Poções com o Rio Peixe Bravo onde deveria indicar o Rio Paraíso (porção sudeste do município de Riacho dos Machados)

As terras da *Fazenda Riacho de Dona Rosa* incluíam as terras da Comunidade Cabeceiras que tem características típicas de um remanescente de Quilombo. É possível que a proximidade com o *Quilombo do Peixe Bravo*, tenha permitido à família de Ramiro Ribeiro da Silva a migração para esta depressão formada no divisor de águas entre o *Córrego Cabaceiras* e *Córrego Tapagem*, o primeiro, da bacia do *Ribeirão Poções/Rio Peixe Bravo* e, o segundo, do *Rio Paraíso*. Área com presença perene de água, facilitou a vida em comunidade da família.

O Diagnóstico Fundiário (2012-2013), meticulosamente elaborado por Oliveira, traz a seguinte explicação, que entre os mais velhos vivos da comunidade, está a matriarca Ana Rosa de Brito esposa do falecido Tibúrcio

¹⁶⁴ Via processo nº 2.056 da Comarca de Porteirinha/MG. O imóvel de Moisés Marques Carvalho. O único documento levantado pelo CRI de Porteirinha/MG no levantamento feito pelo nome, foi a Matrícula Nº 11.058 (Livro 2 fls. 01, de 20/08/1998). Este imóvel foi adquirido por Moisés Marques Carvalho, de Manuel Dávila Mogrovejo, desmembrado da Matrícula nº 9.405 (Livro 2 fls. 01, de 01/09/1993). Este por sua vez, havia comprado de Orozino Marques Carvalho (irmão de Moisés) de desdobramento da Matrícula no 6.105 (Livro 2 fls. 01, de 08/01/1987). Este último proprietário, havia obtido-o através ação de usucapião.

Ribeiro da Silva, que fazem parte da terceira geração da família. Antes deles tiveram a segunda geração de Emídio Ribeiro da Silva e seus irmãos Cipriano e a irmã Santa. Assim, atualmente, vivem também, na comunidade os filhos da matriarca Cândido Ribeiro da Silva (Quelé) e Porcina Ribeiro da Silva e, depois, vêm as gerações mais novas. Vários membros da comunidade migraram para diferentes lugares do país e, um deles Carlos Donizete Ferreira é o atual guardião do "documento" da terra, como todos dizem. Uma parte dos membros da comunidade liderados por Neudir Ribeiro da Silva, nada falam ou fazem sem ouvi-lo.

Oliveira conversou com Carlos Donizete Ferreira, por duas vezes e ouviu dele a seguinte história sobre a origem da comunidade: o patriarca RAMIRO teria comprado a terra de JOSEPHINO MENDES DA SILVA e, assim, teriam um "recibo" de compra e venda. Nunca a família teria procurado o judiciário para resolver o registro das terras, embora Carlos Donizete Ferreira seja advogado. Mas, como são moradores antigos, tiveram quase sempre a posse das terras respeitadas, pois, os grileiros também, precisaram de suas assinaturas, testemunhos e, principalmente informações sobre a região. Uma vez que o nome dos membros da comunidade está em vários documentos levantados.

Conforme levantado no Diagnóstico Fundiário, e no processo de divisão judicial da *Fazenda Riacho de Dona Rosa*, na área indicada por Carlos Donizete de fato, o nome de condômino JOSEPHINO MENDES DA SILVA, como tendo recebido três glebas de terras, e entre elas, e na descrição das divisas faz menção exatamente a área onde a comunidade vive. Mas, na planta da citada divisão nesta área não foi grafada os limites desta gleba adquirida, como pode ser verificado na planta cartográfica.

Como formam uma comunidade, as terras não foram divididas, elas são usadas em comum, apenas, as áreas próximas às moradias (jardim e quintal) e as roças são cercadas, para separá-las das pastagens.

Há superposição das duas Matrículas já apresentadas, da MEI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA com a área que a comunidade reconhece como sua.

Os registros referentes a *Riacho Dona Rosa*, nos limites dos municípios de Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, (até onde se estende a área

da fazenda) que constam no INCRA (2003), são os seguintes apresentados na Tabela 18- Registros das Terras "Riacho Dona Rosa", Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, MG a seguir:

Tabela 18 - Registros das Terras "Riacho Dona Rosa", Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, MG

Nome Imóvel	Município	Área (Ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada(Ha)	Área Posse(Ha)	Nome Pessoa
RIACHO DONA ROSA II	RIACHO DOS MACHADOS	116	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1753	0	COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS
RIACHO DONA ROSA I	RIACHO DOS MACHADOS	26	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	740	0	COMPANHIA FERROLIGAS MINAS GERAIS MINASLIGAS
RIACHO DE DONA ROSA	RIACHO DOS MACHADOS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	193	0	JARBAS MENDES DE CARVALHO
FAZENDA RIACHO DE DONA ROSA	RIACHO DOS MACHADOS	0	MINIFUNDIO	23	0	MANOEL MENDES SOBRINHO
FAZENDA RIACHO ROSA RIBEIRAO	RIACHO DOS MACHADOS	0	MINIFUNDIO	14	0	CLARMUNDO ALVES BARBOSA
FAZENDA RIACHO DE DONA ROSA PONTAL	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	MINIFUNDIO	193	0	OSMANO SILVA FILHO
FAZENDA RIACHO DE DONA ROSA	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	MINIFUNDIO	23	0	ALVIMAR ALVES CARDOSO
RIACHO DE DONA ROSA	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	MINIFUNDIO	14		MILTON PEREIRA DA SILVA

Fonte: INCRA (2003)

As maiores áreas do imóvel Riacho Dona Rosa são terras improdutivas, com a mesma confusão nas áreas declaradas e foram registradas em nome da Empresa na Companhia Ferroligas Minas Gerais - MINASLIGAS, empresa em operação desde 1980, opera no mercado de ferroligas, tanto interno quanto

externo em todos os continentes (MINASLIGAS,2015). Ou seja, as terras da Fazenda Riacho de Dona Rosa, desde a década de 1930 até as primeiras décadas do século 21 segue como objeto do rentismo dos grileiros locais, e invadidas pelo interesse de territorialização das empresas de plantio de madeira, assim as terras camponesas seguem nesse processo invasor de apropriação privada, respaldada por ações judiciais.

4.2.3 Fazenda Curralinho

A ação solicitando a divisão e demarcação da *Fazenda Curralinho* foi movida em 1923 por JOSEPHINO MENDES DA SILVA e tramitou até 1931. Através de petição apresentada ao Juiz de direito da Comarca de Grão Mogol, Dr. João Luciano Pereira da Silva. O suplicante foi representado pelo advogado, Luciano Alves de Brito, conforme relatado na petição:

*“Diz **Josephino Mendes da Silva**, residente no lugar “Lagoa Nova”, districto de Riacho dos Machados, desta comarca, por seu procurador abaixo assinado, que é senhor a justo título em escrituras de **duas partes terra na fazenda denominada “Curralinho” outrora Nossa Senhora das Mercês, situadas no districto acima do Riacho do Machados** da referida comarca de Grão Mogol havidas por compra por Tertuliano Ferreira da Silva e sua mulher D. Porcina Rosa d’Oliveira e de **Juscelino Damasceno Ferreira e sua mulher D. Mariana Soares Pereira Damasceno, em commum com diversos, tendo o atual communhão em que se encontra o immovel se originado da sucessão proveniente do falecimento de D. Archanja Antunes de Souza e posteriores transmissões feitas pelos seus herdeiros e outros.** A sobrecitada fazenda que se constitue de mais ou menos, cinco alqueires de terra de cultura, campos e mattas [...]”*

Antes da ação ser peticionada. Em 29 de abril de 1923, JOSEPHINO MENDES DA SILVA, o suplicante, constituiu como procurador o fazendeiro Coronel PEDRO LABORNE. Que por sua vez, em 08 de maio do mesmo ano, subestabeleceu a procuração para o advogado e fazendeiro Dr. Luciano Alves de Brito. Teve como testemunhas José Benedicto Rodrigues e o rentista JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA.

Através de edital público, incluindo o suplicante, foram convocados 89 condôminos de 35 localidades diferentes (*Riacho dos Machados, Lagoa Nova, Pé da Ladeira, Caldeirão, Vereda Grande, Poções, Cancela, Rodeador, Barra, Lages, Fazenda Velha, Forges, Agua Branca, Fundão, Sítio, Brejinho, Sibaua-Geralda, Tabúa, Mandu, Furado de Baixo, Garça, Água Boa, Serrador, Almesclas, Pau Preto, Olaria, Jurema, Furado, Boa Sorte, Canto, Sepultura, Bocayuva, Desejada-M.*

Novos, e Curralinho) que supostamente compunha a área da *Fazenda Curralinho* a ser dividida judicialmente.

Para comprovar a propriedade, o suplicante JOSEPHINO MENDES DA SILVA apresentou transcrições de duas certidões, cópias de título particular, emitidas pelo cartório do 1º ofício de Grão Mogol. Comprovando a compra de duas partes de terras na Fazenda do *Curralinho* e *Nossa Senhora das Mercês*.

A parte referente ao imóvel “Curralinho”, conforme uma das transcrições, foi comprada de JUSCELINO DAMASCENO DE OLIVEIRA (conforme a certidão, falecido) e D. Mariana Damasceno Ferreira, em 1916:

[...] uma parte de terra na fazenda Curralinho, lugar denominado Lagôa Nova, districto de Riacho dos Machados municipio de Grão Mogol havida por compra ao Sr. Tertuliano Ferr^a. da Silva e sua mulher. De cuja parte de terras desmembramos um pedaço e vendemos ao Sr. Josephino Mendes da Silva (...)”

Conforme analisarei adiante, essa parte de terras foi alvo de conflitos no processo entre os herdeiros da família “*Damasceno Ferreira*” e o suplicante da divisão.

Em 16 de julho, a viúva *d. Mariana Damasceno Ferreira e seus herdeiros*, residentes na *Fazenda do Cafesal* requereram, ao juiz, serem incluídos no processo de divisão da *Fazenda Curralinho*, alegando não terem sido citados para “**tomar parte na divisão, talvez que por não se lembrar no momento dos nomes dos condôminos, ou por mero descuido**”. Que pode ter sido um descuido, ou esquecimento proposital, uma vez que JOSEPHINO MENDES DA SILVA comprara a parte de terras desses condôminos.

A família “DAMASCENO FERREIRA” através de uma procuração particular, para representá-los na ação, constituiu como advogado o Dr. Luciano Alves de Brito, o mesmo representante de JOSEPHINO.

Em outubro de 1923, os agrimensores *Julio Jansen e Sebastião Tupynambá* (suplente) foram nomeados pelo Juiz de Direito da Comarca Dr. João Luciano Pereira da Silva.

Ainda no que se refere aos documentos apresentados como títulos de confirmação da propriedade. Consta nos autos uma certidão emitida pelo Tabelião do 1º Ofício da Comarca de Grão Mogol, que remete a três inventários (dos anos de 1886, 1900 e 1920) em que JUVENAL GOMES PEREIRA haveria recebido como herança, dentre outros bens, terras nas localidades de “*Curralinho*”, “*Umbaúba*”,

“*Pasto dos Carvalhos*”, “*Angico*”, “*Boqueirão*” *Fazenda do “Sítio Novo*”. Conforme transcrito no trecho a seguir:

“Certifico a requerimento verbal, que reservo em meu poder e Cartorio os autos de inventario aos privados: **D. Marcolina Beatriz dos Santos, procedido em – 1886; de Fernando Gomes Pereira, feito no ano de – 1900; de João Gomes Pereira, procedido no anno de 1920, todos neste Juízo da Comarca de Grão Mogol;**

No primeiro feito em 1886, as fls, isto é, a D. Marcolina Beatriz dos Santos – a fls 55 na partilha consta o seguinte pagamento: “Pagamento feito **ao herdeiro Juvenal**, ou sua legítima de N, 277 a 326, haverá: um catre velho – 2\$000; (ilegível), **rodeador**, 2\$000; uma Egua castanha com cria, de 7 annos – 25,000; tres poltras cardans ou 2 annos a 12-36\$000; duas vaccas de 8 annos, com cria – por 24\$000; duas vaccas solteiras á 10\$-20\$000; no Valos duas casas com 9 portas e 6 janelas na **Fazenda Umbaúba** – (24\$) digo, 55\$000; no valor da casa benfeitorias no “**Boqueirão**” – 24\$000; no valor da casa do Riacho dos Machados -8\$000 no valor **das terras do Pasto dos Cavallos**- 4\$000; no valor das terras do “**Curralinho**” – 1\$620; na divisa de Esperidião José Botelho = 8\$000; na divisa de Simão Soares de Oliveira = 11\$000; na divisa de Hermelindo David de Carvalho – 15\$000; na divisa de José Conrado da Silva = 3\$000; na divisa de Marciano Barbosa da Silva = 37\$900. Somma fica inventariado em = (277\$326).

No segundo – a Fernando Gomes Pereira, inventariado em – (1900), a fls. 32, na partilha consta o seguinte: - “pagamento **ao herdeiro – Juvenal**, somando – a sua legitima os - Nº 988\$836 – Haverá: 5 Eguas de primeira muda, **no Curralinho** (ilegível) – 125\$000; 3 novilhas de 2 annos pra 600; 4 oitas de anno, por = 60\$000; 12 vaccas paridas, **na Goiabeira** – 480\$000; 5 novilhas de 2 anno por – 100\$000; 5 oitas em um anno por =75\$000; **uma parte de terras no Pasto dos Carvalhos** – 10\$000; **uma pösse no logar “Angico” Fazenda do “Sítio Novo” – 50\$000; na casa do Boqueirão**, fazd. Do “**Curralinho**” – 25\$000; **na parte de terras do “Curralinho” – 1\$170 na parte de 64\$000, na casa do “Boqueirão” – 2\$666.** Somma e fica inventariado em = N. 988\$836. Os partions = Joaquim (ilegível). Casimiro Alves Ferreira Paulino.).

No terceiro inventario do finado= João Gomes Pereira, feito em (1910) nelle afls- (17), consta o seguinte: “pagamento feito no surdo-mudo – **Juvenal Gomes Pereira**, e sua legítima de - Nº (210\$054) – **Haverá na fazenda da Umbaúba, Riacho dos Machados**, avaliada por (650\$000) somente a quantia de nº (210\$054) fica deste modo inventariado este quinhão. (aa) José Ferreira da Paixão- José Ferreira Collares. E por esta maneira souberam o Juiz e o Partion perfeita esta partilha, para na conformidade d’ella se fazerem os pagamentos, observando-se a maior igualdade possivel. Eu Reginaldo Aguedo de Oliveira Junior, escrivão, o escrevi: (aa) José Ferreira da Paixão”

Mais uma vez, na ausência do registro imobiliário válido remeteu-se aos inventários. A mesma estratégia de comprovação utilizada em outros processos demarcatórios.

Os títulos apresentados foram conferidos e considerados em condições de serem apreciados. O agrimensor *Julio Jansen* calculou a área total do imóvel dividendo em

25.458,40 hectares (5.260 alqueires). Compondo-se de terras de cultura (3.995,5 alqueires) e de campos de criar (1.264 e ½ alqueires).

No memorial descritivo foi indicado na descrição das minas ou jazidas de ouro, a seguinte informação: ***“Consta que nos tempos idos, a mineração de ouro nesta fazenda foi posta em pratica por diversos garimpeiros, como demonstra as escavações existentes nos lugares Confisco e Sacco.”*** (sem grifos no original).

Conforme anunciado anteriormente, a *retaliação* do imóvel *Curralinho* se deu em meio a conflitos e disputas. O exame detalhado do processo evidenciou o embate da família “DAMASCENO FERREIRA” pela defesa do seu suposto quinhão em terras contíguas à sua morada. Recorreram a todos os meios de que dispunham para defender a permanência em suas terras, buscaram intervir no processo denunciando as arbitrariedades praticadas pelo agrimensor, pegaram em armas, apelaram em outra Comarca contratando advogado em Montes Claros.

Em 29 de julho de 1925, em Riacho dos Machados, o suplicante HERMELINDO DAMASCENO FERREIRA, se vendo em prejuízo nas divisões apresentadas pelo agrimensor *Julio Jansen*, levou ao Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol uma reclamação, uma vez que recebeu:

“ (...) o seu quinhão cortado em lugar afastado da séde da propriedade (...) onde (...) não possui benfeitoria de especie alguma, em região absolutamente esteril, impropria a qualquer cultura (...) entretanto é talvez o maior condômmio do imóvel, onde tem a sua residencia effectiva, possuindo valiosas benfeitorias no retiro denominado ‘Lagôa Nova.’”

O referido suplicante embasou sua reclamação no artigo 62 do Decreto nº 720, que determinou:

“Art. 62. Praticadas pelos peritos as investigações e operações necessarias para a distribuição equitativa dos quinhões, consultando-se quanto possivel a commodidade das partes e adjudicando-se-lhes, de preferencia, os terrenos contiguos á situação de suas moradas e benfeitorias, de modo a evitar-se o retalhamento dos quinhões em glebas separadas...”

HERMELINDO DAMASCENO acusou ao responsável pelas medições de ter praticado *“gesto de absolutismo, parece que o agrimensor trabalha única e exclusivamente para beneficiar o condômino Josephino Mendes”*. Tais reclamações apresentadas pelo condômino *Hermelindo Damasceno Ferreira* documentaram que a ação movida por JOSEPHINO MENDES DA SILVA prejudicou os interesses fundiários da família “DAMASCENO FERREIRA”. Conforme mencionei

anteriormente, o suplicante “esqueceu” de mencionar os nomes destes condôminos de quem teria comprado parte das terras, em 1916, se tornando condômino no imóvel *Curralinho*.

O agrimensor *Júlio Jansen* respondeu às reclamações com o seguinte conteúdo:

“ 1º) [...] adjudiquei somente terras contíguas a sua morada, sem nenhuma intercalação de terras a outros condôminos;

2) [...] o maior condômino da fazenda dividendo, quando é certo que somente possui no retiro “Lagoa – Nova” 16 alqueires de terra, igual aos outros herdeiros de Juscelino Damasceno o qual deixou (ilegível) 320 alqueires geométricos, cabendo a viúva Marianna Damasceno, como cabeça de casal 160 alqueires e a cada um dos seus 10 filhos 16 alqº.;

3º) É verdade que assiste ao suplicante o direito de haver uma extensão de terras maior do que a ocupada pelas suas benfeitorias, mas este argumento não é absolutamente das terras em Lagoa Nova e sim adquiridas pelas compras diversas que ele fez na Fazenda Curralinho em comum;

4) O título de compra de Juscelino Damasceno diz o seguinte: uma caça coberta de telha, uma manga empastada, parte de terra no sítio Lagoa – Nova. Sendo assim, e de acordo com o formal de partilha o Suplicante não poderá, direito a toda área que ele reclama na “Lagoa-Nova” visto assistirem outros condôminos que são Mãe e irmãos que do título de compra acima citado, partes desta terra foram vendidas e entregues a outrem e com este novo título, foi requerida a divisão da Fazenda Curralinho.”

E os embates permaneciam - com base nos artigos 60 e 62 do Decreto nº 720 e no artigo 776 do Código do Processo Estadual - outro morador das terras a serem retaliadas no processo, proferiu denúncia ao agrimensor. Em 05 de agosto de 1925, *Antonyno José de Souza*, lavrador:

“com morada efectiva e benfeitorias na fazenda a vinte anos, foram feitos os trabalhos preliminares e alguns complementares, achando-se o processo na phase de discriminação dos quinhões [...] apesar de condômino e como tal citado para o processo divisorio, está ameaçado de perder sua propriedade, situada no lugar denominado “Lagoa Nova.”

E denunciou a postura do agrimensor, corroborando com a denúncia feita pelo DAMASCENO, acerca do autoritarismo do agrimensor cabe transcrever o trecho desta denúncia:

“[...] o agrimensor (da divisão), da divisão desprezando todos os principios de equidade e de justiça, bem como os expressos dispositivos legais que regem o assunto mediu o quinhão em questão situadas a casa e benfeitorias do suplicante, para o condômino Josephino Mendes, conforme se consta pela marca que se estende nas marcas affixadas ao redor da propriedade do suplicante pelo agrimensor supra

citado. [...] mediu os terrenos em que estão as benfeitorias do supplicante para dar ao condmino Josephino Mendes o producto de arduos trabalhos e injentes esforços desenvolvidos pelo supplicante e seus filhos durante vinte longos annos!”

A reclamação do lavrador – que se pronunciou como mais antigo morador da fazenda – foi reforçada pela argumentação moral dirigida ao juiz, questionando a conduta arbitrária do agrimensor, que se sobrepunha às determinações legais:

“[...] V. Excia, integro como é, não permittirá que se consumme semelhante arbitrariedade. Além disso, M.M. Juiz. [...] o agrimensor nenhuma competencia tem para isso. O agrimensor é meramente tecnico chamado para executar os trabalhos de campo. É isso e nada mais. O sr. Julio Jansen, entretanto, na divisão da fazenda Curralinho, quer ser não só agrimensor, como arbitrador, curador, e até juiz. E mais ainda, quer sobrepôr-se à lei. Para dispor da propriedade do mais antigo condmino da fazenda, ao seu rolante.”

Fez uma crítica ao descumprimento da norma, que deveria respeitar e consultar a comunidade e considerar a preferência em manter os terrenos contíguos e os terrenos onde estão situadas as benfeitorias. *“O espírito da lei é muito diverso do que pretende fazer o senhor agrimensor, para beneficiar o condmino Josephino Mendes.”*

O denominado lavrador, *Antonyno José de Souza* solicitou ao juiz que o agrimensor modificasse a partilha e procedesse o corte dos quinhões de acordo com os dispositivos legais conferindo a ele *“não só os terrenos sobre os quaes estão edificadas a sua morada e benfeitorias, como o que se acharem contiguos a estes, si os seus titulos de dominio a mais lhe derem direito.”*

Por sua vez, o agrimensor contestou a petição de Antonyno José de Souza:

“[...] dirigi-me ao local à separar e pelo condmino Antonino J. de Souza me foi dito, que de accordo com o seu filho José, deviam ficarem separados a caza de morada e benfeitorias deste ultimo. Em vista do alegado, procedi a divisão da gleba, ficando o sobredito condmino com todas a suas mangas e benfeitorias, inclusive uma área de mais de 8 alqueires de terras incultas. Nos trabalhos da divisão, sempre acompanhado pelo proprio condmino. Fica portanto, entregue o quinhão de Antonino José de Souza sem protesto ou reclamação.”

O trecho seguinte do mesmo documento em que o agrimensor responde às reclamações, mostrou que os prováveis camponeses, em grupo, se rebelaram, pegaram em armas e contestaram a conduta e os marcos

topográficos fincados no terreno pelo agrimensor e que delimitaram as terras do suplicante da divisão JOSEPHINO MENDES:

“2º Levo ao Vosso conhecimento que no dia 1º deste, um grupo de homens armados de Winchesters, dirigiram-se pelas picadas já abertas e limites traçados do condômino Josephino Mendes, e na maior algazarra arrancaram e cortaram 5 marcos já cravados, inclusive um que servia de limite entre a fazenda do Curralinho e do “Marimbo” que não servi de marco e quinhão e que está descripto na planta e memorial. Os exaltados, insultuosamente, dispararam as armas chamando a presença o dono dos referidos marcos.”

Ao que parece, o juiz ignorou as reclamações apresentadas e solicitou que se juntasse aos autos de orçamento da divisão, em 15 de setembro de 1925. O auto do orçamento da divisão, com as indicações das glebas, confrontações, limites e preços foi apresentado e deferido pelo juiz em 19 de setembro de 1925.

A divisão confirmou o logro do suplicante da ação JOSEPHINO MENDES, que comprovou através de certidões de compra e venda, possuir duas partes de terras cujas áreas não foram indicadas, no preço somado em 1:200\$000 (1 conto de reis e duzentos). **O quinhão que lhe coube teve área demarcada de 1.430,22 hectares, ou seja, 295,5 alqueires** no preço de 7:387\$500 (sete contos e 387 mil réis e quinhentos). O imóvel, cujo marco divisório iniciava na *Fazenda Riacho Dona Rosa* estendeu-se ao marco divisório da *Fazenda do Marimbo*, onde o suplicante JOSEPHINO MENDES DA SILVA também recebeu glebas nos processos de divisão.

Os autos levaram o de acordo dos arbitradores AUGUSTO DE FIGUEIREDO e JUVENAL GOMES PEREIRA. Realizaram-se as audiências conclusivas e no final do mês de setembro de 1925 o juiz sentenciou a divisão.

Mas, o processo e os conflitos não se encerraram nessa audiência. Os condôminos (provavelmente irmãos) HERMELINDO DAMASCENO FERREIRA e VALDEMAR DAMASCENO FERREIRA, que já haviam protestado a demarcação das glebas. Como não receberam nenhuma manifestação do juiz da Comarca de Grão Mogol entraram com recurso na “*Comarca Civil do Tribunal da Relação do Estado – Comarca de Abre Campo*”, representados pelo advogado *Dr. Luiz Gomes de Oliveira*. No dia 1º de outubro de 1925, JENTIL DAMASCENO FERREIRA, MARIANA SOARES DAMASCENO, e os condôminos Avelino Pereira do Nascimento e José Maria Luiz através de procuração constituíram o

mesmo advogado Dr. Luiz Gomes Oliveira como seu representante legal no processo de divisão do imóvel “*Curralinho*”.

Na argumentação apresentada por esse advogado ele considerou a divisão “*injusta e clamorosa*” e com base nas leis vigentes argumentou:

“Ora, sendo esse, actualmente o único meio habil e decisivo que resta ao suplicante para provarem o erro ou engano da partida geodésica e topographica do immovel “Curralinho”, deste municipio, no qual têm condominio, partilha que não attendem à comodidade das partes e está em desaccôrdo manifesto com a equidade e maxima igualdade, exigidas pela lei, por quanto **nada justifica a retirada dos supp. do trecho de terras cultivadas e cercadas, contiguo às suas benfeitorias da “Lagôa Nova”, para gleba longincua de carrascões secos e incultos, à mais de légua distante de suas velhas posses, que foram, em parte, dadas ao promovente do feito**, com absoluto desrespeito ao direito dos peticionarios, cuja preferência aos terrenos proximos às suas moradas e benfeitorias é causa prevista no art. 776 do codigo do processo mineiro, ademais, sendo a vistoria na última phase em que se acha o feito, em que **os requerentes foram representados pelo advogado do promovente, apesar de interesses contrarios e collidentes**- o que vale por uma espoliação virtual de defesa [...]”

Em 22 de outubro de 1925 foi realizada uma audiência entre o Juiz da Comarca de Grão Mogol e o advogado dos “DAMASCENO FERREIRA”. A audiência transcorreu na mais elevada troca de elogios entre o juiz e o “*tão distinto advogado, talento de écól e brilhante patrono dos fortes e fracos, em toda parte deste Estado e de outros*” conforme proferiu o juiz. Que também não poupou elogios à justiça e ao foro da Comarca de Grão Mogol, “*templo da justiça local*”. Conforme os relatos do termo da audiência pouco trataram da questão da divisão, ativeram-se a essas trocas mútuas de elogios, que a meu ver, soaram mais como ironias.

Contudo, uma vistoria na divisão do imóvel “Curralinho” foi concedida. E permitiu ao advogado dos irmãos “DAMASCENO FERREIRA” realizar uma contestação do laudo de divisão apresentado pelo agrimensor *Julio Jansen*.

A vistoria foi o meio pelo qual o advogado dos “DAMASCENO FERREIRA” pode nas suas palavras “*destruir o castello architectado das fls. 62 a 141 dos autos*” consiste num documento precioso para a questão debatida nesta tese porque reafirmou a conduta arbitrária do agrimensor e denunciou a parcialidade com que as medições eram realizadas.

O advogado reiterou a persistência dos moradores das terras do *Curralinho*, seus clientes, que tiveram que:

“[...] procurar advogado fora da comarca se entregando aos dispendios, às privações de viagem sucessivas, dispostos aos maiores sacrifícios da bolsa e da própria vida. Todavia os requerentes certos de que as malversações do agente criminoso redundariam, cedo ou tarde, no reconhecimento pleno da verdade, no culto brilhante da justiça ao Direito, principalmente ao direito que lhes assiste.”

O laudo de divisão e demarcação apresentado pelo agrimensor JULIO JANSEN, foi contestado, ponto a ponto, letra por letra, pelo advogado dos irmãos DAMASCENO FERREIRA”, que o considerou como sendo um “castello”:

“[...] obra prima de agrimensura barata construída sobre a argamassa de erros-procuctos da má fé, do dolo, em suas variadas modalidades, desde a chantagem velada, [...] à grande manifesta ao serviço do pequenino interesse pessoal. [...] os erros das operações geodésicas e topográficas [...] tão claros mesmo para os leigos míopes e de pouca vontade [...]”

Com base nos artigos (753, 754 e, 756) do Código do Processo Civil (estadual), questionou a planta, por não ter sido a reprodução da gráfica do imóvel, não registrou as construções com indicações dos seus fins, omitiu altitudes, matas, campos, vales, cercas. A planta não veio acompanhada da caderneta de campo. *“Nas 73 casas indicadas na planta como moradias e fazendas – nem um metro de cercas foi medido para se conhecer a área ocupada por unidade de condomínios”*. Também questionou a escala utilizada na planta (1:20.000), quando a legislação impunha uma escala máxima de 1:10.000, que traria um maior detalhamento da área. Argumentou que deveriam ter sido calculadas e separadas as classes de terras, deviam ser figuradas com nitidez e clareza, as cores diferentes e diferentes quinhões indicando os rumos e áreas. Criticou a utilização de instrumento de baixa precisão, ao invés do gniometrol, uma vez que o agrimensor utilizou uma simples bússola, sem tripé *“duvidosa para levantamentos precisos”*. Ou seja, o advogado recorreu aos argumentos técnicos para questionar a imprecisão apresentada nas medições.

Na apresentação do cálculo das áreas de campo e cultura não foi possível distingui-las visualmente na planta:

“[...] como pode o agrimensor fazer separação das diferentes classes de terra em uma fazenda sem fazer caminhamento em torno da mesma com a necessária menção para determinar as áreas.

Quem conhece a fazenda Curralinho verifica logo, sem grande esforço, o erro do agrimensor na separação das áreas, porque a fazenda não contém mais de um terço em terras cultiváveis, quando o agrimensor lh’a deu a imensa área de 3.995 alqueires”.

Questionou o fato dos limites da fazenda com demais fazendas pudessem ser determinados por águas vertentes, dada a natureza montanhosa dos terrenos. O cálculo das áreas *“irrisoriamente errado, criminosamente deturpado [...] errada também, a área dada a cada condômino, uma vez que não estando representadas na planta, não se pode estabelecer comparações entre elas.”*

Verificou que o número de condôminos representado se elevou para 115, faltando representar na planta e indicar as moradias e benfeitorias de 42 *“o que prova perfeitamente que o Agrimensor não percorreu a fazenda dividenda e não pode conhecer as áreas diferentes em classes de terra.”*

No exame dos preços dos quinhões e as classes de terras comprovou o logro de JOSEPHINO MENDES e também de JUVENAL GOMES PEREIRA

“É assim que o condômino Antonino recebeu com 9:012\$500 de valor actual recebe 360 alqueires de terrenos de cultura, quando condômino Hermelindo Damasceno Ferreira com 2:200 segundo o cálculo do agrimensor, recebe 80 alqueires de terras imprecisas; o condômino Delmiro Jose Pereira c/ 1:750 – recebe 70 alq. de cultura e nada de terras áridas, quando o condômino JUVENAL GOMES PEREIRA c/ 1:720\$ - recebe 30 alq. de cultura e nada de terras áridas; e finalmente, para não fazer mais apreciações que seriam muito prolixas – temos o promovente da divisão com um valor actual de 7:387\$500 recebe do todo em terras de cultura com área de 295,5 alqs. e D. Mariana Damasceno c/ 2:750\$, título muito inferior, segundo o cálculo do agrimensor, c/ um pagamento de 100 alqs. em terras imprecisas.”

O advogado examinou os portadores de títulos e constatou nas suas palavras, a *“maior bandalheira!”*:

“Não houve sinão um inteiro criminoso na apuração dos títulos, do qual os arbitradores e Juiz não tiveram o menor conhecimento.

Quando Joaquim Ferreira com um título de 3\$000 recebe 1:562\$ de terras – Laudelina Barbosa (condômino 82) com o dobro de terras – 6\$250 recebe apenas 675\$000 ou seja uma diferença para menos de 8887\$000 – menos metade.

Quando Augusto Alves Pereira com um título de 50\$000 recebe 2:162\$500 **o Antonio Neves, compadre e amigo íntimo do agrimensor com um título de 20\$000 terras no valor de 9:012\$500** ou sejam 30\$ de menos no valor primitivo e 6:850...para mais no valor actual. [...] si um título de 20\$000 de valor primitivo recebe 9:012\$500 – um de 50\$000 do mesmo valor deve receber 22:543\$250, logo o condômino Augusto Alves Pereira – sofreu um prejuízo de 20:380\$750 – É lamentável!... – Prejuízo desta natureza se encontra por todos os condôminos, sem excepção de nenhum”

Todas essas condutas relatadas pelo advogado, são reveladoras das práticas profissionais dos agrimensores, da negligência dos arbitradores e do juiz,

que faziam apenas, assinar em baixo nos trabalhos de medições dos agrimensores, no mais velho estilo *“quem paga a banda, escolhe a música”*.

Em 09 de outubro de 1925, em audiência com o juiz e demais o advogado *Luiz Gomes de Oliveira*, solicitou novas operações geodésicas e topográfica, solicitou a suspensão do agrimensor Julio Jansen:

“Por seus actos arbitrarios e ilegales, e assáz prejudiciais aos seus constituintes, inimigo capital dos mesmos, para os mais em sentido algum merece elle confiança, principalmente por ser amigo intimo do promovente do feito, Antonio Neves e outros privilegiados no imovel dividendo os quais elle dera quinhão exclusivo de terras de cultura sem o criterio legal de apuração dos titulos (...)”

As denúncias trazidas pelo advogado dos condôminos, sintetizada nesse trecho, explicitaram que o agrimensor estava comprometido em atender aos interesses de seus contratantes. Também, ao longo do processo, o exercício arbitrário das medições, gerou conflitos com os moradores da área alvo da *retaliação*.

Conforme os autos, após essa audiência, o processo ficou paralisado por três anos, até 02 de janeiro de 1929, quando os documentos comprovam que os autos foram remetidos ao contador. E no dia 08 de janeiro, o promovente da ação JOSEPHINO MENDES DA SILVA pagou metade das custas em juízo. Em 28 de Dezembro de 1929 um documento relatou que o advogado do promovente da ação *“Luciano Alves Brito”* teria falecido. Em 12 de fevereiro de 1930 fora intimado o promovente.

Decorridos os meses, a partir de 20 de Dezembro de 1930, o processo ganhou outros contornos, novos sujeitos passaram a compor o enredo da *retaliação fundiária* do Curralinho.

A Comarca passara a ser comanda pelo Juiz MANOEL CRISTIANO RÊLLO, ele deu vistas ao processo de divisão do imóvel do *Curralinho*. E JOSEPHINO MENDES DA SILVA constituiu outro advogado *Dr. Grover C. Jacob*.

Esse advogado, em 02 de agosto de 1930, alegou lacunas no processo e solicitou *“desprezar todo o serviço de campo, o qual deveria ser anullado, entregando os trabalhos de divisão a outro agrimensor”*. Em 20 de Dezembro de 1930, uma figura-chave nos processos, o coletor EZEQUIEL PEREIRA, confirmou que o requerente das medições estava quite com os impostos territoriais. Em 02 de fevereiro de 1931, JOSEPHINO MENDES DA SILVA

passou a procuração para JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, denominado comerciante, para requerer audiência com o juiz de Direito da Comarca para solicitação de destituição do agrimensor e substituição por outro. Daí, JOSEPHINO MENDES DA SILVA passou a ser representado pelo advogado Dr. Felinto Ayres Filho. Posteriormente nos documentos dos autos fora representado pelo Coronel PEDRO LABORNE.

As audiências foram realizadas. Foram nomeados, os arbitradores ALFREDO COLLARES e LINDOLPHO MARTINS DA SILVA (que recebeu **1.161,20 hectares** na *divisão da Fazenda Riacho de Dona Rosa*) e o agrimensor Dr. CARLOS ALBUQUERQUE, peça chave na grilagem das terras da *Fazenda Tapera* e outros processos.

Em 25 de maio de 1931, CARLOS ALBUQUERQUE apresentou o “*Memorial da Fazenda Curralinho*”. Indicando as confrontações, os corpos d’água presentes no imóvel e caracterizou as propriedades existentes:

“Há na fazenda diversas propriedades em “mangas” empastadas, com o total de trezentos e sessenta e tres alqueires, pertencentes aos condôminos José Gomes de Siqueira, Hermelindo Damasceno, herdeiros de Antonino de Souza, Phelogonio Mendes da Silva, José Creoulo, João Machado, Amandio Pereira de Andrade, João Baptista, Antonio Dutra Primo, José Andrade, Pedro Bispo, Josephino Mendes, Apparicio Gomes da Costa, Hermogenes Rodrigues, José Martins e Vicente Meira.”

A área total do imóvel foi delimitada em **4.470 alqueires** e foram delimitadas novas classes de terras.

Neste memorial, o agrimensor apresentou as características da cobertura do solo e da atividade agropecuária, através do qual era possível inferir o predomínio da pecuária praticada naquelas terras de gerais:

“As terras da fazenda medida são, em exceção dos geraes e terrenos de carrasco onde a vegetação é rachitica, apresevitaveis para cultura de cereais, algodão, canna, raizes tuberculosas e forrajens, sendo relativamene diminuta a sua produção no ramo agricola, em virtude dos processos rotineiros adaptados a lavoura. Não acontece assim na industria pastoral pois são já bem desenvolvidos os rebanhos de gado e bôa raça creadas nas mangas existentes na fazenda.”

No memorial também foi descrito que a *Fazenda do Curralinho*, situava-se no então distrito de Riacho dos Machados, à distância de 84 quilômetros de Grão Mogol. E tinha como principais vias de comunicação as estradas de Porteirinha “ou Bahiana”, e a de São José de Gurutuba e também a do Cedro.

O agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE indicou os seguintes limites para *Fazenda Curralinho*: ao Norte com a Fazenda do Alegre, pelos (ilegível) de águas da (ilegível) dos Rochedos, e fazenda da Jurema pelos córregos dos Mocós. Ao Sul com a fazenda do Marimbo, e a Leste com a fazenda do Sítio Novo, Canto, Riacho de D. Rosa e Pé Grosso, a Oeste com a fazenda do Curral Novo, todas no distrito de Riacho dos Machados.

O juiz deferiu o laudo e convocou em audiência apresentação do laudo e cálculos para a demarcação. Aos 17 dias do mês de setembro de 193, em audiência realizada no fórum de Grão Mogol, foi aprovada a divisão e demarcação do imóvel *Curralinho*. Dez dias depois, em outra audiência, foi lançada a partilha nos autos. No total, a área de **22.233,20 hectares** foi *retalhada* entre 117 condôminos (vide Apêndice H – Divisão Judicial da Fazenda Curralinho).

A *retaliação* favoreceu a grilagem e a concentração fundiária. Para se ter uma noção, ao calcular a classificação fundiária nos parâmetros atuais de classe fundiária: 4 quinhões concentraram-se na grande propriedade (**4.838,2 hectares**); 33 quinhões na média propriedade (**10.447,21 hectares**) e 80 quinhões foram repartidos na pequena propriedade e minifúndio (**6.947,79 hectares**). Na tabela 19 a seguir apresento os 12 condôminos que receberam os maiores quinhões no imóvel *Curralinho*:

Tabela 19 - Condôminos que receberam as maiores áreas na retaliação da *Fazenda Curralinho*

Condôminos	Área Recebida (hectares)	Título Apresentado
João Batista do Nascimento - Baixa do Brejo	2.045,53	Nenhum
Augusto Alves Pereira – Curralinho	965,33	Nenhum
Tebertino Antonio da Costa e seus filhos Antonio Joaquim e Vicente Mendes Nogueira	934,31	Nenhum
Juscelino Damasceno - Lagôa Nova	893,03	Nenhum
Deraldo da Costa Faria	737,18	Nenhum
Delmiro José Pereira - Furado	733,26	Nenhum
Ausentes - no Garça	599,82	Nenhum
José Martins da Silva – rodeador	550,26	Nenhum
José Rodrigues de França - Vereda e Caldeirão	446,59	Nenhum
Herdeiros de Antonino José da Costa - Lagôa Nova	416,09	Nenhum
Saturnino Mendes de Aguiar - Ribeirão e Vereda	401,72	Nenhum
Josephino Mendes da Silva - Tabocal e	399,74	Título Particular

Condôminos	Área Recebida (hectares)	Título Apresentado
Geralda		
Hermelindo Damasceno Ferreira	340,20	Nenhum

Dentre esses 12 condôminos, consta nos autos, somente a comprovação do título de JOSEPHINO MENDES DA SILVA, promovente da ação, mas que não tem validade como título *jus in ré*. Conforme a comprovação do mesmo, o título particular, indicou propriedade de duas imprecisas partes de terras (no preço de 1:000\$200 reis). Recebeu na divisão, trezentos e noventa e nove hectares e 74 ares (**399,74 hectares**), no preço de 2:359\$980. Localizadas em duas glebas separadas uma da outra, composta de terras de primeira, segunda e terceira classe (capoeirão, terras empastadas, carrasco e gerais). Sendo a 1ª gleba, no lugar denominado *Tabocal* na divisa com a *Fazenda do Marimbo*. E a 2ª gleba, próximo ao *Córrego da Geralda*. Quinhão bem menor que o demarcado pelo primeiro agrimensor *Julio Jansen* – que pretendeu transmitir a ele mil quatrocentos e trinta hectares (**1.430,22 hectares**).

A seguir, na Tabela 20 apresento os documentos apresentados como comprovação da de propriedade pelos condôminos da *Fazenda Curralinho*.

Tabela 20-Documentos Apresentados pelos Condôminos da *Fazenda Curralinho*

Condômino	Imóvel	Área/Preço	Título
Josephino Mendes da Silva	Fazenda Curralinho (lugar Lagôa Nova)	uma parte de terras (200 mil reis)	Título particular
Josephino Mendes da Silva	Nossa Senhora das Mercês	uma parte de terras (1conto de reis)	Título particular
Juvenal Gomes Pereira	Curralinho/Umbaúba	210\$054	Certidão (remete a inventários)
José Soares de Oliveira e Manoel Soares de Oliveira	Curralinho no lugar Garça	30 alqueires	Lançamento de Espólio (imposto pagos até o ano de 1925)
João Soares de Aguiar e José Antonio Sobrinho	Curralinho no lugar Umbaúba	56,5	Declaração

Fonte: Processo de Divisão Judicial da *Fazenda Curralinho* (org: COSTA, 2017)

Os condôminos “*Tebertino Antonio da Costa e seus filhos Antonio Joaquim e Vicente Mendes Nogueira*” optaram por manter a terra em comum, certamente devido a este fato o quinhão ficou maior. A mesma estratégia foi adotada por um dos irmãos da família “DAMASCENO FERREIRA”. Conforme descrito nos autos,

a terra de *Juscelino Damasceno*, da *Lagôa Nova*, foi “*tirada em commum com Domingos José da Costa, por conveniência e pedido das partes*”. Outros cinco condôminos recorreram a esta mesma estratégia, optaram por manter as suas terras em comum.

Ou seja, no embate entre os condôminos da família “DAMASCENO FERREIRA” e o suplicante JOSEPHINO MENDES DA SILVA venceram os primeiros, conforme mostrarei nas demais análises provaram serem mais poderosos e lograram consideráveis quinhões em outros processos divisórios. Conforme os laudos e a planta cartográfica (anexa) os membros da família “DAMASCENO FERREIRA” praticamente conseguiram manter suas terras contíguas e em terrenos de primeira classe (terras em capoeirão e mangas empastadas), a maioria. E em distância considerável da gleba de JOSEPHINO MENDES DA SILVA. Abarcando a localidade *Lagoa Nova*, conforme argumentaram nos documentos apresentados, e nas proximidades da estrada “*Bahiana*” de acesso a Porteirinha, no lado nordeste do imóvel *Curralinho*, próximo às confrontações da *Fazenda do Marimbo*, *Pé Grosso* e *Riacho Dona Rosa*.

Outro condômino, *Antonino José de Souza*, que reclamou prejuízo nas medições feitas pelo agrimensor Julio Jansen, certamente faleceu antes da conclusão das divisões, uma vez que a gleba que recebeu indicou “herdeiros de Antonino José de Souza” 416,09 hectares, pouco mais que 85 alqueires, sendo 62,40 hectares de primeira classe e 23,57 hectares de segunda classe, na *Lagôa Nova*. E conforme a planta, confinaram com os *herdeiros de JUSCELINO DAMASCENO*.

Os irmãos *José Soares de Oliveira* e *Manoel Soares de Oliveira*, residentes no lugar denominado “*Garça*”, que na divisão, somados receberam apenas 5 alqueires de terras. Recorreram em juízo para suplicar o seu quinhão. Buscaram comprovar que eram possuidores de 30 alqueires de terras, através do pagamento de impostos de coletoria até 1925, “*da declaração feita para o lançamento consta que as terras foram adquiridas por compra feita pelo falecido Estevam Soares de Oliveira [...]*” conforme deu fé o Coletor EZEQUIEL PEREIRA, em 10 de agosto de 1931. Tal fato mostra que as reclamações

peticionadas não foram atendidas igualmente, pelos DAMASCENO e por demais condôminos.

A retaliação das terras da *Fazenda Curralinho* continuaram suscitando demandas. Conforme consta nos autos, em 10 de setembro de 1931, esses irmãos “Soares de Oliveira” suplicaram em juízo que não fossem prejudicados em seus direitos. Argumentaram o direito de herança e a posse sem interrupção: *“Dizem José Soares de Oliveira e Manoel Soares de Oliveira, [...]que são proprietários e legítimos donos de uma propriedade sita na fazenda de Curralinho,[...] com trinta alqueires de terra, pertencem ao espólio de Estevam Soares de Oliveira, a quem os suplicantes são filhos,e portanto legítimos herdeiros, em cuja propriedade sempre trabalharam sem reclamação de pessoa alguma, no decurso já de mais de 30 anos.”*

Além disso, reclamaram que a divisão do agrimensor: *“separou e integrou a dita propriedade em quinhão de outro condômino, ficando os suplicantes no prejuízo de suas benfeitorias e lavouras já existentes além de que os terrenos que o agrimensor quer destina-los é composto de campos e carrascos que não se prestam à cultura de qualquer espécie [...]”*

Os condôminos “José Antonio Sobrinho” e “João Soares de Aguiar”, representados por “Antonio Gonçalves Benquerer” também recorreram reclamando prejuízo semelhante, por não terem sido contemplados na divisão. O primeiro, porque teve o seu quinhão separado de *56,5 alqueires* separados no lugar “*Umbaúbas*”, onde residia a mais de quarenta anos, obtido por herança fraterna de *João Gomes Pereira*. No qual confirmou apresentando cópia da certidão de partilha do inventário de “*João Gomes Pereira*” de 12 de maio de 1920. Cópia esta que se referiu à transmissão, mas não identificou o nome dos herdeiros. E o segundo, reclamou que não lhe foi dado o quinhão em quantidade a que tinha direito, tendo sido separado para outro ***“um quinhão que abrange o fundo do seu quintal com todas as benfeitorias existentes, bem como a frente da casa em que reside.”*** Assim, sendo solicitaram ao juiz separação do quinhão a que tinha direito e retificação do quinhão que lhe foi separado.

E uma terceira reclamação partiu do condômino *Landulpho Sandi de Britto*, com propriedade no lugar denominado *Brejinho*. Ele questionou a destinação de uma servidão pública, na divisa de sua fazenda, na aguada denominada:

‘Poço do Corrego do Engenho’, causando grande prejuízo, uma vez que, “em virtude da servidão fica impossibilitado de cercar e cultivar seus terrenos, porque a aguada referida se acha no centro de sua propriedade e havendo outra aguada também nos terrenos aludidos e que fica pouco distante da primeira, conhecida por ‘Água Branca’ com todos os requisitos para a servidão por ser fonte de água potável e abundante e de fácil acesso”

Por sua vez, o agrimensor foi implacável em seu direito de resposta, cabe aqui transcrevê-la e comentar alguns trechos, para que se tenha compreensão dos seus argumentos, que demonstram que o processo de divisão, em grande medida prejudicial aos condôminos, alvo da *retaliação* das terras:

“São de todos conhecidos os fundamentos as reclamações constantes nos requerimentos [...]

No primeiro requerimento, dizem José Soares de Oliveira e Manoel Soares de Oliveira que a sua propriedade foi distribuída a outro, ficando elles localizados em terrenos de carrasco e campos com prejuízo de propriedades e lavoura. – Essa afirmativa não representa a verdade porque os terrenos que foram distribuídos na divisão da fazenda não se concentra nenhuma propriedade dos peticionários nem dos seus antecessores. As terras que elles chamam suas e onde estão localizados ficam situadas no lugar denominado Boqueirão, **que por falta de documentos que provem a sua posse e dominio foram destinados para ausentes.** É ahí que estão as propriedades feitas pelos peticionários e não no Garça com eles afirmam. Não tendo elles peticionários apresentado documento algum para serem incluídos no orçamento da divisão, designei os terrenos por elles ocupados, digo, designei para ausentes, os terrenos por elles ocupados, cuja área e de 145 alqueires, fazendo respeitar todas as propriedades por elles construídas, como sejam casa, cercado e roça. [...]”

As certidões apresentadas por estes suplicantes, não foram aceitas como títulos – embora certidões no mesmo formato tenham sido aceitas como títulos de domínio, na divisão de outros imóveis, julgados pelo mesmo juiz. Que julgou que *“os dois não exibiram títulos de dominio”*, escreveu que exibiram *“simples certidões de lançamentos de terras, pertencentes, aliás, a outro que não elles”*.

As terras foram destinadas a ausentes, optou-se por prejudicar quem, em tese, de fato, já vivia na terra, e destinar as terras suplicadas aos ausentes.

“Quanto ao terceiro peticionário José Antonio Sobrinho, para destruir a sua alegação basta citar que sendo elle herdeiro na fazenda, no lugar Umbaúba, onde lhe coube 151,054 de avaliação no inventário de João Gomes Pereira, ou seja, pouco mais da quarta parte da propriedade inventariada, cujo toda era 145 alqueires, vendem terras em quantidade muito superior as que de direito lhe pertenciam, como se vê da certidão anexa, convimos notar que na certidão na feguram as vendas feitas a Antonio Machado da Silva e Francisca Pereira da Silva. Para melhor esclarecimento passo a descrever as vendas com os seus valores primitivos: Hermelindo Damasceno Ferreira cinco mil reis; José

Antonio da Silva quinhentos reis; Joaquim Ladislao de Aguiar, um mil reis; Saturnino Rodrigues Soares um mil reis; Antonio Machado da Silva, tres mil reis; Francisco Pereira da Silva uma parte com quinze alqueires. Tendo treze mil e quinhentos (ilegível).”

A certidão que comprovou as vendas, a que se referiu consta nos autos, contudo, não mencionou os preços que ele atribuiu aos quinhões. E, suspeitosamente, foram assinadas pelo coletor EZEQUIEL PEREIRA que confirmou nesta mesma certidão, as baixas dadas no lançamento territorial. E o juiz sentenciou *“José Antonio Sobrinho, não é condômino da fazenda, de vez que, vendido tem, a diversos, as terras que ali adquirira.”*

Quanto ao condômino *João Soares*, o juiz destinou o quinhão em outra área correspondente ao valor primitivo do seu título, corroborando com a posição do agrimensor:

“O condômino João Soares Aguiar, separatorio com Jose Antonio Sobrinho, está entregue o seu quinhão, onde reside e tem propriedade. A sua gleba está localizada no corrego do Sitio, de optima fertilidade e boa aguada, convindo advertir que os trabalhos ali foram executados com a presença e aceitação do referido condômino.”

Somente a petição de Landulpho Sandi de Britto foi deferida e permitiu a transferência da servidão pública:

“Sobre o requerimento d fls. 388, do referido condômino Landulpho Sandi de Britto, cumpre-me informar que aguada alludida no referido documento se presta perfeitamente para servidão publica, não havendo inconveniente nenhum em ser esta transferida da “Pôço do Corrego do engenho” para a frente da “Água Branca”, de accordo com o pensamento do peticionario.” (Grão Mogol, 7 de outubro de 1931, Carlos Albuquerque, Agrimensor.)

Essas informações que apareceram nos autos, permitem afirmar que, prováveis camponeses, em defesa do seu quinhão de morada, recorreram à lei, que previa a possibilidade de consulta da comunidade na divisão das glebas, no sentido de evitar o retalhamento dos quinhões em glebas separadas de seus terrenos de morada. Em tese o escopo da lei (artigo 62 do Decreto nº 720 de 1890) trazia a intenção de conter o retalhamento dos quinhões. É possível considerar na análise desse processo, por parte de determinados condôminos a intenção de manutenção do uso comum da terra entre familiares e vizinhos.

No que tange às transformações no regime de uso e de propriedade da terra, é possível fazer um paralelo com os argumentos trazidos por Thompson, acerca das

lutas do campesinato inglês, frente ao poder político dos proprietários de terras e das transformações no campo na virada do século XVII para o XVIII. Cabe remeter a um dos exemplos analisados por Thompson que escreveu:

Em 1706, surgiu um novo caso em Bishop's Cleeve, Gloucestershire, onde os proprietários de terra tinham concordado em demarcar quinhentos acres de terras comunais, mas o réu (o pároco local) e nove outras pessoas resistiram. Evidentemente, isso era mais do que um ou dois sujeitos impertinentes, pois o tribunal decidiu que "um direito a terras comunais não pode ser alterado sem o consentimento de todos os grupos ali envolvidos." Thompson (1998:94)

Embora em contextos histórico-geográficos tão distantes, nota-se as estratégias de luta do campesinato frente a imposição da formação da propriedade privada da terra, tanto no processo de *cercamento* que se iniciava na Inglaterra, naquele período, quanto nas terras geraizeiras atingidas pela *retaliação fundiária* ambos os contextos foram atravessados pela imposição das leis, assente nos rituais de afirmação do direito de propriedade.

No cadastro do INCRA (2003), identifiquei 21 registros de imóveis identificados "Fazenda Curralinho", uma pequena propriedade e 20 minifúndios. A análise da situação fundiária atual das terras da *Fazenda Curralinho* merece ser aprofundadas em outros estudos, inclusive em campo.

4.2.4 Fazenda Lagoa dos Patos

Os registros no livro da paróquia de Grão Mogol (1855), indicaram, pelo menos, cinco famílias de sobrenomes distintos que declararam terras na *Fazenda Lagoa dos Patos* (vide Quadro 3 p.85), constata-se nesses registros que o uso comum dessas terras já se desenhava naquele período, uma vez que foram declaradas terras em comum, confrontações e medidas imprecisas. PACÍFICO GOMES PEREIRA, o mesmo suplicante da divisão da *Fazenda São Pedro*, em 1931, foi quem requereu a divisão judicial da *Fazenda Lagoa dos Patos*, que tramitou entre 1932 e 1936:

Diz Pacifico Gomes Pereira por seu advogado supra assinado, que sendo possuidor de uma parte de terras na *fazenda Lagoa dos Patos*, no lugar denominado *Veredinha*, Distrito de Riacho dos Machados, nesta comarca que (ilegível) por herança de seu pai Manoel Gomes Pereira, conforme se vê dos documentos junto comprobatórios de seu jus in ré, e estando o dito imóvel em comunhão com outros socios, (...) e não lhe convindo continuar no estado o condomínio, quer propor contra os demais condôminos a

competente ação (ilegível) divisão, afim de fazer medir e dividir a referida fazenda, [...].

As confrontações das terras a serem retaliadas e indicadas pelo suplicante, se ligam com demais imóveis alvo da *grilagem judicial* iniciada no mesmo período:

Partindo da *Pedra do Urubu*, nos limites das **fazendas Marimbo e Curral Novo**, seguem dividindo com outra fazenda até encontrar os limites da **fazenda de S. Pedro**; Daí, limitando com esta fazenda vão encontrar os limites da **fazenda Santa Cruz**; donde, limitando-se com esta fazenda vão encontrar com os da **fazenda Tapera**; e finalmente, limitando com esta fazenda até os limites da **fazenda do Marimbo**, donde seguem até a Pedra do Urubú, ponto de partida.

A existência de diversas denominações no interior das terras a serem retaliadas foi admitida pelo próprio suplicante quando registrou na petição que: *"dentro da fazenda Lagoa dos Patos existiu várias denominações, porem fazendo parte integrante do imóvel dividendo, Veredinha, Estivinha e outras"*. A meu ver, uma característica da devolutividade das terras. Inicialmente, PACÍFICO GOMES PEREIRA foi representado pelo advogado João Luiz de Almeida, mas em 01/04/1933 a procuração foi passada para CARLOS MOYSÉS, que também passou a representar o condômino OSCAR DE ARAÚJO FONSECA para representá-los nos processos divisórios das *Fazendas São Pedro e Lagôa dos Patos*. Nas procurações que transferiram os poderes ao advogado, constava o testemunho de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA.

Por edital público foram convocados 37 condôminos. Seguiram-se os ritos legais com as assinaturas do juiz MANOEL CHRISTIANO RÊLLO. Entretanto, os documentos a partir de 05/04/1933 começaram a ser assinados pelo juiz substituto DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA.

Os títulos *jus in ré* apresentados pelos suplicantes, não tem origem válida como destaque das terras devolutas para patrimônio privado. A certidão imobiliária apresentada por PACÍFICO GOMES PEREIRA indicou o registro de *"uma posse mantida por restos de cercas na 'Olaria' (...) com partes de terras no lugar denominado Veredinha"*, na *Fazenda Lagôa dos Patos*, no distrito de Riacho dos Machados, transmitida do Espólio de Antonio Pereira Gomes, através de certidão de partilha em 1917, (vide Figura 15) Por sua vez o título imobiliário apresentado por OSCAR DE ARAÚJO FONSECA como comprovante de propriedade, informou ele comprou do

mesmo PACÍFICO GOMES PEREIRA, a área de um alqueire de terras na *Fazenda Lagôa dos Patos*, (vide Figura 16).

Daí, foram nomeados, curador da lide JOSÉ PACÍFICO DOS SANTOS, provavelmente, um parente do suplicante, agrimensor JERÔNIMO GONÇALVES ULHÔA e arbitradores JOÃO MURÇA JÚNIOR e JOSÉ BATISTA DO NASCIMENTO (o mesmo arbitrador da divisão da *fazenda Curral Novo* e provável parente do Tenente JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO, que suplicou a divisão da *fazenda Santo Antônio*).

Em 08/04/1933, João Rodrigues da Silva e outros condôminos da *Fazenda Lagôa dos Patos*, e MANOEL FRANCISCO DAMASCENO e outros condôminos da *Fazenda São Pedro*, reclamaram em juízo a suspeição nos processos divisórios das referidas fazendas, alegaram duvidar da imparcialidade e requereram a nomeação de um perito para o imóvel *Lagôa dos Patos*. Mas, o juiz, MANOEL CHRISTIANO RÊLLO indeferiu a petição. A partir daí foram realizadas audiências, em que DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA aparece indicado como 1º juiz de paz substituto.

Em 20/09/1933 o agrimensor indicou o ponto de partida para as medições, no lugar denominado *Pedra do Urubu*, de acordo com ele ponto conhecido e referido nos títulos. Marcada a audiência para conferência dos títulos, mais de 30 documentos foram apresentados como comprovante de propriedade na *Fazenda Lagôa dos Patos*, escrituras públicas de compra e venda, declarações particulares, transcrições de autos de inventários, talões de coletoria (reconhecidas por EZEQUIEL PEREIRA), nenhum desses foi uma certidão imobiliária. Embora, não tenham origem, somente os títulos imobiliários apresentado pelos suplicantes OSCAR DE ARAÚJO FONSECA e PACÍFICO GOMES PEREIRA¹⁶⁵.

Em 09/10/1933 o agrimensor apresentou o laudo e assim caracterizou o imóvel: a **área de 2.458 alqueires e 408 ares**, totalmente situada no distrito de Riacho dos Machados, confrontante ao norte com a *Fazenda do Marimbo*, oeste com a *Fazenda do Curral Novo e São Pedro*, ao sul com a *Fazenda de Santa Cruz* e a leste com a *Fazenda das Oliveiras*, com superfície regular,

¹⁶⁵ Localizei esse título imobiliário nos autos de divisão judicial da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, possivelmente, inseridos equivocadamente naqueles autos na ocasião de realização das cópias pelo cartório do 2º ofício. As páginas desses autos não foram numeradas.

apenas com uma saliência na *Pedra do Urubu*, nos limites com as *Fazendas do Marimbo e Curral Novo*. Descreveu que os córregos que banham as terras, de nome *Estivinha, Lagoinha, Papagaio, Olaria, Lagôa dos Patos, Capão e Landim*, que terão as "*suas águas reunidas no ponto de divisa entre esta fazenda e a das Oliveiras e de Santa Cruz*" todas essas águas pertencentes à bacia do Rio Vacaria. Acerca da ocupação descreveu que: "*as benfeitorias existentes são próprias dos respectivos quinhoeiros e constam de moradias, casas de engenho e tendas de farinhas, quintaes com plantações e mangas ou pastos*".

Figura 15 - Certidão Imobiliária de "uma posse na 'Olaria' com partes de terras no lugar denominado Veredinha", na Fazenda Lagôa dos Patos, 1933.

TALÃO N. _____ Pag. 92

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMMOVEIS

Estado de Minas Gerais Município de Grão Mogol

Distrito de Riacho do Macho
na Fazenda
Lagôa dos Patos.

Certifico que a fls. 39 do livro n. 3
foi apresentada hoje sob numero 915
a escritura do imóvel seguinte: Uma parte de terras de valor de avaliação de quinhentos reis (500) com área de um alqueire, na fazenda Lagôa dos Patos, cuja fazenda tem os seguintes limites: partindo da Pedra do Urubú, nos limites das fazendas para o Sul e para o Norte seguindo seguindo com esta fazenda até encontrar os limites da fazenda São Pedro; daí limitando com esta fazenda até encontrar os limites da fazenda Santa Cruz; daí limitando com a fazenda até encontrar os limites da fazenda Lagôa dos Patos; daí limitando com esta fazenda, até encontrar os limites da fazenda Marinho; daí segue até a Pedra do Urubú. Adquirentes: Oscar de Mouro e Francisco de Mouro. Ocorrendo: Oscar de Mouro e Francisco de Mouro. Valor: cincoenta e cinco mil reis (550). Códigos não há.

Observações: Arquivado no prot. com nº 1.115
Territorial e transmissão pagas conforme as
lôas apresentadas.

Proferido e verdade e dou fe.
Grão Mogol 4 de Abril de 1933
Rui Nello;

Figura 16 - Certidão Imobiliária de "um alqueire de terras na Fazenda Lagôa dos Patos", 1933.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMMOVEIS

Estado de Minas Gerais Município de *Grão Mogol* -
Riacho dos Machados -
Glória, Veredinha -
Lagoa dos Patos

Certifico que a fls. trinta e seis do livro n. três
foi registrado hoje sob numero 902
a certidão do imóvel *Uma posse mantida por*
restos de cercos na "Glória" cinco mil reis, na casa
de morada coberta de telhas com parte de terras situ
no lugar denominado Veredinha, valor de 600\$00
somente, trinta e três mil reis. Adquirente - Pacifico
Gomes Pereira - Transmittente - Espólio de Antonio
Gomes Pereira - Forma do título - Certidão de partilha
passada pelo 2º escrivão desta comarca, em 19-11-217.
Valor - 38\$000 - Condições - não há.
Observações Averbado no protocolo sub. n.º
1.103 - Tutorial e transmissões, pago.

Referido é verdade e dou fe.
Grão Mogol, 11 de Janeiro de 1933
Rui Mello
o oficial

As audiências foram realizadas e assinaturas pelo escrivão WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO, o juiz substituto DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, o agrimensor JERONYMO GONÇALVES ULHÔA, e dos arbitradores JOSÉ BASTISTA DO NASCIMENTO e JOÃO MURÇA JUNIOR.

Em 31/10/1931 foi assinada a sentença retalhando as terras da *Fazenda Lagôa dos Patos*, em 50 glebas distribuídas em 30 quinhões (vide Apêndice I: Divisão Judicial da Fazenda Lagôa dos Patos). Obviamente, privilegiando PACÍFICO GOMES PEREIRA, e seus prováveis familiares, o suplicante recebeu a maior área **1.634 hectares** distribuída em seis glebas (quinhão 3), e JOÃO GOMES PEREIRA (que pode ser irmão do suplicante), recebeu a segunda maior área **1.158 hectares** (glebas 10 e 33). Também ALVARO GOMES PEREIRA foi outro privilegiado com **872,4 hectares** (glebas 17 e 20), e também JOSÉ PEREIRA GOMES recebeu **100,4 hectares**. Conforme é possível verificar na planta cartográfica (anexa), as glebas adjudicadas aos GOMES PEREIRA não foram todas contíguas, porém, são privilegiadas pelos cursos d'água que as atravessam, cabeceiras de córregos e aguadas. Além disso, são glebas vizinhas daquelas adjudicadas aos ausentes, o que potencialmente significa porta de entrada para apropriação dessas glebas, ou seja, mais terras devolutas podem ter sido apropriadas por este condômino.

Quanto ao segundo suplicante OSCAR DE ARAUJO FONSECA recebeu **80 hectares**, uma pequena área (quinhão 4, gleba 5), se comparado com o recebido pelos primeiros, mas muito além do 1 alqueire (4,84 hectares) comprovado pelo seu título imobiliário, a rigor sem legitimidade como título *jus in ré*. A sua participação nessa trama da *grilagem judicial* da *Fazenda Lagoa dos Patos*, pode ter ocorrido com a finalidade de conferir legitimidade ao processo.

Nesta retaliação de quinhões e glebas, novamente, membros da família DAMASCENO tiveram glebas adjudicadas em seus nomes.

A concentração de áreas menores, ou seja, mais retaliadas, localizaram-se na margem esquerda do córrego da *Lagoa dos Patos*, pelas características podem ser glebas que configuram grotas camponesas, cujo uso livre e

costumeiro, passou a sofrer a interferência desse processo de *grilagem judicial* e consequente *retaliação fundiária*.

Em campo, pude constatar que, atualmente, nas terras da *Fazenda Lagoa dos Patos*, predomina a atividade agropecuária, e quando possível os camponeses geraizeiros coletam frutos, da vegetação de cerrado remanescente. Além disso, no limite deste imóvel no córrego da Estivinha (gleba 2), são áreas apropriadas pela RIMA FLORESTAL e em outra porção limita-se com a SICAFE Empreendimentos Florestais, em terras devolutas griladas por esta empresa, próximo das terras da antiga área da *Fazenda Tapera*.

4.2.5 Fazenda Lages e Pé Grosso

O processo de divisão judicial das terras da *Fazenda Pé Grosso e Lages* iniciou em 1924 e encerrou em 1931 e foi suplicado por Joaquim Aurelindo de Souza, representado pelo advogado Dr. Luciano Alves de Brito que alegou ser senhor e possuidor de duas partes de terras:

[...] situadas no lugar denominado Pé-Grosso e Lages, fazenda indistintamente de mesmo nome, no referido districto de Riacho dos Machados, sendo que uma parte foi havida por compra feita a Lindolpho Martins da Silva e sua mulher D. Anabella Gomes da Silva, e a outra fôra adquirida a **Josephino Mendes da Silva** que, por seu turno, obtivera por herança de seu finado pai Sergio Mendes da Silva estando as ditas partes de terras em commum com outros consorcios, como o Supp e gozam e desfrutam do immovel respectivo.

Primeiramente convém destacar, sobre essas pessoas mencionadas na transmissão das terras, que LINDOLPHO MARTINS DA SILVA, "*criador e exportador de gados*" foi o suplicante da divisão da *Fazenda Curralinho* (1923 a 1931) e seu pai SÉRGIO MENDES DA SILVA foi o suplicante da divisão da *Fazenda Riacho Dona Rosa* (1921 a 1928). Uma evidência, de que esta família, desde o início da década de 1920, em grande medida influenciou a *grilagem judicial* nessa fração de terras localizadas em Riacho dos Machados. Nesse processo de divisão e demarcação da *Fazenda Pé Grosso e Lages* encontrei evidências de a "fazenda" possa não ter existido. Uma vez que na própria petição o suplicante revelou que *Pé Grosso* refere-se a uma localidade e *Lages* a outra. E ainda afirmou que cada localidade teve um dono, sendo

assim, trata-se de duas localidades diferentes, a meu ver unificadas neste processo com a finalidade única da apropriação privada das terras devolutas:

A fazenda Pé-Grosso e Lages vem de origem, que foi e existia em eras bem remotas e não se sabe ao certo qual dos dois nomes seja o primitivo. (um grande espaço em branco) Investigou-se quanto possível para isto se descobrir, entretanto, nenhuma declara (rasura onde se grafa em letras grandes R. M.) encontram que fosse capaz de ministrar antecedente (rasura) quer por meio do qual se possa entrar no conhecimento de duração ou existencia da fazenda Pé-Grosso e Lages, que não pode nem dever ser considerada deslocada, e conseguitemente isolada uma da outra com nominações defferentes, visto tratar-se de uma só fazenda compreendida nas mesmas terras de cujos nomes Pé-Grosso e Lages fazem parte integrante nas mesmas terras, de cujos nomes Pé-Grosso e Lages fazem parte integrante. Haja vista as transações realizadas naquela fazenda, que nada esclarecesse a referida, e os títulos falam ora em uma, ora em outra, e ora nas duas simultaneamente e conjuncto. **Não há duvidar-se que: devido a uma corrupção grammatical, os primeiros posseiros das terras dividendas adulteraram a designação de Pé-Grosso e Lages, ao envez de Pé-Grosso ou Lages. Foram seus primitivos donos João Nunes de Brito, que ficou occupando a parte da Lages; e outro cujo nome se ignora, que estabelecera sua moradia na parte relativa a Pé-Grosso.**

Essa evidência também confirmada na indicação das características das fazendas *“a mencionada fazenda se compõe de mattos de cultura e campos de criar, regulando ter numa area de 1.000 alqueires, mais ou menos”* na vizinha com fazendas alvo do mesmo processo de *grilagem judicial*:

Os limites da Fazenda Pé-Grosso e Lages são as seguintes: partindo da barra do rio das Lages, no lugar chamado Umbuzeiro segue limitando com a fazenda Currallinho, já demarcada, passando pelas propriedades de **Angelo Nunes e Cap.m. Manoel Soares** até os limites da fazenda Riacho Dona Rosa, também já demarcada; da’li segue limitando com a alludida fazenda pelas aguas vertentes até os limites da fazenda Tapera em frente ao morro da Lagoinha; deste ponto encaminha-se dividindo **com a fazenda Tapera de propriedade de José Guimarães até a divisa do Marimbo**, no alto da Aroeira e Corrego do Judas; deste local finalmente, segue limitando com a fazenda do Marimbo, **passando pelas propriedades de José Antonio de souza, Joaquim Aurelindo de Souza, Capt.m (ilegível-rasura) Soares e Angelo Nunes até o ponto inicial.** Não tencionando, emtretanto, o supp.e. continuar mais no estado de comunhão ora existente no predito immovel, requer, por isso, a V. Ex.cia que digne mandar citar os condôminos constantes da relação junta da fazenda Pé-Grosso e Lages, para primeira.

Pelo suplicante Joaquim Aurelindo de Souza, foram relacionados 29 condôminos, a serem convocados. Este suplicante como título *“jus in ré”* apresentou uma declaração de compra e venda de um alqueire no *“Pé Grosso”*

reconhecida por EZEQUIEL PEREIRA, e a transcrição de um título particular (nº 1, nº 359) de “uma parte de terras” registrado por REGINALDO AGUEDO JUNIOR, (tabelião do 1º Ofício), 12 de junho de 1924. JOSEPHINO MENDES DA SILVA também apresentou uma declaração de 1910, no qual afirma que herdou a área de seu pai, terras na *Fazenda dos Lages*, também apresentou a transcrição do título imobiliário (nº 1, nº 359) registrada naquela serventia no mesmo dia que o suplicante registrou o seu título (12/06/1924). Evidências de que os imóveis não tinham registro imobiliário anterior, e mesmo que tivessem, não foram documentados nessa sucessão.

Os ritos judiciais da divisão prosseguiram, conforme os autos, nesse período, João Luciano Pereira da Silva era o juiz da Comarca, LEOPOLDO LABORNE, o escrivão, e atas das audiências levam também a assinatura de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Em 23/04/1925 Julio Jansen foi nomeado agrimensor. Que iniciou os trabalhos indicando como ponto de partida para a divisão “*o marco encravado na mesma barra das Lages dentro da manga do Seu Manoel Soares, seguindo-se d’alí limitando com a fazenda Curralinho de um lado e com a Fazenda Marimbo do outro*”.

Dentre os documentos apresentados como títulos imobiliários, dois merecem destaque: Primeiro, uma procuração pela qual JOSÉ GUIMARÃES (+25.06.1930), residente na Vila de Urandi/BA, o mesmo que deixou para os herdeiros terras na *Fazenda Tapera*, constituiu como advogado LUCIANO ALVES DE BRITTO, o mesmo representante legal do suplicante da divisão e demarcação das terras da *Fazenda Lagoa dos Patos*. Este é um elemento importante para suscitar as relações sociais estabelecidas entre os fazendeiros da porção centro-sul da Bahia e as elites fundiárias do Norte de Minas Gerais. Segundo, uma transcrição de registro imobiliário, de uma “*parte de terras na Fazenda do Lages a Pedro Antonio de Souza e sua mulher*” apresentado ao registro no dia 08 de agosto de 1925 (livro nº4, nº443), que remete a transmissões e coletorias (1861 a 1863) na comarca de Rio Pardo de Minas, evidência de que as coletorias de impostos anteriores à instalação da coletoria em Grão Mogol, provavelmente eram recolhidas em Rio Pardo de Minas, antiga comarca a que pertenceu Grão Mogol. Essa transcrição foi passada por LEOPOLDO LABORNE, tabelião do 2º ofício, em 11 de agosto de 1925, ou

seja, três dias após ter sido lavrado o registro imobiliário. Ou seja, confirmando a tendência recorrente em outros processos de levar os imóveis ao registro imobiliário, concomitante ao início da tramitação do processo.

Outros títulos imobiliários foram apresentados a maioria com datas dos registros de 1925. Posteriormente, o agrimensor SEBASTIÃO TUPINAMBÁ, assumiu os trabalhos e apresentou, em 08/10/1929, o memorial descritivo da área composta de **6.510,76 hectares** de terras de cultura e de gerais, que foram retalhados em 30 quinhões (vide Apêndice J – Divisão Judicial da Fazenda Lages e Pé Grosso). Sendo que os maiores favorecidos têm o sobrenome “CUNHA” e “MENDES”, o condômino “Filó da Cunha” recebeu **2.243,46 hectares**. O condômino JOSEPHINO MENDES recebeu a segunda maior área **382,64 hectares**, importante lembrar que este mesmo condômino recebeu **399,74 hectares** na divisão da *Fazenda Curralinho*. O suplicante Joaquim Aurelino de Souza recebeu **222,01 hectares** de terras de cultura, a décima segunda maior área, é possível que ele não fosse alguém de poder nesta trama, por isso não foi privilegiado com uma área tão grande como dos condôminos de sobrenome Cunha e Mendes, (vide Tabela 21).

Tabela 21-Maiores Áreas Adjudicadas na Divisão Judicial da *Fazenda Lages e Pé Grosso*

CONDÔMINOS	ÁREA			
	Cultura	Geraes	Total (ares)	Total (ha)
FILÓ DA CUNHA	86044,7	138301,65	224346,35	2.243,46
JOSEPHINO MENDES	14675,45	23588,38	38263,83	382,64
ANTONIO JOSÉ MENDES	12759,17	20508,38	33267,55	332,68
JOSÉ CARDOSO VIEIRA	10940,77	20508,62	31449,39	314,49
HERMINIO BARBOSA DA CUNHA	10539,1	16939,35	27478,45	274,78
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA	10287,3	16534,8	26822,1	268,22
OROZINHO RODRIGUES FREITAS	9785,94	15728,72	25514,66	255,15
IZABEL DE SOUZA	9784,94	15727,72	25512,66	255,13
JOAQUIM BARBOSA DA CUNHA	9783,94	15726,72	25510,66	255,11
JOSÉ ANTONIO MARTINS BRAGA	9783,94	15725,72	25509,66	255,10
MANOEL SOARES	22520,32	0	22520,32	225,20
JOAQUIM AURELINO DE SOUZA	22200,97	0	22200,97	222,01

O Coronel José Guimarães (absenteísta, residente em Urandi, BA), o mesmo proprietário da *Fazenda Tapera*, recebeu **18,45 hectares**.

A planta cartográfica que acompanha os autos não especificou os quinhões e glebas e respectivos condôminos, mostra apenas uma legenda separando o que são terras cultivadas, terras de cultura e de campo (gerais).

Em outros estudos, indica-se estudo da situação fundiária dessas terras. Em campo, lideranças camponesas entrevistadas informalmente no acampamento *Tapera* informaram que existem alguns conflitos agrários entre moradores antigos do *Pé Grosso* e pessoas de Serranópolis e Porteirinha que compraram ou trocaram as terras, limitando-se com o Parque Estadual Serra Nova e também com os moradores da comunidade quilombola do Peixe Bravo.

4.2.5 Fazenda Curral Novo

A ação de divisão e demarcação da *Fazenda Curral Novo* foi movido em 19 de setembro de 1931, por Deocleciano José de Oliveira, agricultor, residente no distrito de Riacho dos Machados, município de Grão Mogol, representado por seu advogado, Sebastião José de Souza, o requerente argumentou ser proprietário de terras na *Fazenda Curral Novo*:

Essa fazenda, pertencente hoje a muitos condôminos em verdadeiro estado de comunhão desde data muito remota em que por falecimento e por outros títulos de transmissão, os seus primitivos proprietários, como donos exclusivos até então, transmitiram a muitos senhores e estes, e estes pelos mesmos títulos sucessivamente aos actuais, tem uma area aproximada de **mil e quinhentos alqueires de terras** de cultura e campos compreendendo muitas benfeitorias, mangas, roças, casas de morada, cercas, etc. As suas linhas limitrofes, começando na Pedra do Urubú, na divisa com a **Fazenda do Marimbo**, seguem dividindo com esta fazenda até encontrar a divisa da **Fazenda do Curralinho**; daí seguem dividindo com esta fazenda, pelas picadas existentes, até encontrar a divisa da **fazenda do Alegre**, daí seguem dividindo com esta fazenda até encontrar a **divisa da fazenda do Barreiro, São Pedro e Lagoa dos Patos, até encontrar a divisa da fazenda Marimbo [...]**

Seguido da petição consta um traslado de procuração pela qual Deocleciano José de Oliveira, nascido e residente no distrito de Villa Velha na Bahia, nomeou João Murça Júnior, seu procurador. Naquela data, assinou como escrivão interino, Leonino Piranga de Araújo. A procuração foi substabelecida ao referido advogado Sebastião José de Souza.

O título *jus in ré* apresentado foi uma transcrição (livro 5 do Registro de Imóveis, nº 828, protocolo 1829) referente à "*Fazenda do Curral Novo. Um mil reis de terras, na Fazenda do Curral Novo, districto de Riacho dos Machados com area de 10 alqueires mais ou menos, havida por compra*" de Dionísio

Paulo da Luz e sua mulher D. Delmira através de escritura pública passada pelo Tabelião de Notas Sebastião Martins Ferreira em 05 de março de 1926. Constava a desta certidão o pagamento da coletoria de impostos assinada por EZEQUIEL PEREIRA. Na cópia da escritura pública de compra e venda indicou-se que no dia 14 de julho de 1925 os vendedores adquiriram a terra através de herança materna, *"conforme consta no seu formal de partilha"*.

Em 03 de novembro de 1933 ocorreu uma audiência perante o juiz MANOEL CRISTIANO RÊLLO, para outro substabelecimento, o advogado Sebastião José de Souza substabeleceu a procuração do suplicante ao senhor João Luiz de Almeida. Expediu-se pelo mesmo juiz o edital de citação dos condôminos.

Em 12 de janeiro de 1934 ocorreu uma audiência, em que se ofereceram para peritos o Engenheiro Dr. José de Mendonça Motta e JERÔNIMO GONÇALVES ULHÔA, para arbitradores Lauro José FRÓES e JOSÉ BATISTA DO NASCIMENTO, João Vianna da Silva e Vicente (ilegível) Rodrigues. *"Pelo juiz foi dito que nomeava em sua substituição promotor no feito o SR. MOACYR LABORNE a quem se deverá posteriormente dar vista nos autos para ratificar ou não o processado."* O termo dessa audiência foi assinado pelo escrivão RUY MELLO, pelo juiz MANOEL CRISTIANO RÊLLO, por DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, Sebastião José de Souza, Carlos Moysés, João Luiz de Almeida e WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO.

Através de edital público 54 condôminos foram citados. Em 13 de Abril de 1934 o agrimensor apresentou o relatório de partida da medição da *Fazenda Curral Novo*, tomando como marco a *Pedra do Úrubu*.

Em 25 de janeiro de 1934 foi celebrado o contrato de honorários do agrimensor, dentre as testemunhas, constava os nomes de pessoas já referidas constava também a assinatura de JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA. Nesta mesma data o agrimensor e os arbitradores foram comunicados sobre a audiência para determinação do ponto de partida e conferência dos títulos da divisão da *Fazenda Curral Novo*.

As cópias dos autos estão incompletas (faltam as páginas 34 a 54). E encerram nas páginas 55 e 56, cujo conteúdo é a cópia do termo de audiência ordinária realizada em 26 de abril de 1934 em que compareceu o advogado de João Luiz de Almeida que solicitou sob pregão fossem intimados os

interessados, condôminos, agrimensor, curador da lide. No verso desta página 55, consta um carimbo de "*Conclusão*" com data de 06 de novembro de 1939¹⁶⁶. Esse processo não foi concluído, não teve sentença judicial, conforme também confirmou o Cartório do 1º Ofício de Grão Mogol.

Destaca-se que membros da família ALCÂNTARA DE OLIVEIRA mesmo sem atribuição no processo acompanharam os trâmites.

De acordo com o INCRA (2003) as terras do Curral Novo encontravam-se ocupadas por vinte e quatro posses camponesas, que somaram 608 hectares. E pela apropriação de **3.878 hectares** por uma única empresa, a RIMA Industrial S/A.

4.2.1 Fazenda Tapera: Do Inventário à Invenção

Nos registros do Livro da Paróquia da Vila de Santo Antonio de Grão Mogol, localizei três registros de terras que indicaram confrontações com a *Fazenda Tapera* que foram declarados: i) por João dos Santos Vasconcelos, meia légua de terras no lugar denominado Estiva, cujos limites indicados foram "*com a Fazenda da Tapera, pelo correjo da Estiva, com a do Brejo Grande aguas vertentes, pela chapada com a Lagoa dos Patos, pelos mesmos Estiva*" e ii) pelo latifundiário Francisco José de Sá, dois registros, na *Fazenda Lagoa dos Patos* uma parte de terras limitando-se "*com a Fazenda da Tapera, Riacho dos Machados e Curral Novo, Barreiras e Santa Cruz*" e a *Fazenda Santa Cruz* limitando-se "*com a Fazenda de Santo Antonio, Brejo Grande, Tapera, Lagoa dos Patos, Barreiras, e Extrema*".

A história da ocupação da *Fazenda Tapera* situada no município de Riacho dos Machados/MG, parte da seguinte versão relatada por Carlos Alberto Dayrell¹⁶⁷ em sua dissertação de mestrado:

¹⁶⁶ Com assinatura do escrivão de difícil identificação na grafia. Abaixo desse carimbo, com letra diferente consta o seguinte registro: "*antes de sentenciar, dentro do prazo que vencia hoje, notifique-se a parte para proseguir no feito, e decorridos 10 dias voltem. Grão Mogol 14/11/39*" O registro que se segue na mesma folha registrou em 14/11/39 que o procurador do promovente da ação não foi intimado, por achar-se em outra comarca. Segue-se outro carimbo de vistas com data de 02 de novembro de 1939.

¹⁶⁷ Carlos Alberto DAYRELL. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Dissertação apresentada à Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana de La Rábida como parte das exigências do Curso Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible. 1998, p. 92.

Pela história oral dos camponeses mais velhos, percebe-se que a ocupação humana na região dos gerais, em Riacho dos Machados, é antiga. O sr. Chico (Francisco Borges dos Reis, morador na comunidade da Fazenda Tapera, hoje um assentamento rural que foi desapropriado pelo INCRA), negro, com 83 anos, morador mais antigo de uma comunidade do município, a Fazenda Tapera [...]

Sabe que sua mãe, que morreu com 130 anos, e seu avô, nasceram na Fazenda Tapera. Do bisavô, não sabe de onde veio. Zilah (Zilah de Mattos, assessora da CPT – Comissão Pastoral da Terra – fez um levantamento da ocupação histórica da Faz. Tapera.) afirma que a Fazenda Tapera foi estabelecida ainda no tempo da escravidão. A sede da fazenda tem uma igrejinha, de Nossa Senhora de Oliveira, com indicações de que tenha sido construída entre 1730-1750. (Dayrell, 1998:92)

Para DAYRELL (1998:118) a história antiga da Fazenda Tapera, certamente, ainda está por ser escrita:

A Fazenda Tapera tem uma história antiga, cuja época remonta aos anos situados entre 1730 e 1750. (...). A fazenda teve muitos donos. Segundo o sr. Chico, o primeiro fazendeiro foi o Saraiva, ainda no tempo da escravidão. Depois veio o tal João Figueiredo, *“sujeito muito envexado, tinha muitos jagunços e mandava matar”*. **Em seguida passou para o Júlio Guimarães, baiano**, casado com D. Oliva, a quem todos chamavam de laiá. **Antes de morrer, passou para o seu irmão, José Guimarães**, tratado por Juca. De Juca, ficou para D. Clarice, a viúva, que depois casou com **Dr. Carlos, o agrimensor. Foi este agrimensor que mediu a fazenda na época da demarcação e ajudou a ampliar os limites da fazenda que passou a medir 20.482 ha.** O Major foi o último dono antes de vender, em 1988, para a Sicafe, empresa siderúrgica de Sete Lagoas, que tinha o objetivo de implantar aí um projeto de reflorestamento com eucalipto. O major era casado com a filha de D. Clarice.

Além dessa relevante explicação reunida por DAYRELL (1998), a explicação para a grilagem das terras *Fazenda Tapera*, também denominada *Fazenda das Oliveiras* seguiu um caminho bastante complexo, tentarei contar esta história que envolve alguns sujeitos sociais e alguns malabarismos com os instrumentos jurídicos.

O registro mais pretérito a que me detive foi o processo do inventário relativo ao falecimento de José Guimarães, já que as certidões dos CRIs de Porteirinha/MG e Grão Mogol/MG não trazem esta informação, que deveria constar das certidões emitidas pelo cartório de Urandi/BA.

No referido “*Processo de Inventário dos bens de José Guimarães*”¹⁶⁸ as menções à *Fazenda Tapera*, também denominada nos autos como *Fazenda “Oliveira”*, são de 1916, na “*Carta de adjudicação passada ao favor do Major José Guimarães extrahida dos autos do inventario dos bens do finado Coronel Julio Ribeiro Guimarães*”, irmão de José Guimarães:

*“[...] procedeu-se à descrição e avaliação dos bens justificaram por fallecimento do Coronel Julio Ribeiro Guimarães pela firma seguinte: Imoveis: **As terras da Fazenda “Oliveira”, antiga “Tapera”,** extremada com cerca de seis leguas de circunferencia, com campos de criar e terras de cultura, avaliado pois em cinco contos de reis (5:000\$000). Uma casa de morada, situada na mesma fazenda, coberta de telhas, com onze (11) janellas de frente, engenho, chacarada, cafeeiro e arvores frutiferas rego d’agua, manga cercada a vallo, ranchos para passageiros, dois (2) currais, avaliados em cinco contos de reis (5:000\$000). Uma larga cercada de madeira e vallos, **com a superficie de trinta alqueires**, no lugar “Capão da Varzea” da mesma fazenda avaliado para quinhentos mil reis (500). Uma casinha coberta de telhas, no lugar denominado “Mandacaru”, com uma manga no findo, avaliada por trezentos mil reis (300\$000). Uma casinha no lugar denominado “Pedrinhas” com um pasto de frente avaliada por cincoenta mil reis (50\$000). Uma casinha denominada “Banda” composta por uma janella de frente, avaliada por cincoenta mil reis (50\$000). [...] vem requerer á V. Exc.ia. se digne a adjudicar-lhe a Fazenda da Oliveira, no districto de Riacho dos Machados deste município, temos (?) avaliadas as terras, casas, engenhos, chacaras, mangas, etc. tudo por 10:900\$000, como consta do inventario. [...] Grão Mogol, 27 de setembro de 1916. Cunha Mello. [...] Julgo por sentença a presente partilha para que produza a mesma os seus efeitos legais e, assim julgamos, ser por adjudicada ao herdeiro José Guimarães a fazenda da “Oliveira”, situada no districto de Riacho dos Machados, neste municipio, visto terem todos os inventariantes concordado com a adjudicção referida. [...]”*

De acordo com o conteúdo de inventário o Coronel José Guimarães recebeu por herança dos bens do Coronel Júlio Ribeiro Guimarães, a Fazenda das “Oliveiras”/Tapera em 1916.

Quando em 1930, o Coronel José Guimarães morreu e seus bens foram inventariados, é que inseriu-se na trama o engenheiro agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE, indivíduo destacado no processo de grilagem investigada – conforme a *lista dos bens pertencentes ao Espólio de José Guimarães*:

- 1 fazenda creatória, demarcada, em uma planta levantada em 12 de março deste ano, pelo **engenheiro Carlos Albuquerque** com diversas dependências e boas pastagens e diversos

¹⁶⁸Como procedimento metódico realizei transcrições parciais ou integrais de documentos incluídos no Processo de Inventário dos bens Coronel José Guimarães, relevantes para a caracterização da Fazenda Tapera, dos bens e da família Baleeiro e Guimarães, incluindo a lista completa dos bens pertencentes ao Espólio.

“amançadores”, denominada Tapera, município de Grão Mogol no Estado de Minas Gerais.

- 1 casa bem construída com diversas dependências na Fazenda da Tapera e suas dependências.

Também na Carta Precatória de Avaliação dos Bens do “Coronel José Guimarães”, dirigida ao Juízo de Direito da Comarca de Grão Mogol (05.12.1930):

Uma fazenda creatória, demarcada com uma **planta levantada pelo Engenheiro Carlos de Albuquerque**, com diversas dependências, boas pastagens, diversos amançadores, denominado “Tapera”, uma casa bem construída com diversas dependências, na Fazenda “Tapera”. Uma manga grande, parte empastada, “Capão da Vargem”, cercada de arame e botume com dez alqueires. Uma manga empastada, no lugar “Mandacaru”, cercados com a área de cinco alqueires de pasto. Um círculo de matto virgem, com uma área de oito alqueires. Tres mangas pequenas com área de cinco alqueires, todas partes empastadas, na sede da Fazenda Tapera.

Em 30 de Dezembro no laudo emitido pelos avaliadores¹⁶⁹ já foram mencionados a área e os preços das terras:

(...) dirigimo-nos ao districto de Riacho dos Machados, na Fazenda da “Tapera”, também conhecida por “Oliveiras”, examinamos os bens constantes do mandado; achamos ser bem construída a casa de morada e existindo na mesma **fazenda quatrocentos e vinte (420) alqueires de terras de campo e cultura** aproximadamente, sendo as mesmas banhadas pelos correios Tamanduá, “Lagoa Grande” e Tira Sipó (...) Imóveis: **Trezentos e noventa e dois (392) alqueires de terras na Fazenda da “Tapera” demarcada, com uma planta levantada pelo Engenheiro Carlos Albuquerque**, com boas pastagens de campo, diversos amançadores, depois avaliamos tudo por quinze contos seiscentos e oitenta mil reis (15:680\$000); (...) uma manga, grande, sendo parte empastada, “Capão da Vargem”, cercada de arame bratumes, e com área de **10 alqueires** que avaliamos por 4:000\$000, uma casa velha, com porta de frente, em ruínas, uma manga empastada com a área de **5 alqueires**, no lugar denominado Mandacaru – Fazenda da Tapera districto do Riacho dos Machados que avaliamos por 6:000\$000 de reis; um círculo de matto virgem com área de **8 alqueires** no Mandacaru, districto de Riacho dos Machados, que avaliamos por 4:500\$ **Tres mangas pequenas no Capão da Vargem Fazenda da Tapera com área de 5 alqueires** que avaliamos por 2:000\$000; todos os imóveis estão situados no districto de Riacho dos Machados, e na Fazenda da Tapera – Somam total 55:410\$000”

¹⁶⁹No mesmo dia 30 de Dezembro de 1930 o Tabelião Washington Barbosa de Araújo transcreveu o laudo. E em 02 de janeiro de 1931, em Grão Mogol o Juiz Manoel Cristiano Rello. Foram pagos os impostos territoriais por transmissão “causa-mortis”. A Carta Precatória foi cumprida em 21.01.1931 e recebida em Urandy, 19 de janeiro de 1931.

Até então, as medidas da *Fazenda Tapera* reunidos os campos, mangas, mangas empastadas, pastagens, mato virgem **somaram 420 alqueires**. E, nenhum documento fez referência ao registro imobiliário do imóvel no CRI-Grão Mogol.

Ainda nos documentos que constam no inventário, em 04 de julho de 1956, Dona Clarice Baleeiro Guimarães, a viúva, do Coronel José Guimarães, agora, casada em segundas núpcias com o agrimensor CARLOS ALBUQUERQUE, e por ele assistida, dirigiu o Processo de Sobrepartilha¹⁷⁰, do inventário dos bens de “*de-cujus*” José Guimarães, este documento foi dividido em três partes (o fato, o direito e o requerimento) cabe aqui mencionar os seus conteúdos:

O **FATO**: “A requerente era casada em primeiras nupcias, procedido o mencionado inventário pelo Termo de Urandi e julgado pelo Dr. Juiz de Direito de Caetité, no ano de 1930, conforme consta dos Autos que, oportunamente, o presente será junta, para os devidos fins, dos bens deixados pelo de- cujus José Guimarães, deixou de escrever, porque somente agora descobriu e deu pelo lapso, o terreno da Fazenda “Tapera”, antiga Oliveira, sita no município de Porteirinha, anteriormente pertencente a Grão Mogol, Estado de Minas-Gerais, com os seguintes limites: N-Fazenda Lages e Pé Grosso; S-Rio Vacaria; L-Serra da Bucaina, Poço D’água e Lagoinha; Córrego do Lobeiro e Estrada de Grão Mogol. O de cujus adquiriu o imóvel por escritura pública e parte lhe foi adjudicada.”

Esse trecho é elementar porque, decorrido o processo de inventário, a senhora Clarice Baleeiro, já como Sr^a Clarice Albuquerque registrou neste documento a forma da origem do imóvel: **Escritura Pública e Adjudicação**. Embora tivesse ido viver na *Fazenda da Tapera* em 1932¹⁷¹ apesar da condição de casada com o agrimensor responsável pela planta do imóvel, somente após 26 anos que foi se dar conta do lapso referente às medidas da área do imóvel,

¹⁷⁰ Processo de sobrepartilha, do inventário dos bens de “de-cujus” José Guimarães, dirigido ao Cartório de Feitos Cíveis e Criminais, Termo de Urandi, aos 16 de julho de 1956 (Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Condeúbas, ora, com jurisdição, também, no Termo de Urandi. Requerente: Clarice Baleeiro Albuquerque, assistida por Carlos de Albuquerque Souza. Advogado: Eutrópio Neves de Oliveira.

¹⁷¹ Os documentos assinados por Clarice Baleeiro, a partir de 1932 indicam como localização a Fazenda Tapera, Grão Mogol, Minas (25/01/1932), também em documento de 16 de setembro de 1933. Evidenciando que Clarice Baleeiro passou a residir na fazenda Tapera, Grão Mogol, MG. No documento de fevereiro de 1940, a Fazenda Tapera, foi localizada no município de Porteirinha, MG, devido a emancipação do município em 1938.

conforme evidenciaram as outras partes do documento (o direito e o requerimento) a seguir:

O **DIREITO** – “Consoante o disposto no § único do art. 514 do Código de Processo Civil, estão sujeitos a sobrepartilha os bens que se descobrirem depois da partilha.

O **REQUERIMENTO** – Assim requer V. Excia., com fundamento na parte última do § único do art. 514 retroreferido, a sobrepartilha da mencionada gleba, em que estão interessados a meeira e demais herdeiros. Requer, outrossim, com apoio no art. 523 do Código do Processo Civil seja a presente sobrepartilha processada na forma de arrolamento, posto que, todos os interessados são capases e presentes, uma vês que se obriga a juntar no prazo estabelecido por V. Excia as procurações dos herdeiros que ainda não o fizeram. A **parte de sobrepartilha compreende em média - 4.000 alqueires.** [...] O imóvel a ser sobrepartilhado tem os seguintes limites e confrontações: - pela estrada de rodagem – Montes Claros – Salinas a partir do Córrego do Lobeiro, pela estrada de rodagem até atingir a linha no lado oposto, isto é, próximo, Pedra Preta, na linha que vem do Mandacaru. Sendo que a parte do imóvel já caracterizado, onde está localizada a sede, respeitando os limites descritos – pertencerão a Clarice Baleeiro Albuquerque e seu marido Carlos de Albuquerque Souza. A outra parte desta Fazenda no lugar denominado Mandacaru e seus logradouros, respeitando o mesmo limite, isto é, a estrada de rodagem, para os demais herdeiros, todos relacionados. [...]

Clarice Baleeiro e Carlos Albuquerque apropriaram-se, muito habilmente, da possibilidade criada dos fundamentos dos artigos 514 e 523, do antigo Código de Processo Civil¹⁷² de 1939, e ampliaram a área da *Fazenda Tapera* de **quatrocentos e vinte (420) alqueires para quatro mil (4.000) alqueires**, ou seja, **19.360 hectares**.

No processo de inventário, a primeira certidão apresentada constando uma referência aos números de registro do imóvel *Fazenda “Oliveira ou “Tapera”* foi emitida (em Junho de 1956) por Hilario Marinho Ferreira Paulino,

¹⁷²DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 de setembro DE 1939 – Antigo -Código de Processo Civil -*substituído pela Lei nº 5.869, de 11.1.1973*) Art. 514. Consistindo parte da herança em bens remotos da sede do juízo, ou litigiosos, ou de liquidação difícil, a partilha dos outros bens poderá ser feita, no prazo legal, reservados aqueles para sobrepartilha, sob a guarda do mesmo ou de outro inventariante, conforme deliberar a maioria dos herdeiros.

Parágrafo único. Ficarão também sujeitos a sobrepartilha os bens sonegados e os que se descobrirem depois da partilha.

Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário de valor superior a dez contos de réis (10:000\$0), si as partes forem capazes de transigir e nele convierem em termo judicial, assinado por todas.

Escrivão do 1º Ofício do Judicial e Notas e Oficial do Registro de Imóveis, Grão Mogol, MG:

Livro nº 3 dos Registros Imoveis, dele as Fl. 95, consta o Registro seguinte: Nº 438 – **Data 7 de julho de 1925** – Freguezia do Imovel: Riacho dos Machados. Denominação do imóvel: Fazenda “Oliveira” ou “Tapera” – Confrontações e Características do imóvel. A Fazenda acima extrema com cerca de seis leguas ou circunferência, composta por campos de criar(...) uma manga de terras nos fundos no lugar denominado “Mandacaru”(…) tudo dentro da referida fazenda. **Adquirente José Guimarães, residente na Villa de Urandy, Estado da Bahia – Transmitedor: O Juízo de Direito de Grão Mogol – Título: Adjudicação – Forma do Título: Carta de Adjudicação extrahida do Inventário do Coronel Julio Ribeiro Guimarães pelo escrivão do 1º Officio Reginaldo Aguiar de Oliveira Júnior, julgado por sentença ao M. M. Juiz de Direito, Dr. Belisario da Cunha Mello, em 30 de outubro de 1916** – Valor citado: Rs (rabiscado) 10:900\$000. Condições do Contrato: Não Há – Official de Registro Geral Reginaldo Junior: é o que contém no livro É o que contem no livro fl. supra referidas para aqui fielmente trasncrito e conferido.

Trata-se uma certidão imobiliária não mencionou a área do imóvel em questão, todavia, outra certidão, emitida também em junho de 1956, o mesmo escrivão identifica o seguinte registro:

Certifico o pedido verbal de parte interessada que recebo em meu poder e Cartorio no Livro nº 3 – B do Registros de Imoveis, dele as Fl. 119, consta o Registro seguinte: Nº 447 – Data 8-1º 1942 – Circunscrição: Porteirinha. Denominação do imóvel: **Fazenda Tapera antiga “Oliveira” (...) Caracteristica fazenda de criar e de plantar no Distrito de Riacho dos Machados, município de Porteirinha com área total de 4.545 alqueires devidamente cercada:** Confrontações: ao Norte Fazenda do Marimbo e Laudy (?) Pe Grosso ao Sul, o rio Vacaria ao Nascente terras da Fazendas Pe Grosso e D. Rosa e ao poente terras do Marimbo e Laudy; Limites: Partindo do Morro da Aroeira, no Marimbo a linha o limite segue rumo ao Sul até a Pedra conhecida por Laguinho, na vereda do Forges; ao Lagedinho e seguindo a cabeceira da Lagôa da Preguiça, vai a estrada pedestre que liga Riacho dos Machados a Grão Mogol, e por esta cabeceira do (...)”

Em 16 de julho de 1956, pelo Escrivão dos Feitos Civis e Criminaes, Urandi/BA foi “juntada” uma Certidão de avaliações realizadas conforme Carta Precatória, dirigida ao Juízo de Direito da Comarca de Grão Mogol, nesse documento menciona a mesma área das medições de 1930 da *Fazenda Tapera*, ou seja, **a soma de quatrocentos e vinte (420) alqueires.**

Em 17 de julho de 1956, em Urandi a inventariante Clarice Baleeiro assinou um Termo de Compromisso e Declarações que versam sobre a

sobrepilha da *Fazenda Tapera*, no documento novamente foram apresentadas as confrontações, mas a área do imóvel não foi mencionada.

O pulo gato dos grileiros foi alcançado em um detalhe, conforme revelado pelo conteúdo da Carta Precatória Avaliativa emitida pelo 2º Cartório de Ofício de Porteirinha, em 26 de setembro de 1956, foi solicitada a avaliação do: *“imovel sobrepilhado, no valor de \$8000.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) denominado “Tapera”, antiga “Oliveira”. Sito no municipio de Porteirinha, tem as seguintes confrontações: Pela estrada de rodagem Montes Claros-Salinas, a partir do Córrego do Loubeiro, pela estrada de rodagem até atingir linha do lado oposto, isto é, próximo à Pedra Preta, na linha que vem do Mandacaru.”* Também não mencionou a área. Mas o Laudo de Avaliação de 29 de setembro de 1956, ou seja, seis dias depois, apresentou o avaliador Alcides Barbosa Santos: *“1- uma gleba de terras, situada nos lugares denominados “Tapera e Mandacaru”, Fazenda TÁPERA, já demarcada, **com area total de quatro mil quinhentos quarenta e cinco alqueires (4.545) alqueires geometricos**, com suas confrontações descritas no mandado junto; e como informação dos herdeiros haver sido inventariado a **area de trezentos e noventa e dois (392) alqueires geometricos**, somente o restante da area de quatro cento e cincoenta e tres (4.153) alqueires geometricos”*. Por este instrumento foi reconhecido que os 392 alqueires demarcados já pertenciam à inventariante Clarice Baleeiros. E se dividirmos o número 4.545 alqueires **(21.997,80 hectares)**, por 392 alqueires, teremos 11 partes que casualmente, ou propositalmente é número total dos herdeiros do Coronel José Guimarães.

Então, no Auto de Sobrepilha, o que importou para o juiz foram os valores dos bens, a soma dos preços de bens imóveis de José Guimarães totalizaram a importância de um milhão, seiscentos e um mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 1.601.416,40). Nesses termos, a grilagem foi possibilitada na transmissão de bens patrimoniais havidos por herança, em que se aliaram a negligência do judiciário, à esperteza dos herdeiros da família Guimarães e o conveniente casamento com o engenheiro CARLOS ALBUQUERQUE, e na brecha possibilitada pelo instrumento de sobrepilha, fundamentado nos artigos 514 e 523 do Código do Processo Civil de 1939.

Cabe ainda informar que há algumas coincidências que foram convenientes ao processo de ampliação da área da *Fazenda Tapera*. Entre elas destaco o fato de que o agrimensor CARLOS DE ALBUQUERQUE SANTOS, o responsável pelos levantamentos das divisas da Fazenda Tapera, e produção da planta cartográfica, nesse processo teve a oportunidade de conhecer a viúva CLARICE BALEEIRO GUIMARÃES com quem se casou. Nesta época a administração de fato da *Fazenda Tapera e Mandacaru* era de ALCEBINO DOS SANTOS genro de CLARICE BALEEIRO GUIMARÃES, conhecido pela alcunha de "Major".

De acordo com Oliveira (2013), cabe alertar, para o fato de que a firma A.SANTOS & CIA que comprou os direitos dos filhos herdeiros de JOSÉ GUIMARÃES (inclusive do próprio ALCEBINO SANTOS/MARIA DE LOURDES GUIMARÃES) no lugar denominado *Mandacaru da Fazenda Tapera*, é a mesma que vendeu para ALCEBINO SANTOS, "o major", os direitos comprados. Além disso, foi também Edgard dos Santos que comprou o imóvel rural denominado "*Tapera*", *antiga Fazenda das "Oliveiras"* de CARLOS DE ALBUQUERQUE SANTOS/CLARICE BALEEIRO ALBUQUERQUE, para depois vendê-lo também, para ALCEBINO SANTOS. Toda essa operação ocorreu entre os anos de 1958 a 1960, tendo como lugar os registros do CRI de Porteirinha/MG que tinha como oficial SILVANO PIRANGA DE ARAUJO.

Através de levantamento imobiliário da *Fazenda Tapera*, foi possível constatar que, no final do ano de 2012, o último documento existente no Cartório de Registro de Imóveis de Porteirinha/MG era a Matrícula Nº 14.616 Livro 2 fls. 01 a 06 de 27/07/2010 de propriedade da SICAFE-PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA e SIFLOR-FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA, com a área de 15.847,6707 hectares.

Em síntese, a história que os documentos permitem reconstruir remetem ao julgamento do inventário dos bens do Coronel Julio Ribeiro Guimarães julgado por sentença pelo Juiz Dr. Belisario da Cunha Mello, em 30/10/1916. a partir daí, o primeiro registro imobiliário que consta dos autos do inventário do seu irmão o herdeiro Coronel José Guimarães, remeteu ao registro Nº 438 (Livro nº 3, Fl. 95) de 07/07/1925, **não informou a área do imóvel**. Na matrícula Nº 431 (Livro 3-B fls. 114) de 24/12/1941, há referência à Certidão de

partilha em 21/01/1932, de **area de trezentos e noventa e dois (392) alqueires, ou seja, 1.897,28 hectares**. O Registro seguinte Nº 447 (Livro nº 3 – B, Fl. 119) de 08/01/1942, informou a área grilada na sobrepartilha de **4.545 alqueires, ou seja, 21.997,80 hectares**, esses três registros do CRI de Grão Mogol/MG.

Como as terras de Riacho de Machados passaram e ser registradas no CRI-Porterinha, nessa serventia constam a Transcrição Nº 5.281 Livro 3-G fls. 28 e 29 de 23/04/1960 que teve com registro anterior a Transcrição Nº 5.262 Livro 3-G fls. 22 de 19/04/1960 a partir da sentença judicial de 04/02/1957 da sobrepartilha dos bens de José Guimarães.

Essas evidências apresentadas apontam para um processo de grilagem que indicam a criação de redes de manipulação de documentos. O cartório de 1º Ofício de Grão Mogol informou que nesta serventia não constavam cópias dos autos de inventário de bens de Júlio Guimarães, quem em tese, deixou a área de herança para o irmão José Guimarães.

Também no CRI-Porteirinha foram levantadas a Matrícula Nº 7.393 (Livro 2 fls. 01 e 02 de 24/07/1989) tem como registro anterior a Matrícula Nº 5.354 (Livro 3-G fls. 56 de 03/05/1960), através da qual ALCEBINO SANTOS adquiriu da firma A.SANTOS & CIA **área de 9.553,94 hectares** do imóvel rural denominado Mandacaru, da *Fazenda Tapera*.

Ainda nas terras da Fazenda Tapera, Oliveira (2013) constatou a existência da propriedade da RIMA INDUSTRIAL S/A pela qual foi averbado na Matrícula 4.093 (AV-9-4.093), o Termo de Compromisso de Execução Florestal, firmado com o IBAMA datado de 15/02/1990, através do qual a empresa proprietária declara ter plantado 305.577 árvores em uma área de 183,31 hectares, de uma área projetada de 208,94 hectares, pelo prazo de 21 anos. Ou seja, encerrou-se em 2011, esse plantio virtual da empresa. Essa massa de eucalipto virtual virou carvão virtual, que abriu possibilidade para que a empresa continuasse comprando como faz até na atualidade carvão clandestino oriundo da derrubada ilegal do cerrado, do carrasco e até mesmo da caatinga¹⁷³.

¹⁷³ Em 1957, através da Resolução nº 242 de 24 de agosto de 1957, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais criou uma Comissão Especial de Inquérito, para apurar denúncias sobre apropriação indébita madeiras extraídas em terras devolutas do Estado e demais irregularidades existentes no Departamento de Terras e Matas: *Art. 1º - É constituída uma Comissão Especial e inquérito composta*

Conforme analisou Oliveira (2013), o título de propriedade virtual ou não, cumpria sua função de reserva patrimonial quando submetido à hipoteca, ou de reserva de valor quando negociado no mercado. É muito provável que essa seja a atividade da BAV INVESTIMENTOS LTDA, que comprou uma Matrícula de uma propriedade que certamente sabe que de fato não existe. Outra função que esses títulos exercem é de serem instrumentos de sonegação do imposto de renda, praticado, sobretudo entre os profissionais liberais, como justificativa de investimento nas propriedades rurais através da cédula G.

Atualmente, nas terras da *Fazenda Tapera*, através da luta do campesinato geraizeiro, foi demarcado o Projeto de Assentamento Tapera, cujo processo de luta foi estudado por Dayrell (*op.cit.*) em sua dissertação. Como consequência desse processo de conquista pela terra em bases agroextrativistas, seguem em curso o processo pela demarcação da *RDS-Tamanduá* pelo ICMBio, fruto da demanda geraizeira em defesa do cerrado e como estratégia de enfrentamento das ameaças dos grileiros e das empresas que continuam se apropriando ilegalmente das terras devolutas e camponeses nessa fração do território.

4.3. As terras divididas nos limites com Francisco Sá, Cristália, Botumirim e Itacambira

4.3.1 Fazenda Santa Quitéria

Os primeiros registros que localizei da existência da *Fazenda Santa Quitéria* indicaram que sete pessoas registraram no RPTs da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, “*partes de terras*”, “*terras em commum*”, “*pedaço de terras na Fazenda Santa Quiteria*”, em diferentes localidades, denominadas *Bôa Sorte*, *Jatahy* e *Barbadinho*, *Fazenda Nova*, *Barreiro das Antas* (vide Quadro 3, no capítulo 1 desta tese). E já naquele período em 1855, localizei expressões como, “*e por não se achar a fazenda dividida, não sabe das extremas*” e “*em commum com herdeiros*”, evidência de que já se configurava o regime de uso comum das terras em meados do século XIX, ao mesmo tempo, que houve por interesse por parte dos latifundiários, de impor a propriedade

de 5 (cinco) membros, para investigar as denúncias veiculadas na Imprensa da Capital sobre a apropriação indébita de madeiras extraídas em terras devolutas do Estado e demais irregularidades porventura existentes no Departamento de Terras e Matas da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.)

privada da terra, ao uso costumeiro que já tinha seus contornos. Esses interesses ficaram evidentes, nas extensões das terras que eram declaradas ferindo a legislação vigente. Por exemplo, um desses pretensos proprietários, João Chrisostomo Ribeiro, chegou a declarar de *“de extensão oito leguas e quatro de largura mais ou menos”* de *“duas partes de terras na fazenda Santa Quitéria”*.

Os interesses pela apropriação privada das terras da *“Fazenda Santa Quitéria”* foram retomados com o processo judicial de divisão e demarcação que tramitou entre 1930 e 1938. Neste processo DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA foi nomeado Juiz de Paz substituto da Comarca de Grão Mogol, porque, o juiz MANOEL CHRISTIANO RÊLLO declarou: *“sou suspeito para funcionar neste feito”*, mas não apresentou uma justificativa. Os suplicantes da divisão foram MORENO AMADEU DIAS PRATES e BENJAMIN FRANKLIN DIAS, fazendeiros residentes em Grão Mogol, que afirmaram serem:

[...] senhores e possuidores de diversas partes de terras na fazenda denominada “Stª Quitéria” situada no districto desta cidade havidas, respectivamente, por sucessão e compras feitas a Olympia Dias Correa e D. Juscelina Augusta Dias de Faria, e D. Abitta Dias de Vasconcelos e a D. Candida Francisca da Silva e D. Laurinda Francisca de Jesus, conforme titulos, certidões e mais documentos que juntam a esta, achando-se ditas terras em commum com outras pertencentes a diversos.

A referida fazenda “Stª Quitéria” que se constitue, na maior parte, de taboleiros e chapadas, tem a area aproximada de 15.000 alqueires geometricos, e confronta-se ao norte com as fazendas de Péga, Currais e Stª Cruz, ao sul com as fazendas Purificação e S. Jeronymo, ao leste, com as fazendas Stº Antonio e Rocinha e ao oeste com as fazendas Rocinha e Purificação, compreendendo os limites seguintes:

“No lugar denominado Lagedo, da cabeceira do rio Extrema seguem por este até a sua barra no rio Itacarambirassú, pela qual sobem até a barra do seu affluente Ticororó (?) e por este até a cachoeira Purificação, dahi pela Serra dos Uirrossaiás, aguas vertentes até o Quebra-Cangalha, léguas pelas vertentes, a direita para Stª Quitéria e a esquerda para o rio Gurutuba, até encontrar a cabeceira do rio Estiva, onde começou esta descripção.

Foram convocados 206 condôminos, dentre os quais, membros da família DAMASCENO FERREIRA, MURÇA, FRÓES, SOUZA FREIRE, e BICALHO.

O suplicante BENJAMIN FRANKLIN DIAS apresentou como título *jus in ré* uma certidão imobiliária, que faz referência a outra propriedade, a *Fazenda*

São Domingos (Figura 17). E apresentou também duas certidões imobiliárias indicando lugares denominados “*Boneco na fazenda Barreiro do D’Anta*” (Figura 18) *Coelho*” e “*Coelho*” (Figura 19), conforme as certidões de 1929, essas localidades estariam situadas na *fazenda Santa Quitéria*. Terras adquiridas pelo suplicante por meio compra, respectivamente em 1917 e 1929.

Figura 17 - Certidão Imobiliária da *Fazenda São Domingos* Apresentada como título jus in ré pelo suplicante da Divisão da *Fazenda Santa Quitéria*

TALAO N. 107 Pags. 107

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Immoveis

Estado de *Alagoas* Município de *Grão Lagoa*
 Distrito da *Cidade*
Fazenda São Domingos

Certifico que a fls. 5 do livro 5 foi apresentado a registro hoje sob numero 728 a certidão do imovel seguinte = metade da manga contigua a casa e chácara da fazenda *São Domingos* desta *Mun.* cujo por duzentos e cinquenta mil reis (250.000) metade da parte de terras na manga da *Ponte Pequena* comprada a *Angelo de Quadros* com a área de cinco alqueires somente 2 1/2 alqueires por cem mil reis (100.000) total das duas partes trezentos e cinquenta mil reis 350.000 havida por herança. Adquirido de *Alboreno e Radeia Dias Brates*, conforme certidão de partilha passada pela *escritura interina Julieta Laborne* em 25 Agosto de 1930. Formas título certidão Valor R\$ 350.000 Condições nenhuma

Observações arquivado no protocolo sob n.º 929
 Transmissão pago talão n.º 66 - 18.900
 Transmissão

Referido é verdade e dou fé
Grão Lagoa, 25 de Agosto de 1930
 Em test. da verdade
Julieta Laborne
 Oficial interina de imoveis

Figura 18 - Certidão Imobiliária da Parte de Terras no Lugar Boneco na Fazenda do Barreiro da Anta Apresentada pelo suplicante da Divisão

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Immoveis

Estado de Minas Gerais Município de João Moniz
Distrito desta Cidade
Fazenda de St. Quiteria
Rancho d'Anta

Certifico que a fls. 136 do livro n.º 4 foi apresentada a registro hoje sob numero 635 - a escriptura public. do immovel seguinte -
uma parte de terras, com a area de um (1) alqueire, sita
no lugar denominado "Boneco" fazenda do Barreiro
d'Anta, havida por heranca, districto desta Cidade
conforma consta da escriptura publica a qual
contida - Sendo: Adquirente - Benfaminio Francisco
Transmittente - Britta Dias de Vasconcellos - Distrito de
João Moniz - Forma do titulo - Escriptura publica
lancada pelo tabelião de Santo André, Joaquim Dias
Conia, em 28 de Maio de 1926. Valor - R\$ 500,00. Con-
dições - Nenhuma.

Observações Arrolado no protocolo sob n.º 836.
Transmissa total n.º 86 x 6 = 3.500 + 1.500. Transmissa
contingente, outorgada de Collecta estadual. Exprimel
seu.

O referido é verdade e dou fé
João Moniz, 18 de Novembro de 1929.
Official do Registro de Terras
Rosendo Latorney
 Official

Figura 19 - Certidão Imobiliária da Parte de Terras no Lugar Coelho na Fazenda Santa Quitéria Apresentada pelo suplicante da Divisão

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Immoveis

Estado de Minas Gerais Município de João Nepomuceno
 Distrito desta Cidade Fazenda de St. Quitéria
Coelho

Certifico que a fls. 137 do livro n.º 4 foi apresentada a registro hoje sob numero 639 - o título particular do imovel seguinte -

Quas partes na casa com quintal e parte nas terras
do lugar denominado Coelho situas na fazenda de Santa
Quiteria deste districto, com posse, hauidas em herança
com prum conta do título particular a minis apre-
sentado. Sendo: Adquirente: Benjamim Francisco
João Transmittentes: Candida Francisca de Silva
Leunilda Francisca de Jesus. Título Particular -
Forma do título - Título particular passado a rego-
das ruididoras em 30 de Maio de 1917. Valor: oito
mil e setecentos reis (8.700). Condições: Não ha.

Observações Arrebado no protocollo sob n.º 840. Transmis-
são talon n.º 69 e 247 + 261 + 4.007 reis. Territorial pago
com prum certidão do Collecta estadual Licença Licença.

O referido é verdade e dou fe
João Nepomuceno, 19 de Novembro de 1919.
Officio do Registro de Immoveis
Leopoldo Caborny.
 Official

Como mostram as certidões, duas dessas certidões não se referem a *Fazenda Santa Quitéria*, mas sim às *Fazendas São Domingos* (Figura 17) e *Fazenda Barreiro do D'Anta* (Figura 18) - embora, nesta escritura insira na localização de *Fazenda Santa Quitéria*, na própria certidão, está registrado que o lugar é “boneco” Fazenda Barreiro D'Anta. Com essas duas certidões foram comprovadas no total 3 alqueires e meio (16,94 hectares), já que a certidão da área “Coelho” Fazenda Santa Quitéria (Figura 19) refere-se à “partes de terras”, aliás jamais poderia o Oficial do Registro de Imóveis, LEOPOLDO LABORNE ter lavrado uma escritura sem especificar a área do imóvel.

De acordo com os cálculos apresentados pelo agrimensor Sebastião Tupynambá, em 1932, a área da *Fazenda Santa Quitéria* era de **24.084 alqueires 852 centiares**.

No primeiro volume do processo demarcatório foram apresentadas dezenas de documentos, entre declarações, transcrições de certidões, escrituras públicas, escrituras particulares, cópias de autos de inventários, de terras de diversas localidades, supostamente inseridas na área da *Fazenda Santa Quitéria*. São documentos com datas variadas, desde 1898, muitos destes concentrados na década 1910 e 1920, e também década de 1930. Além das terras indicadas na *Fazenda Santa Quitéria*, foram feitas indicações de diversas terras, posses, lugares, heranças nas seguintes de variadas denominações e localizações: Na Fazenda Santa Quitéria: *lugar Praia Grande, Boa Sorte, Burity, lugar cabeceira da Serra Nova, Tábua, lugar Sítio ou “Pau a Pique”, lugar Cachoeira, Vaca Morta, Taboquinha, Barbadinho, Quitanda, lugar Coelho na Barra da Vaca Morta, lugar Toco Velho*; Na Fazenda da Extrema: *lugar Riacho da Anta, terras da Veredinha, Cedro, lugar Roda e terras na própria Fazenda da Extrema, Lages no Córrego do Pripéry*; Na Fazenda do Espírito Santo: *na barra do Riacho, lugar Córrego de Areia com Rio Pé de Morro, Barra do Córrego do Riacho de Areia, Pripiry, Riachinho, lugar denominado Fazenda, terras na própria fazenda do Espírito Santo, Pé de Serra, Jutahy*, Outras localidades e denominações: *Macaúbas, fazenda da Veredinha, fazenda no lugar São João, posse no Córrego do Cheiro na fazenda Várzea da Onça, Fazenda Taboquinha, lugar São Calixto, lugar*

Quilombo na Fazenda do Sítio, lugar Riacho de Areia/cabeceira do Córrego da Lages/Capão da Prensa, Fazenda do Sítio, manga de Agreste no Riacho dos Barreiros, terras de agreste no lugar Cedro, Fazenda de Santa Cruz, lugar Matto Grande na Fazenda Riacho de Areia, Fazenda Vacca-Morta, Barra dos (ilegível), Sítio lugar Barranco, Manga, Fazenda da Manga no lugar Pé de Morro, Barra do Lages até o Mocozeiro, Barririnho do Onça, Fazenda das Tabocas, lugar Tabocas, lugar denominado Pósses.

Essa variedade de localizações e as indicações de áreas de outras fazendas são indicativos de que a área a ser delimitada, excedia os limites do que poderia compreender a *Fazenda Santa Quitéria*, são indicativos também da ocupação e do uso comum da terra característico dessa porção territorial.

Os nomes dos partícipes na *grilagem judicial* de outras fazendas, também incluem-se nestes autos, ocupando as mesmas funções como testemunhas, assinando certidões “a rogo de” pessoas analfabetas (JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, AUGUSTO FIGUEIREDO, LUCIDIO DA SILVA VEIGA, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, ALFREDO COLLARES) reconhecendo coletorias em certidões e procurador (EZEQUIEL PEREIRA), tabelião WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO, e MANOEL DAMASCENO FERREIRA que apresentou declarações de títulos particulares.

O segundo volume dos autos de divisão e demarcação da *Fazenda Santa Quitéria* foram apresentadas 177 folhas (pp. 201-399) páginas com mais títulos e certidões comprobatórias de propriedade. Assim como o terceiro volume, que inclui também cópias de autos de inventário de 1873 e de 1888, além de certidões.

Do quarto volume dos autos, consta os cálculos do agrimensor Sebastião Tupynambá e o orçamento da divisão, com data de 16 de maio de 1933. Consta das glebas dos ausentes que “*todas as glebas de ausentes são incultas, não tendo nenhuma dellas benfeitorias, ou culturas.*”

Do quinto volume consta a sentença com a adjudicação das glebas, com data de 04 de outubro de 1933. Diferente de outros processos nesta sentença de divisão judicial não foram especificados os quinhões e as respectivas glebas, foram identificados somente os nomes as áreas recebidas cuja localização só pode ser reconstruída, se é que pode ser reconstruída, a partir da análise da descrição dos marcos, direções e topônimos indicados pelo

agrimensor. Assinaram a sentença, DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA (na posição de juiz substituto), o agrimensor SEBASTIÃO TUPYNAMBÁ, os prováveis arbitradores JOSÉ BATISTA DO NASCIMENTO, JOÃO VIANA DA SILVA e WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO (escrivão).

Todavia, a *grilagem judicial* da *Fazenda Santa Quitéria*, não encerrou com esta sentença, pois consta anexo ao processo, o sexto volume dos autos. Indicando que em 14 de janeiro de 1938, José Lima da Silva (representado pelo advogado CARLOS MOYSÉS), residente em Engenheiro Navarro, naquela data pertencente ao município de Bocaiuva/MG requereu na condição de condômino ausente “*a adjudicação de quinhão, que ora faz o suplicante, depois de apurado seu título de jus in re e determinadas as necessárias medidas técnicas para a formação do quinhão pretendido, que afinal deverá ser adjudicado ao suplicante por sentença*”.

O título apresentado foi o seguinte: uma escritura de compra e venda lavrada no cartório de 1º ofício (HILÁRIO MARINHO FERREIRA PAULINO), atestando que em 12/10/1936, Evaristo de Souza Freire e sua mulher Dona Iria Gome de Siqueira venderam para o requerente José de Lima Santos “*uma parte de terras indiviso no lugar denominado Tôco fazenda de Santa Quitéria*” com área de 20 alqueires, que os outorgantes adquiriram por compra ao senhor Américo Paulino de Souza e sua mulher Dona Augusta Barbosa de Oliveira e Souza com escritura passada em 03/10/1901. As coletorias foram reconhecidas por EZEQUIEL PEREIRA e testemunharam ALFREDO COLLARES E AUGUSTO FIGUEIREDO, assinaram a rogo do vendedor JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA e a rogo do comprador João Gonçalves de Oliveira.

A partir desta escritura de compra e venda foi lavrado no registro de imóveis a certidão imobiliária, mais uma evidência de que as certidões de compra e venda foram utilizadas para gerar matrículas, como tentativa para destacar, ilegalmente, as áreas devolutas do patrimônio público, em uma trama que envolveu os mesmos grileiros que arquitetaram a *grilagem judicial* de uma imensa fração territorial não só da *Fazenda Santa Quitéria*, mas de toda a sua vizinhança.

O juiz substituto, Oscar de Oliveira e Silva, acolhendo a solicitação do requerente, convocou por edital, “os *condôminos ausentes, incertos e não sabidos da Fazenda da Santa Quitéria*”. Este juiz reconheceu que o título *jus in re* apresentado pelo requerente José Lima da Silva, fora “devidamente legalizado”, mas, a rigor, não há de acordo com os títulos apresentados sucessão que prove não serem terras públicas apropriadas pela produção de documentos imobiliários nos cartórios da comarca.

Assim, ao requerente José Lima da Silva, doravante, condômino, foram adjudicados cinco quinhões (253ha; 371,5ha; 1078,5ha; 181,1ha e 105,7ha) que totalizaram **1.989,8 hectares**. De acordo o pagamento feito ao condômino, é interessante notar que as áreas correspondem exatamente aos preços atribuídos à terra em contos de reis. A área total, 1:989\$860, e os quinhões respectivamente, 253\$000; 1:078\$500; 181\$160; 105\$700.

Em 16 de junho de 1938 foi constituído mais este quinhão e oito dias depois o juiz Felix Geraldo de Moura e Silva, assinou a conclusão dos autos, finalizando a *grilagem judicial da Fazenda Santa Quitéria*.

Assim concluiu-se a *grilagem judicial* das terras da *Fazenda Santa Quitéria*, em uma flagrante concentração das terras entre os grandes nomes da elite fundiária de Grão Mogol (vide Apêndice K: Divisão Judicial da Fazenda Santa Quitéria). A propósito, a maior concentração de terras dentre os processos divisórios analisados. Foram privilegiadas nesta *grilagem judicial* das terras, pessoas de sobrenome “DIAS” de provável parentesco com o suplicante Benjamin Franklin Dias, de sobrenomes “FROES”, “MURÇA”, “SOUZA FREIRE”, “DAMASCENO FERREIRA”, “LABORNE”, demasiadamente citados nesta tese e beneficiados em outros processos divisórios, e também o grileiro JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA (que recebeu **177,72 hectares**). A Tabela 22, a seguir mostra os enormes quinhões recebidos pelos grileiros.

Tabela 22- Maiores áreas adjudicadas na grilagem judicial da *Fazenda Santa Quitéria*

CONDÔMINO	Terras 1ª classe (ares)	Terras 2ª classe (ares)	Total (ares)	Total (ha)
Beijamim Franklin Dias	168483	954741	1123224	11.232,24
Domingos Rodrigues Froes	109318	619468	728786	7.287,86
Moreno Amadeu Dias Prates	112458	508599	621057	6.210,57
João Lucas de Aguiar	69056	391318	460374	4.603,74
Órphãos de Rochario Dias	40033	355521	395554	3.955,54
Manoel Damasceno Ferreira	54905	311127	366032	3.660,32
Evaristo de Sousa Freire	42167	238946	281113	2.811,13
Leonino Rodrigues Peres e Vincença Rodrigues Fonseca	38580	218618	257198	2.571,98
Pedro Laborne	33104	187587	220691	2.206,91
José Lima da Silva (adjudicado em 1938, após sentença)				1.989,80

O suplicante Coronel BENJAMIN FRANKLIN DIAS que através dos precários títulos apresentados como “*jus in ré*” comprovou possuir apenas 3 alqueires e meio (16,94 hectares) e “partes de terras”, entretanto, recebeu na sentença a imensa área de **11.232,34 hectares**. Seguido por DOMINGOS RODRIGUES FRÓES que recebeu **7.287,86 hectares** e do também suplicante AMADEU DIAS PRATES recebeu a terceira maior área **6.210,57 hectares**. Dentre os demais privilegiados estão o pecuarista MANOEL DAMASCENO FERREIRA e o coronel PEDRO LABORNE.

Na atualidade, terras da *Fazenda Santa Quitéria* apropriada pela FLORESTAS RIO DOCE S.A. foram vendidas por esta empresa para particulares dos municípios paulistas de Santana do Parnaíba e São Sebastião/SP, para outras empresas e também foram objeto de hipoteca, conforme explico no capítulo 5.

4.3.2 Fazenda São Pedro

O processo de divisão judicial da *Fazenda São Pedro* iniciou em 1931 e foi concluído em 1937. Foi suplicado por PACÍFICO GOMES PEREIRA, o mesmo que suplicou a divisão da *Fazenda Lagoa dos Patos* (1932 a 1934), ele alegou:

que sendo senhor e possuidor de parte de terras **na fazenda São Pedro, situada no distrito de Sº Antonio de Gorutuba**, desta comarca, como prova com documento junto e com os demais que apresentará, todos co-proprietários do seu “*jus in ré*”, e achando-se a dita fazenda em *communhão* com outros condomínios, cujos nomes e

residencia constam na relação anexa, não a ele convém continuar no estado de condomínio em que se acha:

O suplicante que alegou que herdou as terras na *Fazenda São Pedro* “de D. Celestina Maria de Jesus. E por outros meios de aquisição, e desse modo, isto é, por transmissões de ‘causa mortis’ e inter-vivos em um longo periodo de tempo, é que a comunhão chegou ao estado atual”.

De acordo com a petição, as terras da *Fazenda São Pedro* estavam situadas no distrito de Santo Antônio de Gorutuba, (antigo Santo André, atual distrito de Catuni, Francisco Sá/MG), foram apontados os seguintes limites:

[...] partindo da barra do Córrego Ribeirão no Rio Gorutuba, segue por este rio abaixo até encontrar os limites da **fazenda Gado Bravo, já demarcada e dividida, daí seguem dividendo com esta fazenda, ate encontrar os limites da fazenda Santa Cruz**, em seguida, dividendo com esta fazenda, segue até encontrar a cabeceira do correjo da Caveira, depois, limitando com a **fazenda da Santa Quiteria**, segue até as cabeceiras do Corrego da Cana Brava; e finalmente, segue por este córrego até a sua barra no rio Goruthuba, donde vão, por rio abaixo, até a barra do correjo do Ribeirão, ponto de partida desta descrição.

Dentre os oitenta e oito (88) condôminos convocados para a divisão judicial consta pessoas de sobrenome “DAMASCENO”, “MENDES”, “SOARES DE OLIVEIRA”. A propósito, MANOEL SOARES DE OLIVEIRA (beneficiado na divisão judicial da *Fazenda Curralinho*) foi quem, em 20/11/1932, através de instrumento particular de compra e venda transmitiu para PACÍFICO GOMES PEREIRA, “um alqueire mais ou menos” de terras na *Fazenda São Pedro*. Com esse documento o oficial do Registro de Imóveis Ruy Mello registrou para o suplicante da divisão, um título imobiliário, em 11/01/1933, que foi apresentado como *título jus in ré* (Figura 20). As datas são evidências de que o suplicante peticionou a divisão judicial das terras, sem dispor do título imobiliário produzido cartorialmente em data posterior.

Também posteriormente, em abril de 1933, Oscar de Araujo Fonseca assumiu a posição de peticionário da divisão, sendo representado pelo advogado Carlos Moysés. Vide a Figura 21 que apresenta o título *jus in ré* apresentado por esse suplicante.

Esse título é mais uma evidência de que ambos participaram da mesma trama da *grilagem judicial* das terras da *Fazenda São Pedro*. Pois foi o próprio fazendeiro PACÍFICO GOMES PEREIRA e sua mulher Rita Evangelista da Luz

quem venderam um alqueire de terras para o segundo suplicante, os limites das terras a serem retaliadas são os mesmos apresentados na petição de primeiro suplicante. Ou seja, limites diferentes da área supostamente adquirida pelo transmissor cujos limites não foram apresentados na escritura.

Figura 20 – Certidão Imobiliária Apresentada pelo Suplicante da Divisão Judicial da Fazenda São Pedro

TALÃO N. _____

✓ *de Rilla* 11/11/33
Pag. 80

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMMOVEIS

Estado de Minas Gerais Município de *Grão Mogol*
Santo André
São Pedro

Certifico que a fls. *trinta e seis* do livro n. *tres*,
foi registrado hoje sob numero *903*
o título do imóvel: *Valor de quinhentos (500)*
reis de terras, com a área de um (1) alqueire
mais ou menos. Adquirente - Pacifico Gomes
Pereira - Transmissor - Manoel Soares de Oli-
veira e sua mulher - Forma do título, par-
ticular - Valor - 500\$000 - Condições -
Não há.

Observações - *Inscrito no protocolo sob o*
n.º 1104 - Territorial e transmissões - pagos.

Referido é verdade e dou fé.
Grão Mogol 14 de Janeiro de 1933
Tracy Mello
O Oficial

Figura 21 – Certidão Imobiliária Apresentada pelo Segundo Suplicante da Divisão Judicial da Fazenda São Pedro

TALÃO N. _____ Pag. 91

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMMOVEIS

Estado de Minas Gerais Município de Grão Mogol distritos
de Rio das Machadas e
Santa André - Fazenda
São Pedro

Certifico que a fls. 39 do livro n. três
foi apresentada em hoje sob numero 914
a escritura do imóvel seguinte: Uma parte de terras na fa-
zenda São Pedro, distritos de Rio das Machadas e Santa André, mu-
nicípio de Grão Mogol, a qual tem os seguintes limites: partindo da
Ponte do Corrego do São João no rio formigão segue por este rio abaixo até
encontrar os limites da fazenda São Pedro; de lá segue deixando o rio
à esquerda até encontrar os limites da fazenda Santa Cruz;
em seguida deixando com esta fazenda à direita até encontrar a
Cabeceira do Corrego da Caramba; depois, deixando com a fazenda São
João à esquerda, segue até as cabeceiras do Corrego Casagrande; de lá segue
por este corrego até sua foz no rio formigão; de lá segue por
este rio abaixo até a foz do corrego interior. A referida parte
de terras tem uma área de um alqueire. Adquirente: Ocas de São
João - transmittente: Jacinto Pedro Pereira e sua mulher D. Rita
Lopes filha da Luz - Valor cinquenta mil réis (50) Condições não há.

Observações: Averbado no protocolo sob n.º 1.114.
Territorial e transmissão pagos conforme tabelas
apresentados.

Referido é verdade e dou fé.
Grão Mogol 4 de Abril de 1933
Ruy Mello.
official

Alguns condôminos contestaram a petição de suplicantes da divisão e questionaram nos autos, a validade dos títulos apresentados pelos suplicantes e a escolha do agrimensor, levando a demanda para a Comarca de Montes Claros. O conflito mais debatido foi com relação a localidade “*Barreiras*” inserida nos limites da *Fazenda São Pedro*, esta divisa foi amplamente questionada pelos moradores desta área, que argumentaram que a área nunca pertenceu aos limites da *Fazenda São Pedro*. Na argumentação do advogado Dr. João Luiz de Almeida que representou os contestantes foram apresentados, os mesmos argumentos que temos questionado nesta tese, a ilegalidade dos títulos *jus in ré* e a imprecisão dos limites das áreas e até mesmo a trama articulada para *grilagem judicial* de outras fazendas.

[...] descreve os imóveis confrontantes com *São Pedro*, com exclusão das fazendas de *Santa Cruz* e *Santa Quitéria*, que foram dadas como predios rusticos confrontantes [...] a certidão inicial da ação de divisão de *Lagoa dos Patos*, requerida por Pacifico Gomes Pereira, na mesma data em que foi *São Pedro*, e de cujos limites, como da presente, fôram dados arbitrariamente, tanto assim, que só conseguiram certidão de uma inicial suspeita e não de um título de “jus in re” [...] apoia os limites dos reus, com o imovel *Gado Bravo* [...] certidão da ação divisoria de *Santa Cruz*, que aliás, não menciona *São Pedro* como fazenda confrontante de *Santa Cruz*, como está na inicial da presente ação. Quanto a ali se falar em *Rio Gorutuba*, nada adianta, pois este rio é grande e dá muitas voltas e retas. Essa é boa! (sem grifos no original)

Com referência aos documentos cartorários apresentados também foram lançadas as divergências:

[...] a certidão de um contrato de compra e venda, onde se fala que *Santa Cruz* se confronta com *São Pedro*, está, assim, em divergência, com os demais documentos. É um contra mitos. Admiramos que o A. não tenha tirado certidão da inicial da ação da divisão de *Santa Quitéria*, que já julgada por sentença do M. M. Juiz. Mas lá não se fala em *São Pedro*, provavelmente. Pelo que vimos a única prova prestável do A. vem a favor dos contestantes, vem apoiar as testemunhas destes, quando dizem ser *São Pedro* e *Barreiras* fazendas distintas [...]

A certidão de compra e venda referida anteriormente, pela qual teria herdado “de D. Celestina Maria de Jesus, terras na *Fazenda São Pedro*, tornou alvo de severos questionamentos:

Sendo *Barreiras* a fazenda distinta de *São Pedro*, o documento junto por Pacifico Gomes Pereira para provar domínio em esta fazenda, ele título não o faz, porque o mesmo pertence a *Barreiras*, conforme está

escrito nele. Pacífico, pois, por este documento, único que interessa ao acaso, não é condômino de São Pedro, pelo que não podia requerer a ação “comuni dividendo” deste imóvel. O título junto, quase dois meses depois, não pode ser levado em consideração, e mesmo que o fosse, ele não prova domínio algum de vez que é um contrato de compra e venda (particular), que não podia ser registrado por lhe faltar requisitos essenciais por lei exigidos[...] Aos documentos de Oscar de Araujo Fonseca, também faltam requisitos essenciais e assim o registro é nulo e essas nulidades são de pleno direito [...] portanto pronunciáveis pelo juiz, quando delas tiver conhecimento.

O advogado CARLOS MOYSÉS fez a defesa de PACÍFICO GOMES PEREIRA e convocou alguns nomes para testemunhar em seu favor, dentre eles o capitão BENJAMIN FRANKLIN DIAS, o suplicante da divisão da *Fazenda Santa Quitéria*. Esse conflito rendeu muitas páginas nos autos, que somente um exame mais detalhado e com trabalho de campo poderão, futuramente, em outros estudos serem analisados com mais acuidade.

O fato é que apesar das contestações – possivelmente, reveladoras de conflitos de interesses entre as próprias elites fundiárias, que na época eram quem dispunham de recursos para recorrer à de advogados sobretudo fora da Comarca de Grão Mogol – o processo de grilagem judicial da *Fazenda São Pedro* prosseguiu tramitando.

O memorial descritivo foi apresentado pelo agrimensor Arthur Jardim de Castro e Gomes em fevereiro de 1935, que destacou as riquezas minerais das terras, com ênfase ao “**ouro era lavrado junto às estradas quartizíticas em toda a região enrugada, entre o Feiticeiro e p Sítio de São Pedro e Poço do Pécho**”. Uma área de **17.932,26 hectares** foi delimitada, destacou-se a agricultura local praticada:

[...] dentro da fazenda São Pedro e seus arredores, praticam-se as culturas tradicionais no sertão, sendo ali predominantes a da cana para o fabrico da rapadura. A cultura do algodão é praticada em pequena escala, sendo o maior volume de produção representado pelos cereais de imediato consumo: milho, feijão, arroz, etc. E cultivava-se ainda a mandioca para o fabrico de farinha e de polvilho ou gôma, como é conhecido aquele na região.

Conforme descrito pelo agrimensor a agricultura camponesa era predominante nas terras a serem retaliadas, sobretudo nas baixadas e próximo às margens de rios e córregos.

Pelos condôminos foram apresentados talões de coletoria, declarações, escrituras públicas e particulares de compra e venda, heranças, que

totalizaram no orçamento apresentado pelo agrimensor 163 condôminos. A maioria dos documentos concentrados na década de 1930, os demais com data entre 1910 a 1920 e até sete escrituras particulares de herança da segunda metade do século XIX. Os documentos remeteram a diferentes localidades dentre elas *Barreiras, Córrego do Barro, Bandeira, Mucambinho, Limeira, Catuni, Olaria, Feiticeiro, Bandeira, Várzea D'água Quente, Riacho das Pedras, Fuô, Floresta, Conselho (São Pedro), Capão do Côco, Barra do Rio, Espigão do Meio, Gameleira, Mato da Roça, Mandacarú (Porto Agua Quente), Terra Vermelha e São Pedro* e diversas posses onde a localidade não foi denominada.

No terceiro volume dos autos consta que em 19/11/1935 foram lançadas as folhas de pagamentos dos quinhões (vide Apêndice L – Divisão Judicial da Fazenda São Pedro). As terras foram retaliadas em 157 quinhões, os maiores quinhões foram entregues para Joana Maria Barbosa e Orlinda Dias, com **500 hectares** cada, seguido da área adjudicada aos ausentes e desconhecidos com **479,16 hectares**. O suplicante da divisão PACÍFICO GOMES PEREIRA recebeu **271,84 hectares**, Lauro C. dos Santos Oliveira que foi mencionado na sentença como “promovente”, recebeu 225,06 hectares. Aparentemente, a concentração fundiária foi menor nesse processo de retaliação fundiária, todavia, muitas áreas foram concentradas em nome de pessoas com o mesmo sobrenome “SOARES DE OLIVEIRA”, “DURÃES VASCONCELOS”. Importante ressaltar que as folhas com os lançamentos dos quinhões contém erros grosseiros incluindo diferentes unidades de medidas (ha, m², ares), e erros grosseiros de separação de vírgulas (“,”) e pontos (“.”), a meu ver propositais, que dificultaram a conversão das áreas, para obter-se a quantidade correta. Sendo necessário recorrer tanto ao laudo do agrimensor e a sentença judicial para checar a extensão das áreas.

Em fevereiro de 1960, o lavrador, Sebastião Pereira dos Santos, herdeiro de Ana Gonçalves de Jesus, reclamou através de petição, que apesar de ter apresentado um título de proprietário de terras (uma escritura pública de compra e venda), e que a sua gleba de **121,00 hectares** fora indicada pelo agrimensor, mas não fora lançada na folha de pagamento pelo escrivão, conforme a petição do advogado Antonio Ferreira Cabral que o representou:

E agora, o escrivão atual do 1º ofício, em cujo cartório se acha arquivado os processos de divisão da fazenda São Pedro se escusa a extrair certidão da gleba, em aprêço, requiriu verbalmente pelo peticionário, herdeiro da já falecida condômina, ANA GONÇALVES DE JESUS, alegando que a referida folha de pagamento não foi lançada, pois somente as folhas lançadas foram amparadas pela sentença final do juiz, exarada às fls.179 dos autos – 3º volume.

Essa petição revelou duas informações que merecem realce. A primeira, que o advogado reconheceu que uma escritura pública de compra e venda tinha validade como título de propriedade, o que é um equívoco, uma vez que a simples lavraturas de certidões de compra e venda, não serviam como prova de domínio e de destaque das terras devolutas do patrimônio público, embora tenham sido recorrentemente utilizadas para este fim. E essa foi a interpretação, porque não afirmar, a estratégia utilizada convenientemente pelos juízes, advogados, tabeliães e escrivães da Comarca de Grão Mogol. A segunda informação a ser destacada, era da relação de poder imposta pelo escrivão do cartório, que se negou a conferir os autos e buscar os meios de registrar o quinhão dos herdeiros, cujo pagamento fora “esquecido” de ser lançado. Fazendo com que o herdeiro da condômina recorresse a um advogado buscando fazer valer o seu direito, que foi sentenciado pelo juiz substituto da Comarca Tomás Fernandes dos Anjos (Francisco Sá, em 05 de março de 1960).

O quarto volume dos autos, parece tratar-se de um equívoco nos arquivos do Cartório de 1º Ofício e Notas de Grão Mogol, apesar da capa dos autos identificarem como sendo o *“4º Volume da Acção de Divisão da Fazenda São Pedro”*, os documentos que contidos referem-se a uma ação de penhora movida pelo agrimensor “Jerônimo Gonçalves Ulhôa”, em 1935 reclamando pagamento por honorários não pagos na divisão judicial da *“Fazenda Padre Felipe”*, no então distrito de Itacambira. Embora, esta fazenda não tenha sido apontada na relação dos processos arquivados no cartório. Trata-se de uma ação que remete aos nomes dos mesmos envolvidos em outras tramas divisórias AUGUSTO FIGUEIREDO, MANOEL AVELINO DE SOUZA e JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, este foi citado por diversos condôminos que realizada a penhora depositaram *“todos os bens penhorados em suas mãos e*

poder”. Essas são questões que merecem ser aprofundadas, em outros estudos.

4.3.3 Fazenda Gado Bravo

O processo da *Fazenda Gado Bravo* tramitou entre 1929 a 1936 e foi suplicado por JOÃO SOARES DE OLIVEIRA, residente no Distrito de Santo André (atual Distrito de Catuni, município de Francisco Sá). Naquele período, assinou como juiz interino o fazendeiro Coronel PEDRO LABORNE (o mesmo que foi procurador do suplicante da divisão da *Fazenda Curralinho* JOSEPHINO MENDES DA SILVA).

O suplicante alegou ser possuidor de algumas partes com benfeitorias na *Fazenda Gado Bravo*, situada no extinto distrito de Santo André:

[...] e como esteja ela indivisa, e quer fazer cessar o actual estado de comunhão, fazendo-a dividir judicialmente. Essa fazenda compõe-se de terrenos de cultura, de campos e carrascos, existindo em diversos benfeitorias-casas, mangas até-contendo uma area calculada em 1 e 1\2 léguas de comprimento por 2 de largura – todo o imóvel. Possui ella varias situações denominadas “Corrego do Pote”, “Engenho Velho”, “Gado Bravo”, “Pau de (ilegível)”, “Carvalho”, “Quiete”, “Agua Quente”, “Corrego”, (ilegível)-eibinho” até a sua communhão reinante a era muito remota, pois foi primitiva, exclusivamente, de propriedade do Capitão Mattos da Cruz Vaz Camella, por morte de quem foi, 1820, inventariada e então partilhada entre sua mulher D. Aurea Maria dos Santos e filhos, D. Jenoveva Maria do E. Santo e outros, os quais sucessão e outros títulos, a transmitiram a outros senhores e estes igualmente, a outros até os atuais consenhores, originando-se e assim (ilegível), a sua comunhão.

Os limites da fazenda a ser retalhada, informados pelo suplicante foram os seguintes:

os limites da fazenda cuja divisão (ilegível): - Partindo da Cachoeira do Salto, no R (ilegível), segue por esse rio acima até a barra (ilegível) Agua Quente; dali, por elle acima, isto é, pelo dito rio Agua Quente acima, até a serra denominada “Mucambinho”, aguas vertentes; dali segue essa serra, aguas vertentes, até o correjo chamado “Resfriado”, dali segue o correjo “Resfriado” ate o ponto de partida destes limites.

O suplicante listou vinte e quatro condôminos e apresentou como título *jus in ré* duas transcrições de títulos particulares¹⁷⁴ passada pelo tabelião LEOPOLDO LABORNE, em 1929. Referente ao imóvel “*Ilha dos Bichos*,

¹⁷⁴ As transcrições foram registradas sob os números: nº 619, livro nº 4, p.133 e nº 620, livro nº 4, p.134.

Fazenda do Gado Bravo” com área de 5 alqueires, havida por herança paterna e materna do falecimento de Reginaldo José da Cruz, com a coletoria reconhecida por EZEQUIEL PEREIRA. Outros condôminos apresentaram algumas certidões de compra e venda e cópia de inventário. E em 22/12/1929 foi determinado o ponto de partida “*na barra do rio Água Quente com o Gorutuba*”. Em fevereiro de 1930 foi realizada audiência para conferência dos títulos. A audiência foi assinada pelo escrivão WASHINGTON BARBOSA DE ARAÚJO, por LUCÍDIO DA SILVA VEIGA, pelo advogado do suplicante FELINTO AYRES FILHO, o agrimensor ANTONIO OSWALDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA, e os arbitradores GALDINO MARTINS DOS SANTOS e JOÃO PEREIRA MURÇA.

O agrimensor Antonio Oswaldo Teixeira de Oliveira apresentou o memorial descritivo da *Fazenda do Gado Bravo*, da qual mediu **1.230 alqueires e 15 ares** de terras onde encontrou riquezas minerais assim destacadas: “*O seu solo é bastante acidentado e **traz características de lavras de pedras preciosas e metais***”, além de terras de culturas e campos. Ou seja, mais uma extensão de terras devolutas para a qual estavam voltados os interesses da elite mineradora de Grão Mogol.

Quanto às confrontações indicando foram indicadas as seguintes: ao norte e a leste com a *Fazenda São Pedro*, ao sul com a *Fazenda do Salitre*, e ao oeste com a *Fazenda do Alegre*.

Já é bastante habitada e tem boas propriedades; esta fazenda distancia 3 leguas do povoado *Santo Antonio do Gurutuba* de 7 leguas de *São José do Gorutuba* é a leguas aproximadamente do povoado *Barreiro da Raiz*, do lado oposto do *rio Gurutuba*, pertencendo, certamente, este povoado é comarca de Montes Claros.

A *fazenda Gado Bravo* é limitada por linhas divisórias naturais; é limitada com a *fazenda do Alegre* pelo *corrego do “Resfriado”*, com as *fazendas do Tingui*, (ilegível) e *Salitre* pelo *rio Gurutuba* (o mesmo caudaloso) com a *fazenda do São Pedro* pelo da “*Água Quente*” e parte da *Serra do “Mocambinho”*

Em 20/02/1932 o agrimensor peticionou um documento destituindo-se do cargo, alegando ter ido residir em Mato Verde/MG. A este tempo já se encontrava estabelecido como juiz na Comarca, o Dr. MANOEL CHRISTIANO RÊLLO. Mas, esse documento apresenta a assinatura de DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA que a partir desta data passou a assinar outros

documentos nos autos. Foram apresentados mais títulos de propriedade dentre certidões, autos de inventários e apenas duas certidões imobiliárias, e três documentos com data mais remota (1872, 1885 e 1894).

Em 07/12/1935 foi lançado o pagamento dos quinhões (vide Apêndice M – Divisão Judicial da *Fazenda Gado Bravo*). Se comparado com as outras fazendas a *retaliação fundiária* desta área foi mais modesta, a extensão do imóvel foi delimitada em **4.447,32 hectares** retalhado entre 25 condôminos, ainda assim reproduzindo uma considerável concentração fundiária. Somando a área dos nove beneficiados com os maiores quinhões, totalizou **3.044,46 hectares** conforme mostra a Tabela 23, a seguir.

Tabela 23-Maiores Privilegiados na Divisão Judicial da *Fazenda Gado Bravo*

CONDÔMINO	Total (ha)
FRANCISCO RODRIGUES SOARES	585,64
BELINO MENDES MARTINS, ELZIRA E MARCELINO MENDES MARTINS	532,40
ESPÓLIO DE TERTULIANO PEREIRA BORGES	527,66
ADAUTO MENDES MARTINS	338,80
ESPOLIO DE MAURICIO CARDOSO VIEIRA	290,40
FELISBERTO LUIS DE OLIVEIRA	280,72
ESPÓLIO DE VIRGILIO PEREIRA DE VASCONCELOS	271,04
BENTO SOARES DE OLIVEIRA	217,80

Enquanto os demais 16 condôminos receberam **1.402,86 hectares**, dentre eles o próprio suplicante da divisão judicial, JOÃO SOARES DE OLIVEIRA que recebeu apenas 58,08 hectares, e também um membro da família DAMASCENO, JOAQUIM DAMASCENO FERNANDES que recebeu junto com ADAUTO MENDES MARTINS 50,08 hectares, o último recebeu mais dois quinhões em comum e a área de **338,8 hectares** apresentada na Tabela 24 anterior.

4.3.4 Fazenda Sobrado

As terras da *Fazenda Sobrado* localizam-se entre os municípios de Cristália e Itacambira, que no período da divisão judicial eram distritos de Grão Mogol. O processo tramitou entre 1931 a 1938 e foi desarquivado em 07/08/1952 e tramitou até 07/03/1953. Nesse processo, que tem seis volumes, analisarei, algumas de forma geral alguns documentos e elementos que permitem compreender as questões gerais por ele revelados, dentro da mesma

estratégia geopolítica de apropriação privada das terras por meio da *grilagem judicial* na Comarca de Grão Mogol, neste caso orientada para a porção sudoeste da antiga Comarca.

No registro da Paróquia de Grão Mogol de 1855 e 1856 (registro 109, p.190) foi declarado por “Antonio Manoel Borges” a “*Fazenda do Sobrado no Lugar Denominado Aguas Claras*”, com área de “*uma legua em quadra*” cujas extremas não foram apresentadas por serem ignoradas. Outros dois registros de terras na *Fazenda Sobrado*, e também “*no lugar Sobrado*”, foram declarados nesse registro do Vigário, trata-se de indicações de terras nos lugares *Lamarão*, *Burity* que provavelmente, são outras terras distantes de Cristália e Itacambira. E também “*uma parte de terras no lugar denominado Sobrado, no lugar denominado Retiro*”.

A divisão judicial das terras da *Fazenda Sobrado* foi suplicada por JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, residente no município de Pedro Leopoldo, foi representado por DOMINGOS ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, conforme a petição:

Diz, José Rodrigues de Almeida, funcionário público, residente em Drº. Lund, município de Pedro Leopoldo, pelo seu advogado [...], que é proprietário de terras na fazenda do Sobrado, situada nos distritos de Crystalia e Itacambira, município de Grão Mogol, conforme comprova com seu título *jus in re*, devidamente registrado e transcripto, que a esta acompanha.

Como nos demais processos analisados, foram feitas as mesmas reclamações acerca da comunhão incômoda desde data remota, originada do falecimento e por outros títulos de transmissão. Os seguintes limites foram indicados:

[...] as suas linhas limítrofes, começando na barra do *córrego Noruega*, no Jequitinhonha seguem pelo *córrego Noruega* até encontrar a barra do *córrego da Capivara* d'ahí seguem subindo por este *córrego* até as suas cabeceiras, no denominado *Boqueirão da Serra*; d'onde seguem pela serra dividendo as *Fazendas pé de Serra e Rocinha* até as cabeceiras do *Ribeirão da Passagem*; d'ahli segue por esse *Ribeirão* até a barra no *Ribeirão das Barreiras*; d'ahí seguem em rumo certo até as cabeceiras do *Córrego Soberbo*; d'ahí esse *córrego* até a sua barra no *Rio Itacambirussu*, d'ahí seguem esse *córrego* até sua barra no *Rio Jequitinhonha*, d'ahí rio acima até a barra do *córrego Noruega*, ponto de partida desta descrição [...]

Essas extensas referências as cabeceiras de córregos e rios como divisores naturais dos terrenos são evidências da devolutividade das terras,

assim como a existência de denominações diversas na situação do imóvel tais como, “*Sobradinho, Bananal, Água Clara, Capão D’anta, Capão da Chapada, Piedade, Serrinha, Padre, etc.*” Sendo assim confrontando com as fazendas *Rocinha e Santa Clara* (ao norte), *Rocinha e Pé de Serra* (ao oeste), *Pé de Serra* e município de Minas Novas (ao sul) e *Santa Clara e Ribeirão das Piabanhas* (ao leste) cujo processo de *divisão judicial* foi o primeiro analisado no item 4.1.1.

O suplicante relacionou 52 condôminos. O *título jus in ré* apresentado pelo suplicante (Figura 22) em 06/06/1931, de 300 alqueires de terra (**1.482 hectares**) na “*Fazenda do Bananal, Irabelé, na passagem da Raíz do Capão Preto, Capoeira Cumprida*” não fez nenhuma referência à *Fazenda Sobrado*. E foi levado ao registro a partir de um título particular de compra e venda, passado pelos vendedores residentes em Sabará, MG. Pelo juiz MANOEL CHRISTIANO RÊLLO foram nomeados para os serviços técnicos de medição, o agrimensor SEBASTIÃO TUPYNAMBÁ e o próprio suplicante JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA. Indispensável destacar que testemunhou esse contrato, em 12/06/1932, JOAQUIM ALCÂNTARA DE OLIVEIRA e JOSÉ DE MENDONÇA MOTTA. Outro personagem que não deixou de participar dessa trama geopolítica foi JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, que já no início dos autos surgiu como procurador de um suplente do agrimensor que solicitou a desistência do processo.

Conforme mencionado no início, não me aterei às minúcias desse processo, não sendo possível neste tempo o exame dos documentos apresentados como título de propriedade, destacarei o que foi apontado no Memorial Descritivo da *Fazenda Sobrado*, porém assinado por outro agrimensor JERÔNIMO GONÇALVES ULHÔA, em 03/07/1937. Como ponto de partida para as medições adotou-se a confluência do *Córrego Soberbo com o Jequitinhonha*, este rio descrito como de grande extensão e “ **muito rico em diamantes** ”. Destacou-se também que as chapadas existentes eram pastagens naturais, próprias para a criação de gado bovino, sendo as terras, situadas a 120 km de Montes Claros, cortadas somente por estradas de tropas. Na agricultura destacava-se a produção de café (60.000 arrobas), e também cereais, mandioca, cana-de-açúcar. Assim, engenhos, tendas de farinha,

quintais com plantações e mangas constaram na relação das benfeitorias, além é claro das moradias. Como se pode observar, havia muito o que ser explorado pelos rentistas interessados nessa divisão judicial, em que o agrimensor delimitou **88.978,31 hectares** a serem retalhados nessa imensa *grilagem judicial* das terras da *Fazenda Sobrado*.

No segundo volume dos autos foram apresentados a maioria dos títulos. O terceiro volume os autos reuniram informações sobre o orçamento da divisão e sobre a sentença com a *retaliação fundiária* desta imensa área, em 316 quinhões, distribuídos em glebas, (vide Apêndice N – Divisão Judicial da Fazenda Sobrado).

O quinto volume dos autos, do ano de 1940, informou o lançamento das notas de pagamento do serviço de medição e que a este tempo JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA ocupou o cargo de escrivão do Cartório de 2º Ofício e Notas de Grão Mogol. Função exercida pelo menos até 1952 conforme documentos do sexto volume dos autos.

Nesse sexto volume dos autos, refere-se a uma petição de “Dié Gomes, José Geraldino Gomes e Carolina Ana Elitina” moradores do então distrito de Cristália representados pela advogada “Drª Juracir R. Felix”, que alegaram ser possuidores de duas partes de terras na *Fazenda Sobrado*, referentes ao quinhão 312 (glebas 13 e 112), com área de **1.018,60 hectares**, adjudicado aos “Herdeiros de Elydio Gomes da Fonseca”. Eles alegaram que uma das glebas ser advinda do arrolamento dessa herança e a outra obtida por compra a Luiza Francisca de Figueiredo em 1935, e manifestaram o desejo de habilitar-se na qualidade de ocupantes desse quinhão, como condôminos proprietários, a fim de inscrevê-lo no Registro de Imóveis. Correram-se os trâmites (apresentação de escritura de compra e venda, apresentação da planta cartográfica das glebas adjudicadas, edital público, convocação dos confinantes, nomeação do agrimensor), mas não foi necessária realização de novas medições, porque estes requerentes desejaram manter a comunhão dessa área, que teve sentença favorável ainda no mesmo ano.

Figura 22 – Certidão Imobiliária Apresentada como Título *jus in ré* pelo Suplicante da Divisão Judicial da *Fazenda Sobrado*

AO N. 191

J. Labonne
Pags. 191

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Immoveis

Estado de Minas Geraes Município de Grão Mogol

Distrito de Cristalina, Fazenda do Bananal, Habeli, Passagem da Baía, Capão Preto, Capoeira, Cumpri da

Atestamos que a fls. 22 do livro 5 foi apresentado a registro sob numero 816 o título particular do imóvel seguinte: de diversas terras, com trezentos (300) alqueires mais ou menos na Fazenda Bananal, com as seguintes: De um lado correjo da habeli acima, até a situação denominada Capão Preto, o Rio Quebra do, com limites de um lado com terrenos dos Perceiros, e dahi as cabeceiras do Rio ultrapassando de terras com a area de duzentos (200) alqueires mais ou menos na Fazenda Bananal, com a area do Chapada, compreendendo com o lugar Capão Preto, limites: lado a fazenda Agua Clara, de outro lado com cachoeira e cachoeirinha, até a cabeceira do Rio do Teixo, até a fazenda dos algodões, Capão Seco, dorenda e attingido Firmidungo por me abaixo até a fazenda de Joaquim Gomes, havida por compra, a terra de Almeida e sua mulher D. Anna Martins de O. conforme título particular a nome do Adquirente José Rodrigues de Almeida, Transmittentes Pedro Rodrigues e sua mulher D. Anna Martins de O. Título particular. Forma de título, título particular. Pedro Leopoldo a 5-1-1931. Valor R\$. 968.000. Ganhos, nenhuma.

Terreiros averbado no protocolo sob n.º 1017

g. todos n.º 39.53 = 12 x 500 + 51 x 415

do collector G. Pereira

idade e dou fé

gol 5 de Junho de 1931

Este volume sexto dos autos revelam que as terras da *Fazenda Sobrado*, embora adjudicadas por sentença na década de 1930. Ainda na

década de 1950, as terras desse imenso quinhão ainda se encontravam em plena devolutividade, e ainda se buscava pelo meio judicial comprovar-se, o que em tese, fora estabelecido na sentença da divisão.

Por fim, o sétimo volume dos autos entregues pelo Cartório de 2º Ofício e Notas de Grão Mogol, refere-se ao processo de divisão judicial da *Fazenda Jatobá*, situada no distrito de Riacho dos Machados, que em nada se relaciona com a área em questão. Provavelmente inserido nos autos divisórios da *Fazenda Sobrado* por algum equívoco.

Por fim, explico que o estudo do processo de divisão judicial da Fazenda Sítio Novo, não foi detalhado nesta análise, por não confinar com as fazendas em questão, porém, realizei a organização dos dados da sentença com *retaliação* dos quinhões (Apêndice N) considerando-a somatória da área apropriada privadamente no mesmo período, obedecendo a mesma lógica concentracionista das terras.

CAPÍTULO 5 - A PRÁTICA DA *GRILAGEM JUDICIAL* NA INVASÃO DAS EMPRESAS MONOPOLISTAS NO NORTE DE MINAS

“A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.”
(Oliveira, 2004:40)

A invasão do capitalismo monopolista no Norte de Minas, se deu pela via do Estado, que abriu a porteira para que entrassem as empresas desmatando e queimando o Cerrado e a Caatinga, produzindo carvão para alimentar os fornos das empresas siderúrgicas, conseqüentemente comprometendo a reprodução da vida camponesa, a biodiversidade e agudizando a questão hídrica.

Conforme mencionado, anteriormente, o processo começou com os contratos de arrendamentos de terras devolutas firmado entre a RURALMINAS e Florestas Rio Doce S/A, nas décadas de 1970 e 1980. Na fração territorial de análise, essas áreas não foram arrecadas pelo Estado de Minas Gerais e continuam sobre o controle das empresas, e correspondem a terras de conflitos agrários e judiciais envolvendo camponeses geraizeiros, empresas e o Governo do Estado de Minas.

Na porção do território estudada, conforme anteriormente mencionado, esta etapa da *retaliação fundiária*, não abriu mão da *grilagem judicial* como prática de apropriação das terras. Um exemplo são os processos de usucapião movidos pelas empresas, caminho judicial encontrado e ainda utilizado para a apropriação ilegal das terras devolutas, propriedades e posses camponesas. Utilizando-se dessa prática, eclodem conflitos por terra e território, envolvendo disputas judiciais entre camponeses geraizeiros e as empresas que movem na comarca, ações de despejo e turbação de posse contra os camponeses geraizeiros.

Essa estratégia de apropriação das terras por meio judicial, se soma a outras utilizadas desde a invasão das empresas, como a compra de pequenas áreas de grileiros locais, e compra de pequenas áreas de terras camponesas e a retificação de matrículas, que envolve, obviamente, a negligência dos responsáveis pelos registros cartorários.

Essas questões, em tela, evidenciam o conteúdo do processo de concentração das terras no Brasil, que se realiza através de formas não capitalistas. A *grilagem judicial* das terras apresenta-se como estratégia de *monopolização* das terras devolutas por parte de grileiros locais (que por sua vez adquiriram as áreas em sentenças de divisão, ou através de herança,

compra de “fatias” de posses camponesas e grilagem) e empresários que subjugam o trabalho do campesinato geraizeiro.

Assim, o monopólio significa o controle sob o direito de apropriar-se da renda da terra, conseqüentemente impondo a sociedade o pagamento dessa forma capitalista de exploração:

[...] A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho “gratuito” do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la. Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar a renda ou não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la. (OLIVEIRA, 2007:66-67)

Portanto, é na existência dos proprietários privados da terra que se colocam as questões da concentração da terra distinta da concentração do capital, porque ela não é produto criado pelo trabalho humano, é o aumento do poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo. O protagonismo dos proprietários de terra no processo de produção capitalista na agricultura se dá pela apropriação de grandes extensões de terras como reserva de valor para posteriormente controlar a renda da terra. A expansão capitalista da agricultura no Norte de Minas, tem se concretizado pela via da apropriação rentista, fomentada pela ação autoritária do Estado. Por essa razão, nesse capítulo, busquei identificar esse caráter rentista na ação das empresas instaladas na fração do territorial estudada. Verificando que a apropriação das terras é perpassada pela *grilagem judicial* e pela corrupção entranhada na ação do Estado, por meio das políticas e dos órgãos de regularização fundiária (RURALMINAS, ITER e INCRA), culminando em conflitos *socioterritoriais* desdobrados a partir dessa lógica. Ao que se somaram também os interesses de exploração minerária das empresas atreladas às transnacionais e interessadas em converter porções de gerais em minas. O Anexo L apresenta o “Mapa Síntese da Ação Territorial das

Empresas” na fração territorial de análise, nota-se que as áreas apropriadas pelas empresas sobrepõem às terras griladas judicialmente.

5.1 Onde corria a Seriema: a *Territorialização do monopólio da Madeira e do Carvão*

“Temos, assim, a modernização conservadora à la de Minas. Com ela o pequi vira carvão, ele que segundo a tradição indígena, o alimento que surgiu dos céus para propiciar a vida no cerrado.” (Carlos Walter Porto Gonçalves, 2000:10)

Quando a invasão do eucalipto iniciou no município de Jequitinhonha/MG¹⁷⁵, por volta de 2010, um dos primeiros impactos que visualizei foi o desaparecimento das seriemas que corriam pelas chapadas cujo cantar, segundo a sabedoria dos povos do Cerrado, anunciam a chegada da chuva. Esse impacto é apenas uma expressão das gravíssimas consequências introduzidas pela *territorialização* das empresas que controlam a produção de madeira e celulose no Brasil, que vão disseminando os conflitos *socioterritoriais* e a degradação das condições de reprodução da vida.

Ao observar evolução do “plantio de madeira”¹⁷⁶ em Minas Gerais, entre os anos de 2001-2014, com base nos dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2015) foi possível constatar que em 2001 foram consumidos 63,7 mil hectares de solo para plantio de madeira para produção de celulose. Esse número teve um crescente vertiginoso até o ano de 2008, quando o plantio alcançou 198,9 mil hectares. A partir do qual os números começaram a cair. Porém o limite desta queda até 2013, cuja área ocupada por eucalipto foi de 93,2 mil hectares, número que ainda é bem superior ao apresentado em 2001 e inferior aos 120,6 mil hectares

¹⁷⁵ Neste ponto identifico na trajetória da comunidade onde vivi, no município de Jequitinhonha, MG mais uma vez o cerco da grande propriedade capitalista privada da terra e o início da invasão do monocultivo de árvores. A referida área de chapada onde foi introduzido o plantio de eucalipto situa-se nas terras do fazendeiro conhecido por “Juca Boiadeiro”. E localiza-se à margem esquerda do Jequitinhonha, nas proximidades do assentamento Santo Antônio. Parte da minha família foi viver nesse assentamento depois de termos sido expulsos de nossas terras de morada, na localidade “Sítio Três Pedras” compreendida nos domínios da Fazenda São Vicente.

¹⁷⁶ A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2015) denomina por “FLORESTAS”, conforme mencionado anteriormente, prefiro adotar as denominações de “monocultura de árvores”, “plantio de árvores” [...] (Malina, 2013:34).

ocupados em 2014 (vide Figura 23: Dados do Plantio de Madeira em Minas Gerais, 2001-2014). Parte desse plantio foi destinada à produção de celulose e papel e outra parte à produção de energia. Em 2013, 56,3% da madeira plantada serviu para ser consumida nos fornos da indústria siderúrgica.

Figura 23 - Dados do Plantio de Madeira em Minas Gerais, 2001-2014

PLANTIO DE FLORESTAS	Anos													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de florestas plantadas (mil ha)	63,7	71,8	104,6	140,6	161,2	148,8	169,1	198,9	129,5	130,9	143,6	98,6	93,2	120,6
Índice*	100	113	164	221	253	234	265	312	203	205	225	155	146	189,3
Florestas energéticas (mil ha)	40,7	50,5	69,4	96,6	121,4	107,1	121,8	137,2	81,2	82,7	77,6	49,9	40,3	28,5
Índice*	100	124	171	237	298	263	299	337	200	203	191	123	99	70,0

* 2001 = Ano base (100)

Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, 2015 (Baseado na Associação Mineira de Silvicultura - AMS – Anuário Estatístico 2014)

Em campo, pude constatar a expansão dos “*maciços de árvore plantada*”, percorrendo as estradas mineiras na última década, nos trechos entre Diamantina e Araçuaí (BR-367), também nos trechos próximos à BR-381 sentido João Monlevade a Ipatinga, MG. No primeiro trecho a rica paisagem rupestre e de cerrado, tem cada vez mais, perdido área para o monocultivo de eucalipto e *pinus*. Como também no segundo trecho, a Mata Atlântica e as matas de transição têm sofrido o impacto deste monocultivo. Ou seja, a biodiversidade em todos os grandes domínios naturais de Minas Gerais encontram-se impactadas pela invasão do plantio das árvores exóticas, iniciadas a mais de cinquenta anos¹⁷⁷.

O Estado de Minas Gerais tem a maior área no Brasil destinada ao plantio de eucalipto e *pinus*, soma um milhão, quatrocentos mil e trinta e nove mil e novecentos e seis hectares (1.439.906ha). Conforme apresentado na

¹⁷⁷ Em campo, no ano de 2015 foi possível constatar que a *territorialização do monopólio das empresas de eucalipto* avança sobre o Estado da Bahia inicia no km 876 da BR116 (sentido BA-MG) em um trecho entre os municípios baianos de Vitória da Conquista e Cândido Salles. Depois no município de Divisa Alegre, MG no km-23, pronuncia-se mais um maciço de eucalipto. No km 356 unidades familiares lindeiras a BR, todavia estão cercadas pelo eucalipto bem próximo a estas unidades familiares. No km-362, mais um maciço de eucalipto até km 396. Neste ponto há um vilarejo, e reaparece o Cerrado até o km 434 quando então se pronuncia outro maciço de eucalipto.

Figura 24 - Ranking da Área de Madeira Plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil – ano base 2014, a seguir.

Apesar desses números, e dos desastrosos impactos *socioterritoriais*, o PIB do agronegócio gerado por esse segmento tem pouca representatividade no PIB do agronegócio de Minas Gerais, que entre 2005 a 2016, passou de 3% somente em 2006 (3,2%). E desde 2014 não supera os 2,2% (SEAPA, 2016)

Figura 24 - Ranking da Área de Madeira Plantada com Eucalipto e Pinus no Brasil – ano base 2014

POSICÃO	UF	TOTAL (ha)	EUCALIPTO (ha)	PINUS (ha)
1º	MG	1.439.906	1.400.232	39.674
2º	SP	1.100.182	976.186	123.996
3º	PR	897.858	224.089	673.769
4º	MS	810.834	803.699	7.135
5º	BA	637.307	630.808	6.499
6º	SC	654.106	112.944	541.162
7º	RS	493.710	309.125	184.585
8º	MT	187.090	187.090	-
9º	ES	231.441	228.781	2.660
10º	MA	211.334	211.334	-
11º	PA	125.110	125.110	-
12º	OUTROS	343.590	349.255	9.517
TOTAL		7.043.322	5.558.653	1.588.997

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores IBA_2015

Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, 2015 (baseado nos dados da Indústria Brasileira de Árvores IBA-2015)

Pari passu, ocorre o aumento pelo consumo de lenha na indústria de celulose e também uma crescente no número de carvoarias instaladas em Minas Gerais. Como as diversas localizadas na fração territorial de análise (conforme ilustra a Figura 25).

Figura 25- Carvoarias na Fazenda São Francisco, Grão Mogol, MG

No bojo da *territorialização* das empresas siderúrgicas, a questão das carvoarias envolve também o comércio criminoso de carvão para ser queimado no forno das guseiras¹⁷⁸:

A demanda crescente de carvão para as empresas siderúrgicas de Minas Gerais, somada ao declínio da produção local, fizeram as empresas carvoeiras, que operam legal ou clandestinamente, descerem bacia abaixo e atacar o Cerrado e a Caatinga da Bahia, alcançando o Piauí e o Maranhão. Um relatório reservado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) revela uma enorme devastação em 24 cidades dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia para produção de carvão vegetal ilegal. O negócio movimentava cerca de R\$ 60 milhões a cada mês. Para transportar essa carga criminosa, os fiscais do IBAMA constataram a circulação mensal de três mil caminhões na região. O cálculo foi feito em apenas três locais de passagem de caminhões entre Bahia e Minas. Um entre Urandi (BA) e Espinosa (MG), outro entre Juvenília (BA), Manga e Montalvânia (MG), e o terceiro entre Cabeceiras (GO), e Arinos (MG). Existem outras 17 rotas de carvão na Região já identificadas pelo IBAMA. (ECODEBATE, 2008)

¹⁷⁸ Para a obtenção de aço e ferro-fundido utiliza-se uma matéria prima denominada Ferro-gusa ou simplesmente gusa. O gusa é uma liga de ferro e carbono, contendo baixa proporção de carbono (3,5 a 4,5%) e outros elementos residuais como silício, manganês, fósforo, enxofre e entre outros. No processo de fabricação o minério de ferro, o combustível (**coque ou carvão vegetal**) e o fundente (geralmente o calcário) são depositados em um Alto-forno, a queima do combustível é ativada por uma grande quantidade de ar aquecido, gerando reações químicas que farão a redução do minério e transformando-o em gusa. E também a escória de alto-forno e enorme quantidade de gases.

O que esta questão revela, é que o capitalista e proprietário de terras encontram-se unidos articulados no processo de apropriação da mais-valia conforme explicou Martins:

Portanto, se o capitalista e o proprietário estão objetivamente separados e contrapostos, isso não quer dizer que ambos não possam estar juntos, unidos pelo interesse comum na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão, também histórica que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário de capital. Esse fato não elimina a contradição entre terra e capital; apenas encobre, do mesmo modo a contradição entre o trabalho e o capital tem que aparecer encoberta para viabilizar a exploração capitalista do trabalhador. (MARTINS, 1981:165-166)

Trata-se de uma lógica capitalista predatória, que envolve formas precárias de exploração do trabalho, nas carvoarias e também no transporte de toneladas de carvão feita pelos caminhoneiros que arriscam a vida nas estradas sinuosas ou mal pavimentadas do Norte de Minas (Figura 26).

Figura 26 - Fotos do Transporte de Carvão nos Contornos da Serra Geral, Vargem Grande do Rio Pardo, MG (10-07-2015)

De acordo com a SEAPA (2016), juntos, lenha, carvão mineral e derivados da cana-de-açúcar representam, 64,6% da demanda total da

indústria de Minas Gerais. Devido, principalmente, às siderúrgicas, que são grandes consumidoras de carvão vegetal e coque de carvão mineral.

De acordo com a Associação Mineira de Silvicultura (2014) em 2013, 14,7% da demanda por carvão vinha de outros estados e 85,3% era produzido/explorado em Minas Gerais, em 403 municípios.

Esta cadeia envolve um grave problema socioambiental porque, ou este carvão tem origem no plantio de madeira (eucalipto e *pinus*) ou são originadas do desmate e queima de florestas nativas em carvoarias espalhadas pelo estado.

China, Países Baixos (Holanda), Japão, Itália e Estados Unidos são os cinco principais destinos da celulose produzida em MG. Enquanto, a madeira é comprada principalmente por África do Sul, Noruega, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos e Bolívia e outros 34 países. Já o papel segue para Trinidad e Tobago, Argentina, Bolívia, Paraguai e Guiné Equatorial e outros 26 países¹⁷⁹. Essas matérias-primas farão parte do processo produtivo de mercadorias a serem distribuídas mundialmente, *“mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro”*. Inclusive, podem retornar às localidades onde foram extraídas, a celulose e a madeira. Assim, nesse processo consolida a fase monopolista do capitalismo mundializado:

[...] pela unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais, ou seja, os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da empresa mundial não é apenas o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo monopolista uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com os demais de média ou pequena presença industrial. O capitalismo monopolista mundializado, portanto, não está centrado apenas nos países ricos; o centro do capitalismo tornou-se difuso: está em todos os lugares do mundo onde estão as empresas monopolistas mundiais. Isso quer dizer que o capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, fundada simultaneamente numa nova divisão internacional do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa em nível mundial. (OLIVEIRA, 2015:238)

Esses dados, apesar de alarmantes, não superam o impacto causado pela pecuária na ocupação das terras no Estado de Minas Gerais, o Censo Agropecuário de 2006 revelou em Minas um rebanho de 20.332.335 cabeças de bovinos ocupando uma área total de pastagens de **18.217.880 hectares**. Dos 551 mil estabelecimentos agropecuários recenseados em 2006 no Estado,

¹⁷⁹ De acordo com Mdic/Secex, disponível em SEAPA/MG (2016).

as pastagens ocupavam 55,1% da área total de 33,1 milhões de hectares. Considerando as doze mesorregiões, o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha possuíam maior área de pastagens (66,5%) em relação à área total dos estabelecimentos. (MAPA & INAES, 2015)¹⁸⁰

Nesse contexto, os projetos pecuários e agrícolas, principalmente voltados para produção de agrocombustíveis, voltados os municípios do Norte de Minas seguem direcionados para a bacia do Rio São Francisco:

Ultrapassando os R\$ 47 milhões, a Agropecuária Varzelândia S/A (Agropeva), localizada no Jaíba, foi uma das empresas que firmaram protocolo junto ao INDI. Atuando com a criação, produção, seleção e comercialização de cabeças de gado - com destaque para a seleção de gado Nelore, além da comercialização da soja nos municípios de Jaíba, Varzelândia, Matias Cardoso e Capitão Enéas, no Norte de Minas, a empresa pretende expandir suas atividades no setor agroindustrial em uma nova unidade. Com a expansão, a expectativa é que a criação seja duplicada, chegando a 20 mil cabeças de gado para corte por ano, com geração de mais de 100 empregos diretos e indiretos. “Estamos muito entusiasmados com o investimento e com o atual momento econômico para o setor que permitirá crescer e desenvolver não só a região, mas também a economia mineira”, afirma Ney Bruzzi, representante da Agropeva. (JUCEMG, 2014)

Todas estas questões que envolvem a expansão da pecuária, mineração, plantio de eucalipto, pelas empresas capitalistas no Brasil, envolve também a instalação de infraestrutura, como hidrelétricas, ferrovias, minerodutos e de transposições, com incentivos dos Governos Federal e Estadual, com altos financiamentos públicos e privados, voltados para exportação.

Na fração territorial de análise (que corresponde à antiga Comarca de Grão Mogol), essa lógica, tem estimulado o processo rentista de apropriação das terras devolutas. De acordo com o levantamento da SEAPA/RURALMINAS (2014), citado no capítulo 3, as empresas que se instalaram nessa porção através dos arrendamentos com o Estado de Minas Gerais foram as seguintes:

- FLORESTA RIO DOCE S/A
- RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A
- NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA
- RIMA INDUSTRIAL S/A

¹⁸⁰ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA & Instituto Antonio Ernesto de Salvo – INAES, *O Estado da Arte das Pastagens em Minas Gerais*. Realização: Grupo Gestor do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, setembro de 2015.

- FLORESTAMINAS FLORESTAMENTOS
- ITAPEVA FLORESTAL LTDA
- COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO

Em nome da empresa FLORESTA RIO DOCE S/A não foi localizado nenhum contrato original ou cópia para confirmar tal situação. Foi localizado um processo de cobrança de nº 049/85-e com 900,5707ha da empresa no qual pertencia à área da empresa VALE. A empresa não aceitou a cobrança da área sob alegação de que não existe tal contrato e que se trata de área particular. A empresa RIO RANCHO AGROPECUÁRIA possui o total de um contrato de arrendamento com encerramento em 04/09/2007. A FLORESTA RIO DOCE cedeu à área do contrato 137/84-E para a então RIO RANCHO, foi localizado cópia do contrato e termo de transferência e cessão de arrendamento e demais documentação. A empresa NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA possui o total de 4 (quatro) contratos de arrendamentos com aditivos até o ano de 2022. A NOFLOR é sucessora da empresa RIO RANCHO AGROPECUÁRIA que foi sucessora da FLORESTA RIO DOCE. Não foi localizada a documentação referente aos contratos e aditivos somente os Termos de Transferências de Contratos e o Termo de Ajustamento de Conduta e demais documentação. No ano de 2013 foi instaurada uma Comissão de Avaliação da Terra das áreas de arrendamento da empresa no qual foi notificada com a conclusão. A empresa RIMA INDUSTRIAL S/A possui o total de 5 (cinco) contratos de arrendamentos com aditivos até o ano de 2024. A Rima Industrial é sucessora legal da então empresa Metalur com a qual foram assinados os contratos originais. No ano de 2013 foi instaurada a comissão de Avaliação da Terra das áreas de arrendamento da empresa no qual foi notificada com a conclusão. A empresa FLORESTAMINAS FLORESTAMENTOS possui o total de 12 (doze) contratos de arrendamentos que já se encerraram e 2 (dois) contratos que pertencem a empresa cedente FOSCALMA. Foi localizada toda a documentação referente aos contratos e aditivos da empresa e demais documentação que compõe o contrato de Arrendamento e demais documentação. Os contratos 058/80-E e S/N pertence à empresa Foscalma S/A - Comercial Exportadora que é cedente da empresa

FLORESTAMINAS. A empresa ITAPEVA FLORESTAL LTDA possui o total de 3 (três) contratos de arrendamentos no qual já se encerraram, conforme. Foi localizado o contrato e termos aditivos da empresa e demais documentação. Foi localizado um contrato de servidão administrativa da COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO, celebrando direito com o INSTITUTO DE TERRAS – ITER no dia 01/03/2005 com o prazo de 30 anos nos moldes de Arrendamento. SEAPA/RURALMINAS (2014). O Anexo H indica a empresa, o número do contrato, a data do início e do término, a área, o município, a localidade, se a área foi devolvida ou não e se teve ou não aditivo no contrato.

Observa-se que esses dados também não estão de acordo com os dados cartográficos dos arrendamentos apresentados no Mapa 8, que também tem como fonte o Estado de Minas Gerais. Ele incluiu na área dos arrendamentos outras empresas como a Itapeva Florestal Ltda e Inonibrás Inoculantes Ferroligas Ltda (Através do CAA, que forneceu esta base solicitei à SEDA esclarecimentos sobre o ano do levantamento dos dados fornecidos para esse mapa, mas ainda não recebi retorno).

Esse quadro dos arrendamentos, visto assim, já não é simples, uma vez que, a própria RURALMINAS, reconheceu que alguns dos contratos estão desaparecidos, que muitos já venceram e as áreas não foram devolvidas. Mas, esse cenário está distante de mostrar a complexidade da apropriação das terras por parte das empresas arrendatárias. Ele é bem mais complexo, como revela a análise de certidões imobiliárias e de processos judiciais de usucapião, reintegração de posse movidos por essas empresas, e as ações discriminatórias movidas pelo Estado. Evidencia-se a ação rentista das empresas, a aliança com rentistas locais, atrelados aos poderes legislativo executivo e judiciário nas esferas da União, Estado e Município. Consequentemente, causando um enorme conflito agrário, uma vez que as terras estão desde tempos imemoriais, ocupadas pelas centenas de famílias geraizeiras que tradicionalmente usam a terra em regime de uso comum.

Sendo assim, na porção territorial alvo da divisão e *grilagem judicial* nas décadas de 1920 e 1930, analiso a apropriação das terras pelas empresas Florestas Rio Doce S/A (FRDSA), Rio Rancho Agropecuária S.A, NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda, Rima Industrial S/A, SICAFE Produtos

Metalúrgicos LTDA, SIFLOR Florestamento e Reflorestamento Ltda, INONIBRÁS Inoculantes e Ferroligas Nipo-Brasileiras S/A, e as mineradoras MIBA, SAM – SULAMERICA METAIS e a Mineração Riacho dos Machados (CARPATHIAN GOLD Inc.).

Mapa 8 – Norte de Minas: Terras Arrendadas para as Empresas pelo Governo de Minas Gerais, na Fração Territorial de Análise

5.1.1 Florestas Rio Doce S.A – (FRDSA)/Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

A empresa Florestas Rio Doce S/A (FRDSA) foi controlada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 2002 foi realizado o desinvestimento da empresa, pelo valor de 59 milhões de dólares¹⁸¹ A distribuição do capital da Vale, informada em fevereiro deste ano (2017), foi a seguinte: Vale participações (33,70%), investidores estrangeiros (47,12%), investidores brasileiros – inclui pessoa física e investidores institucionais e FGTS (13,89%), Governo Federal do Brasil através do BNDES participações (5,29%).

Atualmente a sede da empresa Florestas Rio Doce SA (FRDSA), localiza-se em Itabira, MG. De acordo com a JUCEMG (2017), a empresa foi constituída em 13/11/1967. Solicitei uma certidão de inteiro teor, para saber a composição do capital social da empresa e a distribuição entre os empresários, em qualquer período desde sua fundação, mas, esta informação, depois de idas e vindas, não constou da certidão. O dado informado na certidão, apenas remeteu à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro/SINREM, sobre o capital social da sociedade no valor de R\$ 13.271.845,63 (treze milhões e duzentos e setenta e um mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos). A certidão segue anexa a esta tese.

Conforme analisado no Capítulo 3, a empresa Florestas Rio Doce S/A, teve ampla garantia de transferência dos imóveis públicos através dos contratos de arrendamentos de terras firmados entre o Estado de Minas Gerais através da RURALMINAS e as empresas, pelo prazo mínimo de 23 anos e recebeu a maior área de cerrado como concessão a preço muito baixo.

¹⁸¹ Essas duas empresas firmaram com a Aracruz Celulose S.A. (Aracruz) e a Bahia Sul Celulose S.A. (Bahia Sul) - no dia 30 de setembro de 2002-um acordo regulando a compra e venda de ativos que a FRDSA detém na região de São Mateus, no Estado do Espírito Santo. O valor da transação é de R\$ 191.403.756,40 (cento e noventa e um milhão, quatrocentos e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos). O preço mencionado refere-se a aproximadamente 40 mil hectares de terras plantadas com florestas de eucalipto e a cessão para a Aracruz e Bahia Sul de contrato preexistente de fornecimento de madeira para terceiros. A venda dos ativos da FRDSA conclui o desinvestimento da CVRD dos negócios de papel e celulose, determinado por sua estratégia de longo prazo. A empresa informou que os ativos florestais da Celmar S.A., empresa controlada pela CVRD, deveriam ser utilizados para a realização de outros projetos da Companhia, vinculados aos negócios de mineração e metais. (CVRD: 2002)

Sobre o “Desinvestimento da FRDSA” vide: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/acquisitions-divestments/Paginas/default.aspx> acesso em 06 de abril de 2017.

Recebeu 400 mil hectares no município de Grão Mogol/MG (autorizada a alienação através da Resolução do Senado Federal nº27 de 27 de maio de 1976).

A partir desse contexto, desdobrou-se um complexo emaranhando fundiário, que tentarei apresentar a partir da análise dos dados do INCRA (2003), e principalmente, das certidões imobiliárias recolhidas no CRI – Grão Mogol, que incidem sobre a porção territorial de análise. Doravante afirma-se que o rentismo é estruturante na produção capitalista dessa empresa.

Primeiramente, os registros de terra declarados ao INCRA (2003) apresentados na Tabela 25).

Tabela 25 - Imóveis registrados pela FLORESTAS RIO DOCE (INCRA, 2003)

Nome Imóvel	Município	Área (ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada(ha)	Área Posse (ha)	Nome Pessoa
FAZENDA SAO FRANCISCO	GRÃO MOGOL	451	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	79	7179	FLORESTAS RIO DOCE SA
DOIS MONJOLOS	GRÃO MOGOL	364	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	163	4706	FLORESTAS RIO DOCE SA
ANDORINHA	GRÃO MOGOL	75	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0	946	FLORESTAS RIO DOCE SA
BARBADINHO E JATAY	GRÃO MOGOL	121	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1232	931	FLORESTAS RIO DOCE SA
JACA	GRÃO MOGOL	14	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0	290	FLORESTAS RIO DOCE SA
MUTUCA E ESTIVA	GRÃO MOGOL	179	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	2501	184	FLORESTAS RIO DOCE SA
CHAPADINHA DO PINTADO	GRÃO MOGOL	0	PEQUENA PROPRIEDADE	0	158	FLORESTAS RIO DOCE SA
CARDOSO	GRÃO MOGOL	80	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	0	111	FLORESTAS RIO DOCE SA
TABOCAS	GRÃO MOGOL	0	PEQUENA PROPRIEDADE	0	102	FLORESTAS RIO DOCE SA
SAO JOSE	GRÃO MOGOL	88	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	676	64	FLORESTAS RIO DOCE SA
TERMOCEL	GRÃO MOGOL	15	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	201	34	FLORESTAS RIO DOCE SA
FAZENDA TAMANDUA	GRÃO MOGOL	90	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1764	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
VEREDINHA	GRÃO MOGOL	75	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1157	0	FLORESTAS RIO DOCE SA

Nome Imóvel	Município	Área (ha)	Classificação Fundiária	Área Registrada(ha)	Área Posse (ha)	Nome Pessoa
EXTREMA	GRÃO MOGOL	14	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	227	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
CURIACA	GRÃO MOGOL	0	PEQUENA PROPRIEDADE	125	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
MARIMBO	RIACHO DOS MACHADOS	18	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	482	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
SAO DOMINGOS	PADRE CARVALHO	49	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	726	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
TRES CAPOES	PADRE CARVALHO	332	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	7735	0	FLORESTAS RIO DOCE SA
JOSENOPOLIS	JOSENÓPOLIS	25	MÉDIA PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	75	450	FLORESTAS RIO DOCE SA
JACA	GRÃO MOGOL	46	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1161	0	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

A empresa registrou dezenove imóveis, quinze em Grão Mogol, um em Josenópolis, dois imóveis em Padre Carvalho sendo que um deles, o imóvel “TRÊS CAPÕES” tem a maior área registrada no município de **7.735 hectares**, conforme mencionado anteriormente. E um imóvel em Riacho dos Machados, denominado “MARIMBO” com **482 hectares** grilado. Consta também o imóvel “JACA” em nome da “COMPANHIA VALE DO RIO DOCE”.

Os dados do INCRA apontavam para grandes dimensões de terras griladas, são **14.705 hectares de terras griladas** em onze imóveis, trata-se de terras devolutas de gerais, e grotas de posseiros apropriadas privadamente por meio de uma escandalosa *grilagem judicial* e cartorial, conforme mostro a seguir. Em 2003, oito desses imóveis foram declarados improdutivos, ou seja, a empresa cercou, nada produziu, provavelmente queimou as árvores de Cerrado.

De acordo com as certidões imobiliárias, nove imóveis apropriados pela Floresta Rio Doce S/A foram vendidos no final de 2002 para a Rio Rancho Agropecuária S/A e registrados no CRI – Grão Mogol em 2003. Mas, de acordo com o Diário Oficial de Minas Gerais – DOFMG (2012), em 2.000 todos os terrenos e maciços florestais já tinham sido vendidos:

No exercício de 2000, a Companhia vendeu seus maciços florestais e terrenos, referentes ao núcleo Grão Mogol, pelo valor de

R\$ 16.750, sendo R\$ 9.045 divididos em 8 parcelas e R\$ 7.705 em 16 parcelas semestrais e sucessivas, a partir de outubro de 2001, acrescidos de atualização de IGP-M e juros de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2010, a companhia não tinha mais nenhum valor a receber referente a essa operação (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.268 em 01 de janeiro de 2009). (DOMG, 2012)

Os dados do INCRA, não convergem nem esclarecem a realidade, quando confrontados com as certidões imobiliárias recolhidas no CRI-Grão Mogol revela-se outro quadro fundiário, que inclusive remete a processos de usucapião e sentenças judiciais que necessitam, futuramente, ser objeto de estudo integralmente¹⁸².

Em nome da Florestas Rio Doce S/A foram entregues pelo CRI – Grão Mogol cinquenta e quatro certidões de imóveis rurais situados em Grão Mogol, Josenópolis, Salinas, Padre Carvalho, Riacho dos Machados, Botumirim e Cristália. Além de quatro terrenos urbanos localizados em Grão Mogol. Outras certidões do CRI-Salinas indicam áreas no município de Rubelita. Veja o mapa 9 a seguir que mostra localização das terras que foram possíveis mapear com as descrições e coordenadas geográficas apontadas nas certidões.

¹⁸² Um dos advogados responsáveis pela defesa de geraizeiros frente as ações de grilagem e despejo movidas pelas empresas contra os camponeses, a mais de 11 meses, solicitou o desarquivamento desses processos no Fórum de Grão Mogol, o diretor do Fórum argumentou dificuldades em localizar nos arquivos os autos destes processos, até a presente data de conclusão desta tese, foi desarquivado somente um Processo de Usucapião: 1412/92. Arquivo nº027808006774-9. Ano:1992, Autor: Florestas Rio Doce S/A, Réu; Estado de Minas Gerais, cujos dados incorporo nesta análise.

Mapa 9 - Localização das Terras Apropriadas pela Florestas Rio Doce S/A

Não consta em todas as certidões as coordenadas geográficas que possibilitariam traçar os polígonos das áreas. Assim, em alguns casos os topônimos indicados nas certidões auxiliaram neste mapeamento, com o auxílio das cartas (plantas dos autos de divisão) e em outros indica-se somente um ponto. A ausência de orientação precisa, não é fortuita, considero que a advém da grilagem e da consequente sobreposição das áreas. Assim, a ausência da localização e extensão das áreas com precisão faz parte da estratégia de ocultar a grilagem. Uma vez que a área foi indicada na certidão, avançam sobre as terras de centenas de famílias de camponeses geraizeiros (posseiros e proprietários), que são constantemente pressionados a abandonarem suas terras de morada, apropriadas ilegalmente no papel.

Os imóveis abarcam terras devolutas e localidades diversas inseridas, no interior e nas proximidades das terras das fazendas divididas *Lambedor*, *Santa Cruz*, *Pintado*, *Santa Marta*, *Santa Quitéria*, na inexistente fazenda indivisa *Ribeirão de Areia* e na *Ribeirão das Piabanhas*. Detalharei a análise das terras inseridas nessas duas últimas, onde concentrei os levantamentos, onde também o conflito agrário se encontra acirrado, e protagoniza-se a luta autodemarcatória do *território tradicional geraizeiro do Vale das Cancelas*. Nessas áreas há também a prática da *judicialização* dos conflitos por terra, as empresas passaram a mover ações de despejo e turbação de posse contra os camponeses geraizeiros.

Como procedimento metódico, organizei e analisei a sucessão dominial dos 54 imóveis informados pelo CRI-Grão Mogol. Dentre essas concentrei análises nas certidões dos imóveis situados nas áreas das *fazendas indivisa Ribeirão de Areia* e *Ribeirão das Piabanhas* cuja sucessão dominial segue no Apêndice O e P - Cadeia Sucessória dos Imóveis da Florestas Rio Doce S/A nas respectivas terras.

O processo de apropriação das terras pela Florestas Rio Doce S/A iniciou com os contratos de arrendamentos de terras devolutas nas décadas de 1970 e 1980. E as terras devolutas foram e continuam sendo apropriadas por diferentes estratégias de grilagem que passam pelo âmbito judicial e cartorial. Esses arrendamentos foram seguidos da compra de terras de grileiros locais (dentre esses há os que adquiriram as áreas em sentenças de divisão, ou

através de herança, compra de “fatias” de posses camponesas), retificação de matrículas, georreferenciamentos, unificação de matrículas, averbações de áreas de preservação, processo de usucapião de terras públicas, através da compra de pequenas glebas de terras de camponeses pelas empresas, cessão de direitos de posse. A partir daí as empresas, no cartório de registro de imóveis, registram a área adquirida, “*inserida dentro de uma área maior*”. Se apropriaram como donas, hipotecaram, plantaram eucalipto, ou não, deixaram as terras improdutivas, venderam para outras empresas ou pessoas.

FLORESTAS RIO DOCE S/A NAS TERRAS DA FAZENDA INDIVISA RIBEIRÃO DE AREIA

Na fração do território que corresponde à inexistente fazenda *indivisa Ribeirão de Areia* a empresa Florestas Rio Doce S/A registrou áreas nas localidades *Curral de Varas, São Francisco, Cancela, Boa Vista, Ribeirãozinho, Lamarão, Bocaina, Olhos D'água*.

O *Córrego Curral de Varas*, separa nessa porção Padre Carvalho de Rubelita, é um afluente do rio Vacaria (na margem direita). É também a denominação de uma porção territorial, onde vivem aproximadamente 70 famílias. Confinante com as terras do *Buriti, São Lourenço, Cancela, Ribeirãozinho e Vacaria*. No *Curral de Varas* a Florestas Rio Doce S/A registrou três áreas no CRI-Grão Mogol, que são:

1) Matrícula 372, “*Terras de Cerrado na Fazenda Curral dos Gerais*”, município de Padre Carvalho, MG, registrada 23/06/1986, um Contrato de Renda e Ocupação de Terras Devolutas (nº 050/83) por 23 anos, da **área de 928,87,75 hectares** firmado entre RURALMINAS e a Florestas Rio Doce S/A. Confrontando-se com os dados da SEAPA/RURALMINAS (2014:14) esta área certamente é a mesma “*Fazenda Curral dos Gerais*” com **928,88 hectares** com aditivo ao arrendamento até 05/09/2022, para a empresa NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda porém com outro número de contrato (nº 080/83-E).

2) Na matrícula 123 “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar "Córrego Laranjeira", à margem do Curral de Varas*”, Josenópolis, MG, **área: 24,2 hectares**. Este imóvel pertencia a Belarmina Rosa Saraiva e através da escritura de compra e venda foi vendido para a FLORESTAS RIO DOCE S.A.

em 14/06/1976. Na mesma data foi feita uma retificação de matrícula (R-1-123), onde constava a seguinte observação:

Obs: Em levantamento feito pela SECLA (serviço de Engenharia e Consultoria Ltda), foi encontrada nos limites acima, **a área de 2.727,73ha** cuja área será objeto de retificação e ratificação nos termos do art.213 e 214 da Lei 6.015; uma vez que a presente venda foi contratada "*ad-corpus*".

Desta matrícula desdobraram-se outras matrículas, referentes a três contratos particulares de arrendamento feitas pela FLORESTAS RIO DOCE S.A., com duração de 20 anos cada um dos contratos. i) Fábrica de Fechos Astro S.A, em 15/12/1976. Área: **109,11 hectares**. ii) Vale do Rio Doce Navegação S.A. DOCENAVE, em 27/12/1976. Área: **27,28 hectares**. iii) Companhia Vale do Rio Doce, em 27/12/1976. **Área: 2.591,34 hectares**. (Aguardo do CRI-Grão Mogol os registros de imóveis em nome de Belarmina Saraiva, ainda não entregue.)

3) “Parte de um imóvel rural da Fazenda Curral Geral, situada na localidade “Curral de Varas”, Grão Mogol, MG (Matrícula 1799/1858). Trata-se de terras devolutas adjudicadas por sentença judicial de usucapião. A matrícula 1799 foi registrada em 18/02/1998 pela FLORESTAS RIO DOCE S/A, quando obteve uma Sentença de Usucapião da **área de 6.452 hectares**, pelo Juízo de Direito da Comarca de Grão Mogol.

Nas cópias dos autos da ação de usucapião que a FRDSA moveu contra o Estado de Minas Gerais (1992), consta uma certidão do CRI-Grão Mogol certificando que:

“[...] **NÃO** ví constar registro do seguinte imóvel que se encontra na Posse da Florestas Rio Doce S.A.” totalmente reflorestado, neste município no lugar denominado “Cancela”, Fazenda Indivisa São Francisco com área de seis mil quatrocentos e cinquenta e dois hectares (6.452 ha). (Processo de Usucapião nº 1412/ 1992) (*sem grifos no original*)

Nesses autos, a área registrada sob a matrícula 8858 do imóvel “Cancela e Olho D'agua, no lugar Cancela”, ao qual me refiro nas próximas páginas, também foi mencionada pelos grileiros nos autos de usucapião, e certamente são áreas que se sobrepõem a essas.

Apesar destas evidências, de que a empresa não tinha o domínio do imóvel usucapiendo, a representante do Ministério Público em Grão Mogol, a Promotora de Justiça Dr^a Maria Luiza Figueiredo Pereira, opinou pela procedência do pedido. O Departamento de Patrimônio da União, através do Delegado Wilson Martins, também alegou desinteresse, uma vez que, as terras não estavam cadastradas no departamento. Ambos viraram as costas ao interesse público, apesar da evidente devolutividade das terras.

Entretanto, o Procurador do Estado de Minas Gerais, Dr^o Albani Gomes Carneiro (Procuradoria do Patrimônio imobiliário), contestou a ação. Alegou a impossibilidade jurídica da ação, com base: i) No artigo 191 da Constituição que estabelece que *“os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”*, e que se incluem entre os bens do Estado, as *“terras devolutas não compreendidas entre as da União”*; ii) no Código Civil Brasileiro (Leinº3071/16), que os bens públicos *“só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar nos casos e forma que a lei prescrever. E; iii) na Súmula nº 340 do STF, desde a vigência do Código Civil, “os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião”*.

Ademais enfatizou que as terras do *“Curral Gerais”* e *“São Francisco”*, são indivisas e devolutas e não foram transcritas em nenhum registro imobiliário. Que a empresa pretendia usucapir a área inserida nas terras devolutas, objeto do contrato de arrendamento que a própria empresa estabeleceu com o Estado, dentro do Programa de Distritos Florestais do IBDF:

Toda aquela vasta área do Distrito Florestal indubitavelmente, de terras devolutas estaduais, terras públicas portanto. E a autora sabia disso. E o que é pior é que a área usucapida é parte da gleba maior, situada na Fazenda Curral de Gerais, como confessado na inicial, onde a mesma Autora mantém contrato de arrendamento com o Estado, de um lote de 928,87,75 ha[...]

Sendo terras devolutas não encontram-se sujeitas à prescrição aquisitiva por usucapião. Toda esta tese foi questionada pelo advogado da empresa, com contra-argumentos, eximindo a devolutividade das terras, inclusive evocando o processo de divisão judicial da *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*:

Ora como já expôs a autora, na peça exordial está a área usucapienda localizada dentro de uma grande extensão de terras, sendo que toda aquela região, composta pelas *Fazendas Curral Gerais, São Francisco, Lamarão, Bocaina, Cancela, Curral de Varas,*

Vacaria, Ribeirãozinho, Forquilha, Meladinho, Carinhanha, Ventania, Mundo novo, Americana, Carolina, Tanque, Diamantina, etc, fazem parte da Fazenda Ribeirão de Areia ou Brejo Grande, se assentam em origem particular, cujo processo de divisão judicial foi iniciado em 05 de junho de 1931, por iniciativa do condômino Augusto Figueiredo, cuja petição inicial mereceu no mesmo dia, despacho do ilustre juiz da época, Dr. Manoel Christiano Rello, [...] somente não se consumando em razão da ação ter sido paralisada pela morte de seu promovente, estando paralisada até a presente data no Cartório de 2º Ofício de Notas desta Comarca. (Processo de Usucapião 1412/1992: pp.84-85) [sem grifos no original]

Conforme analisado na sessão 4.1.2, essa versão do advogado da empresa é facilmente desmontada. As denominações não correspondem terras de origem particular, referem-se, em geral, a comunidades estabelecidas em tempos imemoriais. Os documentos apresentados nos autos da indivisão da *Fazenda Ribeirão de Areia* encontram-se imersos em uma trama de apropriação privada, no qual estiveram envolvidos o suplicante e o juiz na década de 1930. Os empecilhos para a tramitação desse processo divisório foram diversos, tais como disputas entre os legítimos moradores, os rentistas interessados na *retaliação fundiária* e também a sucessão de juízes e agrimensores durante a tramitação.

O advogado também argumentou que nos municípios de Grão Mogol, Cristália, Botumirim, Itacambira e Riachos dos Machados não existem terras devolutas, alegando que a maioria delas foi levada ao Registro Paroquial, e apresentou duas declarações levadas ao Vigário da Paróquia da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol, extraídas do Arquivo Público Mineiro, sendo uma da “*Fazenda do Buriti*” levado ao registro por José Joaquim de Oliveira e a outra de parte de terras em comum na *Fazenda do Alegre* declaradas por Manoel Dias Pereira. Ou seja, parece que o advogado levantou aleatoriamente, em meio às mais de 300 declarações do arquivo, alguma que se remete a alguma proximidade da inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia*, ao qual o referido arquivo não tem nenhuma declaração. Conforme já ressaltai nesta tese, essas declarações paroquiais não são prova suficiente do destaque do patrimônio público, trazem muitas imprecisões de área e limites dos imóveis. Além disso, necessitariam ter sido levadas a um Registro Geral Imobiliário.

E dentre os documentos apresentados pela empresa, há também uma certidão do Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, indicando memorial descritivo

de divisão de outras terras, *Fazenda Lambedor*, consta dentre as confrontações, o limite na margem direita do *Rio Vacaria na Barra do Curral de Varas*, a *confrontação com a Fazenda Brejo Grande ou Ribeirão de Areia*. Como a inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia* não foi dividida, o advogado tentou estabelecer seus limites com referência a *Fazenda Lambedor*, que teve sentença judicial de divisão, e insere-se no mesmo contexto da primeira etapa da *grilagem judicial* ocorrida nas primeiras décadas do século XX.

Mas, o juiz da Comarca de Grão Mogol, parece ter sentenciado mais esta fase da *grilagem judicial*, nas terras de “*São Francisco/Curral Gerais/Cancela*”, apesar de toda a precariedade dos títulos apresentados, apesar da contestação do representante do Patrimônio do Estado de Minas. As certidões imobiliárias indicam a sentença de usucapião da área de **6.452 hectares** (matrícula 1799, registrada em 18/02/1998). Uma vez que nas cópias dos autos que tive acesso, não consta a parte conclusiva do processo, aquela que deveria ter a sentença favorável à usucapião da empresa. Nas duas partes finais dos autos que acessei constam somente algumas cópias dos autos da ação de divisão judicial da *Fazenda Ribeirão de Areia*. Ou seja, as cópias de outro imbróglio judicial, cujos documentos não servem para provar nenhum domínio particular daquela imensa área, servem apenas para encher os autos de cópias ilegíveis, de histórias fragmentadas, de onde os grileiros locais buscam extrair algum papel que indique que as terras possam não se encontrar na condição de devolutividade.

Da matrícula 1799 havida por usucapião, **área de 18 (hectares)** foi desmembrada pela Florestas Rio Doce S/A, e transferida para o patrimônio da Prefeitura de Municipal de Grão Mogol. As medições foram realizadas pelo agrimensor "Luiz Laércio Pinho Andrade". A prefeitura registrou a área de “aproximadamente 18ha” sob outra Matrícula 1858 (2-RG), em 22/03/1999:

“Imóvel localizado dentro do Distrito Industrial de Buritis, criado pela Lei Municipal nº 146/90 de 14-01-90 (Sancionada pelo prefeito Dimas Viana Sobrinho) – em local estratégico para instalação de fábricas para exploração do potencial florestal existente na região, e ainda localizado as margens da BR-251, que facilitara o escoamento dos produtos”

Na mesma data foi registrado também o R-1-1858, um Mandado de Expropriação, celebrado entre a FLORESTAS RIO DOCE S/A e a Município Municipal de Grão Mogol, MG. *“MANDADO EXTRAÍDO DOS AUTOS Nº2.525/98, AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO PROPOSTA PELO MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL –, representado pelo seu Prefeito Jeferson Augusto Figueiredo.” pelo preço de R\$ 360,00.*” com a seguinte indicação *“se a área estiver ainda sob o domínio da prefeitura, sugere-se destinar ao TGVC como ponto estratégico para escoamento da produção.”* Em campo pude verificar que nessa área “da prefeitura” há um plantio de eucalipto, a população local reconhece a área como pertencente ex-Prefeito Jefferson Augusto Figueiredo (PP/MG).

Nessa questão cabe um parêntese, a Lei Municipal que criou o Distrito Industrial do Buriti delimitou a área **74.860,16 hectares** (vide o Mapa 10 que indica a localização dessa área). Há no texto dessa lei a clara intenção de imobilizar o uso da área a leste de Grão Mogol e dispô-lo estritamente ao uso das empresas de plantio de madeira, mesclando interesses de políticos locais e visando conter a emancipação política daquela fração territorial. Conforme o Artigo Primeiro a área e os limites estipulados:

“ (...) ficam definitivamente fazendo parte integrante do distrito da sede do Município de Grão Mogol, não podendo em hipótese alguma, sofrer desmembramento parcial ou total, a qualquer título, a não ser para melhor equalização e fomento do desenvolvimento do Distrito Industrial criado.” (LEI MUNICIPAL Nº146/1990, GRÃO MOGOL, MG)

Trata-se de compreender que articulados com as empresas, o executivo e o legislativo municipal, negaram a existência das centenas de famílias geraizeiras que vivem na imensa área do Distrito Industrial do Buriti, que sequer foram mencionadas na lei. E ainda, esta pode ter sido mais uma estratégia para blindar as empresas, para justificar operações ilegais com as terras devolutas (compra, venda, permuta, cessão de herança) justificadas nesse apoio do legislativo municipal ao projeto desenvolvimentista que não foi aplicado, como a proposta de criação de infraestruturas que, até o presente, não foram implantadas.

Mapa 10 - Localização do Distrito Industrial do Buriti, Grão Mogol, MG, 1990

Dando sequência à sucessão da matrícula 1799, em 15/01/2003, foi averbado pela FLORESTAS RIO DOCE S/A um Termo de Responsabilidade de Preservação, junto ao Instituto Estadual de Florestas-IEF com **área: 1.290,4 hectares**. Em 15/01/2003, a empresa vendeu os **6.434 hectares**, para RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A. Em 09/08/2011 esta empresa desmembrou a área de **450 hectares**, não informou se transferiu para outro proprietário ou se permaneceu com a mesma empresa. Essa área foi registrada na matrícula 2972 (livro 2RG) em 09/08/2011.

Também foi averbado (AV-6-1799, Livro 2RG) o desmembramento, das áreas 125.000m² e 39.000m², em 31/05/2013, em nome da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A, os quais em 31/05/2013 passaram a constituir as matrículas 3.762 e 3.763. Essa matrícula tem continuidade na cadeia sucessória do imóvel situado no Vale das Cancelas, na qual foram feitos desmembramentos. Pela extensão e localização dos terrenos tudo indica tratar-se das madeiras da Rio Rancho localizadas no Povoado do Vale das Cancelas.

4) A *“Área de terras na Fazenda São Francisco, lugar denominado Cancela”* e *“Ribeirãozinho”* Grão Mogol e Padre Carvalho, MG (matrículas 1.849 e M-5.514) com **área de 5.281,6 hectares** - que também foi alvo da *grilagem judicial* através de ação de usucapião em 1998 e certamente une-se ou sobrepõe-se em algum ponto com a *“Parte de um imóvel rural da Fazenda Curral Geral, situada na localidade “Curral de Varas”,* (Matrículas 1.799/1.858) com **área de 6.452 hectares** de terras devolutas). A planta cartográfica e o memorial descritivo dessas áreas foram elaboradas pelo agrimensor *Luiz Laércio de Pinho Andrade*, que também elaborou as medições de outros imóveis adquiridos pela Florestas Rio Doce S/A.

Em campo, camponeses com quem conversei informalmente identificaram o referido agrimensor como sogro do advogado “Drº.GÉLIO LINCOLN DAMASCENO ROCHA” que age como representante legal das empresas grileiras na região, conforme confirmam as certidões presentes nos autos dos processos analisados na sessão 5.2.

Na *“Área de terras na Fazenda São Francisco, lugar denominado Cancela”* e *“Ribeirãozinho”* (matrículas 1849 e 5514), também foi registrado

termo de preservação de florestas da **área de 1.056,32 hectares**, em 05/02/2003, no dia seguinte 06/02/2003 por meio de Escritura de Compra e Venda, a Florestas Rio Doce S/A vendeu para a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A a **área 5.281,6 hectares**. Posteriormente, 30/07/2015, a empresa Rio Rancho Agropecuária S/A averbou duas reposições de floresta em duas áreas uma **de 875 hectares** e outra de **área 1.047 hectares**. A soma dessas áreas é de **1.922 hectares**

5) A área do imóvel “*Ribeirãozinho*” (matrícula 9.016) nos primeiros registros (década de 1970 e 1980) pertencia ao município de Grão Mogol com a emancipação da área territorial do município de Padre Carvalho em 03/10/1996, a matrícula dessa área foi registrada no cartório de imóveis de Salinas. A matrícula 9016 remeteu a uma transcrição (matrícula 8.726, 3-k-2, fls.32 de 04/03/1975)– ainda a certidão refere que a matrícula 9016 trata do imóvel adquirido por compra e venda com 92 LITROS (5,566ha) de terras celebrada entre “*Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros*” e a Florestas Rio Doce S/A, em 04/03/1975. Operação registrada em Escritura pública lavrada no 3º Ofício de Notas de Belo Horizonte. Por sua vez, Adelino Ruas Souto (ou Santos) teria adquirido o imóvel, do lavrador José Francisco de Almeida, cuja área não foi identificada na certidão, (somente área INCRA com 92,8).

Dessa matrícula 9016 acima referida, a empresa registrou os 92 LITROS (5,566ha), com a seguinte observação: está inserida “**dentro de uma área de 12.500ha (doze mil e quinhentos hectares)**”. Em 09/07/1975 foi registrada uma averbação (AV-1-9016) cujo conteúdo **não foi redigido na certidão**, conta somente o localizador e um número de um protocolo. Em 09/10/1987, outra averbação (AV-2-9.016, livro 3-k-2) informou a alteração de matrícula, para matrícula 1232, livro 2-G, trata-se de um registro de Servidão pública celebrada entre a FLORESTAS RIO DOCE S/A e a CEMIG (duas áreas 17.100m² e 45.500m²).

6) Na matrícula 1.210 foi registrada “*uma parte de terras no lugar ‘Cancela’*”, em Grão Mogol, MG. O registro anterior em nome da FLORESTAS RIO DOCE S/A à matrícula 1210 foi a matrícula (8.850, livro 3-K-2, FLS. 66), uma área de **139,89**, neste registro de 20/01/1974 consta a “área total

registrada no INCRA: **68.207,1**". Em 06/07/1987, a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A, passou a matrícula para 1210 e na mesma data registrou sob R-1-1210 uma compra e venda 10.000m² (=1ha) POSTOS CANCELA S.A, com a seguinte observação *"neste ato representado pelo sócio **Jeferson Augusto Figueiredo** ... a presente área será única e exclusivamente a instalação do Posto para revenda de combustíveis ...comprometendo-se a outorgada compradora a devolver o imóvel adquirido, sem que lhes caiba exigir qualquer indenização ou recompensa, tão logo deixo de utilizá-lo para esta finalidade aqui declarada."* Nessa data era prefeito de Grão Mogol, Afrânio Figueiredo, o pai de Jeferson Figueiredo, respectivamente, filho e neto de AUGUSTO FIGUEIREDO o primeiro suplicante da divisão judicial das terras da inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia*.

Em 24/11/1989, nesse registro ocorreu uma operação de permuta entre Florestas Rio Doce S/A e o Postos Cancela S/A (R-2-1210) de *"uma área de 20.000m² (vinte mil metros quadrados) localizada no imóvel objeto da presente matrícula, denominado **Cancela e Olhos d'agua, fazenda indivisa Ribeirão de Areia**".* E a permuta entre Postos Cancela S/A. Florestas Rio Doce S/A (R-3-1210) de *"uma área de 10.000m² (10 mil metros quadrados) localizada no imóvel objeto da presente matrícula, denominado **Cancela e Olhos d'agua, fazenda indivisa Ribeirão de Areia**".*

A área do posto de gasolina, em questão fica situada no povoado Cancela. Em campo, os descendentes de Calixto Almeida (falecido) explicaram a causa desta permuta de áreas. A empresa teve que devolver a área do Posto de Gasolina para Calixto Almeida, segundo esta explicação, ele entrou em uma disputa judicial contra a empresa Florestas Rio Doce S/A que teria se apropriado das terras, que ele tinha o registro da área, que deu origem ao Povoado Cancelas, quando ainda era entreposto de paradas de tropas de gado, que circulavam no trecho entre Almenara, MG (baixo Jequitinhonha) e Curvelo/MG, e Itapetinga/BA até Cruzeiro/MG. A ação contra a empresa grileira foi ganha pelo advogado Drº Ailson Mendes de Brito (Dr. Binha), contratado por Calixto Almeida. Futuramente, em 27/10/1995, esse advogado foi assassinado saindo do fórum em Porteirinha, MG. O mandante do crime, condenado em

2009 foi “José Martins de Melo”, vulgo “Zé de Pulu”¹⁸³, o patriarca de uma família de grileiros que atua com seus jagunços na região, o assassinato teria sido em represália ao ganho de causa judicial do advogado numa demanda envolvendo os “Pulu” e Odilon Ferreira de Oliveira nas terras da Fazenda São Francisco.

7) A certidão do imóvel “*Cancela e Olho D'agua, no lugar Cancela*”, Grão Mogol, matrícula (8858) lavrada pelo Oficial Amadeu Ferreira Paulino, em 06/07/1987. Trouxe algumas imprecisões, que se ligam à matrícula anteriormente referida é 8.535 (fls.181 livro 3-J), a certidão de 20 de janeiro de 1974 tem informações que apontam para mais uma fraude de grilagem de terras. Foi registrado um título de “*compra e venda e cessão de direitos a posse*” celebrado através de Escritura Pública lavrada em 27 de dezembro de 1974 pela tabelião do 3º Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG. Uma primeira evidência de fraude é a data do registro. Observando as datas dos registros a matrícula foi registrada em 20 de janeiro de 1974 (salvo erro na transcrição), praticamente 11 meses antes da lavratura da escritura de compra e venda.

A mesma certidão indica operação de “*compra e venda e cessão de direitos a posse*” de duas áreas - i) “***Uma parte de terras com área de 139 hectares e 89 ares no lugar Cancela***” ii) “***o direito à posse da área de 10.000ha, mais ou menos, no lugar denominado “Olho D'agua”*** - A Florestas Rio Doce S/A teria adquirido de membros da família Dumont, alguns residentes em Grão Mogol e outros em Diamantina/MG, todos representados por Sebastião Dumont (fazendeiro). (Aguardo registros do CRI Grão Mogol em nome de Maria de Lourdes Dumont).

Os outros dois registros indicados na certidão são de averbações, uma sem informação alguma (somente um número de protocolo). E outro informando que passou a constituir outra matrícula (nº 1.210), em 06/07/87.

Os camponeses entrevistados informalmente explicaram que antes da invasão das empresas, havia morada e uso livre das grotas e parte das chapadas nas terras correspondentes da *Fazenda Cancela*. Embora, o fazendeiro José Dumont, tivesse uma fazenda com uma sede, capela e

¹⁸³ Sobre este caso vide Anexo K. Artigo “*Mais de 10 anos depois, Zé de Pulú atrás das grades*”, 30 de janeiro de 2009, escrito por Fernando Lucas (JORNAL DA SERRA GERAL). Disponível em: http://www.jornaldaserrageral.com.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=1362 acesso em 07 de abril de 2017

benfeitorias como um moinho para torra de café e fubá (destruídos pela empresa Florestas Rio Doce S/A). Havia cultivo de café e criações de gado, nas quais algumas famílias camponesas se ocupavam no período da colheita e também como vaqueiros. Com o falecimento da primeira esposa Maria Dumont, contraiu novas núpcias com Edavina Dumont que era de Diamantina e veio residir na *Fazenda Cancela*.

A apropriação das terras da *“Fazenda Cancela”* foi explicada por um dos camponeses O. R. S. que entrevistei informalmente, neto de G. G. C. Ele explicou que os Dumont: *“(...) ia nas grotas pedia os documentos dizendo que ia comprar a parte da chapada dos geraizeiros, mas não pagava e sumia com o documento. Não deixava fazer a roça e ameaçava para sair de lá”*.

A ação de usucapião de **6.462 hectares** na *“Fazenda Curral dos Gerais e Cancela”*, acima referido, também constava a afirmação que *“Maria Dumont e outros, Adelino Ruas Souza, Espólio de José dos Reis e Lúcio Francisco de Almeida”* pessoas que por si, e seus antecessores, estiveram na posse da *Fazenda São Francisco e Curral de Gerais no lugar denominado Cancela*, por mais de cem (100) anos. Mais uma evidência que José Dumont e seus herdeiros afirmavam ser proprietários de terras devolutas, que posteriormente foram vendidos para a FRDSA por Maria de Oliveira Dumont, somente **139,89 hectares** (matrícula 8535). (Aguardo registros do CRI Grão Mogol em nome de Maria de Lourdes Dumont).

8) O imóvel *“uma parte de terras situada na Fazenda Indivisa de “Boa Vista”*, Padre Carvalho, MG, registrado na matrícula 232 documenta que em 27/12/1976, foi registrada a *“área primitiva de 15 ½, correspondentes a mais ou menos 25 alqueires”* (corresponde a 121 hectares) em nome Ana Angelica Gomes. Conforme a certidão a transmitente Ana Angelica Gomes recebeu a área do *“Espolio de Romana Nunes Gomes”* - *“julgado por sentença de 18 de março de 1924, conforme certidão de partilha extraída em 29 de julho de 1974 pela tabelia de 2º ofício desta cidade”*. No mesmo dia do registro da matrícula, em 27/12/1976, foi destacado o R-1-232 informando que *Ana Angelica Gomes* através de escritura de compra e venda lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol pela tabeliã Maria Teresinha Rodrigues Paulino vendeu o imóvel

para pela empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A. A vendedora teria sido representada pelo procurador, Josy Pereira de Andrade.

Em campo busquei entre os moradores por Romana Nunes Gomes e também por Ana Angélica Gomes e pela localização da área, mas as pessoas entrevistadas não conheceram a moradora. A Boa Vista que era um local de vivências coletivas, de encontro, festejos, celebrações religiosas, escola, atualmente é uma área abandonada com benfeitorias (discorrerei sobre estas e outras transformações que afetaram as relações sociais dos camponeses geraizeiros no capítulo 6).

Os demais imóveis da empresa Florestas Rio Doce S/A nas terras inseridas na *Fazenda indivisa Ribeirão de Areia* estão nas localidades Bocaina, Lamarão e Carinhanha, identificadas nas matrículas analisadas a seguir:

9) A matrícula 132, da “*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar Bocaina*”, Josenópolis, MG, refere-se ao imóvel vendido por Odilon Ferreira de Oliveira, um dos filhos de JÚLIO FERREIRA DE OLIVEIRA (Júlio da Bocaina), (matrícula: 8.539, fls.183, livro 3-J, **Área: 100 hectares**), foram vendidos **65 hectares** dessa área, em 21/06/1976, para FLORESTAS RIO DOCE S.A. que registrou a matrícula 132 (livro 2-RG). Desse registro desdobra o R-1-132, uma escritura de compra e venda e cessão de direitos de posse (lavrada no Cartório de 3º Ofício de Notas de Belo Horizonte), com o seguinte conteúdo:

[...]Odilon Ferreira de Oliveira, brasileiro, solteiro, agricultor, residente neste município, [...] vendeu a Florestas Rio Doce S.A [...] a área de **65,00 hectares**, no imóvel objeto desta matrícula e cedeu a mesma Florestas Rio Doce S.A o direito de posse de que é titular, sobre uma área de **5.179 hectares**, localizada dentro do imóvel acima confrontado [...] **Cadastro no INCRA** sob o nº.407.038.011.932 – **área total 232,4**. [...]

Do R-1-132 se desdobram outros registros de compra e venda. Em 14/08/1990, através de escritura pública de compra e venda, lavrada no Cartório do 6º Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG, Odilon Ferreira de Oliveira e sua mulher Aurita Soares de Oliveira domiciliados no lugar “Ribeirão” teriam vendido para a empresa Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda, “**35 hectares (35ha) mais ou menos, dentro de uma gleba de maior área, a margem da Rodovia Federal Montes Claros-Salinas**”. O registro *INCRA* referido remete outro imóvel com área de

1.186,92ha em nome de Júlio Ferreira de Oliveira". O mesmo "Júlio Jacob Oliveira" pai de Odilon Ferreira de Oliveira e outros herdeiros, conhecido por "Júlio da Bocaina". Em 14/02/2003, a empresa Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais LTDA averbou (AV-3-132) uma área de reserva legal "*área correspondente a reserva legal, do imóvel objeto da R-1 da presente matrícula, juntamente com a área de posse que totalizam 1.186,92ha*"

No mesmo dia, através de escritura de compra e venda Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda vendeu para a INONIBRAS Inoculantes e Ferro – Ligas Nipo Brasileiros S.A. **"35 hectares (35,00ha), mais ou menos, dentro de uma gleba de maior"**. Informou o número INCRA, mas não informou a área. Retomarei esta sucessão no item 5.2. quando analiso a fraude, corrupção e grilagem das empresas de mineração.

Evidentemente, que essas áreas de posse são terras devolutas griladas, possivelmente pelo próprio Odilon Ferreira de Oliveira e posteriormente pelas empresas Florestas Rio Doce, seguida da São Francisco Empreendimentos S/A e depois pela INONIBRAS. Importante ressaltar que essa área tem como um dos confinantes Otávio Gomes da Luz, apontado pelos geraizeiros como um dos "griladores" de terras.

Solicitei no CRI-Grão Mogol as certidões em nome de Odilon Ferreira de Oliveira, foram entregues, além da Matrícula 132, as certidões das matrículas 189 e 4.718 em seu nome, que analiso nas próximas páginas.

10) A matrícula 133 da "*Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar Bocaina*", Grão Mogol, MG, também remete às terras dos herdeiros de "Júlio da Bocaina". O registro anterior de 21/06/1976 em nome de Júlio Ferreira de Oliveira (Matrícula 4.946), uma área de **71,90 hectares**. A certidão informou:

"área total 232,4ha [...] consta o desmembramento da área de 100,00ha da área total de 171,90ha transferida a Odilon Ferreira Oliveira, conforme transcrição neste registro sob nº8.539, fls.183 do livro 3-J, declarando-se em tempo, que a denominação do imóvel é Fazenda indivisa de "São Francisco do Vacaria".

Nos registros que se desdobram é flagrante a grilagem, que se inicia em uma Escritura de Compra e Venda de Meação e Cessão de Herança, com cessão dos direitos de meação e hereditários e de posse. Da Matrícula 133

foram extraídas uma averbação e um registro de 21/06/1976 documentando a referida escritura foi lavrada em 21/10/1975 no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, como outorgantes “Júlio Ferreira de Oliveira, "o mesmo Júlio Jacob de Oliveira"; Maria Francisca de Jesus, Amara Francisca de Jesus, Zelinda Francisca de Jesus, Terezinha Francisca de Oliveira, Sinhôro Ferreira de Oliveira e sua mulher Hilda Lemos de Oliveira, Odilon Ferreira de Oliveira, José Machado Sobrinho, Maria Francisca da Silva, que **cederam** à Florestas Rio Doce S/A todos os direitos de meação de “Júlio Ferreira de Oliveira” e direitos hereditários dos demais, no espólio de sua esposa Rita Francisca de Oliveira. *“[...] cujo espólio segundo informação tem a posse sobre uma área de **1.031,27ha, ou seja, 213,07 alqueires**”*

De posse dessa área a Florestas Rio Doce S/A arrendou dois contratos particulares de arrendamentos, um para a Fábrica de Fechos Astro S/A, pelo prazo de 20 anos, uma área de **23,38ha integrada a uma área de 2.750,30,16ha. E outro** para a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, “**uma área de 2.703,54ha a uma área de 2.750,30,16ha**”, pelo prazo de 20 anos, data 27/12/1976. No mesmo dia foi feito um aditivo de re-ratificação, informando que a área arrendada pela Florestas Rio Doce S/A para a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, passa a ser de **2.726,9216 hectares**.

Em 22/03/1979, através de sentença judicial foi desapropriada a área 2.910m² requerida pela TELEMIG em 18/10/1976 a Júlio Ferreira de Oliveira e sua mulher (destinado à instalação Microondas). Outras duas sentenças judiciais (04/10/1988) registraram a transmissão do Espólio de Rita Francisca de Oliveira, sendo arrolante Antonio Ferreira de Oliveira, por sentença de 04-10-1988, para a adquirente FLORESTAS RIO DOCE S/A na qualidade de cessionária dos direitos de meação do viúvo Júlio Ferreira de Oliveira e hereditários dos demais herdeiros. *“[...]no imóvel rural situado no lugar denominado Bocaina, Fazenda Indivisa São Francisco, neste município, contendo área documentada e 71,90ha, e objeto da presente matrícula, **“somente: a área de 67,38ha”**. E a transmissão do Espólio de Rita Francisca de Oliveira, sendo arrolante Antonio Ferreira de Oliveira. Para o herdeiro Antonio Ferreira de Oliveira **“somente: 4,49 hectares**”, no imóvel Bucânia, Fazenda Indivisa de São Francisco do Vacaria.*

Ao que parece, os herdeiros de Júlio de Oliveira, tentaram reaver alguns lotes grillados pela empresa, possivelmente, na venda realizada pelo irmão Odilon Ferreira de Oliveira.

Em campo, conversei informalmente com “Odilon Ferreira de Oliveira”, 76 anos de idade, em sua residência no lugar “Carolina”. A versão transmitida por ele, é que teria vendido **1.000 hectares** para a Florestas Rio Doce S/A e com o preço recebido adquiriu a propriedade onde reside atualmente, com a esposa o filho e a sogra (A.S. Damasceno), e se dedica à criação de gado. Perguntei a ele se tinha conhecimento da estratégia das empresas de plantio de madeira quando chegaram em Grão Mogol, sobre comprar glebas pequenas e registrar áreas maiores. Ele respondeu que isso não aconteceu. A versão que os camponeses transmitem é de que Odilon Ferreira de Oliveira vendeu para a Florestas Rio Doce S/A além da sua parte de terras de herança, também vendeu a parte dos irmãos sem consentimento dos mesmos. Outro camponês da localidade São Francisco forneceu a seguinte explicação:

“Esse eucalipto, eles vieram empurrando o povo para cá, eles iam todos os dias nas casas do povo, quem tinha uma escriturinha né, eles vinham para comprar. Aí vieram adular meu pai muitas vezes, todo dia tinha um comprador, vinha para comprar de meu pai. Ele falava assim, eu não vendo não, eu comprei a terra para mim trabalhar, como é que eu vou vender ela e sair, não, de jeito nenhum. Aí aquele Odilon da Bucaina, [...] Olho grande esperto, arrumou não sei de que jeito que ele arrumou uma escritura lá para aqueles lados do Ribeirão da Areia, Carolina esse trem para lá e veio tacou o trator aí e vendeu para a firma. Ele é que vendeu, pegou o dinheiro e a gente ficou só olhando [...] o que era da frente que era nosso ele vendeu ua! Olha aí onde o eucalipto está aí. [...] Aí os Pulu entraram, quando viram que a firma estava entrando os Pulu entraram e passaram a mão no resto e vendeu para a firma também”. (Morador da comunidade de São Francisco, 2013)¹⁸⁴.

Solicitei no CRI Grão Mogol as certidões imobiliárias em nome de Odilon Ferreira de Oliveira e foram entregues três certidões, que são: i) a Matrícula 132 de 21/06/1976 de imóvel situado na *Fazenda Ribeirão de Areia*, “uma parte de terras de **65 hectares**, em terrenos de campo e serrados no lugar denominado *Bocaina*, **dentro de área maior**” cuja sucessão já foi analisada anteriormente. Trata-se do imóvel vendido por ele para a empresa São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais que depois vendeu

¹⁸⁴ Fala extraída do Relatório das Oficinas de Autodemarcação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, CAA, 2015.

para INONIBRÁS; ii) Transcrição 4.718, de 20/03/1956, “*uma parte de terras com área de 280 hectares e 72 ares no lugar Brejo Grande*” adquirido por ele e mais sete pessoas, por compra de Maria Francisca de Jesus em 08/05/1946. Desta parte foi desmembrada a área de 163ha e 49 ares e; iii) Matrícula 189, de 27/10/1976, de um imóvel na *Fazenda Ribeirão de Areia*, com área de **91,56ha**, situado no lugar “Horizonte”, essa área limita-se pelo oeste com a *Fazenda Americana* e terras da Cia Vale do Rio Doce, e pelo norte com a *Fazenda do Jacaré*, trata-se de uma localidade situada na cabeceira do Córrego Jacaré, entre o Ribeirão e a Bocaina. Esta matrícula foi objeto de operações hipotecárias e também transferida para sua mulher Aurita Soares de Oliveira devido a separação judicial (embora ainda vivam maritalmente), o preço atribuído à terra foi de R\$1.500.000,00. A área também foi objeto de retificação, após medições do engenheiro Mauro Almir Gonçalves encontrou **821,84 hectares** (vide localização no Mapa 9). Assim áreas das 3 matrículas em nome de Odilon no total somam **437,28 hectares**, não chegam aos 1.000 hectares por ele referido em conversa informal, tampouco aos valores registrados tanto pela Florestas Rio Doce S/A quanto pela INONIBRAS, essa estratégia, de dizer que área era dentro de área maior, admitida pelo oficial do registro de imóveis Amadeu Ferreira Paulino, que registrou as matrículas, serviu para que as empresas posteriormente, escolhessem o tamanho dessa área maior, no caso da Florestas Rio Doce S/A foi cedido o direito de posse de **5.179 hectares**, no caso da São Francisco Empreendimentos a área de posse registrada ilegalmente foi de **1.186,92ha**.

11) A matrícula 134 da área *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*, no lugar “*Carinhanha*” *Padre Carvalho/MG* registrada em 21/06/1976 com área: “**23 litros, mais ou menos**” indicou como transmitente Norberto Francisco de Almeida, lavrador. Remete a uma área de “**23 litros, mais ou menos, e cedeu os direitos de posse sobre uma área de 2.000ha mais ou menos**” vendida através de escritura de compra e venda (lavrada no Cartório de Notas do Distrito de Padre Carvalho, em 08 de maio de 1975). Dessa área, **42,87ha**, também foi arrendada, pelo prazo de 20 anos, para a Fábrica de Fechos Astro S/A. E também arrendou para a Companhia Vale do Rio Doce, pelo prazo de

20 anos, duas áreas em 27/12/1976: uma área de **1.029,27 hectares** e outra área de: **21,43 hectares**

A grilagem redonda nessa estratégia de comprar uma pequena gleba inserida dentro de outra área maior. A novidade são as transferências das áreas através de contratos.

12) A matrícula 239, também na *“Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar “Carinhanha”* Padre Carvalho/MG remete a compra de área de **4,84 hectares**, da matrícula de Lúcio Francisco de Almeida e sua mulher Geralda Pestana de Almeida, consta seguinte informação na Matrícula 239: *“Foi encontrado nos limites acima em medição efetuada pela SECLA (Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda) uma área real de 3.110,104m² ou 311,01ha”*. O registro R-1-239, de 17/01/1977, atesta que através de escritura de compra e venda lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol em 08/09/1976, Lúcio Francisco de Almeida e sua mulher Geralda Pestana de Almeida venderam para a Florestas Rio Doce S/A, uma área de **4,8 hectares**.

13) Na comunidade Lamarão, mais uma alarmante grilagem, a matrícula 8859 da área *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar “Lamarão”*, Padre Carvalho, MG, remete à Matrícula 8.554 (fls.186, livro 3-J), **direito de posse sobre a área de 2.000 hectares**, cuja data não foi informada, em nome dos proprietários: Denas Nunes da Silva e Maria de Lourdes Dumont). Solicitei ao cartório os registros anteriores a 8554, mas ainda não foram entregues. Esta matrícula 8859, de 20/01/1975, documentou que Denas Nunes da Silva e Maria de Lourdes Dumont, de Padre Carvalho, fazendeiros venderam uma área de **“3 alqueires ou 14 hectares e 58 ares”** para a FLORESTAS RIO DOCE S.A através de Título de Compra e Venda e Cessão de Direitos de Posse (lavrado em Escritura Pública no dia 27/12/1974 no Cartório de 3º Ofício de Notas Triguinelli, livro 241-D fls. 78v.).

Da Matrícula 8.859 se desdobram três registros, uma averbação em 20/01/1975, cujo conteúdo não foi informado na certidão, somente o Protocolo 1-A fls. 63 s/nº 9.541. E outras duas averbações, uma de 15/12/1976, mais um Contrato de Arrendamento pelo prazo de 20 anos, pelo qual a Florestas Rio Doce S/A arrendou para a Fábrica de Fechos Astro S.A, **uma área de 23,38ha**. E outra cuja informação é a seguinte: *“Contrato de prot.373 1-A e reg s/nº R-3-*

133 livro 2-A foi arrendado a Companhia Vale do Rio Doce, uma área de 2.726, 9216 hectares, conforme condições constantes do referido registro.

Oficial Amadeu Ferreira Paulino”

Em razão de toda essas questões analisadas envolvendo as áreas apropriadas judicial e cartorialmente pela Florestas Rio Doce S/A, registradas sob as matrículas analisadas, a apropriação ilegal de terras devolutas e de terras camponesas. Aponta-se para a provável sobreposição de áreas, nessas terras de difícil mapeamento apenas com as certidões imobiliárias analisadas. Doravante, enfatiza-se como consequência desse processo capitaneado por grileiros locais e a empresa FRDSA, o conflito agrário presente nesta fração do território correspondente às terras da inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia*.

Atualmente, nessas terras, como consequência do processo de grilagem judicial e cartorial praticada pelas empresas e por grileiros locais há uma série de conflitos instaurados que afetam gravemente os direitos de centenas de famílias camponesas que habitam as grotas agredidas durante décadas por esse processo de apropriação privada.

Os moradores da comunidade *Lamarão* tem sido pressionados constantemente por trabalhadores que prestam serviços para a empresa Sul Americana de Metais (SAM), que invadem as áreas para realizar perfurações e medições e estão interessados na aquisição das terras.

No *Curral de Varas*, dentro da “*Fazenda Cancela*”, um geraizeiro José Soares de Brito teve que mover uma ação contra a Rio Rancho Agropecuária S/A porque teve as terras de herança invadidas pela empresa. Ainda no *Curral de Varas*, porém na área da “*Fazenda Ribeirãozinho*”, o geraizeiro Marcelo dos Reis Sales está sendo vítima de uma ação de despejo movido mesma empresa de Newton Cardoso, ação que afeta toda a comunidade, que tem se organizado coletivamente para defender seus direitos na justiça. Em 2015 a *Fazenda Cancela* foi ocupada pelo Movimento Geraizeiro, nas negociações, os geraizeiros reivindicaram a devolução das terras da *Fazenda Ribeirãozinho*, para integrar a área autodemarcada do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*. Também, a geraizeira M. L. S. que viva em uma grotas no “Baixo Mourão”, a 2 km do povoado do Vale das Cancelas informou ter contratado um advogado de Francisco Sá para quem pagou R\$ 600,00 à vista,

em 2013, para reaver na justiça a terra que herdou da mãe, o advogado não teria mais dado retorno da sua causa. Na área da Boa Vista, as famílias estão ameaçadas pela possibilidade de rompimento da barragem instalada no Ribeirão Vacaria, pela empresa Rio Rancho. M. L. S. informou também que na década de 1970, na Boa Vista, um dos moradores que resistiu à expulsão, teve sua casa de morada incendiada por capangas da empresa, e dessa forma foi violentamente expulso da sua terra de morada.

Nesse caso da apropriação das terras inseridas na inexistente *Fazenda indivisa Ribeirão de Areia*, na década de 1930 não foi sentenciada a divisão judicial. Então, a partir da invasão das empresas sobressaíram duas estratégias de grilagem, a grilagem cartorial com as retificações de matrículas e as lavraturas de certidões registrando áreas sem origem e também áreas de posses não permitidas pela legislação de terras federal e estadual e a *grilagem judicial* (com as sentenças de usucapião).

Tramita atualmente na Comarca de Grão Mogol sete ações de usucapião movidas pela Florestas Rio Doce S/A quatro contra o Estado de Minas Gerais e uma contra RURALMINAS. Tramita também uma ação de Reintegração/Manutenção de Posse contra “E.L.B. e outros”. Tramita também duas ações do Estado de Minas Gerais indicadas como usucapião que tem como ré a Florestas Rio Doce S/A, e por parte da Fazenda Pública o Município de Grão Mogol uma ação de desapropriação.

FLORESTAS RIO DOCE S/A NAS TERRAS DA FAZENDA RIBEIRÃO DAS PIABANHAS

Nas terras da *Fazenda dividida Ribeirão das Piabanhas*, localizei onze imóveis nas certidões da empresa Florestas Rio Doce S/A, que envolve a apropriação de glebas recebidas no processo de divisão e também outras áreas devolutas. Inclui glebas vendidas pelo grileiro JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, e também glebas de moradores ausentes, representadas por este ou por outros procuradores. Trata-se herdeiros dos condôminos que receberam glebas na divisão, esses herdeiros migraram para outros estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Bahia). Nessas operações de compra e venda foram representados por procuradores como o próprio JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Nessa questão indica-se uma investigação mais detalhada em campo e

busca pelos herdeiros nos endereços indicados e nas glebas onde ainda há vizinhança para reconstrução dos acontecimentos passados. É provável que dentre os herdeiros existem aqueles que sequer tomaram conhecimento dessas vendas. Fato constatado, em outras áreas inseridas na fração de estudo, em que camponeses que fizeram a migração de retorno e encontraram em suas glebas de herança a apropriação ilegal das empresas, tendo que mover ações na justiça para tentar reaver a terra onde nasceram, cresceram e herdaram dos pais ou avós. As operações de compra e venda e também cessão de direitos hereditários foram realizadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990. A estratégia da retificação e de unificação de matrículas também foi utilizada na grilagem dessas áreas pela empresa Florestas Rio Doce S/A.

1) O *Imóvel Rural, no lugar "TAQUARA", dentro da Gleba 186, Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, Josenópolis, MG, registrado na Matrícula 2.024 em 14/04/2003. É originada da unificação de três outras áreas adquiridas pela Florestas Rio Doce S/A;

i) a matrícula 8.940 com área de 77,92ha

ii) A matrícula R-2-1.693 com área de 408,40ha

iii) A matrícula 121 em 14/06/1976, embora registrada que foi extraída da Matrícula 5.757 do proprietário, Dr. Antonio Ferreira Cabral, com **área de 85,50**

hectares. Tem origem na matrícula 5.755 registrada em 04/06/1960 por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, trata-se de uma das glebas recebidas por ele na divisão judicial da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* "**gleba tem a área total de 171ha**", transferida para Maria Bispo Machado (conforme AV-2-5755 e transcrito sob o nº 5.756), e depois adquirida por Antônio Ferreira Cabral 85,50ha (a forma de transmissão não foi informada nas certidões). A certidão indicou que a operação de compra e venda, entre Dr. Antonio Ferreira Cabral e sua mulher Maria Nilda de Freitas Cabral e a FLORESTAS RIO DOCE S.A foi lavrada no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Francisco Sá, e destacou uma cláusula especial:

Cláusula especial: declaram as partes que após a medição da área a mando da compradora, pela "SECLA" (Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda.), dentro dos limites constantes da escritura, foi encontrada **a área de 428,52**, declarando mais que esta venda é "ad-corpus" relativa a área mencionada encontrada na medição.

Seguiu a esse registro uma averbação que documenta a unificação de matrícula, pelo qual o imóvel passou a constituir a Matrícula 2.024 em 14/04/2003 que foi unificada com a matrícula 2.876 e será a próxima ser analisada.

2) O *Imóvel Rural, no lugar denominado Córrego Taquara, Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, município de Josenópolis/MG registrado sob as matrículas 2.024 e 2.876. A matrícula 2.024 foi aberta a requerimento da FLORESTAS RIO DOCE S/A documentou uma área de **571,82 hectares**, levada a registro em 14/04/2003. Resultado da unificação dos outros três registros anteriores (R-8.940; **77,92ha**; R-1-121 **85,50ha**; R-2-1.693 **408,40ha**) acima referidos.

Importante destacar que a matrícula traz a seguinte informação “*INCRA com 1.325,4ha. (...) Grande Propriedade CCIR 1996/97 quitado. Imóvel cadastrado na Receita Federal sob nº 06336493, com área maior – 6.318,4ha*”. Realizada esta unificação com essas indicações incompatíveis com os dados INCRA e Receita Federal, na matrícula 2.024, na mesma data foi averbado o Termo de Preservação de Florestas com **área 117 hectares**.

E posteriormente, 04/11/2010, sete anos depois foi averbada a área **577,7590ha** informando o georreferenciamento, encerramento da matrícula anterior e abertura de outra matrícula (2.876). Esta, em nome da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A, com área aumentada deu continuidade à sucessão dominial. Foi averbado junto ao IEF o Termo de Responsabilidade de Preservação da área do termo anterior, **com 117 hectares**. Registrou-se a Escritura Pública de Compra e Venda, da **área 577,75,90 hectares**, entre FLORESTAS RIO DOCE S/A e a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A. Posteriormente a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA vendeu essa mesma área para a Bagatelle Imobiliária Ltda, empresa imobiliária do mesmo Grupo Newton Cardoso.

3) A “*Gleba 10, Fazenda Ribeirão das Piabanhas, Josenópolis, MG*” registrada sob a matrícula 1.657, foi registrada em 23/06/1994. Realizou-se uma alteração da matrícula 4.066 aberta a requerimento de proprietário: JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, documentando uma área de **5200 ares (52 ha)**. O registro anterior foi a matrícula 4.066 de 01/12/1953 do mesmo

proprietário: Joaquim Beltrão da Silva (*“transmitente: Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas e julgada em 25-02-37. Costa a transferência de glebas a terceiros.”*)

Na mesma data (23/06/1994) do registro da Matrícula 1.657 foram registrados: i) A **área de 409,6ha** recebida por inventário do Espólio de Mirian Bicalho, esposa do inventariante JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, identificado como **meeiro**:

“Julgado por sentença de 14-02-1975 do M.M. Juiz Dr. Lourenço Pimenta de Figueiredo, que transitou em julgado, conforme certidão extraída dos autos nº 739/1º em 26-04-1994, pelo escrivão da Secretaria do Juízo da Comarca de Francisco Sá -MG”.

Neste registro consta a seguinte ressalva, que o pagamento inclui *“várias glebas de terras, situadas na Fazenda Ribeirão das Piabanhas (...), com área total de 409,60ha, entre as quais a gleba nº 10, com área de 5.200 ares, e objeto da presente matrícula.”* ii) A **área de 573,23ha** vendidas por **Joaquim Beltrão da Silva para a FLORESTAS RIO DOCE S/A** através de Escritura Pública de Compra e Venda (19-01-1976), lavrada no Cartório do 1º Ofício de Grão Mogol:

“Imóvel: quatro (4) glebas situadas no distrito de Josenópolis, neste município, com área total de 573,23, assim descritas: 1ª Gleba nº10, com área de 5.200 ares, constante da presente matrícula. (...)” área total registrada no INCRA: 1.191,7”.

Apesar de ter descrito 4 glebas, a certidão especificou SOMENTE a área da gleba nº 10 que possui **52 hectares**. Não há especificação da origem dos demais **521,23 hectares**, não há indicação da origem.

4) A matrícula 148 de *“Uma gleba de terras da Fazenda Ribeirão das Piabanhas, no lugar Córrego Grande”* Josenópolis/MG foi registrada em 25/06/1976, uma **área de 620ha** foi extraída da matrícula 4.693 em nome de Severiano Bispo da Cruz, consta seguinte observação na matrícula 148: *“consta conforme anotação à margem: ter sido transferido a Valentim Bispo da Cruz a área de 48,40ha, (...) e a João Cardoso Magalhães Sobrinho 19,36ha”*

A certidão documenta a área de **431,48ha** foi passada para a FLORESTAS RIO DOCE S/A através de Escritura de Cessão de Herança, *“Severiano Bispo da Cruz, Antônio Bispo da Cruz, Antonio Bispo da Cruz e Frutuoso Bispo Magalhães, Rosa Bispo da Magalhães, Maria Cardoso”* – os

três últimos (residentes em Campo Mourão, PR). Informa que a área cadastrada no INCRA tem **546,9**. Ou seja, a empresa comprou **431,48ha** e registrou **620ha**. Ou seja, **se apropriou ilegalmente de 188,52 hectares**.

Na divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, as pessoas com sobrenome Bispo da Cruz que receberam glebas foram “José Bispo da Cruz” (**16 ha**), “Francisco Bispo da Cruz” (**539,37ha**), “Silvestre Bispo da Cruz” (**49,98**). A soma dessas áreas é de **605,35ha**, quer dizer, mesmo que a empresa tivesse comprado todos quinhões e glebas dos herdeiros de “Bispo da Cruz”, essa conta não fecharia. Significa que a empresa grilou as terras. A estratégia de não especificar na certidão a gleba de qual se trata a matrícula é também uma evidência desse grilo. Que se explica também pela análise da certidão a seguir.

5) A matrícula 829 do “*Quinhão nº1-Gleba nº4 – Fazenda Ribeirão das Piabanhas*”, Josenópolis/MG registrada em 11/04/1983, indicou como proprietário anterior José Bispo da Cruz, **área de 32.000 ares (320ha)**, transmitida por Sentença Judicial, de 25/02/1937, na divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, conforme certidão extraída pela tabeliã do 1º Ofício de Grão Mogol. A fraude tem início neste ponto, de acordo com os autos da divisão analisados José Bispo da Cruz, **recebeu na sentença da divisão 16ha** (DEZESSEIS) ele **não recebeu 320ha** (TREZENTOS E VINTE).

Desta matrícula se desdobraram outros nove registros de averbações, cinco deles ainda na década de 1980: i) em abril de 1983 a Cessão de Direitos Hereditários do espólio de “José Bispo da Cruz”, sobre a área 32.000 ares (320ha), os herdeiros (filhos, netos e noras e genros) de José Bispo da Cruz, a maioria residente no estado de São Paulo teriam cedido estes direitos para João Teixeira Batista, através de escritura pública lavrada em 1981, no Cartório de Notas do Distrito de Josenópolis. ii) Por sua vez, neste mesmo cartório, em maio de 1983, o próprio João Teixeira Batista teria cedido os mesmos direitos hereditários do espólio para João Bispo da Silva, com **área de 320ha**. iii) Em 1984, foi a vez de Senhorinho Bispo da Cruz ceder os mesmos direitos **320ha** para a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A dessa vez através de Escritura Pública Lavrada no Cartório do 1º Ofício de Grão Mogol. Importante lembrar que ele foi representado por Clemente Eustáquio Damasceno. iv) Através de

escritura lavrada neste mesmo cartório, em 1985, os netos de José Bispo da Cruz (representados também pelo procurador João Teixeira Batista) teriam cedido os mesmos direitos para João Bispo da Silva sobre a mesma **área 32.000 ares**. v) No mesmo ano 1985, por sua vez João Bispo da Silva CEDEU para a FLORESTAS RIO DOCE S/A parte dos direitos hereditários, que o outorgante possui pelo espólio de José Bispo da Cruz – ***“com área total de 32.000 ares, e objeto da presente matrícula; correspondendo os direitos ora cedidos a uma área de mais ou menos 187,67ha, e foram adquiridos por compra a João Teixeira Batista e outros”***. vi) Em 1986, a **área de 320ha**, João Bispo da Silva CEDEU para Manoel Teixeira Batista, ***“a parte restante dos direitos hereditários que os outorgantes possuem no espólio de José Bispo da Cruz”***, a escritura pública lavrada no Cartório de Notas do Município de Josenópolis. Vii) Consta da averbação (AV-7-829), realizada 12/06/1991 acessão de herança da **área de 77,44ha**, dessa vez, Manoel Teixeira Batista e sua esposa Maria Teixeira Batista CEDERAM para João Cantis Silva, direitos hereditários no espólio de João Bispo da Cruz, escritura pública lavrada no Cartório de Notas do Distrito de Josenópolis (livro nº 02, fls. 110/11), em 27-05-1988.

As duas últimas averbações, de 1991 e 1994 dão conta dessa área de **77,44ha**, em 1991, foi cedida por João Cantis Silva para Geraldo Divino Nunes de Carvalho, através de Escritura Pública lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol. Por sua vez, em 1994, Geraldo Divino Nunes de Carvalho e sua ex-mulher Zane Pereira de Carvalho CEDEU para “Antonio Carlos de Oliveira”, ***(“cedidos direitos hereditários, que possuem sobre o espólio de João Bispo da Cruz”)***. Através de Escritura Pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Grão Mogol.

6) A matrícula 709, ***“Gleba de terras na Fazenda Ribeirão das Piabanhas”***, Josenópolis/MG também é um imóvel pertencente aos descendentes da família “Bispo da Cruz”. Em 29/01/1982, a **área de 16100 ares (161ha)** foi extraída da matrícula 8.769, tinha como proprietário Valentim Bispo da Cruz.

Desta foi registrada a Escritura Pública de Compra e Venda (lavrada em 23-06-1976 no Cartório de Notas do distrito de Padre Carvalho), através da

qual Valentim Bispo da Cruz, lavrador e sua mulher Geralda Fernandes Pessoa teriam vendido para a FLORESTAS RIO DOCE S/A a área de **57,51ha**. Mais uma vez não foi indicado o quinhão nem a gleba a que pertence essa área.

7) A matrícula 346 referente ao “*Quinhão 9-Gleba 28, Fazenda Ribeirão das Piabanhas*”, Josenópolis/MG foi registrada em 06/10/1977, com **área de 2.300 ares (23ha)** foi extraída da matrícula **9.085**, cujo proprietário foi Manoel Valério de Magalhães. Este recebeu a referida gleba no processo de divisão com **área total de 26,40ha**.

Na mesma data foi averbada uma “*Cessão de Direitos Hereditários no espólio do seu avô Manoel Valério de Magalhães, na qualidade de herdeiros únicos.*” João Costa Magalhães, e sua mulher Josefina Gonçalves da Costa (residentes em Botucatu) cederam para a FLORESTAS RIO DOCE S/A. A escritura foi lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, dois anos antes em 12/09/1975.

8) A matrícula 743 da “*Gleba nº 14-L – Fazenda Ribeirão das Piabanhas*”, Josenópolis/MG registrada em 07/04/1982, com **área de 43800 ares (438ha)** foi extraída da matrícula 3.595 (fls.161 livro 3-D), registrada em 05/01/1952 em nome do proprietário Marciliano Teixeira Batista, transmitida pela *Divisão Judicial da Fazenda Ribeirão das Piabanhas*. Na sentença da divisão os 438 hectares da gleba 14-L corresponde a uma parte de um total de 1.018,12 hectares recebidos no quinhão 3 (que inclui as glebas, 14-L, 14 e 15) adjudicado a “Marcelino Teixeira Baptista” ou Marciliano como está escrito na matrícula. Essas glebas não são contíguas. A gleba 14-L é uma área de chapada cujos limites começam no *Córrego São José* e seguem por ele abaixo até sua barra no *Ouvidor* e tem outras confrontações. A gleba 14 situa-se na margem do *Ribeirão das Piabanhas*, assim como a gleba 15, porém intercalada pelas glebas 16, 17 e 18 de outros condôminos.

Da Matrícula 743 desdobram-se três registros: i) uma averbação indicando que os herdeiros desse espólio cederam a **área de 438ha** para Manoel Teixeira Batista, através de Cessão de Herança, Escritura Pública Lavrada em dezembro de 1981, no Cartório de Notas do Distrito de Josenópolis. ii) Em 27/05/1982, por sua vez, Manoel Teixeira Batista e sua mulher Maria Teixeira Batista cederam para a FLORESTAS RIO DOCE S/A

uma **área de 43800 ares (438ha)** – “correspondente a metade da totalidade do *Espólio*” através de Cessão de Herança (Escritura Pública Lavrada 27/05/1982 no Cartório de 1º Ofício de Notas de Grão Mogol). iii) Mais uma averbação de 24/10/1983 documentou que o herdeiro Ângelo Teixeira Batista – herdeiro de Marceliano Teixeira Batista, domiciliado no distrito de Coronel Sapucaia, Mato Grosso, representado por Manoel Teixeira Batista – através de escritura pública de Cessão de Herança (lavrada em 26/09/1983 no cartório de 1º Ofício de Grão Mogol) cedeu para a FLORESTAS RIO DOCE S/A “os direitos hereditários, no espólio de Maceliano Teixeira Batista, constituído unicamente pela gleba nº 14-L, da Fazenda Ribeirão das Piabanhas, no Distrito de Josenópolis, com **área total de 43.800 ares** e constante da presente matrícula.”

9) A matrícula 765 da “Gleba nº 64 – Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Matos Adentro)”, Josenópolis, registrada em 29/07/1982, com **área 68,80ha** tem como registro anterior a Matrícula 5.560 em nome de Alexandre Pereira de Sousa. Desta matrícula foram feitas duas averbações: i) Uma averbação, data 29/07/1982, que documenta uma Cessão de Herança, pela qual **Joana Pereira de Souza**, Ana Pereira de Souza, Amélia Pereira de Souza, Senhora Pereira de Souza, Josefa Pereira de Souza e Ervilha Pereira de Andrade e seu marido José Pereira de Andrade; Faustino Pereira de Souza e sua mulher Maria Gomes Ferreira (representados pelo procurador João Teixeira Batista) CEDERAM ao Manoel Teixeira Batista, a **área 68,80ha**, através de escritura pública lavrada em abril de 1982, no Cartório de Notas de Josenópolis na qual foram cedidos todos os direitos hereditários no espólio de Alexandre Pereira, pai e sogro dos outorgantes, falecido em 28-12-1968. ii) Em outra averbação de 14/12/1982 através uma Cessão de Herança, Manoel Teixeira Batista e sua mulher Maria Teixeira Batista teriam cedido para a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A, a **área 68,80ha**, através de escritura pública lavrada no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Grão Mogol na qual foram cedidos todos os direitos hereditários no espólio de **Alexandre Pereira de Souza**, pai e sogro dos outorgantes, falecido em 28/12/1968, constituindo *uma parte de terras no lugar*

Matos Adentro, Fazenda Ribeirão das Piabanhas, no Distrito de Josenópolis, formada pela gleba nº 64, com área de **68,80ha**.

Observa-se que na sentença de divisão da *Fazenda Ribeirão das Piabanhas* inexistia a gleba 64, não há também nenhum condômino denominado Alexandre, uma explicação possível para mais esta fraude, pode ser que se trata da “gleba 6” de Alexandrino, e não da gleba 64 de Alexandre. Já que “**Joana Pereira de Souza**” é filha de Alexandrino da gleba 6 e relatou que o pai teve que comprar de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, a gleba a ele adjudicada, para manter os filhos “autorizados” na terra. Esta explicação ganha mais consistência quando se verifica na matrícula 4066 de 01/12/1953, acima referida, em nome de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, *Fazenda Ribeirão das Piabanhas*, o quinhão 67 (glebas 167,173, 174,175,182,10,184,185 e 64) em que uma das averbações (AV-3-4.066) de 03/07/1959 refere-se à transferência da gleba 64 para Alexandre Pereira de Souza, conforme transcrição nº5.560, fls. 113, L-3G. Diga se de passagem a gleba 64 não localizei na sentença da divisão.

É importante lembrar a questão da gleba 1-E mencionado anteriormente (p.269). Essa área foi recebida em comum por Alexandrino Pereira de Souza e, posteriormente em 1997, foi apropriada privadamente também por meio da *grilagem judicial*, através de uma sentença de usucapião concedida pelo juiz da Comarca de Grão Mogol, que privilegiou a empresa ELETROSÍLEX S/A, com terras de cerrado. A localização dessa área foi indicada num Mapa 9.

10) A matrícula 924 referente ao “*Quinhão 46-Gleba nº 103 – Fazenda Ribeirão das Piabanhas (no lugar Praia do Ouro)*”, Josenópolis/MG foi registrada em 30/03/1984, com **a área de 80,80ha** cujo registro anterior é a Matrícula 4203 registrada em 11/03/1954 por Francisco Pereira dos Santos, que recebeu a gleba na Sentença Judicial, de 25/02/1937, na *Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas*. De antemão cabe esclarecer que Francisco Pereira dos Santos recebeu por sentença no quinhão 46 a gleba nº 103 com área 60,8ha e não 80,80ha.

Na matrícula 924 a FLORESTA RIO DOCE S/A registrou quatro averbações: i) a primeira registrada em 30/03/1984, a **área NÃO INFORMADA**, trata-se de uma Cessão de Herança – através da qual os herdeiros do espólio

de Francisco Pereira dos Santos (todos esses outorgantes representados por JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA constituído no Cartório de Paz de Virgem da Lapa em 1951) teriam cedido para Vitorino Elias de Carvalho, lavrador, todos os direitos hereditários no espólio de Francisco Pereira dos Santos, pai dos outorgantes, falecido no lugar Praia do Ouro, em 1949. A matrícula aponta que todos esses fatos estão registrados na Escritura Pública lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, em 07/06/1991. ii) A segunda averbação registrada no mesmo dia 30/03/1984, informou a Cessão de Herança da **área: 80,80ha** por Vitorino Elias de Carvalho e sua mulher Domingas Cardoso de Souza (representados por DOMINGOS LUIZ PINTO) que teriam cedido para Antônio de Deus Prado (fazendeiro) os "*direitos adquiridos por compra a Josefa Pereira dos Santos e outros, conforme AV-1-924*". Através de Escritura Pública lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, em 24/03/1984. iii) A terceira averbação registrada em 12/11/1985, informa que a **área de 80,80ha de área** foi cedida pelos herdeiros Antônio de Deus Prado (fazendeiro) e sua mulher Nair Laranjeira Prado para Martinho José de Oliveira, lavrador, residente no lugar "Mandassaia" em Josenópolis/MG. Que esses direitos teriam sido adquiridos por compra a Vitorino Elias Carvalho conforme AV-2-924). Através de Escritura Pública lavrada no Cartório de Notas do Distrito de Josenópolis. iv) Por fim, a última averbação registrada em 22/02/1988, também da **área de 80,80ha** – Cessão de Herança – pela qual Martinho José de Oliveira e sua mulher Adelina Dias Ribeiro teriam cedido "*todos os direitos hereditários, no espólio de Francisco Pereira dos Santos*" sobre esta área à empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A. A Escritura Pública foi lavrada no Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, em 10/02/1988.

Dessa complexa sucessão envolvendo herdeiros supostamente absenteístas representados pelo reconhecido rentista JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, a área teria sido passada pelos camponeses geraizeiros aos fazendeiros, e esses passaram, por fim, para o controle da empresa FRDSA.

11) O imóvel "*Fazenda ÁGUA SANTA, 'CÓRREGO DO MEIO' e 'CURRALINHO'*", que abarca terras em Padre Carvalho e Josenópolis tem uma fração que já foi registrada em nome da FLORESTAS RIO DOCE S/A, atualmente, encontra-se registrado sob a Matrícula 12.683, (CRI-Salinas) em

nome da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A. Trata-se de uma sucessão bastante complexa que sugere sobreposição de áreas. A Matrícula 12683 indicou como registro anterior o R-2-7.619. A área e o proprietário não foram informados. A área descrita é a seguinte:

“imóvel rural com área contígua total de **15.787,5668**, sendo: 446,76 localizados na fazenda "Água Santa", município de Padre Carvalho, comarca de Salinas-MG, e 15.340,8068 localizados na fazenda "Córrego do Meio" e "Curralinho", município de Josenópolis-MG, comarca de Grão Mogol.”

Mas a averbação da matrícula 514, (AV-2-514, de 09/09/2003) da *gleba nº 135, no quinhão 122 da Fazenda Lambedor*) informou que a área M-7619 é de **446,76ha**, originada da unificação de outras matrículas (R-1-240; R-1-241; R-1-514; R-2-693), conforme certidão emitida pelo CRI-Salinas. Esta matrícula 7.619 em nome da FLORESTAS RIO DOCE S/A foi unificada com outras duas matrículas (R-2-2026, R – 4-2028) para formar a matrícula 2.813, referente à mesma área “Imóvel Rural no lugar denominado Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa.” porém alterando-se a ordem dos nomes das fazendas, com área de **14.577,81 hectares**. Na AV-1-2813, a área foi ampliada para **15.787,566,8 hectares**. Busquei as sucessões dessas outras duas matrículas que deram origem à matrícula 2.813, registradas no CRI Grão Mogol, mas até o presente só foi entregue a 2.028, a matrícula 2.026 apesar de solicitada não foi entregue, aguardo a emissão. A matrícula 2.028 tem como registro anterior 8.829 (L-3K, fls.57), 17/12/1974), a área e o proprietário não foram informados. Em 04/12/2000, quando a FLORESTAS RIO DOCE S/A registrou a matrícula 2.028 informou a área de **13.697,00 hectares**, constando a informação de que a *“área do imóvel na Receita Federal 34,014,3ha”* daí foi averbada (AV-1-2028) a área de **2.739,40 hectares** como preservação florestal junto ao IEF. As demais averbações (AV-2-2028 e AV-3-2028) registram que a FLORESTAS RIO DOCE S/A vendeu para Tarcísio Ferreira de Oliveira duas áreas dentro da *Fazenda Pintado*, respectivamente, **434,00 hectares** localizado no Córrego da Mangabeira e **175,00 hectares** do imóvel rural localizado no lugar denominado Chapadinha. E na averbação R-4-2028 foi registrado que em 19/04/2010 a FLORESTAS RIO DOCE S/A vendeu para a

RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A a área de **13.088,00 hectares**, na mesma data a Rio Rancho registrou a área sob a matrícula 2.813. Cujas continuidade da sucessão será analisada nos imóveis dessa empresa (nas próximas páginas).

IMÓVEIS DA FLORESTAS RIO DOCE S/A NAS FAZENDAS DIVIDIDAS: SANTA CRUZ, PINTADO, LAMBEDOR, SANTA QUITÉRIA, SANTA MARTA.

1) Na *Fazenda dividida Santa Cruz* foram 3 áreas. As duas primeiras áreas são imóveis na “*Fazenda Santa Cruz*” registradas nas matrículas (8.881 e 8.957). Adquiridas pela FLORESTAS RIO DOCE S/A através de Escritura Pública de Compra Venda e Cessão de Herança, em 1975. O imóvel da matrícula 8.881 inicia a sucessão com **146 hectares** e encerra em 1982 com a averbação de **4.495,88 hectares** (“*não inferior a 20% do total da propriedade*”), referente a um Termo de Responsabilidade de Preservação, firmado entre a FLORESTAS RIO DOCE S/A e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, abarcando mais outras nove matrículas. Dentre estas, a matrícula 8.957, de uma área adquirida através de uma Cessão de Herança da área de **2.129,60 hectares (440 alqueires)**, esta matrícula encerra com uma averbação da matrícula 137 que não tem nenhuma informação, somente remete às páginas (3 e 4) onde estaria grafada, mas estas páginas coincidentemente, não foram entregues pelo CRI-Grão Mogol.

Esta matrícula 137, do “*Imóvel situado na Fazenda Santa Cruz - gleba nº 26 - do quinhão nº 21*” registrada em 1976 pela FLORESTAS RIO DOCE S/A foi adquirida, em 1976 e 1977, de três dos doze herdeiros do espólio de Luiz Rodrigues Pereira (um dos maiores privilegiados na divisão judicial da *Fazenda Santa Cruz* na década de 1930, com **8.213,17 hectares**). Posteriormente, em 1989, do Espólio de um desses herdeiros (**1.857,89 hectares**), Alípio Rodrigues Ruas, identificado na certidão como fazendeiro e produtor rural, foram vendidos **968,36 hectares**, dessa vez para a RIMA FLORESTAL S/A. Esta empresa hipotecou essa área para o Banco de Desenvolvimento do Nordeste. Em 1990 foi registrado um aditivo de retificação e complementação, entre a BRASMAQ-CIA BRASILEIRA DE MAGNÉSIO e o BDMG. Em 1994, foi realizado um compromisso de Execução Florestal (pelo

prazo de 21 anos), entre RIMA FLORESTAL e o IBAMA. No mesmo ano, a RIMA INDUSTRIAL S/A registrou incorporação da área de **968,36 hectares** da RIMA FLORESTAL S/A. Entre 1996 e 2000 foram realizadas diversas operações (compra e venda, hipoteca, ratificação, transferência de área, termo de responsabilidade florestal) envolvendo o fazendeiro Wilson Pires de Carvalho. Na trigésima oitava operação com a matrícula 137 (AV-38-137), a FLORESTAS RIO DOCE S/A reaparece na sucessão recebendo a transferência de propriedade. Em 07/05/2001, o INCRA realizou um ajuizamento da ação de desapropriação da área **4.110,13 hectares** (registros R-2, R-4 e R-6, AV-38,39,40) contra a FLORESTAS RIO DOCE S/A. Em 2001 essa área foi registrada em nome do INCRA. Quanto à área da RIMA INDUSTRIAL S/A de **968,3ha** foi transferida para o Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal em Montes Claros), em um arrolamento de bens e direitos. Em 2003, no cadastro do INCRA, essa área continuava registrada em nome da RIMA INDUSTRIAL.

Esta matrícula 137, do *“Imóvel situado na Fazenda Santa Cruz-gleba nº26-do quinhão nº21”* registrada em 1976 pela FLORESTAS RIO DOCE S/A foi adquirida, em 1976 e 1977, de três dos doze herdeiros do espólio de Luiz Rodrigues Pereira (um dos maiores privilegiados na divisão judicial da *Fazenda Santa Cruz* na década de 1930, com **8.213,17 hectares**). Posteriormente, em 1989, do Espólio de um desses herdeiros (**1.857,89 hectares**), Alípio Rodrigues Ruas, identificado na certidão como fazendeiro e produtores rural, foram vendidos **968,36 hectares**, dessa vez para a RIMA FLORESTAL S/A. Esta empresa hipotecou essa área para o Banco de Desenvolvimento do Nordeste. Em 1990 foi registrado um aditivo de retificação e complementação, entre a BRASMAQ-CIA BRASILEIRA DE MAGNÉSIO e o BDMG. Em 1994, foi realizado um compromisso de Execução Florestal (pelo prazo de 21 anos), entre RIMA FLORESTAL e o IBAMA. No mesmo ano, a RIMA INDUSTRIAL S/A registrou incorporação da área de **968,36 hectares** da RIMA FLORESTAL S/A. Entre 1996 e 2000 foram realizadas diversas operações (compra e venda, hipoteca, ratificação, transferência de área, termo de responsabilidade florestal) envolvendo o fazendeiro Wilson Pires de Carvalho. Na trigésima oitava

operação com a matrícula 137 (AV-38-137), a FLORESTAS RIO DOCE S/A reaparece na sucessão recebendo a transferência de propriedade. Em 07/05/2001, o INCRA realizou um ajuizamento da ação de desapropriação da área **4.110,13hectares** (registros R-2, R-4 e R-6, AV-38,39,40) contra a FLORESTAS RIO DOCE S/A. Em 2001 essa área foi registrada em nome do INCRA. Quanto à área da RIMA INDUSTRIAL S/A de **968,3ha** foi transferida para o Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal em Montes Claros), num arrolamento de bens e direitos. Em 2003, no cadastro do INCRA, essa área continuava registrada em nome da RIMA INDUSTRIAL.

Não consta das certidões entregues pelo CRI-Grão Mogol em nome da Florestas Rio Doce S/A, mas consta das certidões em nome da Rio Rancho Agropecuária S/A, o imóvel *Fazenda Estiva e 3 Barras*, ao analisar a sucessão imobiliária pude constatar que, embora com a mudança do nome do imóvel, se tratava da *Gleba nº18 da Fazenda Santa Cruz* que fora apropriada pela empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A em 1977, essa gleba foi adjudicada à Prefeitura Municipal de Grão Mogol na divisão judicial de 1936. Retomo essa sucessão quando analiso os imóveis em nome da Rio Rancho Agropecuária, nas próximas páginas.

2) Na *Fazenda dividida Santa Quitéria* foram registrados cinco matrículas, quatro delas apropriadas pela FLORESTAS RIO DOCE S/A na década de 1970 e as outras duas, em data não informada na certidão. Os imóveis são:

- *Fazenda Santa Quitéria - no lugar "Jataí", ou "Jatay" Fazenda Santo Antonio ou Santa Quitéria*, Grão Mogol ou Francisco Sá. De acordo com a certidão, os herdeiros de João Pires dos Santos, herdaram um total de 342,05 hectares (registrados na matrícula 7.119). Uma dessas herdeiras Ana Pires dos Santos, a mesma Ana Pires Costa teria vendido, em 1976, a área **77,02 hectares** que herdou para a FLORESTA RIO DOCE S/A. Porém, sob a matrícula 139, a empresa registrou área de **539,14hectares** (soma de 8.807 ares e 45.827 ares), e não há nenhum registro da origem dos demais **462,12 hectares**, e nenhum um outro registro nesta matrícula em nome da empresa. Consta dessa certidão outros dezessete registros e averbações entre 1980 e 2009, que remetem a compra e venda, cessões de herança de glebas nunca

superiores a **77,02 ha**, destaca-se aquelas adquiridas pelo sobrenome “Reis”, na década de 1980, dentre as quais um denominado fazendeiro, José dos Reis, agropecuarista, vice-prefeito (a cidade não indicada) e sua mulher, Maria José dos Reis que teria comprado áreas de três dos herdeiros de João Pires dos Santos. Na certidão dois registros cuidaram de informar que a área de **77,02ha** encontra-se inserida no imóvel Santa Quitéria com **539,14 hectares**. A meu ver, uma estratégia para legitimar a grilagem da empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A, uma vez que esta área foi mencionada, primeiramente, em sua matrícula, sem especificar a origem, dessa área total, os demais registros, são provas cabais de que área não é da empresa, já que os demais registros se deram na matrícula 139, da suposta empresa, inclusive hipotecas de terceiros. Há inclusive o registro de um desmembramento em 1998, da área de **215,0617 hectares**, sobre o qual a certidão não informou o outorgante, nem o outorgado, ou seja, o registro imobiliário também não informa essa sucessão, deixando de auxiliar no clareamento da sucessão imobiliária.

- Fazenda Santa Quitéria - uma parte de terra, sita no lugar "veredinha".

A sucessão imobiliária dessa área é um exemplo de como as elites locais encontram-se articuladas com as empresas rentistas. A cédula hipotecária foi apresentada aos bancos públicos para auferir recursos públicos, possibilitando aumento da renda patrimonial das elites locais e das empresas que agem na fração territorial de estudo. Uma evidência de que a terra, melhor dizendo, o título da terra, é utilizado como reserva de valor temporário.

A área com **847,93 hectares** foi registrada sob a matrícula 1.805 e vendida por Geraldo Batista Murça para a FLORESTAS RIO DOCE S/A. Essa área foi penhorada e depois teve a matrícula cancelada em 2004. No mesmo ano em que Hamilton Gonçalves Nascimento (o “Cuta” **atual prefeito de Grão Mogol** pelo PPS) e Wilian Dimas Gonçalves averbou área de preservação, e a FLORESTAS RIO DOCE S/A (embora com a matrícula cancelada) vendeu para os próprios Hamilton Gonçalves Nascimento e Wilian Dimas Gonçalves, que por sua vez, doaram para a empresa CALSETE SIDERURGIA LTDA¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Empresa siderúrgica produção de ferro-gusa, em Sete Lagoas, MG, atualmente constitui o Grupo Calsete, formado pela Pro-Flora, Agroflorestal Ltda, Calsete Indústria Comércio e Serviços (usina de concreto, investimentos imobiliários para construção de shoppings e hotéis em Sete Lagoas, MG), A Margusa-Maranhão Gusa S/A com Planta Industrial localizada no município de Bacabeira, MA.

Que em 2008 cancelou o registro, que foi incorporado ao patrimônio da PRO-FLORA AGROFLORESTAL LTDA (do mesmo grupo empresarial da primeira), o imóvel foi hipotecado ao BNDES, até este registro a área do imóvel **era de 846,0840ha**. No registro seguinte, de 2011 registra-se um aditivo **informando a área de 5.480,78 hectares** em nome de “Sr. Antônio Pontes Fonseca e sua esposa Cibele Maria Fernandino Fonseca e a empresa APF Participações Ltda”. Antônio Pontes, é o diretor e fundador da empresa CALSETE Ltda¹⁸⁶. A PRO-FLORA AGROFLORESTAL LTDA registrou uma alteração de CNPJ. Em 2012 esta empresa realizou uma re-ratificação com a *“finalidade de liberar de Fundo de Liquidez de Aplicação Financeira”* e realizou uma concessão de direito de uso (15 anos) para a LAF Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda, estes registros não informam a área do imóvel. Que só voltou a ser mencionado no registro seguinte, informando a **área de 6.451,00 hectares**, quando entre estas empresas PRO-FLORA e LAF firmaram um Contrato de compra e venda de floresta em pé e direito real. Os registros seguintes de 2013 foram, o cancelamento da hipoteca pelo BNDES e uma unificação de matrícula *“em razão do georreferenciamento o imóvel objeto dessa matrícula foi unificado, passando a constituir a Matrícula nº 3.784, Lº2-RG”* e a averbação informando a nova matrícula, a área não foi informada e deve ser buscada nesta nova matrícula. Evidentemente, a empresa Calsete, através de seu diretor, por mais de uma vez grilou as terras devolutas, com recursos públicos explorou eucalipto movimentando os fornos da sua siderúrgica e roda do capitalismo rentista, que tem sido favorecida desde o período da ditadura militar.

-Fazenda Santa Quitéria - uma parte de terra, sita no lugar “veredinha” registrado sob a matrícula 226 este imóvel foi recebido por Vitor da Costa Faria o mesmo Vitor de SOUZA FREIRE, na divisão judicial, a área de 2.698 ares e 15.291 ares **(179,89 hectares)** transcrita na certidão em 10/09/1976, três

¹⁸⁶ Em entrevista ao Jornal Sete Dias (14 de Março de 2017), no artigo *“Antônio Pontes comemora os 47 anos do Grupo Calsete”*. O empresário explicou a origem da empresa Calsete, a partir da exploração de jazidas de cal em Sete Lagoas, MG, como matéria-prima para a indústria siderúrgica, em 1984 passou a investir na produção de madeira e em “atividades rurais”. Antônio Pontes explicou nesta entrevista que conseguiu comprar 90% das ações dessa empresa na década de 1970, porque tinha amizade dos diretores do Banco Agrícola e do Banco do Brasil, *“graças ao apoio do diretor-presidente do Banco Agrícola, Márcio Alves Costa, e do diretor do Banco do Brasil, Agenil Dias Magalhães que, na base da confiança, me fizeram o empréstimo.”*

meses depois, em 17/12/1976, o imóvel foi vendido para JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, que em 04/1977 vendeu para a FLORESTAS RIO DOCE S/A, a área de **160,3 hectares**. Consta neste registro a seguinte informação: *“Esclareceram as partes, encontrado nos limites, constantes da presente matrícula, a área 374,82ha, cuja diferença de área, será objeto de retificação oportunamente nos termos dos arts 213 e 214 da Lei 6015”*. Ou seja, mesmo nas sucessões mais simples apresentadas nas certidões a empresa já anunciou a intenção de retificar a área oportunamente.

- *Fazenda "JACA" (dentro da Fazenda dividida Santa Quitéria)*. Este imóvel foi registrado pela FLORESTAS RIO DOCE S/A sob a matrícula 1.148, com área de **1.161,60 hectares**, a certidão informou que, em 14/12/2001, a FLORESTAS RIO DOCE S/A vendeu para Marco Antonio de Oliveira Soares e sua mulher Aurineia Julia do Nascimento Soares (residentes em Santa do Parnaíba/SP) através de escritura pública lavrada no 2º Ofício de Notas - Grão Mogol. Mas, esse imóvel antes de ser passado para a Florestas Rio Doce S/A teve outros donos. A área tem origem na divisão judicial da *Fazenda Santa Quitéria* na década de 1930, quando foi adjudicado aos Órfãos de Rochario Dias **3.955,54 hectares**, a área foi registrada por esses herdeiros (Orlinda, Albertina, Odília e Benjamin) em 13/08/1952 sob a matrícula 3.718. Arlinda, Albertina e Benjamim transferiram suas áreas (total 2.379,30ha) para Alcino Dias. Enquanto Odília transferiu para Olinto Damasceno Murça e parte do imóvel de Violeta foi transferido para Manoel Damasceno Murça.

Esse Alcino Dias, fazendeiro, e sua mulher Violeta Alves Dias (provavelmente uma das herdeiras acima), em 1986, venderam para uma empresa de plantio de madeira PLANTAR S/A a área de **131,30 hectares**. Em 1987 a herdeira Odília também transferiu para o fazendeiro Alcindo Dias 199,06ha no “Pé do Morro”, *Fazenda Santa Quitéria*. Por sua vez, em 1988 a Prefeitura Municipal de Grão Mogol desapropriou e Alcindo Dias 6,8 hectares para compor a zona urbana e suburbana do distrito do Barroão. Em 1998, Manoel Damasceno Murça que registrou sua área sob a matrícula 8.606 vendeu para a Companhia Vale do Rio Doce o imóvel “Jaca” na *Fazenda Santa Quitéria* com **1.161,60 hectares**. Em 2002, a FLORESTAS RIO DOCE S/A vendeu esta área para Marco Antonio de Oliveira Soares e sua mulher

Aurineia Julia do Nascimento Soares, residentes em Santa do Parnaíba/SP que averbaram a reserva legal e mudaram o nome do imóvel para Fazenda Raio de Sol, antigo “Jaca”. Esses compradores venderam essa mesma área **1.161,60 hectares** para a empresa Calsete Siderúrgica Ltda

- *Fazenda Barbadinho* (que passou a denominar-se *Fazenda Serra do Mar - dentro da Fazenda dividida Santa Quitéria*), a sucessão deste imóvel é semelhante à anterior, a empresa registrou a matrícula 1.916, com **área de 1.226,50 hectares**. Em 27/03/2002, vendeu para o Sr. Walter de Souza casado com Dalma Daré de Souza, residentes em São Sebastião, Litoral Norte de São Paulo, explicando assim a nova denominação do imóvel (Serra do Mar) consta do registro a seguinte observação: ***“transfere ainda uma área de 1.002,16 hectares”***.

A compra e venda desses últimos imóveis, coincide com o período de “descapitalização” da empresa Florestas Rio Doce S/A, e essas vendas requerem análises mais aprofundadas, uma vez que aponta para supostos compradores absenteístas, que pode indicar outras dinâmicas de apropriação. A não revelação da forma de aquisição do imóvel pela empresa é também um indicativo de que possa haver mais elementos a serem explicados nesse processo.

3) Na Fazenda dividida *Santa Marta* as áreas registradas indicam a apropriação ilegal de imensas áreas de terras, via judicial por usucapião, compras de terras em 1970 e 1980 e arrendamento de áreas em 2003, todas essas sucessões apontam para grilagem, retificações de área e total incompatibilidade com as áreas registradas no INCRA e indicadas nas próprias certidões. Somente um trabalho de campo e mapeamento específico das terras desta fazenda permitiria detalhar a dimensão da grilagem apontada nas certidões, cujos imóveis são:

- *Lugar denominado “Tamanduá e porções” parte integrante da Fazenda Santa Marta, Distrito de Barroão, Grão Mogol, matrícula 2.029*. A FLORESTAS RIO DOCE S/A registrou a área de **3.204,84 hectares** em 03/06/2003, que é a soma de cinco matrículas anteriores. Na mesma data a empresa arrendou pelo prazo de 20 anos, para a Companhia Vale do Rio Doce (do qual era subsidiária) e à Mercedes Benz do Brasil S/A, respectivamente, as

áreas de **4.271,31ha** e **7,80ha**. Tratando de informar na certidão que a área registrada no INCRA é de **16.195,5ha**. Consta uma averbação, sem nenhuma descrição. E a averbação do termo de preservação ambiental junto ao IEF de **641ha** (ou seja, 20% de **3.204,84ha**), assim fica evidente que a área apropriada pela empresa, é convenientemente menor, quando se trata de averbar a reserva legal.

- *Fazenda "São Jerônimo" - Parte integrante de uma propriedade de área maior denominada "Fazenda Purificação ou Santa Marta", Grão Mogol e Itacambira*, matrícula 667. A sucessão indicada na certidão é a seguinte; do Espólio de José Álvares da Silva foi transmitida a herança para Hilton Maria Ferreira e Dr. Romualdo Ferreira (matrícula 8.044), esses herdeiros e suas esposas venderam **3.618,83ha** para a FLORESTAS RIO DOCE S/A, que registrou nova matrícula (667) em 26/08/1981. Cujo registro de compra e venda foi lavrado em data posterior em 08/09/1981. O que chamou atenção nesta certidão é o único registro (R-1-667), que aponta para uma escancarada grilagem, através de retificação de matrícula:

"propriedade que tem a área documental de **5.435,89ha** e se constitui de diversas partes de terras onde se inclui o imóvel constante da presente matrícula, ou seja, **3.618,83ha** (...) após a retificações de praxe. (...) Declaram os outorgantes que a área de **12.169.380ha** encontrada após medições nos limites por eles mostrados, realizada pela Secla-Serviços de Engenharia Consultoria Limitada, serviu de base à estipulação do preço desta venda, ou seja C#\$268,60 por hectare. INCRA: 407038270016-área total 5.435,8 - área explorada 980,0 (...)"

Solicitei no CRI – Grão Mogol as certidões/transcrições do imóvel *"Purificação na Fazenda Santa Marta"* anteriores a esses registros acima mencionados. E foram entregues, a transcrição 1039 (17/11/1943) de 141 hectares em nome de Tubias Tupynambá da Fazenda Purificação ou Santa Marta na cabeceira do Córrego Santa Marta adquirida por compra de José Batista Rodrigues e sua mulher e Augusto Alves da Cruz e; a matrícula 745 (04/05/1982) da área de **7.682,94 hectares**, adquirida por sentença judicial de usucapião de terras particulares concedida pela juíza da Comarca de Grão Mogol Dr^a Maria Lúcia Caporali de Freitas. Dessa área foi averbada a reserva legal de 1.536,58 hectares, dessa matrícula ainda foram desmembradas entre

1998 e 2003 cinco áreas que passaram a constituir novas matrículas (1.811; 1.812; 1.813; 2.001; e 2.011).

-Uma gleba de terras na Fazenda Tamanduá ou Poções, no lugar denominado "Olho D'Água" (limite com a Fazenda Santa Marta), Itacambira, matrícula 8.869, foi comprada pela FLORESTAS RIO DOCE S/A em 1977, do fazendeiro José Ferreira Filho, residente em Paraopeba, a área vendida não foi informada. Consta da certidão que 4 meses depois a empresa registrou a área de **186,340 ares** com a seguinte observação:

"O imóvel constante da matrícula, no qual após levantamento topográfico, foi encontrado uma **área total de 1,764,12ha.** - INCRA em nome de José Batista dos Santos nº 407038001031- **área total 1.863,4"**

4) Na *Fazenda dividida Pintado* foram registrados três imóveis, dois vendidos para a empresa em 1976 e 1977. Uma através de compra e venda (M-135) e outra através de cessões de herança (M-345). A primeira envolve na sucessão, operações de permuta, hipoteca, garantia de hipoteca entre a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A e Manoel Teixeira Batista (agropecuária) e sua mulher Maria Teixeira Batista, e também a Cooperativa Agropecuária de Grão Mogol Ltda

Quanto à "*Gleba n º67 Fazenda Pintado*", (M-1655), com área de **251,23 hectares**, registrada anteriormente na matrícula 7.192 (registrada em 17/05/1965), originada da sentença Subdivisão de 1963 adjudicada ao rentista JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA. Em 23/06/1994 foram registrados: i) novo número de matrícula (1.655); ii) herança, de acordo com a certidão o próprio JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA herdou do espólio de Miriam Bicalho (sua esposa de quem foi inventariante) a área de **251,23 hectares**, na qual consta a seguinte observação: "*várias glebas de terras, situadas na Fazenda do Pintado, (...) com área total de 734,47ha, entre as quais a gleba nº 67, com área de 251,23ha*" e; iii) e a transferência da área de **573,23 hectares** de JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA para a FLORESTAS RIO DOCE S/A através de escritura pública de compra e venda.

5) Na *Fazenda dividida Lambedor* foram registradas FLORESTAS RIO DOCE S/A, nas décadas de 1970 e 1980, dezesseis áreas. Nas seguintes

matrículas os respectivos imóveis apresentados na Tabela 26 que apresenta a Matrícula, Imóvel, Município e a área das terras registradas.

Tabela 26-Matrícula, Imóvel, Município e a Área das Terras *Fazenda Lambedor*

Matrícula/Data	Imóvel	Município	Área registrada
M8937; 16/04/1975	Gleba nº137, do quinhão 40. Fazenda Lambedor – uma parte de terras no lugar “Curisco”	Padre Carvalho	141,81ha
M21;03/03/1976	Gleba nº 148 do quinhão 133	Padre Carvalho	208ha
M241; 27/01/1977	Quinhão 118-Gleba 129 Fazenda Lambedor	Grão Mogol	288ha
M514; 25/09/1979	Quinhão 122-Fazenda Lambedor	Grão Mogol	36ha
M668; 26/08/1981	Gleba nº113 do Quinhão nº104	Grão Mogol	48ha
M713; 29/11/1982	Quinhão nº107 Gleba 116, Fazenda Lambedor	Grão Mogol	84ha
M772; 17/08/1982	Gleba nº164, da Fazenda “Lambedor”	Grão Mogol	40ha
M857; 30/08/1983	Quinhão 46-Gleba 47-Fazenda Lambedor	Padre Carvalho	120ha
M322; 02/08/1984	Gleba nº139-Quinhão nº125	Padre Carvalho	84ha
M963; 02/08/1984	Quinhão nº40-Gleba nº137, Fazenda Lambedor	Grão Mogol	220ha
M965; 09/08/1984	Gleba de Terras de nº130, do Quinhão nº119, da Fazenda “Lambedor”	Grão Mogol	12ha
M966; 09/08/1984	Gleba de Terras de nº131, do Quinhão nº119, da Fazenda “Lambedor”	Grão Mogol	140ha
M967; 10/08/1984	Gleba de Terras de nº147, do quinhão nº132, da fazenda “Lambedor”	Padre Carvalho	144ha
M968; 10/08/1984	Gleba de Terras de nº149, do quinhão nº132, da fazenda “Lambedor”	Padre Carvalho	64ha
M969; 14/08/1984	Gleba nº168, do quinhão nº147, fazenda “Lambedor”	Padre Carvalho	120ha
M7620 (fusão de M242;335 e 367); 11/08/2003	Imóvel rural no lugar “Marianópolis”, parte integrante da Fazenda “LAMBEDOR”	Padre Carvalho	515,14ha

A soma das áreas desses dezesseis imóveis é de **1.629,81 hectares**. São glebas foram adquiridas por cessão de herança e meação e também por compra direta de proprietários, a maioria, lavradores herdeiros das pessoas que receberam glebas adjudicadas na “*Ação de Divisão Judicial da Fazenda*”

Lambedor, julgada por sentença de 20 de outubro de 1938, que transitou em julgado, do Dr. Felix Geraldo de Moura e Silva”.

Dentre essas matrículas, dez contém somente um registro ou averbação da compra e venda ou cessão de herança. Portanto, não há sucessão, os imóveis permanecem sob o controle da empresa (FRDSA), não foi registrada sequer a averbação de área de proteção ambiental.

Acerca das outras matrículas foram reveladas as seguintes informações, na matrícula 514 - *gleba nº 135, no quinhão 122 da Fazenda Lambedor* – há além do registro de compra e venda, que documenta que lavrador José Teixeira de Moraes, teria vendido **36ha** para a empresa. Há também uma averbação de 09/09/2003 informando a unificação de matrículas (240; 514; 693, cujos livros de registro e folhas não foram informados na certidão), passando o imóvel a denominar-se “*Fazenda Água Santa*”, com **área de 446,76ha**, uma vez que passou a constituir nova matrícula (7619). Posteriormente, em 19/04/2010, conforme mencionado anteriormente, esta mesma matrícula 7.619 foi unificada com outras duas (R-2-2026, R – 4-2028) formando a matrícula 2.813. Em 25/10/2011 esta mesma matrícula R-2-7619 foi indicada como registro anterior da Matrícula 12.683 do imóvel rural com área de **15.787,56ha**, em nome da Rio Rancho Agropecuária S/A. Cujas sucessão é retomada (na página 461). Também os imóveis registrados nas matrículas 967 e 968 referem-se às terras no lugar “Água Santa” perfazendo **352 hectares**.

A GRILAGEM DA FLORESTAS RIO DOCE S/A NA FAZENDA TAPERA¹⁸⁷

Na Comarca de Porteirinha, a mais privilegiada das empresas do setor florestal: FLORESTAS DO RIO DOCE S/A para apropriar as terras públicas devolutas em Minas Gerais articulou-se com Alcebino Santos, o “major” da *Fazenda Tapera* (genro de Clarice Baleeiro, herdeira da *Fazenda Tapera*, que casou-se com CARLOS ALBUQUERQUE).

Através do artifício da retificação de áreas como está expresso em uma de suas matrículas. A Matrícula 2.717 Livro 2 fls. 01 de 17/02/1981, contém a AV-2-2.717 referente a mandado de retificação de registro referente à Ação de

¹⁸⁷ A análise desse processo de apropriação das terras da Fazenda Tapera pela Florestas Rio Doce S/A foi feita com base nos dados do Diagnóstico Socioeconômico e Fundiário elaborado pelo prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira 2013.

Retificação de Registro nº 1.188, do Cartório do 1º Ofício da comarca de Porteirinha/MG, datado de 18/11/1980, que autorizou passar a área anterior do imóvel de **4.061,2179 hectares** para **6.156,4722 hectares**. Ou seja, um aumento de **2.095,2543 hectares**. Em seguida, averbou o Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta firmado em 28/07/1982, (AV-3-2.717) a **área de 1.231,69 hectares**. E, na AV-4-2.717 **transferiu a parte desmembrada de 5.734,1722 hectares**, deixando na Matrícula nº 2.717, área remanescente de **422,30 hectares** que ninguém no município sabe onde ficaria, talvez, nem mesmo a empresa, pois, a Matrícula não tem qualquer nova alteração desde 17/04/1995, quando foi feita a transferência para a Matrícula nº 16.066 Livro 2 fls. 01 de 17/04/1995.

É possível que o CRI de Porteirinha/MG seja em parte responsável pelo erro, pois, na origem da Matrícula nº 2.717, está a união das Matrículas nº 200 com área somada de **2.738,15 hectares** e a Matrícula nº 572 com área somada de **2.205,9679 hectares** que juntas chegam a **4.544,1179 hectares** e não **4.061,2179 hectares** como consta na Matrícula nº 2.717. Mas, mesmo assim, a conta não fecha, pois, a subtração dá 482,90 e não 422,30 como consta na área remanescente. Destaca-se mais uma vez, este ato de aumento da área da Matrícula via ação de retificação.

Todas essas situações descritas evidenciam que a empresa encontrou desde aquela clareira aberta pelas políticas da RURALMINAS, um caminho para a *grilagem judicial* e cartorial e consequente acumulação rentista.

5.1.2 Rio Rancho Agropecuária S.A a empresa de Newton Cardoso

A Rio Rancho Agropecuária S/A. integra o conglomerado do Grupo Newton Cardoso que reúne empresas de mineração e siderurgia, agropecuária, silvicultura, construção civil e bebidas, que pertence ao político e empresário Newton Cardoso PMDB/MG. Em outro estudo¹⁸⁸ já tratei da questão do patrimônio do ex-parlamentar. Ele iniciou na carreira eletiva em 1973 como Prefeito de Contagem, MG e encerrou em 2015 como Deputado Federal. Ou seja, ao longo desses 42 anos de carreira pública e também como empresário,

¹⁸⁸ Sandra H. G. COSTA (2012: 208-210)

acumulou um vasto patrimônio, ao TSE (2010) declarou a fortuna de R\$ 77.956.890,08, embora esse patrimônio seja estimado na casa dos bilhões¹⁸⁹.

Assim, trata-se de um político que oculta na fachada de empresário arrojado, revelada, inclusive na declaração de bens (TSE, 2010) a sua legítima condição de rentista, evidente no cadastro do INCRA (2003) e nas certidões imobiliárias da Rio Rancho Agropecuária SA¹⁹⁰. E também na sua ação política local e regional onde ainda exerce mandonismo, apoiando candidaturas de vereadores e prefeitos, e pressionando as bases políticas locais. Cabe lembrar que em Belo Horizonte/MG foi *“um dos principais colaboradores do movimento político-militar de 31 de março, que derrubou o presidente João Goulart (1961-1964)”*. Além de projetar familiares na política como a sua ex-mulher a ex-deputada Maria Lúcia Cardoso PMDB/MG e seu filho Newton Cardoso Júnior PMDB/MG, que assumiu o seu legado na política na Câmara Federal.

Newton Cardoso iniciou sua trajetória em Belo Horizonte/MG na mineradora Magnesita S.A, que tem sede em Brumado/BA, a cidade natal do empresário. Cabe em outros estudos analisar a ação dessa empresa nesse município, pois, convém revelar que o imóvel com maior área registrada no cadastro do INCRA (2003) em Brumado, está em nome da “MAGNESITA

¹⁸⁹ Em entrevista ao Jornal o Tempo (2014), Newton Cardoso revelou que nasceu em 1938, em Brumado, na Bahia, de um pai pobre e de mãe *“uma mulher rica, empresária da mineração e dona de cartórios”*. A mãe de Newton Cardoso, Adélia da Silva Cardoso (1910-2002) ocupou o cargo de Escrivã na Vara do Juri e Execuções Penais na Comarca de Brumado, em 1940 foi nomeada Tabeliã de Notas, assumiu o Cartório de Protestos de Títulos e Duplicatas até 1972 e seu filho Sebastião da Siva Cardoso (irmão de Newton Cardoso) foi subtabelião. *“Nessa época D. Dezinha contou com a orientação, nas questões de terras, do experiente Dr. Arthur Revenster da Costa, causídico provisionado.”*(RECANTO DAS LETRAS, 2013) (sem grifos no original)

¹⁹⁰ Emitidas pelos Cartórios de Registro de Imóveis de Grão Mogol e de Salinas.

SA”¹⁹¹, trata-se do imóvel “JUNCO BAIXAO MACACOS”, uma grande propriedade improdutiva com área de 2.105 hectares.

Também no Cadastro do INCRA não foram localizados registros de terras em nome de Newton Cardoso. Mas as informações do Grupo Newton Cardoso, apontaram para o controle de áreas em Minas Gerais, na Bahia, e no Mato Grosso, esses imóveis seriam administrados pela Rio Rancho Agropecuária SA.

O Grupo Newton Cardoso possui propriedades rurais nos estados de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, destacando-se as fazendas Motta, em Pitangui (MG), Veredão, no extremo norte de Minas, e Santa Rosa, em Campos Altos (MG), uma das principais regiões cafeeiras do mundo. Nas fazendas, são exploradas diversas atividades produtivas, tais como florestamento e reflorestamento, cafeeira para exportação e pecuária de alto padrão genético. Para administrar as várias propriedades, foi criada a Rio Rancho Agropecuária (...). Além de comercializar seus produtos para o Brasil e exterior, a Rio Rancho atua de forma integrada com outras empresas do Grupo Newton Cardoso, fornecendo insumos para suas serrarias, siderúrgicas e laticínios. Na área de fruticultura, o Grupo possui ainda uma das principais empresas produtoras e exportadoras de uvas de mesa sem sementes do País, a Frutimag Remplus. São 250 hectares de parreiras irrigados às margens do Rio São Francisco, na cidade de Santo Sé, Bahia. (GRUPO NEWTON CARDOSO, 2012 *apud* COSTA, 2012)

Em Minas Gerais, a Rio Rancho Agropecuária S/A possui doze propriedades cadastradas no INCRA (2003), a metade é de terras improdutivas, evidenciando que para além dessa função empreendedora, a Rio Rancho Agropecuária S/A tem como atividade as operações rentistas junto às

¹⁹¹ As atividades da Magnesita iniciaram em 1940, com a descoberta dos depósitos de magnesita em Brumado, BA. Em 2015, a empresa operava 27 unidades industriais e de mineração no Brasil, Estado Unidos, Alemanha, China, França, Argentina, Bélgica e Taiwan, com capacidade de produção de refratários superior a 1,4 milhão de toneladas/ano. Em 2015 seus produtos foram vendidos para mais de 100 países com receita de US\$ 1 bilhão. A Magnesita Refratários fechou acordo para vender, por US\$ 55 milhões, seu negócio de talco para a *IMI Fabi Talc Company*, produtora do setor com minas e fábricas ao redor do mundo, com sede em Postalesio, Itália. Segundo a empresa brasileira, o negócio de talco, localizado no município de Brumado, na região sudoeste da Bahia, tem produção anual de aproximadamente 40 mil toneladas. O talco é um mineral utilizado em diferentes aplicações: plásticos, cosmético e farmacêutico, cerâmicas, papel e celulose, tintas, alimentos e agronegócio. A Magnesita é a mais importante produtora brasileira e detém as maiores reservas deste mineral no Brasil. (COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL, 2016). Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/2016/07/3279/Magnesita-vende-unidade-de-Brumado-BA.html> acesso em 21 de janeiro de 2017.

atividades empresas de Newton Cardoso, ao qual se somou à Bagatelle Imobiliária Ltda¹⁹².

Na agricultura capitalista mundializada, segundo Oliveira (2015), essas empresas têm outras empresas para administrar o patrimônio fundiário, devido ao processo de *territorialização dos monopólios* se efetiva por meio do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal:

Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária de terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial.(OLIVEIRA, 2015

Conforme a Tabela 27 a seguir, os imóveis da Rio Rancho Agropecuária S/A registrados no Norte de Minas estão localizados nos municípios de Taiobeiras, Berizal e Águas Vermelhas.

¹⁹² As certidões imobiliárias indicam que Newton Cardoso e Newton Cardoso Júnior são os diretores da Rio Rancho Agropecuária e da Bagatelle Imobiliária Ltda

Tabela 27 – Imóveis da Rio Rancho Agropecuária em Minas Gerais INCRA (2003)

Nome Imóvel	Município	Área	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome Pessoa
FAZENDA VEREDAO	BERIZAL	238	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	7780		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENDA SAPE	ÁGUAS VERMELHAS	139	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2187		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENDA FACEIRO	ÁGUAS VERMELHAS	67	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	2118		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENDA CACHOEIRAO	LEANDRO FERREIRA	109	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1721	63	RIO RANCHO AGROPECUARIA SA
FAZENDA SAO JOSE DA SERRA	ÁGUAS VERMELHAS	70	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	1055		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENDA SANTA ROSA	SANTA ROSA DA SERRA	75	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	918	260	RIO RANCHO AGROPECUARIA SA
FAZENDA LARANJEIRAS	LUZ	62	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	602	1139	RIO RANCHO AGROPECUARIA SA
FAZENDA ALTEROSA	ONÇA DE PITANGUI	46	GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA	557		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENMDA RIO RANCHO E MOTTA	PITANGUI	18	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	270		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZ INDAIA	LEANDRO FERREIRA	0	PEQUENA PROPRIEDADE	120		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
FAZENDA LAGOINHA	ONÇA DE PITANGUI	0	PEQUENA PROPRIEDADE	75		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA
CAPIM DE CHEIRO	TAIOBEIRAS	0	MINIFUNDIO	50		RIO RANCHO 0 AGROPECUARIA SA

Todos os imóveis dessa empresa apontam para indícios de apropriação ilegal de terras públicas, uma vez que as áreas não correspondem às “áreas registradas”. O caso da “FAZENDA VEREDÃO” em Berizal é o exemplo mais gritante, pois o imóvel possui 238 hectares, mas a área registrada é de **7.780 hectares**. Casos semelhantes são os das fazendas localizadas em Águas Vermelhas, assim como na região central de Minas, em Leandro Ferreira (“FAZENDA CACHOEIRÃO”), também improdutivo. Verifica-se também casos de imóveis pequenas propriedades e minifúndio apropriados por essa empresa.

Esses exemplos suscitam fraudes no cadastro do INCRA, provavelmente envolvendo a relação dessa empresa com os funcionários cadastro do INCRA. Conforme evidência empírica, demonstrada a seguir, em 2003 a Rio Rancho Agropecuária S/A já tinha registrado imóveis em Grão Mogol e Josenópolis, mas essas áreas não foram registradas no Cadastro do INCRA.

Na fração territorial de análise, o processo de grilagem envolvendo as empresas dos “Newton Cardoso” foram evidenciadas com mais especificidade. Com a análise dos dados levantados em campo e as certidões imobiliárias levantadas no CRI-Grão Mogol, que apontam para conflitos nas terras registradas nos municípios de Grão Mogol, Riacho dos Machados, Josenópolis e Padre Carvalho, o CRI-Salinas declarou que naquela serventia não há nenhum registro em nome da Rio Rancho.

De acordo com as certidões, a Rio Rancho Agropecuária S/A tem registrada quatorze áreas rurais, nove desses imóveis comprou da empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A, entre janeiro, fevereiro e junho de 2003, nas respectivas datas:

- Fazenda Santo Antônio ou Péga (imóvel Rural denominado Três Capões Gorutuba), Grão Mogol, MG – (15/01/2003)
- Fazenda São Sebastião (antigamente chamada de Três Capões, Vereda das Vacas, Capão Coetana e Pega terras da Fazenda São Domingos), Grão Mogol, MG -(15/01/2003)
- Fazenda Santa Marta, no lugar Purificação, Grão Mogol(15/01/2003)
- Fazenda Ribeirão das Piabanhas (lugar denominado Córrego Taquara), Josenópolis, MG – 04/11/2010
- Curralinho (*Fazenda dividida de Ribeirão das Piabanhas*), Josenópolis, MG - 03/06/2003
- Fazenda São Francisco e Curral Gerais (no lugar denominado "Cancela"), Grão Mogol, MG - 15/01/2003

●Imóvel Rural "Bocaina ou Carinhonha" integrante da antiga Fazenda indivisa de São Francisco, Grão Mogol, MG – 03/06/2003

●Área de Terras na Fazenda São Francisco, no lugar "Cancela" e Ribeirãozinho, Grão Mogol, MG – 06/02/2003

As áreas possíveis de ser mapeadas com as indicações geográficas e topográficas indicadas nas certidões imobiliárias localizo no Mapa 11, a seguir. Essas áreas que passaram pelo controle da Florestas Rio Doce S/A, entre as décadas de 1970 e 1980, por diferentes maneiras: compras de terras, Ação de Usucapião de Terras Particulares, Sentença Judicial de adjudicação de imóveis pelo Juízo de Direito Substituto da Comarca de Grão Mogol, Setença de Usucapião (Juízo de Direito da Comarca de Grão Mogol).

Todos esses dados revelados através da análise das certidões da Rio Rancho e da Florestas Rio Doce, podem ser consultados com detalhe na sucessão imobiliária que detalha cronologicamente esses dados e que seguem no Apêndice Q - Análise das Certidões de Registros de Imóveis Empresa Rio Rancho Agropecuária S/A.

Na sessão 5.1.1, já mencionei os casos da *Fazenda Santa Marta*, no *lugar Purificação* e *Imóvel Rural "Bocaina ou Carinhonha"* integrante da antiga *Fazenda indivisa de São Francisco*, que remetem respectivamente às tramas políticas entre as elites fundiárias e políticas de Diamantina e os processos de usucapião de terras públicas por empresa. Somadas à análise dos imóveis da empresa Rio Rancho remete a uma situação de grilagem ainda mais complexa, pois explicita a indefinição dos limites das Fazenda São Francisco, "Cancela" e Ribeirãozinho.

Primeiramente, a reconstrução cartográfica desses limites não foi possível com as indicações das certidões, quando se observa os mapas das áreas da Floresta Rio Doce e da Rio Rancho Agropecuária não fica claro, qual porção da Fazenda São Francisco/Ribeirãozinho/Cancela foi destacada da área da Florestas Rio Doce.

Quanto aos imóveis Córrego do Meio (Fazenda dividida Lambedor) Grão Mogol, MG e Imóvel Rural no lugar denominado Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa, Josenópolis e Padre Carvalho. Busquemos compreender a ligação entre essas áreas.

Conforme a Escritura Pública de Compra e Venda que foi emitida pelo 2º ofício de Notas de Grão Mogol, o imóvel *Córrego do Meio (Fazenda dividida*

Lambedor), Grão Mogol, MG – foi objeto de um Contrato de Compra e Venda do imóvel. Consta que a empresa FLORESTAS RIO DOCE S/A registrou uma área **13.697,00 hectares** (*"área cadastrada no INCRA: 48.120,20 hectares"*). Depois a FLORESTAS RIO DOCE S.A vendeu a área para a Rio Rancho Agropecuária em 03/06/2003, tendo em vista a quitação do negócio, por força dessa escritura pública transferiu-se *"a posse, domínio e direito e ação que tinha sobre a totalidade do imóvel"*. A escritura ressalta que a Rio Rancho Agropecuária S/A reconheceu a existência de algumas ações cíveis – agrárias, também reconhece *"pelo imóvel ora transferido a vendedora não responde pelas evicção, uma vez que a questão já fora reconhecida pela mesma no ato da assinatura do contrato de compra e venda"*. Conforme analisado anteriormente (página xxx), a matrícula 2028 (a partir do R – 4-2028) passou a integrar a cadeia sucessória da matrícula 2.813 – registrada no Cartório de Registros de Imóveis de Salinas (CRI-Salinas) – referente ao *Imóvel Rural no lugar denominado Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa, Josenópolis e Padre Carvalho, MG*. Cujas cadeia sucessória aponta para uma escandalosa grilagem de terras. O imóvel registrado com área **14.577,81 hectares**, tem origem na soma de três áreas (R-2-2026, R-4-2028 e M-7619) já analisados na sucessão dos imóveis da Florestas Rio Doce S/A.

Consta para estes três imóveis as seguintes averbações de reserva legal, respectivamente: *"o presente imóvel possui Reservas Legais assim averbadas 210,00 ha (AV-1-2026 L 2-L, fls.31); 2.739, 40 ha (AV-1-2028 L 2, fls. 33); 90 ha (AV-1-7619 L 2-AK, fls.001)"*. Em 19/04/2010 a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A abriu a matrícula 2.823, somando a área de **14.577,81 hectares**. Daí seguem sete operações:

a) Retificação de Área – na mesma data 19/04/2010 a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A. retificou a área que passou para **15.787,566,8 hectares**. Justificou que após georreferenciamento *"revelou ter uma área real, após a unificação de matrículas, de 15.787,566,8 hectares"*.

b) R-2-2813 – Certidão de Compra e Venda, data: 06/05/2011, a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A vendeu para a Bagatelle Imobiliária Ltda Área: **15.787,566,8 hectares**.

c) R-3-2813 - Certidão de Compra e Venda, data:12/07/2011, Bagatelle Imobiliária Ltda vendeu para a NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda, área:**15.787,566,8 hectares**

d) AV-4-2813 – Matrícula, data: 20/12/2011 a NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda

e) AV-5-2813 – BLOQUEIO DE MATRÍCULA (Decisão Judicial - bloqueio de matrícula-processo nº 14986-28.2014.4.01.3807, 1ªVara da Justiça Federal de Montes Claros), data: **15/12/2014, área:15.787,566,8 hectares**

f) AV-6-2813 - Ordem Judicial - 1ª Vara da Justiça Federal de Montes Claros (bloqueio apenas para a alienação da área total; permissão de utilização da área do imóvel 90% da área), data:02/02/2015

g) AV-7-2813 - Instrumento Particular de Locação (10 anos) - NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda locou para Highline do Brasil Infraestruturas de Telecomunicações S.A. Data: 09/02/2015, área:1.600 m².

Quando a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A, averbou (AV-1-12683) junto ao IEF, em 11/08/2003, informou a área florestal de reserva legal, nos seguintes termos:

“(...) pela autoridade florestal e por duas testemunhas, para constar que, tendo em vista o que determina a Lei Federal nº 4.771/65 em seus artigos 16 e 44 – Artigo nº 33.944/92, fica a área de **90,00ha** do imóvel constante da presente matrícula, gravado como reserva florestal legal, cerrado em regeneração e reflorestamento (último corte).”

Verifica-se o total descumprimento das leis ambientais e agrárias, a Rio Rancho apropriou-se ilegalmente de mais de 15 mil hectares e averbou 90 hectares de terras degradadas, com eucaliptos em último corte como reserva legal. Ou seja, a empresa averbou, diante de autoridades florestais 0,57% de área de reserva legal, ou seja, menos de 1%. Posteriormente, em 22/01/2015 foi averbado o BLOQUEIO de Matrícula, **90% de sua área (corresponde a 14.208,813 hectares)** pela 1ª Vara Federal de Montes claros/MG (MM. Juiz Wilson Medeiros Pereira)¹⁹³, porém com permissão de utilização do imóvel pela NORFLOR Ltda

A partir das certidões imobiliárias, é possível constatar a sobreposição das áreas dessas matrículas, porque as contas não fecham, as unificações de

¹⁹³ Conforme a certidão imobiliária foi extraído dos autos do processo nº14986-28.2014.4.3807 movida por João Teixeira Batista Costa contra o INCRA e outros.

matrículas e as mudanças de números de matrículas entre uma proprietária e outra, ou pela mesma proprietária causam uma dificuldade enorme em compreender os limites dos imóveis. Vide Apêndices O, P e Q que mostram respectivamente as Cadeias Sucessórias dos Imóveis das empresas Florestas Rio Doce e Rio Rancho Agropecuária S/A nas áreas da *Fazendas Ribeirão de Areia e Ribeirão das Piabanhas*). A própria certidão emitida pelo CRI-Salinas (Anexo H) é evidência dessa sobreposição e da extensão da apropriação privada de terras contíguas, incluindo as áreas devolutas registrados sob as matrículas R-2-7513 (L-2AJ/RG, fls.69), R-2-7514 (L-2AJ/RG, fls.70) e 12.683 (L-2RG, fls.01), que vão desde o *Curral de Varas na Fazenda Curral dos Gerais*, passando pelas terras da *Fazenda Cancela*, pelo *Ribeirãozinho*, e *Fazenda São Francisco*, pelo *Córrego do Meio* e pelo *Curralinho*, na margem direita do Rio Vacaria, no sentido sudeste, até o limite com o Ribeirão das Piabanhas, vide os Mapas 10 e 11 que tentam localizar as áreas das empresas Florestas Rio Doce e Rio Rancho.

A RIO RANCHO Agropecuária S/A também registrou também as seguintes áreas:

i) *Fazenda Santa Terezinha, Fazenda Corisco e Fazenda Macuco, Padre Carvalho, MG*. Essa Matrícula 1065 remete ao R-1-1065, que registra que a Rio Rancho Agropecuária S/A, através de um Termo de Transferência de Contrato de Renda e Ocupação de Terras Devolutas, transferiu esses direitos para a NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS Ltda Conforme a certidão a Rio Rancho Agropecuária S/A foi "*representada por seu Presidente Newton Cardoso*"; e o *ITER/MG* foi *interveniente*, na data:16/05/2008.

ii) *Fazenda Estiva e 3 Barras, Grão Mogol e Riacho dos Machados*: referente à Matrícula 2924 em nome da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A, **área: 2.706,96,56 hectares**, registrada na data: 04/04/2011 e indica que o registro anterior é a Matrícula M-2831, mas não informou os proprietários anteriores, que deveriam estar indicados na Matrícula. Indicou que tem "*área cadastrada no INCRA*", mas não informou a extensão, conforme de praxe nas certidões. Essa informação localizei diretamente na própria Matrícula 2831, da gleba nº 18 da Fazenda Santa Cruz, de 08/06/2010, que informou a proprietário

Florestas Rio Doce S/A, com área de **1.737,35 hectares**, é imprescindível lembrar que essa área da Gleba 18, na divisão judicial da *Fazenda Santa Cruz* foi adjudicada à Prefeitura Municipal de Grão Mogol, este fato remete à apropriação de terras públicas pela empresa. E o R-1-2.831 que documenta a operação de compra e venda entre esta empresa e a RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A em abril de 2011, e por fim a averbação do georreferenciamento em que a área passou para **2.706,96,56 hectares, ou seja, um acréscimo de 56%** que aponta para a apropriação ilegal de terras devolutas, essa matrícula foi encerramento e aberta nova pela Rio Rancho Agropecuária S/A - Matrícula 2924 da qual registrou-se o R-1-2924, documentando a operação de compra e venda entre as empresas de Newton Cardoso, Rio Rancho e Bagatelle Imobiliária Ltda **A ÁREA NÃO FOI INFORMADA**. A Escritura foi lavrada no 1º Ofício de Pirapora, MG (livro 113, fls.91 a 92) e a Rio Rancho Agropecuária S/A foi representada por seus diretores, os políticos, Newton Cardoso e Newton Cardoso Júnior.

iii) Imóvel situado no distrito de Vale das Cancelas, Grão Mogol, MG: esta certidão refere-se às matrículas de quatro operações da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A nesse imóvel, no dia 31/05/2013. Um desmembramento de uma área de 125.000m², que tinha como registro anterior R-4-1799. Averbação da Matrícula dessa área de 125.000m². E o desmembramento da área de 39.555m² e uma a averbação de outra matrícula com essa mesma área:39.555m². Estas áreas certamente são os locais onde está instalado a madeireira da Rio Rancho, no povoado de Vale das Cancelas.

Conforme analisado, as operações imobiliárias da Rio Rancho Agropecuária na fração de análise, envolve três empresas, além da própria Rio Rancho, algumas áreas foram vendidas para a Bagatelle imobiliária Ltda, do próprio Newton Cardoso, e para a empresa NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda As terras da NORFLOR serão analisadas no item 5.1.3.

Mapa 11 - Terras Apropriadas pela Rio Rancho Agropecuária S/A

5.1.3 NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda

A empresa NORFLOR Empreendimentos Agrícolas é uma empresa subsidiária operacional da Aflopar Participações S.A.¹⁹⁴, foi criada em 2006, a partir de uma aliança entre a PLANTAR e o Grupo Lorentzen. O quadro societário da empresa integra uma *holding* a empresa AFLOPAR PARTICIPACOES S/A, DIFLOR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, a última constituída em 2006, tem sede na capital do estado, Belo Horizonte. E tem como sócios e Fabiano José do Lago, Flavio Roberto Figueiredo da Silva, Sandro Longuinho de Oliveira, (JUCEMG, 2017).

A NORFLOR (Norte Minas Florestal), tem sede no Ribeirão das Piabanhas, “*Fazenda Corrego Do Meio*, em Josenópolis/MG é uma das subsidiárias da Aflopar estruturadas por região geográfica para atender aos empreendimentos florestais, nas atividades de exploração madeireira comercial da NORFLOR, incluindo atividades de pré-plantio, plantio e manutenção. Posteriormente a estas atividades, entre rotações ou ciclos subsequentes, a NORFLOR comercializa a madeira em pé para que terceiros realizem operações de colheita florestal e transporte de madeira, visando suprir suas unidades industriais.

As fazendas que compõem o empreendimento estão localizadas nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis. Um relatório de uma empresa de certificação apontou a área da NORFLOR que seria submetida ao processo de certificação que compreende um total de **25.725,08 hectares**, dentre os quais **16.458,23 hectares** representam os plantios de árvores.

De acordo com o Plano de Manejo dessa empresa o Projeto NORFLOR pretende formar 25 mil hectares de plantio de eucalipto envolvendo áreas de empresas de plantio de eucalipto, instaladas desde 1970, nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis nas sub-bacias dos córregos Itacambiruçu, Vacaria e

¹⁹⁴ “(...) o registro de NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120790581-4, CNPJ 08.979.772/0001-29, ativa registrada sob o NIRE 3120790581-4, em 03/08/2007, Contrato, datado de 16/07/2007. A sociedade possui o seguinte quadro societário: AFLOPAR PARTICIPACOES S/A, NIRE 3130002375-3, CNPJ 08.276.895/0001-01, DIFLOR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, NIRE 3120777650-0, CNPJ 08.720.384/0001-29, como sócios e FABIANO JOSE DO LAGO, portador do CPF 026.508.186-62, FLAVIO ROBERTO FIGUEIREDO DA SILVA, portador do CPF 026.166.587-12, SANDRO LONGUINHO DE OLIVEIRA, portador do CPF 039.701.076-10, como administradores não-sócios, na sociedade.

Piabanhas, na bacia do Rio Jequitinhonha (margem esquerda). No Mapa 12 apresento as “Áreas de Influência do Empreendimento NORFLOR”.

O empreendimento ocupa uma área de 34 mil hectares. Os imóveis citados pela empresa são: em Padre Carvalho: Fazendas Boa Vista Corisco/Macuco e Curral dos Gerais; em Grão Mogol: Fazendas Cancela, Ribeirão Santana (Patrus), Santa Terezinha e também a outra porção do Curral dos Gerais e; em Josenópolis: Fazendas Córrego do Meio, Taquara, Ouvidor I e II e São José. Vide Mapa 13: Imóveis a serem explorados pela NORFLOR.

Através das certidões de registro de imóveis das empresas Florestas Rio Doce S/A e Rio Rancho Agropecuária S/A, localizei cinco imóveis passados para a NORFLOR Empreendimentos S/A, que remetem casos de grilagem analisados nas sessões anteriores, que são:

- Fazenda "Água Santa", "Córrego do Meio" e "Curralinho"
Matrícula: 12683, livro – 2, ficha 1 – CRI Salinas
Município: Padre Carvalho e Josenópolis
Área: **15.787,5668 hectares**
- Fazenda Ribeirão das Piabanhas (lugar denominado São José)
Matrícula: 2811, livro 2RG – CRI Grão Mogol
Município: Josenópolis
Área: 1.163,7134 hectares
- Fazenda Ribeirão das Piabanhas (lugar denominado Córrego Taquara)
Matrícula: 2876
Município: Josenópolis
Área: **577,75,90 hectares**.
- Fazenda Santa Terezinha, Fazenda Corisco e Fazenda Macuco
Matrícula: 1065
Município: Padre Carvalho
Área: **9.795,17 hectares**
- Imóvel Rural no lugar denominado Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa
Matrícula: 2813 (Livro 2RG) – CRI-Salinas e CRI-Grão Mogol (somente AV-7-2813)
Município: Josenópolis e Padre Carvalho
Área: **14.577,81 hectares**

A soma das áreas desses cinco imóveis é igual a **41.902,0102 hectares**.

Ou seja, uma soma bem diferente dos dados apresentados pelo plano de manejo da empresa, que revelou que seu empreendimento ocupa uma área de **34 mil hectares**.

Mapa 12 - Áreas de Influência do Empreendimento NORFLOR

Fonte: Resumo Público do Plano de Manejo Florestal da Norflor (2015:05)

Fonte: Resumo Público do Plano de Manejo Florestal da Norflor (2015:08)

As empresas NORFLOR e Bagatelli ainda controlam atualmente uma extensa área nos municípios de Grão Mogol, Riacho dos Machados, Josenópolis e Padre Carvalho. Todos esses registros mencionados documentam que a apropriação privada das terras segue em curso nas Comarcas de Grão Mogol, e as empresas Rio Rancho Agropecuária S/A e Bagatelle Imobiliária Ltda, são agentes nessa fase mais recente da *retaliação fundiária* nos gerais.

As questões fundiárias levadas para as disputas judiciais, envolvendo a luta dos camponeses geraizeiros para se afirmarem na terra, e ação das empresas para explorarem a renda da terra - na fração do território que corresponde à antiga Comarca de Grão Mogol - revelam que a *grilagem judicial* é um processo que tem um elo contraditório e dialético e tem continuidade histórica, pois envolve os processos judiciais da década de 1920/30, a ação da RURALMINAS e das empresas nas décadas de 1970, as operações de compra e venda entre as empresas rentistas e de plantio de madeira nesse largo período, as sentenças judiciais na década de 1990 e no século XXI. Processo no qual é possível identificar a ação política rentista e de nomes que compõem as elites locais, regionais e também nacionais.

Trata-se de um processo dialético que permite revelar os ritmos da *grilagem judicial* e da *retaliação fundiária*, e das lutas territoriais do campesinato geraizeiro.

5.1.4 O Conflito na área grilada pela MOVEX Florestal/FOSCALMA Comercial Exportadora S/A, FLORESTAMINAS Florestamentos Minas Gerais S/A e FLORESTA EMPREENDIMENTOS Ltda)

A análise da apropriação das terras por parte da Movex Florestal/FOSCALMA S/A e Floresta Empreendimentos foi auxiliada pela análise dos autos da Ação discriminatória de Terra Devoluta Estadual requerida pelo Estado de Minas Gerais contra a empresa FOSCALMA S/A, em 2005 e na Ação de Manutenção de Posse requerida pela Floresta Empreendimentos LTDA moveu contra a camponesa Lourdes Francisco da Costa¹⁹⁵ na Comarca

¹⁹⁵ As informações referidas nesta sessão foram extraídas dos autos da Ação discriminatória de Terra Devoluta Estadual. Processo nº5.192/2005.Requerente: O Estado de Minas Gerais.

de Grão Mogol, em 2013. Para melhor compreensão essa sessão será analisada em duas partes, primeiro, a cadeia sucessória do imóvel e o contrato de renda de ocupação de terra devoluta e o usucapião requerido pela Empresa Floresta Empreendimentos Ltda

A Cadeia Sucessória do Imóvel

A cadeia sucessória do imóvel grilado pela Movex Florestal S.A/FOLSCALMA Comercial Exportadora também remeteu, à parte das terras correspondentes ao processo de divisão da *"Fazenda indivisa Ribeirão de Areia"*. Nesse contexto remeteu à produção de matrículas a partir de sentenças judiciais de partilha de bens inventariados, logo sem destaque legítimo das terras públicas para o patrimônio privado. Há evidências de que os documentos que deram origem à sucessão, fazem parte da prática de produção de títulos pela elite rentista local para legitimar os processos de divisão.

De acordo com as certidões apresentadas nos autos a cadeia sucessória do imóvel remete a dois autos de inventários, de Antônia Maria de Jesus e de Maria Rodrigues de Souza.

A análise do Espólio de Antônia Maria de Jesus, indicou residência no *lugar São Lourenço*, conforme auto de partilha de sentença em 12/01/1934. Cabe analisar a sucessão apontada neste inventário. No arrolamento, os bens de Antônia Maria de Jesus elencados foram:

"- Uma casinha coberta de telhas com uma porta na frente, tendo uma parte de terras, com a área de 3 alq⁹. cercada de vallos e muros no lugar S. Lourenço" districto desta cidade, valendo.....1:100\$000
 - Uma parte de terras, tendo 4 alqueires, com mil (1.000) cafeeiros velhos e um rancho de capim sem portas, valendo550\$000
 - 1 burro velho no valor de55\$000
 Nota – a segunda parte de terras se acha no lugar Currallinho"
 Valor Total do espólio: 1:705\$000"

A referida senhora faleceu em 1933 e teve como arrolante dos bens o seu marido *"João Vicente de Queiroz"*, residente no lugar denominado *"Currallinho"*. Este por sua vez, foi representado pelo advogado CARLOS MOYSÉS. Os bens arrolados são característicos de uma típica moradia

Requerido: FOSCALMA S/A – Comercial Exportadora. Advogada Adrienne Lage de Resende. Ação de Manutenção de Posse Com Pedido de Liminar – Processo/Manutenção Posse nº0016530.33.2013.8.13.0278. Comarca de Grão Mogol. Distribuído 03/09/2013 – Requerente: Floresta Empreendimentos LTDA - Requerido: Lourdes Francisco da Costa e outra.

camponesa, com uma casa simples e um animal, parecendo referir-se a uma família com poucas posses.

Na partilha, o marido herdou os "4 alqueires de terras no lugar Curralinho e 3 alqueires de terras no lugar São Lourenço", e os nove filhos também herdaram cada um 3 alqueires no lugar no *São Lourenço*, a sentença especificou por nome cada um que herdou 3 alqueires. Não foi utilizada nenhuma expressão que indicasse que as terras foram recebidas em comum ou no mesmo lugar. Tornando dúbia a interpretação se cada um poderia ter recebido 3 alqueires, ou se os nove juntos teriam recebido, a área de 3 alqueires.

Conforme o levantamento da Cadeia Dominial realizado pelo ITER¹⁹⁶ em 10 de agosto de 2004, que constam dos autos da Ação Discriminatória de Terras Devolutas (2005) verificou-se que nos autos do inventário de "Antônia Maria de Jesus" não foram juntados "*documentos habéis a comprovar o domínio da área, ou seja, documentos que comprovassem o destaque do patrimônio da área, ou seja, documentos que comprovassem o destaque do patrimônio público para o particular da área [...]*". Uma evidência de que o inventário produziu informações imprecisas posteriormente utilizadas para produção de títulos particulares de áreas devolutas.

O parecer da Procuradoria do Estado, em 27 de janeiro de 2005, também questionou a ausência de lastro da cadeia dominial, a partir do referido inventário, de onde:

"[...] surgiram os primeiros registros de propriedade do imóvel, sendo que apenas quatro entre os dez herdeiros registraram o seu quinhão, após a conclusão do processo, em 1951.

Assim, sendo, está sobejamente demonstrado que inexistente título legítimo que transfira do patrimônio público para o particular a Fazenda do Buriti Pequeno. Outrossim, o total da área declarada no inventário não coincide com a área informada nos títulos" (Autos da Ação Discriminatória, 2005:15)

Mas, essa questão vai além da ausência de lastro, possivelmente vincula-se com as estratégias processadas na década de 1930 na Comarca de Grão Mogol, quando o juiz era o DRº MANOEL CHRISTIANO RÊLLO, aliado da elite de Grão Mogol na trama da *grilagem judicial* que produziu títulos

¹⁹⁶Assinada pelo Engenheiro Agrimensor João Batista Afonso Pereira-CREA/MG 64888/D. Consta desse levantamento todas as cópias de certidões e inventário mencionadas nesta análise.

particulares de terras devolutas, a partir de inventários, certidões públicas e particulares de compra e venda e também processos imobiliários.

Os herdeiros (Josefa de Jesus Queiroz, Antônio de Queiroz, Senhorinha de Jesus Queiroz e Augusta Maria de Jesus Queiroz) teriam registrado no CRI-Grão Mogol em 07/08/1951 a área de **3 alqueires**, sob a Matrícula 3535 (Livro 3-D, fls. 155). Ou seja, 17 anos após a sentença judicial de partilha dos bens. Em 11/06/1958, os herdeiros Antônio de Queiroz, Senhorinha de Jesus Queiroz e Augusta Maria de Jesus Queiroz venderam a área de **7ha** para Isaac Antônio de Souza (a certidão apontou o rentista JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA como testemunha).

O segundo inventário de Maria Rodrigues de Souza remeteu às herdeiras Ana Catarina de Oliveira e Maria José de Oliveira que teriam transmitido seus bens através de uma cessão de direitos hereditários, em 19/02/1957, ao também herdeiro João Pedro de Oliveira. Analfabetas, assinou por elas o mesmo JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA, neste documento também apontado na função de "distribuidor". Ressalta-se que na certidão a extensão da área está em branco ("**área:**").

Conforme os autos de partilha e sentença judicial, de 14/11/1958 do espólio de Maria Rodrigues de Souza, foi transmitida a área de 3 alqueires (aproximadamente 1 alqueire no *lugar São Lourenço* e aproximadamente 2 alqueires no *lugar Ventania*) para os herdeiros João Pedro de Oliveira, Domingos Rodrigues de Oliveira, Joaquim Pedro de Oliveira e Antonio Rodrigues de Oliveira.

Em 26/09/1960, Isaac Antônio de Souza registrou presumível herança de 0,72,2ha ou de 0, 24,2ha do Espólio de Maria Rodrigues de Souza. Então, **a área de 10,64,2ha** registrada por Isaac Antônio dos Santos em 02/05/1962, sob a matrícula 6285 (livro 3-H, fls.86) no CRI-Grão Mogol tem essa frágil sucessão, que confirma a ausência de destaque, em resumo:

Tabela 29 – Área dos Imóveis Adquiridos por Isaac Antônio dos Santos

Transmitente/adquirente	Área	Registro Anterior	Data	Forma de Transmissão
Antônio de Queiroz, Senhorinha de Jesus Queriós e Augusta Maria de Jesus Queiroz/Isaac Antônio de Souza	7ha	(M-3535)	11/06/1958	Escritura Pública de Compra e Venda
Josefa de Jesus Queiroz/Isaac Antônio dos Santos	3,40ha	(M-3535) 5648	27/11/1959	Escritura Pública
Autos de Inventário de Maria Rodrigues de Souza/Isaac Antônio de Souza	0,72,2ha ou 0,24,2	(Autos de Inventário)	29/09/1960	Auto de Partilha e Sentença

Na mesma data a área foi vendida para Ivan dos Anjos Meira e sua mulher Marilza Pereira Meira. Que por sua vez, vendeu a área de **"10,64,2ha mais ou menos"** para o fazendeiro e comerciante "WALDUK DAMASCENO ANDRADE e sua mulher Osvaldina Leles Gusmão Andrade" em 19/03/1976. Este registrou a área sob a matrícula 38 (livro 2-A, fls.38), posteriormente vendeu a área maior de **12,64ha** para a empresa Movex Florestal S.A, em 22/12/1978, (representada por representa por seus diretores Dr. Lúcio Marcos Bemquerer¹⁹⁷, Dr. Rogério Marta Botelho e Dr. Roberto Alves Botelho).

Um pouco antes, em 31/03/1975 foi firmado o Contrato de Renda de Ocupação de Terra Devoluta entre a RURALMINAS e a empresa MOVEX S/A, Móveis, Indústria, Comércio e Exportação. Assim, evidencia-se que a empresa passou a utilizar dessa estratégia de aquisição de pequenas glebas inseridas nas áreas arrendadas, para posterior grilagem via retificação de área.

Em 22/12/1978, a empresa Movex Florestal S.A registrou no R-2-38, que a área de **12,64,2ha** após levantamento topográfico realizado pela

¹⁹⁷Lúcio Marcos Bemquerer é natural da cidade de Grão Mogol, MG. Economista e "reconhecido homem de negócios no estado de Minas Gerais, foi sócio de empresas como a Prosper Consultoria e também esteve vinculado ao Arcelor Group, atuando, principalmente, na área de logística". Bemquerer tornou-se diretor executivo do Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil e, entre 1991 e 1994, ocupou a presidência da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais. Posteriormente, tornou-se presidente da Federação das Associações Comerciais do estado (FEDERAMINAS)". MEMÓRIA FDC, 2016. Disponível em: <http://memoria.fdc.org.br/modules/news2/article.php?storyid=51> acesso em 10 de Março de 2017.

Planejamento Montes Claros-PLAMOC verificou-se que consta **1.584,3329ha**, *"que será objeto da futura retificação"*.

Em 26/04/2010 ocorreu a incorporação da Incorporação da Movex pela empresa FOSCALMA Ltda¹⁹⁸. (com sede em Belo Horizonte). O R-3-38 da matrícula não informou a área do imóvel. Na mesma data a FOSCALMA S/A vendeu para a Floresta Empreendimentos Ltda A área de **12,64,2ha** mais ou menos. A certidão contém a seguinte observação *"nesta escritura consta haver ocorrido levantamento topográfico da área, tendo-se verificado que consta 1.584,3329ha feito pela Planejamento Montes Claros-PLAMOC, que será objeto da futura retificação"*. A partir dessa compra, a empresa Floresta Empreendimentos Ltda inseriu-se na área.

O Contrato de Renda de Ocupação de Terra Devoluta e o Usucapião Requerido pela Empresa Floresta Empreendimentos

Descrito o ponto inicial da sucessão, que culminou na apropriação das terras - *no lugar denominado São Lourenço, Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia também denominada Fazenda Buriti Pequeno ou São Lourenço* – pela empresa FLORESTA EMPREENDIMENTOS LTDA, conforme referido remete-se ao Contrato de Renda de Ocupação de Terra Devoluta celebrado entre a RURALMINAS e a empresa MOVEX S/A, em 1975. Dentre as cláusulas deste contrato, a empresa ocupante declarou *"a ocupação real e efetiva de um lote de terras devolutas, situado no município de Grão Mogol, neste Estado, com área de 3.000 hectares de terras de cerrado"*. Conforme o Decreto nº 16.098, de 12 de fevereiro de 1974, fixou-se valor de CR\$52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), ou seja, CR\$ 17,50 o hectare. A cláusula quarta estabeleceu que: *"o pagamento da renda de ocupação não importa em reconhecimento do lote ocupado, que somente se integra na pessoa da ocupante comprovados os requisitos legais individualmente considerados"*. E a cláusula quinta estabeleceu **o prazo de duração de 21 anos**. Prazo este que deveria ser mantido em caso de alienação ou transferência de arrendamento,

¹⁹⁸ As empresas FOSCALMA e FLORESTAMINAS tem como sócio diretor João de Lima Géó, envolvido no esquema de grilagem de terras chefiado pela família Meneghetti no Alto Rio Pardo, este esquema contava com a participação de empresários ligados à FLORESTAMINAS, REPLASA e FOSCALMA, além de ex-oficiais dos cartórios de registro de imóveis de Rio Pardo de Minas e Salinas, policiais militares, advogados e agrimensores.

ou posse do domínio passarem para outra pessoa física ou jurídica. Portanto, o contrato venceu em 1996, as terras não voltaram para o controle da RURALMINAS, continuaram sendo exploradas, ou controladas pela empresa MOVEX S.A/FOSCALMA S.A

Em 26 de fevereiro de 2003, a FOSCALMA propôs perante o Juízo da comarca de Grão Mogol uma ação de Usucapião, com o objetivo de legitimar uma área de terreno **5.020,00** hectares.

Em 2005 foi movida a ação Discriminatória de Terras Devolutas Estaduais requerida pelo Estado de Minas Gerais em desfavor da FOSCALMA S/A - Comercial e Exportadora, referente a uma área de terras situada no lugar denominado "*Fazenda do Buriti Pequeno*", no município de Grão Mogol, com **área de 4.032,9198ha** (quatro mil e trinta e dois hectares e noventa e um ares e noventa e oito centiares).

Conforme as exigências deste tipo de processo, a União Federal, em junho de 2005, manifestou que a área em questão não confronta com terrenos da União e que também não estava cadastrado no Patrimônio da União no Estado de Minas Gerais.

No mesmo mês, a FOSCALMA constituiu o advogado Dr. Onofre Fernandes Veloso, de Montes Claros, como seu representante legal nesta ação. E apresentou uma contestação, alegando que:

"A Contestante havia, em 26 de Fevereiro de 2003, proposto perante esse Juízo, uma ação de Usucapião, na qual visa a legitimação de uma área de terreno **5.020,00 (cinco mil e vinte) hectares**, Processo nº4.429/03, que tem como objeto o mesmo terreno que o Autor pretende discriminar.

[...] alegando que o terreno, objeto do usucapião e da ação discriminatório, pertence a ele, por ser terra devoluta, sob a alegação de que não há cadeia sucessória de domínio,

[...] não se encontrou documentos hábeis a comprovar o domínio da área inventariada.

Partindo dessa premissa, alega que não havendo documentos hábeis para comprovar a cadeia dominial do imóvel, presume-se também não há documentos que comprovam que a área foi desmembrada do patrimônio público para o particular e procura sustentar na Certidão de fls.97¹⁹⁹.

O advogado da FOSCALMA S/A inverteu a lógica de interpretação com referência à obrigatoriedade dos títulos, conforme tenho tratado e conforme

¹⁹⁹ Certidão Negativa, 02 de julho de 2004, emitida pelo CRI-Grão Mogol que indica que a Antônia Maria de Jesus, não tem nenhum imóvel registrado que a figure na condição de proprietária com referência ao imóvel Fazenda Buriti Pequeno ou São Lourenço, no período anterior a 1.934, quando foi proferida a Sentença Judicial de Partilha de Bens.

debatem conceituadas teses sobre o tema, embasadas em exame das leis e de árduos levantamentos e exame de documentos históricos (realizado por historiadores e mais recentemente por geógrafos agrários) que remetem aos títulos de sesmarias medidas e confirmadas e arquivadas em arquivos imperiais. Mormente, submetidas ao regime jurídico de ocupação das terras imposto na Colônia pela Lei de Sesmarias, e posteriormente, com legislação própria para o solo brasileiro, a Lei de Terras de 1850, que definiu como devolutas as terras que não foram levadas a nenhum tipo de registro oficial (paroquial, notarial, cadastral), não foram arrecadadas, discriminadas e registradas, ou seja, são terras públicas não discriminadas. Mas, a argumentação apresentada pelo advogado da empresa, praticamente ignorou a definição de terras devolutas, o histórico das leis e depreciou a investigação científica sobre o tema:

Aliás, a presunção na verdade é no sentido contrário, uma vez que não havendo obrigatoriedade outrora de registro imobiliário, ninguém era obrigado a registrar os seus bens imóveis.

Cabe ao Autor, digno Juiz, o ônus de provar, e essa prova ele só pode fazer com documentos hábeis, com títulos legítimos, que a área litigiosa pertence a ele. Digressões históricas, divorciadas de documentos públicos hábeis, não passam de opiniões e de interpretações de historiadores, as mais das vezes desvinculadas de cunho científico e sem presunção de veracidade. Aliás, comumente, pesquisas modernas, levadas a efeito por cientistas desvinculados de interesses isolados, desmentem o que os compêndios de história sempre deram como verdade imutável. Como se sabe, até a data do descobrimento do Brasil é controvertida, como controvertido também é o nome de seu verdadeiro descobridor. (Contestação do Advogado Onofre Fernandes Veloso, p.124 dos autos da Ação Discriminatória, 2005)

Essa argumentação ignorou, a trama arquitetada pela elite fundiária de Grão Mogol, que utilizaram as sentenças judiciais para produzir títulos ilegítimos de propriedade e apropriação privada das terras devolutas, nas primeiras décadas do século XX. Nomes dessa mesma elite participaram desse processo, que deu origem ao registro de 12,64,2ha no *lugar São Lourenço*, cujos nomes aparecem nas certidões em questão (o juiz MANOEL CRISTIANO RELLO, o Coletor de Impostos AUGUSTO FIGUEIREDO, a testemunha JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA) todos inseridos em outras ações movidas na Comarca de Grão Mogol. E a certidão negativa, afirmando que antes da

sentença judicial de partilha de bens, não havia nenhum título anterior no *lugar São Lourenço* é mais uma evidência de que se trata de terras devolutas.

Pode-se afirmar, com base nos estudos que recolocam a posição das lutas e resistências camponesas, indígenas e quilombolas nos processos históricos, que a história oficial do Brasil tem sido revista. Mas convém que seja dada a merecida tinta aos grileiros de terra, controladores de parte das instituições públicas, que continuam negando direitos aos pobres, às pessoas simples, e tornando camponeses analfabetos vítimas de operações de compra e venda, de produção de títulos de propriedade. Conforme no presente persistem tais práticas na referida comarca, é o que revela, por exemplo, a análise do processo envolvendo a apropriação de terras pela empresa MIBA no *Córrego dos Bois*, na área rural de Grão Mogol.

O caso da Movex/FOSCALMA, em questão, nessa sessão, insere-se na prática das empresas de plantio de madeira, para quem o Estado de Minas Gerais arrendou as terras devolutas, na década de 1970, passaram a comprar pequenas áreas de terras camponesas, ou de reconhecidos rentistas locais para posteriormente alegarem ser proprietárias, e não somente arrendatárias.

As certidões indicam também levantamentos topográficos e georreferenciamento, indicando áreas maiores e retificações futuras, que na prática tem sido invasões de terras devolutas, de posses e propriedades camponesas.

Este caso que envolve as empresas Movex, FOSCALMA e Floresta Empreendimentos, não é o único na região. Envolve a produção de títulos produzidos pelas empresas no processo que remonta da política da RURALMINAS e da SUDENE, na década de 1970 e se arrasta até o presente, as certidões imobiliárias são instrumentos que pretendem reafirmar a superioridade do título sobre a posse efetiva (concepção introduzida pela Lei de Terras de 1850). Ainda no presente, os portadores do título da terra (por meio de fraude ou de sentenças judiciais) afirmam ter o domínio sobre a terra. Por este caminho afirmam o direito de propriedade privada rentista da terra, sobre os direitos dos posseiros, que por gerações ocupam a terra para morada e trabalho, acabam sendo destituídos do direito sobre a terra, onde viveram criaram suas famílias, preservaram com cuidado os bens naturais. Dessa

questão da imposição dos títulos sobre posses secularmente estabelecidas instaura-se conflitos agrários, ocorrências policiais, ações judiciais de usucapião, de despejo e até ações discriminatórias de terras devolutas movidas pelo Estado de Minas Gerais.

É pertinente lembrar que desde o Código Civil de 1916 *"a concessão não era um ato do direito privado e sim do direito público em decorrência do poder público"* (Oliveira: 2013). Para análise do caso em tela, cabe mencionar que a transcrição passou a ser um ato indispensável para a validade dos títulos de terras, desde o Decreto nº 19.924/1931. Posteriormente, no Governo Provisório de Vargas foi publicado o Decreto nº 22.785/1933, com o objetivo de vedar o *"resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao domínio da União que instituíam a proibição do usucapião sobre bens públicos"*.

Os critérios legais para o usucapião de terras públicas já foram minuciosamente analisados no capítulo 2 desta tese. Ressalto que, a Lei nº 6.383 de 07/12/76, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, autoriza legitimação de área de posse apenas até 100 hectares. Cabe lembrar que no ano de 2003, quando a empresa requiriu o usucapião da área, a lei maior, a Constituição de 1988 já tinha vinculado a destinação das terras públicas e devolutas com o plano nacional de reforma agrária (art.188). E também limitou a posse a 50 hectares e continuou proibindo o usucapião em terras públicas (art.191 - *Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião*). Também, conforme mencionado anteriormente, em consequência das inúmeras denúncias de grilagem das terras públicas e devolutas, e sua ampla prática durante a ditadura militar, (contexto no qual se insere a criação da RURALMINAS) o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias incluiu a revisão de todas doações, vendas e concessões:

Artigo 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, **todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares**, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

Em Minas Gerais, O artigo 5º da Lei nº 6.177, de 14 de novembro de 1973, autorizou a legitimação de terras devolutas até o limite de 3.000 ha (três

mil hectares). Ou seja, o limite de 750 hectares imposto pela Emenda 1 de 1970 à Constituição de 1967, foi alterado para 3.000 hectares por uma simples lei estadual.

Convém lembrar que, apoiado pelo Senado Federal presidido pelo senador mineiro Magalhães Pinto, a empresa MOVEX foi uma das privilegiadas por uma norma inconstitucional, a Lei nº 6637 de 02/10/1975, do governador Aureliano Chaves que autorizou o poder executivo a alienar 17 áreas ocupando **1.131.911,60 hectares** de terras devolutas de propriedade do Estado às empresas, acima do limite constitucional (parágrafo único do artigo 171 da Constituição Federal de 1967).

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ao preço mínimo de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) o hectare, as seguintes áreas de terras devolutas de propriedade do Estado de Minas Gerais às empresas abaixo relacionadas: [...] VIII – MOVEX S/A – Móveis Ind. Comércio e Exportação, com sede em Belo Horizonte, **12.500 hectares, situados no município de Grão Mogol.**

Portanto, a inserção desta empresa no município de Grão Mogol, advém de um contexto político da ditadura militar e de conchavos políticos e que precisam ser revistos, já que a empresa obteve terras alienadas através de atos inconstitucionais. O processo de usucapião reclamado pelas empresas sucessoras, só faz coroar o histórico de injustiças cometido pela elite política rentista que durante muito tempo controla as instituições públicas. Em desfavor dos legítimos posseiros, este sim acolhido pelo texto das leis desde a década de 1930, mas renegados na prática da aplicação.

Nesse contexto, que a empresa Floresta Empreendimentos Ltda moveu uma ação de manutenção de posse contra a camponesa geraizeira dona Lourdes Francisco da Costa (cuja história de vida será mencionada no capítulo 6 desta tese). A empresa alegou ter adquirido o imóvel *Fazenda São Lourenço* (*Fazenda indivisa Ribeirão de Areia*) por compra feita da FOSCALMA, alegou que essa empresa plantou eucalipto em uma área de **5.040,00 hectares**, área que tentou usucapir judicialmente. Em 2009 a FOSCALMA e a FLORESTAMINAS, através de contrato particular de cessão possessória transferiram para a Floresta Empreendimentos, respectivamente, e **4.598,00 hectares** e **492,00 hectares**. Essa área grilada, atualmente, é fração territorial disputada entre os geraizeiros, a empresa e o governo de Minas Gerais.

Em 2012, a empresa, representada pelo advogado GÉLIO LINCOLN DAMASCENO ROCHA, julgando-se proprietária da área registrou um boletim de ocorrência contra a geraizeira “Lourdes Francisco da Costa” e outras pessoas pelo cercamento de uma área, onde hoje está situado o Acampamento Avilmar Ribeiro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), (Vide Mapa 14) onde se iniciou um processo de retomada das terras pelos camponeses geraizeiros do Vale das Cancelas, pois segundo afirmam, o local de chapadas abriga as nascentes do Córrego São Lourenço, é onde viveu o avô de Dona Lourdes “Pedro Francisco dos Reis”, expulso na década de 1970 por pressão das empresas invasoras. O Mapa 14 aponta as terras apropriadas pela Floresta Empreendimentos Ltda e a área invadida pelas empresas e atualmente em disputa entre a Floresta Empreendimentos e os camponeses geraizeiros organizados em luta pela autodemarcação do *Território Geraizeiro do Vale das Cancelas*.

Mapa 14 - Terras Apropriadas pela Floresta Empreendimentos Ltda

Nesse mapa (14), observa-se que as terras camponesas encontram-se *recantiladas* pelas empresas de plantio de madeira, que apropriaram-se das chapadas e conseqüentemente das nascentes dos córregos e ribeirões que abastecem os rios *Cancela, Ventania, São Lourenço, Buriti*.

Inclusive o geraizeiro, Vicente Lemos Soares, representado pelo advogado popular Dr. Élcio Pacheco, em busca de defender o seu quinhão na localidade “*Fazenda Cercado/São Lourenço*”, uma das grotas camponesas recantiladas contestou a ação de usucapião da empresa, porque inclui as suas terras de posse e propriedade. Assim como inclui a área de dezenas de camponeses, inclusive da Dona Vicença, geraizeira de 97 anos, no Buriti que enfrenta o conflito com as empresas desde a década de 1970, do senhor Valdir Gouveia, que esforça-se muito para produzir na sua grota e defender as chapadas lutando contra as empresas e os grileiros locais, em razão disso sofre ameaças e roubos na sua propriedade.

Em síntese, o processo judicial movido pela empresa foi devolvido para a Secretaria da Comarca de Grão Mogol, pelo juiz substituto da Comarca, dispensado da substituição, em 29/06/2016. O juiz alegou que o volume excessivo de autos e o pouco tem que esteve na sede da Comarca impediram-no de prestar a jurisdição no caso.

Então, cabe ao governo do Estado de Minas Gerais, pôr fim à escandalosa *grilagem judicial* e cartorial processada nas terras da *inexistente Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*, devolvendo aos posseiros as terras invadidas, promovendo o bem comum de proteção do Cerrado, das águas, e dos povos do Cerrado que lutam nessa direção, inclusive amparados na legislação que reconhece os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

5.1.5 As Terras das Empresas: RIMA Industrial S/A e da BAV Investimentos Ltda

A empresa RIMA INDUSTRIAL²⁰⁰ revela possuir 65 milhões de árvores plantadas em 40 mil hectares de terras, onde produz carvão vegetal para suas fábricas e outros produtos que atendem também ao que denomina de

²⁰⁰ Vídeo institucional empresa RIMA INDUSTRIAL (2015) Disponível em: http://www.rima.com.br/htmls/inst_quem_somos.php acesso em 07/04/15

“mercado madeireiro”. Explora, ainda segundo a empresa 250 mil ton/ano de quartzo e 180 mil ton/ano de dolomita.

O Grupo Rima é líder na produção e comercialização de ligas à base de silício no Brasil. E o único produtor de magnésio primário do Hemisfério Sul. Os produtos são fabricados a partir de reservas próprias de dolomita e quartzo de alta pureza(...)uma empresa 100% brasileira, em atuação desde 1987. Além de ser a única produtora de magnésio primário do Hemisfério Sul, a Rima é a única do mundo a produzir peças automotivas, na mesma planta, partindo diretamente do minério (dolomita) e utilizando a inovadora tecnologia de transporte de magnésio líquido e reciclagem interna de retornos de fundição, num processo altamente verticalizado, que prioriza as reduções de custo e a conservação de energia (...) mais de 4 mil colaboradores distribuídos nas seguintes divisões: Fundição sob Pressão, Magnésio, Silício Metálico, Ferroligas e Agropecuária. Contamos também com as divisões de Engenharia, Mineração, Florestal e Turismo. (RIMA INDUSTRIAL, 2015)

Essa empresa é só mais um exemplo dentre tantos outros que confirma como o capitalismo, mesmo aquele que se colocam na vanguarda da produção mundial para o mercado globalizado, encontra-se ancorado nas formas mais atrasadas de reprodução. O caso da RIMA INDUSTRIAL S/A é peculiar, foi na longínqua Riacho dos Machados onde foi vender a sua pele de cordeiro²⁰¹. Todavia, o lobo que verdadeiramente é pode ser revelado pelas práticas do desmatamento, sonegação fiscal, grilagem de terras públicas, culminando na operação “Máfia do Carvão”, na qual está envolvido o ex-Deputado Federal Bernardo Santana Moreira (PR-MG)²⁰² Ele foi diretor da RIMA INDUSTRIAL S/A, é acusado de envolvimento nas operações de venda ilegal de carvão obtido pelo desmatamento clandestino de mata nativa do Cerrado. Segundo

²⁰¹ Através da Fundação Vicintin, a Rima Industrial realiza ações assistencialistas em 15 municípios do Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e Belo Horizonte, União da Vitória e Alvinópolis. Uma das instituições atendidas pela Centro Educacional Municipal Arco-Íris, em Riacho dos Machados casa de caridade. (sítio eletrônico da FUNDAÇÃO VICINTIN, 2015)

²⁰² O ex-deputado federal Bernardo Santana (PR-MG) é filho de José Santana de Vasconcelos Moreira (PR-MG) que foi deputado Federal entre 1987-2011. “Bernardo Santana PR/MG tem um considerável histórico nas associações que representam os interesses ruralistas; Presidente do Núcleo Mineiro dos Criadores das Raças Simental e Simbrasil, Belo Horizonte, MG, 1995-1998; Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus do Amparo e Nova União, Nova União, MG, 1997-2000; Diretor da Associação Mineira de Silvicultura, Belo Horizonte - AMS, MG, 2003-2005; Vice-Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2005-2007; Presidente, Associação Mineira de Silvicultura - AMS, Belo Horizonte, MG, 2007-2010. Com um currículo assim, fica evidente a que interesses ele assumiu um cargo na Câmara Federal. Ademais, possui 46 lotes urbanos.” COSTA (2012:201).

Apresento mais informações acerca da condição de político e proprietário de terras Bernardo Santana e outros políticos ruralistas na dissertação COSTA (2012).

Supremo Tribunal Federal (STF:2014) foi feita a denúncia contra o deputado federal Bernardo de Vasconcellos Moreira, pela suposta prática de crimes associados à “máfia do carvão”, ele seria o responsável pelo fornecimento de carvão vegetal extraído de mata nativa para empresas siderúrgicas de Minas Gerais, entre 2005 e 2010. No julgamento do Inquérito (INQ) 3273, ele foi denunciado pela suposta prática dos crimes de receptação de mercadoria, falsificação de documento, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha:

Exercendo o cargo de diretor-presidente da siderúrgica Rima Industrial, o deputado federal, segundo a acusação apresentada pela Procuradoria Geral da República, teria participado de operações de comercialização e transporte de carvão produzido a partir de desmate ilegal. A investigação tem origem em procedimento administrativo tributário que resultou na autuação da Rima Industrial em R\$ 191 milhões. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2014)

A máfia do carvão foi denunciada na reportagem do jornalista Alex Cavalcanti “*Máfia do Carvão explora trabalho infantil e escravo no ES e BA*” que revelou o submundo da Máfia do Carvão no ES, BA e MG envolvendo milhares de trabalhadores, entre eles crianças, explorados pelo esquema, que também envolve entre as práticas o tráfico de drogas, prostituição, sonegação fiscal, entre outros crimes. (TV RECORD, 2011)

A RIMA INDUSTRIAL S/A é a empresa que tem a maior área plantada com eucalipto no município de Riacho dos Machados/MG. A empresa possui sob arrendamento sete glebas de terras devolutas públicas estaduais, sendo duas delas na área do projeto de implantação *RDS Tamanduá*. Segundo o INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ITER-MG um dos imóveis é a Gleba 08 da *Fazenda Lagoa dos Patos* com área de **114,2163 hectares** e a outra é a Gleba 07 da *Fazenda Marimbo* com área de **932,6260 hectares**.

Além, dessas duas áreas, a RIMA INDUSTRIAL S/A possui quatro imóveis em seu nome na área da *RDS Tamanduá*. Um destes imóveis é denominado *Fazenda Rodiador* e (Matrícula nº 3.625 Livro 2 fls. 01/02, de 18/01/1989). Este imóvel também apresenta dois problemas que remetem inevitavelmente à fraude. Em primeiro lugar, sua cadeia sucessória remeteu à Gleba 91 da divisão judicial da *Fazenda Marimbo*, cuja descrição da área, também foi alterada sem justificativa alguma entre as Transcrições 2.525 e a

14.651, quando o imóvel foi adquirido por MANOEL GOMES RUAS. Em segundo lugar, a localização da área objeto da Transcrição nº 1.769 Livro 3-T fls. 291 e 291, de 09/09/1954, é a Gleba 91 da divisão judicial da *Fazenda Marimbo*, pertencente a ÂNGELO NUNES PEREIRA e está localizada à margem direita do Córrego Rodiador à jusante da estrada que ligava com Grão Mogol/MG, depois, da Lagoinha, que ficou atualmente entre a rodovia asfaltada MG-120 e o leito da antiga estrada, quando ambas cruzam o citado córrego. Entretanto, a área que a RIMA INDUSTRIAL S/A tem localizado o imóvel é parte da Gleba 76 (também apropriada indevidamente pela FLORESTAS DO RIO DOCE S/A, e principalmente sobre as Glebas 95 e 153 também destinadas a ausentes, e as Glebas 28, 75 e 78 com destinatários. Inclusive, parte da Gleba 134 da FLORESTAS DO RIO DOCE S/A, hoje da CISAM SIDERÚRGICA S/A, entre as Glebas 76, 78 e 75 foi apropriada pela RIMA INDUSTRIAL S/A. A localização, com este erro proposital da área, pode ser observada na Figura 27 que é a planta original da divisão judicial da Fazenda Marimbo, e, no detalhe da Imagem Google earth (Figura 28) a seguir.

Figura 27 - Localização da Gleba 91 da RIMA INDUSTRIAL S/A.

Fonte: Fonte: Diagnóstico Fundiário (2012-2013:537)

Os dois sinalizadores mostram a localização da Gleba 91 da RIMA INDUSTRIAL S/A. O sinalizador branco indica onde deveria estar a área indicada pelo sinalizador rosa.

A RIMA INDUSTRIAL S/A possui matrículas de outros imóveis na *Fazenda Marimbo* com a Matrícula nº 2.660 Livro 2 fls. 01/02, também, de 18/01/1989.

Há também, uma terceira área de **72,4195 hectares** na Matrícula nº 4.638 Livro 2 fls. 01/02, também, de 20/12/1983, o registro R-6-4.638 de 01/12/1989, através do qual a RIMA INDUSTRIAL S/A adquiriu de ADELIANO CARDOSO DA SILVA a parte ideal citada. Porém, esta área foi vendida para a empresa **SÃO JOAQUIM FLORESTAL LTDA** com sede em Januária/MG, de acordo com o registro R-7-4.4.638 de 14/09/1994, que por sua vez, também vendeu para **BAV INVESTIMENTOS LTDA** com sede em Belo Horizonte/MG, segundo o registro R-8-4.468 de 30/03/2004. Há ainda, outra área de 36,10 hectares que a RIMA FLORESTAL S/A adquiriu de JOSÉ JADIR DOS REIS, que por sua vez tinha adquirido de JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, mas que também, foi vendida para a **SÃO JOAQUIM FLORESTAL LTDA** e, depois, esta vendeu também para a BAV INVESTIMENTOS LTDA, de acordo com a Matrícula nº R-5-4.719 Livro 2, fls. 01 de 30/03/2004.

Esta é a última empresa que consta como proprietária do imóvel que é parte ideal de **72,4195 hectares de uma área maior de 362,0974 hectares** que pertencia a cinco condôminos e deste último relatado, perfazendo esta última empresa uma área total de 108,5195 hectares. Esta área total continua com plantio de eucalipto da RIMA INDUSTRIAL S/A.

Há também, a Matrícula nº 4.093 Livro 2 fls 01 e 02, de 13/04/1983, com área de 210,44 hectares referentes às Glebas 24 e 25 da *Fazenda Marimbo* que pertenceram inicialmente a COLATINO FERREIRA DO CARMO e SABINO FERREIRA DA MATA. Nessas duas glebas estão a área disputada entre a CISAM SIDERÚRGICA LTDA e a Comunidade Córregos.

Ou seja, são registros cartoriais que circulam na região, porém não são detentores das posses correspondentes. Via de regra, circularam pelas mãos de grileiros conhecidos na região, como é este caso que será relatado.

Em 1983, OLINTO MARTINS DE MELO adquiriu as duas glebas, porém não tinha a posse da área correspondente. Fez uso das mesmas como garantia em hipotecas, e, depois vendeu-as. Depois de mais duas transações as duas glebas foram compradas pela RIMA INDUSTRIAL S/A. A estratégia era disputar com a CISAM SIDERÚRGICA LTDA as terras também griladas, da Gleba "C" daquela empresa. Mas, é preciso afirmar que de fato, área das Glebas 24 e 25 da Fazenda Marimbo estão na área ocupada pela COMUNIDADE CÓRREGOS e talvez, com partes das Glebas "B","A" e "C". Essa Matrícula nº 4.093, foi vendida para a SÃO JOAQUIM FLORESTAL LTDA, que depois vendeu-a para a BAV INVESTIMENTOS Ltda. Assim, pode ser observado, corroborando com o que escreve Oliveira (2013), que a propriedade capitalista da terra mesmo sem a própria terra, também é objeto de compra e venda no mercado, pois, há sempre alguém querendo beneficiar-se dele. Uma coisa é certa, e esta matrícula é prova cabal, mesmo sem a terra correspondente em si, ela foi objeto de hipoteca. Inclusive, ela tem uma averbação AV-4.4.093 referente a um laudo de avaliação de imóvel, que incorporou na matrícula as seguintes benfeitorias: uma casa-sede e 20 km de cercas. O autor da averbação foi OLINTO MARTINS DE MELO.

Mas, o fato mais escandaloso, neste processo de grilagem de terras envolvendo empresas “de madeira plantada” é o consentimento criminoso do Estado, está presente no caso da Matrícula 4.093. A qual sob propriedade da RIMA INDUSTRIAL S/A foi averbada na AV-9-4.093, Termo de Compromisso de Execução Florestal, firmado com o IBAMA datado de 15/02/1990, através do qual a empresa proprietária declara ter plantado 305.577 árvores em uma área de 183,31 hectares, de uma área projetada de 208,94 hectares, pelo prazo de 21 anos. Ou seja, encerrou-se em 2011, esse plantio virtual da empresa. Essa massa de eucalipto virtual virou carvão virtual, que abriu possibilidade para que a empresa continuasse comprando como faz até na atualidade carvão clandestino oriundo da derrubada ilegal do cerrado, do carrasco e da caatinga mesmo.

No final da história recente do uso desta Matrícula nº 4.093, ela também, torna-se garantia virtual para apresentar à própria UNIÃO, pois, a SÃO JOAQUIM FLORESTAL LTDA, provavelmente vendeu para a BOCAIUVA MECÂNICA LTDA, como interveniente hipotecante, a hipoteca desta propriedade capitalista virtual, para fazer frente a dívida certamente real desta última empresa com o INSS.

Pode-se afirmar que o título de propriedade virtual ou não, cumpre sua função de reserva patrimonial quando submetido à hipoteca, ou de reserva de valor quando negociado no mercado. É muito provável, que essa seja a atividade da BAV INVESTIMENTOS, que compra uma Matrícula de uma propriedade que certamente sabe que de fato não existe. Corroborando com a explicação de Oliveira (2013), outra função que esses títulos têm, é para ser instrumento de sonegação do imposto de renda, praticado sobretudo, entre os profissionais liberais, como justificativa de investimento nas propriedades rurais através da cédula G.

No imóvel adquirido de ADELIANO CARDOSO DA SILVA pela RIMA FLORESTAL S/A, depois vendido para a SÃO JOAQUIM FLORESTAL LTDA, e em seguida vendido para a BAV INVESTIMENTOS LTDA que tem a Matrícula nº R-8-4.638 Livro 2 fls. 02, de 30/03/2004, dois herdeiros de ADELIANO CARDOSO DA SILVA que adquiriram os direitos hereditários dos demais (ARNALDO CARDOSO SILVA e PAULO ROBERTO CARDOSO), continuam afirmando ter a posse de uma área de 8 hectares onde está localizada a sede da área vendida. E mais, esta área está sob a posse efetiva de DEOCLIDES MOREIRA DA SILVA.

Há também, em uma área aproximada de 1/10 de hectare, da Matrícula nº 2.660 Livro 2, fls. 01 e 02, de 14/09/94, a sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda do Marimbo em imóvel localizado dentro de sua propriedade próximo à Lagoa do Cerrado.

O caso envolvendo a ESTÂNCIA LAGOA DA PEDRA LTDA, é exemplar. A empresa possui as matrículas de três glebas da antiga Fazenda Marimbo, sem possuir efetivamente a posse de nenhuma das três propriedades. São

bons exemplos de imóveis que existem somente no papel. Ou seja, só existem nas letras e números das escrituras, livros e matrículas cartoriais. A explicação para os três casos é aquela apresentada para esclarecer as matrículas também virtuais da BAV INVESTIMENTOS Ltda

O primeiro caso envolve as Matrículas nº 6.929 Livro 2 fls. 01, de 16/01/1989, e, a nº 6.930 Livro 2 fls. 01, também de 16/01/1989. Uma tem origem na Gleba 67 e a outra na Gleba 131 da divisão judicial da *Fazenda Marimbo*. Suas áreas são respectivamente, de 128,54 e 182,19 hectares. A Gleba 67 está localizada logo após a *Lagoa do Cerrado* na porção norte da estrada do *Marimbo* que vai na direção do *Mandacaru*. Esta área está no limite daquela que será proposta para a divisa da *RDS Tamanduá*. Trata-se de um grande número de pequenas e médias propriedades com atividade agropecuária. A Gleba 131 está localizada na porção sul da Gleba 99 que foi destinada à Prefeitura Municipal de Grão Mogol e coincide com a atual área urbana de Riacho dos Machados/MG. Trata-se em grande parte, da área de terras devolutas que o ITER arrendou para a RIMA INDUSTRIAL S/A. É notável que uma empresa comprasse os dois títulos no início de 1989, e, até agora não fizesse alteração alguma em ambas as glebas.

O segundo caso, é mais exemplar, pois, tem movimentação na Matrícula nº 8.508 Livro 2 fls. 01 e 02, de 10/04/1991, com área de **1.339,06 hectares** refere-se à Gleba 107. Originalmente, esta foi a maior área entre as glebas da *Fazenda Marimbo*. Pertenceu a MANOEL RODRIGUES SOARES, e, foi transferida por seus herdeiros para a ESTÂNCIA LAGOA DA PEDRA Ltda Em 29/09/1993, foi feita a averbação AV-3-8.508 referente à Escritura Pública de Re-Ratificação, quando muito provavelmente foram alteradas a área cadastrada no INCRA e as divisas da matrícula. Mas foi em 15/03/2002, que se fez o lance mais ousado, a empresa averbou AV-4-8.508 área total do imóvel virtual destinada à PRESERVAÇÃO DE FLORESTAS - RESERVA LEGAL, sobre a Gleba 103 destinada a ausentes na divisão da *Fazenda Marimbo*, e, já grilada pela FLORESTAS DO RIO DOCE S/A e atualmente pela CISAM

SIDERURGICA Ltda Ou seja, um título virtual e uma Reserva Legal também virtual, assentada sobre o cerrado que foi preservado porque o ICMBio fez gestões para embargo do pedido de desmatamento proposto pela CISAM SIDERURGICA Ltda

Quanto ao imóvel virtual de JURACY AFONSO BRITO, refere-se à Matrícula nº 8.820 Livro 2 fls. 01, de 18/03/1992. Com área de 365,17 hectares ele derivou das Glebas 66 e 123 da divisão judicial da Fazenda Marimbo, cuja primeira Matrícula nº 2008 Livro 3-C, fls. 37, de 06/01/1946, e pertencia a FIRMINO RODRIGUES SOARES, que participou do processo de divisão. Assim, trata-se de mais um caso que envolve área grilada por SILVANO PIRANGA DE ARAUJO, ALCEBINO SANTOS, MANOEL PATRICIO DE SOUZA GOMES, FLORESTAS DO RIO DOCE S/A e CISAM SIDERÚRGICA Ltda Assim, a área da Gleba 123 atualmente em nome de JURACY AFONSO BRITO, refere-se à área da Matrícula 12.709 da Gleba "E" da CISAM SIDERÚRGICA LTDA na porção limite com a *Fazenda Tapera*, pela estrada de acesso a ela. Como a área de **365,17 hectares** refere-se às duas glebas, pela planta do processo de divisão pode-se estimar que a Gleba 123 ocupa em torno de 2/3 desse total, ou seja, mais ou menos **250 hectares**. Portanto, trata-se de mais um caso de superposição decorrente da fraude praticada. Mas, o que é mais curioso, é que também, o atual proprietário deste título virtual, firmou com IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, um TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE FLORESTAS (RESERVA LEGAL) de 80 hectares exatamente sobre para da área da Gleba 123, que atualmente está sob a posse/propriedade da Matrícula 12.709 da Gleba "E" da CISAM SIDERÚRGICA Ltda Ou seja, mais um caso de uma propriedade e uma reserva legal virtuais.

A Figura 28 traz uma parte da planta da divisão judicial da *Fazenda Marimbo* com a localização das Glebas 66 e 123, e, a Figura 29 (Imagem Google earth N° 34) mostra através de um sinalizador de localização as áreas onde ocorre as superposições.

Mapa de terras e fazendas no município de São José do Rio Preto, SP. O mapa mostra diversas propriedades delimitadas por linhas coloridas (vermelha, verde, preta, amarela) e numeradas. As legendas indicam os nomes dos proprietários ou empresas associadas a cada cor:

- Vermelha:** CISAM SIDERÚRGICA LTDA
- Amarela:** RIMA INDUSTRIAL S/A
- Preta:** ESTÂNCIA LAGOA DE PEDRA LTDA
- Verde:** DÁSIO DIAS MATOSO E OUTRO
- Verde claro:** BAV INVESTIMENTOS LTDA
- Verde escuro:** JURACY AFONSO BRITO

Propriedades e nomes identificados no mapa:

- Propriedades numeradas:** 69, 70, 123, 127, 138, 71, 74, 73, 72, 62, 145, 68, 79, 119, 67, 66, 98, 64, 9, 87, 147, 57, 61, 58, 59, 60.
- Proprietários e nomes:** José Martins da Silva, Pedro José de Souza, Celso Cayres Pinheiro, José Ferreira de Almeida e Silva, Homero do Carmo, Domingos A., José Ferreira de Almeida e Silva, Joaquina Rosa da Cruz, ausente, Felicíssimo Camilo de Souza, Aureliano Ferreira da Silva, João dos Santos Silva, Rivel Ferreira da Silva e Sérgio Brito da Silva, João Antonio da Silva, João Gomes C., José Camilo de Souza e Pedro Camilo de Souza, Firmino Rodrigues Soares, Josephino Mendes da Silva, Pedro, Souza, de Souza, Domingos Alcântara.
- Locais e estradas:** Lagoa do Tanque, Lagoa do Cerrado, Estrada da Tapera.

501

Map showing land parcels and community boundaries in the Marimbó area, Mato Grosso do Sul, Brazil. The map includes labels for various landowners and parcels, such as Juracy Afonso Brito Gleba 66, Estância Lagoa da Pedra Lida Gleba 67, Fazenda Tapera, and Comunidade Marimbó. The map is overlaid with a grid of yellow numbers. The map is credited to Google Earth and includes copyright information for Cnes/Spot Image, MapLink, and DigitalGlobe.

502

Na Comunidade Córregos, que é formada por famílias que vivem em área que está localizada no oeste da rodovia MG-120 que liga Porteirinha/MG e Riacho dos Machados/MG à rodovia Júlio Garcia (BR-251) há também um conflito instaurado. Essa comunidade é formada por famílias que disputam as terras essas empresas siderúrgicas CISAM SIDERÚRGICA LTDA e RIMA INDUSTRIAL S/A. Inclusive, esta última tem uma área denominada pelo INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ITER/MG de *Fazenda Marimbo* - Gleba 07 com área de **932,6260 hectares** arrendada mantida como "reserva legal" pela empresa. Esta área está localizada junto a rodovia MG-120 na porção próxima à cidade de Riacho dos Machados/MG. De outro lado, estão membros da "família Pulu" reconhecidos grileiros de terras públicas no município de Riacho dos Machados e Grão Mogol, nas áreas que interessam a implantação da RDS Tamanduá.

Nessa comunidade há duas famílias separadas pelas terras públicas do ITER/MG arrendadas à RIMA INDUSTRIAL S/A e OLINTO MARTINS SILVEIRA. Elas ocupam terras na confluência do Córrego da Manga e o Córrego do Pau Preto. Vale ressaltar que nas proximidades das terras apropriadas pela empresa vivem famílias camponesas que tiveram o reconhecimento de suas posses legitimadas pelo Estado de Minas Gerais, são terras encravadas nos dois vales onde estão as nascentes formadoras do Córrego Pau Preto e do Córrego do Coqueiro. Onde deriva o nome da Comunidade Córregos no plural.

Em nome da RIMA industrial foram registrados no cadastro do INCRA os seguintes imóveis apontados na Tabela 28 -Imóveis RIMA INDUSTRIAL S.A. (INCRA, 2003)

Tabela 28 - Imóveis RIMA INDUSTRIAL S.A. (INCRA, 2003)

Nome do Imóvel	Município	Área (ha)	Classe Fundiária	Área Registrada (ha)	Área de Posse (ha)	Nome da Pessoa
FAZENDA CURRAL NOVO	RIACHO DOS MACHADOS	258	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	0	3878	RIMA INDUSTRIAL S A
FAZEND LAGOA DOS PATOS	RIACHO DOS MACHADOS	254	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	782	3034	RIMA INDUSTRIAL S A
FAZENDA MARIMBO	RIACHO DOS MACHADOS	36	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	544	156	RIMA INDUSTRIAL S A
FAZENDA SANTA CRUZ	GRÃO MOGOL	53	GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA	968	0	RIMA INDUSTRIAL S A

Todos os imóveis localizam-se em áreas de fazendas alvo dos processos de *grilagem judicial* (*Curral Novo, Lagoa dos Patos, Marimbo e Santa Cruz*).

Figura 30 - Foto do Acesso à *Fazenda Curral Novo* apropriada pela RIMA INDUSTRIAL S/A

Os dados do INCRA revelam as terras apropriadas pela RIMA INDUSTRIAL é resultado da prática da grilagem. A área declarada como posse, que a rigor, são sete mil e sessenta e oito (7.068 hectares) de grilos declarados registrados pelos funcionários do cadastro do INCRA, nas fazendas *Curral Novo, Fazenda Lagoa dos Patos e Fazenda Marimbo*, foram grilados, o INCRA tem conhecimento e não toma nenhuma providência.

Em março de 2010, a RIMA anunciou a instalação de novas filiais nos municípios mineiros de Várzea da Palma, Entre Rios de Minas, Buritizeiro, São João da Ponte, e Augusto de Lima (DEOEMG: 2010), ampliando a *territorialização do monopólio* sobre as terras no Norte de Minas Gerais.

5.1.6 A SICAFE Produtos Metalúrgicos Ltda e SIFLOR Florestamentos e Reflorestamentos Ltda

A SICAFE foi fundada em 1971, em Sete Lagos, Minas Gerais, começou a operar com apenas um alto-forno para a produção de ferro-gusa para atender a demanda do mercado interno. Ao longo do tempo a empresa passou a operar com dois altos-fornos que foram construídos para atender à demanda internacional. Atualmente a SICAFE tem uma capacidade instalada de 168 mil toneladas/ano de ferro-gusa lingotado e homogeneizado para fundições e siderúrgicas. O grupo também é dono de uma empresa SICAFE Reflorestamento S/A. (SICAFE, 2015)

Os imóveis de propriedade da SICAFE PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA são muito grandes, entre eles destaque para o imóvel "PÉ GROSSO" (de propriedade da subsidiária SIFLOR FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA), que junto com o "*Mandacaru*" e *Fazenda Tapera* formam a propriedade privada da empresa. Assim, além de outros proprietários há imóveis da SIFLOR FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA, inseridas na jurisdição do *Parque Estadual Serra Nova*, no município vizinho de Rio Pardo de Minas e ainda não foi feita a regularização fundiária. E conflitam com as terras devolutas discriminadas para a criação da *RDS Tamanduá*.

A SIFLOR Florestamentos e Reflorestamentos Ltda subscreveu em seu patrimônio a propriedade de 17,00% (dezessete por cento) do imóvel rural constituído por parte de terras situada no lugar denominado *Fazenda Tapera*, no Município de Riacho dos Machados, com a área de **15.847,6707 hectares (quinze mil, oitocentos e quarenta e sete hectares, sessenta e sete ares e sete centiares)**, dentro dos limites e confrontações descritos no respectivo registro (Matrícula: nº 14.616, Livro nº 2 Cartório de Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porteirinha/MG). Localizada em Riacho dos Machados/MG, no preço de R\$256.257,92 (duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos). ²⁰³

Enquanto, de acordo com o mesmo documento, a SICAFE PRODUTOS SIDERURGICOS S/A seria proprietária dos 83,00% restantes do mesmo imóvel, no preço de R\$1.251.637,06 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e sete reais e seis centavos).

O patrimônio da constituição da SICAFLO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A, reuniu o patrimônio destas empresas, que inclui outros bens e imóveis na região de Sete Lagoas.

²⁰³ Ata da Assembleia Geral de Constituição da SICAFLO PARTICIPACOES SOCIETARIAS S/A realizada em 29 de abril de 2014 e publicada na quarta-feira, 30 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.radaroficial.com.br/d/5693233092886528> Acesso em 09 de abril 2015

5.6 A Invasão das Mineradoras: e os *gerais* vão se transformando nas *minas*

Na fração territorial de análise, ao processo de *grilagem judicial* iniciado pelas elites locais da Comarca de Grão Mogol, articularam-se as práticas rentistas das empresas de plantio de árvores para produção de carvão para abastecer os fornos das siderúrgicas nacionais. E a esses sujeitos sociais, somou-se um terceiro, as mineradoras, articuladas com o capital transnacional.

Atualmente, existem conflitos instaurados em Riacho dos Machados com a empresa canadense Carpatian Gold Inc. recentemente incorporada pela Yamana Gold, em Grão Mogol na comunidade Lamarão e na comunidade Córrego dos Bois (Morro Grande) com as empresas MIBA, Inonibrás e SAM. Estas exploram ou tem interesses na extração de ouro, ferro, manganês, nos corpos minerários abrigados no subsolo²⁰⁴.

[...] há projetos de mineração para o território tradicional, das empresas Sul Americana de Metais S/A (SAM) e Mineração Minas Bahia S/A (Miba), em processo de licenciamento e instalação. [...] Recentemente surgiu, ainda, projeto da Myrtos Geração de Energia S/A, da Usina Termoelétrica Terموirapé, que também está em processo de licenciamento e para o qual já foi concedida Licença Prévia, sob Processo/COPAM PA/nº 07095/2015/001/2015, sem consulta às comunidades tradicionais do território, como dispõe a lei que ratifica a Convenção 169 da OIT. A Licença de Instalação do projeto está em análise na Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). As comunidades também são atingidas pela Usina Hidrelétrica de Irapé, da Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG), que foi instalada em 2006, no curso do rio Jequitinhonha [...]. (Relatório MPMG, 2017:11)

Um dos projetos mais graves que ameaçam a condição de produção e organização da vida camponesa nos *gerais*, é o Projeto Vale do Rio Pardo visa

²⁰⁴ Trata-se de um contexto, mais amplo, em que um grande número de projetos de exploração do solo e subsolo voltados para as mesorregiões de Minas e Centro-sul da Bahia dentre eles o Projeto Vale do Rio Pardo, o Projeto de exploração de gás mineral na bacia do Rio São Francisco, Projeto de Construção da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL). Pensados em bases de exploração econômica predatória, que abarca além de terras do Norte de Minas Gerais, a porção centro-sul do Estado vizinho da Bahia, em Pindaí, e Caetité, atingido também as terras de *gerais* e as comunidades *geraizeiras* nessa fração do território. Sobre estas questões indica-se o documentário “*De Caetité (Ba) a Santa Quitéria (Ce) As sagas da exploração do urânio no Brasil*” denunciam esta questão através da narrativa dos agricultores, lideranças comunitárias, agentes de pastoral, ambientalistas, religiosos e estudiosos/as, homens e mulheres em luta, contrários aos impactos da mineração. (NUCLEO TRAMA, 2013)

a construção de um mineroduto pela Sul Americana de Metais S.A. (SAM).

Esta empresa de mineração constituída no Brasil e controlada pela *Votorantim Novos Negócios*, tem sede na cidade de Salinas/MG. E detém, no norte do Estado de Minas Gerais, dois Alvarás de pesquisa²⁰⁵ voltada para a extração de minério de ferro, localizado em Minas Gerais e Bahia, a serem desenvolvidos através de uma parceria com a empresa chinesa Honbridge Holdings.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental, a mina abrange terras dos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, a planta de beneficiamento estará integralmente inserida no município de Grão Mogol (MG) e a adutora atravessará terras dos municípios de Grão Mogol e Josenópolis. Atingirá uma grande porção de mata nativa, além dos cursos d'água, fauna e flora. Além é claro, de toda a questão fundiária envolvida, existem duas comunidades principais nas proximidades do complexo minerário e adutora: a comunidade Vale das Cancelas, no município de Grão Mogol, e a comunidade do Lamarão, no município de Padre Carvalho, (RIMA/IBAMA,2012). Ambas inseridas na porção de luta pela autodemarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*.

São comunidades geraizeiras historicamente estabelecidas nesse território que além da pressão do plantio de eucalipto que já estão com as fontes de água e as terras de uso comum, os gerais, comprometidos. Agora se vêm ameaçadas pelos danos que a mineração pode trazer (redução da disponibilidade hídrica, alteração da dinâmica hídrica superficial, rebaixamento do nível freático, assoreamento dos rios, intensificação dos processos erosivos, alteração das propriedades físicas e químicas do solo, destruição de sítios arqueológicos e patrimônio culturais produzidos historicamente pelos geraizeiros, dentre outros impactos que afetam as relações sociais e de trabalho).

5.6.1. A Grilagem Envolvendo a INONIBRÁS Inoculantes Ferro Ligas Nipo Brasileiros S/A, a Mineração Minas Bahia S/A

²⁰⁵ Relativos aos processos DNPM 831.028/2007 e DNPM 831.029/2007.

A empresa Inonibrás pertence ao grupo OTG (Osaka Tokushu Gokin), sediada no Japão, fundada em setembro de 1976. Instalada na cidade de Pirapora/MG, iniciou suas operações em dezembro de 1983, sua produção atualmente está voltada para o atendimento exclusivo ao mercado externo (Japão) para utilização em processos de refino de metais em fundições de aço e produção de ferro fundido. A empresa é dirigida por industriários japoneses, que dão a direção industrial da empresa²⁰⁶. As ações de classe “A” da empresa são destinadas à subscrição e integralização pelo Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR que é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, constituído de recursos aplicados em ações e debêntures, destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou que venham a se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (FINOR, 2017).

Trata-se, portanto, de uma empresa estrangeira, apoiada em recursos públicos inserida numa trama de *grilagem judicial* que apresento a seguir, que se inter-relaciona com as questões tratadas nesta tese, que mostra como estas empresas agem regionalmente e internacionalmente, sustentando em práticas atrasadas que se sustentam pela ação de grileiros locais.

O FALSO PROCESSO DE USUCAPIÃO

Na Comarca de Grão Mogol, em 05 de setembro de 2006, foi movida uma ação de usucapião²⁰⁷, a questão que analiso a seguir tem base no conteúdo desse processo, no conteúdo da representação do Ministério Público Federal e na entrevista ao camponês geraizeiro Adão José Alves e sua família em sua residência na *Comunidade Córrego dos Bois* - envolvido em uma falsa ação de usucapião de imóvel.

²⁰⁶ De acordo com a 165ª Ata da Reunião do Conselho de Administração da Sociedade Inonibrás Inoculantes e Ferroligas Nipo-Brasileiras S.A. realizada em 05 de setembro de 2006 (JUCEMG). E página virtual da INONIBRÁS (2016) Disponível em: <http://www.inonibras.com.br/sobre.php> acesso em 16 de fevereiro de 2017.

²⁰⁷ Ação de Usucapião nº 0278.06.003056-8 arquivada no Fórum de Grão Mogol. De acordo com os advogados que acompanham a ação, designados pelo Ministério Público, essa fraude foi descoberta através da Receita Federal que suspeitou de compra simulada entre as empresas MIBA e Agropecuária Lagonorte.

Cabe informar previamente, que o suposto requerente, o camponês “Adão José Alves”, não moveu nenhuma ação de usucapião, alheio aos fatos que sintetizarei a seguir, o “seu Adão”, analfabeto, costumeiramente, tocava sua vida na comunidade Córrego dos Bois, como fizeram seus pais, avós e bisavô paterno Pedro Romão. Conforme o depoimento do seu Adão, seu bisavô Pedro Romão teria comprado a área a mais de 200 anos, onde se estabeleceu, às margens do Córrego dos Bois, dele são descendentes os membros das dezessete famílias que formam a comunidade que vive no vale do *Córrego dos Bois*, todos parentes do seu Adão, entre filhos, tios, tias, sobrinhos, netos, entre outros. Essa comunidade, no presente encontra-se inserida no mapa da autodemarcação do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*.

As encostas, terrenos de “carrasco”, e o Morro Grande que cercam a comunidade *Córrego dos Bois*, tem sido alvo de interesse dos grileiros locais que inseriram essa área na década de 1930 na área da inexistente *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia*, depois da Florestas Rio Doce S/A na década de 1970 e dos grileiros filhos de “Pulu”, “Zé de Pulu” e “Wilson de Pulu” que tem a prática de se apropriar ilegalmente de terras devolutas na região e inserir “jagunços” para tomar conta delas. O início da invasão das empresas foi assim relatado pelo seu Adão:

“[...] aqui ó (aponta para encosta em frente sua residência), olha esse eucalipto velho que tá aqui, isso aí foi assim,ês (os Pulu) vêio mediu, vendeu para a Embaúba. Embaúba vêio prantou, aí, e Odilon e Júlio (Odilon Ferreira de Oliveira e seu pai Júlio da Bocaina), com eles, demandano direto, direto, direto, e nunca que derrubava, cum pouco eles foi vê, os papel dele, ele pôs os papel dele tudo em branco tinha acabado, ele correu em Porteirinha arrumou um doutorzinho que esse que es mataram, e aí ele veio e entrou, foi só entrando e vapo- (o filho Walmir interrompeu e complementou)- ganhô a questão dos Pulu, e hoje é da Inonibrás, aquela região do eucalipto abandonado. [...] Em 1997 foi o último corte [...]hoje o nome desta fazenda já chama Fazenda São Francisco da Minas Liga”

Esses camponeses explicaram que antes desse processo a posse da terra era identificada por meio de declaração recolhida na comunidade pelo “*inspetor de quarteirão*”²⁰⁸ que recolhia as declarações de posse, então,

²⁰⁸ Certamente trata-se de uma denominação atribuída a alguma autoridade local, uma vez que a função do “Oficial de Quarteirão” o mesmo “Inspetor de Quarteirão” trata-se de uma cargo

mediante esse reconhecimento os posseiros pagavam o imposto territorial. O início da *grilagem judicial* por meio do processo de usucapião, do qual foi vítima o senhor Adão, foi assim explicado pelo geraizeiro:

“[...] mediu, mexeu lá pro Morro Grande tudo, descia aquelas ladeira daqueles eucalipto lá, mexia, mexia, de lé, Riacho, rodava tudo, rodeando os trem tudo...Cum pouco, ô, nós qué compra uma areazinha. Aí ajuntô, é onze, que tá dentro desse negócio de vendê [onze pessoas da comunidade]. Aí é lá (apontando pra encosta do Morro Grande), mas nós facilitô, pensou que era uma coisa que não era desse jeito. É lá ô, lá do pé do morro pra lá, é pruma reserva. Tá bom, tá certo pro reserva, nós reune tudo e vai vendê, depois que ele passou a mão, óia aí o que ele fez [...]um filete foi daqui até o Vacaria (Rio Vacaria). E aí nessas vinda dele, nós tá andando, nós vai ali na Bocaina, nós sobe aqui de volta, chega ali fora nós encontra com o hôme, o Zé de Pulú, mais o Cleônio, ia colado mais o engenheiro, já tinha medido tudo, [...] foi 2006 que eles vieram. [Walmir completou] Fizeram essa medição, só comprou de alguns, falô que tava comprando, mas já tava tramando [...]”

A partir daí, seu Adão, idoso, analfabeto, sem a companhia dos filhos, foi conduzido por Cleanto de Barros de Queiroz, doravante reconhecido pelo primeiro como “o grilador”, ao Cartório de 2º Ofício e Notas e Fórum de Grão Mogol, onde encontram com o advogado “GÉSIO LINCOLN DAMASCENO ROCHA” para quem o senhor Adão passou uma procuração constituindo este e “Diego Antônio Braga Fagundes” como advogados para representá-lo na ação de usucapião.

De acordo com o teor da falsa ação de usucapião, *“por si e pelos seus antecessores, com boa fé, a mais de 20 anos”,* Adão exerce posse, *“mansa, tranquila, pacífica, incontestada, ininterrupta e pública com o ânimo de proprietários, sobre o imóvel rural integrante da Fazenda dividida de São Francisco, no lugar denominado Córrego dos Bois, no município de Grão Mogol-MG, onde está definido os limites e repetido por todos.”*

localizado no Código do Processo Criminal de 1832, trata-se de autoridades que eram “selecionados pelos juízes de paz entre a população dos distritos e, então, propostos à Câmara Municipal - que se encarregava da aprovação de seus nomes. Sendo considerados como “uma autoridade na porta das casas” (...) Recebiam uma parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos - zelando pelas propriedades e pelo sossego de todos aqueles que moravam em seu quarteirão (...)Diariamente, tinham a obrigação de enviar para os juízes de paz uma parte circunstanciada dos acontecimentos ocorridos em suas respectivas áreas de jurisdição”. (BARBOSA DA SILVA, 2007)

O engenheiro agrimensor “Luiz Laércio de Pinho Andrade” - o mesmo que realizou as medições para a FLORESTAS RIO DOCE S/A, planta cartográfica e memorial descritivo das terras na *Fazenda São Francisco*, lugar denominado “*Cancela*” e “*Ribeirãozinho*” - realizou também o levantamento topográfico e indicou no memorial descritivo, a área do imóvel – **723,35ha (setecentos e vinte três hectares e trinta e cinco ares)**. Onde o requerente “*fez sua moradia, fez várias benfeitorias, tais como; cercas de arame farpado, pastagem, roças periódicas de subsistência, enfim, tornou a área produtiva.*”

Vide nas próximas páginas, a Figura 31, mostra a planta elaborada pelo agrimensor Laércio Pinho de Andrade com a localização da área grilada judicialmente através da ação de usucapião na “*Fazenda São Francisco Lugar Córrego dos Bois*”.

O advogado amparado pelos Art.1.238, 1242 e 1243 do Código Civil Brasileiro sobre o direito de usucapião²⁰⁹ embasado em doutrina jurídica para a questão requereu a citação de quatro confinantes, sendo três deles geraizeiros residentes na *Fazenda Córrego dos Bois*, perto da “*Bucaina*”, em Grão Mogol: Paulino Ferreira da Silva, Domingos José Romão e Denizar Batista de Oliveira. Sendo o quarto confinante citado, a própria empresa “INONIBRAZ S/A”, com sede no município de Pirapora/MG.

Quando foram convocados, os geraizeiros pensando tratar do reconhecimento da posse do seu Adão no local, a confirmaram.

Em uma celeridade estranha aos procedimentos do fórum da comarca, que demora próximo de uma década para decidir sobre uma ação de usucapião, esta tramitou muito rápido, no dia 05/09/2006 pediu-se o deferimento, dando valor à causa de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

²⁰⁹ “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.”

“Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.

Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

Art. 1.243. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores (art. 1.207), contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos do art. 1.242, com justo título e de boa-fé.”

Quinze dias depois foram recolhidas as custas junto ao poder judiciário. No dia 25/09/2006, o processo foi distribuído para o então Juiz de Direito da Comarca de Grão Mogol, o “Dr. Walter Zwicker Esbaile Junior”, que aos dias 06/10/2006 concluiu o despacho. Passados quatro dias solicitou a citação das testemunhas, intimou que os representantes das fazendas (Federal, Estadual e Municipal) se manifestassem, e também que oficiassem ao “Registro Civil” para informar o nome do titular do “*domínio da área usucapienda*”. No dia 19/10/2006 foi publicado o Edital de Citação informando da tramitação da ação de usucapião do “*imóvel rural integrante da Fazenda dividida de São Francisco, lugar denominado Córrego dos Bois*”, supostamente requerida por Adão José Alves. Em seguida, as testemunhas foram notificadas.

O oficial do Cartório de Registro de Imóveis (Élcio Ferreira Paulino), acerca da situação do imóvel informou em 17/11/2006: “**(...) nada ví constar. Informamos na oportunidade, possibilidade da existência de algum registro com outras características.**”

Em 30/11/2006 a empresa INONIBRÁS Inoculantes Ferro Ligas Nipo Brasileiros S/A, representada pela advogada “Drª Maria Fernanda Guimarães Castro” de um escritório de Belo Horizonte – Diniz Castro advogados Associados, apresentou a contestação:

“(...) o autor não indica o nome do Réu – sequer comprova nos autos a existência de registro da área questionada, ao contrário disto, anexando registro de área da contestante, citada inicial como confrontante.

É dever da parte instruir o processo com os documentos indispensáveis à propositura da ação conforme Artigo 283 do CPC, o que não ocorreu no caso em tela, pois o Autor anexou apenas documentos relativos aos supostos confrontantes e não da área postulada.

Por estas razões impõe-se a extinção do presente, nos termos do Artigo 267 do CPC, incisos IV e VI do CPC.”

A representante legal da empresa questionou a ausência dos requisitos indispensáveis à propositura da ação (a imprecisão quanto à área postulada e a ausência das provas do tempo de posse e da produtividade das terras.) Em 29 de novembro a empresa apresentou outro laudo técnico questionando as medições supostamente apresentadas pelo “Sr. Adão José Alves”. A INONIBRÁS apresentou também cópias de duas certidões:

i) Certidão emitida pelo CRI-Grão Mogol – que comprovou a propriedade de um imóvel *“uma gleba de terras, no lugar denominado “Bocania”, fazenda indivisa Ribeirão de Areia”*, com área de trinta e cinco hectares **(35,00ha)**, dentro de uma gleba de área maior. A certidão atestou que a Inonibrás adquiriu o imóvel por meio de operação de compra e venda de outra empresa – São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda, realizada em 09/10/2002. (vide Anexo I).

Figura 31 – Planta Cartográfica da Localização da Área Grilada na “Fazenda São Francisco Lugar Córrego dos Bois”

Fonte: Ação de Usucapião nº 0278.06.003056-8

ii) Espécie e Resumo de Título (de 24/10/2002) emitida pelo Cartório do Registro de Títulos e Documentos de Grão Mogol - que comprovou através de escritura pública lavrada em 09/10/2002 que a São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda cedeu para a INONIBRÁS Inoculantes Ferro Ligas Nipo Brasileiros S/A, ***“a posse de uma gleba de terras situada no lugar denominado “Bocaina”, na Fazenda Ribeirão de Areia,” com área de mil cento e cinquenta e um hectares e noventa e dois ares(1.151,92ha)***, havida conforme escritura pública lavrada em 12-07-90. Esta certidão indicou como confinantes deste imóvel: Odilon Ferreira de Oliveira, Otávio Gomes da Luz e a FLORESTA MINAS LIGA.

Abro parênteses para destacar que, em campo, os camponeses identificaram Otávio da Luz como *“um poderoso fazendeiro, que tinha tanto gado, que não conhecia o gado dele”*. Quanto a Odilon Ferreira de Oliveira é um dos herdeiros de Júlio Ferreira de Oliveira (o mesmo Júlio Jacob de Oliveira), também conhecido como Júlio da Bocaina cujo nome aparece nos processos de divisão e demarcação de terras, ambos já referidos nessa tese. Odilon Ferreira encontra-se envolvido em transferências de terras para as empresas FLORESTAS RIO DOCE na década de 1970. Os registros indicados acima (ii e ii) referem-se à mesma área registrada na transcrição da Matrícula 132, referente a uma área no município de Josenópolis/MG registrada na matrícula 132 em nome de Odilon Ferreira de Oliveira (indica como registro anterior a matrícula 8.539 – **área 65ha com área total de 100ha**). Vendida por ele para a FLORESTAS RIO DOCE na mesma data 21/06/1976, através de Escritura de Compra e Venda e Cessão de direitos de Posse – na qual consta a seguinte informação: *“a área de 65,00 hectares, no imóvel objeto desta matrícula e cedeu a mesma Florestas Rio Doce S.A o direito de posse de que é titular, **sobre uma área de 5.179 hectares**, localizada dentro do imóvel acima confrontado (...)*”

Ou seja, foi registrada sob o R-1-132 uma cessão de posse de uma área da qual Odilon Ferreira de Oliveira não dispunha. Do R-1-132 se desdobram três outros registros:

a) R-2-132 registrado em 14/08/1990, trata-se de uma escritura pública de compra e venda, lavrada em 12/07/1990, no Cartório do 6º Ofício de Notas de Belo Horizonte, MG, em que Odilon Ferreira de Oliveira e sua mulher Aurita Soares de Oliveira domiciliados no lugar “Ribeirão” teriam vendido para a empresa com sede na Rua Tabatinguera em São Paulo, SP, a SOCIEDADE DE SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS DE MINERAÇÃO E FLORESTAIS Ltda, **“35 hectares (35ha) mais ou menos, dentro de uma gleba de maior área, a margem da Rodovia Federal Montes Claros-Salinas”**. Neste R-2-132 consta também a seguinte informação: *“Cadastro INCRA (inclusive outro imóvel) nº 407.038.011.932, com área de 1.186,92ha em nome de Júlio Ferreira de Oliveira”*.

b) AV-3-132 registrada em 14/02/2003, uma declaração de reserva legal feita pela Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda A *“área correspondente a reserva legal, do imóvel objeto da R-1 da presente matrícula, juntamente com a área de posse que totalizam 1.186,92ha”*. c) R-4-132, registrada 14/02/2003 através de escritura de compra e venda Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda vendeu para a Inonibrás Inoculantes e Ferro -Ligas Nipo Brasileiros S.A. **“35 hectares (35,00ha), mais ou menos, dentro de uma gleba de maior”**. Informou o número INCRA, mas *não informou a área INCRA sob nº 407.038.011.932-6, “mód rural 40,1 – mód rurais 20,89 – mód fiscal 50,0 – n.mod fiscais 23,73 – FPM 3,0. Classificação: GrandeProdutiva”*.

Conforme mencionado anteriormente, Odilon Ferreira de Oliveira também se encontram envolvido na ainda indecifrável transferência de **“2703,54ha e uma área de 2750,30,16”** de terras da *Fazenda Indivisa de Ribeirão da Areia, no lugar “Bocaina”* para a empresa FLORESTAS RIO DOCE (Matrícula 133, livro 2RG, CRI-Grão Mogol), na década de 1970, posteriormente transferidas para a Companhia Vale do Rio Doce (vide Apêndice Cadeia Sucessória dos Imóveis da FLORESTAS RIO DOCE S/A). Além disso, de acordo com as certidões entregues pelo CRI Grão Mogol os registros imobiliários em nome de Odilon Ferreira de Oliveira são a Transcrição 4718 e as Matrículas 189 e 132, cujas áreas somadas não ultrapassam **500 hectares**.

Feito os parênteses retomemos, aos autos da ação de usucapião. A Inonibrás apresentou também outros documentos oficiais visando comprovar atividades no imóvel²¹⁰.

Em 11/01/2007, a Advocacia da União informou que *“as áreas descritas não confrontam com terrenos da União Federal (...) e que o (s) imóvel (eis) não está cadastrado (s) como Próprio Nacional, não se enquadrando, pois, entre os bens da União (...)”*. Assim a União manifestou não ter interesse jurídico pela ação.

Em 31 de janeiro de 2007, o advogado Dr. Gésio Lincoln Damasceno Rocha, procurador do senhor Adão José Alves na falsa ação de usucapião, e sogro do agrimensor que fez a planta do imóvel usucapiendo na ação, apresentou impugnação à contestação apresentada pela INONIBRÁS, inclusive solicitando ao Juiz uma audiência de conciliação. Por sua vez, o curador da lide, Dr. Claudínio Soares Bonfim, em 26/02/2007, proferiu:

“Assim sendo, mister se faz aos autos prova inequívoca da exteriorização da posse do Autor na área que pretende usucapir, isto porque na planta de fls. 09 não há nenhuma referência às possíveis benfeitorias ali implantadas pelo Requerente!

Quanto à possível divergência de limites apontada pela contestante Inonibrás S/A, poderemos realizar uma inspeção in loco para dirimir estas dúvidas, ou realizar uma perícia técnica para elucidar os limites antes mesmo de uma audiência de instrução e julgamento”.

Solicitou também uma audiência de conciliação entre as partes. Outro fato relevante a ser ressaltado na manifestação do curador, faz referência à não confirmação da citação da “Fazenda Pública Estadual”, tendo em vista que os autos apenas referenciaram o envio da correspondência. Em 01/03/2007, o Juiz respondeu à manifestação do curador. Mostrou-se favorável ao autor da petição que pretende usucapir área certa e delimitada, que teve seus limites descritos com exatidão. De acordo com o juiz, o fato de não apontar o possível

²¹⁰ i) Cartão de inscrição do cadastro do produtor emitido pela Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais (indicando validade para 2005, 2006 e 2007) – informou como denominação da propriedade as **Fazendas São Francisco I e II – Ribeirão de Areia**, localização margem esquerda BR-251 – Vila Bocaina, data de cadastro – 28/04/1995. ii) Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) de 23 de fevereiro de 2006, cuja denominação do imóvel é: **Fazenda Ribeirão de Areia**, classificada como “grande propriedade produtiva”, **área registrada “1.186,90ha”**, localizada na rodovia BR-251 Vila Bocaina, e; iii) *Recibo de entrega da declaração do Imposto Territorial Rural (ITR)*, de 25 de setembro de 2006, referente à mesma área acima mencionada.

proprietário da área, quando ele é desconhecido, não se afigura como requisito indispensável a propositura da ação, mormente pelo fato de a “*área sequer estar transcrita no Ofício de Registro de Imóveis, motivos de não ser possível a juntada da cópia de sua matrícula*”. O juiz fundamentou a sua argumentação com base na orientação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em que se lê:

“Admite-se a citação, por edital, do proprietário, se a área a ser usucapida não possui o respectivo registro do serviço imobiliário local. Não se pode admitir é que se tranque a porta da prescrição aquisitiva por não constar do serviço imobiliário o nome do titular do domínio, negando-se, neste viés, a função da posse”²¹¹

Esse juiz argumentou também que a Fazenda Pública foi cientificada da lide, conforme o aviso de recebimento do ofício. A situação indica, que, neste caso, o simples ato de recebimento do ofício por um funcionário público foi suficiente como prova de que as terras em questão não interessariam ao Estado de Minas Gerais, responsável pela discriminação das terras devolutas.

A partir de 20/09/2007, os documentos nos autos passaram a ser assinados pela juíza de Direito Substituta da Vara Única, “Drª Renata Araújo Guimarães”. Uma audiência foi realizada aos dias 16 de outubro. De acordo com o Termo de Audiência compareceram, além da juíza, o senhor “Adão José Alves” (o suposto requerente), acompanhado do seu advogado “DR. GÉSIO LINCOLN DAMASCENO ROCHA”, e o Curador “Dr. Claudínio Soares Bomfim”, e por foi dito que:

“(...) tendo em vista todo o andamento processual, e as provas robustas juntadas aos autos, bem como as manifestações das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em nada se opor ao pedido. E não havendo contestação de nenhum dos confinantes, apesar da contestação apresentada pela confinante INONIBRÁS (...) esta mesma empresa manifestou-se estar de acordo com os termos apresentados na inicial”.

O termo levou as assinaturas da Juíza, a digital do senhor Adão colhida oportunamente, do advogado e do curador. Nesta audiência foram ouvidos os

²¹¹ “*Ação de Usucapião – Certidão do serviço imobiliário – Imóvel sem registro – Citação editalícia dos eventuais proprietários – Função social da posse – Recurso provido. Admite-se a citação, por edital, do proprietário, se a área a ser usucapida não possui o respectivo registro do serviço imobiliário local. Não se pode admitir é que se tranque a porta da prescrição aquisitiva por não constar do serviço imobiliário o nome do titular do domínio, negando-se, neste viés, a função da posse. (Ap. Civ. nº 1-0372.05.013476-9/001 (1). 9ª Cam. Civ. Rel. Des. Jose Antonio Braga. j. 30.01.2007, p.10.02.2007, in www.tjmg.gov.br)*”

depoimentos de dois camponeses geraizeiros, ambos moradores da “Fazenda Morro Grande” que testemunharam, o primeiro:

“Que conhece Adão há mais de cinquenta e sete anos e desde que o conhece Adão José Alves reside no local denominado Córrego dos Bois, fazenda dividida de São Francisco com seus pais; Que recebeu sua porção de terra do seu pai que anteriormente exercia a posse sobre o local; Que Adão construiu sua casa no local e reside com sua família em sua porção de terra há quase trinta anos, sendo que toda a comunidade o respeita como legítimo proprietário das terras, sendo sua posse tranquila, pacífica e incontestável por todo este período de trinta anos; que toda a vida a posse da família é respeitada no local; Que “ele planta as rocinhas, tem uma manguerinha no local; “Que toda a vida há vaquinhas, um curral, tudo bem cercadinho.”

O outro depoente também testemunhou conhecimento do senhor Adão desde criança, atestando sua residência no mesmo lugar com seus pais, e além disso informou:

“Que plantaram e cultivaram no local havendo ainda pastagem; Que durante todo o período que Adão exerceu a posse sob a sua porção de terra não houve reivindicação do imóvel por qualquer pessoa sendo sua posse pacífica e tranquila; Que Adão casou e reside em sua terra há mais de vinte anos; Que o depoente tem quarenta e sete anos e lembra de Adão há mais de quarenta anos; Que conhece Adão desde pequeno e que este sempre foi reconhecido pela comunidade local como sendo proprietário do local denominado Córrego dos Bois.”

Em Grão Mogol, no “Fórum Dr. MANOEL CRISTIANO RÊLLO” foram prestados esses depoimentos legítimos de camponeses que de boa fé, compareceram perante a justiça que os intimou para testemunhar acerca da posse legítima de um geraizeiro por eles reconhecido como morador. Sem contudo, saberem que o vizinho estava sendo vitimado por uma farsa jurídica, arquitetada pelos interesses de empresas invasoras - dessa vez, as empresas **Agropecuária Lagonorte e Mineração Minas Bahia S/A – MIBA**, ambas com sede em Belo Horizonte e empresa **ENRCV N.V.** (companhia estrangeira com sede em Amsterdan, na Holanda). Estavam interessadas nas jazidas de ouro e minério de ferro dessa área – pessoas simples, que de fato conviveram, e ainda convivem com o senhor Adão e reconheceram não apenas sua posse, mas afirmaram a prática costumeira de transmissão da posse da terra por gerações, e o uso tradicional como camponês geraizeiro.

Apesar do seu Adão não ter movido, ele mesmo, nenhuma ação de usucapião, ele foi conduzido ao Cartório e ao Fórum, pensando tratar-se da venda de uma pequena parte de sua posse (70ha pelo preço de R\$9.100,00). Devido à insistência e assédio constante de Cleanto, que ia todos os dias em sua casa e em outras moradias da comunidade, insistindo para vender a terra. Assédio que consistiu também na distribuição de quantias em dinheiro na comunidade, entre R\$ 50,00, R\$ 500,00, R\$ 1.500 e até R\$ 13.000,00, sacolas de pão, bolachas, cestas básicas, gasolina e outros²¹², com o objetivo de ludibriar a comunidade.

Na “SENTENÇA” proferida pela juíza em 17/10/2007, consta que a empresa INONIBRÁS Inoculantes e Ferro Ligas Nipo Brasileiros S/A retratou-se da contestação manifestando concordância com os termos da exordial. Então, a juíza julgou procedente a ação e declarou o “*domínio por usucapião*”, supostamente, movida pelo senhor Adão expedindo mandado para a transcrição junto ao Cartório do Registro de Imóveis nos termos do art. 945 do Código Civil. Ordenou também intimar o Ministério Público, para os fins de direito, a fim de resguardar eventual interesse público, a critério daquela instituição (art. 82, III, CPC brasileiro).

A sentença de usucapião foi proferida no prazo de um ano e um mês. Os advogados especialistas neste tipo de demanda, informam que uma ação como esta demora em média, entre oito a 10 anos, no mínimo para ser concluída na Comarca de Vara Única como a de Grão Mogol, em que um Juiz se ocupa de atender vários litígios, e que há uma grande rotatividade de juízes.

Mas, a INONIBRÁS entrou com um recurso alegando que a audiência que ocorreu no dia 02 de outubro, havia sido redesignada para o dia 27/11 de 2007. Nesta data, a advogada da empresa solicitou a republicação da decisão/sentença restituindo o prazo recursal. Conforme os autos procederam-se a republicação, porém a empresa não entrou com o recurso. Em 20 de novembro, outro juiz, “Dr. Marco Antônio Ferreira”, assinou o trânsito em julgado e arquivou o processo. No primeiro semestre de 2009, constam nos

²¹² Conforme aponta a Representação do Ministério Público encaminhada ao Superintendente da Polícia Federal/Interpol-pelos crimes em tese de abuso de confiança, simulação, ambiental, fraude (artigo 171 do CP), formação de quadrilha, aquisição de terras brasileiras por empresa estrangeira, ameaças e outros crimes.

autos outras certidões respondendo a Inonibrás sobre a publicação dos prazos recursais e atestando o trânsito em julgado.

Todavia, a síntese desse processo relatada tem de fundo uma trama muito mais complexa. De acordo com os Advogados Associados designados pelo Ministério Público para acompanhar o caso do seu Adão José Alves, que envolve outros processos de usucapião, nos mesmos moldes, com o nome de outros geraizeiros da comunidade, a empresa Lago Norte (através de funcionários da MIBA) simulou a compra da referida posse de “seu Adão”, e a Lago Norte transferiu a área para a MIBA. Seu Adão nada sabia sobre a negociação, pressionado vendeu 70 hectares de sua posse.

Após essa venda, a empresa MIBA mandava funcionários em sua propriedade para sondagens, perfurações, cadastros de famílias, filmagens, fotos, medição, construção de cercas, e etc. Essa movimentação, com a entrada de funcionários da MIBA incomodou a rotina da comunidade e ao seu Adão e filhos. Doravante, Walmir José Alves, filho de seu Adão, procurou o CRI-Grão Mogol e tomou conhecimento de que tinha registrado em nome de seu nome pai a área de **723,35 hectares** que inclui a moradia de seus parentes (Matrícula 2.278, vide Anexo J), os registros dessa matrícula informam a sentença judicial pela qual a juíza Dr^a Renata Cristina Araújo Guimarães adjudicou para o senhor Adão o imóvel avaliado em R\$325.507,50 (R-1-2278), e a operação de compra e venda pela qual supostamente o senhor Adão (representado pelo advogado Dr. Gésio Linconl Damasceno) vendeu a área pelo preço de R\$470.117,50 para a empresa Agropecuária Lago Norte S/A (esta representada pelo administrador de empresas, Cleanto Barros de Queiroz), conforme o R-2-2278. Por fim o R-3-2278, com data de 30/11/2010 informou a Escritura Pública de Concessão de Direito Real sobre a Superfície á Título Gratuito e Outras Avenças, lavrada no Cartório de Notas de Conceição do Pará, MG, pela qual a Agropecuária Lago Norte S/A concedeu a título gratuito à Mineração Minas Bahia S/A – MIBA:

“o direito real de superfície sobre o presente imóvel de modo a permitir o pleno exercício das atividades inerentes e aproveitamento de recursos minerais atinentes aos Direitos Minerários, podendo implantar as construções necessárias, nos termos ali pactuados, pelo prazo de exaurimento das jazidas, de forma irrevogável e irretratável. Aparece como interveniente-anuente a ENRC N.V, Companhia

holandesa com sede em Amsterdam, na Jan Luijkenstraat 8 BG 1071 CM. A, que poderá ter livre acesso ao imóvel. Reserva-se o direito de preferência de aquisição do imóvel à MIBA ou à ENRC, ou quem esta indicar. A Lago Norte não poderá onerar o presente imóvel. (Certidão Imobiliária da Matrícula 2278-CRI Grão Mogol)

O Mapa 15 – Terras Griladas pelas Empresas de Mineração na Fazenda São Francisco e Comunidade Córrego dos Bois, a seguir, identifica as terras apropriadas ilegalmente pelas empresas Inonibrás, pela empresa Lago Norte/MIBA, a localização da moradia do Seu Adão na comunidade Córrego dos Bois.

Conforme mencionei anteriormente, o senhor Adão pensou ter ido ao Cartório e ao Fórum para vender 70 hectares, jamais pensou que teria se tornado mais uma vítima da grilagem judicial na Comarca de Grão Mogol, que fez com que ele perdesse o direito ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), por não se enquadrar mais nos critérios da política, já que para os sistemas previdenciários ele tinha se tornado praticamente um meio milionário. Embora, viva na mais rústica e digna simplicidade camponesa do geraizeiro.

Trata-se de compreender esse processo, as práticas rentistas e a apropriação do aparato jurídico-político nas suas instâncias locais empreendidas para sua consolidação, inseridas na *“fase monopolista do capitalismo mundializado pela unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais”* conforme explicou Oliveira (2015:238), que também analisou que os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam, e vai além quando escreveu que:

“[...]a raiz das novas alianças entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para enfrentar a mundialização, mas, para se mundializar, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguir legitimidade” (*idem*).

Convém compreender, os novos termos colocados na aliança da classe burguesa mundial, conforme analisou Oliveira²¹³, e reconhecer que “os

²¹³ OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras”.

Se na década de 1970 a burguesia nacional se fortalecia com base na grilagem e no rentismo, também no presente processo de *mundialização*, a grilagem e o rentismo perpassam as estruturas jurídico-políticas do Estado e as práticas de acumulação no patamar da *mundialização*. Sendo assim, está posto mais um elemento para pensar a exploração da *renda da terra* e a forte presença da classe dos proprietários de terra na reprodução do modo de produção capitalista, e na reprodução das relações sociais entre as demais classes no capitalismo (camponesa, operária e burguesa).

Mapa 15 - Terras Griladas pelas Empresas de Mineração na *Fazenda São Francisco e Comunidade Córrego dos Bois*

Mineração Riacho dos Machados Ltda/Carpathian Gold Inc./Brio Gold Yamana

Nessa mesma lógica, analisada anteriormente, insere-se a ação das empresas Mineração Riacho dos Machados Ltda/Carpathian Gold Inc./Brio Gold Yamana em Riachos dos Machados, MG.

A empresa canadense Carpathian Gold Inc. através da subsidiária Mineração Riacho Dos Machados Ltda realiza por meio de autorização provisória, atividades de lavra e extração a céu aberto, com tratamento a úmido de minério de ouro, nos municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados, (vide Figura 32).

Figura 32- Acesso à área explorada pela Carpatian Gold Inc./Yamana Gold.

Essa exploração minerária, iniciada em 1997 pela Companhia Vale do Rio Doce, é mais um exemplo problemático das práticas de acumulação capitalista que tem convertido frações de “gerais” em “minas” a céu aberto. A exploração de ouro pela empresa canadense Carpatian Golden Inc. desenvolveu-se a partir da lógica que articula incentivos estatais e capital privado internacional:

O Norte de Minas está se consolidando como um novo quadrilátero ferrífero e o governo mineiro continuará a apoiar a iniciativa privada, principalmente quando ela promover investimentos em regiões carentes do estado – diz o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sérgio Barroso. (IBRAM:2009)

O projeto foi instalado durante o governo Aécio Neves (PSDB) e previa a implantação de uma unidade industrial no município de Riacho dos Machados, destinada à produção de ouro em barras e processamento do minério. Para minerar na primeira fase, “a céu aberto” e na etapa seguinte, subterrânea. Ao longo do tempo de operação, a Carpathian manteve compromissos junto aos agentes financeiros públicos que deram suporte aos investimentos orçados em US\$ 125 milhões, o próprio Estado de Minas Gerais, BDMG, BNB e BNDS. Ou seja, os recursos também aportados de agências públicas.

No final de 2015, outra empresa global com sede no Canadá, Yamana Gold, através de sua subsidiária Brio Gold adquiriu 100% da mina em Riacho dos Machados, devido a um acordo com o banco australiano Macquarie:

O banco australiano Macquarie assinou um acordo com a Brio Gold, subsidiária da Yamana, em que a mineradora tem opção de adquirir 100% da mina de ouro Riacho dos Machados, em Minas Gerais, operada pela Mineração Riacho dos Machados (MRDM), subsidiária da Carpathian Gold. Se exercer a opção, a Brio também assumirá os direitos, participações e garantias que o banco possui com a Carpathian, que deve US\$ 266 milhões ao Macquarie.

O acordo assinado entre as empresas dá à Brio o direito de adquirir 100% a mina da MRDM; os direitos e juros da linha de crédito referente à mina da MRDM; o acordo de compra e venda de ouro; e garantias relacionadas a Carpathian e suas subsidiárias. (IBRAM, 2015)

A expectativa do negócio para a empresa Yamana Gold prevê que a exploração de ouro salte de 30 mil onças em 2016 para 104 mil onças em 2018 (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2016). Essa projeção só tende a agravar os conflitos socioterritoriais nessa fração do território.

As Fazendas Francisco Sá 2 e *Fazenda Curral Novo* (indivisa) localizadas em Riacho dos Machados e Porteirinha, foram indicadas no “Parecer de Licença Prévia requerido pela Mineração Riacho dos Machados Ltda” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2010). De acordo com este parecer a área a ser lavrada, na zona rural dos municípios já havia sofrido intervenção pela Companhia Vale do Rio Doce, que operou até o ano de 1997. E que os direitos de lavra foram transferidos à empresa canadense Carpathian Gold Inc. em maio de 2009. *“Em 2009 deu início à sondagem de uma área de 1,15 ha. Atualmente a empresa é proprietária das Fazendas Francisco Sá 2 e Curral*

Novo, somando quase 600 ha, onde se insere a área da cava". No parecer foi exposto que a antiga detentora dos direitos de lavra (CVRD) tinha averbado a área de reserva legal localizada justamente na área recuperada, no entorno da mina, em maior parte constituída por mata exótica. E também explicou que parte desta área seria utilizada como área a ser explorada, com remoção da mata exótica plantada anteriormente. E por isso, a reserva legal seria realocada para uma área preservada constituída de cerrado e mata seca.

Tal parecer indica que se trata de uma lavra a céu aberto, da ordem de 15 milhões de toneladas de minério aurífero, a ser explorada durante 8 de anos. No mesmo Parecer (folha 05/46) ficam claras as ambições do empreendimento de dispor da água e das terras devolutas para a exploração minerária.

A disponibilidade de água é um dos pontos críticos do projeto. De acordo com as características do regime hidrológico da região, somente os rios Piranga (BA-1) e Curral Novo (BA-2 e BA-3) têm condições de atender o uso combinado da demanda do empreendimento e o atendimento aos volumes residuais de água no rio.

Das alternativas estudadas, a BA-1 foi a escolhida por apresentar aspectos econômicos e ambientais para sua implantação. Entretanto, o desenrolar dos trabalhos de regularização fundiária mostraram que existe uma **nova alternativa (BA-4)**, mais adequada, que resultará em menores impactos ambientais, apesar de o seu eixo do barramento ser 2 km mais distante do eixo da alternativa BA-1.

Os estudos apresentados informam que na área da alternativa BA-1 existem cinco moradias, sendo que uma das áreas possui uma produção agrícola significativa, comercializada na sede do município de Riacho dos Machados.

Na alternativa BA-4, constituída de terras devolutas inúteis para atividade agropecuária, não foi constatada a existência de nenhuma moradia ou qualquer empreendimento rural, sendo esta a alternativa indicada.

Fonte: (SUPRAM, 2010:05)

O documento também esclarece que as águas que serão utilizadas chegarão por uma combinação de barramento, captação de águas subterrâneas oriundas do rebaixamento do lençol freático, sempre que a água subterrânea interferir na execução da lavra. Indica também alterações na disponibilidade hídrica, na qualidade da água decorrente da drenagem ácida, de sólidos em suspensão da carga orgânica, microrganismos e nutrientes, contaminação por cianeto e graxas. Soma-se a tudo isso a poluição do ar por emissão de material particulado, e em decorrência dos gases em combustão, e poluição sonora pela emissão de ruídos alterando a pressão sonora e sobreposição atmosférica.

Embora o Parecer aponte com bases no EIA/RIMA, que o empreendimento consiste em uma área de **664,99 hectares**, indicou também que a Área de Influência Diretamente Afetada (AID) compreende uma área de **3.025 hectares**. São áreas de cerrado, campo rupestre, mata seca, mata galeria, cursos d'água, também áreas de cultura, fundamentais para a reprodução da vida dos camponeses geraizeiros que habitam aquelas grotas.

No que se refere à questão fundiária no Cadastro do INCRA (2003), a *Fazenda Curral Novo* não tem registro em nome das empresas Companhia Vale do Rio Doce, Carpathian Gold Inc ou MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS Ltda Conforme mencionado anteriormente, a empresa que aparece com registro da Fazenda Curral Novo, é a RIMA INDUSTRIAL S/A, uma grande propriedade produtiva, com área de **258 hectares** e um grilo de **3.878 hectares**, declarado como posse.

A MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA) também comprou **27,0397 hectares** conforme atesta a averbação (AV-12-6.463). Uma área que foi desmembrada a Matrícula nº 6.493 Livro 2, fls 01 e 02 de 29/12/1987 de FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA E OUTROS. E registrada sob a Matrícula nº 14.624 (L-2, fls 01 e 02 de 02/08/2010), essa área fica nos limites com a área proposta para a *RDS Tamanduá*, inclusive, inserida nessa fração proposta para a Unidade de Conservação, a empresa de mineração Inframinas Investimentos e Participações Ltda, tem concessão de alvará de pesquisa mineral tem adquirido posses no Rio Vacaria próximo à foz do Córrego Chapadinha (OLIVEIRA, 2013).

É importante ressaltar que a “*Fazenda Curral Novo*”, é uma das frações do território que foi alvo do processo de divisão judicial de terras devolutas, porém inconcluso, na vizinhança da *Fazenda Marimbo*. As terras dos imóveis lindeiros Tapera, Currais Novos, Marimbo, Lagoa dos Patos, encontram-se na mira das empresas inseridas nesta lógica de acumulação rentista e nos interesses geopolíticos de controle dos recursos minerais e hídricos necessários à expansão dos projetos exploratórios pensados para o Norte de Minas e Centro-sul da Bahia. Evidência de que na lógica rentista é também inerente ao processo de *mundialização do capitalismo monopolista*.

CAPÍTULO 6 – A LUTA GERAIZEIRA: DA *RETALIAÇÃO FUNDIÁRIA* À UTOPIA CAMPONESA NOS GERAIS

“Teve divisão sim, teve ... meu pai falava que teve aquele mutirão de gente, tudo armado, muita gente morria, quem tinha coragem enfrentava ... foi geral essa revolta, fazia briga mesmo ... morreu gente para danar ... eu era criança” (Camponês Geraizeiro Morador da Grota do Curralinho 2016)

Nesta sessão analiso como a *retaliação fundiária* atravessou a reprodução social do campesinato geraizeiro. Essa reflexão, conforme escreveu Oliveira (2004:35) parte da necessidade de compreender a posição dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Além disso, a partir de suas lutas e também das lutas territoriais indígena e quilombola busca-se caminhos e horizontes para a superação do capitalismo e construção de novas bases para o desenvolvimento da sociedade mais justa e solidária.

Sendo assim, faz-se necessário, não deixar cair no esquecimento o sentido político da existência do campesinato como classe social, que adquire suas particularidades nos diversos rincões do Brasil. Martins (1983) no livro *“Os camponeses e a política no Brasil”* realizou um importante resgate da construção analítica do conceito de camponês no Brasil revelando que antes da introdução da palavra camponês e campesinato no vocabulário brasileiro, ocorrida nos anos 1950, os camponeses eram denominados por caipira, caiçara, tabaréu, caboclo²¹⁴. Martins também recuperou o sentido político do camponês e do latifundiário, como sujeitos sociais, cujas denominações, para o autor, são palavras políticas que conferem unidade à luta camponesa.

Neste sentido dirigiu uma crítica a leitura de Caio Prado Júnior (1966) e José Graziano da Silva (1980), e à historiografia brasileira, críticas também presentes na tese do próprio Martins (1979), em *“O Cativo da Terra”*:

Caio Prado Júnior, questionou em tempo o caráter metodologicamente insustentável dessa transposição mecânica no seu entender, não tivemos nem temos no Brasil nada que se pareça ao camponês dessas concepções políticas.

Tal camponês seria personagem de uma estrutura feudal ou restos do feudalismo, o que no entender daquele autor não tem cabimento. De um lado, porque o fazendeiro era um homem de negócios. De outro lado, porque as chamadas relações feudais ou semifeudais como as várias formas de parceria assimilam-se antes ao assalariado.

Não estou de acordo com esta formulação, como não estou de acordo com aquela outra que essa pretende criticar (...) (Martins, 1983:23)

Imbuído do comprometimento com a luta política camponesa no Brasil, trouxe a discussão do campesinato para o debate acadêmico, ressaltou que,

²¹⁴ Conforme referenciado por Martins (1983:21-23) nas leituras de Câmara Cascudo (1972); Amadeu Amaral (1955); Valdomiro Silveira (1974); Edilberto Trigueiros (1977) e Antônio Cândido (1964).

até aquele momento, a Guerra do Contestado e a Guerra de Canudos conflitos que envolveram camponeses não tinham recebido destaque em teses e artigos acadêmicos (*Idem*:26-27) e analisou as contradições do capitalismo, revelando a necessidade e importância de ouvir aos camponeses²¹⁵ e entender a resistência do camponês à expropriação, ao capital.

Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir do próprio discurso dos agentes sociais. Quer dizer isso e muito mais quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala do camponês ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la. E isso somente será possível se entendermos que a resistência do camponês; que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital. (Martins, 1983:18)

A partir do campesinato geraizeiro, esse capítulo é especialmente dedicado à compreensão das consequências da *grilagem judicial*, e busca entender como a *retaliação fundiária* atravessou o regime de uso comum das terras *soltas* dos gerais interferindo nos códigos costumeiros de uso e transmissão da terra.

É necessário explicar a posição social dos geraizeiros relação com a sociedade em que estão inseridos. Se por um lado têm sido desvalorizados pelo processo hegemônico, por outro lado, são eles os responsáveis pela manutenção de um conjunto de práticas sociais que garantem produção de alimentos,

²¹⁵ Em março de 2017, o sociólogo Professor Emérito Dr. José de Souza Martins ministrou a Aula Magna na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas explorando "*A temática do homem simples no desenvolvimento das Ciências Humanas na Faculdade de Filosofia da USP*" nesta aula, que tive o privilégio de assistir presencialmente, ele analisou que na fala dos camponeses pode-se encontrar a explicação sociológica, antropológica (e acrescento também geográfica), "daquilo que se está falando". Então, na fala dos camponeses que localizei inspiração para o título desta tese "*recantilados*" assim, os geraizeiros interpretam o processo de grilagem das terras de uso comum pelo qual estão atravessando. Também nessa aula do professor Martins, ouvi da sua boca a leitura de uma canção popular do Norte de Minas, "*Bandeira do Divino*", com ouvidos mais atentos, conscientes e críticos que aqueles que ouvia antes de passar pela trajetória de filha de camponeses (portanto camponesa), que teve o privilégio de estudar Geografia na Universidade e também a partir dessa experiência ter vivências com os movimentos sociais no campo. Ouvi essa canção atenta ao processo e a posição dos camponeses nesse movimento. Com isso, justifico a inserção dessa canção como epígrafe da tese, trata-se de uma referência aos movimentos populares no campo que "*os afasta do misticismo e os aproxima da política*", conforme analisou Martins.

manutenção das fontes de água, da vida, biodiversidade, saberes e culturas no Norte de Minas. Neste sentido é indispensável retomar o pensamento de Marx:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. (MARX, 1987:27)

Nessa direção, para entender quem são os camponeses dos gerais foi de grande importância dialogar com o conceito de *modo de vida camponês* elaborado por Marques (1994)²¹⁶.

Dentro da lógica de construção da “*amnésia social*”, a história oficial de Grão Mogol, praticamente tem ignorado a existência social dos camponeses geraizeiros, em nome de enaltecer os tempos da exploração do ouro e diamantes e reificar essa memória dos tempos do Barão de Grão Mogol – considerado pelos memorialistas locais como figura ilustre, inclusive porque arregimentou tropas de negros escravizados para enfrentar a morte na guerra do Paraguai. O campesinato geraizeiro alimentou com o suor de seu trabalho, a produção curraleira, as grandes lavouras de café e algodão dos latifundiários do Norte de Minas, foi também dos moradores das grotas que saíram a mão de obra dos vaqueiros, a produção das casas de farinha, dos engenhos de rapadura, da produção do leite e derivados e sobretudo, a mão de obra para o garimpo. Evidentemente, que no largo decurso da história, a população negra escravizada, ocupou papel central nessa produção, em paralelo as posses livres camponesas foram se estabelecendo.

Para tanto, foi possível considerar que por volta de meados do século XIX, a coexistência social do campesinato geraizeiro foi que permitiu a constituição dos grandes proprietários rentistas, pecuaristas e mineradores. É possível considerar que a *grilagem judicial* consistiu em uma prática de apropriação de imensas áreas que incluíam terrenos privilegiados em recursos minerais.

²¹⁶ MARQUES, Marta Inês, Medeiros, *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. Mestrado em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 1994. Orientador: Ariovaldo U de Oliveira.

Mas, naquele período, na primeira metade do século XX, a existência dos camponeses nas terras – mesmo que em áreas muito limitadas, *retaliadas*, fatiadas, alheias ao uso historicamente constituído – era fundamental para a reprodução social desses fazendeiros, que necessitavam explorar tanto a mão de obra camponesa nas lavouras e na atividade pecuária, como a produção de alimentos vendidos nas movimentadas feiras de Riacho dos Machados, Grão Mogol e Montes Claros.

Observa-se aí o carácter contraditório da produção capitalista na agricultura, a existência de renda pré-capitalista, as formas particulares de renda da terra – renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro – manifestam-se no campo e na cidade, ou seja, emergem “*onde a terra é propriedade privada de uma classe ou fração de classe, particularmente também onde impera o modo capitalista de produção*” (Oliveira 2007: 43-44.) Ou seja, a renda da terra camponesa forma-se na produção e tem suas origens no trabalho do camponês para produzi-lo. No produto, quando o camponês transfere uma parte de seu trabalho aplicado na produção à sociedade, mas, se não possui a terra deve transferi-la também a aquele que detém a propriedade. Em uma situação em que o camponês é posseiro ou dono da terra ele vai ao mercado e leva seu produto ao mercado. Então ele doa à sociedade sua renda da terra, como pode também não o fazer (*Idem*).

Na fração territorial de análise, a partir da organização da luta no campo, com destaque para o processo de luta pelas terras da *Fazenda Tapera e do Assentamento Americana*, iniciado nos anos 1990, também influenciados pela crescente organização geraizeira no Alto Rio Pardo, estudos acadêmicos passaram a evidenciar as lutas geraizeiras conferindo-lhes visibilidade enquanto sujeitos políticos, também nesse âmbito da universidade. Desse contexto em diante, tendo em vista a importância política dos movimentos populares de luta por terra água e território, MST, Movimento Geraizeiro, Atingidos por Barragem, dentre outros sequer os próprios poderes locais não podem mais ignorar a sua existência como agentes políticos. No contexto dessa tese, isso ficou evidente no último pleito eleitoral de 2016, em Grão Mogol, bem em outros municípios vizinhos, onde as elites políticas locais, trataram de inserir militantes políticos geraizeiros nos quadros de vereança nas suas coligações que envolve os mais

variados partidos. Entendo que no projeto desses poderosos locais, está clara a intenção de cooptar ou deslegitimar a ação de quadros militantes, aproximar-se dos votos nas comunidades e galgar o poder.

A partir das lutas e da organização política geraizeira eles conseguiram pautar a retomada do *Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*. E passaram a acessar projetos e políticas públicas para os municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis – tais como as Hortas PAIS desenvolvida pela AEDAS através do MAB, ônibus escolar e barracas de feiras e cestas básicas, através de diálogo com deputados estaduais e federais que apoiam a luta e através do diálogo com quadros militantes que ocupam cargos no atual governo. Essas conquistas, embora não representem a retomada das terras e expulsão das empresas invasoras e dependam de uma conjuntura específica de governo, são significativas porque simbolizam o rompimento da dependência exclusiva dos poderosos locais, ou da intermediação dos mesmos com os políticos das esferas estadual e federal. Esse diálogo direto que os camponeses estabelecem com as esferas de poder chega ao nível de incomodar esses tradicionais políticos dos municípios referidos.

Todo o processo histórico de privatização das terras e desenvolvimento das formas de reprodução ampliada do capital nos gerais, analisado nesta tese, no bojo dialética da *retaliação fundiária*, tem produzido resistências camponesas, indígenas e quilombolas, que expressam a contradição e a luta de um povo que reclama por produzir nas terras, e que elas sejam “soltas”. Nesse embate, através da luta territorial o campesinato geraizeiro do Norte de Minas tem logrado enriquecer o debate das lutas *socioterritoriais*, porque reclamam terra, território e preservação dos modos de se relacionar com as particularidades ecológicas do meio onde vivem e reproduzem a vida, questionando a justiça, as leis, impondo-lhes novas reflexões, sendo assim questionando a posição de *recantilados* em que foram colocados pelo desenvolvimento do capitalismo rentista e da aplicação do Direito.

6.1. A Vida Camponesa nas Terras Soltas dos Gerais

Em meados do século XIX, na porção territorial de análise, muitas porções terras devolutas tentaram ser apropriadas pelos latifundiários, as

declarações ao Registro Paroquial de Terras da Vila de Santo Antônio de Grão Mogol evidenciaram essa tendência. Todavia, efetivamente, o domínio e a efetiva ocupação dessas terras não foi concretizado pelos latifundiários, uma vez que o número de grandes fazendas e fazendeiros, no período que se sucede não é tão expressivo quanto as declarações feitas ao Registro do Vigário. Tornando então necessário que os rentistas locais buscassem na *grilagem judicial* através dos processos divisórios a delimitação de fazendas com o mesmo nome e de outras inexistentes.

Assim, compreende-se que a apropriação territorial no Norte de Minas encerra um conteúdo em que as relações sociais no interior da produção capitalista, não são determinadas pela produção de mercadorias e sim pela apropriação rentista. Cujas dinâmicas foram se constituindo pela regulação imposta pela Lei de Terras de 1850:

(...) A instauração da propriedade privada da terra, no plano jurídico, pela Lei de Terras de 1850, não constituiu nem o princípio desta instituição nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse, por ocupação, das terras devolutas. (MARTINS, 1975:46)

Neste limiar estão as bases para a afirmação do campesinato geraizeiro e do regime de uso comum da propriedade no Norte de Minas Gerais. Obviamente atrelado às relações desiguais e combinadas com o latifundiário.

O monopólio sobre a terra é outra questão investigada por Martins (1979; 1981; 1994). Ele ressaltou que desde a Lei de Terras que concedeu o direito de confirmação das posses aos fazendeiros permitiu-se o monopólio da classe sobre as terras, consolidando assim a desigualdade de direitos entre os posseiros e fazendeiros:

Do mesmo modo, a concessão da sesmária tinha procedência legal sobre direitos de posseiros, não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tomara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros com agregados. De qualquer modo, se não lhe conviesse mantê-los no interior da propriedade estava obrigado unicamente a indenizá-los pelas benfeitorias, como a Lei de Terras o confirmará, a posse do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos. *Com isso, os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada e não pública [...] a relação*

era essencialmente de troca de serviços e produtos e por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos. (MARTINS, 1981:38)

Neste contexto, Martins conduz a uma imprescindível reflexão acerca das origens sociais do campesinato tradicional:

(...) o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados (...) Um terceiro grupo veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial: o dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro (...)" (*Ibidem*:32-34)

Por sua vez, Correia de Andrade (1982) reconhece que no período colonial, a terra não foi ocupada e conquistada apenas pelos sesmeiros com os seus subordinados:

Pessoas humildes de espírito independente, não desejando submeter-se às ordens e aos caprichos dos poderosos, arriscaram-se pelo interior e se estabeleceram em pequenas posses, posteriormente chamadas de sítios, dedicando-se à caça, à pesca, à coleta, e às culturas de subsistência, vivendo à margem da economia de mercado e fazendo uma pequena criação, sobretudo de animais de pequeno e médio porte. Não dispoñdo de influência política nem de facilidade de acesso às autoridades, não tinham títulos que legitimassem o seu direito à terra, quando os sesmeiros se aproximavam de suas posses eram intimados a se submeter, passando a pagar foros, ou migravam para terras ainda não desbravadas. (ANDRADE, 1982:138)

A formação do campesinato geraizeiro insere-se nesse contexto, em cujas bases se assenta a formação do campesinato brasileiro, em uma composição diferenciada de acordo com as distintas formas de se relacionar com a terra:

[...]não somente os agregados constituíam o campesinato da época. Também havia os posseiros e os sitiantes. Ambos às vezes se confundiam, porque a condição de posseiros dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio, ou roçado. (Martins, 1981:32-34)

Em razão destas diferentes formas de se relacionar com a terra que os posseiros, arrendatários e pequenos proprietários desempenharam distintas

estratégias de luta pela permanência na terra. Sendo um sujeito social produzido no interior das contradições do capital, que a figura do posseiro tem destaque para Martins:

[...] o posseiro não deve ser confundido com o agregado, figura que vai desaparecendo do nosso mundo rural: este é o homem que mora na propriedade do fazendeiro com direito de fazer sua roça e com a obrigação de prestar serviços ao proprietário, como trabalhador ou capanga. Não deve também ser confundido com o arrendatário ou com o parceiro (...)(*Ibidem*:103-104)

Para Martins, primeiramente, existia a “*dimensão funcional da existência do posseiro*” que o tornam “*produto das próprias contradições do capital*”. Daí a relação do posseiro com a terra ser mediada pela relação de trabalho estabelecida na contradição do capitalismo no campo no Brasil:

Na verdade, o posseiro não valoriza a terra como terra. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho. Um posseiro, depois que limpa uma área e passa para uma área mais adiante (porque a agricultura do posseiro em geral é uma estrutura itinerante, a não ser em áreas onde haja restrições muito definidas a isso), não abre mão da área que já limpou antes. Porque ali estão contidos os seus serviços. (*Ibidem*:116)

Coube a esse sujeito social, o camponês posseiro, a efetiva ocupação e uso das terras livres, consolidando o regime de uso comum das terras devolutas, como forma de ocupação naquela fração do território estudada ²¹⁷. Às terras livres

²¹⁷ “Diferentes pesquisadores têm assinalado conflitos fundiários em áreas em que ainda prevalecem concepções relativas ao que se chamava, no período colonial, terras do comum uso público ou, simplesmente, terras do comum; terras de locais em que as autoridades não podiam conceder datas ou sesmarias. Não eram, propriamente, terras comunais, mas terras destinadas expressamente pelas câmaras ou pela Coroa ao uso comum dos moradores, quando coubesse. Houve áreas em que as terras do comum eram destinadas especialmente aos animais dos tropeiros, como houve áreas que eram destinadas seja à agricultura seja à coleta de produtos vegetais por parte dos que não tivessem outros meios de fazê-lo. Em relação à sobrevivência dessa instituição, cf. Andrade (1981, esp. p. 8-10); Alfredo Wagner Bero de Almeida (1989, p. 163-196). Sonia Lacerda, Eduardo Graziano e Margarida Maria Moura observaram no Jequitinhonha, em Minas Gerais, o costume ancestral da posse em comum das terras de chapada, como contrapartida e complemento da posse privada das grotas ou veredas (cf. Lacerda, 1983; Graziano, 1982; Moura, 1988, esp. p. 125 ss.). Esse mundo rústico, dotado de lógica própria, sobrevive (e se recria) não só nas frentes de expansão, mas também “em bolsões de resistência (testemunhas vivas de outra época) nos interstícios dos amplos latifúndios” (cf. Cardoso, 1979, p. 92). Além das terras do comum ainda na posse de lavradores que se creem com direito a seu uso com base no costume, há no Brasil terras legalmente insuscetíveis de apropriação privada, como as terras de marinha e as terras do Distrito Federal, que, devido ao desmantelamento das instituições relativas às terras do comum, estão geralmente na posse de moradores ricos por óbvias razões políticas. Nessas terras, o Estado ainda mantém o domínio, como ocorria no regime sesmarial”. (MARTINS: 1996:61)

camponesas podem ter se somado o fracionamento de grandes propriedades em unidades menores através de herança, e também alguns territórios quilombolas, como do Peixe Bravo e Lamarão, que apresentam características que remetem a ocupação dos afrodescendentes que resistiram à escravidão.

Os elementos que se destacam na caracterização da produção camponesa foram apontados por Oliveira (1997 *apud* Tavares dos Santos, 1978): *a força do trabalho familiar* como motor do processo de trabalho na produção camponesa, muitas vezes articulada com outras relações de trabalho (assalariado, ajuda mútua e parceria); *a presença periódica do trabalho acessório*; *a socialização do camponês* em que o processo de procriação e socialização das crianças permite a reprodução e complementação do trabalho familiar; *a propriedade dos meios de produção*, na sua maioria produzidos pelos próprios camponeses; *a jornada de trabalho* que pode variar segundo a época do ano e segundo os produtos cultivados e; *a propriedade da terra*, como terra de trabalho não como instrumento de exploração, sendo que a diferenciação interna dos camponeses parte desta condição da propriedade e/ou posse da terra. “Desse processo nascem os camponeses – proprietários, os camponeses – parceiros, os camponeses – rendeiros e os camponeses – posseiros.” (OLIVEIRA, 1997:63)

No costume geraizeiro, historicamente, tem sido central o uso da terra diferenciado das porções geomorfológicas do cerrado (grotas, barrancos e chapadas). Conforme destacou Thompson (1998:120) “[...] o emprego do direito comum e as tradições orais em torno desses direitos são tão específicos e tão locais quanto as características geográficas.” O extrativismo e a pastagem com o gado “na solta”, caracteriza a produção camponesa no regime de uso comum nas terras de gerais, as chapadas. Na fração territorial de análise estudada, costumeiramente, o campesinato geraizeiro ocupa para morada a grotas, que é a porção do relevo próxima aos riachos, córregos e ribeirões e a escolha da grotas de morada é livre, desde que não constitua a morada de outra família. (Vide Figura 33)

Um único curso d’água pode abrigar dezenas de famílias ao longo das suas margens e barrancas (conforme observei nas grotas do Córrego dos Bois, Córrego da Lapa, Lamarão, Buriti, Curral de Varas, Córrego Cancela dentre

outros). Nas grotas, próximo às habitações são construídas a casa de morada, a casa de farinha, o forno para assar biscoitos e bolos, e o engenho de moer cana-de-açúcar, o curral (quando a unidade familiar dispõe desta estrutura), o chiqueiro dos porcos, o paiol para armazenar o milho. Também na grotas são criados pequenos animais, como galinhas e porcos, são cultivadas pequenas hortas de temperos e plantas medicinais, também próximo das habitações é comum a existência de árvores frutíferas (mangueira, laranjeira, limoeiro, cajazeiro, jabuticabeira, cajueiro), vide Figura 34.

Figura 33 - Ocupação e Uso Tradicional Geraizeiro das Porções do Cerrado na Fração Territorial de Estudo

Figura 34 - As terras de morada e trabalho do campesinato geraizeiro nas grotas e nos gerais

E nos barrancos, porção do relevo ligeiramente íngreme, são cultivadas as roças de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e milho. Quando na grota existem várzeas ou “brejos” é cultivado o arroz (Figura 35). Determinadas grotas não dispõem de barranco íngreme, as áreas de roças então são chamadas de “corroadas” onde cultiva-se as roças.

Figura 35 - Agricultura Geraizeira nas Várzeas, Barrancas e Chapadas (2016 e 2017)

As chapadas tradicionalmente são terras de uso livre para a coleta de frutos, remédios, ornamentos, matérias-primas diversas para construção de estrutura de casas (mourões, caibros e ripas), utensílios e utilitários domésticos (cabaças, gamelas, colheres), móveis (mesas, bancos e cadeiras, prateleiras) e até brinquedos para as crianças. As chapadas são também o local de criação do gado na solta. Todavia, como consequência da *retaliação fundiária* que restringiu a escolha livre as grotas, uma das estratégias dos camponeses para manter a agricultura é apropriar-se das chapadas para produção dos alimentos e morada, além do projeto das hortas PAIS.

O camponês dos gerais é um profundo conhecedor das frações do território onde habita e reproduz a vida, conhece com habilidade a “geografia” dos gerais, as características dos ambientes e os recursos disponíveis, as formas de acesso, quem habita, onde habita e o que produz. Vive num aparente isolamento, mas, na verdade, forma núcleos de convívio em comunidade, geralmente ligados por relações de parentesco e distribuindo as habitações ao longo do curso dos córregos, ribeirões e rios, onde cada unidade familiar encontra-se articulada por suas vizinhanças, com quem compartilha o trabalho na terra:

O indivíduo, aqui, nunca pode aparecer no completo isolamento do simples trabalhador livre. Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho. Reciprocamente, a existência efetiva da comunidade é determinada pela forma específica de sua propriedade (...) (MARX, 1986a:78).

Apesar de todas as interferências introduzidas pela *retaliação fundiária* e das transformações causadas pela invasão das empresas de produção de carvão para as siderúrgicas – ambos processos permeados pela prática da *grilagem judicial* – nos levantamentos em campo foi possível identificar nas práticas camponesas de produção do campesinato geraizeiro, o indispensável vínculo entre os membros da comunidade. Como por exemplo, a ajuda mútua em práticas da agricultura tais como: na prática de “tombar a terra”, em que um camponês que tem animal e arado coopera com o outro com esses recursos e o próprio trabalho para arar a terra; ou aquele que ainda dispõe de uma área de pastagem empresta sua área para o outro que não dispõe da terra suficiente possa criar suas reses; no compartilhamento de frutos coletados nos gerais e também cultivados nas roças e hortas, como abóbora e mandioca; no compartilhamento de ferramentas e utilitários; no transporte e locomoção, uma vez que, as distâncias entre as comunidades são consideráveis, e esse recurso é indispensável para as pessoas que precisam se deslocar das grotas para o povoado de Vale das Cancelas ou até a cidades de Grão Mogol, Salinas ou Montes Claros. Quando o transporte era menos acessível, alguns camponeses explicaram que andavam a pé por dezenas de quilômetros para ir à feira a

Grão Mogol no sábado. Dona Vicença, moradora da grota do Buriti, é uma dessas pessoas, contou que carregava farinha desse lugar até a cidade de Grão Mogol para vender na feira uma das farinhas mais procuradas pelas famílias da cidade.

Atualmente, a colaboração entre os membros da comunidade reaparece de forma mais expressiva, nos processos de luta por terra e território, como elemento intrínseco à dialética do processo de *retaliação fundiária* onde os membros estão organizados politicamente pelos movimentos sociais (MAB ou Movimento Geraizeiro) e também pela ação da CPT e dos projetos do CAA, parecendo fortalecer-se ou ser resgatada. Assim, a ajuda mútua ressurgiu em atividades de infraestrutura como instalação de canos, bomba d'água ou cisterna, nos mutirões para fazer as hortas PAIS (Figura 36). As quais, no presente, revela a introdução de novas práticas de cultivo, contudo, sem dispensar os saberes tradicionais dos geraizeiros e a colaboração dos membros da comunidade envolvendo desde os vizinhos e até de outras grotas, ligados por relações de parentesco e conhecimento mais remoto ou pela organização política das comunidades. O Mapa 16, identifica as localidades onde o projeto das hortas PAIS foi instalado.

Assim, a reprodução do indivíduo nos gerais, parte de uma lógica comum, estar nos gerais, é estar de alguma forma, articulado com a comunidade. Uma vez que a unidade familiar se articula com o grupo social, construído pelo regime de uso comum nas terras soltas dos gerais, nas barrancas e nas vazantes dos rios e ribeirões, nas chapadas e na mata seca da caatinga. Os Campos Gerais são terras, como diz o próprio nome, gerais, terras de uso comum, não são particulares, conforme explicou Porto Gonçalves:

Os Campos Gerais, denominação que aparece no Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Roraima etc. não têm uma especificidade ecológica. Procure-se nos livros de Biogeografia e de Ecologia a caracterização desse possível bioma e nada teremos. É que Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum, geral das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns.

Deste modo, em vastas porções do território brasileiro temos, para além do latifúndio, as terras comunais, que eram as terras públicas...gerais. É ali que se vai pegar a lenha. É ali que se vai pegar a madeira para fazer um utensílio doméstico. É ali que se vai pegar uma erva para fazer um remédio. É ali que se deixa alguma cabeça

de gado pastando à larga, enquanto se planta no brejo, na várzea, ou na encosta. (PORTO GONÇALVES, 2000:08-09)

Figura 36 - A Construção e Produção nas Hortas PAIS

O camponês geraizeiro vive um *modo de vida* ditado pela cultura, pela história, pela organização produtiva em simbiose com o meio e seus ritmos sazonais. Historicamente, a reprodução desse *modo de vida* do camponês respeitou os limites colocados pelas condições ambientais e suas variações periódicas; o cultivo nas várzeas (onde constatou-se o cultivo de variedades de arroz crioulo), do extrativismo de frutos do Cerrado, a criação do gado “à solta” nas chapadas.

Mapa 16 - Famílias beneficiadas com as Hortas de Produção Agroecológica Integrada Sustentável, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, MG, 2017

Além do Norte de Minas, o regime de terras soltas, pode ter predominado em toda a região curraleira do Nordeste, onde tem continuidade desta prática, conforme escreveu Marta Inês M. Marques:

Os limites das concessões eram bastante imprecisos. Seus pontos extremos eram firmados a olho, uma árvore, um curso d'água, um morrete etc. Os concessionários ignoravam onde realmente terminavam. Daí a observação de P. Deffontaines de dar-se a denominação de "gerais" aos campos de criatório.

Não havia cercas delimitando as fazendas. À época das primeiras sesmarias chegou-se mesmo a deixar uma légua de terra devoluta entre uma data e outra para evitar que os rebanhos se misturassem. Restou o hábito da *terra solta*, embora o avanço do povoamento na área não permitisse mais a separação dos rebanhos, que passaram a pastar juntos. A pastagem torna-se, então, de uso comum entre as fazendas. (MARQUES:1994:36)

Na fração territorial de estudo, os currais de pedras eram construídos, não como cercas para separar as fazendas, e sim como obstáculo para que o rebanho não atravessa-se para áreas de pastagens indesejadas pelos criadores. Ainda é possível localizar em algumas áreas os antigos currais de pedras (Figura 37), como testemunho de uma época remota de predomínio da produção curraleira, que atravessou os séculos e permanece viva tanto na memória, quanto na prática agropecuária dos poucos geraizeiros que, apesar da *retaliação fundiária*, conseguiram manter essa prática nas fatias limitadas de terras a eles destinadas. Os próprios topônimos (*Ribeirão Vacaria, Córrego Curral Novo, Córrego Cancela, Córrego Curralinho, Riacho dos Bois, Curral de Gerais, Gado Bravo*) são evidência da importância dessa atividade que se desenvolveu concomitante à exploração de ouro e diamantes nas terras da Comarca de Grão Mogol.

Pelo menos até a invasão das empresas de produção de carvão vegetal, a partir da década de 1960, além das terras livres das chapadas serem utilizadas para a pecuária, os povoados de Vale das Cancelas e Bocaina (Grão Mogol), serviam de parada para as imensas tropas de gado e mantimentos que percorriam os trechos de Almenara/MG a Curvelo/MG, e de Itapetinga/BA a Curvelo/MG. Conforme ressaltaram as pessoas entrevistadas informalmente.

Essa atividade pecuária, que remonta de tempos remotos e produziu uma cultura específica geraizeira, também assentada no extrativismo e na agricultura, foi atravessada violentamente pela invasão das empresas de

monocultivo de madeira e produção de carvão para as siderúrgicas, ou seja, pelo “Correntão” da SUDENE e da RURALMINAS. Conforme sintetizam os geraizeiros e geraizeiras em suas falas: *“A firma não deixa mais criar gado na solta, naquela época todo mundo tinha suas reses”* (Geraizeiro morador da grota no Córrego Cancela, 2016).

Figura 37 - O Curral de Pedras nas Terras do Buriti da Geraizeira Vicença Maria de Jesus

Outra camponesa moradora do Lamarão traduziu a sua compreensão acerca do direito, historicamente construído e baseado nos costumes, e respeitado por todos, até a invasão das empresas, interferindo severamente na prática da pecuária.

“A chapada aqui de primeiro, toda vida o povo morava aqui era assim, eles trabalhavam nas grotas, na chapada eles soltavam criação todo mundo junto, não tinha exigência não tinha nada, mais só que todo mundo respeitava seu direito, que na frente da sua casa era seu. [...] quando eles vieram plantar esse eucalipto eu tinha treze anos. [...] eles chegaram foi assim, eles vinham roçava calado, ou então era para ninguém das roças, ninguém do lugar botá fogo, nem soltar criação para chapada e nem também as pessoas ficarem andando, que até isso era proibido na época que eles chegaram aí... teve uma época aí que eles proibiram o povo de ficar andando na chapada dentro do que era deles, só que ninguém sabia de nada, ninguém vendeu, teve gente aí que fez “gambiarra” mais o povo do lugar mesmo não sabe. Então isso acontecia. Agora o quê que aconteceu, quem tinha seu gado para não ver morrer de fome, porque como é que nós criamos aí umas dez, vinte cabeças de vaca só no pedacinho que a gente está aqui, sem ter lugar de comer sem nada, o povo foi pegando foi tirando, vendendo, tirando, matando, aí foi e não tinha como criar vaca. Muita gente não quis tirar o gado, ficaram segurando, danou-se veneno na chapada inteirinha, os que

saíam também não escapavam porque comia e morria". (Maria, moradora da comunidade de Lamarão, 2013)²¹⁸.

Na *Fazenda São Francisco*, um dos camponeses que teve suas terras invadidas pela empresa Florestas Rio Doce S/A, e vive em uma demanda com as firmas, mantém a criação de um "gadinho" na solta, entre os gerais e o monocultivo de eucalipto (Figura 38). Entendo esta prática como uma forma de resistência, uma vez que compreende esse "gerais" como seu, não aceitou ser subjugado pelas empresas invasoras, todavia, corre o risco de perda de seus animais por envenenamento pela pulverização de agrotóxico nesse monocultivo. E também pelos roubos de animais (cavalos e gado) também recorrentes na área, cujos praticantes desse ato são pessoas que os camponeses identificam como prováveis moradores do povoado Vale das Cancelas, porém não têm os meios de provar e tampouco de coibir essa prática. No lugar Cancela o morador teve que cercar uma porção de gerais, que reconhece como seu, ainda assim, os ladrões rompem as cercas e cadeados, conforme verifiquei em campo. Entendo que essas práticas se inserem no processo de ruptura dos costumes e desagregação social introduzida pela invasão das empresas que desarticulou as relações sociais estabelecidas historicamente entre os membros daquelas comunidades, e impuseram novas formas de convívio e relacionamento, inclusive trazendo pessoas de "fora".

²¹⁸ Fala extraída do Relatório das Oficinas de Autodemarkação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, CAA, 2015.

Figura 38 - A tradição curraleira e a criação do gado na solta e o entrave aos costumes

Outra prática introduzida nas terras camponesas é a construção de pequenos fornos para produção de carvão. Algumas das unidades camponesas que visitei em campo, possuem um forno para a produção de carvão vegetal (Figura 39), que eles vendem para o comércio local ou na BR-251 que corta os povoados Vale das Cancelas e Bocaina. Embora não tenha aprofundado-me nesta questão nas entrevistas, é evidente que se trata de conseguir uma forma de incrementar a renda familiar, para abastecer minimamente da cesta básica, uma vez que o “*recantilamento*” nas grotas, a invasão das áreas de roças e até dos quintais pelas empresas, alterou totalmente a produção de alimentos, como arroz, feijão, milho, mandioca, café, a criação do gado na solta, a coleta de frutos no cerrado, o regime das várzeas, que garantia alimentos em quantidade e qualidade suficientes para garantir o

abastecimento da família e a venda do excedente para adquirir algum gênero de primeira necessidade.

Figura 39 - Produção de carvão nas grotas comunidade Cancela e Buriti, 2016

Por tudo que tem sido tratado, a questão da apropriação das terras dos gerais, tem consequências muito graves, como também, tem interferido em um conjunto de práticas socialmente construídas vinculadas à forma comum de apropriação das terras, a questão da alimentação é uma delas, e que deve ser colocada, em pauta nas análises²¹⁹ de questão agrária:

²¹⁹ Como têm sido analisados nos estudos sobre o impacto do uso de agrotóxicos realizados pela Prof. Dr^a. Larissa Mies Bombardi na Geografia da USP, BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). Direitos Humanos no Brasil - 2012. 1 ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1, p. 75-86 e na área da Saúde Comunitária da UFC os estudos de RIGOTTO, Raquel Maria (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612p.

A riqueza do regime alimentar da região é, ao mesmo tempo, a expressão maior do cruzamento da questão social com a questão ecológica, posto que o alimento é a energia que o corpo humano necessita, como qualquer outro ser vivo. O regime alimentar, tecido ao longo dos séculos pelos Geraizeiros, pelos Caatingeiros, pelos Vazanteiros, é o resultado do modo como essas populações se apropriaram das diferentes condições naturais que a região oferecia, seus brejos/várzeas, suas encostas, suas chapadas, seus cerrados, suas matas secas, suas caatingas ensejando seus sistemas agrícolas.

Deste modo, mais do que a pecuária do que a região, sem dúvida, tem uma tradição, há uma agri-cultura, há o requeijão, o queijo de Minas, o cuscuz, a rapadura, o licor de pequi, a cachaça, o charque, a farinha, o bolo de milho, além dos remédios ... É, sem dúvida, um regime alimentar dos mais genuínos, que se convencionou chamar a Cozinha Mineira que, por sua vez, foi desenvolvido nas brechas, nos interstícios da cultura dominante que era menos agro e mais pecuária. (PORTO GONÇALVES, 2000)

Acerca da questão alimentar típica em Minas Gerais, Josué de Castro (1967:261) escreveu que além do milho e do porco, os recursos alimentares foram fornecidos pela criação abundante de gado e o cultivo de variados produtos agrícolas (feijão, café, arroz, cana-de-açúcar):

(...) a couve mineira é componente habitual da dieta regional, servindo de boa fonte de sais e de vitaminas. Outras hortaliças, assim como as frutas, são de consumo mais amplo do que nas outras áreas até agora estudadas. Principalmente a laranja, o mamão, a banana e o abacate. Produtos da cana, como o caldo, o melado, e a rapadura são abundantemente consumidos em certas áreas mineiras, onde proliferam os pequenos engenhos de açúcar. (CASTRO, 1967:249)

Toda essa riqueza cultural e alimentar se fundou na possibilidade do campesinato geraizeiro acessar a terra. Conforme explicou Marques (1994:05), a condição fundamental para a existência do modo de vida camponês é o acesso à terra. O qual, pode permitir ao camponês, acessar diretamente as condições de trabalho que lhe assegura *“o seu modo particular de organização da produção, baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico.”*

Em algumas localidades visitadas em campo foi possível constatar a riqueza das condições naturais das áreas escolhidas sabiamente pelos geraizeiros como local de morada nas grotas. As várzeas que ainda não secaram pelo impacto do monocultivo de eucalipto, ainda são excelentes ambientes para produção de arroz crioulo, conforme observei na grotá do

Córrego dos Bois. Ao contrário da grota do Buriti, onde tudo o Córrego do Buriti está praticamente seco, e camponesa Dona Vicença recorda que tinha uma boa produção de arroz, conforme ela destacou que com água “*essas corroadas, produz qualquer tipo de mantimento*” (Dona Vicença, 2017)

Via prática da grilagem judicial, ao impor o regime jurídico da propriedade privada, a *retaliação fundiária* tem como uma das consequências a transformação do regime de uso das terras, orientando novas técnicas agrícolas de produção. Marques (*idem*:40) analisou que novas relações de produção foram introduzidas no Nordeste, nas fazendas de algodão, na segunda metade do século XIX:

A partir de tais mudanças o modo de vida do camponês sertanejo não é mais reproduzido nos mesmos moldes. Há um desajuste causado pela imposição, não raro através da violência, de novas práticas (a extorsão econômica, expulsão do agregado, e divisão das terras de uso comum) que violam normas costumeiras. Ocorre uma mais marcada estratificação social no contexto da fazenda. O grande fazendeiro do algodão ocupa uma posição destacada na escala sócio-política regional, o que o afasta ainda mais de seus dependentes. (*Idem*, 1994:40)

No Norte de Minas, a partir de 1860, a atividade algodoeira, teve relativa expressão comercial, todavia, não alterou a predominância da pecuária extensiva e da agricultura de autoconsumo. Embora com destinação comercial, a produção de algodão adaptou-se à estrutura existente (PEREIRA, 2007:35).

Uma geraizeira idosa com quem conversei, que atualmente divide morada entre o Acampamento Avilmar Ribeiro e o Povoado do Vale das Cancelas, detalhou o processo de transformações das relações sociais causados pela invasão das empresas. Ela contou que mudou para o Vale das Cancelas em 1990 para os filhos estudarem, mas antes desse período morava na chapada próxima da grota do Córrego Cancela. Essa camponesa descreveu que na sede da Fazenda Cancela (cujas terras localizam-se na área da inexistente *Fazenda Ribeirão de Areia* foram apropriadas por José Dumont e depois pela FRDSA), onde trabalhou muito na infância e juventude, em serviços domésticos, existia chácara de café, igreja católica, pouso de gado e vaqueiros de toda região. Seus avós “*apanhavam café*” na fazenda Cancela, que era vendido na feira de Riacho de Machados, que anteriormente tinha muito movimento “*era muito famosa, tinha mercadinho e o povo vendia as*

coisas tudo". Com a invasão da Florestas Rio Doce S/A houve destruição do casarão, do moinho, de triturar café e fubá, na Fazenda Cancela. O fubá era destinado aos trabalhadores. Sobre os patrões (família Dumont) reconheceu que eram bons, que vendiam aos trabalhadores mercadorias dentre os quais o sal cujo acesso era muito difícil que naquele período.

Identifica-se nessa descrição a relação de dependência estabelecida entre o fazendeiro e o camponês posseiro livre, em que para o primeiro era imprescindível a existência do segundo produzindo alguns gêneros e adquirindo outros.

A geraizeira ainda descreveu que antes da invasão das empresas de produção de carvão *"as casas não tinham porta, era um sossego"* e que na comunidade Batalha:

*"[...] tinha muita água, o gado ia pastar lá era muita água".
"Teve um moço na Boa Vista chamava 'Nicolas' ou 'Nico'. Eles mandaram queimar seu barraco ... as trilhas foram fechadas, não podia passar, principalmente as mulheres, não podiam andar sozinha".*

As mudanças drásticas trazidas pela empresa afetaram além do convívio social e as relações de trabalho combinaram relações não-capitalistas de exploração, conforme também descreveu a camponesa:

"Quando vim pros Vales (das Cancelas), já tinha colhido os primeiros cortes. Cheguei a trabalhar na carvoaria. Trabalhava com os filhos, eu e meus três filhos trabalhava na carvoaria. Todo dia derrubava 50 pés de eucalipto. Não tinha salário, ganhava por 'tarefa', se fizesse tudo ganhava se não perdia, se não concluísse a tarefa, não conclui-se não recebia". (Camponesa Geraizeira do Acampamento Avilmar Ribeiro, 2017)

Outra camponesa, acampada na mesma área, explicou que seu trabalho nos plantios de eucalipto consistia na cata de insetos, passava o dia inteiro catando uma espécie de inseto que afeta o monocultivo e depositando em garrafas "pet". O pagamento por esta atividade era baseado no cumprimento da "tarefa" preestabelecida na empreitada com a empresa.

Também a destruição da paisagem do Cerrado, que também era fonte de alimentos, remédios dentre outros foram lembrados na fala da Camponesa Geraizeira acampada nas chapadas do Buriti Pequeno: *"Quando entraram na*

chapada era pequizeiro e jatobá, no começo não aproveitaram a madeira do cerrado só depois, eles empilharam e queimaram”.

O processo de transformações das relações sociais, verificado nos gerais, principalmente pela transformação do regime de uso comum das terras nos sertões da pecuária se aproxima das mudanças analisado por Marques, na Paraíba, no que tange à mudança no regime de uso e de propriedade:

Durante muito tempo nos Sertões, a riqueza foi o rebanho e não a terra. Isso explica o grande impacto da valorização das terras iniciado nessa época.

A partir de tais mudanças o modo de vida do camponês sertanejo não é mais reproduzido nos mesmos moldes. Há um desajuste causado pela imposição, não raro através da violência, de novas práticas (a extorsão econômica, expulsão do agregado, e divisão das terras de uso comum) que violam normas costumeiras. (MARQUES,1994:40)

As formas de organização da produção imediata do campesinato geraizeiro do Norte de Minas e as condições materiais de vida e de trabalho, as relações políticas e religiosas, o sistema de valores em que se apoiam e “*que lhes dá sentido*” foram analisadas com nos estudos de Dayrell (2000), Almeida Costa (2005 e 2011), Correia (2005), Carrara (2007), Machado *et. al* (2008), Mazzetto Silva (2009), Marcos Nicolau da Silva (2011) ²²⁰.

²²⁰ COSTA, J. B. de A. Cerrados norte mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, M. G. Tantos cerrados. Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia, Ed. Vieira. 2005. 348p.

CORREIA, J. R. Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG. Seropédica, RJ, UFRRJ, 2005. 249p. (tese de doutorado).

CARRARA, Álvaro Alves. Reconversão agroextrativista – perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas Gerais. 2007. 120 f. Dissertação – CDS, UNB, Brasília, 2007

COSTA, J. B. de A Tempo reversivo e espaço transfigurado etnocídio nas veredas do sertão. Campo Território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.6, n.11, p.161-193 fev.2011.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. in: LUZ, C; DAYRELL, C.A. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Goiânia, Agência Ambiental de Goiás. 2000.

DAYRELL, C. A. at al. **Populações tradicionais do norte de Minas: transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial**. Montes Claros, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2005. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeografado).

MACHADO, C. T. de T.; FERNANDES, S. G.; VILELA, M. de F.; CORREIA, J. R.; FERNANDES, L. A. **Caracterização dos sistemas de produção em propriedades de pequenos agricultores da Comunidade Água Boa 2, em Rio Pardo, MG**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. 59p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 229)

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo “O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais. Brasília. CONFEA, 2009. 264 p. (Pensar o Brasil – construir o Futuro da Nação.

MULS, Nair Costa. A formação de estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. Análise e Conjuntura, BH. V.5, p.94-109, set./dez. 1990

A imposição da divisão das terras de uso comum, o “*recantilamento*” dos geraizeiros nas grotas, e as novas relações de trabalho e convívio impostas pelas empresas articuladas com os poderes locais, a partir de políticas e instituições estatais nos diversos níveis de poder, causaram o desajuste dos costumes e do *modo de vida* geraizeiro. Uma das violências cometidas nesse processo que causa muita revolta aos camponeses é o desrespeito aos ambientes sagrados cemitérios e capelas, e árvores ancestrais (como o centenário pé de embiruçu marco natural da cabeceira do Córrego da Lapa, na estrada que liga as terras do Alegre ao Porto Mandacaru derrubado pela empresa NORFLOR recentemente) (Figura 40) eles apontaram em campo, diversos locais onde os eucaliptos foram plantados na área dos cemitérios (Figura 41). Há também no Lamarão a luta de uma geraizeira que enfrenta as empresas de mineração que pretendem apropriar-se de suas terras, a geraizeira mostrou muita preocupação na defesa daquele lugar sagrado, onde estão enterrados seus familiares e onde quer ter assegurado o direito de morrer em suas terras ancestrais e ser enterrada “entre os seus”.

O “*embiruçuzinho*” conforme se referem os moradores da cabeceira do córrego da Lapa, próximo a “Lapa dos Índios” tinha um grande valor simbólico, uma vez que fizeram questão de mostrar-me o local, nessa porção em meio ao monocultivo do eucalipto era um dos poucos remanescentes do Cerrado, para os geraizeiros vê-lo derrubado sem nenhuma necessidade além de uma violência brutal significou a eliminação de um marco natural divisório das terras livres da cabeceira do Córrego da Lapa. É possível também que esse simbolismo venha da ascendência indígena dos moradores da Lapa.

SILVA, Marcos Nicolau da. “Entre os brejos, grotas e chapadas: o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos Cerrados de Minas Gerais, BH, 2011.

Figura 40 - O pé de embiruçu marco divisório natural derrubado pela empresa

Figura 41 - Os lugares sagrados e a invasão das empresas

O desajuste causado afetou também as formas de lazer e sociabilidade dos geraizeiros, as formas de celebrar e festejar casamentos, batizados, festas juninas foram totalmente modificadas, em alguma medida desarticuladas do sentido que as moviam anteriormente. Muitos geraizeiros e geraizeiras, em suas falas identificaram a sede da Fazenda Boa Vista, atualmente abandonada (Figura 42) - também inserida nas terras da inexistente *Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia* - como local de festejos e celebrações, neste local também já funcionou uma escola para os camponeses. Identificaram o fazendeiro “Júlio da Boa Vista, como o dono do casarão da Vista, que tinha bastante gado, engordava porcos e que o leite do gado era destinado aos empregados beberem. E que a carne que o povo mais comia era de frango, conforme explicou uma geraizeira:

“Tinha muita fruta, sacos de laranja, fazia festa junina, andu, arroz e frango e era muito bom. Dancei forró demais na Boa Vista, fazia barraca de rama e ficava três dias forrozando, os que chegava primeiro dormia debaixo do pé de pequi. Nas festas de Bom Jesus ... os casamentos era assim chegava muito cavalo, os homens com as mulheres na garupa. Violão, sanfona, encontrava os noivos e soltava foguete e juntava para fazer o casamento, ia na rancharia, pegava as noivas, juntava ali e ia saindo os casais”. (Camponesa Geraizeira do Acampamento Avilmar Ribeiro, 2017)

Essa geraizeira também cantou trechos de cantigas populares cantadas nestes festejos. Em campo, nas noites que estive no Acampamento Avilmar Ribeiro pude participar de rodas de conversa, ao redor da fogueira, em que os geraizeiros e geraizeiras entoavam essas cantigas, improvisando versos, como dizem *“jogando versos”*, sobre o cotidiano geraizeiro, tais como a cantiga popular *“meu boi bebeu gabirola, lá no bebedor, meu chapéu cai, meu amor, panhô...”* como se buscassem reviver os tempos ainda muito vivos nas memórias dos mais velhos, no qual também querem transmitir às crianças e adolescentes acampados. Mesmo, os geraizeiros que aderiram à religião protestante, também faziam questão de participar e cantar e contar sobre os tempos anteriores à conversão religiosa.

Cabe esclarecer que no povoado do Vale das Cancelas, além de uma igreja católica, há também uma Igreja Congregação Cristã do Brasil, que parte dos geraizeiros reconhece que foi introduzida na Comunidade junto com a invasão das empresas, alguns a entendem como parte de um mesmo projeto de

invasão, outros não. Um dos acontecimentos verificados que podem confirmar esse fato, foi a expulsão de um geraizeiro dessa Igreja porque ele aderiu à luta geraizeira por terra e território, convertendo-se em liderança política e por isso foi convidado a deixar a Igreja Congregação Cristã do Brasil.

Em razão do desajuste causado pela *grilagem judicial* e pela *retaliação fundiária*, também algumas práticas de produção coletiva que reuniam as pessoas pelo convívio e trabalho foram enfraquecendo ou se perdendo em algumas localidades, tais como a feitura de farinha, biscoitos e rapadura, e a prática do alambicamento.

Na fração territorial de análise, os desajustes encontram as raízes na prática da *grilagem judicial* que remonta das primeiras décadas do século XX e que teve como consequência a *retaliação fundiária*. A aplicação das sentenças judiciais foram e ainda tem sido o ponto de inflexão dos costumes e das relações sociais historicamente construídas pelos geraizeiros que ocupam a fração de cerrado estudada. Contraditoriamente, a violência sofrida e os limites impostos por esse processo é que tem mobilizado geraizeiros de diferentes gerações a lutarem pela terra de morada e reprodução da vida.

Em um largo período – desde o final do século XVII até meados século XX, quando atividade curraleira entrou em franco declínio – o campesinato foi moldando sua matriz étnica cabocla, a sua cultura, seus saberes, sua própria dinâmica de interação com as potencialidades e as fragilidades do meio natural. Produziu uma economia do excedente, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, cuja estruturação não se efetivou pela via primordial do mercado, ou seja, manteve-se estagnada dos processos de desenvolvimento capitalista no campo. Todavia foi um período de “mandos” das elites regionais e de base para a concentração rentista e de hegemonia dos rentistas locais. A partir da intervenção do Estado, na década de 1960, as terras passaram a ser entregues para as empresas para empresas estatais e privadas. Essa nova roupagem da expansão capitalista não abriu mão da *grilagem judicial* e cartorial como prática de apropriação privada das terras de uso comum, das terras livres, tampouco os grileiros mudaram de nome ou de sobrenome, são novos e velhos sujeitos sociais que foram se amalgamando neste processo rentista de desenvolvimento do capitalismo, amparado pelas instituições do Estado.

Figura 42 - Sede abandonada da Fazenda da Boa Vista, local de festejo e celebrações do Campesinato Geraizeiro antes da invasão das empresas

Na transição entre o cerrado e caatinga, os camponeses e os quilombolas foram desenvolvendo uma particular relação com meio que permitiu construir identidades de luta pelas terras de uso comum, pelo território de morada, reprodução da vida, trabalho. Território das formas de se alimentar e de ser, nos gerais, nas vazantes dos rios e riachos e na mata seca da caatinga, construíram as identidades geraizeiras, vazanteiras e catingueiras²²¹, atualmente em processo de organização da luta em torno do Movimento Geraizeiro, os “*Guardiões do Cerrado*” e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra.

Ao mostrar os males da grilagem, na dialética também se revela a virtude da esperança, de manter acesa a luta pela terra e território, por parte daqueles que foram suprimidos historicamente do direito ao acesso à terra nesta fração do território analisada, como em outras partes no Brasil.

6.2. A Luta Continua: sobre a Organização Política e a Resistência Camponesa

“O povo é o ferrão que cutuca o boi”
(ditado popular geraizeiro)

Acerca da luta frente a *retaliação fundiária* provocada pela *grilagem judicial* nas terras estudadas, na atualidade, é possível identificar um ponto de convergência na luta comum dos camponeses (posseiros, arrendatários, proprietários de pequenas unidades familiares), a luta pelas condições de

²²¹ Acerca do conhecimento camponês no aproveitamento das potencialidades da preservação das particularidades do meio na denominada Polígono das Secas, Ab’Saber escreveu que: “Os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo humano do Polígono das Secas tem sua própria especialidade no pedaço em que trabalha. Uns são vaqueiros, dizem-se “catingueiros”, homens das caatingas mais rústicas. Outros são agricultores de “brejos”, gente que trabalha nas “ilhas” de umidade que pontilham os sertões secos. Outros são “vazanteiros”, termo recente para designar os que vivem em função das culturas de vazantes nos leitos ou margens dos rios. Outros são “lameiristas”, aqueles que se especializaram em aproveitar a laminha fina, argilosa e calcária do leito de estiagem, nas margens do único rio perene que cruza os sertões (São Francisco). Muitos outros, ainda, cuidam de numerosas atividades nas “terras de sequeiro”, plantando palmas forrageiras, cuidando de caprinos e magotes de gado magro, plantando algodão ou tentando manter roçados de milho, feijão e mandioca. E, acima de tudo, esforçando-se para conservar água para uso doméstico, a fim de aguentar os duros meses de estiagem que estão para chegar”. (AB’SABER:2003:95)

reprodução social da vida, especialmente pelas nascentes de água, e pelas terras de cultivos nas vazantes. Essa convergência desses diferentes sujeitos sociais expressa o acúmulo da luta política organizada no Norte de Minas, desde meados dos anos 1980.

O movimento de organização da luta política camponesa no Norte de Minas está em curso e a resistência nos gerais têm muita história para ser contada. É indispensável compreender essa luta dos atingidos pela *grilagem judicial* e conhecer os desdobramentos deste processo nas diferentes dimensões de suas vidas (trabalho, a cultura, a renda e reprodução social de sua vida).

Desde o início da *grilagem judicial* nas primeiras décadas do século XX, os camponeses buscaram estratégias para permanecerem nas terras. Com a invasão das empresas de monocultivo de madeira, os camponeses sofreram muitas violências e lutaram para garantir as terras de morada e permanecer na terra, mesmo que para isso tivessem que buscar outras grotas para se estabelecerem.

As estratégias de lutas também são identificadas nas demandas travadas entre os geraizeiros e as empresas invasoras, dentre as falas dos geraizeiros foi possível capturar elementos da resistência ao processo ainda em curso. Um camponês do Córrego da Laranjeira contou que *“para o lado de Vacaria morreu gente disputando”*. Enquanto a camponesa geraizeira do Buriti explicou que *“quando a Florestaminas invadiu, plantou eucalipto, quebrou a chapada e plantou. Reunimos os moradores quando vieram quebrar para cá”*. Em outra fala rememoram a ação do agente do Estado: *“O Tenente Agrícola era o cangaceiro da Florestas Rio Doce, pôs fogo no barraco, queimou sela, sanfona ...”* (Camponês do Córrego da Lapa)

Dona Vicença moradora do Buriti foi a primeira a enfrentar judicialmente a empresa, chegou a arrendar pedaço de terras para uma empresa (METALUR) onde plantava mandioca. Chegaram a fazer um “empate” em 2008 e a questão foi judicializada em 2009, na fala de seus familiares fica evidente uma das estratégias da empresa para apropriar-se das terras devolutas de chapada: *“Para Florestaminas o arrendamento foi do Córrego do Gonçalves para plantar o viveiro. Do viveiro foram plantando as chapadas. Eles construíram a sede para os trabalhadores há 20 anos atrás e foram embora”*.

Esses conflitos avançam para outras frações do território nas Comarcas vizinhas que passaram pelo mesmo processo de invasão das empresas Brito (2013) elaborou um mapa das *“Comunidades Geraizeiras do Alto Rio Pardo em Conflito com a Monocultura de Eucalipto Segundo Estratégias de Resistência”* que merece ser destacado tendo em vista que expressa a efervescência das disputas territoriais no Alto Rio Pardo, e a criação das unidades de conservação como forma estratégica de luta pela garantia do território.

O mapa das lutas territoriais no Norte de Minas Gerais é dinâmico e efervescente. Através de ações organizadas ou levantes espontâneos busca-se resistir e enfrentar a violência com que o capitalismo e o Estado tomaram as terras soltas dos gerais onde criavam o gado em comum coletavam (e onde é possível) ainda coletam do cerrado e da mata a madeira, a lenha, os frutos, os remédios e cosméticos naturais. Têm presenciado o esgotamento das águas das vazantes, que são também áreas de cultivos agrícolas e dos rios de onde também pescavam e reproduziam cultura.

Atualmente no Norte de Minas existem diferentes movimentos e organizações de luta e diferentes entidades que apoiam e organizam conjuntamente a resistência o processo de apropriação privada da terra. Nos 89 municípios delimitados na mesorregião existem 116 assentamentos de reforma agrária, 74 terras quilombolas distribuídas em 22 municípios uma Terra Indígena Xacriabá, no município de São João das Missões, MG e a retomada promovida por 25 famílias da etnia Tuxá que ocuparam território de 6 mil hectares no município de Buritizeiro.

De acordo com o Dataluta (2013), os assentamentos ocupavam uma área de 488.575 hectares de terras. Desse total, 62.754 hectares, correspondem a 17 assentamentos com capacidade para 718 famílias que estão situados nos municípios focos da análise (vide Tabela 30 – Assentamentos situados na Fração de Análise). Os assentamentos foram criados entre 1995 e 2013. Enquanto, as terras quilombolas certificadas no Norte de Minas somam 113.763 hectares.

Tabela 30 - Assentamentos Grão Mogol, Porteirinha e Riacho dos Machados

MUNICÍPIO	NOME_ASSENTAMENTO	CAPACIDADE	AREA	CRIAÇÃO	GOVERNO	ANO OBT	GOVERNO
BOTUMIRIM	PRB JOSÉ ANTONIO	20	2.313	2005	LULA_1	1999	FHC_2
BOTUMIRIM	PRB NOVA BELA VISTA	42	3.952	2005	LULA_1	1999	FHC_2
BOTUMIRIM	PRB NOVA VIDA DE IRAPÉ	52	3.321	2005	LULA_1	1999	FHC_2
BOTUMIRIM	PRB NOVA VIDA DE SUSSUARANA	65	3.318	2005	LULA_1	1999	FHC_2
BOTUMIRIM	PRB RENASCER	32	3.500	2005	LULA_1	1999	FHC_2
CRISTALIA	PRB FAZENDA BOA ESPERANÇA	20	364	2005	LULA_1	1999	FHC_2
CRISTALIA	PRB SERRANA	35	3.597	2005	LULA_1	1999	FHC_2
FRANCISCO SA	PRB ARARAS	40	2.694	2005	LULA_1	1999	FHC_2
GRAO MOGOL	PA AMERICANA (Desapropriação)	76	18.794	2001	FHC_2	1999	FHC_2
GRAO MOGOL	PRB UNIÃO NOVA VIDA	40	3.359	2005	LULA_1	1999	FHC_2
GRAO MOGOL	PRB VIDA ALEGRE	30	1.810	2005	LULA_1	1999	FHC_2
ITACAMBIRA	PRB NOVA ESPERANÇA DE ITACAMBIARA	17	708	2005	LULA_1	1999	FHC_2
PAI PEDRO	PA CALIFÓRNIA	30	2.006	1999	FHC_2	1998	FHC_1
PAI PEDRO	PA JOÃO PAULO II (Desapropriação)	20	1.158	2005	LULA_1	2004	LULA_1
PORTEIRINHA	PA UNIÃO (Desapropriação)	49	3.086	2006	LULA_1	2005	LULA_1
RIACHO DOS MACHADOS	PA TAPERA (Desapropriação)	50	3.867	1995	FHC_1	1993	COLLOR/ITAMAR
RIO PARDO DE MINAS	PAE VEREDAS VIVAS (doação)	100	4.907	2013	DILMA	2011	DILMA

Fonte: DATALUTA (2014)

Dentre esses assentamentos, com exceção dos projetos de assentamento (PA) e da doação, os demais são Projetos de Reassentamento de Barragem. Devido a construção da barragem de Irapé, microrregião de Grão Mogol, no vale do rio Jequitinhonha pela CEMIG afetou em torno de 3.564 pessoas, residentes em 47 comunidades ribeirinhas, localizadas nos municípios de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim. As famílias deveriam receber novas propriedades, com área de em média, 40 hectares de terras, todavia ainda não foi regularizada. Na microrregião de Grão Mogol a criação do Parque Estadual de Grão Mogol/PEGM (Art. 1º do Decreto Lei 39.906 de 22 de setembro de 1998) e a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé (UHE de Irapé) projetos novamente desenvolvidos, pela ação do Estado, sem consulta a população afetada, foram mais um golpe no sistema de organização social, cultural e produtivos das comunidades geraizeiras de Grão Mogol, no período recente. Atualmente, os geraizeiros se vêm ameaçados também pelos interesses das

mineradoras ligadas a grupos transnacionais e os projetos de mineração, sobretudo o projeto de Mineração do Vale do Rio Pardo (já referido no Capítulo 05).

Na atualidade, é importante ressaltar que os geraizeiros, em novembro de 2016 ocuparam a sede da Fazenda Rio Rancho Agropecuária S/A organizados pelo Movimento Geraizeiro. Posteriormente, organizados pelo MAB esta ocupação foi transferida para a porção de chapada no Buriti Pequeno, próximo à cabeceira do Córrego São Lourenço, às margens da estrada municipal que liga o Distrito de Vale das Cancelas (vide Mapa 14), já mencionadas nesta tese (na porção do “*Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas*”). Essa área inclui além de terras em Grão Mogol, uma fração nos municípios de Serranópolis de Minas e Padre Carvalho, onde não foram registrados nenhum assentamento, essa luta segue em curso e faz parte da pauta do MAB que atualmente organiza os geraizeiros nessa área. Pretende-se com essa luta a retomada das terras camponesas e devolutas invadidas pelas empresas. De acordo com o MAB (2017), no Acampamento Alvimar Ribeiro, os camponeses geraizeiros reivindicam uma área de 5.450 hectares para demarcação do território geraizeiro para 120 famílias atingidas das comunidades geraizeiras de Buriti, Tingui, Córrego do Engenho, São Lourenço, Bonfim Estreito, Vale das Cancelas entre outras. Cujo processo de apropriação privada via *grilagem judicial* foi analisado no capítulo 5 desta tese. Numa porção do território geraizeiro, localizada na Fazenda São Francisco, também próxima à porção Cancela, no início do mês de Outubro de 2017, camponeses organizados pelo Movimento Geraizeiro ocupou as chapadas devolutas, com Cerrado em recuperação, visando proteger o território de mais uma invasão da empresa NORFLOR, que pretende fazer outro plantio de eucalipto na área devoluta. O Anexo M apresenta a “Síntese do Trabalho de Campo” com a localização das comunidades, grotas e principais pontos visitados em campo.

A organização política da luta busca também reverter a situação de camponeses vitimados por processos judiciais de turbação de posse que as empresas têm movido contra os camponeses. Terras essas obtidas pelas empresas através da *grilagem judicial*, a maioria nas sentenças de usucapião

movidas pelas empresas. Nesse ínterim a ação dos advogados que atuam profissionalmente em defesa dos camponeses tem sido um auxílio emergencial e providencial ante essas demandas. Pelo que pude observar, esses advogados atuam em duas frentes, uma mais próxima dos geraizeiros organizados em torno da Comissão Pastoral da Terra e dos movimentos que esta pastoral apoia. E outra mais próxima do CAA e do Movimento Geraizeiro.

No Estado de Minas, em 2013, a Rede DATALUTA mapeou nove ocupações envolvendo 720 famílias. O maior número de ocupações ocorreu no Norte de Minas, nos municípios de São João da Ponte (4) e Rio Pardo de Minas (2), respectivamente com 250 famílias em quatro ocupações e 200 famílias em duas ocupações. Entre 1988 e 2013 foram realizadas 214 ocupações com a participação de 19.480 famílias (Vide Mapa 17). E foram organizadas por diferentes movimentos sociais e organizações políticas (CONTAG, Liga dos Camponeses Pobres, MST, Movimento Quilombola, Via Campesina e Movimento Geraizeiro e outros movimentos que ainda desconheço a organização (Organização para Libertação dos Sem Terra-OLST, OTC, OI, LOC e ACRQ).

Desde o final dos anos 1990, a luta camponesa, indígena e quilombola no Norte de Minas tem efervescido, cujos avanços são muito significativos para a organização política No Norte de Minas, e conseqüentemente são inspiração para a luta que se desenrola na fração de análise. As comunidades passaram territorializar a luta, conforme se vêem mais *recantiladas* pelo plantio de maciços de árvores, sobretudo, quando emerge a necessidade de disputar as terras de solta do gado e também as áreas de extrativismo, e especialmente quando percebem o esgotamento das nascentes e se colocam diante da problemática da água. Neste sentido, afloram as reações e as retomadas de terras, organizadas ou ainda desarticuladas de movimentos políticos. Ao qual necessitam ser sistematicamente mapeadas e analisadas em outros estudos.

Em sua tese Brito (2013:74) ressaltou que no histórico da organização das comunidades, a identidade forjada pelo geraizeiro - com o cerrado, na prática da vivência comum nas terras de solta, o extrativismo e a religiosidade – foi “*acionada como resistência pelos movimentos sociais do campo*”. Quando os contratos de arrendamento das terras pelas empresas começaram a vencer,

no final da década de 1990, início de 2000, ocorreu uma movimentação buscando a retomada das terras:

[...] Essa movimentação toma forma no encontro realizado na comunidade de Brejinho, em 2003, quando aconteceu a “1ª Assembleia das comunidades atingidas pela monocultura do eucalipto de Rio Pardo de Minas”, com a participação de 26 comunidades de vários municípios. (BRITO, 2013:75):

O reconhecimento da situação em que se encontram as comunidades, “*encurraladas*” pelo monocultivo de eucalipto, foi uma importante questão anunciada por este evento, conforme documentou Brito, que também registrou a presença de importantes lideranças de diferentes comunidades, municípios, sindicatos e organizações onde foi materializado o projeto de “*reconversão agroextrativista*” e fortalecidos laços do “*movimento dos geraizeiros*”.

Mapa 17 - Minas Gerais – Ocupações por Município, 1990-2013

Fonte: DATALUTA (2014)

Um encadeamento de eventos e ações organizadas pelo movimento dos geraizeiros para a retomada do território aconteceu a partir de então. A ação inicial foi empreendida pela comunidade de Muselo, município de Indaiabira, onde um grupo de famílias paralisou e ocupou um viveiro de mudas de eucalipto, reivindicando a área. A comunidade de Vereda Funda retomou a posse de seu território em 2004, por cujo reconhecimento oficial começou a lutar. Ele só veio em dezembro de 2009, com a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o início da recuperação da degradação deixada pela empresa eucaliptocultora e a implementação de projetos produtivos. (*Idem*:75)

Este movimento também foi anunciado por Porto Gonçalves:

Enquanto houve esses Gerais, puderam se reproduzir essas culturas, esses modos de produção, esses modos de vida, usando, inclusive, a rotação de terras... Podia-se, até mesmo, "voltar depois de 10 anos à terra de onde se partiu", conforme me disse um Geraizeiro. E isso é uma referência do que ocorria até cerca de 30 anos atrás. As terras hoje já não são Gerais ... embora estejam expirando o prazo de 20 anos de muitas das concessões feitas pelo regime militar dessas terras gerais para empresas particulares. Eis uma questão que deve voltar ao debate sobre o destino das terras no Brasil e em Minas, em particular. (PORTO GONÇALVES, 2000:08-09)

Durante os trabalhos de campo participei de algumas reuniões de mobilização e organização política dos camponeses geraizeiros, organizados pelo Movimento Geraizeiro, Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, a Figura 43, a seguir apresenta imagens de reuniões coletivas do qual pude participar em campo. Durante o período da pesquisa os movimentos que cito realizaram muitas outras atividades de mobilização, reuniões coletivas, promoveram debates nas comunidades e participaram de audiências públicas, que mostram a permanente organização para a luta. No acampamento geraizeiro Avilmar Ribeiros dos Santos, no distrito de Vale das Cancelas, foi realizado o lançamento do 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e semanas antes nesse mesmo local ocorreu uma reunião da Câmara Técnica que analisa a questão das terras devolutas na fração territorial de análise, no qual participaram além dos movimentos sociais organizados, advogados, representantes do Ministério Público da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário.

Em um desses encontros²²² uma camponesa expressou em sua fala a sua experiência com a luta “*a dor de um é a dor de todos*” esta frase sintetiza o sentimento de solidariedade que move o campesinato geraizeiro em busca de se organizar para enfrentar as empresas e a elite política local. A mobilização desloca pessoas de comunidades distantes uma das outras, vindos de municípios do vale do São Francisco, Jequitinhonha e do Alto Rio Pardo, para enfrentar política e judicialmente os empresários, políticos latifundiários e as instituições estatais, que por sua vez articuladas conduzem os processos de deterioração dos meios de reprodução social da vida, água e terra.

²²² Essa fala bem como as outras de camponeses de comunidades de municípios do Alto Rio Pardo fazem parte do registro escrito e também filmagem da fala dos camponeses no Encontro do Movimento Geraizeiro realizado na Comunidade do Cariri, município de São João do Paraíso/MG, situado no Alto Rio Pardo. 10, 11 e 12 de julho de 2015

Figura 43 - A organização permanente da luta do campesinato geraizeiro no Norte de Minas

Atualmente, este sujeito social, o campesinato dos gerais parece ter uma consciência da problemática agrária e ambiental em que está inserido:

As reflorestadoras quando chegaram aqui foi no ano de... 74. Chegaram com a máquina, circulando a região inteira de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas. A região inteira aqui do norte de Minas. Onde que tinha Gerais eles circularam, e o nome das Empresas são [...] Floresta Vale do Rio Doce e Floresta Minas. E aí eles chegaram acharam as chapadas tudo vazia porque o morador por conta de água preferia morar na beira dos rios, das grotas, aí quando eles chegaram acharam as chapadas vazias, mas as chapadas elas vão até perto da propriedade da gente, as chapadas fazem aqueles canto assim grande [...]. Eu fui criado em casa de capim, é, coberta de capim, a pobreza era muito grande... Então o pai de família de primeiro [...], o pessoal quando casava de primeira, o moço casava, o pai dele levava ele na beira de um ribeiro, mostrava ele um mato e mostrava. Aqui você pode fazer sua casinha aqui, aí ele fazia a casinha perto do ribeiro para ter facilidade de água e ali ele fazia as lavoras e tudo que plantava colhia porque chovia bastante e foram deixando a chapada... quieta. [...]. Num tinha estrada, por exemplo, aí quando as empresas chegaram acharam as chapadas livres, e o pessoal, cheio de morador, mas nas grotas. Aí eles pegaram e vieram com o trator circulando, nós não sabia quê que era trator, meu pai apanhó nós... aquele tanto de menino e subiu lá para o alto, para ver o trator trabalhando [...]. Eles estavam grilando nossas terra e nós não sabia. Aí circularam, em 74, quando foi em 79 vieram os tratores mesmo desmatando, aí meu pai correu lá e falou, ô eu não quero que planta minha terra não. Olha seu Zé agora é tarde, a empresa daquela vez seu Zé fez o carreador, o senhor não falou nada, eles documentaram a terra. Vieram escondido arrancaram o arame do meu pai que estava cercando uma ponta de chapada, e plantô tudo. (André, Morador do Vale das Cancelas, 2013)²²³.

Essa fala que ao mesmo tempo descreve os costumes geraizeiros de escolha livre das terras de morada, também reconhece e denuncia o caráter invasor das empresas.

“[...] Não deixaram as pessoas fazerem a medição. Intimaram até quem não sabia. Movimento Geraizeiro está organizado, feijão da ranca, e milho está produzindo pouco, por causa da falta d’água. Só resta três das oito minas que haviam. (Moradora da Comunidade Cutica)

Denunciam as estratégias dos grileiros para tomar as suas terras:

“Essas firmas chegaram, aonde não tinha cerca foi plantando. Ficamos sem ter onde tirar um cabo de machado. Nos documentos dos antigo, foi fazer o rolamento, e fazer medição e fiquei com um filetinha miudinha. Ficamos sem água.”

²²³ Fala extraída do Relatório das Oficinas de Autodemarcação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, CAA, 2015.

“A comunidade faz pinga, cria gado, planta milho, feijão, cana (...). No cartório é difícil de achar porque tá em nome de grileiro (...) Na Mata dos Macacos tinha peixe que pegava com a mão, tinha macaco (...)” (Morador da Comunidade Mata dos Macacos)

“Irmão de Dr. Jovino ofereceu R\$ 1.000,00 até R\$2.000,00 para pegar assinatura dos moradores, estamos com problema de água. Plantava andu, feijão de corda (..) matam o gado de solta e até arrancam que só, arranca a cabeça. (Morador da Comunidade Cachoeira e Aparecida)

“De depender aqui de sindicato, polícia ambiental, polícia civil, prefeitura, câmara” (Moradores da Comunidade do Cariri, São João do Paraíso, MG)

“Seu João tem os documentos e os confinantes (...) abriu uma picada e Juscelino mandou aterrar tudo, outro grileiro é João de Zena. São 40 famílias na comunidade e eucalipto está tomando” (Morador da Comunidade Baixa do Chico, Indaiabira)

Como também denunciam a forma como a organização produtiva foi sendo afetada pela chegada das empresas invasoras:

“Sobrevivemos ali, meu avô, meu pai, a família, no Cerrado. Plantava arroz, mandioca, pequi, mangaba, murici, caju. Exploraram nossa terra e estão devolvendo sem nada. ” (Moradores da Comunidade Mata dos Macacos)

“O povo vivia com café, banana, cana e outros, tinha oito nascentes. De quarenta anos para cá, só ficou uma barraginha se secar esta, fica como? E a SAMA plantou tudo de novo nas chapadas. Naquelas épocas nós era pequenim. Lá colhia trezentos até seiscentos arroba de café, os herdeiros de Vergulino cria uma vaquinha um bezerro (...). ” (Morador da Comunidade São Felipe, São João do Paraíso, MG)

“(...) agora, não tem veado, não tem tatu, tinha pindoba, rufão, quem tinha um gado criava, criava o gado solto. ” (Morador da Comunidade do Cariri, São João do Paraíso, MG)

“As baixas eram brejos, chapada só pequizeiro. Faziam batum de garrancho ... tirávamos óleo de rufão, extraíam o mato nativo, que tinha aqui era o rufão.

A resistência²²⁴ também parte da consciência de que a terra lhes garante o sustento, como historicamente, garantiu aos seus antepassados:

“(...) nunca trabalhei um dia para ninguém, que tem gente que fala que não dá para viver da agricultura familiar, mas dá sim, minha carteira é branca”. (Morador da Comunidade do Areão – São João do Paraíso, MG)

²²⁴ Além dos estudos bibliográficos, de uma vivência em campo, para conhecimento e apropriação do processo político de luta, resistência e organização geraizeira quilombola e indígena recorri aos documentários produzidos pelas redes de apoio ao movimento organizado bem como documentários feitos pelo jornalismo investigativo, estes vídeos foram listados na seção “Vídeos” das referências bibliográficas.

Brito (*op.cit*:91-97) analisou as disputas e conflitos por microrregiões no Norte de Minas, concluindo que na microrregião de Bocaiúva existem comunidades geraizeiras impactadas pelas grandes extensões de eucalipto (para produção de carvão nas siderúrgicas), que não se integraram às lutas organizadas pelos movimentos, devido às ações coercitivas das empresas, ações sociais e de fomento de projetos de apicultura, abastecimento de água por meio de poços tubulares, ações de fomento, geração de renda e “políticas de boa vizinhança”. Enquanto na Microrregião de Janaúba, onde se insere o município de Riacho dos Machados, há um conflito com o projeto Jaíba envolvendo os posseiros assentados (1.300 famílias), que receberam glebas de 5 hectares de terra e não conseguiram se inserir e se organizar em um sistema de alto uso de insumos externos. A autora ressaltou que a maior parte do projeto é formada por glebas de dimensões maiores destinadas aos produtores e empresários das da fruticultura, e grãos dentre outros:

O projeto prevê a irrigação de 100.000 há; possui atualmente, nas etapas I e II, em torno de 37.000 ha irrigados. O procedimento de visibilização das comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos e de Gurutuba desencadeou um processo de auto-demarcação e auto-reconhecimento étnico na região da Jaíba. Em função disso, tem início o conflito em torno dos territórios quilombolas, que vai ganhando contornos mais fortes até a demarcação dos mais de 46.000 ha de terra, reconhecidos e em processo de demarcação pelos órgãos federais, no quilombo Gurutuba. (BRITO, 2013:92)

Na microrregião de Montes Claros, mencionada como berço dos primeiros conflitos agrários, devido aos processos desenvolvimentistas instalados na região, com base na produção de carvão e implantação de pastagens e pecuária, irrigação e monoculturas de eucalipto:

Um dos conflitos históricos foi a ocupação da Fazenda Caitité, na região de Cachoeirinha, no município de Verdelândia, envolvendo comunidades tradicionais e as fazendas que se estabeleceram em territórios de comunidades tradicionais. Essa resistência mobilizou, à época, o apoio do Presidente Tancredo Neves, que visava à garantia dos direitos ao território. Isto não impediu que famílias locais – homens, mulheres, crianças e idosos – fossem brutalmente agredidas e mortas pela força de fazendeiros apoiados pelo aparato militar do estado. Assim, Verdelândia, Varzelândia, Capitão Enéas, Coração de Jesus, São João da Ponte, Montes Claros e outros municípios na microrregião se viram como parte de diversos conflitos de ocupação de terras, como a reivindicação de reforma agrária, a criação de assentamentos. Atualmente o município de São João da Ponte configura-se como o município de principal preocupação em relação

ao conflito agrário, tendo em vista o processo de desapropriação do Quilombo Brejo dos Crioulos. Tal conflito envolve os moradores e a milícia dos fazendeiros. Com a visibilização das comunidades quilombolas, diversas outras comunidades iniciaram um processo de autoreconhecimento e de identificação. Essas comunidades passaram a reivindicar seus direitos, sobretudo territorial, uma vez que vivem a realidade mais dura em relação às demais famílias do meio rural da região no que diz respeito aos direitos sociais básicos como saúde, saneamento básico, educação, trabalho, entre outros. Outras situações de conflito existentes nessa microrregião têm a mesma natureza e envolve não somente as comunidades quilombolas, mas também lavradore(a)s, agricultore(a)s e posseiros cujas famílias sempre viveram na região. Excluídas do direito à posse da terra e do território que ocupavam originalmente, passam a reivindicar o direito à terra levando à criação de diversos assentamentos rurais como o Estrela do Norte, em Capitão Enéas; Senharol e Mocambo Firme, em Montes Claros; Coração de Jesus; Jequitai e outros. (*Idem*:94-95)

A monocultura do eucalipto, também afeta a microrregião de Salinas e a maioria dos conflitos envolve muitas comunidades em disputas por terra água e território, pois as famílias têm sido *recantiladas* pelo plantio de eucalipto. Porém têm resistido e se organizado na defesa de seus territórios e recursos naturais:

Realizam encontros, visitas de intercâmbio, conferências entre comunidades e ações de proteção à entrada das empresas e maquinarias para desmatamento e preparo de áreas, como as comunidades de Raiz, Cambaúba, Roça do Mato e Água Boa, nos municípios de Rio Pardo de Minas, Montezuma, Fruta de Leite e Novorizonte. Essas e dezenas de outras comunidades reivindicam a devolução de seus territórios expropriados pelo estado e arrendados a empresas de reflorestamento, cujos contratos encontram-se vencidos ou prestes a vencer. [...] A preservação da água extrapola a ação empreendida pelas famílias atingidas pela monocultura do eucalipto e é assumida também por outras famílias da região que, com a mesma preocupação, resistem e desencadeiam conflitos envolvendo outros atores e propostas, como a criação das Reservas Extrativistas, em tramitação nos órgãos federais.

A construção de barragens também tem provocado conflitos na região. A construção da Barragem de Berizal, uma das principais nessa microrregião, foi retomada. A obra encontra-se embargada pelo Tribunal de Contas da União, em função de irregularidades no processo de licenciamento ambiental. Diversas outras barragens estão projetadas para serem construídas na região. (*Ibidem*:97-98)

Na fração territorial de análise destaca-se também a organização da luta *socioterritorial* é o Projeto de Assentamento Tapera, possui uma área de 3.866,6666 hectares, com 40 famílias assentadas, mas oficialmente com capacidade para assentar 50 famílias. Foi criado em 08/02/1995, depois de intensa luta dos geraizeiros em defesa do cerrado e de seu modo original de

vida, baseado no uso comum da terra. Fruto da construção de uma história marcada pela resistência sócio ambiental contra os proprietários da *Fazenda Tapera* (analisada no Capítulo 04), os posseiros passaram a condição de assentados da reforma agrária.

A fazenda tinha agregados e sitiantes (posseiros) que moravam em distintas regiões, distantes da sede da fazenda. Os agregados possuíam um vínculo mais permanente com os trabalhos na fazenda: cuidar das criações e plantio de lavouras. Os sitiantes faziam trabalhos esporádicos ou intermitentes na fazenda como a construção de aceiros, bateção de pastos, corte de madeira, produção de carvão e outros. Eles cultivavam pequenas roças “onde quisessem” segundo sr. Antônio, um dos antigos posseiros, criavam animais articulando as estratégias produtivas com o extrativismo.

A origem da maioria dos moradores vem de três famílias que moravam no Lobeiro, Mandacaru e Tamanduá. O Sr. Chico, negro, com 83 anos, era o mais velho, cujos pais e avós nasceram na fazenda com origem ainda no tempo da escravidão.

Moravam ao longo dos pequenos córregos que deságuam no rio Vacaria, afluente da margem esquerda do Rio Jequitinhonha. O Major fez diversas tentativas para tirar os moradores. Frente a uma ameaça de desapropriação pelo INCRA, ainda no ano de 1985, o Major apressou em vender a fazenda para a Sicafe, o que aconteceu em 1988. Em 1986, os posseiros ficaram sabendo da possibilidade de desapropriação e começaram a se organizar. Contaram com o apoio, neste momento, do sindicato dos trabalhadores rurais de Riacho dos Machados, da CPT e do CAA. (OLIVEIRA, 2013)

A participação dos posseiros no Seminário Nacional “*Desenvolvimento e Meio Ambiente no Vale do São Francisco*” realizado em Montes Claros, foi fundamental para ganhar o apoio e fazer articulações com entidades de resistência que apoiaram na luta e resistência:

[...] os posseiros apresentaram sua história, obtendo a partir daí um apoio mais articulado das entidades ambientalistas e sindicais da região. Após anos de luta, conseguiram embargar o desmatamento e reflorestamento, quando os mesmos se aproximavam de suas moradas. Foi a primeira vez que, no Norte de Minas, embargou-se um desmatamento realizado por uma das empresas de reflorestamento. Finalmente, em setembro de 1993, o INCRA desapropriou uma área de 3.866 ha para assentar, inicialmente, 53 famílias. Iniciam neste momento uma nova fase, de reconstrução da identidade de posseiro para a de assentado. Mas, e sobretudo, de geraizeiros, do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras, como hoje denominam os seus terrenos.

O parcelamento gerou críticas pela forma como foi realizado e foi renegociada a capacidade de assentamento para 41 famílias, destinando 12 lotes para uso comunitário e extrativista. Já estão assentadas 40 famílias [...]. Do total, 23 famílias já residiam no local desde a época do conflito. As restantes residiam fora da área desapropriada e transferiram-se para dentro do assentamento ou

eram moradores vizinhos, sem terra, e foram cadastradas para receberem uma gleba de terra. Cada família recebeu lote com tamanhos variando entre 50 e 70 ha e passaram a receber, a partir de 1997, recursos do INCRA para implantação de projetos produtivos. (OLIVEIRA, 2013)

Atualmente eles lutam pela criação da RDS Tamanduá, que além da área do PA Tapera pretende incluir mais áreas imprescindíveis para a condição de existência do assentamento, que sofre ainda com a grilagem de empresas de monocultivo de madeira, e com a ameaça de grileiros que atuam na região, como por exemplo, a família de “Zé de Pulu”.

No Norte de Minas a, CONTAG e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais também são fundamentais na organização da luta, conforme escreveu Elisa Cotta Araújo:

Em Manga o Sindicato de Trabalhadores Rurais que se instalou caracterizou-se por sua combatividade inicial, mas, com o desenrolar do processo, adotou uma perspectiva assistencialista, o que caracterizou também outros STR. Há que considerar que ocorreram diversos conflitos de desapropriação neste período, o mais conhecido regionalmente, o de Cachoeirinha estudado por Santos (s/d) e o de Saluzinho, cuja trajetória pessoal foi narrada por Chaves (2005). (Araújo, 2009:155)

Há também que se destacar o papel das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra através da Cáritas Diocesanas, que despontou como um caminho para a organização da luta no Norte de Minas:

Essa saída permaneceu oculta porque era difícil – mesmo para pesquisadores – compreender caminhos que não fossem urbanos, porque não existia direito a terra comum naquele tempo, e porque era quase impossível organizar respostas em tempos de ditadura, progresso e modernização agrária. Mas elas existiram, e foram de três tipos.

Primeiro, as individuais, daqueles que contavam apenas com a própria coragem. Sitiantes quebraram máquinas de esteira no Norte, sabotaram com areia as bombas injetoras dos tratores da RURALMINAS no PADAP. São casos como o do sitiante de Rio Paranaíba, alcunhado *Pedro Demanda*, que expulsou agrimensores a tiros, jamais se intimidou com ameaças de polícia e nunca admitiu que *fechassem* o trecho de chapadão que *dominava*. São casos como o de José Ribeiro, de Berilo, no Jequitinhonha, que foi às pressas para São Paulo juntar dinheiro para fazer cercas e garantir, pela demarcação, o respeito ao domínio.

Houve, ainda, nos anos 1980, respostas coletivas lideradas principalmente pela Igreja Católica e pelo sindicalismo ligado às Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, quando o fim da ditadura, do crescimento econômico e de postos de trabalhos no campo e na cidade tornaram essa história já quase outra. Então, as pressões para tomada de terras encontravam sitiantes organizados, que

enriqueceram a crônica da década com a resistência – e também com assassinatos, tantos, como os de Eloy Ferreira e Cícero Miranda, no Norte. Mas foi assim que surgiu uma ação efetivamente política contra a modernização, e esse assunto que parecia tão necessário, neutro e técnico nos anos 1970, chegou ao fim dos 1980 no centro de uma crítica já muito elaborada, que reunia a sazonalidade e a precariedade do emprego rural, passava pela internacionalização dos recursos do Cerrado – graças à associação Prodecer/Japão – e chegava, por fim, a avaliar a exagerada expropriação de terras que ocorrera. No começo dos anos 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) colocou esse assunto em reuniões e cultos, e o padecimento dos sitiantes do Cerrado foi conhecido, partilhado, celebrado. Isso também não passou em brancas nuvens, pois sindicalistas, agentes de pastoral, padres e freiras foram ameaçados, presos e surrados por isso que depois, já civilizadamente, veio a ser conhecido como agronegócio.

Por fim, a privatização dos campos – tratada até meados dos anos 1980 como tema exclusivamente fundiário – foi cada vez mais discutida do ponto de vista ecológico. Este tema, periférico nos anos 1970, ganharia expressão nos campos mineiros graças, principalmente, à insistência do padre Justino Obers, que investiu dez anos de pregação para convencer lavradores, associações, sindicalistas e agentes de pastoral que o campo ocupado por eucalipto e soja não era apenas uma causa de sitiantes espoliados, que isso dizia respeito às gentes, às plantas e aos bichos, porque essa tomada de terras colocava em questão a própria vida. Desde então, esses movimentos assumiram o tema, e o Cerrado se transformou, também, em ambiente e cultura. (RIBEIRO E GALIZONI, 2007:122-123)

Outro agente que apoia a organização da luta no Norte de Minas é o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) com sede em Montes Claros, foi criado em 1989 trata-se de uma organização não-governamental que realiza articulação política e produtiva junto às comunidades e articula a comunicação com órgãos públicos e afins. Na atualidade outras organizações se somam à resistência geraizeira, são elas: Articulação Rosalino, Articulação dos Povos do Cerrado e Movimento pela Soberania Alimentar frente à mineração (MAM).

Há também um grupo de advogados que prestam assessoria jurídica às comunidades nas ações judiciais de demarcação, usucapião, retomadas entre outros, relevantes documentos que apresentei nas análises dessa tese. Pude acessar devido ao precioso compartilhamento desses advogados que pretendem praticar a justiça através de sua atuação, são portanto profissionais que colocam a aplicação do Direito em outro patamar, na busca da defesa dos camponeses, indígenas e quilombolas violentados pelo processo analisado nesta tese.

Os trabalhos de Chaves (1982), Chaves, et.al. (1985), CPT (1985), Diniz (1981) e Santos (s/d)²²⁵ são citados como referência para compreender as origens da organização da luta, no período anterior a década de 1990. Por hora, cabe destacar que, na atualidade, a pauta geraizeira, abarca várias questões *socioterritoriais* que são fundamentais para a manutenção da vida nas terras dos gerais, que são:

- A imediata suspensão de todos os projetos de mineração e de barragem até que se faça a consulta, como afirma a CONVENÇÃO 169 da OIT,
- Paralisação da mineração da CARPATHIAN GOLD INC. e que o DNPM suspenda a licença, até que todas as ilegalidades que ela está promovendo em Riacho dos Machados sejam apuradas: como a perfuração ilegal de poço artesiano; como a pesquisa de lavra em local que ela não tem licença. A barragem de rejeito que a empresa está construindo contaminará todas as águas, inclusive a água da Barragem Bico da Pedra;
- Paralisação das pesquisas das empresas MIBA e a SAM, e que o DNPM casse suas licenças, até que o povo seja devidamente informado das consequências que os seus projetos vão causar nas nossas águas, nas nossas terras;
- Criação do PAE VEREDAS VIVAS da comunidade de Vereda Funda seja imediatamente criado, com a publicação do decreto pelo INCRA;
- Reconhecimento por Decreto das RDS NASCENTES DOS GERAIS (MG) e a RDS TAMANDUÁ (MG) sejam imediatamente decretadas pelo ICMBio, juntamente com a criação das RESEX Contagem dos Buritis (Go/Ba), Resex Barra do Pacui (MG), Resex Sempre Viva (MG), e a Resex Curumatai (MG);
- Revisão dos limites do Parque Estadual de Grão Mogol e recategorizar parte dele como uma RDS para os geraizeiros não sejam expulsos da área;
- Reconhecimento, proteção e demarcação dos territórios das comunidades

²²⁵ CHAVES, et all (1985), e o jornal *Pelejando*, da CPT/MG (1984/1990). CAMPO, Companhia de Promoção Agrícola. Relatório de Atividades. Mimeog, Belo Horizonte, 1982.

CHAVES, L.; ARAÚJO, L.; AMADO, J. *Eloy: morre uma voz, nasce um grito*. Belo Horizonte, Segrac, 1985.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. *Para onde vão os nossos alimentos?* Belo Horizonte: Segrac, 1985.

DINIZ, C.C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros: UNIMONTES /SEMMA vol. 1 (3), 2005. pp. 98-106.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. *À procura da terra perdida: Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha*. Belo Horizonte: s/d (mimeo). Esses textos não foram consultados diretamente.

tradicionais geraizeiras. E que neles se crie Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, como o de Vereda Funda;
 - Devolução das terras da PLANTAR, da NORFLOR, da RIO RANCHO, da FLORESTAMINAS, da REPLASA, aos geraizeiros, seus legítimos donos;
 - Suspensão da Barragem de Berizal e revitalização da bacia do Rio Pardo.

Na atualidade tratar dos processos de *territorialização dos monopólios* no Norte de Minas implica, necessariamente, inseri-lo na problemática sobre o “agrohidronegócio”²²⁶. Na área investigada acirram-se os conflitos por água porque muitas nascentes estão secando, além do plantio de madeira, o consumo de água pela mineração, já instaladas e os projetos em vias de implementação, são os graves problemas que afetam as famílias camponesas.

“Eu queria tirar pelos menos água vertente (...) Na Fazenda Capão tinha muita água, dormia e ouvia a cachoeira bater. Tinha pequizeiro, está pouquinho agora. ” (Morador da Comunidade Taboquinha, Município São João do Paraíso/MG)

As falas dos camponeses remetem a um tempo da abundância de água, e alertam para o impacto das empresas que utilizam as chapadas para o monocultivo:

“[...] tinha oito nascentes. De quarenta anos para cá, só ficou uma barraginha se secar esta, fica como? E a SAMA (empresa eucalipto) plantou tudo de novo nas chapadas.[...]” Morador da Comunidade São Felipe, São João do Paraíso, MG)

No Norte de Minas um dos reflexos destas disputas territoriais por água foi a criação da *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (RDS)*²²⁷, localizada nos municípios mineiros de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo. Uma conquista fruto da luta organizada dos geraizeiros frente ao processo de *territorialização dos monopólios* de plantio de madeira e da pecuária e também frente as decisões do Estado que pretendiam criar um Parque Estadual comprometendo a reprodução camponesa no interior da unidade. Revertida a categoria da unidade de conservação, a RDS tem como objetivos proteger as nascentes de córregos; proteger e garantir a conservação das

²²⁶ O debate sobre o “agrohidronegócio” foi um conceito, primeiramente desenvolvido por Antonio THOMAZ JUNIOR. “O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI”. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

²²⁷ Decreto de 13 de outubro de 2014 - cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada nos Municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, Estado de Minas Gerais.

áreas de extrativismo utilizadas pelas comunidades tradicionais beneficiárias; garantir acesso ao território tradicional pela população geraizeira local e promover o seu desenvolvimento socioambiental; incentivar a conservação e o uso sustentável do Cerrado; e promover a conservação da biodiversidade.

No campo das lutas por terra e território no Norte de Minas não se pode deixar de mencionar o destacado papel das lutas dos afrodescendentes que negaram a escravidão e conquistaram territórios para a reprodução da vida livre da exploração do grande proprietário. Andrette Bizerra (2012) identificou nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a maior concentração de comunidades quilombolas:

O município de Berilo, no Jequitinhonha, concentra mais de quinze comunidades de descendentes de antigos quilombos, seguido de Minas Novas e Chapada do Norte, essas também no Jequitinhonha e o município de Janaúba na região Norte concentrando de treze a quinze comunidades quilombolas cada um. (BIZERRA, 2012:22)

Alguns desses territórios também foram afetados pela *grilagem judicial* nos processos divisórios, em outras comarcas. No estudo sobre o Quilombo Brejo dos Crioulos, municípios de São João da Ponte, MG, Costa (2008), constatou que a ação de divisão foi utilizada por fazendeiros e comerciantes da região, nos anos 1920, para se apropriarem das terras do quilombo. A iniciativa teria partido de um fazendeiro das cabeceiras do ribeirão Arapuim, que contratou um agrimensor que procedeu à divisão de terra, destinando as maiores glebas aos fazendeiros ou comerciantes das povoações circundantes.

Uma moradora de Brejo dos Crioulos (“esposa” do vigário de Contendas, atual Brasília de Minas), que foi socorrida pelo “marido”. Esse vigário teria levado à região, Antônio Dó, um pequeno fazendeiro do município de São Francisco que junto com a família foram se fortalecendo e despertou a cobiça do fazendeiro. Estes receberam o apoio dos poderosos e instituições locais, Prefeito, Juiz e polícia, que passaram a perseguir a família de Antônio Dó:

Antônio se revoltou e formou um bando de jagunços para defender sua propriedade e a de outros. Devido às relações com o referido padre, o rebelde primitivo se deslocou até Brejo dos Crioulos, prendeu o agrimensor, o fazendeiro e um seu genro e fez uma negociação em favor das famílias negras. Cada família deveria ter respeitado o seu direito à terra em que viviam. Este acordo possibilitou que muitas famílias negras passassem a deter um documento de terra, ainda que não legal, em que colocam a garantia do direito sobre o território que cada uma ocupa. Após a divisão da fazenda Arapuá, que não havia sido registrada de acordo com a Lei da Terra de 1850, sendo, portanto devoluta, o mesmo

agrimensor passou a fazer a divisão da fazenda Morro Preto, também, devoluta. O primeiro processo de divisão incide sobre Brejo dos Crioulos, o segundo incide sobre esta mesma localidade e a de Agreste, assim como muitas outras que existem na área.

Diversos autores analisaram em seus estudos os quilombolas do Norte de Minas. Diniz (2013) realizou um estudo em três comunidades negras rurais do Município de Minas Novas (Quilombo, Santiago e São Pedro do Alagadiço), que passaram por pelo processo de compressão territorial arquitetado por grileiros, latifundiários e empresas estatais ligadas ao setor siderúrgico, produtores de eucalipto e café. De acordo com o autor, três décadas depois, após as primeiras invasões, essas comunidades foram reconhecidas como remanescentes de quilombos, constituindo-se num *“importante marco da reterritorialização, material e simbólica, de suas famílias”*.

Costa Filho (2008) identificou por “Gurutubanos”, os quilombolas que são caatingueiros, afrodescendentes de ascendência ligada à recusa da escravidão:

Vive no vale do rio Gurutuba - norte de Minas Gerais - desde o século XVIII, vitimado por um brutal processo de expropriação, deflagrado no século XX, mais precisamente nos anos 50, e intensificado com a chegada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir da década de 70. Trata-se de um povo numeroso, morador de 27 localidades ou grupos locais, situados na confluência dos municípios norte-mineiros de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Monte Azul e Catuti. Ao todo, são aproximadamente 5.000 pessoas, 650 famílias, muitas das quais coabitando e ocupando exíguas frações de terra dos seus ancestrais, em meio a grandes fazendas de pecuária extensiva. (COSTA FILHO, 2008: 01-02)

O autor ressaltou que esses sujeitos sociais passaram com o tempo a reconhecer a condição quilombola e atualmente reivindicam *“a regularização do seu território tradicional, bem como os demais direitos que lhes foram negados historicamente, figurando como referência regional de protagonismo social”* (Idem).

Enquanto no estudo de Felisa Anaya (2012) analisou-se a construção de um movimento social e político de reivindicação das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léngua e Quilombo da Lapinha (Matias Cardoso e Manga, MG), os “Vazanteiros em Movimento”, que se originou com “o processo de “encurralamento” e expropriação territorial consequente à sobreposição de

Unidades de Proteção Integral (UPI's), na modalidade de parques, em seus territórios tradicionais". Assim, a criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, condicionantes ambientais à expansão da etapa 2 do projeto de fruticultura irrigada Jaíba, evidenciaram, nesta tese, as contradições das políticas de conservação ambiental que atuam a reboque da racionalidade econômica capitalista e geraram conflitos *socioterritoriais* que levaram tais grupos a se mobilizarem e se articularem politicamente em defesa de seus territórios.

Nesse bojo das lutas territoriais no Norte de Minas, as já referidas retomadas de terras pelos povos indígenas Xacriabá e Tuxá merecem ser analisadas em outros estudos e apontam horizontes para que mais povos indígenas lutem pelos seus territórios desarticulados pela barbárie da invasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O galo já cantou, o dia não demora,
Quem mora perto é cedo, quem mora longe é hora
É hora, é hora, é hora, é hora, é hora, é hora
É hora meu bem é hora, é hora de ir embora,
A barra do dia é vem...” (cantiga popular geraizeira)

Ao analisar o processo de apropriação privada das terras na Comarca de Grão Mogol nas primeiras décadas do século XX, essa pesquisa trouxe as especificidades do processo de *grilagem judicial* que permeou e ainda permeia a aquisição das terras devolutas, terras camponesas usadas em comum pelo campesinato geraizeiro, que foi e ainda tem sido submetido à aplicação das sentenças judiciais, a *retaliação fundiária*, que concretamente traduz-se na própria a *retaliação* da vida camponesa, uma represália. Esse processo de privatização das terras restringiu o acesso à terra de morada, exaurindo as fontes de água, desajustando o modo de vida do campesinato geraizeiro.

As principais fontes documentais, processos judiciais e certidões imobiliárias, analisadas revelam a trajetória de apropriação privada pela elite local, os processos judiciais de divisão e demarcação de terras consistiram na primeira prática de capitalização das terras devolutas. E em uma segunda fase através das empresas que invadiram as terras de uso comum dos camponeses

fazendo com que imensas porções ganhassem o status de equivalente de mercadoria.

Embora não tenha sido possível estudar no tempo delimitado para esta tese, todos os processos de divisão e demarcação que tramitaram na Comarca, considero que as análises apresentadas trazem os elementos suficientes para revelar, as particularidades desse processo e articulá-lo a conjunturas políticas estaduais e nacionais. E compreender as distintas consequências do processo de apropriação privada das terras para os poderosos locais e para o campesinato geraizeiro.

Mas, ressalta-se a necessidade de continuação em outros estudos, da análise dos demais processos que tramitaram na Comarca de Grão Mogol, bem como nas demais comarcas que passaram pelas mesmas práticas, como caminho analítico para a compreensão dos conflitos agrários instaurados na atualidade. Sobretudo, pensando em uma contribuição para a leitura da apropriação privada das terras devolutas no Norte de Minas Gerais, revelando as instituições, e as pessoas envolvidas nesse processo. Ou seja, continuar encontrando na Geografia uma contribuição para a releitura do processo de apropriação privada das terras no Brasil e revelando a opressão que o Estado submeteu os camponeses e seus costumes, sujeitos sociais, assim como os indígenas e quilombolas, que não acessaram a justiça a partir das estruturas do Estado Democrático de Direito, senão pela luta.

Ao contrário, as instituições foram devidamente apropriadas pelas elites para privar-lhes do acesso à terra e ao território, sempre que necessário ao avanço dos seus interesses particulares - para a exploração de ouro e diamantes, para auferir a renda vendendo glebas para empresas vindas de fora, para utilização como garantia hipotecária ou para especulação.

Considero que contribuindo para desvelar esses processos a Geografia pode contribuir como ciência crítica e libertária, e seguir encontrando novos horizontes epistemológicos para seu desenvolvimento, a partir da leitura dos processos que afetam os sujeitos sociais oprimidos e violentados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No contexto de um país que nunca realizou uma ampla reforma agrária que transformasse a estrutura fundiária do país. As lutas por terra e território no Brasil, com seus ganhos e derrotas (que inclui um número brutal de

assassinatos no campo) e fornece elementos para compreender que os povos que praticam o uso comum da terra, que negam o avanço da propriedade capitalista da terra, seguirão reinventando a luta, resistindo. Se entre os caminhos possíveis para permanência na terra de morada, está a luta judicial, é também a ela que recorrerão, e recorrem, mesmo ao sabor inserto das conjunturas políticas e da atuação do judiciário brasileiro. E a escolha dos horizontes de luta tem caminhado conforme a orientação política dos movimentos sociais que organizam a luta no campo. A luta de um povo que anseia por justiça e dispostos a lutar pelo seu chão de morada e reprodução da vida.

Na atualidade, o processo de luta por terra, território e em defesa da água e das populações do Cerrado no Norte de Minas, se desenvolve em uma conjuntura política muito particular, em que há uma abertura para o diálogo com o atual governo estadual (Fernando Pimentel do PT) e com as secretarias como a SEDA onde trabalham alguns funcionários que dialogam diretamente com os movimentos sociais, porque são ou foram militantes no MST ou no MAB, por exemplo, e atualmente trabalham no governo. Todavia, durante os 3 anos e meio que acompanhei, este processo, através desta pesquisa de doutorado, ainda não vi por parte do governo uma ação mais efetiva de que as terras griladas pelas empresas serão discriminadas, incorporadas ao patrimônio público e destinadas aos povos tradicionais, apesar do diálogo aberto entre o governo e os movimentos sociais e conforme prevê a função social assegurada pela Constituição Federal (arts. 215 e 216) e pela Convenção 169 da OIT e Lei Estadual 21.147/2014 que instituiu a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais, ou seja, justificada por um amplo repertório jurídico e político, onde o *“o costume e a lei se debatem.”*

Outrossim, na recente publicação do Decreto nº 47.206 de 20 de junho de 2017, o governador Fernando Pimentel (PT) regulamentou o atendimento emergencial às famílias acompanhadas pela mediação de conflitos agrários rurais em Minas Gerais. Essa norma prevê que, entre outras medidas, o Estado poderá fornecer bens de subsistência, como cestas básicas, lonas e sementes a grupos como atingidos por barragens, sem-terra e povos e comunidades

tradicionais. Trata-se de uma conquista a partir da pressão popular, porém ainda naquela toada reinante do governo em mediar o conflito agrário, ou seja, mais uma vez, a questão da punição da grilagem e da destinação das terras devolutas manteve-se, lamentavelmente, relegada a segundo plano ou a nenhum plano efetivo.

Pelo contrário, no decurso de 2017, os focos de conflitos nos municípios do Norte de Minas (Rio Pardo de Minas, Virgem da Lapa, Grão Mogol, dentre outros) estão cada vez mais acirrados, com as reintegrações de posse e ações possessórias em terras devolutas griladas pelas empresas invasoras, apoiadas em suas ações por capangas e grileiros locais e apoiados pela polícia militar, prisão de militante envolvido na luta pela terra, com os desmatamentos também por parte das empresas de terrenos devolutos com o cerrado em recuperação em áreas inseridas nas terras de uso tradicional geraizeiro e quilombola.

Indígenas, quilombolas e camponeses são sujeitos sociais que não se dobraram diante da violência brutal praticada pelos latifundiários e pelo Estado, nesses cinco séculos de opressão, que marcam o avanço da *acumulação originária do capital*, sobre as terras no Brasil. Tampouco, as formas *não-capitalistas* de produção deixaram de permear o processo de avanço das relações capitalistas de produção, é o que constatei na análise da ação das empresas de plantio de madeira para produção de carvão instaladas na fração territorial de análise, no acesso à terra via ação das estatais SUDENE e RURALMINAS e nas formas de exploração do trabalho dos camponeses, mulheres, homens e crianças nas carvoarias e também na degradante cata de insetos. Também no presente, não sucumbiram à *territorialização dos monopólios* e a *monopolização dos territórios* na agricultura. Esses sujeitos sociais, seguem no interior do capitalismo e também fora de suas amarras, disputando as frações do território. Num permanente processo de luta e resistência pela sua reprodução social.

Com a instituição da propriedade privada da terra no Brasil com a constituição de 1824, a aplicação desse fundamento através do Decreto nº 720 de 1890 de divisão e demarcação de terras, cujas implicações foram analisadas nesta tese e o conjunto de normas que sucederam a apropriação

privada da terra, até promulgação da Lei de Terras em 18 de setembro de 1850, e as normas que sucederam, não impediram que os invasores de terras continuassem controlando e invadindo as terras devolutas, pelo contrário favoreceram. Atravessamos o século XXI sem que União e Estados, saibam quais são efetivamente as propriedades privadas, quais foram apropriadas privadamente por meio de ações fraudulentas desde 1850. Ou desde a promulgação do Código Civil.

A legislação já foi feita e refeita, muitas vezes legitimando a grilagem, recursos tecnológicos para mapear e sistematizar as informações sobre as terras já são acessíveis. A quem não interessa discriminar as terras, as instituições governamentais, os governantes, as empresas, os proprietários de terras e grileiros engajados na política? Ao pacto selado entre ambos? As terras devolutas do Estado de Minas Gerais serão discriminadas? Algumas questões continuam sem resposta para a específica conjuntura e com relação aos processos que temos investigado: As terras devolutas no Norte de Minas serão discriminadas? As terras invadidas pelas empresas e pelos grileiros na comarca de Grão Mogol serão devolvidas? Considerando que, o atual Secretário do Estado da Fazenda é filho do rentista Joaquim Beltrão da Silva, um dos maiores privilegiados com a *grilagem judicial* na Comarca de Grão Mogol? E que para vencer as eleições estaduais o candidato eleito do PT fez aliança política na coligação com o PMDB partido do ex-deputado Newton Cardoso e do atual deputado Newton Cardoso Júnior, os donos da Rio Rancho Agropecuária, também beneficiada pela *grilagem judicial*?

Sendo assim, a questão fundiária de forma geral, engloba os pilares do discurso da geopolítica (poder, política e território). A porção territorial investigada encontra-se na mira dos interesses da reprodução ampliada do capital. Além da exploração do solo e da água pelo plantio de madeira, os interesses minerários são na atualidade o grande problema a ser enfrentado nas disputas e lutas *socioterritoriais* frente ao processo de “*territorialização dos monopólios*”. Nesse sentido, há um conjunto de processos e ações judiciais movidas por posseiros, levantes e retomadas.

Sendo assim, trata-se de um campo fértil para as investigações da Geografia Agrária e para as lutas sociais que precisam ser documentadas.

Nesse bojo buscando compreender o conteúdo territorial da expansão do capitalismo monopolista e rentista, que se apresenta como produtor de *commodities* no campo exaurindo os recursos da natureza. Ao mesmo tempo mostra a face da luta de classes permanente na reprodução da sociedade capitalista disseminada em vários focos de disputas territoriais no globo, inserido em uma problemática ambiental de proporções também mundiais. De um lado seres humanos lutando por terra para reproduzir a sua existência e de nossos coletivos, nossos costumes, nossa cultura, devo dizer assim “nossas” porque também fui talhada nesse barro do campesinato expropriado. E por outro lado, grandes grupos econômicos aliados a latifundiários e empresários capitalistas que atuam na escala local visando a reprodução ampliada do capital em escala mundial.

Conforme escreveu Martins (1994: 12-13) “[...] *Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer.*” Até os dias atuais, face às injustiças no campo, temos sido obrigados a suportar, também, moralmente obrigados a nos comprometer, e como pesquisadores compreender analiticamente e lutar junto. Seja, optando pelo caminho da luta política pelo aperfeiçoamento das estruturas democráticas do país, ou optando pelo caminho das lutas territoriais que aspiram a liberdade e autonomia dos povos, em outras bases, que pensam a negação do mundo da exploração do trabalho e do consumo, buscam outras possibilidades de reprodução da existência na Terra (planeta, a nossa *Pachamama*) e na terra (unidade de produção) buscando o equilíbrio na relação sociedade-natureza.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

ALMEIDA COSTA, João Batista. Fronteira regional do Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baiano em Minas gerais. IN: sociedade e Cultura. Goiânia, v.5, nº1. 2002.

_____. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Brasília: Departamento de Antropologia/ UnB, 2003. (Tese de doutorado em Antropologia Social).

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos Rebeldes: Violência nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998

ANDRADE, Manuel Correia de. “O latifúndio, a Divisão da Propriedade e as Relações de Trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional”. In: A terra e o Homem no Nordeste. 2ª Edição. Editora Brasiliense. São Paulo: 1964.

_____. *A Pecuária nos Gerais do Norte de Minas*, UFPE, PRIMUS, RJ, 1975

_____. *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi extensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais*, Ministério do Interior/Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/Superintendência Adjunta de Desenvolvimento/Coordenação de Planejamento Regional/ Divisão de Política Espacial. Recife, 1982

_____. Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina. 4 edição-São Paulo, SP: Atlas, 1987.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Cap. I: *Das minas do ouro que se descobriram no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p. 255-304.

AQUINO, Adriana Duarte Borges. “A lei de terras e os registros eclesiásticos de imóveis: legitimações de posse e mercantilização da terra em Montes Claros – MG”. Programa de Pós-Graduação em História/PPGH/UNIMONTES. Mestrado em História Social. Orientador Dr. Renato da Silva Dias, Montes Claros, MG, Abril, 2017.

ARAÚJO, E. C. Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos *vazanteiros* do Pau de Léguas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Professor Doutor João Batista de Almeida Costa (Orientador). Professor Doutor Rômulo Soares Barbosa (Co-Orientador), Montes Claros, MG, Abril, 2009

ARAÚJO, Osvaldo Oliveira. Direito aplicado: vivências judiciais de conflitos coletivos agrários em Minas Gerais / Osvaldo Oliveira Araújo. – Brasília: MDA, 2009. 319p.; 29,7cm. (NEAD Experiências; 3)

ASSIS, Maria Emília Aparecida de INÁCIO CORREIA PAMPLONA: O “Hércules” do sertão mineiro setecentista. Programa de Pós-Graduação em História - PGHIS Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ– DECIS São João del Rei, 2014. 192 p.

BANDECCHI, Brasil. Origem do Latifúndio no Brasil. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1963.

BARBOSA DA SILVA, Wellington. *“Uma Autoridade na Porta das Casas”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)*. SAECULUM, Revista de História [17]; João Pessoa, jul/dez. 2007.

BIZERRA, Andrette Ferraz. *“Quilombo Arraial do Farrancho/Itaobim-MG”*. Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em gênero, raça e etnia. Monografia (Programa de Pós-Graduação em Educação para a Diversidade da Universidade Federal de Ouro Preto), Especialização em Gestão de Políticas Públicas. Araçuaí-MG 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). Doutorado em Geografia (Geografia Humana) FFLCH/USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orient). São Paulo, SP, Brasil, 2006

BORGES, Maria Eliza Linhares. Entrevista com o Sr. Walter Cipriano. Fiscal de Matas da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais (1947-68), 1988.82

BORGES, Maria Eliza Linhares. Utopias e contra-utopia: Movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950 -1964), 1988.

BRASIL, Henrique de Oliva, História e Desenvolvimento de Montes Claros,. Belo Horizonte. Editora Lemi S. A., 1945

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda - Norte de Minas Gerais.– 2006. 157 p. (Orientadora: Luciene Rodrigues). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

_____. Ecologismo dos Gerais: Conflitos Socioambientais e Comunidades Tradicionais dos Gerais, Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, Brasília, 2013. 268 p.: il. Orient. Prof. Dr.Elimar Pinheiro do Nascimento

CABOCLO, Natalya e MASSUQUETTO, Josely Trevisan. *“Propriedade produtiva e desapropriação: uma marcha lenta rumo à máxima efetividade do texto constitucional.”* In: *REFORMA agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná.*/ Claudia Sonda (Org.), Silvia Cristina Trauczynski (Org.). Curitiba: ITCG, 2010. 344p. (237-256pp.)

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979, p.118)

CARDOSO, Aparecido Pereira. *“Havia Alguma Sombra da Forma Antiga das Minas: Memórias e Rebelião no Sertão do Rio São Francisco, Minas Gerais – 1736”*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Área de Concentração: História e Cultura Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise A. Soares de Moura. Franca, 2013.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (História, tese de doutorado)

_____. Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX). Série Estudos, 1 Núcleo de História Econômica e Demográfica Universidade Federal de Ouro Preto Mariana: UFOP, 1999.

_____. Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, 364 p.

CARRARA, Álvaro Alves. Reconversão agroextrativista – perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas Gerais. 2007. 120 f. Dissertação – CDS, UNB, Brasília, 2007

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. *“Elo da História Demográfica de Minas Gerais: Reconstituição e Análise Inicial dos Registros Paroquiais da Freguesia de N. S.^a da Conceição do Antônio Dias 1763-1773”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2007 (Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clotilde Andrade Paiva)

CANO, Wilson. A criação da SUDENE. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, vol 5, n. 7, out. 2010.

CARVALHO Ana Emília de. Governador Valadares: misto de esperança e conflitos por causa da terra. Disponível in http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/Textos_Digitais

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial ; Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Editora Brasiliense. 1967

CHAVES, Patrícia Rocha. *Rebeldia e Barbárie: conflitos socioterritoriais no Bico do Papagaio*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2015

CHAYANOV, A. V. La Organización de la Unidad Económica Campesina, Ed. Nueva Vision, Buenos Aires, 1974;

COSTA, Aguinaldo. Apontamentos para uma reforma agrária. São Paulo. Editora Brasiliense Limitada, 1945.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2. ed. rev. e atual. por Joaquim Ribeiro Filho. Belo Horizonte: BDMG, 1997. 476 p

COSTA, Dilvanir José da. *O sistema da posse no Direito Civil*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 35, n. 139, p. 109-117, jul/set., 1998.

COSTA, Rogério Haesbaert. Latifúndio e identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2007.

COSTA, Antônio Gilberto. "A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos". IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 9 a 12 de novembro de 2011.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves, "A Bancada Ruralista do Congresso Nacional e a Questão Agrária no Brasil". Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2012

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: Hucitec Editora da Universidade de São Paulo, 1992

COSTA FILHO, Aderval. "GURUTUBANOS, Caatingueiros e Geraizeiros: Identidades Rurais, Territorialização e Protagonismo Social". Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 a 04 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

COSTA VAL (et all), Andréa Vanessa da; SOARES, Rosane Vianna; SOARES, Shirley Ker; VIANA,Carine Kely Rocha. NOTA HISTÓRICA: "Estudo Histórico da Divisão Administrativa, Judiciária e Eclesiástica das Minas Gerais", Supervisão - Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 61, nº 195, p. 13-20, out./dez. 2010.

COTRIM, Carolina Costa, O Ordenamento do Estado Imperial no Sertão Norte Mineiro, Mestrado Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial, UNIMONTES, Montes Claros, 2007

COTRIM. Dário Teixeira. Ensaio Históricos de Itacambira. Montes Claros - Minas Gerais. Editora Millennium/Cotrim Ltda Prefácio de Wanderlino Arruda. 2014. ler este texto. Disponível em:http://www.ihgmc.art.br/Livro_Itacambira.htm

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. “Ata da 33ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2005 – Audiência Pública em Jequitinhonha/MG”. Sábado, 12, p. 525-550. Agosto de 2006.

DINIZ, Raphael Fernando. “Agroecossistemas & Sociobiodiversidade: Territorialidades e Temporalidades nos Quilombos do Alagadiço, Minas Novas/MG [travessias...]”. Mestrado em Geografia Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2013.

DUARTE, Melina. “A Lei de Talião e o princípio de igualdade entre crime e punição na Filosofia do Direito de Hegel”. Revista Eletrônica Estudos Hegelianos Ano 6, nº10, Junho-2009: 75-85

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Edusc,Bauru, SP, 2005. 488P. (Coleção História)

ESPINDOLA, H. S.; ESTEVES, Ana Caroline. ; MARTINS, Renata Flor. . Apropriação privada e ação regulatória. Propriedade e posse da terra em Minas Gerais: 1891-1960.. Revista da Associação Mineira de Direito e Economia, v. 4, p. 1-31, 2010.

FARIA, C. S. *A Integração Precária e a Resistência Indígena na Periferia da Metrópole*. São Paulo: FFLCH, USP (Dissertação de Mestrado), 2008.

_____. A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, DEGEO/FFLCH/USP Orientação Prof. Drº. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2015

FARIAS, Valdez Adriani e MODESTO, Joaquim “*Função social da propriedade – dimensões ambiental e trabalhista*” – Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, p. 33-356

FELICIO, Jose do Carmo. “*Loja Maconica Aurora do Progesso, Grao Mogol: 141 anos de historia*”. Belo Horizonte Grafica O lutador nº 3, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano, “*Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais*”. Observatorio Social da America Latina, v.16, pp.273-284. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

GARCIA, Paulo. Terras devolutas: defesa possessória, usucapião, registro Torrens, ação discriminatória. Belo Horizonte: O. Nicolai, 1958.

GONZAGA, Vair. Posse e Propriedade. Terras do Brasil. Repertório Forense. Curitiba – PR: Jurídica Nacional Editora, 1991.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.

_____. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra LTDA, 1968.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Memórias históricas de movimentos rurais –Juiz de Fora na passagem do século XIX ao XX, Tempo n.22, p.58-79*

_____.PATRIMÔNIO RURAL E CONFLITOS NO CAMPO (Juiz de Fora -MG, primeira metade do século XX) 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006 (deixar aqui somente se citar no texto-lido ainda não citado)

_____.Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume, Juiz de Fora:Funalfa Edições, 2006.

HOLSTON James. LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 8, n. 21, p. 68-89, 1993. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm
acessado em 06/03/2015 às 12:10hs.

INSTITUTO DE TERRAS DE MINAS GERAIS. Processos de legitimação de terras devolutas do estado de Minas Gerais.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA CADASTRO RURAL (NCRA, 2003)

IVO, Isnara Pereira (2009). Homens de Caminho: Trânsito, Comércio e Cores nos sertões da América Portuguesa – século XVIII, Belo Horizonte, Departamento de História da FAFICH, 2009.Orientador: Prof. Dr. Eduardo França Paiva.

JUNQUEIRA, Messias. Terras Devolutas na Reforma Agrária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

_____. O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas. São Paulo. Livraria dos Advogados Editora Ltda, 1976.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Conflitos Agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767-1820). Tese de Doutorado (Curso de Pós Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2013. P.298

LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo. Editora Ltda, 1975.

LASMAR, Jorge; e VASQUES, Terezinha. Grão Mogol. Contagem, MG: Gráfica Líthera Maciel, 2005, 164 p.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto: o município e o regime de representação no Brasil.– 3ª Ed.- Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.p. 440

LEITE, Esdras. Marcos.; ALMEIDA, J.efferson William Lopes; MAGALHÃES FILHO, Raul de; CLEMENTE, Carlos Magno Santos. Anais XVI Simpósio

Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE

LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas, 2ª edição, Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1954, p. 51..

_____. Terras devolutas. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

LIMA, Jurandir Barbosa. Terras Posse Propriedade. 2ª Ed. Ribeirão Preto-SP: Bê Ele Publicações, 1978.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação de Capital - Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1976.

MALINA, Léa Lameirinhas. “A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia” Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2013

MONTEIRO, Fernanda Testa. *Campesinato e terras de uso comum na porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais*. Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira), no prelo.

MARÉS, Carlos Frederico. A função Social da Terra. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____.A função Social da Propriedade In: *REFORMA agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná*./ Claudia Sonda (Org.), Silvia Cristina Trauczynski (Org.). Curitiba: ITCG, 2010. 344p. (180-197pp.)

MARQUES, Marta Inês, Medeiros, *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. Mestrado em Geografia (Geografia Humana).Universidade de São Paulo, USP, Brasil.1994. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

MARTINS, Herbert Toledo. *A Retaliação de Pernambuco: O Caso da Comarca do Rio de São Francisco*. Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Volume 28.2, 2010, 16p.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____.*Expropriação e Violência (A questão política no campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. O Poder do Atraso,São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. Fronteira, Hucitec, São Paulo, 2009.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.

MARX, Karl. O Capital - Volume III - livro terceiro - tomo 2 - Coleção Os Economistas - volume V - Nova Cultural, São Paulo, 1986.

_____. (1986a). *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel [Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes]. Prefácio à 3ª edição Alysso Mascaro]. 3ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2006) *A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira / Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM*. – Brasília: MMA, 2006. 108 p.: il. color.; 28 cm + 2 lâms. (Série Estudos, 8).
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2012). *Registros Públicos e Recuperação de Terras Públicas, Resumo do relatório de Pesquisa*, MJ/SAL – Série Pensando o Direito 2011-2012, Nº 48 – versão publicação. Coordenação Geral: José Rodrigo Rodriguez (CEBRAP).

MORAES, Antônio Carlos Robert. “Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI”. Hucitec, 4ª ed, São Paulo. 2000.

_____. *Bases da Formação Territorial do Brasil*, GEOGRAFARES, Vitória, no 2, jun. 2001.

_____. *Território e história no Brasil*. Anablume. 2ª ed, 2005

MORAES, Júlio César Pires Pereira. Território como norma ou a norma como território? Práticas e representações sociais durante o processo de ocupação do Médio Rio Doce em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. In: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anaais/24/1340747240_ARQUIVO_Normacomoterritorio.pdf Acesso em 09 de março de 2014.

MORENO, Gislaine. Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007;

MOTA, Maria Sarita Cristina. *Nas terras de guaratiba uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI – XIX*. Tese Doutorado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –CPDA/UFRRJ. orientadora: Prof. Dr. María Verónica Secreto de Ferreras Seropédica, RJ set. 2009 340 p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

_____. *Jogos da Memória. Conflito de Terra e Amnésia Social*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, NITERÓI, v. 6, p. 183-196, 1998.

_____. *Feliciano e a Botica: transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX)*. In: LARA,

Silvia Hunold (Org.); MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social. Editora Unicamp: Campinas, 2006. p.239-266.

_____. Direito à Terra no Brasil: A gestação do Conflito, 1795 – 1824. São Paulo. Editora Alameda, 2009. p.136-137

_____. Direito à Terra no Brasil: A gestação do Conflito, 1795 – 1824. São Paulo. Editora Alameda, 2012. 2ª Edição. 290p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes & GUIMARÃES, Elione (org.). Propriedades e disputas: fontes para a história dos oitocentos. Guarapuava; Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011. 266p.il.

MOURA, M. M. *Os Deserdados da Terra*. Tese Doutorado Antropologia Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FLLCH, USP. São Paulo, SP. Orientação: José de Souza Martins. 1983

MULS, N.C. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do camponato. In: *Análise e Conjuntura*, vol 5., no. 3, set/dez. Belo Horizonte, 1990

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reideiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2003. Profa. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Orientadora)

NOGUEIRA, M.C. R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*, Tese de Doutorado Departamento de Antropologia, Programa de Pós Graduação em Antropologia social, Orientador: Prof. Paul Little. Brasília, DF, 2009, DAN/ICS/UNB.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL -. Boletim Paulista de Geografia, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, Pp. 5-64.

_____. A Agricultura Camponesa no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, (Caminhos da Geografia) 1997.

_____. *“A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência”*. LIVRE DOCÊNCIA da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1997.

_____. A Geografia das lutas no campo, São Paulo. Contexto 1999. 128 p.

_____. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Revista Estudos Avançados* 15 (43), 2001. Pp. 185-206.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil, Terra Livre, São Paulo, Ano 19, v.2, nº 21 p. 113-156 jul/dez 2003.

_____. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: O campo no Século XXI. Território de Vida, de luta, e de construção de justiça social. Ariovaldo Umbelino de, & MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra 2004. p.29-70

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições 2007.

_____. *Estrutura fundiária e grilagem de terras no norte de Minas Gerais*. 2013. Pesquisa Inédita

_____. *A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892

OLIVEIRA, A, U; FARIA, S. C de. *Processo de Construção da Propriedade Privada da Terra no Brasil*. EGAL 2009 ISBN 978 - 9974 - 8194 - 0 – 5. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/>. Acesso em junho de 2012.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. *A luta política é uma coisa, a indígena é a história do povo: identidade e fronteiras entre os índios Xakriabá e a sociedade regional*. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2004. Monografia de Bacharelado.

OLIVEIRA, Francisco de. *A criação da SUDENE*. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, vol 5, n. 7, out. 2010.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p. 50-53.

PARRELA, Ivana D. *O Teatro das Desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino – 1768-1800*. São Paulo: Annablume, 2009

PEREIRA, José Edgard P. A. *Perfis constitucionais das terras devolutas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PEREIRA, Laurindo Méike (2007) *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, orientadora: Prof. Dr. Raquel Gleizer, 2007, SP, 242p.

PETRONE, Maria Thereza. *Terras Devolutas, Posses e Sesmarias no Vale do Ribeira em 1854*. Revista de História, Ano XXVI, V.LII, nº103, p.375-399, jul.-set. 1975.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Tomo I. Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 1972

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *“Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra”*. Tese de Doutorado Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2016 (no prelo)

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Sem Editora, 1979.

PIRES, Warley Pereira. *“O movimento emancipacionista de Minas do Norte: uma identidade territorial em questão”* dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, orientador Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira, Niterói, 2006. 163p.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. “As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas”. In LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 19-46.

RABELO Ernane Corrêa. *Vida e morte de O Combate*. In: *5º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (ano?)*. Disponível in <http://www.com.ufv.br/pdfs/professores/artigo%20redealcar%20ernane%20rabelo.pdf> Acesso em 09 de março de 2014

RAFFESTIN, C. “Por uma Geografia do Poder”, Ática, São Paulo, 1993.

REIS, Francemberg T. “*Entre as teorizações das leis e as ações práticas dos sujeitos: as continuidades da Lei de Terras de 1850 no nascente regime republicano*”. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal - RN. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2013. p. 01-19.

RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. *Quatro histórias de Terras Perdidas: Modernização Agrária e Privatização de Campos Comuns em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, sv.9,n.2/Novembro 2007, p.115-119.

RIBEIRO DOS SANTOS E SANTOS E SILVA, Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais, 35º Encontro Anual da ANPOCS, Montes Claros/MG Agosto de 2011. 1-24p.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA Volume 34 - Nº 1 • JAN / JUN - 2007 • ISSN - 0102-1184 p.16-24

RIBEIRO, Lauê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido republicano Paulista*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História DH/FFLCH/USP. São Paulo, 2011. Orientadora. Drª. Mônica Duarte Dantas

RIBEIRO DE SOUZA, Eduardo Pacheco. “*Contrato particular no Registro de Imóveis – Os títulos particulares no Registro de Imóveis*”, 18º Encontro Estadual de Notários e Registradores de Minas Gerais, Belo Horizonte, 20 a 22 de agosto de 2009

ROMERO, Jorge Henrique da Silva. *“Sertão, sertões e outras ficções: ensaio sobre a identidade narrativa sertaneja”*. Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, Tese (doutorado), UNICAMP: Orientador: Suzi Frankl Sperber, Campinas, SP, 2015.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 315p.

SANTOS, Márcia Mária Duarte; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto. *“A capitania de Minas Gerais no início dos oitocentos, segundo a Cartografia de Luiz Caetano Miranda: informações fidedignas?”* Anais do III Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica), Ouro Preto, Minas Gerais, 2009.

SANTOS, Joaquim F. *Memórias do Distrito Diamantino*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DE MINAS GERAIS, 2015

SENNA, Nelson de. Principais povos selvagens que tiveram o seu “habitat” em território de Minas Gerais. *Revista do Archivo Público Mineiro* (Belo Horizonte), Ano XXV, Vol.I. (Julho).

SHANIN, T. *La Classe Incomoda*. Alianza Editorial, Madrid, 1993;

SILVA, Lúgia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. 2º Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2008.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOBRINHO, José de Souza. *O camponês geraizeiro no oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. Tese de Doutorado Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 2012

SOUZA, Alexandre Rodrigues. *A “Dona do Sertão”: mulher rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII*. Niterói, RJ, 2011 Dissertação de Mestrado (História Social) – ICHF/UFF. (Orient. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo)

STAUT JR., Sérgio Said. Cuidados metodológicos no estudo da história do direito de propriedade. *Rev. da Fac. de Direito da UFPR*. Curitiba, n. 42, 2005. Disponível in <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/32646/public/32646-40021-1-PB.pdf>.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, *Os Colonos do vinho*; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978. p.182

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

VIAL, Sandra Regina Martini. Propriedade da Terra. Análise sociojurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

THOMPSON, E. P. *Costume, Lei e Direito Comum* Capítulo 3. In: Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular Tradicional. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (p.86-149)

TORRES, M. G. A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no oeste do Pará. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP.

TORRES, M. G. *Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Usp. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

VERÍSSIMO, M. P. *A judicialização dos conflitos de justiça distributiva no Brasil: o processo judicial no Pós-1988*, Tese (Doutorado Departamento de Direito Processual), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 2006. 264 p.

VIANNA Nelson Washington, *“Foiceiros e Vaqueiros”*, Editora ‘Irmãos Pongetti’, 1957.

Legislação

Alvará de 30 de outubro de 1793. (Lisboa,Portugal)

Alvará de 25 de janeiro de 1809.

BRASIL.Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Organizadores: Joaquim Modesto Pinto Junior, Valdez Farias. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007. (NEAD Especial; 7), Tomo I, II e III.

COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA- Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de Janeiro de 1890.

Decreto nº 720, de 5 de setembro de 1890. Manda executar o regulamento sobre divisão e demarcação das terras particulares.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-720-5-setembro-1890-518002-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto de 7 de julho de 1824. *Desliga provisoriamente da Provincia de Pernambuco e incorpora á de Minas Geraes a comarca do Rio de S. Francisco.*

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, Página 42 Vol. 1 pt II (Publicação Original)

DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 de setembro DE 1939 – Antigo -Código de Processo Civil -*substituído pela Lei nº 5.869, de 11.1.1973*)

LEI Nº 601, DE 18 de setembro DE 1850. regulamentada pelo decreto 1.318, datado de 30.1.1854.

LEI Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

LEI Nº 4.239, DE 27 de junho DE 1963. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

LEI Nº 11.952, DE 25 de junho DE 2009.

MINAS GERAIS. Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/> acesso em 09 de março 2014

Lei nº 3.692 de 15 de Dezembro de 1959 - Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

LEI Nº 4.239, DE 27 de junho DE 1963 Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

Documentos

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM (2005)

Projeto Cadastro de Abastecimento por Águas Subterrâneas, Estados de Minas Gerais e Bahia: diagnóstico do município de Grão Mogol, MG.– Haroldo Santos Viana, *Reynaldo Murillo D. A. de Brito, *Adriana de Jesus Felipe, *Maurício Vieira Rios. Belo Horizonte: CPRM, 2004.

_____. Projeto Cadastro de Abastecimento por Águas Subterrâneas, Estados de Minas Gerais e

Bahia: diagnóstico do município de Riacho dos Machados, MG.– Haroldo Santos Viana,

*Ely Soares de Oliveira. Belo Horizonte: CPRM, 2004.

_____. Projeto Cadastro de Abastecimento por Águas Subterrâneas, Estados de Minas Gerais e

Bahia: diagnóstico do município de Serranópolis de Minas, MG.– Haroldo Santos Viana,

**Eduardo Jorge Machado Simões. Belo Horizonte: CPRM, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS –(DOEMG, 2014) (Pág. 26. Publicações de Terceiros. de 15 de maio de 2010).

RESUMO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL DA NORFLOR (2015)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Parecer de Licença Prévia requerido pela Mineração Riacho dos Machados Ltda 2010).

CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO (MG). *A zona mineira do polígono das sêcas e o nordeste brasileiro*. Belo Horizonte, Editora: [s.n.], 1967

_____. *A área mineira do polígono das sêcas e o desenvolvimento de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora: [s.n.], 1970

_____. *Área da SUDENE*, Assessoria do Secretário Adjunto. CI-SEPLAN, Volume IV, Serviço Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Editora: [s.n.], 1975. Disponível em:

<http://www.bibliotecavirtual.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?Codigo=75515&codUsuario=0> acesso em 06 de Janeiro de 2017

MAPA & INAES (2015). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA & Instituto Antonio Ernesto de Salvo – INAES, *O Estado da Arte das Pastagens em Minas Gerais*. Realização: Grupo Gestor do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, setembro de 2015.

SEAPA/RURALMINAS, 2014. Governo do Estado de Minas Gerais Secretária Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Fundação Rural Mineira. Comissão para das Carga e Registrar a Entrada de toda Documentação Administrativa visando analisar e sugerir Providências à Presidência à Diretoria da RURALMINAS, março de 2014.

Sites Consultados

ALBUM CHOROGRAPHICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAES 1927: ESTUDOS CRÍTICOS (2017). Disponível em:

http://www.albumchorographico1927.com.br/imprimir.php?mapa=2012_05_04_17_12_55_grao-mogol.jpg acesso em 10 de janeiro de 2017.

ALTA GEOTECNIA (2015) Disponível: <http://www.altageotecnia.com/portal/wp-content/uploads/2012/02/mineroduto.png> acesso em 08 de setembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (2013):Disponível em: <http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2842332/dez-sao-presos-por-grilagem-e-mp-ouve-manoel-costa> acesso em 29 de out 2013

CHAVES JÚNIOR, Antônio Gonçalves (Verbete) disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHAVES%20J%C3%A9ANIOR,%20Ant%C3%B4nio%20Gon%C3%A7alves.pdf> acesso em 16 de novembro de 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT-BAHIA (2014) <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/2122-cpt-bahia-ajuda-comunidades-impactadas-por-projeto-de-mineracao-a-criarem-mapas-georreferenciadas-com-a-delimitacao-de-areas-de-uso-comum> Acesso em 01 de outubro de 2015

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – CVRD(2002) Disponível em:<http://www.vale.com/PT/investors/home-press-releases/Press-Releases/Paginas/conclusao-da-venda-de-ativos-da-florestas-rio-doce.aspx> acesso em 05 de outubro de 2015

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PIONEIRA Ltda - COOAPI (2017) – Disponível em:http://www.cooapi.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=568 acesso em 08 de Janeiro de 2017

DIÁRIO DO COMÉRCIO. “Yamana Adquire Minas de Ouro Riacho dos Machados”. Disponível em: <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=167844> acesso em 08 de Janeiro de 2017.

ECODEBATE (2008).CIDADANIA E MEIO AMBIENTE. *Comércio criminoso de carvão devasta a Caatinga e o Cerrado*. 06 de outubro, 2008

<http://www.ecodebate.com.br/2008/10/06/comercio-criminoso-de-carvao-devasta-a-caatinga-e-o-cerrado/>

FOLHA REGIONAL DE TAIÓBEIRAS (2014), “*Justiça bloqueia bens de empresários acusados de grilagem de terras no Vale do Jequitinhonha e Norte de MG*” <http://www.radiobomsucesso.com.br/?q=content/justi%C3%A7a-bloqueia-bens-de-empres%C3%A1rios-acusados-de-grilagem-de-terras-no-vale-do-jequitinhonha-> ACESSO EM 26 de outubro DE 2013-10-26

FUNDAÇÃO VICINTIN Disponível em:

http://www.rima.com.br/htmls/div_vicintin.html Acesso em: 09 de abril de 2015

IBRAM- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, “Mineradora Canadense Abre Corrida do Ouro em Riacho dos Machados”. Disponível em: http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=93485

_____. “Brio Assina Opção Para Adquirir Mina De Ouro Riacho Dos Machados”. Disponível em:http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=254968 Acesso em: 13 de junho de 2017.

IGAM (2015) – Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais - <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/downloads/mapoteca/bases-cartograficas/hidrografia-monitorada/8473-hidrografia-monitorada> acesso 13 de outubro de 2015

IOF - IMPRENSA OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, (2008). “Governo entrega 1.495 títulos de propriedades no Norte do Estado”. Disponível em: <http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/agricultura/agricultura-arquivo/Governo-entrega-1.495-titulos-de-propriedades-no-Norte-do-Estado.html> acesso em 28 de Março de 2017.

INFOMINE (2015) Disponível em: “*Mineradora canadense que tira ouro no Riacho dos Machados alega “falta de chuvas” para reduzir produção e salários*” Disponível em:<http://noticiasmineracao.mining.com/2015/06/29/mineradora-canadense-que-tira-ouro-no-riacho-dos-machados-alega-falta-de-chuvas-para-reduzir-producao-e-salarios/> acesso em 05 de outubro de 2015

JORNAL DA SERRA GERAL (2017). *“Mais de 10 anos depois, Zé de Pulú atrás das grades”*, 30 de janeiro de 2009, por Fernando Lucas. Disponível em: http://www.jornaldaserrageral.com.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=1362 acesso em 07 de abril de 2017

JORNAL SETE DIAS (2017), *“Antônio Pontes comemora os 47 anos do Grupo Calsete”*. 14 de Março de 2017. Reportagem de Maurício Sander e Felício Júnior. Disponível em: <http://www.setedias.com.br/noticia/entrevista/antonio-pontes-comemora-os-47-anos-do-grupo-calsete/98/14986> acesso em 16 de abril de 2017.

JORNAL O TEMPO (2015): *“Com patrimônio que chega à casa dos bilhões, Newton Cardoso não disputará mais eleições”* Publicado em 24/05/14 - 03h00 Disponível em; <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/sempre-quis-ter-muitos-bens-1.851374> acesso em 21 de Janeiro de 2017.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG (2014) *“Governo de Minas assina novos protocolos de intenção com investimentos superiores a R\$55 milhões”* 04/12/2014. Disponível em: <http://www.jucemg.mg.gov.br/ibr/noticias+informa041214-1157> Acesso em 05 de outubro de 2015.

REPÓRTER BRASIL, 2014 *“Dez anos depois, cinco acusados pela Chacina de Unai ainda não foram julgados”*

Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/dez-anos-depois-cinco-acusados-pela-chacina-de-unai-ainda-nao-foram-julgados/> acesso em: 31/03/2015

SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – SEAPA/MG - 2015

http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_silvicultura_nov_2014.pdf

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (2014) - *“Recebida denúncia contra deputado federal acusado de integrar “máfia do carvão”* Quinta-feira, 15 de maio de 2014. Disponível em:

<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=266887> acesso em 07 de abril de 2015

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF, 2016). Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=127> acesso em 08 de Dezembro de 2016.

Vídeos

ACAMPAMENTO NOVO PARAÍSO, DO MST, EM JEQUITAÍ, MG E CONQUISTAS DO MST-MG EM 2011, 09/01/2012. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=zC_Kp1U7Twc acesso 16 de fevereiro de 2015

CACUNDA DE LIBRINA

<https://www.youtube.com/watch?v=y64AtpevK-k>

DE CAETITÉ (BA) A SANTA QUITÉRIA (CE) - AS SAGAS DA EXPLORAÇÃO DO URÂNIO NO BRASIL. NÚCLEO TRAMAS UFC.
https://www.youtube.com/watch?v=4sA_-ClFaZA

DE GRÃO EM GRÃO

Direção Frederico Borges; Produção Deleni Ribeiro de Arruda, Maria Kátia Oliveira de Araújo Costa, Maria Terezinha do Rosário de Oliveira Paulino. Vídeo Doc, 60 min, Grão Mogol/MG, 2011). Projeto patrocinado pelo Banco do Nordeste, Ministério da Cultura, Instituto Nordeste e Cidadania, Governo de Minas Gerais, Cultura Microprojetos, edição 2009.
<https://www.youtube.com/watch?v=tDBCmrG7wl>

DOCUMENTÁRIO TV APARECIDA: *GUARDIÕES DO CERRADO: A LUTA DOS GERAIZEIROS NO NORTE DE MINAS* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nAjZoPdYmzA> acesso 16 de Fevereiro de 2015

GERAIS – Produção Formosa Filmes: Articulação Nacional da Agroecologia/Curta Agroecologia

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wHy4Dqh_2tY acesso em 26 de agosto de 2015

“MÁFIA DO CARVÃO EXPLORA TRABALHO INFANTIL E ESCRAVO NO ES E BA” Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u_LmuN_DQYk Acesso em 05 de outubro de 2015.

RIMA INDUSTRIAL (2015) – Vídeo Institucional

Disponível em: http://www.rima.com.br/htmls/inst_quem_somos.php acesso em 07/04/15

SEMPRE VIVAS – Produção Formosa Filmes: Articulação Nacional da Agroecologia/Curta Agroecologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=72hqG-nF3i4> acesso em 26 de agosto de 2015

Sites Consultados

AGÊNCIA MINAS (2016) - “Programa estadual de regularização fundiária é debatido na Assembleia”. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/programa-estadual-de-regularizacao-fundiaria-e-debatido-na-assembleia>. Acesso em 09/02/2017

CÂMARA LEGISLATIVA (2017): - “CCJ aprova revogação de lei de 1850 sobre terra devoluta” reportagem 06/06/07 – disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/104757.html> acesso em 30 de janeiro de 2017

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA - CAA (2015), *Indígenas Tuxá ocupam território em Buritizeiro-MG*, publicado em 23 de novembro de 2015

<http://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/indigenas-tuxa-setsor-bragaga-ocupam-territorio-em-buritizeiro-mg> Acesso em 02 de maio de 2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82385-cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia>

MINAS LIVRE, (2016)

<http://www.minaslivre.net/site/index.php/84-alberto-senna/3220-quatro-nomes-para-uma-so-rua> Acesso em 17 de Fevereiro de 2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - TJMG (2014)

<http://www.tjmg.jus.br/portal/conheca-o-tjmg/estrutura-organizacional/comarcas/> Acesso em 02 de maio de 2016

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2014) – Declaração de Bens Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014> acesso em 12 de janeiro de 2017

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) - Fundo Especial Repartição de Terras Públicas. Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=183 acesso em 25 de janeiro de 2016

Cartório do 1 °Ofício e Notas do Município de Grão Mogol, MG

- Processos Cíveis Imobiliários de Divisão e Demarcação das Fazendas: *Santo Antônio, Santa Cruz, São Pedro, Curral Novo, Sítio Novo, Gado Bravo, Jatobá.*

Cartório do 2 °Ofício e Notas do Município de Grão Mogol, MG

- Processo de Divisão e Demarcação das Fazendas: *Riacho de Dona Rosa, do Marimbo, do Curralinho, Santa Quitéria, Ribeirão da Areia, Pé Grosso e Lages, Lagoa dos Patos, Ribeirão das Piabanhas, Sobrado*

Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais, Termo de Urandy, Comarca de Caetité, Bahia

-Inventário de Bens do Coronel José Guimarães (+25.06.1930) -Ano: 1940 -1956

Autos de Processos

- Autos do Processo nº5.192/2005. Ação Discriminatória de Terra Devoluta Estadual. (Cópia arquivo da CPT).
- Ação de Usucapião nº 0278.06.003056-8 arquivada no Fórum de Grão Mogol.
- Processo de Usucapião: 1412/92. Arquivo nº027808006774-9. Ano:1992, Autor: Florestas Rio Doce S/A, Réu; Estado de Minas Gerais (arquivada no Fórum de Grão Mogol)

Outras fontes

- Representação do Ministério Público encaminhada ao Superintendente da Polícia Federal/Interpol-pelos crimes em tese de abuso de confiança, simulação, ambiental, fraude (artigo 171 do CP), s/d.
- Relatório das Oficinas de Autodemarkação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, CAA, 2015.
- 165ª Ata da Reunião do Conselho de Administração da Sociedade Inonibrás Inoculantes e Ferroligas Nipo-Brasileiras S.A. realizada em 05 de setembro de 2006 (JUCEMG). E página virtual da INONIBRÁS (2016) Disponível em: <http://www.inonibras.com.br/sobre.php> acesso em 16 de fevereiro de 2017.

E-MAIL PARA CONTATO:

sandrajequi@yahoo.com.br

ANEXOS

ANEXO A – LEI 618 DE 30/10/1950 E LEI 1689 DE 20/11/1957

NORMA: LEI 618, DE 30/10/1950

Ementa: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE TERRAS DEVOLUTAS. **Origem:** LEGISLATIVO **Indexação:** AUTORIZAÇÃO, EXECUTIVO, CONCESSÃO, TERRA DEVOLUTA, PARTICULAR, MUNICÍPIO, GALILÉIA, JEQUITINHONHA, RUBIM, JACINTO, INDIANÓPOLIS, SIMONÉSIA. **Assunto Geral:** IMÓVEL.

Fonte: PUBLICAÇÃO – MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO 31/10/1950 PÁG. 1 COL. 1 MICROFILME 96

- **TEXTO ORIGINAL**

Dispõe sobre concessão de terras devolutas.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado, nos termos do art. 119, § 2º da Constituição do Estado, a fazer as seguintes concessões de terras devolutas: da área de 4.767.000,00 metros quadrados, no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia, a Glória Pereira Lopes; da área de 4.982.750,00 metros quadrados, no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia, a Maria Aparecida Pereira Lopes; da área de 4.976.000,00 metros quadrados no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de quadrados no lugar denominado “Macaco Sêco”, distrito de São Geraldo do Baixo, município de Galiléia a Nestor Pereira Lopes; da área de 5.507.000,00 metros quadrados situada às margens dos Córregos Acaba Saco e Eugênio, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Adalberto Sena e Irmãos. Da área de 6.407.000,00 metros quadrados, situada à margem do Córrego de Areias, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Antônio Soares da Cunha Peixoto; da área de 5.090.000,00 metros quadrados, situada às margens dos Córregos Bandeira e São José, distrito de Jequitinhonha, município de Jequitinhonha, a Joaquim Adalberto Pereira. Da área de 5.816.125,00 metros quadrados, situada às margens do Córrego Rubim de Pedras, distrito de Rubim, município de Rubim, a Djalma Ferreira da Costa; da área de 7.296.000,00 metros quadrados, situada às margens do Córrego Rubim de Pedras, distrito de Rubim, município de Rubim, a Sebastião José de Sousa; da área de 3.061.570,00 metros quadrados, situada à margem direita do rio Jequitinhonha, distrito de Jacinto, município de Jacinto, a Antônio Mendes; da área de 3.308.950 metros quadrados, situada no lugar denominado Córrego Capão dos Porcos, distrito de Indianópolis, município de Indianópolis, a Olímpio Mendes Ferreira; e da área de 2.820.000,00 metros quadrados, situada no lugar denominado Rio Preto do Bananal, distrito de Alegria, município de Simonésia, a Antônio Melânias Aleixo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 30 de outubro de 1950.

MILTON SOARES CAMPOS

Américo Renê Giannetti

NORMA: LEI 1689, DE 20/11/1957

Ementa: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE TERRAS DEVOLUTAS **Origem:** LEGISLATIVO. **Indexação:** AUTORIZAÇÃO, EXECUTIVO, CONCESSÃO, PARTICULAR, TERRA DEVOLUTA, MUNICÍPIO, GALILÉIA, RUBIM, MUTUM, SALTO DA DIVISA, NANUQUE, JACINTO, ALMENARA, ITAMBACURI, TUMIRITINGA, TARUMIRIM, RESPLENDOR. **Assunto Geral:** IMÓVEL.

Fonte: PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 22/11/1957 PÁG. 1 COL. 2 MICROFILME 120 .

TEXTO ORIGINAL

Dispõe sobre concessão de terras devolutas.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 119, § 2º, da Constituição do Estado, a fazer as seguintes concessões de terras devolutas: da área global de 4.104.750,00 metros quadrados, situada nos distritos de Galiléia e Sapucaia do Norte, município de Galiléia, a Itagiba Quirino da Costa, Paulo Pires de Castro e Ione Pires de Castro; da área de 559.400,00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego Vento Frio", distrito de Rubim, município de Rubim, a Ana Maria de Jesus e Maria Rosa de Jesus; da área de 1.495.000,00 metros quadrados, no lugar denominado "Margens do Ribeirão Rubim do Sul", distrito de Rio Pardo, município de Rubim, a Antero Rodrigues; da área de 2.855.375,00 metros quadrados, no lugar denominado "Ribeirão Mutunzinho", e "M.D. do Córrego Santa Rita", distrito de Mutum, município de Mutum, a Etelvina Cândida de Oliveira, Manuel José e Sandoval Ribeiro de Oliveira, Tercília Ribeiro de Sousa, Diná Alves de Oliveira e Darcília Ribeiro Brito, (na proporção de seus quinhões); da área de 2.262.950,00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego da Lajinha", distrito de Centenário, município de Mutum, a Raul Fonseca; da área global de 3.240.000,00 metros quadrados, no lugar denominado "Margens do Córrego do Padre", distrito de Salto da Divisa, município de Salto da Divisa, a Carlos Hanon da Cunha Peixoto; da área de 2.683.250, 00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego da Lage", distrito de Nanuque, município de Nanuque, a Israel José dos Santos; da área de 2.954.375,00 metros quadrados, no lugar denominado "Margens do Córrego Farinhas", distrito de Jacinto, município de Jacinto, a Quinto Moreira dos Santos; da área de 2.178.750 metros quadrados, no lugar denominado "Margens do Córrego Capão", distrito de Almenara, município de Almenara, a Osvaldo Sebastião Pimenta; da área de 2.230.500,00 metros quadrados, no lugar denominado "Casa Branca", distrito de Campanário, município de Itambacuri, a João Brasileiro Passos; da área global de 4.885.000,00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego Cibrão", distrito de Pescador, município de Itambacuri, a Geraldo Landi; da área de 749.750,00 metros quadrados, no lugar denominado "Melancia", M.E. do Rio Cuieté, distrito de Tumiritinga, município de Tumiritinga, a Alberico Vieira de Carvalho; da área de 969.000,00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego Beija-Flor", distrito de Tarumirim, município de Tarumirim, a Sebastião Dias Goulart; da área de 10.800.500,00 metros quadrados, no lugar denominado "Córrego Bananal", distrito de Bom Pastor, Município de Resplendor, a Francisco Lacerda Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 20 de novembro de 1957.

JOSÉ FRANCISCO BIAS FORTES

Álvaro Marcílio

ANEXO B - DISTRITO INDUSTRIAL DO BURITI

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL

CEP 39570 - ESTADO DE MINAS GERAIS

MANCÃO

28/12/1989

PRESIDENTE

Primeira discussão
em 27/12/89

LEI N. 146 DE 02-07-90

Segunda discussão
em 28/12/89

- CRIA O DISTRITO INDUSTRIAL DO BURITI E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS -

A Câmara Municipal de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Artigo Primeiro - De acordo com o disposto no art. 30, Item IV da Nova Constituição do Brasil, fica criado o Distrito Industrial do Buriti, na região leste deste município, formado pelo perímetro descrito no art. segundo desta Lei, cuja área e limites estipulados ficam definitivamente fazendo parte integrante do Distrito da Sede do Município de Grão Mogol, não podendo, em hipótese alguma, sofrer desmembramento parcial ou total, a qualquer título, a não ser para melhor equalização e fomento do desenvolvimento do Distrito Industrial criado.

Artigo Segundo - Os limites do Distrito Industrial do Buriti, na forma do levantamento topográfico realizado e de acordo com planta elaborada pelo Poder Executivo Municipal que integra esta Lei, são os constantes do memorial abaixo que fica aprovado na sua integralidade.

- Inicia-se na barra do Ribeirão Piabanhas com o Rio Jequitinhonha; daí, Ribeirão Piabanhas acima, até encontrar a barra com o Córrego Ouvidor; daí, Córrego Ouvidor acima até encontrar a barra do Córrego Mumbuca; daí, Córrego da Mumbuca acima, até encontrar sua cabeceira; daí, com rumo NO e com uma distância de aproximadamente 12.800 m, até encontrar a cabeceira do Córrego Buriti; daí, ainda com o rumo NO e com uma distância de aproximadamente 14.400 m, até encontrar com a BR-251, na cabeceira do Córrego Cancela, no local denominado "Sítio Fale da Cancela"; daí, BR-251 afora, no sentido Rio-Bahia - Montes Claros, até ao ponto onde a BR-251 transpõe a Serra da Bucaina,

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL

CEP 39570 - ESTADO DE MINAS GERAIS

no local denominado "Faz. Bucaina", onde se encontra a cabeceira do Rio Ventania; daí, Rio Ventania abaixo, até encontrar a sua barra com o Rio Itacambirucu; daí, Rio Itacambirucu abaixo, até encontrar sua barra com o Rio Jequitinhonha; daí, Rio Jequitinhonha abaixo até encontrar a barra com o Ribeirão Piabanhas, início da sa descrição.

Artigo Terceiro - Na área do Distrito Industrial do Buriti o Executivo Municipal poderá criar núcleos habitacionais dotados de infra-estrutura viária, urbanística, educacional desportiva, de saúde e saneamento, bem como adquirir ou desapropriar imóveis para a implantação do núcleo.

Artigo Quarto - Para viabilizar a implantação de Indústrias na região do Distrito Industrial do Buriti, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Governo Estadual e Federal, Bancos, Empresas Estatais, de Economia Mixta e Privada, bem como propor à Câmara isenção parcial ou total de taxas e impostos por tempo determinado, bem como criar outros incentivos de interesses do empreendimento.

Artigo Quinto - A área descrita no artigo segundo desta Lei e que será definitivamente incorporada ao Distrito da Sede de Grão Mogol, fica, para todos os fins de direito, desmembrada dos Distritos de Josenópolis e Padre Carvalho, e seus limites comporão doravante as divisas naturais entre os três Distritos.

Artigo Sexto - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Seções da Câmara Municipal de Grão Mogol aos 28 do mês de Dezembro 1.989.

PRESIDENTE DA CÂMARA

ANEXO C – MÁFIA DO CARVÃO

GRILAGEM DE TERRAS PÚBLICAS ENTRE OS TUCANOS DE MG

Na terça-feira passada, dia 20, a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal realizaram a Operação “Grilo”, cumprindo mandados de prisão, de busca e apreensão e de seqüestro de bens em municípios localizados, em especial, na região norte do estado de Minas Gerais. As investigações demonstraram que os investigados integram e lideram organização criminosa que vem atuando há vários anos, de forma absolutamente impune, principalmente na região norte do Estado de Minas Gerais, patrocinando grilagem de vastas extensões de terras públicas que são posteriormente vendidas a mineradoras, objetivando a exploração de jazidas de minério de ferro, recentemente descobertas, estimada em 10 bilhões de toneladas. As investigações comprovaram que vastas extensões de terras públicas situadas no extremo-norte do estado de Minas Gerais, muito valorizadas em razão de autêntica “corrida do ouro” ou do “minério de ferro” que se instaurou nessas paragens, tornaram-se alvo de intensas atividades especulativas e criminosas dominadas por vários grupos liderados especialmente por mineradoras e empresas de exploração florestal.

Segundo dados do ITER/MG, somente os municípios de Rio Pardo de Minas e Indaiabira, entre 2007 e 2010, foram responsáveis por 15,57% dos títulos distribuídos em Minas Gerais, sendo que somente Rio Pardo de Minas foi responsável por 12,85%. Escutas telefônicas apontam, de acordo com a Polícia Federal e Ministério Público, que pessoas que agiram como representantes da mineradora Vale fizeram o pagamento de R\$ 41 milhões à quadrilha formada na Região Norte de Minas para a venda de terras devolutas do governo do estado. Pelo menos parte do dinheiro, cerca de R\$ 32 milhões, segundo a PF e o MP, foi depositada pela empresa na conta-corrente de Orozino Marques Carvalho, conhecido por Oró, um dos mentores do esquema, em 25 de agosto em uma agência do Banco Bradesco, em Porteirinha. Os funcionários do Iter que tiveram prisão decretada são Gilson Pereira de Freitas, Ivonei Abade Brito, Nerval Mariola Teixeira e Antonio Carlos Fernandes Quaresma, todos diretores do instituto, que, assim como o ex-secretário Manoel Costa, tiveram as exonerações assinadas um dia antes da operação. Todos são suspeitos de facilitar a transferência das áreas no Norte de Minas para as mãos de integrantes da quadrilha.

FONTE: <http://www.padrejoao.com.br/227//Agricultura%20Familiar/Grilagem%20de%20terras%20ITER.pdf> ACESSO EM 29 DE OUT 2013

ANEXO D - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE TERRAS PÚBLICAS EM RIO PARDO DE MINAS, REALIZADOS A PARTIR DE 1975

Empresa/ Local do arrendamento	Área (ha)	Vencimento do contrato
Usifer – Usina Siderúrgica Ltda	1.829,66	
Município Rio Pardo de Minas	1.829,66	31/08/2001 (está na justiça)
Planta 7 – Empreendimentos Rurais Ltda	29.287,24	

Empresa/ Local do arrendamento	Área (ha)	Vencimento do contrato
Rio Pardo de Minas	3.000,00	21/06/1999
Rio Pardo de Minas	1.630,17	Jan. 2000
Fazenda Taquaril e Curral Novo	1.559,00	Jan. 2005
Taçadal	1.214,12	Nov. 2003
Fazenda Vaca Velha	2.059,63	Nov. 2003
Fazenda Bom Jesus, Mucambo e Angicos	1.062,71	Nov. 2002
Chapadão São Joaquim	3.717,04	Nov. 2000
Serra Pau	998,29	Set. 2005
Fazenda Morro Redondo, Fazenda Andrequicé, Fazenda Mato Virgem, Fazenda Bom Jesus, Fazenda Pedra Branca, Malha Grande	6.856,14	Jul. 2001
Curral Novo, Fazenda Taquaril	1.102,00	Out. 2004
Barreiro Grande	406,30	Set. 2005
Fazenda Covão	875,60	Nov. 2003
Cabeceira Preta	620,90	Nov. 2003
Fazenda Formosa, Fazenda Cubículo, Fazenda da Mutuca, Fazenda Umbuzeiro (Taiobeiras e Rio Pardo de Minas)	4.185,34	Set. 2004
Replasa reflorestadora S/A	5.699,70	
Brejo Grande VII, Mato dos Macacos	291,20	Mai. 2012
Mato dos Macacos, Fazenda Brejo Grande II, Fazenda Brejo Grande III, Fazenda Belém	1.283,00	Fev. 2012
Fazenda Tombador	924,00	Fev. 2012
Brejo Grande IV, Brejo Grande V, Brejo Grande VI e Fazenda Mariquita	941,20	Fev. 2012
Chapada das Bananeiras	2.260,30	Fev. 2012
Companhia Siderúrgica da Guanabara – COSIGUA	34.323,11	
Fazenda Tapera ou Manoel João	688,23	Out. 2001
Fazenda Tapera ou Manoel João	350,00	Out. 2001
Fazenda Jambreiro	2.664,00	Mai. 2001
Fazenda Santa Bárbara	419,20	Out. 2000
Fazenda Lagoa Vermelha	67,20	Out. 2003
Fazenda Baixa Grande	36,00	Out. 2003
Fazenda Barreiro, Fazenda Atoleiro, Fazenda Duas Barras, Fazenda Santa Maria, Fazenda Muniz, Fazenda Aurora, Fazenda Cercado	8.969,00	Out. 2002
Fazenda Vale do Embaúba	2.741,80	Ago. 2012
Fazenda Glória	2.237,20	Jun. 2000
Município Rio Pardo de Minas	7.000,00	Jun. 2000
Fazenda Glória	4.550,48	Out. 2003
Município Rio Pardo de Minas	5.000,00	Jun. 2000
Área total arrendada pelas empresas	71.139,71	

FONTE: BRITO (2013), elaborado a partir de um levantamento realizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas junto ao Instituto Estadual de Terras de Minas Gerais com informações da RURALMINAS.

ANEXO E – Imóveis Rurais Registrados em Nome da “EMPRESA RURAL BAURU SA” (INCRA, 2003)

Nº Incra	Nome Imóvel	Área	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome Pessoa
4050430110456	FAZENDA RIACHO DO MATO	119	GRANDE PROPRIEDADE***	4356	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430091648	FAZ SAO JOAO DO BOQUEIRAO	103	GRANDE PROPRIEDADE***	3415	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430146990	FAZ LAGOA DE FORA E VARGEM BONITA	83	GRANDE PROPRIEDADE***	2597	139	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430084277	FAZ 3 RIACHOS P FUNDA RODEIO E CON	82	GRANDE PROPRIEDADE***	2477	304	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4100710098904	FAZENDA CONFINIS	53	GRANDE PROPRIEDADE***	1771	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4381460177527	FAZENDA SACO DO SAO FRANCISCO	70	GRANDE PROPRIEDADE***	1288	1116	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4423300114795	FAZENDA MUCAMBO	30	MÉDIA PROPRIEDADE***	1011	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050432793828	FAZENDA FLEXAS BURITIZINHO S TAPER	25	MÉDIA PROPRIEDADE***	862	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4391260219891	FAZENDA MUCAMBO	22	MÉDIA PROPRIEDADE***	822	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4181960124595	FAZENDA RIACHO FUNDO	20	MÉDIA PROPRIEDADE***	721	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180087709	RIACHO FUNDO	19	MÉDIA PROPRIEDADE***	721	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430141335	FLEXAS	42	MÉDIA PROPRIEDADE***	718	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180083703	FAZENDA ESTIVA	20	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	716	24	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430019106	FAZENDA BOA VISTA DOS CAIS	24	MÉDIA PROPRIEDADE***	632	174	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180087377	FAZ SACO DA	16	MÉDIA	558	0	EMPRESA

ANEXO E – Imóveis Rurais Registrados em Nome da “EMPRESA RURAL BAURU SA” (INCRA, 2003)

Nº Incra	Nome Imóvel	Área	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome Pessoa
	TAPERA		PROPRIEDADE***			RURAL BAIURU S A
4451180084190	FAZENDA LAGOA DE FORA	15	MÉDIA PROPRIEDADE***	499	58	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4381460177950	FAZENDA BOA VISTA DO CAIS	15	MÉDIA PROPRIEDADE***	481	70	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4391260219115	FAZENDA RIACHO DO MATO	34	GRANDE PROPRIEDADE***	435	764	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4242260198872	FAZENDA SACO DA TAPERA E CONFINIS	11	MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	429	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4423300115171	FAZENDA VARGEM BONITA E EXTREMA	19	MÉDIA PROPRIEDADE***	290	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4391260219620	FAZENDA RIACHO DO CAMPO	18	MÉDIA PROPRIEDADE***	281	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4423300114361	FAZENDA VARGEM BONITA E R DO FOGO	14	MÉDIA PROPRIEDADE***	272	260	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4141150226403	FAZENDA EXTREMA	15	MÉDIA PROPRIEDADE***	255	290	EMPRESA RURAL BAIURU S A
197810378	FLEXAS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	169	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
197810297	FLEXAS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	163	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4391260219972	FAZENDA TRES RIACHOS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	121	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180084947	FAZ TRES RIACHOS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	101	38	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180084513	FAZ PORTEIRAS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	97	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
197810700	FLEXAS	0	PEQUENA PROPRIEDADE	93	0	EMPRESA RURAL

ANEXO E – Imóveis Rurais Registrados em Nome da “EMPRESA RURAL BAURU SA” (INCRA, 2003)

Nº Incra	Nome Imóvel	Área	Classificação Fundiária	Área Registrada	Área Posse	Nome Pessoa
						BAIURU S A
4441700085245	FAZENDA CALDEIROES	0	PEQUENA PROPRIEDADE	85	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
197810882	FAZENDA RIACHO DO CAMPO	0	MINIFUNDIO	67	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4442270159114	FAZENDA VARGEM BONITA	0	MINIFUNDIO	4	0	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4391260219549	FAZENDA BOA VISTA DO CAIS	0	MINIFUNDIO	0	23	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430137222	FAZENDA FLEXAS	28	MÉDIA PROPRIEDADE***	0	925	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430091052	FAZENDA FLEXAS PEDRINHAS	0	MINIFUNDIO	0	48	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4050430097255	FAZENDA LAGOA DE FORA	0	PEQUENA PROPRIEDADE	0	106	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4081070123783	FAZENDA SANTA RITA	0	PEQUENA PROPRIEDADE	0	135	EMPRESA RURAL BAIURU S A
4451180082901	FAZENDA SAO JOSE	50	GRANDE PROPRIEDADE***	0	1679	EMPRESA RURAL BAIURU S A

FONTE: INCRA (2013)

REGULAMENTO, FIXANDO NORMAS PARA ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA
DE POSSE DE TERRAS DEVOLUTAS, DE PROPRIEDADE DO ESTADO DE
MINAS GERAIS, EM ÁREAS INTEGRANTES DOS "DISTRITOS FLORES-
TAIS".

13/04/75

O Secretário de Estado da Agricultura, Doutor Agripino Abranches Viana, e o Diretor Geral da Fundação Rural - Minas - Colonização e Desenvolvimento Agrário - Ruralminas, Doutor Aluizio Fantini Valério, no uso de suas atribuições e, tendo em vista a necessidade de estabelecer critérios e normas para a alienação e transferência da posse de áreas devolutas de propriedade do Estado de Minas Gerais destinadas à implantação de projetos de reflorestamento, integrantes do Programa de Distritos Florestais ":

RESOLVEM:

TÍTULO I

1. Das condições de cessão de uso da terra

Atendidas as conveniências da Ruralminas, dos empresários e do programa "Distritos Florestais" e das exigências das Resoluções do Senado Federal, a cessão do uso da terra, para reflorestamento ou implantação de projeto

tos mistos de reflorestamento e agropecuários, poderá ser formalizada de acordo com as duas (2) hipóteses, a seguir enumeradas:

1.1 Da promessa de compra e venda

No instrumento de promessa de compra e venda, que será irrevogável e irretratável, se a promitente compradora cumprir todas as obrigações pacticiamente assumidas, serão fixados os direitos e obrigações das partes contratantes. A promessa será feita de toda a área reservada à promitente compradora, mas as escrituras definitivas parciais serão outorgadas, à medida que as áreas forem efetivadas e realmente ocupadas economicamente na proporção prevista no Art. 26 da Lei 550/49, comprovados os requisitos indispensáveis à aplicação da Lei nº 6.177/73 isto é, a posse quinquenária, a boa fé e o cadastramento no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - INCRA - Exemplicando: se estiverem implantados mil hectares, comprovados os requisitos supra enumerados, poderá ser outorgada a escritura definitiva de até o quíntuplo da dita área, isto é, cinco mil (5.000) hectares. O prazo de pagamento de cinco (5) anos, sendo ele feito em prestações semestrais iguais sucessivas. Haverá sempre uma entrada no mínimo 25% (vinte e cinco por cento).

As escrituras definitivas parciais serão outorgadas, se estiver pago integralmente o preço correspondente à área alienada. O não pagamento das prestações, nas épocas ajustadas acarreta, além dos juros moratórios à razão de um por cento (1%) ao mês, a multa de vinte por cento (20%) sobre o valor da prestação.

1.2 Arrendamento

A Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - Ruralminas iniciará,

1.5 A transferência de posse da terra, em qualquer das alternativas previstas neste título, será sempre precedida de "vistoria" no imóvel, para verificação de direitos de terceiros.

1.6 Nos casos de transferência da posse somente, o empresário se responsabilizará pelo pagamento dos terrenos, devolvendo-os à Ruralminas findo o contrato de arrendamento ou de promessa livres e desembaraçados.

1.7 Para as alienações de áreas superiores a 3.000 (três mil) hectares, é necessária a prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado e do Senado Federal.

TÍTULO II

2. Da ocupação econômica da terra

2.1 As assinaturas das escrituras de compra e venda e as dos contratos de arrendamento ou promessa obrigam automaticamente a empresa a ocupar economicamente e progressivamente a terra, de acordo com o cronograma de execução do projeto aprovado, nos respectivos prazos e proporções. A falta de exato implemento desta obrigação acarreta a multa prevista no capítulo VIII deste Regulamento, que é em benefício da Ruralminas, pelo que poderá haver opção por perdas e danos.

TÍTULO III

3. Da inscrição e seleção dos pretendentes

3.1 O pretendente encaminhará carta de intenção ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, acompanhada de perfil de projeto, na conformidade do roteiro, que lhe for fornecido pela Ruralminas.

TÍTULO IV

4. Da análise e aprovação dos projetos

4.1 Os projetos definitivos, após a aprovação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (I.B.D.F.), da parte correspondente às suas atribuições, serão analisados por uma comissão composta de cinco (5) membros, representantes da Ruralminas, Instituto Estadual de Florestas e Codevale.

Os membros desta Comissão serão indicados pelas respectivas entidades e nomeados pelo Diretor Geral da Ruralminas.

4.2 A Coordenação geral dos trabalhos compete à Ruralminas e a Coordenação dos trabalhos da Comissão encarregada de análise dos projetos definitivos, à Codevale quando as terras estiverem situadas em sua área de atuação e ao I.B.F., nas demais áreas do Estado.

4.3 A Comissão recomendará os projetos à aprovação do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, considerando os seus aspectos econômicos não relacionados com o reflorestamento e os sociais.

4.4 Aprovado o projeto pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, será outorgada a promessa ou arrendamento. O empresário terá o prazo de sessenta (60) dias, para assinar o instrumento formalizador do arrendamento ou promessa, contado da notificação extrajudicial, que deverá ser feita, sob pena de caducar seus direitos.

TÍTULO V

5. Dos critérios de apreciação dos projetos

5.1. Na apreciação dos projetos serão considerados:

5.1.1 a capacidade técnica financeira do grupo líder;

5.1.2 a concepção do empreendimento;

5.1.3 o montante do investimento

5.1.4 o seu alcance econômico-social;

5.1.5 o cronograma físico e financeiro de implantação e rentabilidade.

5.2. A elaboração do projeto deverá obedecer a um roteiro específico elaborado pela comissão de análise dos projetos definitivos, o qual será fornecido aos interessados.

5.3. Do total da área destinada ao empreendimento o mínimo de três por cento (3%) deverão ser utilizados exclusivamente em atividades agrícolas ou agropecuárias exploradas a nível empresarial, devendo fazer parte integrante do corpo do projeto. Na hipótese do desenvolvimento de atividades agropecuárias consorciadas com o reflorestamento - inclusive as precursoras, a área mínima será de 10% (dez por cento). Em qualquer hipótese é essencial a observância do Código Florestal vigente.

5.4. Considerando o aspecto social, como de suma importância, num projeto de longa maturação será exigido das empresas a instalação de escolas rurais, a propriedade, bem como a prestação de assistência médico-dentológica e previdenciária aos empregados.

5.5. Durante a implantação do projeto, haverá, pelo menos, duas fiscalizações anuais realizadas por técnicos das entidades mencionadas no título IV do Regulamento.

5.6. A alteração dos objetivos das do projeto aprovado, desde que decorrente de modificações substanciais no contexto sócio-econômico do país, poderá ser feita, com prévia e expressa anuência da Ruralminas.

TÍTULO VI

6. Da Fiscalização e acompanhamento dos projetos.

6.1. Após o compromisso de compra ou venda ou arrendamento, obrigará-se o empresário a permitir a representantes da Comissão de Análise criada por este Regulamento, ou a Ruralminas ou a outro órgão especialmente instituído para fiscalização, em qualquer época, que dita Comissão ou Ruralminas acharem conveniente, livre fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, até a sua definitiva implantação, mediante, inclusive, visitas "in loco"; de igual modo será obrigatório o fornecimento, a dita Comissão ou a Ruralminas ou órgão especialmente instituído para fiscalização, de todo e qualquer documento julgado útil ou necessário, para o desempenho das tarefas fiscalizadoras.

TÍTULO VII

7. Dos impedimentos

7.1. Não poderão adquirir terras para os fins do programa "Distritos Florestais", as empresas que tenham, como Diretores ou detentores do controle acionário:

7.1.1. O Governador do Estado, Vice-Governador do Estado, os diretores de órgãos da administração indireta, de fundações instituídas pelo Estado.

ou por ele mantidos e os membros dos respectivos Conselhos; os diretores de Banco, sobre controle acionário do Estado, os servidores da Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - Ruralminas e os do Estado vinculados ao sistema operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

7.1.2 O prefeito, o Vice Prefeito, quando a alienação ou cessão de uso se referirem a terras, nos respectivos municípios.

7.1.3 O impedimento se estende a parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau das pessoas mencionadas nos itens anteriores.

TÍTULO VIII

8. Da inadimplência das multas

8.1. O não atendimento dos percentuais de ocupação estabelecidos no cronograma de execução do projeto aprovado, importará no pagamento à Ruralminas, de multa correspondente ao valor atualizado, segundo o disposto no item 1.3 do Título I deste Regulamento, da área não ocupada do projeto, por ano de atraso. Esta multa será cobrada anualmente e seu produto será levado ao Fundo de Desenvolvimento Rural, criado pela Lei nº 5.305, de 16 de outubro de 1969. A cobrança da multa não impede a rescisão do contrato de promessa ou arrendamento, se assim o preferir a Ruralminas.

TÍTULO IX

9. Dos entendimentos já processados

9.1 Os entendimentos já processados

anteriormente à edição do Regulamento, são ratificadas, desde que se adaptem às exigências deste Regulamento. A verificação será feita pelo Diretor Geral da Ruralminas.

TÍTULO X

10. Das disposições finais

10.1. O presente regulamento, revogadas as disposições em contrário, entra em vigor na data de sua assinatura pelo Secretário de Estado da Agricultura e Diretor Geral da Ruralminas.

Belo Horizonte, 15 de abril de 1976.

Agripino Abrançes Viana
Agripino Abrançes Viana

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA

Aluizio Fantini Valério
Aluizio Fantini Valério
DIRETOR-GERAL
"RURALMINAS"

FNS/ccfo.

Abraão Soares dos Santos
Abraão Soares dos Santos
ADVOGADO
OAB 137.510

FUNDACÃO GETULIO VARGAS - AV. GETULIO VARGAS, 1305 - BLOCO 10 - JARDIM

ANEXO H - MATRÍCULAS DA RIO RANCHO AGROPECUÁRIA NO CRI-SALINAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de Salinas - MG
Rua: João Ribeiro 07 - Centro - Salinas - MG - Fone (38) 3841-1939
Bel. JOÃO EUSTÁQUIO BORBOREMA

Oficial
IMÓVEL: "QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO"

CERTIDÃO

A requerimento de Sandra Helena Gonçalves Costa, datado de 26/05/2017, e para os devidos fins, CERTIFICO que revendo os livros existentes neste Serviço de Registro Imobiliário, verifiquei constar: o registro feito em **R-2-7.513** da matrícula 7.513, fls. 69 do Livro 2-AJ/RG, referente ao imóvel rural denominado "CURRAL DE VARAS", Fazenda "CURRAL DO GERAIS" situada no município de Padre Carvalho, atualmente Comarca de Salinas-MG, ex-Comarca de Grão Mogol-MG, com uma área de 1.300,86 h^a (hum mil, trezentos hectares e oitenta e seis ares); O registro feito em 06 de fevereiro de 2.003, sob o n^o **R-2-7.514** da matrícula 7.514, fls. 70 do Livro 2-AJ/RG, referente a um imóvel rural denominado "CANCELA" e "RIBEIRÃOZINHO" Fazenda "SÃO FRANCISCO", situado no município de Padre Carvalho, pertencente atualmente a Comarca de Salinas-MG, ex-Comarca de Grão Mogol-MG, com uma área de 5.281,60 h^a (cinco mil, duzentos e oitenta e um hectares e oitenta e seis ares); O registro feito em 25 de outubro de 2.011, sob a matrícula **12.683**, fls. 01 do Livro 2/RG, referente ao imóvel rural com área **contígua** total de 15.787,5668 (quinze mil, setecentos e oitenta e oitenta e sete hectares, cinquenta e seis ares e sessenta e oito centiares) sendo: 446,76 há (quatrocentos e quarenta e seis hectares e setenta e seis ares) localizados na fazenda "AGUA SANTA", município de Padre Carvalho-MG, Comarca de Salinas-MG, e 15.340,8068 ha (quinze mil, trezentos e quarenta hectares, oitenta ares e sessenta e oito centiares) localizados nas fazendas "Córrego do Meio" e "CURRALINHO", município de Josenópolis- MG, Comarca de Grão Mogol-MG. Código do Imóvel Rural: 407.038.000.167-8; CCIR N^o 02423484091, em nome da RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob n^o 22.619.217/0001-17./*/**

O referido é verdade e dou fé.
Salinas-MG, 29 de maio de 2017.

João Eustáquio Borborema - Oficial
Yuri Edgard V. M. Borborema - Substituto
Ana Carolina G. Ferreira - Escrevente Autorizada

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SALINAS-MG
Oficial: Bel. João Eustáquio Borborema
Rua João Ribeiro, 07 - Centro - Tel: (38) 3841-1939
E-mail: rissalinasmg@gmail.com

Pode: Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, n^o ordinal do ofício: 0000570040124, atribuição: Imóveis, localidade: Salinas, n^o selo: BJ299541, código de segurança: 1293.9293.2381.3922, quantidade de atos: 1. Valor total dos emolumentos: R\$ 23,13. Valor total do Recomeço: R\$ 1,69. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,02. Valor Final ao Usuário: R\$ 35,84. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjm3.jus.br>"

ANEXO H – Quadro com o Período e a Área de Abrangência das Empresas com Contrato de Arrendamentos pelo Estado de Minas Gerais que Abarcam a Fração Foco da Análise, 2014										
	Nº ordem	Empresa	Nº contrato	Data	Término	Área (HA)	Município	Localidade	Área devolvida	Aditivo
RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A	1	Rio Rancho Agropecuária	137/84-E	04/09/1984	04/09/2007	1.648,08	Padre Carvalho (anterior Comarca de Grão Mogol)	Fazenda do Lamedor	Não	NÃO
NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA	1	Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda	S/N1	4/7/1988	5/9/2022	3.823,00	Grão Mogol		Não	SIM
	2		081/83	17/6/1983	5/9/2022	3.478,61	Padre Carvalho (anterior Comarca de Grão Mogol)	Fazenda Boa Vista	Não	SIM
	3		080/83-E	17/6/1983	5/9/2022	928,88	Padre Carvalho (anterior Comarca de Grão Mogol)	Fazenda Curral de Minas	Não	SIM
	4		123/86-E	19/11/1986	5/9/2022	1.564,68	Padre Carvalho (anterior Comarca de Grão Mogol)	Fazenda Corisco Lote I 367,90,45 Lote II 973,1631 fazenda Macuco 223,6106	Não	SIM
RIMA INDUSTRIAL S/A	1	Rima Industrial S/A (sucessora Metalur Florestal S/A)	S/N1	14/8/1978	25/4/2024	3000 Área encontrada 3086,71	Grão Mogol	Fazenda Estivinha	Não	SIM
	2		S/N2	10/3/1975	25/4/2024	3000 Área encontrada 1447,61	Grão Mogol	Fazenda Alegre	Não	SIM
	3		S/N3	13/7/1978	25/4/2024	7500 Área encontrada 4723,85	Riacho dos Machados	Fazenda Curral Novo gleba II=1253,00 há gleba III=572,00 há Fazenda Lagoa dos Patos Gleba I= 1300,00 há Gleba II= 1675,00 há Gleba III= 2700,00 há (no relatório antigo consta Fazenda do Curral e Lagoa dos Patos somente)	Necessita vistoria	SIM
	4		060/87-E	25/6/1987	25/4/2024	3.086,30	Cristália	Fazenda Sobrado	Não	SIM
	5		S/N4	26/7/1976	25/4/2024	3.000,00	Riacho dos Machados	Fazenda do Curral - Gleba II e III e Lagoa dos Patos - Glebas I, II e III	Não	SIM
FLORESTAMINAS FLORESTAMENTOS	1	Florestaminas-Florestamentos Minas Gerais	059/80-E	13/10/1980	13/10/2003	7.000,00	São João do Paraíso	Reunidas São João	Não	Não
	2		060/80-E	4/10/1980	13/10/2003	2.639,00	Salinas	João Miguel (São Miguel), Caixão	Necessita vistoria	Não
	3		061/80-E	13/10/1980	13/10/2003	5.238,00	Rio Pardo de Minas	Fazenda Ponte Grande e Olhos D'água	Área entregue ao assentamento da Fetaemg 435,6 e ao Iter para titulação 679,07 contudo resta vistoriar o restante 4,500 para conferir devolução	Não
	4		141/80-E	13/9/1984	13/9/2007	4.900,00	Rubelita	Fazenda Reunidas dos Gerais	Não	Não
	5		225/83/E	13/12/1983	13/12/2006	2.200,00	Águas Vermelhas	Fazenda Lagoa da Pedra, Gomberto, Córrego da Mangabeira	Não	Não
	6		S/N/1	15/2/1979	15/2/2002	5.652,00	Salinas e Rio Pardo de Minas		Necessita vistoria	Não
	7		S/N/2	20/6/1977	20/6/2000	6.000,00	São João do Paraíso	Fazenda Reunidas dos Gerais (informação retirada do antigo relatório da Procuradoria)	Necessita vistoria	Não
	8		S/N/3	19/2/1979	19/2/2002	10.000,00	São João do Paraíso		Sim	Não
	9		S/N/4	12/5/1976	13/5/1997	3.000,00	São João do Paraíso	Fazenda Cabeceira do Fogo	Necessita vistoria	Não
	10		S/N/5	13/12/1977	13/12/2000	15.000,00	São João do Paraíso	São João do Paraíso XVII	Necessita vistoria	Não
	11		S/N/6	14/3/1975	14/3/1998	3.000,00	São João do Paraíso	Fazenda Lagoa do Saquinho e Cabeceira do Roçado(no antigo relatório da Procuradoria consta São João)	Não	Não
	12		S/N	4/1/1977	4/1/2000	6.000,00	São João do Paraíso	Fazenda Malha Alta, Mimoso e Cabeceira do Estreito (informação retirada do antigo relatório da Procuradoria)	Necessita vistoria	Não
			1	Foscalma S/A - Comercial Exportadora (Florestaminas sucedeu)	058/80-E	13/10/1980	13/10/2003	5.930,00	Salinas	Vacarias, Rufão e Geky
2			S/N	31/3/1975	31/3/1998	5.450,00	Grão Mogol	Vacarias, Rufão e Geky	Não	Não
ITAPEVA FLORESTAL LTDA	1	Itapeva Florestal Ltda,	S/N1	22/7/1975	22/7/1998	2.996,78	Grão Mogol	Fazenda Buriti (p/ empresa é Itapeva I Projeto II) 1,716,4102	Não	Não
	2		S/N2	19/10/1978	19/10/2001	2.241,42	Grão Mogol	Fazenda Itapeva	Não	Não
	3		S/N3	18/10/1977	18/10/2000	4.506,30	Grão Mogol	3= 638,85 ha 5= 832,45h 6=948,00ha 7=2.087,00 ha,	Não	Não
COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	1	Compania Transleste de Transmissão	01/2005	1/3/2005	1/3/2035	347.621,00	Grão Mogol	-	NÃO	Contrato vigente
FLORESTAS RIO DOCE S/A	"A empresa FLORESTA RIO DOCE não foi localizado nenhum contrato original ou cópia para confirmar tal situação, Foi localizado um processo de cobrança de nº049/85-e com 900,5707ha da empresa no qual pertencia à área da empresa VALE, conforme tabela 27. A empresa não aceitou a cobrança da área sob alegação de que não existe tal contrato e que se trata de área particular."									
FONTE: SEAPA/RURALMINAS, 2014. Governo do Estado de Minas Gerais Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Fundação Rural Mineira. "Comissão para das Carga e Registrar a Entrada de toda Documentação Administrativa visando analisar e sugerir Providências à Presidência à Diretoria da RURALMINAS.Março de 2014".										

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE
- Grão Mogol -

DISTRITO DE
- Grão Mogol -

ESTADO DE MINAS GERAIS

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Oficial :- Elcio Ferreira Paulino.

= "CERTIDÃO INTEIRO TEOR" =

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em cartório, os livros existentes, vi constar no de n.º. 2-A às fls. 132, o seguinte:-

R-4-132:- Prot. 8.268- 14-02-2.003- Transmitente:- São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais Ltda., sede Rua Tabatinguera- nº - 140- 14º andar- Cj. 1410- São Paulo-SP., CNPJ sob nº 60.786.043/0001-76, representado neste ato por seu gerente o Sr. Armando Hashimoto, brasileiro, casado, industrial, portador da CI. RG. 3.138.243- SSP/SP., e CPF/MF. nº 290.725.308-53, residente e domiciliado à rua Dr. Antônio Barbosa Bueno, nº 129- Vila Sônia São Paulo S.P. Adquirente:- INONIBRAS- Inoculantes e Ferro-Ligas Nipo-Brasileiros -S.A., com endereço à Avenida Oeste nº 820- Distrito Industrial- Pirapora-MG., onde tem sede inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.891.036/001-78, neste ato representada por seu Diretor Presidente- Nobuo Matsuda, japonês, casado, industrial, residente e domiciliado à rua Manoel Conceição Araújo- 289- Pirapora-MG., portador da C.I. Estrangeiro- RNE nº V-3097901- e CPF. nº 227.372.308-37 e seu Diretor Superintendente Dr. Mineichiro Kawakubo, japonês, industrial, residente e domiciliado à rua Haddock Lobo 988- apt 93- Cerqueira César- em São Paulo-SP., portador da Cédula de identidade de estrangeiro nº RNE. nº W-047.559-2/SE/DFMAB/DPF e CPF. nº 042.278.407-91. Compra e Venda:- Escritura pública lavrada em 09-10-2.002- Cartório 1º Ofício da Comarca de Pirapora-MG. (Lº nº 103- fls. 154/157vº)- Imóvel:- uma gleba de terras, no lugar denominado "Bocaina", fazenda indivisa de Ribeirão de Areia"- neste município, com área de trinta e cinco hectares (35,00 ha.), mais ou menos, dentro de uma gleba de área maior, à margem da Rodovia Federal Montes Claros-Salinas, confrontando-se pela frente com a referida rodovia, pela direita com a Serra geral, pela esquerda e pelo fundo com propriedade de Otávio Gomes Luiz ou sucessores, objeto do R-2 da presente matrícula. Valor:- R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais). INCLUI

tiva, quites exercício de 98/99- ITR n. 0356179-8 quites 98/02- ITBI- no valor de R\$ 90,00- recolhido através de guia junto a Prefeitura Municipal desta cidade em-02-10-02. CND. nº 131702002-21001030- de 03-07-02.// Imóvel quites com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal. Dou fé. Oficial (a) Elcio Ferreira Paulino.////-

O referido é verdade e dou fé. -
Grão Mogol, 23 de novembro de 2.006.

Elcio Ferreira Paulino
Elcio Ferreira Paulino - Oficial.....

ANEXO J - Certidão da Matrícula 2278 Fazenda São Francisco Córrego Dos Bois

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DA COMARCA DE GRÃO MOGOL/MG

Oficial : José Mário Pena Júnior

Rua Reginaldo Oliveira, n.º 59, Centro, - Grão Mogol-MG
Tel.: 38 3238-1274

CERTIDÃO

Certifico a pedido verbal da pessoa interessada e para os devidos fins que revendo, neste cartório, no Livro 2-
RG sob a matrícula 2278 de 24/01/2008 verifiquei constar:

2278 - 24/01/2008

Imóvel rural situado no lugar denominado Córrego dos Bois, fazenda São Francisco, Grão Mogol-MG, com a área de 723,35ha (setecentos e vinte e três hectares e trinta e cinco ares) dentro dos seguintes limites e confrontações: O referido polígono inicia-se no marco de nº 01 no Córrego do Bois, subindo por este ao 2255,52 metros a sua cabeceira marco de nº 02, Dai segue com azimute de 10°00' e distância de 1790,14 metros em divisa com Denizar Batista Andrade ao marco de nº 03. Dai segue em divisa com a empresa Inonibras S/A, com azimute e distancia 92°00' e 634,28 metros ao marco de nº 04 178°00' e 3018,45 metros ao marco de nº 05, 167°00' e 705,34 metros ao marco de nº 06 e 161°00' e 80431 metros ao marco de nº 07, 176° e 126,50 metros ao marco de nº 08 e 11°00' e 370,69 metros ao marco de nº 09, e 173°00' e 399,05 metros ao marco de nº 10 e 137°00' e 825,34 metros ao marco de nº 11 e 143°00' e 586,45 metros ao marco de nº 12 e 101°00' e 437,29 metros ao marco de nº 13, e 179°00' e 250,51 metros ao marco de nº 14, e 116°00' e 183,12 metros ao marco de nº 15 e 176°00' e 256,48 metros ao marco de nº 16 e 87°00' e 81,23 metros ao marco de nº 17, e 153°00' e 11,16 metros ao marco de nº 18 na cabeceira de uma grot. Dai descendo por esta ao 381,96 metros ao marco de nº 19 na terra de cultura. Dai seguindo por esta terras agricultáveis margeando as terras pedregosas e morros em divisa do Domingos José Romão e outros ao 248,79 metros ao marco de nº 01 ponto inicial destes limites, tudo conforme mapa e memorial descritivo assinado pelo engenheiro agrimensor Luiz Laércio de Pinho, CREA 2104/TD. PROPRIETARIO: Adão José Alves. Transmitente: Ação de Usucapião. Dou fé. Oficial: José Mário Pena Júnior.

R-1-2278 - 24/01/2008

R-1-2278. Prot. 9.315 - 24-01-2008: Nos termos do mandado datado de 04-12-2007, extraído dos autos da Ação de Usucapião nº 0278.06.003056-8, pelo Escrivão Substituto da Secretaria do Juízo desta Comarca, Célso Dimas Esteves Ruas, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito da Comarca, Dra. Renata Cristina Araújo Magalhães, onde consta a respeitável sentença que julgou procedente a ação de usucapião promovida por Adão José Alves, brasileiro, viúvo, trabalhador rural, RG: MG-12.032.837 SSP/MG, CPF: 047.156.636-37, e que transitou em julgado, conferindo-lhe a propriedade do imóvel rural situado no lugar denominado Córrego dos Bois, fazenda São Francisco, Grão Mogol-MG, com área de 723,35ha. Avaliado pelo fisco em R\$325.507,50 (prot. 000934/2008 de 23/01/2008). INCRA: 000.027.790.826-3. área 16,00 mod. rural 25,8620 n° mod. rural 0,58 mod. físc. 50 n° mod. físc. 0,32 FMP 3,00. CCIR 2003/2005. NIRF: 7.399.556-8. ITR quitado. Dou Fé. Oficial:

Página 1 de 2

Pena Júnior.

R-2-2278 - 01/02/2008

R-2-2278: Prot. 9.317 - 01-02-2008. TRANSMITENTE: Adão José Alves, brasileiro, viúvo, trabalhador rural, CPF: 047.156.636-37, RG: MG-12.032.837 SSP/MG, residente na Faz. Cabeceira dos Bois, neste município, que por não saber assinar, assinou a seu rogo o Dr. Gesio Lincoln Damasceno Rocha, brasileiro, casado, advogado com escritório na rua Santo Antônio n° 31, nesta cidade. ADQUIRENTE: Agropecuária Lago Norte Ltda, CNPJ n° 06.982.355/0001-00 com sede na rua Timbiras n° 1936, sl. 806, bairro de Lourdes, Belo Horizonte-MG, neste ato representada por seu procurador o Sr. Cleanto Barros de Queiroz, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, CPF: 266.879.926-00, residente na BR n° 365, Km 379, zona rural de Patos de Minas/MG, conforme procuração lavrada no Cartório Jaguarão do 2° Tabelionato de Notas de Belo Horizonte-MG (L. 1201-P, fls. 059). COMPRA E VENDA: escritura pública lavrada em 30-01-2008 no Cartório do 2° Ofício desta Comarca (L. 037-E, fls. 090). IMÓVEL: Imóvel rural situado no lugar denominado Córrego dos Bois, fazenda São Francisco, Grão Mogol-MG, com a área de 723,35ha (setecentos e vinte e três hectares e trinta e cinco ares), objeto da presente matrícula. VALOR: R\$ 470.177,50 (prot.000935/2008 de 24/01/2008). ITBI no valor de R\$9.403,55 recolhido. CONDIÇÕES: venda feita sob a cláusula "ad mensuram" com levantamento topográfico reconhecido pelas partes. INCRA: 000.027.790.826-3. área 16,00 mod. rural 25,8620 n° mod. rural 0,58 mod. fisc. 50 n° mod. fisc. 0,32 FMP 3,00. CCIR 2003/2005. NIRF: 7.399.556-8. ITR quitado. Emolumentos: R\$1.728,71. Dou Fé. Oficial: José Mário Pena Júnior.

R-3-2278 - 30/11/2010

Nos termos da Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície a Título Gratuito e Outras Avenças lavrada em 18 de outubro de 2010 Cartório de Notas do município de Conceição do Pará/MG, Comarca de Pitangui (L° 059, fls. 056/062) a Agropecuária Lago Norte, acima qualificada, concede a título gratuito à Mineração Minas Bahia S/A, CNPJ n° 07.241.422/10001-06 - MIBA, com sede em Belo Horizonte na rua Pium-í n° 784, bloco B, Sl. 1, bairro do Carmo, o direito real de superfície sobre o presente imóvel de modo a permitir o pleno exercício das atividades inerentes e aproveitamento de recursos minerais atinentes aos Direitos Minerários, podendo implantar as construções necessárias, nos termos ali pactuados, pelo prazo de exaurimento das jazidas, de forma irrevogável e irretirável. Aparece como interveniente-anuente a ENRC N.V, companhia holandesa com sede em Amsterdam, na Jan Luijkenstraat 8 BG 1071 CM. A, que poderá ter livre acesso ao imóvel. Reserva-se direito de preferência na aquisição do imóvel à MIBA ou à ENRC, ou quem esta indicar. A Lago Norte não poderá onerar o presente imóvel. Demais condições são as constantes da referida escritura que ficam fazendo parte integrante deste registro. Emolumentos: R\$12,52.

O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Grão Mogol, 19 de março de 2012. Emolumentos: R\$ 11,52. Recompe: R\$0,69. TFF: R\$ 4,31. Total: R\$ 16,52.

José Mário Pena Júnior
Oficial

Thaisa Nunes Barbosa
Escrevente

01094175/0001-78

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

ANEXO K – A PRISÃO DE “ZÉ DE PULU” (2009)

07 de abril de 2017

Assine

Expediente

Escritório

O Jornal

Área de Abrangência

Pesquisar no site

Pesquisar...

Área do Assinante:

Início

CIDADES

Catuti

Espinosa

Gameleira

Jaíba

Janaúba

Mamonas

Manga

Matias Cardoso

Mato Verde

Monte Azul

Nova Porteirinha

Pai Pedro

Porteirinha

Riacho dos Machados

Serranópolis Minas

Verdelândia

Mapa de cobertura

cidades

Visitas: 3467456

Mais de 10 anos depois, Zé de Pulú atrás das grades

Escrito por Fernando Lucas
30 de janeiro de 2009

JANAÚBA -- A Polícia Militar através da equipe comandada pelo tenente Rodrigo Lima, comandante do Pelotão de Choque da 12ª Cia. Ind. da PM em Janaúba, capturou na manhã desta quinta-feira, dia 29, José Martins de Melo, 76 anos, vulgo "Zé de Pulú", foragido da Justiça há mais de dez anos.

O infrator e acusado de ser mandante dos assassinatos de dois cidadãos na cidade de Porteirinha, um em 18 de maio de 1984, quando o policial militar, Raimundo do Carmo foi assassinado com um disparo de espingarda e outro em 27 de outubro de 1995, quando o advogado Ailson Mendes Brito (Doutor Binha) foi alvejado com disparos de revólver. Os crimes chocaram a sociedade da microrregião da Serra Geral de Minas por tamanha audácia e covardia e repercutiu em toda a região na época. **(NA FOTO, ZÉ DE PULÚ DETIDO JUNTO ÀS ARMAS APREENDIDAS EM SEU PODER)**

Desde a data dos crimes, o infrator estava foragido e se escondia na Serra Geral entre os municípios de Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, local de difícil acesso denominado "Morro Grande".

Com a descoberta de uma reserva de minério de ferro na região pela empresa Vale do Rio Doce, constantemente a Polícia Militar vinha recebendo denúncias de pessoas armadas grillando terras naquelas imediações. Foi quando o serviço de Inteligência da 12ª Cia entrou em ação e fez um criterioso levantamento na região, tendo constatado que máquinas agrícolas trabalhavam no local demarcando terras a mando de Zé de Pulú, e, durante averiguações, os policiais militares descobriram uma casa recém construída, local onde o infrator e comparsas se encontravam.

Na manhã desta quinta-feira, dia 29, contudo, uma equipe de PM's, comandada pelo tenente Rodrigo Lima e supervisionada pelo major Itamar Soares, comandante da 12ª Cia, fizeram a abordagem na referida casa capturando o fugitivo e seus companheiros. Foram presos, além de José Martins de Melo, "Zé de Pulú", também, José Aparecido Martins, 52 anos, filho de Zé de Pulú e Pedro César Santana Lima, 28 anos, lavrador.

Em poder dos mesmos, a polícia apreendeu cinco armas de grosso calibre sendo uma carabina calibre 44, duas espingardas, uma outra calibre 12, de repetição; uma cartucheira calibre 20 e dois revólveres calibre 38, além de farta munição dos vários calibres descritos.

Clique para ativar o plug-in Adobe Flash Player

FONTE: JORNAL DA SERRA GERAL (2017). "Mais de 10 anos depois, Zé de Pulú atrás das grades", 30 de janeiro de 2009, por Fernando Lucas. Disponível em: http://www.jornaldaserrageral.com.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=1362 acesso em 07 de Abril de 2017

Mapa Síntese Ação Territorial das Empresas

- Legenda**
- Sede Municipal
 - Distritos e Povoamentos
 - Localização das Empresas
 - Hidrografia
- Sistema Viário**
- Estrada Municipal
 - Rodovia Federal
 - Estrada Estadual
- Áreas Especiais**
- Florestas Empreendimentos S.A.
 - Rio Rancho Agropecuária S.A.
 - Florestas Rio Doce S.A.
 - Inonibrás Inoculantes Ferroligas
 - Terras Arrendadas para as empresas pelo Estado de Minas Gerais
 - Terras Alvo da Grilagem Judicial (1920-1930)
 - Limite de Município

1:600.000

Projeção UTM Fuso 23°C
Datum South American 1969
Fonte: Arrendamentos para as Empresas pelo Governo de Minas Gerais, 1970 e 1980
IBGE 2003 Base cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo. TJMG, 2017
Governo do Estado de Minas Gerais, 2016
Certidões Imobiliárias CRI/Grão Mogol (2016)
IBGE - base cartográfica ao milionésimo, 2013.
Elaboração: Ewerton Talpo para pesquisa de Costa, 2017.

Mapa de Localização

Ponto	Nome
1	Eucalipto (Norflor)
2	Eucalipto (Norflor)
3	Eucalipto Norflor (Curral de Varas)
4	Carvoaria da Rio Rancho
5	Minas Liga eucalipto
6	AJR eucalipto
7	Acampamento da MIBA minério
8	Área da Rio Rancho sem plantio de eucalipto
9	Pedreira desativada
10	Perfurações da Mineração Minas Bahia S/A

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, EarthStar Geographics, CNES/Airbus, User Community

Localidades Visitadas no Trabalho de Campo			
Ponto	Nome	Ponto	Nome
1	Povoado Vale das cancelas	25	Fazenda Ribeirao (Odilon Ferreira)
3	Estrada do Buri	27	Estrada de acesso a Riacho dos Machados
5	Cabeceira do Curral de Varas	33	Limite da Fazenda Herdeiros de Damasceno
9	Fazenda Boa Vista Fazendeiro Domingos Reis	34	Rio Vacaria
12	Cancela	35	Sede da Fazenda Vacaria
13	Estrada Real de Grão Mogol	37	Fazenda Tapera
15	Cabeceira do Ribeirãozinho	38	Entrada Fazenda Pé Grosso
17	Chapada que divide Lamarão	39	Divisa Tapera Barreiro Preto
18	Lamarao	44	Gruta da Lapa
19	Comunidade Barreiro	48	Buracão
23	Povoado Bocaina	49	Acampamento Alvimar Ribeiro

Mapa Síntese do Trabalho de Campo

- Legenda
- Sede Municipal

Distritos e Povoamentos

Comunidades Visitadas

Localização - Estudo de Campo

Hidrografia

Sistema Viário

Estrada Municipal

Rodovia Federal

Estrada Estadual

Terras Alvo da Grilagem Judicial (1920-1930)

Limite de Município

1:225.000

Projeção UTM Fuso 23°C
Datum South American 1969
Fonte: Processo /Manutenção Posse-Floresta
Empreendimentos LTDA (2013)
Ação discriminatória de Terra Devoluta Estadual (2005)
IBGE - base cartográfica ao milionêmo, 2013.
Elaboração: Ewerton Talpo para pesquisa de Costa, 2017.

Mapa de Localização

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO ESPECÍFICA

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais CERTIFICA, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme o protocolo de nº 17/071.451-9, que consta no Cadastro Estadual de Empresa Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120790581-4, CNPJ 08.979.772/0001-29, ATIVA, com sede na RODOVIA, BR 251, KM 376, RIBEIRAO DAS PIABANHAS, S/N, FAZENDA CORREGO DO MEIO, ZONA RURAL, JOSENOPOLIS/MG. Certifica, também, que foi registrado sob o NIRE 3120790581-4, em 03/08/2007, Contrato, datado de 16/07/2007. Certifica, ainda, que a sociedade possui o seguinte quadro societário: **AFLOPAR PARTICIPACOES S/A**, NIRE 3130002375-3, CNPJ 08.276.895/0001-01, **DIFLOR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA**, NIRE 3120777650-0, CNPJ 08.720.384/0001-29, como sócios e **FABIANO JOSE DO LAGO**, portador do CPF 026.508.186-62, **FLAVIO ROBERTO FIGUEIREDO DA SILVA**, portador do CPF 026.166.587-12, **SANDRO LONGUINHO DE OLIVEIRA**, portador do CPF 039.701.076-10, como **administradores não-sócios**, na sociedade. Certifica, por derradeiro, que o último ato registrado nesta Junta Comercial até a presente data é o de numero 5.754.023, em 18/05/2016, Ata De Reunião/Assembleia De Sócios, datada de 05/05/2016.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Belo Horizonte, 24 de Janeiro de 2017. Nada mais.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO ESPECÍFICA

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais CERTIFICA, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme o protocolo de nº 17/251.657-9, que consta no Cadastro Estadual de Empresa Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **FLORESTAS RIO DOCE S/A**, SOCIEDADE ANONIMA FECHADA, NIRE 3130002857-7, CNPJ 17.308.602/0001-03, ATIVA, com sede na SERRA DO ESMERIL S/Nº, BAIRRO CAUE, CAMPESTRE, ITABIRA/MG. Certifica, ainda, que foi registrado sob o número 194.608, em 13/11/1967, Escritura Pública de Constituição, datada de 26/10/1967. Certifica, também, que foram registrados sob o número 6.274.932, em 11/05/2017, Outros Documentos de Interesse Empresa/Empresário, datados de 05/05/2017, constando anexa, Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro/SINREM, com a informação do capital social da sociedade no valor de R\$ 13.271.845,63 (treze milhões e duzentos e setenta e um mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos). Certifica, por derradeiro, ser este o último ato registrado nesta Junta Comercial, até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Belo Horizonte, 15 de Maio de 2017. Nada mais.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

APÊNDICES

APÊNDICE A – CADEIA SUCESSÓRIA CONFORME OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA DIVISÃO DA FAZENDA RIBEIRÃO DAS PIABANHAS

DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras na Fazenda Sussuarana				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1-4	Joaquim Cardoso Leal/Joaquim da Costa Ribeiro	Anterior	Atual							
2-4	Joanna Carlil Leal	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data				
3-4	Joaquim da Costa Ribeiro e Joanna Cardoso Leal/Clemente Ribeiro Soares (compadre)	Área								
4-4	Joaquim da Costa Ribeiro e Joanna Cardoso Leal	125 mil reis de terra								
1-4	Joaquim Cardoso Leal/Antônio Cardoso Leal e Maria Magalhães	95 mil reis de terra								
2-4	Antônio Cardoso Leal e Maria Magalhães/Clemente Ribeiro Soares	50 mil reis de terra								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras no lugar denominado Ribeiro das Pabanhas e Palmito				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1-4	João Pereira Brandão (legitim) Ribeiro Soares e sua mulher Joanna Ribeiro Soares (legitim) Ribeiro Soares e sua mulher Joana	Anterior	Atual							
2	Ribeiro Soares/João Pereira dos Santos	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		30 mil reis (não informa a área)								
		5 mil reis (dos 30 mil reis)-não informa a área								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras no lugar denominado Ribeiro do Silva				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Jacinto Pereira Alves e sua mulher Josepha	Anterior	Atual							
2	Pereira dos Santos/Antônio Joaquim Dias	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
3	Rodrigo Azei (ou José Manoel)	40 mil reis (não informa a área) não informa								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras situada no Campo do Valo Fazenda das Pabanhas				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Faustino de Souza e sua mulher Emerenciana Joanna Rosa de Jesus/João Gonçalves Dias	Anterior	Atual							
2	3 alqueires (vendido por 150 mil reis)	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Sogra/Domingos Ramalho de Oliveira	Anterior	Atual							
2	Domingos Ramalho de Oliveira e Rosa Pereira de	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
3	Canhot/Mauromino Moreira Mendonça	10 mil reis								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Partes de terras na Fazenda do Ribeirão e Ovidor				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	João Cardoso dos Santos/João Fragozo de	Anterior	Atual							
2	Siqueira João Fragozo de Siqueira/Domingos Ramalho de Oliveira	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		30 mil reis								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				CADEIA SUCESSÓRIA DE IMÓVEIS				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Anaújo dos Santos, José Luís Pinto, João Ramalho dos Santos, Araújo de Anna Luiza de Andrade, Urbano Luiz de Andrade, Mauromino Luiz de	Anterior	Atual							
2	1 Andrade/Domingos Ramalho de Oliveira	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		50 mil reis								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Curralinho				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Inventário dos Bens de Dona Maria Martins dos Santos - inventariado Pedro José dos	Anterior	Atual							
2	1 Santos/Alcantara e Sobrinhos	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		10 alqueires								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras no lugar Barra do Corrente				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	1 Clemente Ambrósio dos Sant'Anna e sua mulher	Anterior	Atual							
2	Clemente Ambrósio dos Sant'Anna e sua mulher/Sebastião Moreira Dias	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		1 alqueiro								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras na fazenda do Rioado Filipe Ribeiro de Souza				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Inventário do marido Antônio Theodorio de Souza/Joaquina Araújo de Souza	Anterior	Atual							
2	Joaquim Araújo de Souza/Zeferino Ribeiro de Souza	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		não informou								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Uma parte de terras na fazenda do Rioado Filipe Ribeiro de Souza				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Inventário do marido Antônio Theodorio de Souza/Joaquina Luis de Souza	Anterior	Atual							
2	João Luis de Souza/Zeferino Ribeiro de Souza	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		28 mil reis								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: uma parte de terras da Fazenda do Corrente				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	1 Luiz de Silva Maria/Pereira da Silva (Bia)	Anterior	Atual							
2	Martiano Luis Souto e sua mulher Maria Pereira de Silva/José Pereira Brandão	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
3	José Pereira Brandão/Colleto José Thiago de Siqueira									
4	Colleto José Thiago de Siqueira/Zeferino Ribeiro de Souza									
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: uma parte de terras da Fazenda do Corrente				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Zeferino Ribeiro de Souza (João Pacheco Rolim e sua mulher Maria Ribeiro de Souza)	Anterior	Atual							
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: parte de terras no lugar Beama-Fazenda Ribeiro das Pabanhas				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Candido Cardoso de Jesus	Anterior	Atual							
2	Candido Cardoso de Jesus/D. Candida Abrosio de Jesus	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		5 alqueires (mais ou menos)								
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				Imóvel: Ribeiro de Sant'Anna				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Leopoldo da Silva Pereira/ Manoel Fulgencio Alves	Anterior	Atual							
2	Pereira Inventário do marido Manoel Fulgencio Alves Pereira/D. Emilia Fulgencio Alves da Cunha	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
3	D. Emilia Fulgencio Alves da Cunha/Antônio									
DEGEO	Tese Origem da Propriedade no Norte de Minas				CADEIA SUCESSÓRIA DE IMÓVEIS				Nº Cadastro	
FFLCH USP									Nº Processo	
Nº de Ordem	Nº de Transmissão/Aquirente	Matrícula	Registro	ou	Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	Camara do Registro de Imóveis		
1	Simpliciano Moreira	Anterior	Atual							
2	Simpliciano Moreira/Sebastiana Moreira Dias (filh do outorgado) casado com Jose Moreira Dias	Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data			
		5 alqueires (mais ou menos)								

FAZENDA RIBEIRÃO DAS PIABANHAS QUINHÕES E GLEBAS QUINHÕES E GLEBAS SENTENÇA DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO			
QUINHÃO	GLEBA	CONDÔMINO	ÁREA (ha)
65	162	ANTONIO PINHEIRO JARDIM	6.480,00
67	167,173,174,172,175,176,177,178,179,180,181,182,10,184,185,186,187,188,189 e 190	JOAQUIM BELTRÃO DA SILVA	2.270,60
91	44	MARIA DAVID DE CARVALHO	1.800,00
51	117	HERDEIROS DE JOÃO LUIZ PINTO	1.680,00
31	76 e 76A	JOÃO MOREIRA DIAS	1.237,40
160	123I	PEDRO CARDOSO DE MAGALHÃES, JOÃO ROLLIM PACHECO, SATIRO GASPAS DE SANT'ANNA, ABILIO PEREIRA DA SILVA, CAMILLO GONÇALVES MOREIRA, JOSÉ SEBASTIÃO NUNES E VICTORIA PINTO DA SILVA	1.050,00
128	109	JULIO MARIA MOREIRA, SEVERINO PEREIRA DOS SANTOS, ISIDIO MARTINS, JUCELINO PINTO DA SILVA, ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS, MARIA DIAS, JOSÉ ALVES DE CARVALHO, JUVENATO NORBERTO DE SOUZA, MATHIAS SOARES PEREIRA	1.020,00
3	14, 14L e 15	MARCELINO FERREIRA BATISTA	1.018,12
111	69H	ANTONIO ROLLIM PACHECO, JOSE PEREIRA ALVES, VICTOR LUIZ DA CRUZ, JOÃO CARDOSO PEREIRA ALVES	976,50
82	26	VICTAL FRANCISCO SILVA	900,00
20	43	HERDEIROS DE SIMPLICIANO MOREIRA DIAS	895,60
157	183 E 159J	JOSE GONÇALVES DA COSTA, MARIA IGNEZ, JOSEPHA FAUSTINA FRANCISCO DE SOUZA, DOMINGOS MARTHA, JOSE DE ARAUJO CORREA, VICTORINO ELIAS E MANOEL MARTHA DE ARAUJO	768,00
77	1E	JOÃO PESSÔA, JOÃO PIO, JOÃO VICENTE, RICARDO DA CRUZ, ANTONIO JOSE GONÇALVES, MARTINHO FRANCISCO DE SOUZA, ALEXANDRINO PEREIRA* E JOÃO CANDIDO	720,00
102	47H	JOSÉ MOREIRA DE SOUZA	710,00
138	137	ARTHUR DE SOUZA, NICOLAU COELHO, JOSEPHA FRANCISCA DE JESUS ANTONIO PEREIRA DRA CRUZ, THEOPHILO AMANCIO DOS SANTOS, ANTONIO BORGES DE BARROS, JOSE PEREIRA DOS SANTOS, QUNTILIANO PEREIRA DOS SANTOS E JOSE PINTO DE LIMA	700,00
84	13E	ANTONIO BISPO DOS SANTOS, MANOEL JOSÉ LINO, BENTO RIBEIRO APOLINARIO FIDELIS**, VICTAL FRANCISCO SILVA E JULIA DE SOUZA	680,00
85	34	MARIANO PINTO	680,00
148	150J E 150H	AGOSTINHO PEREIRA DE OLIVEIRA, JOSE DIAS DE JESUS, JOSE PEREIRA DOS SANTOS, ANTHERO CANDIDO VIEIRA, SEBASTIÃO PEREIRA DE AGUIAR, FRANCISCO FERREIRA LIMA, VILLAS MATHEUS DIAS, JOSÉ DIAS E MANOEL VIEIRA DA SILVA	680,00
66	172	ANTONIO RAMALHO E JULIETA RAMALHO	605,00
18	51 e 107	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	576,00
118	94J	MANOEL AGOSTINHO DO AMARAL	566,80
19	54	FRANCISCO BISPO DA CRUZ	539,37
25	63 e 63D	DOMINGOS RAMALHO DE OLIVEIRA	537,40
93	34G	MARIANO PINTO, GERALDA DE ANDRADE MARIANO PINTO, ERMECIANA BISPO, DOMINGOS CARDOSO, JULIO DOS SANTOS SIQUEIRA, MARIA DAVID DE CARVALHO E JOSEPHINA MARIA DE JESUS	454,00
142	153	ANTHERO CANDIDO VIEIRA	440,00
16	46 e 128	JOSE DIAS RIBEIRO	348,98
1	4	JOSÉ BISPO DA CRUZ	317,40
92	45	JOSEPHINA MARIA DE JESUS	310,00
22	57 e 58	JOÃO SOARES PEREIRA	304,00
100	66	JOÃO JOAQUIM	292,00
76	7	JOÃO CANDIDO	288,00
27	70	JOAQUIM CARDOSO DE SOUZA	278,40
61	136	CÂNDIDA AMBROSIA DE JESUS	273,60
64	25 e 25N	JOÃO RAMALHO	263,00
15	47 e 47S	JOSE MOREIRA DIAS	250,00
70	8	JOÃO PIO	242,00
97	52 e 53	MARCUS E DOMINGOS CARDOSO	240,00
141	152	JOSE PEREIRA DOS SANTOS	228,00
17	48 e 65	ELISIANO CELESTINO MOREIRA	218,00
132	141	ANTONIO PEREIRA DA CRUZ	208,00
33	79	JOSE MANOEL MOREIRA DIAS	206,00
150	160	MARIA IGNEZ	186,60

23	59	JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	182,40
151	161	JOSEPHA FAUSTINA	182,00
139	150	AGOSTINHO PEREIRA DE OLIVEIRA	176,00
159	88J	LUIZ ALVES DE FIGUEIREDO, CLEMENTE AMBROSIO SANT'ANNA , GREGORIO RIBEIRO DE SOUZA, FELIPE RIBEIRO DE SOUZA, MARIA BENTA DA COSTA, PEDRO LUIZ DA CRUZ, FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS, MAXIMIANO LUIZ DE ANDRADE, ANTONIO CARDOSO, ANTONIO JOSÉ PEREIRA, CLEMENTE P	173,00
47	106	MAXIMIANO LUIZ DE ANDRADE	160,00
42	97	GREGORIO RIBEIRO DE SOUZA	159,20
6	19	SANTOS TEIXEIRA BAPTISTA	134,98
8	27 e 27A	JOAQUIM CARDOSO MAGALHÃES	134,00
21	55	PEDRO FAUSTINO DE SOUZA	131,00
158	55I	PEDRO ANTONIO DE SOUZA, GUALTER PEREIRA DOS SANTOS, COLLETO CARDOSO DE JESUS , CARLOS LUIZ SOUTO, JOSÉ CARDOSO DE MAGALHÃES, ROSENDO MOREIRA DIAS, JOSÉ MANOEL MOREIRA DIAS , HERDEIROS DE CASIMIRO PACHECO ROLLIM , JOÃO LUIZ PINTO, VERISSIMO LUIZ SOUTO, JOÃO	130,00
53	119	MARTINHA PINTO DA SILVA	128,00
135	147	JOSE PEREIRA DOS SANTOS	120,80
107	83	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS e JOÃO VICENTE	112,00
137	149	JOÃO PINTO DA SILVA	112,00
62	139	JOSÉ SEBASTIÃO NUNES	104,00
28	71	COLLETO CARDOSO DE JESUS	101,60
52	118	ANTONIO PINTO DA SILVA	100,00
99	62	THOMAZ JOSE DA SILVA	100,00
44	99	MARIA BENTA DA COSTA	96,00
154	166	JOSE DE ARAUJO CORREA	92,00
153	165	DOMINGOS MARTHA	91,20
24	60	JOSE BENTO DA COSTA	87,60
96	50	MARIA CARDOSO MAGALHÃES	87,60
54	120	IGNACIO GONÇALVES MOREIRA	84,00
34	80	HERDEIROS DE CASIMIRO PACHECO ROLLIM	80,60
14	39	JOSE FERREIRA DA SILVA	80,02
39	88 e 164	EULALIO RIBEIRO DE SOUZA	80,00
40	89	LUIZ ALVES FIGUEIREDO	80,00
63	142	VITORINO PINTO DA SILVA	80,00
80	20	BENTO RIBEIRO	80,00
101	67	MARGARIDA BARBOSA LIMA	80,00
117	108	ANTONIO PEREIRA DA FONSECA	80,00
127	134	MATHIAS SOARES PEREIRA	80,00
149	159	JOSÉ GONÇALVES DA COSTA	80,00
57	129 e 130	SATIRO GASPAR DE SANT'ANNA	77,60
43	98	FELIPE RIBEIRO DE SOUZA	76,00
35	81 e 82	MARIA LEAL	74,92
60	135	CAMILO PEREIRA	74,80
131	140	JOSEPHA FRANCISCA DE JESUS	74,00
32	77	ROZENDO MOREIRA DIAS	72,00
48	111	ANTONIO CARDOSO	72,00
88	37	EMERENCIANA BISPO	70,00
78	13	ANTONIO BISPO DOS SANTOS	68,80
74	5	MARTINHO DE SOUZA	68,00
110	91, 92 E 93	JOÃO LUIZ SOUTO	68,00
144	155	FRANCISCO FERREIRA DE SENNA	65,00
122	121 E 122	JUCELINO BRITO DA SILVA	64,80
123	125	ANTONIO JOSE DOS SANTOS	64,80
46	103	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	60,80
98	62	AGOSTINHA PEREIRA DOS SANTOS	60,00
143	154	SEBASTIÃO PEREIRA DE AGUIAR	60,00
156	169	MANOEL MARTHE DE ARAUJO	60,00
134	145 E 146	ANTONIO BORGES DE BARROS	59,60
49	113	ANTONIO JOSE PEREIRA	57,20
11	32 e 32S	BOAVENTURA DAVID DE CARVALHO	56,40
71	2	JOÃO VICENTE	56,40
95	49	ANACLETO REIS DA SILVA	56,00

45	102	PEDRO LUIZ DA COSTA	52,00
115	101	AGOSTINHA PEREIRA BAPTISTA	52,00
130	138	NICOLAU COELHO	52,00
59	133	ABILIO PEREIRA DA SILVA	50,00
155	168	VICTORINO ELIAS	50,00
4	16 e 16A	SILVESTRE BISPO DA CRUZ	49,98
121	116	ISIDIO MARTINS	49,20
140	151	JOSE DIAS DE JESUS	48,00
12	33 e 33S	BERNARDINO DA SILVA SANTOS	47,75
124	126	MARIA DIAS	45,60
136	148	QUINTILIANO FERREIRA DOS SANTOS	45,60
41	89	CLEMENTE AMBROSIO DE SANT'ANNA	44,00
104	72	JOSE PEREIRA ALVES	44,00
90	41	JULIO DOS SANTOS SIQUEIRA	43,20
79	17	MANOEL JOSE LINO	40,00
83	30 e 31	JULIA ALVES DE SOUZA	40,00
125	127	JOSÉ ALVES DE CARVALHO	40,00
116	104	REGINALDO CARDOSO DE MAGALHÃES	39,20
13	38 e 38S	JOSEPHA MARTINS AMORIM	38,00
29	77	CARLOS LUIZ SANTOS	37,30
94	47	JOSÉ MOREIRA DE SOUZA	37,20
126	132	JUVENATO NORBERTO DE SOUZA	36,40
146	157	JOSE DIAS	36,00
133	143 E 144	THEOPHILO AMANCIO DOS SANTOS	34,40
2	11,12,56 e 25	CLEMENTE RIBEIRO SOARES	34,00
86	35	GERALDA DE ANDRADE	34,00
105	73	VICTOR LUIZ DA CRUZ	34,00
30	75	JOSE CARDOSO MAGALHÃES	32,00
5	18 e 18A	GERMANO FERREIRA DE MEDEIROS	31,00
114	100	HERDEIROS DE VIRGINIO BENTO DA COSTA	28,00
119	109 E 110	JULIO MOREIRA	28,00
152	163	FRANCISCO DE SOUZA	28,00
9	28	MANOEL VALÉRIO MAGALHÃES	26,40
10	29 e 29S	JOÃO CARDOSO MAGALHÃES	24,00
56	124	JOÃO ROLLIM PACHECO	24,00
72	9	RICARDO CRUZ	24,00
108	86	RAPHAEL MOREIRA DIAS	24,00
145	156	VILLAS MATHEUS DIAS	22,40
37	85	VERISSIMO LUIZ SOUTO	22,00
55	123	PEDRO CARDOSO DE MAGALHÃES	22,00
112	94	MANOEL ANTONIO DO AMARAL	21,20
129	137	ARTHUR DE SOUZA	20,80
75	6	ALEXANDRINO PEREIRA*	20,00
87	36	MARIANO PINTO	18,00
7	22 e 22S	MARIA MAGALHÃES	17,20
68-A	24	MARIA CARDOSO LEAL (suplicante da ação)	17,00
73	3	ANTONIO JOSE GONÇALVES	16,80
26	68	GUALTER PEREIRA DOS SANTOS	16,00
147	158	MANOEL VIEIRA DA SILVA	16,00
109	90	ETELVINO MOREIRA DOS SANTOS	15,60
103	69	ANTONIO ROLLIM PACHECO	14,80
89	40	DOMINGOS CARDOSO	14,00
68	23	DOMINGOS RAMALHO DE OLIVEIRA	12,40
36	84	JOÃO LUIZ PINTO	12,00
50	114 e 115	CLEMENTE PINTO DA SILVA	12,00
69	1	JOÃO PESSÔA	12,00
113	95	JOÃO LUIZ SOBRINHO	12,00
120	116	SEVERIANO PEREIRA DOS SANTOS	12,00
58	131	RUFINO GASPAR DE SANT'ANNA	11,20
38	87	JOÃO RIBEIRO SOARES	10,00
81	21	APOLINARIO FIDELIS**	8,80
106	78	JOÃO CARDOSO LEAL	3,60
TOTAL			39.538,92

Obs

*Alexandrino pai de dona Joana (entrevistada no Currálinho)

**Apolinario Fidelis, tio do seu Joaquinção (entrevistado no Currálinho)

CADEIA SUCESSÓRIA CONFORME OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCESSO DE DIVISÃO DA FAZENDA RIBEIRÃO DAS PIABANHAS										Observações				
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda da Americana, (que pertence as Fazendas Santa Cruz e Ribeirão de Areia, ou "Brejo Grande")					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
Srt D. Francisca Laborne Alcantara Ezequiel Pereira da Silva e Joaquim Alcantara 1 de Oliveira, Domingos Alcantara de Oliveira		230 alq.	NÃO HÁ					compra e venda	CRI - Grão Mogol					
Ezequiel Pereira da Silva e Joaquim Alcantara de Oliveira, Domingos Alcantara de Oliveira, e suas mulheres D. Maria Alcantara Pereira e D. Maria Lisbella Pereira/ 2 Augusto de Figueiredo		230 alq.	37		51		fls.122 e 123	05/06/1931 compra e venda	Julietta Laborne - Oficial Interina de Imóveis	Protoc.1016 Página 22. Nº815				
3 Augusto de Figueiredo		2 alq.			815		5 fls. 22	não informa	Escritura Publica	Protoc. 1016				
CADEIA SUCESSORIA DE IMÓVEIS														
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda indivisa Ribeirão da Areia, no lugar "Carolina"					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
1 Juvenal Pereira de Andrade e Emidia da Silva Andrad Augusto de Figueiredo		14,52			5682 3G				CRI-Grão Mogol	Oficial Amadeu Ferreira Paulino- certidão 03/02/1960				
2 Augusto de Figueiredo		14,52 hectares			5683 3G		fls. 146	15/01/1960 Venda	CRI-Grão Mogol	Oficial Amadeu Ferreira Paulino- certidão 03/02/1960				
CADEIA SUCESSORIA DE IMÓVEIS														
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda São Francisco/ Brejo Grande					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
1 Herdeiros de Joaquim Paschoal Rodrigues e sua mulher Anna Josephina Bahia		partes das terras	NÃO-HÁ CRI- Arauaí negou a existência de registros		Inventário (é o que consta na transcrição da escritura)			Formal de Partilha	Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy" (é o que consta na transcrição da escritura)					
Herdeiros de Joaquim Paschoal Rodrigues e sua mulher Anna Josephina 2 Rolim/Victorino Pereira da Silva e sua mulher.		partes das terras	NÃO-HÁ					Compra	Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy" (é o que consta na transcrição da escritura)					
3 Victorino Pereira da Silva e sua mulher Anna Rodrigues da Silva		partes das terras	NÃO-HÁ					herança	Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy" (é o que consta na transcrição da escritura)					
Victorino Pereira da Silva e sua mulher Anna Rodrigues da SilvaTenente Coronel 4 Mariano Ferreira Freire		metade das terras"			5º (livros de Notas)			30/03/1882	Escritura Publica de compra e venda	* p. 49 do processo procauração do casal vende a metade mais a outra metade transcrição de propriedade lei nº 2348, de 25 de Agosto de 1873, art. 11, parag. 11, e regulamento de 5581 de 31 de Março de 1874				
5 Coronel Mariano Ferreira Freire			19		Registro Geral exercido de 1881-1882			08/04/1882	Registro de impostos sob Transcrição de propriedade	collectoria municipal de Arassuahy				
6 Coronel Mariano Ferreira Freire		partes das terras (margem direita do Rio vacaria)			5º (livros de Not.fls. 1º v e 2			08/04/1882	Transcrição da Escritura Pública de Compra e Venda					
Victorino Pereira da Silva e sua mulher Anna Rodrigues da SilvaTenente Coronel 7 Mariano Ferreira Freire		mais a quarta parte da fazenda**						16/04/1882	Título	** p. 49 e na p.52 do processo procauração do casal vende a metade mais a outra metade, são mencionados apenas valores, não mencionam a área				
Inventário dos bens do Tenente Coronel Mariano Ferreira Freire/Dona Rita (casada com Coronel Ignacio Carlos Moreira Murta)		quarta parte da fazenda à margem direita do Rio Vacaria						10/12/1888	Certidão	Ofício Comarca de Arassuahy (Francisco Quirino de Souza, escrivão)				
9 Dr. José Carlos Ferreira Murta		a quarta parte da Fazenda			51		fls. 17	26/07/1911		José Salustiano Pereira, Oficial do Registro,Grão Mogol				
Inventário dos bens do Tenente Coronel Mariano Ferreira Freire/José Ferreira Freire Murta		uma parte de terras de "São Francisco do Vacaria", descritas no inventário						11/09/1973		protocolo fls. 4 e verso, nº63 - Oficial do registro J ose Salustiano Pereira				
										Camilo Lopes Carmona, tabelião do 2º ofício do judicial e notas Ofício do Registro de Immoveis da Comarca de Arassuahy				
CADEIA SUCESSORIA DE IMÓVEIS														
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda do "Brejo Grande" (lugar denominado "Tanque")					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Distrito de Riacho dos Machados, Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
1 João Machado da Silva e sua mulher Julia Rodrigues da Silva		287,93			4151 e 4152 3E		fls.117	10/02/1954 Compra*	Requerimento, juntado aos autos pelo Juiz da Comarca de Grão Mogol	"informa o requerimento juntado aos autos em 20/11/1962 p.175 processo (documento falta últimas linhas)				
2 João Machado da Silva e sua mulher/Celino Brito		287,98	4151		4153 3E		fls.118	11/02/1954	CRI-Grão Mogol	Oficial Amadeu Ferreira Paulino- certidão 03/02/1960				
CADEIA SUCESSORIA DE IMÓVEIS														
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Jacaré- Fazenda Brejo Grande (indivisa).					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Distrito de Riacho dos Machados, Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
??? (informação confusa na certidão emitida pelo Oficial Amadeu Ferreira Paulino em 02/06/1973		1,75			5740 3G		fls.164	01/07/1960 herança	CRI- Grão Mogol					
Celestino Pereira de Andrade e sua mulher Maria Mineira da Silv Julio Ferreira de Oliveira**		1,75			5741 3G		fls.164	25/04/1960	Escritura Pública de Compra e Venda	**Julio Jacob de Oliveira, ou Julio Ferreira de Oliveira, ou Sinhôro Ferreira de Oliveira são a mesma pessoa conforme certifica procauração de 02/07/ de 1963				
CADEIA SUCESSORIA DE IMÓVEIS														
DEGEO FLLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda Brejo Grande. (lugar "Boa Sorte")					Nº Cadastro Nº Processo						
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Distrito de Riacho dos Machados, Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
???Gomes*		2 alqueires			4120 3E		fls. 78		Herança					
???Gomes/ Julio Jacob Oliveira**		2 alqueires	4120		4121 3E		fls. 78	20/03/1956 Título Particular	CRI- Grão Mogol	*Certidão ilegível, xerox falta uma parte, a data que aparece 15/07/1926, pode ser datacertifica do instrumento particular de compra e venda				
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Município	Distrito de Riacho dos Machados, Grão Mogol	ou		Transcrição		UF: MG	Observações				
			Matricula Anterior	Registro Atual					Comarca do Registro de Imóveis					
		Área	Nº	Nº	Livro		FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
											**Julio Jacob de Oliveira, ou Julio Ferreira de Oliveira, ou Sinhôro Ferreira de Oliveira são a mesma pessoa conforme certifica procauração de 02/07/ de 1963			

DEGEO FFLCH USP	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas			Imóvel: Fazenda do Tamboril na beira do Vacaria (lugar Jabuticaba)				Nº Cadastro Nº Processo			
			Município	Grão Mogol					UF: MG	Observações	
Nº de Ordem	Transmissão/Adquirente		Matricula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca do Registro		
			Anterior	Atual					de Imóveis		
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data				
† Sabino Santa Rosa e sua mulher/Salustiano Alexandre de Oliveira			1 alqueire					Escritura Particular de Compra e 22/07/1958 Venda	Coletoria Estadual - Grão Mogol	Coletor Arthur do Vale Campos -Apresentou apenas imposto transmissão imóveis inter- vivos Coletoria Estadual. 708/1958	

APÊNDICE D – DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DA FAZENDA SANTO ANTÔNIO							
Quinhão	Nome	Gleba	1ª classe	2ª classe	3ª classe	Total (ares)	Área (hectares)
1	JOÃO DE SOUZA FREIRE	1	1.676,00	4.324,00	166.200,00	212.270,00	2.122,70
		2	113,00	1.887,00	38.070,00		
2	JOÃO RODRIGUES DA SILVA	3	70,00	10,00	7.600,00	20.880,00	208,80
		4	367,00	33,00	12.800,00		
3	WASHINGTON BARBOSA DE ARAUJO	5	20,00	750,00	9.000,00	9.770,00	97,70
4	EZEQUIEL PEREIRA; DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA; JOAQUIM ALCANTARA DE OLIVEIRA	6	500,00	1.500,00	164.400,00	175.800,00	1.758,00
		7	50,00	250,00	9.100,00		
5	JOÃO DURÃES DAMASCENO; EUCLIDES RODRIGUES DA SILVA	8	211,00	429,00	8.600,00	9.240,00	92,40
6	GENTIL ALVES DOS SANTOS	9	49,00	251,00	8.125,00	8.425,00	84,25
7	ARTUR RODRIGUES DA SILVA	10	-	287,00	1.225,00	1.512,00	15,12
8	MARTINIANO MARTINS PEREIRA	11	40,00	1.400,00	7.000,00	8.440,00	84,40
9	ESPÓLIO DE GASPAR SOARES RIBEIRO	12	100,00	1.500,00	23.600,00	25.200,00	252,00
10	JOAQUIM ANTONIO FERREIRA	13	50,00	1.858,00	19.200,00	21.108,00	211,08
11	COLATINO RODRIGUES DA SILVA	14	37,00	23,00	10.100,00	10.160,00	101,60
12	JOSÉ AFONSO RODRIGUES	15	30,00	50,00	2.000,00	2.080,00	20,80
13	LUCIDIO DA SILVA VEIGA (Suplicante)	16	4,00	6,00	4.300,00	4.310,00	43,10
14	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	17	-	1.500,00	7.700,00	9.200,00	92,00
15	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL	18	355,00	500,00	172.900,00	940.970,00	9.409,70
		19	118.215,00	30.585,00	618.415,00		
16	LINDOLFO DAMASCENO FERREIRA	20	42,00	258,00	32.900,00	33.200,00	332,00
17	JOÃO PEREIRA DA SILVA	21	-	123,00	60.000,00	68.273,00	682,73
		22	15,00	35,00	8.100,00		
18	BERNARDINO SENA DO NASCIMENTO	23	100,00	60,00	12.000,00	12.160,00	121,60
19	PIO PEREIRA DA SILVA	24	214,00	226,00	9.000,00	9.440,00	94,40
20	JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA	25	40,00	800,00	28.000,00	28.840,00	288,40
21	LUIZ RODRIGUES PEREIRA	26	184,00	5.823,00	815.310,00	821.317,00	8.213,17
22	ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA; JOSÉ MARCELINO NOGUEIRA; CLEMENTINO SOARES DE OLIVEIRA	27	100,00	100,00	8.600,00	8.800,00	88,00
23	ANA ROSA DE SOUZA e HERDEIROS DE ANTONINO JOSÉ DE SOUZA	28	5.140,00	1.300,00	24.200,00	89.400,00	894,00
		29	18.589,00	611,00	39.560,00		
24	ADOLFO DE QUADROS SÁ e OUTROS	30	31.826,00	2.174,00	113.820,00	147.820,00	1.478,20
25	CARLOS ANTONIO MARTINS	31	-	520,00	20.000,00	20.520,00	205,20
26	VIRGINIO PEREIRA DA SILVA	32	430,00	370,00	17.640,00	18.440,00	184,40
27	FELISBERTO PEREIRA DA SILVA	33	38,00	262,00	17.315,00	17.615,00	176,15
28	DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS	34	208,00	10.092,00	3.740,00	14.040,00	140,40
29	JOSÉ SOARES DOS SANTOS	35	861,00	239,00	5.285,00	6.385,00	63,85
30	LINDOLFO PEREIRA DA SILVA	36	14,00	226,00	24.800,00	25.040,00	250,40
31	HIGINO JOSÉ DA ROCHA	37	-	1.200,00	21.600,00	22.800,00	228,00
32	CONDÔMINOS AUSENTES, INCERTOS, IGNORADOS OU DESCONHECIDOS	38	27.728,00	8.272,00	13.600,00	78.435,00	784,35
		39	13.934,00	2.666,00	12.235,00		
TOTAL							28.818,90

APÊNDICE E – DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DA FAZENDA SANTO ANTÔNIO					
*	Nome	Área 1ª classe	Área 2ª classe	Área Total (ares)	Área Total (ha)
9	João de Souza Freire	9.440,00	305.257,00	314.697,00	3.146,97
57	Waldemar Damasceno Ferreira	6.649,00	214.990,00	221.639,00	2.216,39
59	Theodomiro Pereira Andrade	3.972,00	128.451,00	132.423,00	1.324,23
10	Irmãos Alcantara	3.035,00	98.156,00	101.191,00	1.011,91
7	Gentil Damasceno Ferreira	2.836,00	91.723,00	94.559,00	945,59
56	Juscelino Damasceno Netto	2.640,00	85.372,00	88.012,00	880,12
17	Gonçalo Martins Junior	2.564,00	82.935,00	85.499,00	854,99
8	Israel Alves de Araujo	2.239,00	72.397,00	74.636,00	746,36
2	Elidio Pereira de Andrade	2.135,00	69.061,00	71.196,00	711,96
61	Juvenato Martins de Oliveira	2.013,00	65.102,00	67.115,00	671,15
54	José de Souza Borges	1.925,00	62.250,00	64.175,00	641,75
36	Mario Batista Nascimento	62.597,00		62.597,00	625,97
37	João Sebastião Nascimento	62.597,00		62.597,00	625,97
35	Epaminondas Batista Nascimento	62.565,00		62.565,00	625,65
55	Hermelindo Damasceno Ferreira	1.839,00	59.464,00	61.303,00	613,03
16	Avelino João de Deus	1.702,00	55.047,00	56.749,00	567,49
20	Manoel Lourenço de Paula	1.687,00	54.571,00	56.258,00	562,58
30	Francisco Pereira do Nascimento	1.556,00	50.327,00	51.883,00	518,83
5	Francisco Ferreira da Silva	1.441,00	46.612,00	48.053,00	480,53
22	Jesuino Joaquim Evangelista	1.343,00	43.450,00	44.793,00	447,93
53	Clemencia Maria de Oliveira	1.334,00	43.144,00	44.478,00	444,78
34	Francisco Batista Do Nascimento	43.560,00		43.560,00	435,60
60	Ausentes e desconhecidos	1.676,00	39.724,00	41.400,00	414,00
6	Homero José da Rocha	1.069,00	34.589,00	35.658,00	356,58
25	João Pires dos Santos	822,00	26.584,00	27.406,00	274,06
26	Domingos da Costa Collares	801,00	25.915,00	26.716,00	267,16
33	José B. Do Nascimento	25.168,00		25.168,00	251,68
24	Espolio de Heitor José Pereira	708,00	22.894,00	23.602,00	236,02
31	Geraldo Antonio de Sousa	678,00	21.954,00	22.632,00	226,32
15	Sebastião Pereira do Nascimento	645,00	20.881,00	21.526,00	215,26
47	Antonia Vieira da Silva	21.056,00		21.056,00	210,56
19	José da Costa Oliveira	595,00	19.259,00	19.854,00	198,54
27	Vicente da Costa Freire (Vicente de Sousa Freire)	570,00	18.450,00	19.020,00	190,20
3	Francisco Martins de Oliveira	565,00	18.254,00	18.819,00	188,19
11	José Benedito Rocha	554,00	17.944,00	18.498,00	184,98
14	Rosa Pereira do Nascimento	538,00	17.412,00	17.950,00	179,50
29	Avelino Pereira do Nascimento	491,00	15.898,00	16.389,00	163,89
32	Herodiades B. Do Nascimento	14.520,00		14.520,00	145,20
13	Manoel Gomes Murça	414,00	13.400,00	13.814,00	138,14
18	Benicio Teodoro de Sousa	342,00	11.078,00	11.420,00	114,20
1	Antonio Martins de Oliveira	354,00	11.436,00	11.790,00	117,90
52	Maria Martins de Oliveira	330,00	10.720,00	11.050,00	110,50
38	Sady Pereira do Nascimento	9.680,00		9.680,00	96,80
43	Rita Pereira	9.680,00		9.680,00	96,80
44	Joana Pereira	9.680,00		9.680,00	96,80
45	Maria Pereira do Nascimento	9.680,00		9.680,00	96,80
46	Hercília Pereira	9.680,00		9.680,00	96,80
12	José Gomes de Oliveira	268,00	8.686,00	8.954,00	89,54
28	Sebastião M. de Oliveira	233,00	7.547,00	7.780,00	77,80
21	Victor da Costa Freire	225,00	7.279,00	7.504,00	75,04
23	Benedito José da Rocha	215,00	6.963,00	7.178,00	71,78
51	Francisco Pereira do Nascimento Sobrinho	4.840,00		4.840,00	48,40
39	José Martins	3.249,00		3.249,00	32,49
40	Arlindo Vieira	3.249,00		3.249,00	32,49
41	José Vieira da Silva	3.249,00		3.249,00	32,49
42	Antonio Vieira da Silva	3.249,00		3.249,00	32,49
48	Nely Vieira da Silva	3.249,00		3.249,00	32,49
49	Petronilha Vieira da Silva	3.249,00		3.249,00	32,49
50	Olavo Vieira da Silva	3.249,00		3.249,00	32,49
4	Francisco Pereira do Nascimento Sobrinho	62,00	2.000,00	2.062,00	20,62
58	Vitor da Costa Freire (2ª Gleba)			-	-
TOTAL					24.377,27
*	a sentença não indicou o número das glebas e dos quinhões				

APÊNDICE F – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA MARIMBO						
CONDÔMINO	Gleba ÁREA					
	1ºclasse	1ºclasse	2ºclasse	3ºclasse	Total (ares)	Total (ha)
MANOEL RODRIGUES SOARES	107	11	29290	111.605,20	140.906,20	1409,062
PEDRO JOSÉ DE SOUZA	35875	35875	20000	40.000,00	95.875,00	958,75
ESPOLIO DE JOÃO DOS SANTOS SILVA	67, 131 E 132	34190	49368	-	83.558,00	835,58
ESPOLIO DE EMIGDIO JOSÉ DOS SANTOS	94 E 110	45248,5	0	31.690,00	76.938,50	769,385
JOAQUINA ROSA DA CRUZ	68	42990	29400	72.390,00	72.390,00	723,9
SILVANO PIRANGA DE ARAUJO	133 E 134	18552,5	48290	66.842,50	66.842,50	668,425
COLATINO FERREIRA DO CARMO, DOMINGOS ALCANTARA DE OLIVEIRA, JOAQUIM ALCANTARA DE OLIVEIRA E EZEQUIEL JOSÉ DA SILVA PEREIRA	3,38,61,118	38598	25522	-	64.120,00	641,2
DESALIDES ANTUNES MADUREIRA	24981,5	24981,5	30854,1	80.817,10	55.835,60	558,356
JOSE MARTINS DA SILVA	51, 52, 114, 12	5082	33921	15.488,00	54.491,00	544,91
DOMINGOS MARTINS DA SILVA	15,120 E 121	31924	20954	-	52.878,00	528,78
LAURICO MARTINS DA SILVA	19, 26 E 85	40499	7410	7.410,00	47.909,00	479,09
ANTONIO GOMES DA SILVA	32	35898	1784	9.666,00	47.348,00	473,48
JOSEPHINO MENDES DA SILVA	8, 9, 16 E 82	43076	0	-	43.076,00	430,76
JOAQUIM SOARES PEREIRA	14036	14036	0	28.072,00	42.108,00	421,08
JOAQUIM GOMES PEREIRA	4 E 106	14036	28072	-	-	421,08
FRANCISCO CARNEIRO VELOSO	93	9480	25880	2.000,00	37.360,00	373,6
FIRMINO RODRIGUES SOARES	66 E 123	14745	20000	1.700,00	36.445,00	364,45
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL	99	9000	2000	20.460,00	31.460,00	314,6
CLOVIS FERREIRA DOS SANTOS	10	29042	0	-	29.042,00	290,42
CELSO CAYRES PINHEIRO	138,139 e 140	17908	4717	-	22.625,00	226,25
ANTONIO DUTRA PRIMO	29 e 100	10944	0	10.000,00	20.944,00	209,44
LEOPOLDO MARTINS FERREIRA	56 E 128	18750	0	-	18.750,00	187,5
FRANCELINO DE SOUZA FREIRE	47 E 105	2262	15972	-	18.234,00	182,34
JOAO GOMES CORREA	58	10000	800	7.000,00	17.800,00	178
WALDEC, IGRUZ, LINDOLPHO E ELZA MARTINS DA SILVA, FILHOS DE LINDOLPHO MARTINS DA SILVA	3476	15925	0	-	15.925,00	159,25
SABINO FERREIRA DA MATA	35	3476	10532	-	14.008,00	140,08
ANGELO NUNES PEREIRA	91	543	10328	-	10.871,00	108,71
RIVEL FERREIRA DA SILVA	64	9802	5640	-	9.802,00	98,02
JOSE ANTONIO BARBOSA	5	9201	0	-	-	92,01
JOAO ANTONIO DA SILVA	60	2904	0	5.640,00	8.544,00	85,44
OSORIO OSCAR DE ANDRADE	39, 43 E 46	8470	0	-	8.470,00	84,7
QUINTILIANO RIBEIRO DO AMARAL	45	7260	0	-	7.260,00	72,6
JOSÉ ALENCAR DE ANDRADE	23 E 31	1936	4598	-	6.534,00	65,34
ANTONIO ODORICO BARBOSA	30	5808	0	-	5.808,00	58,08
JOSÉ ELIAS FERREIRA	22	2000	0	3.808,00	5.808,00	58,08
DARIO AUGUSTO PEREIRA	20 E 49	4234	1452	-	5.686,00	56,86
VIUVA DE EXUPERIO SATURNINO MOREIRA	27		4100	1.500,00	5.600,00	56
ORACIANO JOSE PEREIRA	50 E 129	1472	0	2.700,00	4.172,00	41,72
MANOEL PEDRO BISPO DE OLIVEIRA	18	3872	0	-	3.872,00	38,72
ESPOLIO DE PEDRO LOPES SARAIVA	53 E 130	1210	2660	-	3.870,00	38,7
MANOEL SOARES	1	3808	0	-	3.808,00	38,08
SENTORIO JOSÉ DA SILVA	101	2240	904	-	3.144,00	31,44
JOSE CAMILO DE SOUZA	40	2904	0	-	2.904,00	29,04
LEANDRO ALVES ATHAYDE	78	2500	0	-	2.500,00	25
JOAO JOSÉ JORGE	2	2425	0	-	2.425,00	24,25
ELIDIO PEREIRA DE ANDRADE	117	2420	0	-	2.420,00	24,2
JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA E SILVA	7 E 72	2420	0	-	2.420,00	24,2
CHRISTOVINO FERREIRA	65	1210	0	1.210,00	-	24,2
VIUVA DE JOAO PEREIRA DA SILVA	48	2250	0	-	2.250,00	22,5
ALFREDO DE ALMEIDA LOPES	28	233	968	1.000,00	2.201,00	22,01
JOSEPHINO FERREIRA DA SILVA	55	2117	0	-	2.117,00	21,17
ANTONIO MENDES PEREIRA	42	1936	0	-	1.936,00	19,36
HOMERO DO CARMO	73	1936	0	-	1.936,00	19,36
AURELIANO PEREIRA DA SILVA	79	1250	0	-	1.250,00	12,5

apêndice

FELICISSIMO CAMILO DE SOUZA	119	1250	0	-	1.250,00	12,5
JOAQUIM ALVES DA ROCHA	83	1250	0	-	1.250,00	12,5
JOSÉ LOPES SARAIVA	57	1250	0	-	1.250,00	12,5
LAURINDO PEREIRA DOS SANTOS	54	1250	0	-	1.250,00	12,5
SEBASTIÃO GOMES CORREA	116	1250	0	-	1.250,00	12,5
ALCEBIADES JOSÉ DA SILVA	36	1210	0	-	1.210,00	12,1
CARMEZINO FERREIRA DA SILVA	51	1210	0	-	1.210,00	12,1
AUSENTES	7, 12, 13, 150,	234,213	18,658	840,67	-	10,93539
JOVITO JOSE DE OLIVEIRA	580	968	0	-	968,00	9,68
FRANCISCO FITO BATISTA	33	726	0	-	726	7,26
JOSE CAMILO DA SILVA	98	725	0	-	725	7,25
JOSE FERREIRA DA MATTA		625	0	-	625	6,25
ESPERIDIAO BATISTA DE SOUZA	35	580	0	-	580	5,8
TOTAL		667.418,71	422.384,76		1.336.770,80	13.915,93

APÊNDICE F – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA RIACHO DE DONA ROSA			
CONDÔMINO	Área das Terras		
	1ª classe (ares)	2ª classe (ares)	Total (ha)
FRANCISCO DE BRITTO LIMA	64422	157600	2.220,22
JOSÉ BARBOZA DA CUNHA	58674	106672	1.653,46
JOSEPHINO MENDES DA SILVA	58070	98869	1.569,39
ROSALVO JOSÉ DOS SANTOS E ESPÓLIO DE ANTONIO MAXIMO	38708	94122	1.328,30
ESPÓLIO DE AVELINA DIAS CUNHA	43729	82280	1.260,09
SÉRGIO MENDES DA SILVA (SUPLICANTE)	29000	87120	1.161,20
LINDOLPHO MARTINS DA SILVA	29664,28	74872	1.045,36
JOSÉ CANDIDO SANKLER	50834	49951	1.007,85
ESPÓLIO DE JOSÉ MANOEL PEREIRA E CONSTANCIA	21480	42572	640,52
VIRGINIO DOS SANTOS SILVA	60833	0	608,33
JOAQUIM BARBOZA E LAURINDA ORLINDA DE SOUZA	7770	48150	559,20
APRIGIO JOSÉ DA CUNHA E FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA	16890	28077	449,67
RODRIGO JOSÉ DA SILVA E FILHO	9359	32513	418,72
JOSÉ ANTONIO	9359	32260	416,19
LINO JOSÉ DE SOUZA	2602	38720	413,22
BENTO JOSÉ BARBOSA	18546	20438	389,84
MANOEL FERREIRA DA SILVA	6083	32756	388,39
PEDRO TEIXEIRA DE SOUZA	16027	21815	378,42
PHILOGONEO MENDES DA SILVA	6386	29730	361,16
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA	7487	28077	355,64
ANGELO NUNES BARBOSA	6311,55	29040	353,52
TITO BARBOZA DA CUNHA	6644	28077	347,21
JOÃO PEDRO MENDES	8810	24200	330,10
JOSÉ PEDRO MENDES	6776	25830	326,06
VICENÇA THEREZA DE SOUZA	12749	14325	270,74
JOSÉ FERREIRA DA SILVA	7882	18719	266,01
JOÃO JOSÉ DA CUNHA	5976	15089	210,65
PEDRO TEIXEIRA DE SOUZA	7398	9359	167,57
TULITINO FERNANDES DE SOUZA	9000	7548	165,48
FRANCISCO QUARESMA	15863	0	158,63
ANTONIO JOSÉ MENDES E ESPÓLIO DE JOSÉ PEDRO MENDES	13200	0	132,00
JOÃO BAPTISTA DE SOUZA	10243	2316	125,59
MARIA CANDIDA DA SILVA, BLANDINA CANDIDA DA SILVA E LUZIA CANDIDA DA SILVEIRA	9680	0	96,80
CHRISTIANO VICENTE DE SALLES	0	9359	93,59
JOÃO PEREIRA DA SILVA	9359	0	93,59
MANOEL JOSÉ DE ALMEIDA	0	9359	93,59
PEDRO FERREIRA DE OLIVERIA	9359	0	93,59
MANOEL FERREIRA DA SILVA	7300	0	73,00
HERMIRO FERREIRA DOS SANTOS	935,9	6292	72,28
PEDRO ANTONIO DA SILVA (RECEBEU SEGUNDA GLEBA, NÃO INFORMA A ÁREA, LIMITA-SE COM O QUINHÃO DE AUSENTES N7 E N10.)	2807	4265	70,72
THEODORO BORGES DOS SANTOS (RETIRADO DO QUINHÃO DE AUSENTES)	3400	3436	68,36
JITA BARBOZA DA CUNHA	6644	0	66,44
QUINTILIANO TEIXEIRA DE SOUZA	4679	0	46,79
MANOEL AVELINO DA SILVA	935,9	3536	44,72
JOÃO MACIEL DA SILVA	2510	1860	43,70
JOAQUINA BEATRIZ DA SILVA	4305	0	43,05
SEBASTIÃO PEREIRA SOBRINHO	4015	0	40,15
JUVENATO SOARES DE BRITTO	600	3359	39,59
MARIA DE FREITAS	3898	0	38,98
JOAQUIM CLEMENTE BARBOSA	3743,6	0	37,44
JOSÉ BARBOZA DE AGUIAR	3743,6	0	37,44
JOÃO QUARESMA	3275	0	32,75
MILITÃO SOARES DE AGUIAR	3149	0	31,49
JOÃO SABINO GOMES	2807,7	0	28,08
ALEXINO NUNES BARBOSA	2807	0	28,07
ANGELO DAVID DE CARVALHO	2807	0	28,07
ESP. DE PLACIDO JOSÉ DE SOUZA	2807	0	28,07
MARIA SANT'ANNA DE ABREU	2807	0	28,07
PEDRO BASILIO DA SILVA	2105	0	21,05
FAMÍLIA DAMASCENO	1936,6	0	19,37
JOVENÇO RODRIGUES CARDOZO – AUSENTE 7	1871,8	0	18,72
MANOEL SOARES	1871,8	0	18,72
ESPÓLIO DE TORQUATO PEREIRA DA SILVA	1579	0	15,79
ANTONINO JOSÉ DE SOUZA	1434	0	14,34
JOSÉ BARBOSA SOBRINHO	1403,85	0	14,04
JOSÉ BARBOZA DE AGUIAR	968	0	9,68
FORTUNATO JOSÉ DE ARAUJO	935	0	9,35
JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA	935	0	9,35
JOVITO FERREIRA DA SILVA	935	0	9,35
OCTAVIANO JOSÉ DE SOUZA	935	0	9,35
FRANCISCO MENDES DA CUNHA	638	0	6,38
ANTONIO PAULINO DA SILVA	0	467	4,67
ESP. DE DELPHINO FERREIRA DE AGUIAR			-
ESPÓLIO DE JOAQUINA MARIA DE JESUS			-
FILOGONIO MENDES DA SILVA			-
MANOEL JOSÉ DE ALMEIDA			-
PAGAMENTOS AUSENTES	0	0	-
PEDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA			-
SALUSTIANO JOSÉ DE ALMEIDA			-

APÊNDICE H – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA CURRALINHO				
CONDÔMINO	ÁREA			Observações
	Alqueires	Ares	Total em hectares	
João Batista do Nascimento - Baixa do Brejo	422	304,92	2045,53	
Augusto Alves Pereira - Curralinho	199	216,84	965,33	
Teburtino Antonio da Costa e seus filhos Antonio Joaquim e Vicente Mendes Nogueira	193	19,36	934,31	manteve terra em comum
Juscelino Damasceno - Lagôa Nova	184	246,84	893,03	tirada em commum com Domingos José da Costa, por conveniência e pedido das partes.
Deraldo da Costa Faria	152	150,04	737,18	
Delmiro José Pereira – Furado	151	242	733,26	
Ausentes - no Garça	123	450,12	599,82	
José Martins da Silva – Rodeador	113	333,96	550,26	
José Rodrigues de França - Vereda e Caldeirão	92	130,68	446,59	
Herdeiros de Antonino José de Souza - Lagôa Nova	85	469,48	416,09	
Saturnino Mendes de Aguiar - Ribeirão e Vereda	83		401,72	
Josephino Mendes da Silva - Tabocal e Geralda	82	285,56	399,74	
Hermelindo Damasceno Ferreira	70	139,72	340,20	
Domingos José da Costa, Antonio José Nogueira e Santos José Nogueira - Sitio	64	179,08	311,55	
José Alencar de Andrade - Tabúa	64	174,24	311,50	
Antonio Machado da Silva - Ribeirão	61	72,6	295,97	
Severino José dos Santos- Sitio	56	396,88	275,01	
Claudioiro Rodrigues de França	53	309,76	259,62	
Benicio Ferreira da Silva	52	271,04	254,39	
Herdeiros de Camillo Pompilio Soares - Bôa Sorte	52	271,04	254,39	
Landulpho Sande de Britto - Brejinho	52	271,04	254,39	
José Gomes de Siqueira	51	242	249,26	
Antonio José Dias - Vereda Grande	51	232,32	249,16	
Vicente de Paula Meira -agua branca	48	435,6	236,68	
Antonio Mendes Nogueira	48	125,84	233,58	Esta gleba ficou em comum com Tiburtino Antonio da Costa, pai de Antonio Mendes Nogueira, a pedido e por conveniência das partes
Joaquim Mendes Nogueira	48	125,84	233,58	Este quinhão ficou em commum com Tiburtino Antonio da Costa e Antonio Mendes Nogueira, pai e irmãos de Joaquim Mendes Nogueira, a pedido e por conveniencia das partes

				Este quintão ficou em comum com Tiburtino Antonio da Costa e Antonio Mendes Nogueira, pai e irmãos de Joaquim Mendes Nogueira, a pedido e por conveniencia das partes
Vicente Mendes Nogueira	48	125,84	233,58	
Galdino Maria de Jesus - sitio	47	96,8	228,45	
Apparicio Gomes da Costa - Ladeira e Umbaúba	46	401,72	226,66	
Ausentes - no corrego do rodeador	45	268,62	220,49	
José Baptista da Costa - sitio	45	38,72	218,19	
Anna Rosa de Souza - Vereda Grande	45		217,80	
Manoel Pedro Bispo - Tabúa	45		217,80	
Octavio José de Souza - Bôa Sorte	45		217,80	
Amandio Pereira de Andrade - Caldeirão	42	440,44	207,68	
João Candido da Silva - Agua Bôa	42	435,6	207,64	
Alfredo Soares de Aguiar - Fazenda Velha	42	392,04	207,20	
Seraphina da Costa Faria - sitio	39	67,76	189,44	
Jacintha Rosa de Jesus - Ribeirão	38	329,12	187,21	
Higino Gomes da Costa	36	9,68	174,34	
Antonio rodrigues Cardoso - Caldeirão e Bôa Sorte	35	363	173,03	
João Paulino Evangelista - furado	34	154,88	166,11	
Laudelino Barbosa - Olaria	34	121	165,77	
João Dias - Ribeirão	31	48,4	150,52	
Porfirio Ferreira da Silva, José Faustino da Costa e Antonio de Souza - Confisco	31	43,56	150,48	
Luis Soarea de Aguiar - fazenda velha	31		150,04	
Saturnino Soares de Aguiar	31		150,04	
Bernardino Senna do Nascimento	30	271,04	147,91	
Pacífico Ferreira da Silva	30	150,04	146,70	
José Soares de Aguiar - Fazenda Velha	30	29,04	145,49	
Francisco Pereira da Silva	30	19,36	145,39	
Francisco Ferreira da Silva Geralda	29	416,24	144,52	
Joaquim Ferreira da Silva Licinio - Caldeirão	29	242	142,78	
João dos Santos Machados - Fazenda Velha	29		140,36	
Thomé Pereira dos Santos - Agua Bôa	28	421,08	139,73	
José Dias Correia- Furado	27	440,44	135,08	
Deoclydes Antunes Madureira - Brejinho	27	435,6	135,04	
Philogonio Mendes da Silva - Lagôa Nova	27		130,68	
Antonio Gomes da Silva - Trombica	26	392	129,76	
Maria de Araujo Silveira - corrego dos Mocós	25	454,96	125,55	
Antonio Baptista de Oliveira	25	363	124,63	
Antonio Baptista de Oliveira	25	363	124,63	
Antonio Dutra Primo - Ladeira	25	363	124,63	
Manoel Machado da Silva, ou Souza - Bôa Sorte	25	363	124,63	
Pacífico Rodrigues Soares-Agua Bôa	24		116,16	
Jovencio Gomes Pereira - Ribeirão	22	62,92	107,11	
Santos Mendes Barbosa	22	58,08	107,06	
Seraphina Barbosa da Costa - Olaria	22	58,08	107,06	
Herminia de Souza Dias, Oslindo e Jovercino Dias Correia - furado	22		106,48	
Marcelino Soares de Aguiar	22		106,48	
José Vieira Braúna	21	48,4	102,12	
Livio Pereira dos Santos - Ribeirão	20	193,6	98,74	
Joaquim Ferreira da Silva - Bôa Sorte	20	183,92	98,64	
Francisco dos Santos Pereira	17	77,44	83,05	
José Bernanrdino dos Santos - sitio	17	77,44	83,05	
Luiz Alves Soares - Fazenda Velha	16	43,56	77,88	
José Domingos	15	4,84	72,65	

Juvenal Gomes Pereira - Bocaina	13	459,8	67,52	
Theophilo Baptista - sitio	13	372,68	66,65	
José Pereira de Oliveira - no Garça	13	353,32	66,45	
José Pereira de Oliveira - no Garça	13	353,32	66,45	
Saturnino Soares de Aguiar - Agua Boa	13	140,36	64,32	
Gentil de Britto Santos	13	45,98	63,38	
José Antonio dos Santos - Garça	12	421,08	62,29	
Deraldo Baptista de Oliveira	12	217,8	60,26	
				Ficou em commum com Pacífico Ferreira da Silva e Antonio de Souza, por conveniencia e a pedido das partes
José Faustino da Costa	12	208,12	60,16	
Pedro de Araújo Silveira - sitio	12	208,12	60,16	
Augusta de Quadros Mello	12	193,6	60,02	
José Ferreira de Souza	12	4,84	58,13	
Ausentes no Ribeirão	12		58,08	
Manoel Ferreira da Silva - Garça	10	145,2	49,85	
José Mathias da Silva - sitio	8	280,92	41,53	
Altino Rodrigues da Costa - Rochêdo	8	280,72	41,53	
Emygdio Baptista da Costa - sitio	8	280,72	41,53	
Fausto José dos Santos - Caldeirão	8	280,72	41,53	
João Evangelista da Conceição - Sitio	8	280,72	41,53	
Joaquim José de Souza - sitio	8	280,72	41,53	
Joaquim Martins Marques - rochedo	8	280,72	41,53	
José da Costa Faria	8	280,72	41,53	
José Moreira dos Santos	8	280,72	41,53	
José Severino do Nascimento - córrego do Sítio	8	280,72	41,53	
Julio José da Conceição - Rochêdo	8	280,72	41,53	
Pantaleão Baptista da Silva	8	280,72	41,53	
Sebastião José de Souza	8	280,72	41,53	
Manoel José de Souza - sitio	8	280,42	41,52	
Antonio José Barbosa -Rochêdo	6	212,96	31,17	
Antonio José Pedrosa - Rochêdo	6	212,96	31,17	
Antonio de Souza - Confisco	6	111,32	30,15	
Octacilio Mendes Lourenço - sitio	6		29,04	
Joaquim Soares da Silva - sitio	4	140,36	20,76	
José Martins de Lima - Sitio	4	140,36	20,76	
José Soares - Sítio	4	140,36	20,76	
Onofre ??cencio de Almeida	4	140,36	20,76	
Rosa Mendes - Boa Sorte	4	140,36	20,76	
				tirada em commum com Domingos José da Costa e Antonio José Nogueira por conveniência e pedido das partes.
Santos José Nogueira - sitio	4	140,36	20,76	
Theodonico Serafim Barbosa - Caldeirão	4	140,36	20,76	
Manoel Soares - Barra	1		4,84	
TOTAL			22.233,20	

APÊNDICE I - DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA LAGÔA DOS PATOS								
QUINHÃO	GLEBAS	CONDÔMINO	Área (ares)				Área Total (ares)	Área (ha)
			1 classe	2 classe	3 classe	4 classe		
1	1	MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	136	32	1312	34960	36440	364,4
2	2	BENEDITO PEREIRA DA SILVA	42	494	4464	34960	39960	399,6
	3		0	212	2268	21120	23600	236
	4		32	5	9643	0	9680	96,8
	6		0	0	5600	86800	92400	924
	15		0	0	400	0	400	4
	16		194	39	5910	31057	37200	372
3	51	PACIFICO GOMES PEREIRA (suplicante da divisão)	0	120	0	0	120	1,2
4	5	OSCAR DE ARAUJO FONSECA (suplicante da divisão)	118	42	440	7400	8000	80
5	7	JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA	303	21	4676	24640	29640	296,4
6	8	ANA ROSA DE SOUZA	1193	15	9752	54480	65440	654,4
7	9	ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS	492	27	5081	25240	30840	308,4
8	10	JOÃO GOMES PEREIRA	44797	3	8000	55600	108400	1084
9	11	JOÃO RODRIGUES SOARES	1691	29	6280	33800	41800	418
	28		189	43	568	520	1320	13,2
10	12	MARIA ROSA DAMASCENO, IRACEMA JOSÉ DE SOUZA, TEÓFILO GOMES DOS SANTOS, ANA ROSA DAMASCENO, ADÃO RODRIGUES DAMASCENO, JOAQUIM RODRIGUES DAMASCENO, ERCINA ROSA DAMASCENO, ROSA DAMASCENO, ODETE ROSA DAMASCENO, LOURDES RODRIGUES DAMASCENO, JOAQUINA ROSA DAMASCENO	3960	0	8240	37600	49800	498
11	13	JOSÉ RODRIGUES DAMASCENO	0	0	0	26000	26000	260
	25		49	35	1916	1840	3840	38,4
12	17	ÁLVARO GOMES PEREIRA	875	29	9336	66240	76480	764,8
	20		324	0	836	9640	10800	108
13	22	JOAQUIM RODRIGUES DAMASCENO	86	14	1900	11600	13600	136
14	24	JOSÉ GOMES PEREIRA DOS SANTOS	1020	35	145	12000	13200	132
15	26	MARIA GOMES DOS SANTOS	340	12	4448	34320	39120	391,2
	27		63	17	1520	1600	3200	32
16	29	ANTONIO MAMEDIO RODRIGUES	173	77	150	2800	3200	32
	34		274	6	5720	5200	11200	112
17	30	JOSÉ GOMES PEREIRA	1027	24	229	8760	10040	100,4
18	32	BERNARDINO SENA DO NASCIMENTO	0	0	0	5320	5320	53,2
	41		351	43	86	1520	2000	20
19	39	APARÍCIO GOMES DA COSTA	1855	17	628	2020	4520	45,2
20	40	JOSÉ BATISTA DOS SANTOS E SEBASTIÃO BATISTA DOS SANTOS	138	22	120	2600	2880	28,8
21	42	MANOEL ANTONIO DA SILVA	572	28	400	7200	8200	82
22	43	GENTIL ALVES DOS SANTOS	73	47	2080	13000	15200	152
23	44	AVELINO GOMES DA SILVA	1941	47	252	2280	4520	45,2
	45		803	13	184	2360	3360	33,6
24	35	FRANCISCO DE BRITO	0	0	0	3640	3640	36,4
	48		179	21	2520	33200	35920	359,2
25	49	MARTINS BORGES	177	47	1096	45840	47160	471,6
26	50	DELMIRO JOSÉ PEREIRA	106	10	1044	1560	2720	27,2
27	33	JOÃO GOMES PEREIRA	400	0	2000	5000	7400	74
28	36	JOÃO PAULO DOS SANTOS	1461	7	1612	2680	5760	57,6
	14		2276	20	2064	39360	43720	437,2
	18		2382	22	6876	3840	13120	131,2
	21		3805	31	8404	5360	17600	176
	37		0	0	0	1200	1200	12
	38		2488	32	1480	5000	9000	90
	46		388	48	84	860	1380	13,8
29	47	Condôminos Ausentes, Incertos, ignorados e desconhecidos	180	1	59	9560	9800	98
30	23	JUVENATO PEREIRA DUTRA	78	38	6804	39160	46080	460,8
TOTAL								10.762,20

APÊNDICE J - DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DA FAZENDA LAGES E PÉ GROSSO				
CONDÔMINOS	ÁREA			
	Cultura	Gerais	Total (ares)	Total (ha)
FILÓ DA CUNHA	86044,7	138301,65	224346,35	2.243,46
JOSEPHINO MENDES	14675,45	23588,38	38263,83	382,64
ANTONIO JOSÉ MENDES	12759,17	20508,38	33267,55	332,68
JOSÉ CARDOSO VIEIRA	10940,77	20508,62	31449,39	314,49
HERMINIO BARBOSA DA CUNHA	10539,1	16939,35	27478,45	274,78
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA	10287,3	16534,8	26822,1	268,22
OROZINHO RODRIGUES FREITAS	9785,94	15728,72	25514,66	255,15
IZABEL DE SOUZA	9784,94	15727,72	25512,66	255,13
JOAQUIM BARBOSA DA CUNHA	9783,94	15726,72	25510,66	255,11
JOSÉ ANTONIO MARTINS BRAGA	9783,94	15725,72	25509,66	255,10
MANOEL SOARES	22520,32	0	22520,32	225,20
JOAQUIM AURELINO DE SOUZA	22200,97	0	22200,97	222,01
JOSÉ RODRIGUES BARBOSA	21835,52	0	21835,52	218,36
HERD. DE FELISSICIMO JOSÉ DE SOUS	10908,49	0	10908,49	109,08
ROMUALDO BORGES PINTO	9070,51	0	9070,51	90,71
CYSIACO JOSÉ CARDOSO	7177,24	0	7177,24	71,77
JOSEPHINO MENDES	5093,72	0	5093,72	50,94
JOÃO JOSÉ BARBOSA BRAGA	3682,23	0	3682,23	36,82
JOSÉ SOARES DOS REIS	2695,7	4332,63	7028,33	70,28
LINDOLPHO PEDRO MENDES	1936	0	1936	19,36
JOÃO PEDRO MENDES	1841,11	0	1841,11	18,41
MARCELLO MARTINS GUERRA	1842,11	0	1842,11	18,42
FOLENTINO FERNANDES DE SOUZA	1843,11	0	1843,11	18,43
JOSÉ XAVIER DE FARIAS	1844,11	0	1844,11	18,44
JOSÉ GUIMARÃES	1845,11	0	1845,11	18,45
JOSÉ APRIGIO FERNANDES	1846,11	0	1846,11	18,46
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	1847,11	0	1847,11	18,47
JOAQUIM AVELINO PEREIRA	1429,63	0	1429,63	14,30
AUSENTES	18344,76	0	18344,76	183,45
TOTAL				6.278,12

APÊNDICE K – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA SANTA QUITÉRIA

CONDÔMINO	Terras 1ª classe (ares)	Terras 2ª classe (ares)	TOTAL (ares)	TOTAL (HA)
Beijamim Franklin Dias	168483	954741	1123224	11.232,24
Domingos Rodrigues Froes	109318	619468	728786	7.287,86
Moreno Amadeu Dias Prates	112458	508599	621057	6.210,57
João Lucas de Aguiar	69056	391318	460374	4.603,74
Órphãos de Rochario Dias	40033	355521	395554	3.955,54
Manoel Damasceno Ferreira	54905	311127	366032	3.660,32
Evaristo de Sousa Freire	42167	238946	281113	2.811,13
Leonino Rodrigues Peres e Vincença Rodrigues Fonseca	38580	218618	257198	2.571,98
Pedro Laborne	33104	187587	220691	2.206,91
José Lima da Silva (adjudicado em 1938, após sentença)				1.989,80
Genesia Rodrigues Pereira	3639	173621	177260	1.772,60
José Evaristo de Carvalho	24979	141549	166528	1.665,28
Pilomena da Costa Carvalho	24167	136948	161115	1.611,15
Candida Rosa de Sousa Coutinho	24059	136332	160391	1.603,91
Angélica Alves Pereira e filhos	23104	130923	154027	1.540,27
Manoel Pereira dos Santos	23008	130380	153388	1.533,88
Joaquim Nunes de Pinho	19829	112757	132586	1.325,86
Joaquim Pereira dos Santos, Joaquim Leodno	80259	46801	127060	1.270,60
Clemente Augusto da Rocha	17200	97467	114667	1.146,67
Domingues Evaristo da Silva	17008	96382	113390	1.133,90
Abita Dias de Vasconcellos	15211	86199	101410	1.014,10
Ausentes e Desconhecidas	101220		101220	1.012,20
Maciel José dos Santos	1439	98824	100263	1.002,63
Anselmo Marques Virgino	13583	76973	90556	905,56
Patricia Peres de Guimarães	13356	75585	88941	889,41
Candida de Sousa Freire	12717	72066	84783	847,83
Clemente José da Costa	12415	70349	82764	827,64
Rogeria, Margarida, Maria de Paula e Erminia de Pinho Brant	12174	68984	81158	811,58
Manoel, Pedro, Felisando, João, Eduarda, Josepha Gomes, Catão Soares e Sebastião Evaristo Sª	3516	76594	80110	801,10
João de Sousa Freire	11362	64388	75750	757,50
Lindolpho Ferreira de Barros	11241	63699	74940	749,40
Esmeralda José de Oliveira	10488	59433	69921	699,21
Carlota Olympia e Rita Ruas	10362	58720	69082	690,82
Francisco José da Cunha, João, Justino, Antonio, Euclides e Geremias Dias da Cunha	10194	57767	67961	679,61
Manoel José Severino	9872	55939	65811	658,11
João Ferreira da Silva e Filhas	9777	55402	65179	651,79
Agostinho Damasceno Ferreira	9621	54910	64531	645,31
Luis Nunes de Pinho	9408	53316	62724	627,24
Maria Angelica de Siqueira	1705	60665	62370	623,70
Joaquim Guedes	9248	52405	61653	616,53
Regina Paulino Jurias	10467	49313	59780	597,80
José Gomes de Siqueira	8787	49793	58580	585,80
Manoel Gomes de Murça	8628	48892	57520	575,20
Antonio Rosendo de Murça	8231	46642	54873	548,73
Antonio Pereira dos Santos	8203	46481	54684	546,84
Joao Peres dos Santos	8087	45827	53914	539,14
Manoel Pereira de Jesus	7949	45043	52992	529,92
Livia Maria de Jesus	7680	43517	51197	511,97
Florencio de Sousa Freire	7349	41643	48992	489,92
Ermeniciana Rodrigues Peres	7165	40600	47765	477,65
Celestina Candido de Moura	7121	40353	47474	474,74
Domigos Evaristo Carneiro	6763	38322	45085	450,85
Moysés Gomes	6722	38091	44813	448,13
Polycarpo Dias Correa	6630	37570	44200	442,00
Ritta Esteves Ruas	6601	37412	44013	440,13
Lindolpho Pereira da Silva	6559	37168	43727	437,27
Clemente José das Chagas	6287	35626	41913	419,13
Anna Rosa Silva	6155	34879	41034	410,34
João Pereira da Silva	6013	34077	40090	400,90
João Gomes de Siqueira	5731	32473	38204	382,04
José da Rocha	20709	15352	36061	360,61
Cicero Gonçalves de Faria	5293	29991	35284	352,84
Joaquim Ferreira dos Santos	5123	29028	34151	341,51
Francisco Soares de Sousa	5080	28789	33869	338,69
José Rodrigues Peres	4206	28833	33039	330,39
Antonio Moraes da Silva	4917	27862	32779	327,79
Josephino Gonçalves dos Santos	4248	28036	32284	322,84

José Mario Luis	4771	27033	31804	318,04
Santos Ferreira da Silva	31537		31537	315,37
Pedro Celestino Rodrigues	4659	26403	31062	310,62
Isidio Pereira do Norte	4603	26086	30689	306,89
Antonio Ferreira de Barros	4475	25360	29835	298,35
Anadino Cardoso de Sá	4346	24630	28976	289,76
Pilomena da Costa Carvalho Faria	4337	24577	28914	289,14
José Theodoro dos Santos	4047	22936	26983	269,83
Agostinho Cardoso de Souza Brant	3987	22594	26581	265,81
Maximiniano Evaristo da Silva	3930	22271	26201	262,01
Augusto Laureço Rodrigues	3904	22122	26026	260,26
Antonio Francisco Ribeiro	3806	21566	25372	253,72
Fulgencio de Sousa Carvalho	3463	19625	23088	230,88
Juvento Antonio da Silva	3421	19383	22804	228,04
Jacinto José dos Santos	3378	19144	22522	225,22
Custodio Ferreira da Silva	3299	18693	21992	219,92
Antonio, Gesuino, Jose e Deolinda Durães de (?)	3228	18691	21919	219,19
Domingues Evaristo da Silva	3285	18613	21898	218,98
João Ribeiro dos Santos, Justino Rodrigues de Santana	3262	18482	21744	217,44
Antonio de Souza Ribeiro	3674	17984	21658	216,58
Domingos Evaristo Peres	3239	18354	21593	215,93
Pio Pereira da Silva	3221	18254	21475	214,75
Olympio Dias Corrêa	3207	18171	21378	213,78
Adeodato Pereira	3174	17983	21157	211,57
José Gonçalves Dias	3170	17962	21132	211,32
Manoel Ferreira da Silva	3141	17802	20943	209,43
Domigos pereira da Silva	3072	17407	20479	204,79
Geraldo Rodrigues Peres	3211	17193	20404	204,04
Manoel José Severino	2989	16935	19924	199,24
Americo de Souza Brant	2977	16870	19847	198,47
Abílio Ruas	2916	16526	19442	194,42
Firminio Ferreira da Silva	2808	15911	18719	187,19
Francelino Pereira de Sousa	2806	15902	18708	187,08
Marcelino Alves de Vasconcellos	2790	15810	18600	186,00
Francisca Pereira do Norte	2779	15746	18525	185,25
Procopio José Peres	2730	15472	18202	182,02
Juvenal Pereira da Silva, Hauminda, João, Elvino e Manoel Soares de Reis	2712	15370	18082	180,82
Joaquim Beltrão da Silva	2666	15106	17772	177,72
Maria Rodrigues Froes	2664	15094	17758	177,58
Flora de Sousa Hinia	2663	15091	17754	177,54
João Batista Murça	2653	15037	17690	176,90
Olympio Rodrigues da Silva	2640	14961	17601	176,01
José Soares dos Santos	2635	14935	17570	175,70
Domithildes Pereira da Sousa	2634	14928	17562	175,62
Pacifico Alves de Araujo	2626	14882	17508	175,08
Anna Rosa Soares	2622	14861	17483	174,83
Jacintha e Colatino Pereira dos Santos	2619	14838	17457	174,57
Elvira de Sousa Borges	2553	14466	17019	170,19
João Duarte de Mello	2543	14410	16953	169,53
Joaquim Pereira Virgino	2427	13751	16178	161,78
Leopholdino Ferreira de Sousa	2424	13735	16159	161,59
Cassimiro Teixeira Da Silva	2333	13219	15552	155,52
Antonio de Pinho	2287	12959	15246	152,46
Antonio Ribeiro Harana	2284	12941	15225	152,25
José Angelo Fagundes	2129	12063	14192	141,92
João Lucas da Costa	2124	12033	14157	141,57
Antonio Rodrigues Marques	2081	11794	13875	138,75
José Pereira do Norte	2041	11569	13610	136,10
Vicente Ribeiro dos Santos	12647		12647	126,47
Joaquim Gonçalves de Jesus	1831	10660	12491	124,91
Pedro Gomes Murça	1867	10583	12450	124,50
Laurindo Marques Virgino	1804	10226	12030	120,30
Lucas Pereira dos Santos	1779	10079	11858	118,58
Isaias José da Rocha	1755	9947	11702	117,02
José Alves Pereira	1748	9908	11656	116,56
Amador Pereira Marques	1671	9466	11137	111,37
Agenor Ferreira da Silva	1632	9251	10883	108,83
Justino Rodrigues de Sant'Anna	1609	9117	10726	107,26
Joaquim Damacesno Ferreira	1588	8996	10584	105,84
Sophia Aguida Esteves	9973		9973	99,73

Paulo Dias Pereira	1488	8432	9920	99,20
Honorata Maria de Oliveira	1458	8263	9721	97,21
Abel Pereira de Souza	1442	8177	9619	96,19
Simpliciano Alves de Araujo	9232		9232	92,32
Victorio Ribeiro dos Santos	3604	5565	9169	91,69
Américo Paulino	1365	7738	9103	91,03
Carlota Francisca Soares	1353	7666	9019	90,19
José Luca da Fonsêca	1334	7559	8893	88,93
Antonio, José,Fortunato, Lauro, Joaquim, Geraldo, Agostinho e Naranetto Brant Velloso	1310	7425	8735	87,35
Ernesto de Felix Velloso	1266	7174	8440	84,40
Antonio Pereira Francisco de Salles	1228	6956	8184	81,84
Sebastiana Esteves Rodrigues, Meveucia, Osorina, Aristides, Julia e Maria Rodrigues Esteves	8070		8070	80,70
Antonio Ribeiro dos Santos	1210	6855	8065	80,65
José Soares de Oliveira	1183	6705	7888	78,88
Vicente Ruas de Araujo	7844		7844	78,44
Agenor e Maria Ferreira da Silva	1139	6453	7592	75,92
Maria Zeferina Gomes Murça	1129	6395	7524	75,24
Carlota Pereira	1128	6389	7517	75,17
Conegundes Rodrigue de Freitas	1121	6353	7474	74,74
João José Pinto Collares	1083	6135	7218	72,18
Victalino Fernandes da Silva	7077		7077	70,77
Erupenia Alves Pereira	1052	5964	7016	70,16
Joaquim Cardoso de Sá	1022	5791	6813	68,13
Luis Pereira de Sousa	982	5568	6550	65,50
Iridinia Rodrigues Peres	979	5549	6528	65,28
Antonio Ferreira da Silva	862	4885	5747	57,47
Antonio José Rodrigues	860	4873	5733	57,33
Homero José da Rocha	770	4363	5133	51,33
Francisco Ruas	730	4140	4870	48,70
Maria de Jesus	712	4038	4750	47,50
Ramiro Velloso	4709		4709	47,09
Vicente Rodrigues Peres	4668		4668	46,68
Joaquim Pereira dos Santos	2947	1699	4646	46,46
Martinha Soares de Sousa	693	3925	4618	46,18
Francelina Rodrigues Feres	685	3885	4570	45,70
Sebastião de Paula Gomes	4519		4519	45,19
Maria Mathilde de Oliveira	670	3800	4470	44,70
Rogério de Costa Negro	4356		4356	43,56
Julio da Costa Faria	614	3479	4093	40,93
Mariana Pereira De Jesus	594	3363	3957	39,57
Maria Rodrigues de Oliveira	556	3151	3707	37,07
Americo Pereira do Norte	553	3132	3685	36,85
Vinissimo Ribeiro dos Santos Silva	3604		3604	36,04
Sebastiana Rodrigues de Oliveira	3320		3320	33,20
João Ribeiro dos Santos	483	2738	3221	32,21
João Ermelindo de Sousa	1982	1231	3213	32,13
Ramiro Procopio dos Santos	2819		2819	28,19
Victor de Sousa Freire	2698		2698	26,98
Jesuino Pereira do Norte	385	2184	2569	25,69
Irene Alves Pereira	1608	914	2522	25,22
Victor Baptista da Luz	2310		2310	23,10
Vicente Evaristo da Silva	2310		2310	23,10
Rodrigo Bicalho	2290		2290	22,90
Sinval e Maria de Pinho Brant	2168		2168	21,68
José Pereira Barbosa	307	1739	2046	20,46
Maria José de Carvalho	265	1618	1883	18,83
Mathilde de Sousa	269	1526	1795	17,95
Naditha de Carvalho	249	1409	1658	16,58
Eugenio Rodrigues Sant' Anna	244	1380	1624	16,24
Felisbento Rodrigues de Freitas	196	1111	1307	13,07
Julia Soares das Santos	170	966	1136	11,36
Victalino Pereira Marques	1088		1088	10,88
Francisco José da Cunha	151	857	1008	10,08
Pecintino Pereira Virgino	142	802	944	9,44
Sebastião José de Carvalho	594		594	5,94
TOTAL				105.451,07

APÊNDICE L - DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA SÃO PEDRO	
CONDÔMINO	ÁREA (ha)
JOANA MARIA BARBOSA	500,00
ORLINDA DIAS	500,00
AUSENTES E DESCONHECIDOS	479,16
FRANCISCA BEATRIZ PEREIRA	464,64
HERDEIRO DE MANOEL SOARES DE OLIVEIRA	404,14
ANTONIO FERREIRA DE BARROS	319,44
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA	309,79
AGOSTINHO MENDES DA SILVA	295,24
PACIFICO GOMES PEREIRA	271,84
JOÃO SOARES DA CRUZ	266,20
MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	266,20
MARIANO JOSE NOGUEIRA	242,00
JOSE CAMILO DO CARMO	242,00
GAUDINA SOARES DOS REIS	242,00
ANTONIO FERREIRA SOBRINHO	237,16
BENEDITO FERREIRA DA SILVA	232,32
TEODOMIRO MOURA DA CRUZ	232,32
JOSINO FERREIRA DOS SANTOS	232,20
ESPOLIO DE FELISBERTO FERREIRA	228,53
LAURO C. DOS SANTOS OLIVEIRA (PROMOVENTE)	225,06
JOAQUIM RODRIGUES DE CARVALHO	217,80
SENHORINHO JOSE DE OLIVEIRA	203,28
PEDRO ANTONIO DOS SANTOS	203,28
JOSE CUPERTINO DURÃES DE VASCONCELOS	203,28
SEBASTIÃO SOARES MARTINS	200,86
HERDEIROS DE NICOLAU E CLAUDIO CARDOSO	193,60
JOSE GONÇALVES PROCOPIO	193,60
SALUSTIANA BENVINDA DA COSTA	193,60
SILVANO SOARES DE OLIVEIRA	135,52
HERDEIROS DE JOSÉ GONÇALVES DA CRUZ	174,24
JOSE SOARES DOS SANTOS	169,40
OSCAR DE ARAUJO FONSECA	159,72
BELARMINO JOSE DE OLIVEIRA	154,88
JOSEFINA RODRIGUES	154,88
VITORIA – VIUVA DE MARCIANO DURÃES VASCONCELOS	145,20
BENTO JOSE GONÇALVES	145,20
CIRINA FERREIRA DA SILVA	145,20
CURTODIO DOS SANTOS	140,03
JOSÉ SOARES DOS REIS	137,94
APRIGIO JOSE PEREIRA	135,52
ANTONIO JOSE DE SOUSA	130,68
MATIAS JOSÉ DA CRUZ	125,84
SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS (herdeiro de Ana Gonçalves de Jesus)	121,00
HILARIO JOSE DE OLIVEIRA	121,00
ANA GONÇALVES DE JESUS	121,00
JOAQUIM BORGES DA SILVA	121,00
JOAQUIM GONÇALVES SANTANA	121,00
TERCEIRA GLEBA DE FELISBERTO RODRIGUES FERREIRA	121,00
JESUINO PEREIRA DE SOUSA	116,16
ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA	116,16
MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	116,16
MARIA GOMES DE SIQUEIRA	106,48
PEDRO ALVES DE ALMEIDA	99,22
MANOEL MARTINS DA CRUZ	96,80
FELISBINA RODRIGUES DA CRUZ	96,80
JOSE FRANCISCO GONÇALVES	96,80
HENRIQUE JOSE CARDOSO	96,80

FRANCELINO JOSE DE OLIVEIRA	91,96
HERDEIROS DE JOAQUIM DA SILVA ANDRADE	91,96
FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA	87,12
TORQUATO CARDOSO DE SOUSA	87,12
JERONIMO FERREIRA DA CRUZ	87,12
GERALDINO SOARES	87,12
JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	87,12
JOSEFINO TEODORO DE OLIVEIRA	87,12
MAMEDE JOSE GONÇALVES	87,12
JOÃO DE DEUS FERREIRA DA SILVA	82,28
JOÃO JOVERY (?) DE OLIVEIRA	82,28
MARIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	79,86
AMELIA MARTINS DE OLIVEIRA	78,86
JOSÉ CARDOZO DA CRUZ	77,44
JESUINA DA SILVA OLIVEIRA	77,44
FRANCISCO CARDOSO DA CRUZ	77,44
BELISARIO JOSE MENDES	77,44
ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA	77,44
JOÃO GUEDES DE SOUSA	77,40
JUSTINO MANOEL DA SILVA	72,60
FRANCISCO GONÇALVES SALES	72,60
JUSCELINO JOSE FERREIRA	72,60
VIUVA DE PEDRO JOSE DE OLIVEIRA	72,60
JOAQUIM E FAUSTINO FERREIRA	72,60
DIOCLECIANO JOSE DE OLIVEIRA	72,60
CATÃO SOARES	72,60
ESMERALDO GOMES	72,60
LUIZ SOARES DE OLIVEIRA	72,60
ROSALVO JOSE DA CRUZ	72,60
ROGERIO CARLOS DA CRUZ	70,18
CANDIDO ALVES GONÇALVES	70,18
ETELVINA MARIA DE OLIVEIRA	67,76
EUCLIDES SOARES	67,76
JEREMIAS PEREIRA DOS SANTOS	67,76
SIMÃO FRANCISCO GONÇALVES	65,34
JOSE CUSTODIO SOARES	63,40
ETELVINA MARIA DE OLIVEIRA	62,92
HERDEIROS DE SANTOS DAMASCENO	62,92
VIRGINIO JOSE GONÇALVES	60,50
JOÃO PORFIRIO DURÃES	60,25
ADELINA MARIA DE JESUS	58,08
HERMINIO JOSE (ILEGÍVEL)	58,08
ADRIANO JOSE GONÇALVES	58,08
ORFÃOS DE FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	58,08
ALCIDES SOARES DE OLIVEIRA	58,08
AUREA MARTINS DE OLIVEIRA, CASADA COM AVELINO; MARCOLINO MA	52,94
PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA	50,82
JOAQUIM JOSÉ CARDOZO	50,82
JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA	50,82
CRISTINA RODRIGUES DAMASCENO	50,82
JOANA DURÃES DE VASCONCELOS	49,00
VIUVA DE ANTONIO PEREIRA DE SOUSA	49,00
PEDRO DURÃES VASCONCELLOS	48,40
MARTINHO CARDOSO DA CRUZ	48,40
MANOEL FRANCISCO DAMASCENO	46,84
JOSÉ PEREIRA DE SOUZA	45,98
JOSEFINA SOARES	45,98
JOSE TEODORO DA COSTA	44,00

LADISLAU SOARES DOS SANTOS	43,56
URISTIDY SOARES DOS REIS	43,56
ANTONIO VICENTE MARTINS	43,56
MARCOLINO MARTINS DE OLIVEIRA	43,56
ANGELO JOSE DE OLIVEIRA	43,56
MANOEL JOSE DA COSTA	43,56
SEBASTIÃO SOARES	43,50
PAULO PESTANA	41,14
TROJANO FERNANDES DA ROCHA	40,56
ANGELO DURÃES VASCONCELLOS	38,72
FERNANDO JOSE DE OLIVEIRA	38,72
JOANA DE ALMEIDA	38,72
RITA CANDIDA DE OLIVEIRA	38,72
CLOTILDES DOS SANTOS OLIVEIRA	38,72
FELISBERTO GOMES FERREIRA	38,72
MARTINHO GONÇALVES DA CRUZ	36,30
HILARIO CARLOS SOARES	36,30
SANTOS MENDES E S/M MARIA CUSTODIO DE OLIVEIRA	32,89
DOMINGOS SOARES RIBEIRO	31,46
ANA PEREIRA DE VASCONCELOS	31,46
ANTONIO CARLOS SOARES	31,40
JOÃO JOSE FRANCISCO	29,04
JOVENCIO GONÇALVES – HERDEIRO DE JOÃO FERREIRA DE BRITO	29,04
SEBASTIÃO JOSE CARDOSO	29,04
JOÃO PEDRO DURÃES	29,04
JENESIO JOSE FRANCISCO	24,20
ANTONIO DURÃES DE VASCONCELOS	24,20
MANOEL DURÃES VASCONCELOS	24,20
EMILIA GOMES DE BRITO	24,20
NAPOLEÃO BONAPARTE FERREIRA	23,86
THEODORIA, VIUVA DE ROGERIO FERREIRA DE VASCONCELOS	19,36
ANTONIO JOSE DE AZEVEDO	19,36
JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA	19,36
HOMERO DURÃES VASCONCELOS	19,36
ADOLFO GONÇALVES	19,36
JOÃO DURÃES FILHO	19,36
DEJANIRA GONÇALVES	19,36
JOÃO GOMES PEREIRA	14,52
JOSE GONÇALVES	14,52
JOÃO BATISTA SEVERINO	14,25
ASTERIA RODRIGUES MARTINS	14,25
JOÃO SOARES DE BRITO	9,68
JOSEFINA ALGUSTA MARTINS	9,09
HERMINIO JOSE DOS SANTOS	6,78
TOTAL	16.746,10

APÊNDICE M – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA SOBRADO						
CONDÔMINO	QUINHÃO	GLEBAS	1ª classe	2ª classe	3ª classe	Área (ha)
ALTINO SATIRO DE ARRUDA	1	2	224,00	1.006,00	3000,00	107,10
		338	294,00	5.186,00	1000,00	
ANTONIO LOURENÇO DOS SANTOS	2	5	542,00	598,00	3000,00	72,20
		339	59,00	521,00	2500,00	
BERTOLINO FRANCISCO DOS SANTOS	3	15	274,00	706,00	3000,00	168,40
		340	448,00	4.412,00	8000,00	
MANOEL DE SOUZA SANTOS	4	17	7712,00	24.728,00	80000,00	1.772,90
		61	480,00	9.370,00	55000,00	
JOSE MARIA DE OLIVEIRA	5	24	27414,00	24.016,00	30000,00	1.034,50
CLEMENTE PRAXEDES LISBOA	6	20	246,00	6.774,00	15000,00	223,80
		26	147,00	113,00	100,00	
MARIA BERNARDA BAPTISTA	7	25	534,00	1.646,00	3000,00	114,70
		343	502,00	1.788,00	4000,00	
VICENTE BERNARDO PRAXEDES	8	27	195,00	1.305,00	500,00	88,00
		29	900,00	1.900,00	4000,00	
VICENTE BERNARDO BAPTISTA	9	28	7640,00	-	0,00	221,70
		42	11621,00	2.409,00	500,00	
ANTONIO PEREIRA NETTO	10	30	250,00	3.200,00	6000,00	215,10
		35	98,00	1.762,00	3000,00	
		344	320,00	2.880,00	4000,00	
HERDEIROS DE MARIANO FERREIRA PINTO (ANTONIO FERREIRA PINTO E ANNA COSTA DE OLIVEIRA)	11	31	150,00	2.850,00	5000,00	142,10
		38	168,00	2.042,00	4000,00	
ANNA PRAXEDES (VIUVA DE SEBASTIÃO VALENTINO DIAS)	12	32	874,00	1.306,00	2000,00	60,20
FRANCISCO HILARIO DA CRUZ	13	33	527,00	813,00	500,00	111,90
		345	40,00	310,00	9000,00	
SEBASTIÃO FRANCISCO DE MEDEIROS	14	36	98,00	8.162,00	25000,00	1.113,40
		39	75,00	375,00	3500,00	
		346	34,00	96,00	74000,00	
GENEROSA MARIA DE JESUS	15	37	558,00	4.052,00	2000,00	397,20
VIUVA DE ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	16	40	860,00	1.590,00	15000,00	645,70
FRANCISCO DE ARRUDA OLIVEIRA	17	41	168,00	5.492,00	10000,00	471,20
		347	98,00	362,00	31000,00	
MIGUEL GOMES PEREIRA	18	46	2748,00	6.512,00	20000,00	1.374,10
		49	374,00	12.006,00	15000,00	
		65	424,00	6.456,00	20000,00	
		52	822,00	13.068,00	40000,00	
FRANCISCA RIBEIRO DA COSTA	19	47	218,00	942,00	5000,00	245,30
		60	676,00	2.694,00	15000,00	
JOÃO FERREIRA PINTO E ARGENTINA DA ROCHA CONCEIÇÃO	20	48	4969,00	361,00	500,00	182,30
JOÃO FERREIRA PINTO	21	43	970,00	6.430,00	5000,00	328,60
JOSE CARDOSO DE SENNA (HERDEIRO DE JOÃO CARDOSO DE SENNA)	22	50	33,00	2.927,00	17500,00	215,80
MARIA CARDOSO DE JESUS (HERDEIRA DE JOÃO CARDOSO DE SENNA)	23	53	595,00	425,00	100,00	18,80
		59	655,00	5,00	100,00	
HENRIQUE CARDOSO DE SENNA (HERDEIRO DE JOÃO CARDOSO DE SENNA)	24	54	49,00	1.331,00	7500,00	189,70
		62	92,00	998,00	9000,00	
SANTA CARDOSO DE JESUS (HERDEIRA DE JOÃO CARDOSO DE SENNA)	25	57	262,00	878,00	1000,00	217,90
		450	18,00	432,00	19200,00	
ANNA CARDOSO DE JESUS (HERDEIRA DE JOÃO CARDOSO DE SENNA)	26	58	641,00	149,00	100,00	8,90
MELCHIADES CARDOSO DE SENNA E GERMINIANO ALIPIO PEREIRA	27	56	118,00	3.092,00	4000,00	72,10
GERMINIANO ALIPIO PEREIRA	28	320	392,00	4.548,00	12000,00	169,40
SATURNINO BAPTISTA DE MEDEIROS	29	55	786,00	4.784,00	10000,00	300,80
		348	68,00	1.442,00	13000,00	

FIRMINO BICALHO DOS SANTOS	30	51	354,00	2.326,00	1000,00	36,80
ANTONIO PINHEIRO ROCHA	31	63	588,00	15.022,00	35000,00	506,10
ANGELA NUNES PINHEIRO	32	64	114,00	5.016,00	6000,00	111,30
JOSE RODRGUES	33	66	184,00	3.046,00	17000,00	320,10
		349	29,00	251,00	11500,00	
LUIZ MAXIMO DA FONSECA (HERDEIRO DE THEOPHILO MAXIMO DA FONSECA)	34	69	682,00	4.708,00	14000,00	193,90
PAULO MAXIMO DA FONSCECA	35	70	62,00	1.128,00	18000,00	711,90
		350	0,00	-	52000,00	
JOÃO NETTO FERREIRA	36	75	1130,00	8.170,00	1000,00	103,00
FRANCISCO MAXIMO DA FONSECA	37	72	15538,00	4.272,00	5000,00	2.110,80
		351	1546,00	14.724,00	170000,00	
JOSE FRANCISCO DE MELLO	38	73	280,00	4.320,00	80000,00	1.309,50
		352	80,00	1.270,00	45000,00	
JUVENATO FELIX DE ARAUJO	39	106	120,00	1.580,00	14000,00	250,30
		74	18,00	712,00	8600,00	
VIUVA DE JOÃO FELIX DE ARAUJO (MARCOLINA PEREIRA DE ARAUJO)	40	75	2461,00	193,00	100,00	27,54
BELTRÃO FERREIRA DA SILVA	41	76	286,00	684,00	2000,00	206,20
		94	1445,00	3.605,00	4500,00	
		353	969,00	4.031,00	3100,00	
MANOEL MALAQUIAS DE MEDEIROS	42	79	4320,00	3.830,00	5000,00	131,50
BENICIO CRISPINIANO DA ROCHA	43	81	350,00	650,00	5000,00	120,00
		487	10,00	990,00	5000,00	
SANTOS RODRIGUES DOS REIS	44	82	1019,00	5.961,00	8500,00	255,10
		363	204,00	826,00	9000,00	
FELICIO RODRIGUES DOS SANTOS	45	83	660,00	-	0,00	173,90
		364	912,00	818,00	15000,00	
JOAQUIM BAPTISTA DE MEDEIROS	46	84	948,00	4.262,00	1000,00	228,50
		90	1119,00	3.261,00	500,00	
		261	158,00	2.602,00	9000,00	
ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	47	85	341,00	729,00	4500,00	192,10
		488	37,00	103,00	13500,00	
JOSE PATRICIO DOS SANTOS	48	86	214,00	566,00	3000,00	92,20
		262	262,00	178,00	5000,00	
JUVENCIO CARDOSO DOS SANTOS	49	89	126,00	1.644,00	1000,00	124,50
		439	84,00	1.596,00	8000,00	
ANTONIO LOURENÇO SOARES	50	91	2696,00	3.774,00	1000,00	218,70
		440	210,00	3.190,00	11000,00	
ANTONIO DE PAIVA	51	92	844,00	8.986,00	19000,00	891,50
		297	386,00	4.934,00	55000,00	
ROSARIA MARIA DE JESUS	52	93	401,00	2.569,00	500,00	34,70
PRAXEDES DE OLIVEIRA	53	96	590,00	460,00	0,00	10,50
DELMIRA DE OLIVEIRA	54	98	280,00	2.320,00	0,00	26,00
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA	55	99	620,00	5.330,00	19000,00	448,90
		256	52,00	3.888,00	16000,00	
JOSE MAXIMO DA FONSECA	56	101	282,00	7.208,00	25000,00	324,90
JOSE PEREIRA DOS SANTOS	57	102	356,00	1.764,00	22000,00	241,20
FRANCISCO PINHEIRO NEVES	58	103	56,00	2.314,00	7000,00	215,30
		274	158,00	1.002,00	11000,00	
ANNA ROSA DE JESUS	59	106A	16,00	2.744,00	37000,00	397,60
MARIA GOMES DE FONSECA	66	147	1049,00	8.286,00	3000,00	123,35
LUIZ GOMES BAPTISTA	67	148	1942,00	82.948,00	15000,00	998,90
JOSÉ PEREIRA DE ARAUJO	68	149	2500,00			25,00
FRANCISCO VERISSIMO PEREIRA	69	154	319,00	4.111,00	6500,00	1.407,40
		155	6038,00	23.772,00	100000,00	
JOSE FERREIRA DOS SANTOS	70	157	1006,00	6.364,00	2000,00	93,70
MAURICIA ROSA DE ARAUJO	71	158	416,00	7.404,00	2000,00	98,20

JOSE FERREIRA DE ALMEIDA	72	160	1035,00	6.215,00	1500,00	387,50
		441	300,00	9.700,00	20000,00	
JOSE NASSAU	73	161	19010,00	-	0,00	333,33
		161A	14323,00	-	0,00	
EZEQUIEL PEREIRA DE ALMEIDA	74	162	1674,00	216,00	2000,00	338,90
		442	0,00	30.000,00	0,00	
JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA	75	165	800,00	150,00	1000,00	154,50
		176	1547,00	693,00	500,00	
		200	1488,00	3.272,00	6000,00	
CESARIO LUIZ DOS SANTOS	76	166	1320,00	80,00	0,00	14,00
ANTONIO COLLARES DE OLIVEIRA	77	167	2606,00	3.164,00	4000,00	97,70
SEBASTIÃO DA CRUZ OLIVEIRA	78	169	1962,00	2.978,00	5000,00	274,90
		443	390,00	7.160,00	10000,00	
JOÃO CAETANO ALVES	79	171	1221,00	1.649,00	500,00	33,70
PATRIMONIO DA IGREJA DE SANTO ANTONIO DA SERRINHA	80	172	496,00	5.974,00	8400,00	1.034,90
		328	534,00	6.046,00	15000,00	
		22	1108,00	12.352,00	20000,00	
		300	1094,00	12.486,00	20000,00	
JOÃO BISPO TEIXEIRA	81	174	484,00	9.446,00	3000,00	274,70
		444	1052,00	8.488,00	5000,00	
GUALTER ANGELO E OLIVEIRA	82	179	400,00	6.850,00	115000,00	1.990,14
		189	291,00	1.103,00	1500,00	
		196	137,00	1.103,00	1500,00	
		243	124,00	6.006,00	65000,00	
ADÃO COLLARES DE OLIVEIRA	83	181	258,00	2.652,00	16000,00	195,80
		206	385,00	185,00	100,00	
MANOEL LOPES SOARES	84	187	7150,00	6.100,00	20000,00	716,30
		207	2070,00	2.530,00	1000,00	
		183	19044,00	3.736,00	10000,00	
VICENTE SOARES DOS SANTOS	85	184	572,00	5.318,00	25000,00	318,50
		313	408,00	552,00	0,00	
JOÃO NASSAU	86	185	1760,00	-	0,00	58,35
		190	0,00	2.120,00	0,00	
		190A	1953,00	2,00	0,00	
FIRMO DE ASSIS OLIVEIRA	87	186	16666,00	4,00	0,00	166,70
ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS	88	191	693,00	817,00	500,00	20,10
FRANCISCO MARIA DE OLIVEIRA	89	198	1583,00	2,00	0,00	15,85
MARIA BRUNO DE OLIVEIRA	90	201	1084,00	8.446,00	1000,00	105,30
SEBASTIÃO PETRO MATHIAS	91	202	316,00	2.774,00	7000,00	100,90
JOÃO JORGE RODRIGUES	92	208	5912,00	60.528,00	80000,00	2.639,10
		235	2102,00	6.638,00	15000,00	
		247	526,00	6.344,00	10000,00	
		296	2128,00	24.732,00	50000,00	
ANTONIO CUSTODIO DE SANT'ANNA	93	209	524,00	2.606,00	35000,00	381,30
ELLISIARIO LOPES SOARES	94	211	1460,00	1.990,00	5000,00	241,10
		445	1570,00	8.090,00	6000,00	
MATHEUS BORGES	95	912	3793,00	2.217,00	500,00	65,10
SARGINO BORGES DA SILVA	96	213	19378,00	78.732,00	100000,00	2.217,90
		239	3902,00	6.388,00	4000,00	
		241	1678,00	1.712,00	6000,00	
CORNELIO RODRIGUES BORGES	97	214	692,00	5.548,00	6000,00	397,14
		210	1426,00	10.624,00	15000,00	
JOÃO EDMUNDO RODRIGUES	98	218	2800,00	8.100,00	2000,00	129,00
SEBASTIÃO GABRIEL DE BARROS	99	220	332,00	332,00	1000,00	166,04
		237	412,00	4.528,00	10000,00	
JOSEPHA PEREIRA DE OLIVEIRA	100	230	235,00	1.925,00	3000,00	51,60
MANOEL GONÇALVES	101	231	891,00	9.179,00	9500,00	195,70

JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	102	232	1028,00	52.332,00	130000,00	1.833,60
JOSE RODRIGUES DE SOUSA (HERDEIRO DE JULIÃO RODRIGUES)	103	248	1464,00	3.216,00	20000,00	246,80
BERTOLINO FRANCO DE ARAUJO	104	254	10794,00	80.286,00	100000,00	1.910,80
FRANCISCO GOMES DE SOUSA	105	386	386,00	1.934,00	15000,00	173,20
MARIA FLORA DE OLIVEIRA	106	259	1734,00	18.846,00	40000,00	605,80
JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS	107	265	560,00	4.390,00	45000,00	499,50
SEBASTIÃO MEDEIROS CABRAL	108	268	364,00	4.666,00	3000,00	80,30
ANTONIO DE BARROS	109	272	36,00	3.584,00	24000,00	276,20
JOAQUIM BORGES PINTO	110	278	880,00	6.720,00	10000,00	176,00
JOÃO LEMOS DO PRADO	111	284	1810,00	4.040,00	2000,00	78,50
HERDEIROS DE AUGUSTO PEREIRA DE ANNUNCIAÇÃO	112	295	9240,00	104.560,00	200000,00	3.138,00
HERDEIROS DE FRANCISCO ROCHA	113	301	4320,00	16.380,00	4000,00	247,00
JOÃO ALVES PINHEIRO	114	102	91,00	3.129,00	26500,00	297,20
JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA	115	305	326,00	5.044,00	10000,00	185,20
		314	250,00	900,00	2000,00	
RAMIRO GOMES DE SOUSA	116	306	550,00	6.450,00	5000,00	120,00
JOÃO BAPTISTA DE ARAUJO	117	307	1562,00	12.878,00	5000,00	194,40
JOÃO CRISPINIANO DA ROCHA	118	308	570,00	-	0,00	69,60
		309	4195,00	1.895,00	300,00	
MARIA DA CONCEIÇÃO ALBUQUERQUE (herdeira de Sabino Pereira de Albuquerque)	119	310	3991,00	1.027,00	500,00	55,18
		311	0,00	-	0,00	
SEBASTIANA CATARINA DOS SANTOS	120	315	48,00	1.412,00	96600,00	980,60
OSORIO CRISPINIANO DA ROCHA	121	317	954,00	4.126,00	3000,00	80,80
HERDEIROS DE FLORENCIO RISPINIANO DA ROCHA	122	321	1392,00	5.248,00	3000,00	96,40
JOSE ROGRIGUES DE ALMEIDA	123	322	1976,00	31.544,00	100000,00	1.335,20
ANTONIO JULIO DA SILVA	124	322(?)	6380,00	1.720,00	0,00	81,00
JOSE ALVES MUNIZ	125	326	197,00	2.803,00	300,00	33,00
JOAQUIM ALVES MARTINS	126	327	174,00	2.956,00	0,00	77,60
		446	34,00	596,00	4000,00	
HERDEIROS DE JOVENCIO JOAQUIM DE ARRUDA	127	334	368,00	4.672,00	12400,00	174,40
HERDEIROS DE ZEFERINO GOMES DA FONSCECA	128	337	142,00	1.548,00	2000,00	198,90
		335	610,00	590,00	15000,00	
ISIDORO FARIA	129	336	94,00	906,00	10600,00	116,00
JOÃO DE PAIVA	130	354	56,00	664,00	0,00	7,20
FRANCISCO DE PAIVA	131	355	77,00	953,00	11700,00	127,30
ELEUTERIO MAXIMO DA FONSCECA	132	382	9664,00	39.516,00	50000,00	1.871,20
		447	0,00	560,00	11000,00	
		448	0,00	4.560,00	30000,00	
		263	2102,00	29.718,00	10000,00	
JOSE PACHECO	133	383	1112,00	9.128,00	2000,00	122,40
MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	134	389	132,00	3.808,00	8000,00	119,40
JOSE GOMES BAPTISTA	135	391	354,00	4.226,00	15000,00	195,80
PERCELIANA, PAULA MARTINHO PORFIRIO, JOÃO, JOAQUIM, MARIA E ETELVINA GOMES BAPTISTA	136	392	252,00	2.918,00	25000,00	281,70
ANTONIO ALVES RIBEIRO	137	399	2398,00	562,00	1000,00	39,60
ANTONIO EVANGELISTA RIBEIRO	138	408	4696,00	6.224,00	0,00	229,20
		449	0,00	-	12000,00	
JOSE ALVES MUNIS	139	410	312,00	278,00	1000,00	15,90
HERDEIROS DE FRANCISCO PEREIRA D'ANNUNCIAÇÃO	140	432	29802,00	20.668,00	10000,00	604,70
CORNELIO FERREIRA DOS SANTOS	141	168	3089,00	4.441,00	500,00	80,30
MARIA CARDOSO DA CONCEIÇÃO E HERDEIROS DE JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	142	304	5762,00	114.928,00	10000,00	2.059,30
		45	2452,00	22.788,00	50000,00	
GERALDO ALVES (HERDEIRO DE JOSE ALVES DOS REIS)	143	357	504,00	8.726,00	15000,00	242,30

ADÃO ALVES (HERDEIRO DE JOSE ALVES DOS REIS)	144	365	384,00	14.196,00	16000,00	305,80
JOSE ALVES MUNIS (CASADO COM QUINTILIANA PINTO BORGES)	145	360	2320,00	-	0,00	104,40
		361	5592,00	2.528,00	0,00	
HERDEIROS DE CANDIDO RODRIGUES DA CUNHA	146	387	2595,00	9.405,00	500,00	125,00
HERDEIROS DE REGINALDO MARTINS DOS SANTOS	147	435	3490,00	-	0,00	191,50
		436	3500,00	7.160,00	5000,00	
JOÃO CAETANO ALVES	148	203	636,00	4.684,00	10000,00	153,20
HERDEIROS DE JOSÉ LOPES SOARES	149	188	1662,00	4.978,00	1000,00	124,90
		178	1315,00	2.035,00	1500,00	
HERDEIROS DE SERGIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	150	221	390,00	2.610,00	1000,00	327,10
		222	1123,00	3.237,00	500,00	
		223	1635,00	5.115,00	1500,00	
		224	1175,00	2.905,00	900,00	
		228	1378,00	1.702,00	600,00	
		229	1095,00	905,00	500,00	
VALERIO FERREIRA DE SOUSA	151	236	302,00	3.138,00	1000,00	92,80
		34	2280,00	-	0,00	
ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA	152	451	2244,00	2.756,00	2000,00	627,60
		341	266,00	2.904,00	10000,00	
		342	222,00	7.918,00	15000,00	
		18	480,00	1.720,00	8000,00	
SEBASTIÃO DIAS	153	19	410,00	1.840,00	14000,00	15,60
ELIDIA LEOPOLDINA DE OLIVEIRA	154	1	288,00	1.272,00	0,00	47,60
ELIDIA LEOPOLDINA DE OLIVEIRA	155	3	583,00	2.677,00	1500,00	30,00
FIRMINO DE ALVARENGA	156	4	495,00	2.005,00	500,00	68,19
DELMIRA DE SOUZA	157	21	605,00	3.214,00	3000,00	127,40
JOAQUIM TEIXEIRA DE SOUZA	158	23	1152,00	1.588,00	10000,00	130,40
HERDEIROS DE MIGUEL ALVES	159	67	140,00	8.900,00	4000,00	501,80
JOAQUIM PEREIRA	160	68	3664,00	16.516,00	30000,00	207,00
GERMANO PEREIRA DOS SANTOS	161	77	1270,00	10.430,00	9000,00	26,50
BENEVEMUTO	162	80	900,00	750,00	1000,00	51,40
JOSE CARDOSO DOS SANTOS	163	87	512,00	3.628,00	1000,00	29,10
GABRIEL FELIX DE ARAUJO	164	88	239,00	1.771,00	900,00	75,00
SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS	165	97	785,00	5.215,00	1500,00	147,90
PULCHERIA CAETANO DE JESUS	166	104	2442,00	2.348,00	10000,00	145,70
ANTONIO DE SOUZA GUEDE	167	105	6150,00	4.420,00	4000,00	288,10
ANCELMO	168	109	2758,00	18.052,00	8000,00	101,50
MARIA GOMES DE QUADROS	169	115	1730,00	4.420,00	4000,00	196,70
JOSE JOAQUIM	170	118	1621,00	5.099,00	3500,00	170,80
		119	918,00	4.392,00	2000,00	
JOSE QUINTINO MEDEIROS	171	121	1465,00	8.595,00	2300,00	70,61
		120	826,00	1.494,00	1000,00	
MARIANO	172	122	1544,00	8.216,00	4000,00	203,80
GERALDO E ROFINA DOS SANTOS	173	123	1788,00	3.273,00	2000,00	71,10
JOÃO THIAGO	174	124	1824,00	8.556,00	10000,00	156,60
JOAQUIM CARDOSO DA SILVA	175	126	1458,00	3.652,00	2000,00	138,10
JOAQUIM PEREIRA	176	129	1618,00	9.042,00	5000,00	82,10
JOSE PINHEIRO	177	130	1158,00	9.652,00	3000,00	41,90
REGINA	178	131	1238,00	4.972,00	2000,00	105,00
VICTURINA	179	134	1352,00	1.838,00	1000,00	101,60
JOSE FRANCISCO	180	135	1080,00	7.420,00	2000,00	219,40
MARIA BARBOSA	181	139	1338,00	5.822,00	3000,00	63,40
PAULINO ROCHA	182	140	1632,00	12.308,00	8000,00	76,00
JOAQUIM LOPES FERREIRA	183	141	122,00	5.218,00	1000,00	126,90
DOMINGAS ROCHA	184	142	260,00	5.340,00	2000,00	
		143	32,00	9.658,00	3000,00	

JOSE MENDES	185	144	218,00	6.142,00	1000,00	73,60
FELIPPE ALVES	186	145	410,00	40,00	0,00	4,50
ANTONIO TEXEIRA	187	150	1306,00	11.914,00	5000,00	182,20
FRANCISCO SILVA CARDOSO	188	151	592,00	8.798,00	3000,00	123,90
MARIA TEXEIRA	189	152	322,00	568,00	0,00	8,90
ANTONIO DE SOUZA GUEDE SOBRINHO	190	153	58,00	9.552,00	2000,00	116,10
JOÃO DIAS BICALHO	191	156	356,00	864,00	0,00	12,20
ANNA FERREIRA BORGES	192	159	300,00	-	0,00	3,00
JOSE RODRIGUES DE SOUZA	193	163	180,00	3.870,00	1000,00	50,50
SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA	194	164	173,00	3.973,00	500,00	46,46
ANNA ROSA DE OLIVEIRA	195	170	390,00	1.620,00	800,00	28,10
HERDEIROS DE JOAQUIM DOS SANTOS FONSCECA	196	173	347,00	2.896,00	500,00	37,43
ROSA RAMOS DE ARAUJO	197	75	728,00	10.382,00	5000,00	161,10
ROSA	198	177	380,00	710,00	200,00	12,90
HERDEIROS DE LUIZ SELVINO DOS SANTOS	199	180	178,00	2.882,00	1000,00	40,60
JOÃO MARIA DOS REIS	200	192	323,00	1.737,00	500,00	25,60
POSSIDONIO THEODORO SOARES	201	193	598,00	1.441,00	500,00	25,39
JOAQUIM CAETANO	202	197	334,00	496,00	0,00	8,30
AUGOSTINHO SEVERINO	203	199	322,00	568,00	0,00	8,90
FLORINDO	204	204	396,00	624,00	0,00	10,20
PRAXEDES (VIUVA DE JOÃO RODRIGUES BORGES)	205	215	326,00	3.944,00	2000,00	62,70
ANNA CARDOSO DE JESUS	206	216	764,00	7.166,00	5000,00	129,30
MARIA IZABEL DE JESUS	207	217	220,00	6.580,00	2000,00	88,00
JULIO	208	219	974,00	7.906,00	5000,00	138,80
ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA	209	225	113,00	3.297,00	500,00	39,10
DELMIRO	210	226	356,00	364,00	0,00	7,20
JOAQUIM	211	227	703,00	757,00	500,00	19,60
SANTOS CARDOSO DE ARRUDA	212	233	492,00	2.028,00	400,00	29,20
JOÃO JOSE THIAGO	213	234	530,00	4.270,00	1000,00	58,00
PAULINA MAXIMO DA FONSCECA	214	103A	1614,00	4.816,00	10000,00	164,30
JOAQUIM RODRIGUES DE BARROS	215	238	1278,00	9.682,00	3000,00	139,60
DOMINGOS MARIA LISBOA	216	240	464,00	4.666,00	0,00	51,30
JOANNA	217	244	591,00	1.429,00	500,00	25,20
CRISTINA CARDOSO	218	245	579,00	1.501,00	500,00	25,80
THEODORO PEREIRA	219	246	1360,00	11.690,00	300,00	133,50
ISILDA THEODORA DE ARAUJO	220	249	618,00	3.742,00	1000,00	53,60
SELVINO BORGES DE ALMEIDA	221	250	549,00	131,00	1500,00	21,80
JOÃO PEREIRA DA CRUZ	222	251	496,00	4.474,00	1000,00	59,70
JOAQUIM MOREIRA	223	252	340,00	2.910,00	1000,00	42,50
AMARO BARBOSA	224	253	382,00	2.678,00	600,00	36,60
JOÃO	225	255	777,00	5.263,00	1500,00	75,40
ARTHUR RODRIGUES DA CUNHA	226	258	4334,00	23.496,00	10000,00	378,30
ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	227	260	710,00	740,00	0,00	14,50
FRANCISCO TEXEIRA	228	264	6870,00	57.780,00	20000,00	917,00
		396	330,00	2.970,00	1000,00	
		398	545,00	1.705,00	500,00	
ANTONIO RODRIGUES	229	267	679,00	3.391,00	700,00	47,70
ELOY	230	269	3752,00	37.088,00	8000,00	488,40
ANGELO CAETANO	231	270	1392,00	11.498,00	3000,00	158,90
SEBASTIÃO DE BARROS	232	271	581,00	6.439,00	1500,00	85,20
AMERICO	233	273	1806,00	18.964,00	4000,00	247,70
ANNA TUBURÇA	234	275	614,00	6.266,00	1000,00	78,80
ANTONIO RODRIGUES	235	276	1373,00	6.667,00	1900,00	99,40
ADRIANO	236	277	1434,00	8.796,00	2000,00	122,30
LAURINDA	237	279	1160,00	7.990,00	1000,00	101,50
OROSIMBO	238	280	678,00	3.352,00	1600,00	56,30

ANNA MARIA	239	281	348,00	2.862,00	1000,00	42,10
JOSE DIOGO	240	283	297,00	3.143,00	1500,00	49,40
JOSE AMANCIO	241	286	527,00	1.813,00	500,00	28,40
CLEMENTE LOPE DE ALMEIDA	242	288	945,00	9.145,00	3700,00	137,90
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	243	195	178,00	6.382,00	1000,00	75,60
VICENTE LOPES DE ALMEIDA	244	289	508,00	11.702,00	5000,00	172,10
BENVINDA LEMOS	245	291	2234,00	21.096,00	10000,00	333,30
HERDEIROS DE LUIZ XAVIER	246	294	712,00	728,00	0,00	14,40
NARCISO	247	303	910,00	19.290,00	5000,00	252,00
ERMELINDA ROSA DE JESUS	248	312	180,00	1.420,00	0,00	16,00
PEDRO DOS SANTOS	249	316	300,00	12.950,00	5000,00	182,50
FRANCISCO DA BOMBA	250	319	1964,00	18.066,00	3000,00	230,30
FLORENCIO TEIXEIRA	251	325	480,00	2.120,00	0,00	26,00
SEBASTIAO FELIPPE	252	356	376,00	7.694,00	1000,00	90,70
JOSE PEREIRA AMORIM	253	358	278,00	3.282,00	1000,00	45,60
MARCOS NUNES	254	359	255,00	3.445,00	500,00	42,00
ANTONIO CABOCO	255	362	290,00	10.510,00	5000,00	158,00
JOSÉ GOMES	256	366	654,00	3.586,00	1000,00	52,40
ANTONIO GOMES	257	367	340,00	460,00	0,00	8,00
MARTIN VIEIRA DO REGO	258	368	252,00	8.388,00	2000,00	106,40
HERDEIROS DE AMERICO LIMA	259	369	520,00	6.830,00	1000,00	83,50
CANDIDO DOMINGOS	260	370	356,00	7.764,00	2000,00	101,20
ANDRÉ NUNES	261	371	288,00	5.712,00	1200,00	72,00
ANTONIO NUNES	262	372	376,00	2.704,00	800,00	38,80
JOÃO ALVES	263	373	394,00	5.086,00	1000,00	64,80
NORBERTO GOMES DOS SANTOS	264	374	220,00	8.580,00	2000,00	108,00
LICINO PEREIRA	265	376	124,00	4.206,00	1000,00	53,30
SEBASTIÃO DE AMORIM	266	377	387,00	2.653,00	500,00	35,40
JOSÉ PRETINHO	267	378	478,00	4.612,00	400,00	54,90
MANOEL EUFRASIO	268	379	65,00	4.585,00	500,00	51,50
JOSÉ NUNES	269	380	409,00	9.971,00	1500,00	118,80
ANTONIO ROCHA	270	381	628,00	10.982,00	5000,00	166,10
IZABEL ALVARENGA	271	385	187,00	3.853,00	500,00	45,40
APRIGIO PEREIRA	272	386	431,00	9.838,00	1500,00	117,69
EMELIANA MARIA DE JESUS	273	388	690,00	860,00	0,00	15,50
VICENTE PEREIRA DE AMORIM	274	390	342,00	22.698,00	5000,00	410,20
		393	284,00	10.696,00	2000,00	
VIUVA DE JOSÉ CAETANO	275	194	540,00	1.760,00	0,00	23,00
LUCIANO ROCHA	276	394	30,00	8.770,00	1000,00	98,00
SANTOS PEREIRA DE AMORIM	277	395	260,00	940,00	0,00	12,00
CIRIACO TEIXEIRA	278	397	58,00	2.152,00	0,00	22,10
JOAQUIM TEIXEIRA	279	400	170,00	3.780,00	4000,00	79,50
JOSÉ BARBOSA	280	403	1250,00	27.250,00	5000,00	335,00
ANNA PEREIRA	281	404	408,00	52,00	0,00	4,60
MAMEDIO	282	405	87,00	1.953,00	500,00	25,40
TEODORO TEXEIRA	283	406	928,00	9.182,00	5000,00	151,10
JOSÉ ALVES	284	407	1030,00	13.570,00	5000,00	196,00
VIUVA DE FAUSTINO ALVES	285	409	320,00	580,00	0,00	9,00
JOSE JOAQUIM	286	412	127,00	4.163,00	1500,00	57,90
HERDEIROS DE JOÃO GOMES FONSECA	287	414	159,00	7.971,00	1500,00	96,30
LUCAS	288	415	492,00	9.898,00	3000,00	133,90
ADÃO CARDOSO	289	416	623,00	7.087,00	3500,00	112,10
APOLINARIO MUMBUCO DOS SANTOS	290	417	546,00	10.574,00	3000,00	141,20
ALEIXO MARINHO BARBOSA	291	418	555,00	13.495,00	3500,00	175,50
JOÃO NUNES	292	419	458,00	6.662,00	1000,00	81,20
LUCAS NUNES	293	420	518,00	8.742,00	3000,00	122,60
JOCELINO BORGES	294	421	780,00	29.970,00	7000,00	377,50

ABILIO FERREIRA	295	422	1413,00	18.647,00	7500,00	275,60
JOSE TEXEIRA	296	423	424,00	4.856,00	2000,00	72,80
RAMIRO DIAS BICALHO	297	424	808,00	11.952,00	4000,00	167,60
ADÃO	298	427	89,00	1.941,00	500,00	25,30
IZABEL	299	428	912,00	14.278,00	5000,00	201,90
JOSÉ DE AQUIAR	300	429	262,00	6.328,00	2000,00	85,90
BENTO EDUARDO DOS SANTOS	301	433	852,00	69.368,00	10000,00	802,20
CASEMIRO RODRIGUES DA CUNHA	302	100	868,00	19.462,00	6000,00	440,20
		402	437,00	14.753,00	2500,00	
JOAQUIM FRANCISCO DE MELLO	303	384	478,00	9.482,00	3000,00	129,60
HERDEIROS DE JOAQUIM FERREIRA DE AGUIAR	304	425	572,00	10.368,00	4000,00	149,40
SEBASTIÃO DIAS BICALHO	305	426	1128,00	8.932,00	6000,00	160,60
FRANCISCO BISPO DE AGUIAR	306	430	628,00	8.632,00	2000,00	112,60
MALAQUIAS LOPE DOS SANTOS	307	431	1130,00	15.470,00	5000,00	216,00
THEODOMIRO JOSÉ BORGES	308	7	4818,00	5.482,00	5000,00	450,00
		9	8070,00	16.630,00	5000,00	
ANTONIO JOSE BORGES	309	8	580,00	3.520,00	10000,00	180,80
		12	179,00	1.301,00	2500,00	
ANTONIO BORGES D'ANNUNCIAÇÃO	310	10	760,00	440,00	0,00	12,00
ANNA MARIA DE SOUZA	311	11	963,00	4.097,00	2500,00	75,60
HERDEIROS DE ELYDIO GOMES DA FONSECA	312	13	1070,00	3.530,00	1000,00	1.018,60
		112	11348,00	44.912,00	40000,00	
ANTONIO DE SOUSA SANTOS SOBRINHO	313	14	190,00	3.610,00	5000,00	785,80
		113	1694,00	33.086,00	35000,00	
AMBROSINA DE SOUSA BORGES	314	16	1370,00	2.780,00	20000,00	241,50
FRANCISCO CAETANO ALVES	315	205	50,00	3.950,00	15000,00	190,00
CONDÔMINOS AUSENTES	316	78	1622,00	4.868,00	8000,00	7.009,80
		116	não localizei nos autos			
		133	não localizei nos autos			
		137	563,00	6.497,00	2500,00	
		138	780,00	5.220,00	2000,00	
		146	92,00	1.908,00	800,00	
		282	270,00	3.330,00	1000,00	
		285	390,00	2.610,00	1000,00	
		287	360,00	11.340,00	30000,00	
		290	1320,00	6.780,00	6000,00	
		292	540,00	6.660,00	2000,00	
		293	790,00	5.010,00	5000,00	
		296A	68,00	2.732,00	29000,00	
		318	1690,00	14.110,00	15000,00	
		323	10740,00	20.560,00	100000,00	
		375	não localizei nos autos			
		411	350,00	-	0,00	
		413	1140,00	3.060,00	10000,00	
		434	1270,00	9.530,00	7000,00	
		287A	1920,00	23.480,00	100000,00	
		287B	100,00	26.900,00	50000,00	
		287C	940,00	7.360,00	40000,00	
		298	180,00	1.400,00	0,00	
		299	210,00	1.190,00	1000,00	
		95	340,00	7.860,00	2000,00	
		437	610,00	6.190,00	3000,00	
		51A	14,00	2.486,00	500,00	
		242	4140,00	22.660,00	50000,00	
		155	395,00	105,00	500,00	
TOTAL			762.398,59			

APÊNDICE N – DIVISÃO JUDICIAL DA FAZENDA SÍTIO NOVO				
CONDÔMINO	terras 1º classe	terras de 2ª classe	3ª classe	Área Total (ha)
JOÃO NUNES DA MOTTA	20581	90000	0	1105,81
ANTONIO MENDES DA SILVA	50000	53112	0	1031,12
MARIA HURÇULINA DE FARIA	20000	75000	7316	1023,16
OLEGARIO LELLIS DA SILVA	6000	78869	0	848,69
JOÃO DE QUADROS FARIA	30000	15939	0	459,39
ANTONIO GONÇALVES DE SOUZA (e mais 11 condôminos vide p.273 dos autos)	0	5291	33880	391,71
LUZIA MARIA DE SOUZA	0	385	38576	389,61
JOÃO BATISTA DA SILVA	30000	7895	0	378,95
ABEL MENDES DA SILVA	15000	22079	0	370,79
JESUINA GOMES DE OLIVEIRA E FILHOS	15000	19147	0	341,47
ANTONIO MENDES LOURENÇO	1946	25000	0	269,46
FELISBERTO MENDES DA SILVA	15480	7617	0	230,97
JOAQUIM MENDES LOURENÇO	2537	20000	0	225,37
TOBIAS DE MORAES BRITTO	2055	20000	0	220,55
DOMINGOS JOSE MARTINS	0	18324	0	183,24
ALFREDO MARCELINO DA CONCEIÇÃO	2655	15000	0	176,55
ANNA FERRAZ DE FREITAS	3033	10000	3000	160,33
PACIFICO JOSE DA SILVA	3033	10000	3000	160,33
FRANCISCA BARBOSA E FILHOS	5000	10947	0	159,47
ESP. DE JOSÉ LELLIS DA Sª (escrito acima “já pagos aos excessos dos títulos”)	10000	3615	0	136,15
MANOEL PATRICIO SOUZA GOMES	0	12846	0	128,46
JOSE VICTORINO NUNES	3250	8946	0	121,96
FRANCISCO MENDES LOURENÇO	4240	4837	1620	106,97
JOSE NUNES BRITO	1000	8322	0	93,22
SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS	0	8766	0	87,66
JOÃO BENTO DOS SANTOS	0	3204	5337	85,41
JOSÉ MARIANO MENDES	3000	5457	0	84,57
LINDOLPHO MENDES PEREIRA	3000	5457	0	84,57
JOÃO MARIANO	3000	5457	0	84,57
BRAULIO JOSÉ BARBOSA	6400	1666	0	80,66
URSULINO MENDES BARBOSA	1446	4546	1968	79,6
JOSE CARDOSO DE FARIA	0	7715	0	77,15
CLEMENCIO CARDOSO	6000	1502	0	75,02
FULGENCIO JOAQUIM BARBOSA	4500	2573		70,73
JOÃO RODRIGUES SANTOS	385	2707	3800	68,92
JOVINO RODRIGUES DA MOTTA	3750	0	2777	65,27
JOSÉ DE SOUZA GOMES	6423	0	0	64,23
JOSÉ FELLINO DA SILVA	6000	0	0	60
GREGÓRIO JOSÉ MARTINS	1936	3872	0	58,08
SATURNINO MENDES DE AGUIAR	0	5786	0	57,86
JOSE AMERICO BARBOSA	393	5000	0	53,93
LAURINDO COELHO DE CARVALHO	393	5000	0	53,93
FRANCISCO JOSÉ BALBINO	1500	3555	0	50,55
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	3047	2000	0	50,47
ESPOLIO DE JOÃO MENDES LOURENÇO	700	4286	0	49,86
PEDRO MENDES LOURENÇO	1600	0	3288	48,88
MARIANA E DONA LUZIA	2500	1700	0	42
FRANCISCO FERRAZ DE FREITAS	1000	2957	0	39,57
JOÃO PERES DE SOUZA	3857	0	0	38,57
FRANCISCO ROCHA JOÃO DE MELLO	3857	0	0	38,57
ROMUALDO JOSE DA CUNHA	3807	0	0	38,07
EMYDIO JOSÉ DE ABREU	2200	1289	0	34,89
SEBASTIÃO MENDES PEREIRA	505	2500	0	30,05

JOAQUINA MARIA DOS SANTOS DE FELIPPE DE TAL	500	2500	0	30
MIGUEL ARCANJO	2893	0	0	28,93
CESARIO AUGUSTO DA CRUZ	1000	1857	0	28,57
FRANCISCO ANTONIO LOPES	1000	1857	0	28,57
JOSINO MANOEL DA CRUZ	1000	1857	0	28,57
SIMPLICIO SOARES DA COSTA	1000	1857	0	28,57
AGOSTINHO DA COSTA FARIA	1000	1857	0	28,57
SANTOS JOSÉ DE LIMA	1000	1857	0	28,57
ESPOLIO DE JOSÉ LELLIS DA SILVA	1000	1857	0	28,57
PACIFICO LELLIS (É O MESMO ESPOLIO DE J.? LELLIS) este nome está riscado acima dele escrito ANNA JARDIM DO ESPÍRITO SANTO	1000	1857	0	28,57
JUVENATO PEREZ DE SOUZA	1000	1857	0	28,57
EUPHROSINA BENTO BARBOSA	1000	1857		28,57
FIRMINO NUNES BARBOSA	2854	0	0	28,54
EZEQUIEL MARTINS	964	1482	0	24,46
ESPOLIO DE MANOEL PEDRO DOS SANTOS	484	1925	0	24,09
PEDRO MENDES DE AGUIAR	964	1420	0	23,84
JOSE LELLIS DA SILVA	600	1693	0	22,93
BALBINO PEREIRA DE OLIVEIRA	600	1693	0	22,93
FRANCISCA BATISTA DE OLIVEIRA	0	800	1288	20,88
JOSÉ ANTONIO DA COSTA	0	800	1288	20,88
PEDRO MENDES LOURENÇO	1252	0	794	20,46
PACIFICO DE D. MOCINHA ALGODÕES	1928	0	0	19,28
DONA MARIA DE FARIA	0	1928	0	19,28
JOSÉ HERCULINO DOS SANTOS	1639	0	0	16,39
JOSE URSULINO DOS SANTOS	1639	0	0	16,39
MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	400	1128	0	15,28
MANOEL PEDRO DOS SANTOS	1494	0	0	14,94
JOÃO DE DEUS NETTO	1446	0	0	14,46
JULIO MENDES DA SILVA	500	928	0	14,28
ULYSSES DAVID DE CARVALHO	500	928	0	14,28
ANTONIO MARTINS DA SILVA	500	928	0	14,28
JOSE MENDES DA SILVA	500	928	0	14,28
MILITÃO JOSÉ LIMA	500	928	0	14,28
ANTONIO JOSÉ RODRIGUES	484	767	0	12,51
ALPHEDRO JOSE DA SILVA	1205	0	0	12,05
FIRMINA ROZA DE JESUS	800	328	0	11,28
ABILIO CESAR DE SOUZA	964	0	0	9,64
JOSE MARCELINO JUNIOR	964	0	0	9,64
SABINO MENDES DA SILVA (escrito acima vendido a FUNILIO JOSÉ MARTINHO)	0	964	0	9,64
SÉRGIO MENDES BARBOSA	400	9	350	7,59
JOSÉ MANOEL MENDES E ANNA MARIA	0	678	0	6,78
ANTONIO MENDES DA SILVEIRA	500	157	0	6,57
QUINTILIANO VICTOR DE SOUZA	578	0	0	5,78
ÓRPHÃOS DE MARIA MENDES	482	0	0	4,82
LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	482	0	0	4,82
SELVINO JOSÉ DOS SANTOS	482	0	0	4,82
TOTAL				11314,37

DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar "Córrego Laranjeira", a margem do Curral de Varas						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	Belarmina Rosa Saraiva (solicitei certidão, ainda não foi entregue)	24,2	1289 (fls.189, livro 3-A)	123	2-RG	não indica	14/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol	
2	Belarmina Rosa Saraiva/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	2727,73*	123	R-1-123	2-RG	não indica	14/06/1976	Escritura de Compra e Venda	CRI Grão Mogol	**Obs: Em levantamento feito pela SECLA (serviço de Engenharia e Consultoria Ltda.), foi encontrada nos limites acima, a área de 2.727,73ha cuja área será objeto de retificação e ratificação nos termos do art.213 e 214 da Lei 6.015; uma vez que a presente venda foi contratada "ad-corpus".
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Fábrica de Fechos Astro S.A	109,11	R-1-123	R-2-123	2-RG	não indica	15/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Vale do Rio Doce Navegação S.A. - DOCENAVE	27,28	R-1-123	R-3-123	2-RG	não indica	27/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
5	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Companhia Vale do Rio Doce	2.591,34	R-3-123	R-4-123	2-RG	não indica	27/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar Bocaina						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	Odilon Ferreira de Oliveira	65ha "dentro de uma gleba de área maior"	8.539 (fls.183, livro 3-J)	132	2-RG	não indica	21/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol	
2	Odilon Ferreira de Oliveira/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	65ha e "direito de posse de 5.179ha**	132	R-1-132	2-RG	não indica	21/06/1976	Escritura de Compra e Venda e Cessão de direitos de Posse	CRI Grão Mogol	***a área de 65,00 hectares, no imóvel objeto desta matrícula e cedeu a mesma Florestas Rio Doce S.A o direito de posse de que é titular, sobre uma área de 5.179 hectares, localizada dentro do imóvel acima confrontado (...)"
3	Odilon Ferreira de Oliveira e sua mulher Aurita Soares de Oliveira/Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais LTDA.	35ha mais ou menos dentro de uma gleba de maior área***	R-1-132	R-2-132	2-RG	não indica	14/08/1990	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI Grão Mogol	***área INCRA:1.186,92ha em nome de Júlio Ferreira de Oliveira (confirmar se é o grileiro Júlio da Bocaina)
4	Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais LTDA.	1.186,92ha****	R-1-132	AV-3-132	2-RG	não indica	14/02/2003	Declaração de Reserva Legal	CRI Grão Mogol	****a área correspondent e a reserva legal, do imóvel objeto da R-1 da presente matrícula, juntamente com a área de posse que totalizam 1.186,92ha"

INDIVISA RIBEIRÃO DE AREIA

	Sociedade de São Francisco Empreendimentos de Mineração e Florestais LTDA./INONIBRAS Inoculantes e Ferro -Ligas Nipo 5 Brasileiros S.A.	35ha "mais ou menos, dentro de uma gleba maior"	R-1-132	R-4-132	2-RG	não indica	14/02/2003	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI Grão Mogol	menção nº INCRA, mas não indica a área, Grande Produtiva
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar Bocaina						Nº Cadastro		
FFLCH USP			Município	Grão Mogol				Nº Processo		
									UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	Júlio Ferreira de Oliveira	71,90ha*	4.946 (fls.155, livro 3-F)	133	2-RG	não indica	21/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol	*área total 232,4ha (...) consta o desmembramento da área de 100,00ha da área total de 171,90ha transferida a Odilon Ferreira Oliveira, conforme transcrição neste registro sob nº8.539, fls.183 do livro 3-J, declarando-se em tempo, que a denominação do imóvel é Fazenda indivisa de "São Francisco do Vacaria".
2	Júlio Ferreira de Oliveira, "o mesmo Júlio Jacob de Oliveira"; Maria Francisca de Jesus, Amara Francisca de Jesus, Zelinda Francisca de Jesus, Terezinha Francisca de Oliveira, Sinhôro Ferreira de Oliveira e sua mulher Hilda Lemos de Oliveira, Odilon Ferreira de Oliveira, José Machado Sobrinho, Maria Francisca da Silva/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	1.031,27ha ou seja 213,07 alqueires		AV-1-133 e R-1-133	2-RG	não indica	21/06/1976	Escritura de Compra e Venda de Meação e Cessão de Herança-Cessão dos Direitos de Meação e Hereditários e de Posse	CRI Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Fábrica de Fechos Astro S.A.	23,38ha integrada à uma área de 2.750,30,16ha	8983, 8859 (livro 3-K) e R-1-133 (livro 2-A)	R-2-133	2-RG	não indica	15/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A/COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	uma área de 2.703,54ha a uma área de 2.750,30,16ha	8983, 8859 (livro 3-K) e R-1-133 (livro 2-A)	R-3-133	2-RG	não indica	27/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
5	FLORESTAS RIO DOCE S.A/COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	2.726,9216ha	R-3-133	AV-4-133	2-RG	não indica	27/12/1976	Aditivo de Re-Ratificação	CRI Grão Mogol	
6	Júlio Ferreira de Oliveira e sua mulher/CEMIG	2.910m²	R-1-133	AV-5-133	2-RG	não indica	22/03/1979	Sentença Judicial - Desapropriação 08/04/1976	CRI Grão Mogol	
7	Espólio de Rita Francisca de Oliveira, sendo arrolante Antonio Ferreira de Oliveira/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	somente: 67,38ha*	133	R-6-133	2-RG	não indica	29/12/1988	Sentença Judicial-autos nº807/87, 04/10/1988	CRI Grão Mogol	*área documental 71,90ha
8	Espólio de Rita Francisca de Oliveira, sendo arrolante Antonio Ferreira de Oliveira/herdeiro Antonio Ferreira	somente: 4,49ha*	133	R-7-133	2-RG	não indica	10/01/1989	Sentença Judicial-autos nº807/87, 04/10/1988	CRI Grão Mogol	*área documental 71,90ha
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar "Carinhonha"						Nº Cadastro		
FFLCH USP			Município	Padre Carvalho				Nº Processo		
									UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	Norberto Francisco de Almeida	23 litros, mais ou menos		134	2-RG	não indica	21/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol	
2	Norberto Francisco de Almeida/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	23 litros, mais ou menos, e cedeu os direitos de posse sobre uma área de 2.000ha mais ou menos	134	R-1-134	2-RG	não indica	21/06/1976	Escritura de Compra e Venda	CRI Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Fábrica de Fechos Astro S.A.	42,87ha	R-1-134	R-2-134	2-RG	não indica	15/12/1926	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Companhia Vale do Rio Doce	1.029,27ha	134	R-3-134	2-RG	não indica	27/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
5	FLORESTAS RIO DOCE S.A./Companhia Vale do Rio Doce	21,43ha	134	R-4-134	2-RG	não indica	27/12/1976	Contrato Particular de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar "Carinhonha"						Nº Cadastro		
FFLCH USP			Município	Padre Carvalho				Nº Processo		
									UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	

	Lúcio Francisco de Almeida e sua mulher Geralda Pestana de Almeida	4,84ha ou 311,01ha*	7.000 (fls.42, livro 3-I)	239	2-RG	não indica	17/01/1977	Matrícula	CRI Grão Mogol	**Foi encontrado nos limites acima em medição efetuada pela SECLA (Serviços de engenharia e consultoria Ltda) uma área real de 311,01ha ou 311,01ha*
	2 Lúcio Francisco de Almeida e sua mulher Geralda Pestana de Almeida/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	4,8ha		239	R-1-239	2-RG	não indica	17/01/1977	Escritura de Compra e Venda	CRI Grão Mogol
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Fazenda Indivisa Ribeirão de Areia, no lugar "Lamarão"						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	Juscelino Pereira de Almeida	14,5		6721	3-H		não informa	Matrícula	CRI-Grão Mogol	
	Juscelino Pereira de Almeida/Oswaldo Simões de Araújo (o mesmo Oswaldo Simões) e sua mulher D. Valda da Silva Passos Simões	14,5		6721	3-H		não informa	Compra	CRI-Grão Mogol	
	Oswaldo Simões de Araújo (o mesmo Oswaldo Simões) e sua mulher D. Valda da Silva Passos Simões/Denas Nunes da Silva e Maria de Lourdes Dumont (fazendeiros)	14,5		6721	3-H		17/01/74	Escritura Pública de Compra e Venda (1º Ofício		
	1 Denas Nunes da Silva e Maria de Lourdes Dumont (fazendeiros)	mais ou menos 3 alqueires ou 14, 52ha	6721	8554	3-J	fls.186	18/01/1974	Matrícula	CRI-Grão Mogol	
	2 Denas Nunes da Silva e s/n Maria de Lourdes Dumont/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	3 alqueires ou 14 hectares e 58 ares	8554 (fls.186, livro 3-J. II)	8859		3 não indica	20/01/1975	Compra e Venda e Cessão de Direitos de Posse	CRI Grão Mogol	
	3 Não Informa	Não Informa	8859	AV-1-8859		3 não indica	20/01/1975	não informa	CRI Grão Mogol	
	4 FLORESTAS RIO DOCE S.A./Fábrica de Fechos Astro S.A.	23,38	8859	AV-1-8859		3 não indica	15/12/1976	Contrato de Arrendamento (20 anos)	CRI Grão Mogol	
	5 FLORESTAS RIO DOCE S.A./Companhia Vale do Rio Doce	2.726,9216ha	8859	AV-3-8859		3 não indica	não informa	Arrendamento	CRI Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: imóvel rural denominado "CANCELA" e "RIBEIRÃOZINHO", Fazenda "SÃO FRANCISCO"						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	1 Estado de Minas Gerais	5.281,6 hectares	NÃO HÁ	1849	2-RG		28/12/1998	Matrícula	CRI-Grão Mogol	Memorial descritivo e planta cartográfica elaborados pelo agrimensor Luiz Laércio Pinho de Andrade
	2 Estado de Minas Gerais/FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares	1849	R-1-1849			28/12/1998	Juizo de Direito da Comarca de Grão mogol (Setença de Usucapião)	CRI-Grão Mogol	
	3 FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares	R-1-1849	AV-2-1849			10/03/2003	Comunicação (matrícula em CRI Salinas) - passou a integrar a matrícula 7514	CRI-Grão Mogol	
	4 FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares	R-1-1849	M-5.514	2-AJ/RG	fls.70	10/03/2003	Matrícula (20/02/2003)	CRI-Salinas	
	5 FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,60	R-1-1849	7514	2-AJ	70	06/02/2003	Matrícula	CRI Salinas	
	6 FLORESTAS RIO DOCE S.A/IEF	1.056,32	7514	AV-1-7514	2-AJ	70V	05/02/2003	Termo de responsabilidade de preservação	CRI Salinas	
	7 FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	5.281,60	7514	R-2-7514	2-AJ	70V	06/02/2003	Escritura de Compra e Venda	CRI Salinas	
	8 RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	15.787,57		12683			25/10/2011	Matrícula	CRI Salinas	
	9 RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	875	R-2-7514	AV-3-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas	
	10 RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	1.047,00	R-2-7514	AV-4-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Curral de Varas, Fazenda Curral dos Gerais						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Padre Carvalho (comarca de Salinas)					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	1 Não há	não informa	1169	R-1-1169	2-F	219	não há	não informa	CRI Grão Mogol	

2	FLORESTAS RIO DOCE S.A	1.300,86	R-1-1169	7513	2-AJ	69	06/02/2003	Matrícula	CRI Salinas	oficial Helena Helia Alves Guimarães
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A./ Autoridade Florestal	261	7513	AV-1-7513	2-AJ	69	14/11/2002	Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta	CRI Salinas**	***registrado no Cartório de Títulos de Documentos da Comarca de Grão Mogol nº1808, fls.198, livro B-6
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A./ RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	1.300,86	7513	R-2-7513	2-AJ	69 verso	06/02/2003	Escritura de Compra e Venda	CRI Salinas	Registrada no CRI Grão Mogol***em 12/11/2002
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: "Ribeirãozinho"					Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	GRÃO MOGOL/PADRE CARVALHO					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	José Francisco de Almeida (lavrador)	92,8 (área INCRA)		nº 8466;8467;8468	3-J	163	não informa	Transcrição	CRI GRÃO MOGOL	
1ª	José Francisco de Almeida, lavrador, por seu procurador José Maria de Oliveira/Adelino Ruas Souto (comerciante -Salinas)	92 litros		nº 8466;8467;8468	8726	3-T	08/04/74	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI GRÃO MOGOL	
	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros	92 litros			8726	3-T	28/06/74	Transcrição	CRI GRÃO MOGOL	
	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros	92 litros		8726	AV-1-8726	3-T	28/06/74	Protocolo	CRI GRÃO MOGOL	
	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	92 litros		8726	AV-2-8726	3-T	28/06/74	Averbação de Transferência para a FRDSA	CRI GRÃO MOGOL	
1b	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	Duas partes 1) 92 litros; 2) cesão de direitos de posse dentro de uma área de 12.500ha		8726	9016	3-T	09/07/75	Transcrição/Compra e Venda com Cessão de Direitos	CRI GRÃO MOGOL	
	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	Duas partes 1) 92 litros; 2) cesão de direitos de posse dentro de uma área de 12.500ha		9016	Av-1-9016	3-T	09/07/75	Protocolo	CRI GRÃO MOGOL	
	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	Duas partes 1) 92 litros; 2) cesão de direitos de posse dentro de uma área de 12.500ha		9016	Av-2-9016	3-T	09/10/87	Averbação (constituição de nova Matrícula 1232)	CRI GRÃO MOGOL	
2	Adelino Ruas Santos e sua mulher Ernestina Rodrigues de Souza – fazendeiros/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	92 LITROS (=5,566ha) dentro de uma área de 12.500ha	8726 e 9016	8726	3-K-2	Fls.32	4/3/75	cessão de direitos de posse	CRI GRÃO MOGOL	Escritura pública lavrada no 3º Ofício de Notas de Belo Horizonte em 04/04/1975
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A	92 LITROS (=5,566ha) dentro de uma área de 12.500ha	8726	9016	3-K	113	9/7/75	Matrícula	CRI GRÃO MOGOL	"Sendo que os 92 litros estão dentro de uma área de 12.500ha e tem herdeiros de Merencio do Nascimento; ao sul com a Fazenda Tamboril e o Córrego Lamarão, Florestas Rio Doce e Carinhonha" - registrada no INCRA "área total 92,8".
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A		9016	Av-1-9016			9/7/75	Informou apenas um nº de protocolo (1-A, fls. 65v, s/n 9757)	CRI GRÃO MOGOL	
5	FLORESTAS RIO DOCE S.A		9016	Av-2-9016			9/10/87	alteração de matrícula	CRI GRÃO MOGOL	
6	FLORESTAS RIO DOCE S.A		Av-2-9016	1232	2-G	1	9/10/87	MATRICULA	CRI GRÃO MOGOL	
7	FLORESTAS RIO DOCE S.A/CEMIG	17.100m² e 45.500m²	1232	R-1-1232			9/10/87	SERVIDÃO PÚBLICA	CRI GRÃO MOGOL	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Uma parte de terras no lugar "Cancela"					Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		

			Município	GRÃO MOGOL					UF: MG	Observações
N°			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	N°	N°	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
1	FLORESTAS RIO DOCE S.A	139,89*		8850	3-K	Fls.66	20/1/74	MATRÍCULA	CRI GRÃO MOGOL	
2	FLORESTAS RIO DOCE S.A	139,89	8850	1210	2-rg		6/7/87	MATRÍCULA	CRI GRÃO MOGOL	
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A/POSTOS CANCELA S.A.*	10.000m² (=1ha)	1210	R-1-1210	3-k	Fls.66	6/7/87	COMPRA E VENDA	CRI GRÃO MOGOL	*"neste ato representado pelo sócio Jeferson Augusto Figueiredo...a presente área se única e exclusivamente a instalação do Posto para revenda de combustíveis...comprometendo-se a outorgada comprado ra a devolver o imóvel"
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A/POSTOS CANCELA S.A.*	20.000m² (=2ha)	1210	R-2-1210	3-k	Fls.66	24/11/89	PERMUTA	CRI GRÃO MOGOL	
5	POSTOS CANCELA S.A./FLORESTAS RIO DOCE SA	10.000m² (=1ha)	R-1-1210	R-3-1210	3-k	Fls.66	24/11/89	PERMUTA	CRI GRÃO MOGOL	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Cancela e Olho D'agua, no lugar Cancela					N° Cadastro		
FFLCH USP								N° Processo		
			Município	PADRE CARVALHO					UF: MG	Observações
N°			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	N°	N°	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	Aguardando do CRI Grão Mogol			8535	3-J	Fls.181	não informa	MATRÍCULA	CRI GRÃO MOGOL	
	Maria de Lourdes Dumont (Grao Mogol); Raymundo Ternistocles Dumont e Aracina Gomes Dumont (Brasília); Raimundo Dumont e Edith Souto Dumont (Diamantina); Evaristo Dumont e Olga Miranda Rocha Dumont (Felisberto Caldeira); Jose Dumont (agricultor Grao Mogol); Dimas Nunes da Silva e Maria de Lourdes Dumont Silva (Grao Mogol); Sebastiao Dumont (fazendeiro) e Ione Rosario Leite Dumont (Felisberto Caldeira). Representados por Sebastiao Dumont	139,89 e posse 10.000ha*	8535	8858	3-T		20/1/74	COMPRA E VENDA E CESSÃO DE DIREITOS DE POSSE**	CRI GRÃO MOGOL	*1-uma parte de terras com área de 139 hectares e 89 ares (...)2) o direito à posse da área de 10.000ha, mais ou menos, no lugar denominado "Olho D'agua"
	INFORMA SOMENTE O PROTOCOLO 1-A, FLS.63 SOB N°9540		8858	AV-1-8858	NAO INFORMA	NAO INFORMA	20/1/74	AVERBAÇÃO	CRI GRÃO MOGOL	**Escritura Publica lavrada em 27 de dezembro de 1974 pela tabela do 3º Ofício de Notas de Belo Horizonte, MG.
	INFORMA SOMENTE "passou a constituir a matricula nº1210, fls.271, livro 2-F em 06/07/1987		8858	AV-1-8858			6/7/87	AVERBAÇÃO	CRI GRÃO MOGOL	oficial Amadeu Ferreira Paulino
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Parte de um imóvel rural da Fazenda Curral Geral, situada na localidade "Curral de Varas"					N° Cadastro		
FFLCH USP								N° Processo		
			Município	GRÃO MOGOL					UF: MG	Obs
N°			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	N°	N°	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	Terras Devolutas	6.452 hectares*	não há	não há						

	FLORESTAS RIO DOCE S.A	6.452 hectares*	não há	1799	2 -RG		18/2/98	MATRÍCULA	CRI GRÃO MOGOL	**imóvel cadastrado no INCRA sob nº 407.038.000.1 67-8, com área maior Bloco nº329 - área total 45.120-2"
	FLORESTAS RIO DOCE S.A	6.452 hectares*	1799	R-1-1799	2-J	129	18/2/98	Juizo de Direito da Comarca de Grão mogol (Sentença de Usucapião)	CRI GRÃO MOGOL	
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/MUNICÍPIO MUNICIPAL DE GRAO MOGOL	18**	R-1-1799	AV-2-1799	2-k	fls.07	22/3/99	Desmembramento	CRI GRÃO MOGOL	**agrimensor "Luiz Laercio Pinho Andrade"
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL	Aproximadamente 18,00ha**	R-1-1799	1858	2-RG		22/3/99	MATRÍCULA	CRI GRÃO MOGOL	Imóvel localizado dentro do Distrito Industrial de Buritlis, criado pela Lei Municipal nº 146/90 de 14-01-90 (Sancionada pelo prefeito Dimas Viana Sobrinho) – em local estratégico para instalação de fábricas para exploração do potencial florestal existente na região, e ainda localizado as margens da BR-251, que facilitara o escoamento dos produtos" Prefeito Jefferson Augusto Figueiredo
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/MUNICÍPIO MUNICIPAL DE GRAO MOGOL	Aproximadamente 18,00ha	1858	R-1-1858	2-RG		22/3/99	MANDADO EXPROPRIAÇÃO	CRI GRÃO MOGOL	MANDADO EXTRAIDO DOS AUTOS Nº2.525/98, AÇÃO DE DESAPPROPRIAÇÃO PROPOSTA PELO MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL - pelo preço de R\$ 360,00.
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Uma parte de terras situada na Fazenda Indivisa de "Boa Vista"					Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	PADRE CARVALHO					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	Espolio de Romana Nunes Gomes/Ana Angelica Gomes	area primitiva de 15 %, correspondentes a mais ou menos 25 alqueires (corresponde a 121 hectares)	não ha	232			18/03/1924*	Matricula	CRI GRÃO MOGOL	**"julgado por sentença de 18 de março de 1924, conforme certidão de partilha extraída em 29 de julho de 1974 pela tabelia de 2º ofício desta cidade. Obs. A presente matrícula feita como anterior, ao registro que se faz a seguir. Protocolo 375 livro 1-A"

INDIVISA RIBEIRÃO DE AREIA

	Ana Angelica Gomes/FLORESTAS RIO DOCE SA	informa INCRA com área menor "4,5"***	232	R-1-232			27/12/76	COMPRA E VENDA	CRI GRÃO MOGOL	***vendeu o imovel objeto da presente matricula...IN CRA nº4070380072 93 com area menor, - area 4,8"
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: terras de Cerrado na Fazenda Curral dos Gerais						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	1 RURALMINAS/FLORESTAS RIO DOCE S.A	928,87,75 hectares	372	R-1-372	3-auxiliar	não há	23/06/1986	Contrato de Renda e Ocupação de Terras Devolutas (23 anos)	CRI-Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Terras de Cerrado na Fazenda Boa Vista						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Obs
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro	
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis	
	1 RURALMINAS/FLORESTAS RIO DOCE S.A	3.478,61,42 hectares	373	R-1-373	3-auxiliar	não há	23/06/1986	Contrato de Renda e Ocupação de Terras Devolutas (23 anos)	CRI-Grão Mogol	

APÊNDICE P – CADEIA SUCESSÓRIA DOS IMÓVEIS DA FLORESTAS RIO DOCE S/A NA FAZENDA RIBEIRÃO DAS PIABANHAS

DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Imóvel Rural, no lugar "TAQUARA", dentro da Gleba 186, Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo					
			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	UF: MG	obs e dúvidas			
Nº			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca			
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro				
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis				
1A	FLORESTAS RIO DOCE S.A.	77,92ha	8940	2024	L-3K		14/04/2003	Matrícula	CRI Grão Mogol				408,4
1B	FLORESTAS RIO DOCE S.A.	408,40ha	R-2-1693	2024	2-L		14/04/2003	Matrícula	CRI Grão Mogol				77,92
1C	Dr. Antonio Ferreira Cabral	85,5ha (área total da gleba 171 hectares)	5757(a mesma área registrada na matrícula 5755 04/06/1960 em nome de Joaquim Beltrão da Silva)	121	2-RG	168	14/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol				85,5
	Dr. Antonio Ferreira Cabral e sua mulher Maria Nilda de Freitas Cabral/FLORESTAS RIO DOCE S.A	428,52ha	121	R-1-121	2-RG	não há	14/06/1976	Escritura de Compra e Venda***	CRI Grão Mogol	*Cláusula especial: declaram as partes que após a medição da área a mando da compradora, pela "SECLA" (Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda.), dentro dos limites constantes da escritura, foi encontrada a área de 428,52, declarando mais que está vendida é "ad-corpus" relativa a área mencionada encontrada na medição.*	escritura lavrada no 1º Ofício da Comarca de Francisco Sá		
	FLORESTAS RIO DOCE S.A.	408,40ha+85,5ha+77,92	R-1-121	AV-2-121	2-RG	não há	14/04/2003	Unificação de Matrícula (matrícula 2024)	CRI Grão Mogol				
	FLORESTAS RIO DOCE S.A.	571,82	AV-2-121	2024	2-L		29	14/04/2003	Matrícula	CRI Grão Mogol			
	5 FLORESTAS RIO DOCE S.A./	117	2024	AV-1-2024	2-RG	não há	14/04/2003	Termo de Preservação de Floresta	CRI Grão Mogol				
6	FLORESTAS RIO DOCE S.A./	577,75	2024	AV-2-2024	2-RG	não há	04/11/2010	Georreferenciamento com abertura de matrícula e encerramento	CRI Grão Mogol				
7	FLORESTAS RIO DOCE S.A./	577,759	AV-2-2024	2876	2-RG	não há	04/11/2010	Matrícula	CRI Grão Mogol				
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Gleba 10, Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo		obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca			
Nº			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca			
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro				
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis				
1	Joaquim Beltrão da Silva	5200 ares (52 ha)	não há	4066	3-E	89	01/12/1953	Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas - Sentença 25/02/1937	CRI Grão Mogol				
2	Joaquim Beltrão da Silva	5200 ares (52 ha)	4066	1657	2-RG		23/06/1994	Matrícula	CRI Grão Mogol				
3	Espólio de Mirian Bicalho (inventariante Joaquim Beltrão da Silva)	409,6**	1657	R-1-1657	2-RG		23/06/1994**	Inventário*	CRI Grão Mogol	**Julgado por sentença de 14-02-1975 do M.M. Juiz Dr. Lourenço Pimenta de Figueiredo, que transitou em julgado, conforme certidão extraída dos autos nº 739/1º em 28-04-1994, pelo escrivão da Secretaria do Juízo da Comarca de Francisco Sá -MG*	**entre as quais a gleba nº10, com área de 5.200 ares		
4	Joaquim Beltrão da Silva/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	573,23***	R-1-1657	R-2-1657	2-RG		23/06/1994	Escritura Pública de Compra e Venda (19-01-1976)	CRI Grão Mogol	*** imóvel: quatro (4) glebas situadas no distrito de Josenópolis, neste município, com área total de 573,23, assim descritas:1º Gleba nº10, com área de 5.200 ares, constante da presente matrícula." área total registrada no INCRA: 1.191,7			
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Uma gleba de terras da Fazenda Ribeirão das Piabanhas, no lugar Córrego Grande						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo		obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca			
Nº			Matrícula	Registro	ou			Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca			
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro				
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis				
1	Severiano Bispo da Cruz	620ha*	4693 (fls.69 livro 3-F)	148	2-RG	não indica	25/06/1976	Matrícula	CRI Grão Mogol	**consta conforme anotação à margem: ter sido transferido a Valentim Bispo da Cruz a área de 48,40 há, (...) e a João Cardoso Magalhães Sobrinho 19,36"			
2	Severiano Bispo da Cruz, Antônio Bispo da Cruz, Antonio Bispo da Cruz e Frutuozo Bispo Magalhães, Rosa Bispo da Magalhães, Maria Cardoso***/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	431,48ha**	148	R-1-148	2-RG	não indica	25/06/1976	Escritura de Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	**área INCRA:546,9			

DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Quinhão 9-Gleba 28, Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo					
			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	UF: MG	obs e dúvidas			
Nº			Anterior	Atual				Comarca					
de	Transmissão/Adquirente							do Registro					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
	1 Manoel Valério de Magalhães	2.300 ares (23ha)	9085 (fls.131, 3-K)	346*	3-K	não indica	06/10/1977	Matrícula	CRI Grão Mogol	**Obs.matrícula feita por falta de espaço à margem do registro anterior.*			
	João Costa Magalhães, e sua mulher Josefina Gonçalves da Costa*/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	não informa	346	AV-1-346	2-RG	não indica	06/10/1977	Cessão de Direitos Hereditários no espólio de seu avô Manoel Valério de Magalhães, na qualidade de herdeiros únicos	CRI Grão Mogol	*residentes em Botucatu, SP			
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Gleba de terras na Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo	UF: MG	obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca				
Nº			Anterior	Atual				do Registro					
de	Transmissão/Adquirente							de Imóveis					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data						
	1 Valentim Bispo da Cruz	16100 (161ha)	8769 (fls.42, 3-K)		709	2-RG	não indica	29/01/1982	Matrícula	CRI Grão Mogol			
	Valentim Bispo da Cruz e sua muher Geralda Fernandes Pessoa/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	57,51ha	709	R-1-709	2-RG	não indica	29/01/1982	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI Grão Mogol				
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Gleba nº 14-L - Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo	UF: MG	obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca				
Nº			Anterior	Atual				do Registro					
de	Transmissão/Adquirente							de Imóveis					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data						
	1 Marciliano Teixeira Batista	43800 ares (438ha)	não há		3595	3-D	161	05/01/1952	Divisão Judicial da Fazenda Ribeirão das Piabanhas	CRI Grão Mogol			
	2 Marciliano Teixeira Batista	43800 ares (438ha)		3595	743	2- RG	não indica	07/04/1982	Matrícula	CRI Grão Mogol			
	Faustino Teixeira Batista e sua mulher Maria José Batista e Tereza Teixeira Batista (espólio de Marciliano Teixeira Batista)/Manoel Teixeira Batista	43800 ares (438ha)		743	AV-1-743	2-RG	não indica	07/04/1982	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol			
	3 Manoel Teixeira Batista e sua mulher Maria Teixeira Batista/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	43800 ares (438ha)	AV-1-743	AV-2-743	2-RG	não indica		27/05/1982	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol			
	4												
	5 Angelo Teixeira Batista (herdeiro)*/FLORESTAS RIO DOCE	43800 ares (438ha)**	AV-2-743	AV-3-743	2-RG	não indica	24/10/1983	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*domiciliado no distrito de Coronel Sapucaia, Mato Grosso	***corresponde os direitos a uma área de mais ou menos 109,05ha		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Gleba nº 64 - Fazenda Ribeirão das Piabanhas (Matos Adentro)						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo	UF: MG	obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca				
Nº			Anterior	Atual				do Registro					
de	Transmissão/Adquirente							de Imóveis					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data						
	1 Alexandre Pereira de Sousa	68,80ha	5560 (fls.113,livro 3-G)		765	2-RG	não indica	29/07/1982	Matrícula	CRI Grão Mogol			
	Joana Pereira de Souza, Ana Pereira de Souza, Amélia Pereira de Souza, Senhora Pereira de Souza, Josefa Pereira de Souza e Ervilha Pereira de Andrade e seu marido José Pereira de Andrade; Faustino Pereira de Souza e sua mulher Maria Gomes Ferreira */Manoel Teixeira Batista	68,80ha		765	AV-1-765	2-RG		29/07/1982	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*representados pelo procurador João Teixeira Batista		
	2												
	Manoel Teixeira Batista e sua mulher Maria Teixeira Batista/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	68,80ha*	AV-1-765	AV-1-765	2-RG	não indica	14/12/1982	Cessão de Herança**	CRI Grão Mogol	* "área total68,0-área util	***Direitos havidos conforme AV-1-765, acima por compra a joana Pereira de Souza e outros"		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Quinhão nº1-Gleba nº4 - Fazenda Ribeirão das Piabanhas						Nº Cadastro					
FFLCH USP			Município	Josenópolis				Nº Processo	UF: MG	obs e dúvidas			
			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca				
Nº			Anterior	Atual				do Registro					
de	Transmissão/Adquirente							de Imóveis					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data						
	1 José Bispo da Cruz	32.000 ares (320ha)	não há	não indica			25/02/1937	Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas	1º Ofício Grão Mogol				
	2 José Bispo da Cruz	32.000 ares (320ha)	não há		829	2-RG	não indica	11/04/1983	Matrícula	CRI Grão Mogol			
	Gabriel Bispo da Cruz, Josefa Bispo da Cruz, Miguel Bispo da Cruz e sua mulher Rita Pereira da Silva, Josefa Gomes da Silva, Maria Bispo da Silva e seu marido Leonardo Pedro de Souza; Ana Bispo de Jesus, e seu marido Geraldo Ferreira de Jesus, Josefa Gomes Filha Gomes de Souza e seu marido João Batista de Souza, Paulo Gomes de Oliveira, Maria Bispo da Cruz/João Teixeira Batista	320ha		829	AV-1-829	2-RG	não indica	11/04/1983	Cessão de Direitos Hereditários	CRI Grão Mogol			

4	João Teixeira Batista/João Bispo da Silva	320ha	AV-1-829	AV-2-829	2-RG	não indica	23/05/1983	Cessão de Direitos Hereditários	CRI Grão Mogol				
5	Senhorinho Bispo da Cruz/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	320ha	AV-2-829	AV-3-829	2-RG	não indica	02/08/1984	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol				
6	Domingas Bispo Magalhães e seu marido Adão Cardoso Magalhães, Rita Bispo da Cruz e seu marido Osvaldo Cardoso Magalhães, Ana Bispo da Cruz e seu marido José Bispo da Cruz*/João Bispo da Silva	320ha	AV-3-829	AV-4-829	2-RG	não indica	28/01/1985	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*representados pelo procurador João Teixeira Batista			
7	João Bispo da Silva/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	32.000 ares (320ha)	AV-4-829	AV-5-829	2-RG	não indica	28/01/1985	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	***com área total de 32.000 ares, e objeto da presente matrícula; correspondendo os direitos ora cedidos a uma área de mais ou menos 1887,67, e foram adquiridos por compra a João Teixeira Batista e outros conforme AV-2-829 e AV-4-829*			
8	João Bispo da Silva/Manoel Teixeira Batista	32.000 ares (320ha)	AV-5-829	AV-6-829	2-RG	não indica	20/08/1986	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	***foram cedidos a parte restante dos direitos hereditários que os outorgantes possuem no espólio de José Bispo da Cruz*			
9	Manoel Teixeira Batista/João Cantis Silva	320ha ou 77,44**	AV-6-829	AV-7-829	2-RG	não indica	12/06/1991	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*****com área total de 32.000 ares, e objeto da presente matrícula; correspondendo os direitos ora cedidos a uma área de 77,4ha direitos havidos da AV-6-829*			
10	João Cantis Silva/Geraldo Divino Nunes de Carvalho	320ha ou 77,44**	AV-7-829	AV-8-829	2-RG	não indica	12/06/1991	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol				
11	Geraldo Divino Nunes de Carvalho***** e sua ex-mulher Zane Pereira de Carvalho/Antonio Carlos de Oliveira	77,44	AV-8-829	AV-9-829	2-RG	não indica	10/08/1994	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*****cedidos direitos hereditários, que possuem sobre o espólio de João Bispo da Cruz*			
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel:Quinhão 46-Gleba nº 103 - Fazenda Ribeirão das Piabanhas (no lugar Praia do Ouro)						Nº Cadastro					
FFLCH USP								Nº Processo					
		Município	Josenópolis					UF: MG	obs e dúvidas				
Nº		Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca					
de	Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual					do Registro					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis					
1	Francisco Pereira dos Santos	60,80ha	não há	não há	não há	não há	25/02/1937	Divisão da Fazenda Ribeirão das Piabanhas	1º Ofício Grão Mogol				
2	Francisco Pereira dos Santos	80,80ha		4203	3-E	129	11/03/1954	Matrícula	CRI Grão Mogol				
3	Josefa Pereira dos Santos, José Pereira dos Santos, Francisco Pereira dos Santos, Etelvina Germana Pereira dos Santos, Faustina Pereira dos Santos, Cassiano Pereira dos Santos*/Vitorino Elias de Carvalho	não indica	4203	AV-1-924	2-RG	não indica	30/03/1984	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	*todos representados por Joaquim Beltrão da Silva constituído no Cartório de Paz de Virgem da Lapa em 1951			
4	Vitorino Elias de Carvalho e sua mulher Domingas Cardoso de Souza*/Antonio de Deus Prado	80,80ha	AV-1-924	AV-2-924	2-RG	não indica	30/03/1984	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	***direitos adquiridos por compra a Josefa Pereira dos Santos*			
5	Antonio de Deus Prado*** e sua mulher Nair Laranjeira Prado/Martinho José de Oliveira	80,80ha	AV-1-923	AV-3-924	2-RG	não indica	12/11/1985	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol	***direitos adquiridos por compra a Vitorino Elias Carvalho			
	Martinho José de Oliveira e sua mulher Adelina Dias Ribeiro/FLORESTAS RIO DOCE S.A.	80,80ha	AV-1-922	AV-4-924	2-RG	não indica	22/02/1988	Cessão de Herança	CRI Grão Mogol				
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: fazenda "AGUA SANTA", "CORREGO DO MEIO" e "CURRALINHO"						Nº Cadastro					
FFLCH USP								Nº Processo					
		Município	Padre Carvalho e Josenópolis*					UF: MG	obs e dúvidas				

Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca	*imóvel rural com área contigua total de 15.787,5668, sendo: 446,76 localizados na fazenda "Água Santa", município de Padre Carvalho, comarca de Salinas-MG, e 15.340,8068 localizados na fazenda "Córrego do Meio" e "Curralinho", município de Josenópolis-MG, comarca de Grão Mogol.			
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual					do Registro				
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis				
	FLORESTA RIO DOCE S.A. **	NÃO INFORMA	7619	R-2-7619	2-AK		1	Matrícula	CRI Salinas	** a certidão não informa o proprietário anterior. Esta menção foi extraída o registro AV-1-12683			
	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	15.787,57	R-2-7619	12683	2		1	Matrícula	CRI Salinas	não consta o registro de compra e venda			
	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A./IEF	90ha	7619	AV-1-12683			11/08/2003	Reserva Legal	CRI Salinas				
	permissão de utilização do imóvel pela NORFLOR LTDA.	90% de sua área	AV-1-12683	AV-2-12683	2 1v		22/01/2015	BLOQUEIO de Matrícula	CRI Salinas	1º Vara Federal de Montes claros/MG (MM. Juiz Wilson Medeiros Pereira), extraído dos autos do processo nº14986-28.2014.4.3807 movida por João Teixeira Batista Costa contra o INCRA e outros.			
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Parte de Terras na Fazenda dividida Ribeirão das Piabanhas (do quinhão nº77, gleba nº1-E)					Nº Cadastro					
FFLCH USP								Nº Processo					
			Município	Grão Mogol				UF: MG	obs e dúvidas				
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca				
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual				do Registro					
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis				
1	Ricardo da Cruz, Alexandrino Pereira e João Vicente	270 hectares	não há	não há	não há	não há	25/02/1938	Juizo de Direito (ação de divis	2º ofício de Notas - Grão Mogol	*em análise - Juiz Manoel Cristiano Rêllo			
2	Espólio de Ricardo da Cruz, Alexandrino Pereira e João Vicente	270 hectares	não há	não há	não há	não há	não há	Direito de Herança**	2º ofício de Notas - Grão Mogol	**verificar se registraram no CRI			
3	José Bispo da Cruz, Germano Bispo da Cruz, Martiniano Bispo da Cruz, Julia Bispo da Cruz (Josenópolis); Senhora Pereira da Silva, Ana Pereira da Silva e Amélia Pereira da Silva, Josefa Pereira de Souza, Elvira Pereira de Andrade e seu marido José Pereira de Andrade (Grão Mogol); Faustino Pereira de Souza e sua mulher Maria Gomes Pereira (Montes Claros)/FLORESTAS RIO DOCE S.A	270 hectares					10/06/1992	Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários	2º ofício de Notas - Grão Mogol				

APÊNDICE Q – CADEIA SUCESSÓRIA DOS IMÓVEIS DA RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A

DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Fazenda Santo Antonio ou Péga (imóvel Rural denominado Três Capões Gorutuba)						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
Nº		Município	Grão Mogol					UF: MG	Observações	
de	Transmissão/Adquirente	Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem		Anterior	Atual					do Registro		
	Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis		
1	David Ferreira	334702 ares (= 3.347,02 hectares)	A matrícula 1750 (L-2RG) é de outro imóvel "Córrego da Fábrica, Botumirim, área 36,25 ha 14/06/1996, Transmiteda pela Ruralminas para Ernecio Soares de Oliveira"	1750	3-B	fls.186	NÃO HÁ	Matrícula	CRI- Grão Mogol	** o Estado reserva-se no direito de participação nos resultados da lavra de qualquer riqueza no subsolo..."
2	David Ferreira e sua mulher Joaquina Rodrigues Ferreira/FLORESTAS RIO DOCE S/A*	147930 ares (= 1.479,30 hectares)	456	R-1-456	2-C	fls.84	01/12/1978	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	*Escritura pública de compra e venda lavrada no cartório do 1ºofício 22/04/1977, imóvel alienado
3	FLORESTAS RIO DOCE S/A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	300,00 há (aproximadamente 20% de 1.479,30 hectares)	R-1-456	AV-2-456	2-RG		15/01/2003	Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta	CRI- Grão Mogol	área cadastrada no INCRA 1.479,3 hectares
4	FLORESTAS RIO DOCE S/A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A	1.479,30 hectares	AV-2-456	R-3-456	2-RG		15/01/2003	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas Imóvel: Fazenda São Sebastião (antigamente chamada de Três Capões, Vereda das Vacas, Capão Coetana e Pega terras da Fazenda São Domingos)							Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
Nº		Município	Grão Mogol e Francisco Sá					UF: MG	Observações	
de	Transmissão/Adquirente	Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem		Anterior	Atual					do Registro		
	Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data		de Imóveis		
1	Merilo Pinheiro Souto (fazendeiro)	2.900,00 (área INCRA)	buscar	8614	3-K		3 não informa	Matrícula		
1ª	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro	76,01ha (Três Capões) e 2.827,99ha (Vereda das Vacas, Capão Caetana e Pega no Lugar Três Capões	8614	154	2-RG	fls.154/155	07/07/76	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro/FLORESTAS RIO DOCE S/A	4.754,76ha *	154	R-1-154	2-RG		07/07/76			*Menciona outra área nas cláusulas do contrato 7.754,76ha
	FLORESTAS RIO DOCE S.A	"a área total da propriedade que era de 7.636,2ha passa a ser de 4.293,00ha	154	AV-2-154	2-RG		14/10/85	Sentença Judicial-Juizo de Direito da 29/08/1985	CRI- Grão Mogol	
1b	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro	não informa "faz parte do imóvel acima matriculado, mais uma parte de terras com área de 118,56ha dentro da gleba acima, contendo uma chácara e uma manga empastada" área INCRA 363,0	buscar	9000	3-k		108 não informa	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro	duas partes 1.062,02 e 3.670,20ha, e uma gleba de terras com área total de 7.636,02ha	9000	155			07/07/76	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro/FLORESTAS RIO DOCE S/A	7.754,76ha ("área real a se apurar")	155	R-1-155	2-RG		07/07/76	Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
	FLORESTAS RIO DOCE S.A	Matriculas 154 e 155 "área total da propriedade era de 7.636,2ha passa a ser de 4.293,00ha"	154 e 155	AV-2-155	2-RG		14/10/85	Sentença Judicial-Juizo de Direito da 13/09/1985 – Ação de Outorga Compulsória de Escritura	CRI- Grão Mogol	
2	Merilo Pinheiro Souto e sua mulher Joana Gusmão Pinheiro	4.293 hectares	154 e 155	1085	2-RG		14/10/1985		CRI- Grão Mogol	área cadastrada no INCRA: 3.297,7 hectares
3	Juizo de Direito Substituto da Comarca de Grão Mogol/FLORESTAS RIO DOCE S/A	4.293 hectares	1085	R-1-1085			14/10/1985	Sentença Judicial (adjudicação 13/09/1985)	CRI- Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S/A/José Xavier Gonçalves	15.000 m² (=1,5 hectares)	R-1-1085	R-2-1085			26/06/1989	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
5	FLORESTAS RIO DOCE S/A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	875 hectares	R-1-1085	AV-3-1085	2-F	fls.105	26/10/1998	Termo de Responsabilidade de Preservação	CRI- Grão Mogol	
6	Não há	450 hectares	R-1-1085	AV-4-1085			10/11/1998	Desmembramentos	CRI- Grão Mogol	
7	Não há	50 hectares	AV-4-1085	M-1840	2-J	fls.176	10/11/1998	Desmembramentos	CRI- Grão Mogol	
8	Não há	350 hectares	AV-4-1085	M-1841	2-J	fls.177	10/11/1998	Desmembramentos	CRI- Grão Mogol	
9	FLORESTAS RIO DOCE S/A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A*	1.183,94 hectares	R-1-1085	R-5-1085	2-F	fls.105	15/01/2003	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	*Imóvel Rural denominado Três Capões/Rosana Fazenda dividida de São Domingos
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: Fazenda Santa Marta, no lugar Purificação						Nº Cadastro		
FFLCH USP								Nº Processo		
Nº		Município	Grão Mogol					UF: MG	Observações	
de	Transmissão/Adquirente	Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
		Anterior	Atual					do Registro		

Ordem		Área	N°	N°	Livro	Fls./Ficha	Data		de Imóveis		
1	FLORESTAS RIO DOCE S/A	7.682,94ha	não informa		745	2-E	fls.04	04/05/1982	Ação de Usucapião de Terras Particulares – Sentença da Juíza de Direito da Comarca	CRI- Grão Mogol	
	FLORESTAS RIO DOCE S/A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	1.536ha		745	AV-1- 745	2-E	fls.04	02/07/1998	Termo de Preservação de Floresta	CRI- Grão Mogol	
	não informado	106ha		745	AV-2-745 (nova matrícula 1811.L2-J, fls144)	2-E	fls.04	02/07/1998	Desmembramento	CRI- Grão Mogol	
	não informado	58,00ha		745	AV-3-745 (nova matrícula 1812.L2-J, fls145)	2-E	fls.04	02/07/1998	Desmembramento	CRI- Grão Mogol	
	não informado	1210,00ha		745	AV-4-745 (nova matrícula 1813.L2-J, fls146)	2-E	fls.04	03/07/1998	Desmembramento	CRI- Grão Mogol	
	não informado	3226,00ha		745	AV-5-745 (nova matrícula 2001.L-2J, fls01)	2-E	fls.04	29/11/2002	Desmembramento	CRI- Grão Mogol	
	não informado	2682,94ha		745	AV-6-745 (nova matrícula 2001.L-2J, fls14)	2-E	fls.04	15/01/2002	Matrícula (área restante)	CRI- Grão Mogol	
2	FLORESTAS RIO DOCE S/A		2.682,94	745	2011	2-RG	NAO HA	15/01/2003	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S/A/Instituto Estadual de Florestas-IEF		563	2011	AV-1-2011			15/01/2003	Termo de Preservação de Floresta	CRI- Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S/A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A	2682,94 (área 563 de ônus de utilização limitada)		2011	R-2-2011			15/01/2003	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	área cadastrada no INCRA: 16.198,5 hectares
5	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/Companhia Transtele de Transmissão		11,8604	R-2-2011	R-3-2011			11/11/2005	Escritura Pública-constituição de servidão	CRI- Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda Ribeirão das Piabanhas (lugar denominado São José)					N° Cadastro			
FFLCH USP								N° Processo			
N°			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem	Transmissão/Adquirente	Área	Anterior	Atual	Livro	Fls./Ficha	Data		do Registro		
1			não há	AV-1-2025	2-L	fls.30			CRI- Grão Mogol		
2				R-2-2025	2-L	fls.30	não há		CRI- Grão Mogol		
3	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A		1.352,71	R-2-2025	2811*	2-RG		09/04/2010	CRI- Grão Mogol		**matrícula aberta em razão de georreferenciamento conf. Art. 9º e § 5º do Decreto 4.449/2002
4	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.º	1.163,7134 hectares		2811*	AV-1-2811			09/04/2010	CRI- Grão Mogol		
5	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/Bagatelle Imobiliária Ltda.	1.163,7134 hectares		AV-1-2811	R-2-2811			13/08/2010	Escritura Pública de Compra e Venda**	CRI- Grão Mogol	**registrada no 1º Ofício de Notas de Pirapora, MG
6	Bagatelle Imobiliária Ltda./NORFLO Empreendimentos Agrícolas Ltda	1.163,7134 ha		R-2-2811	R-3-2811			12/07/2011	Escritura Pública de Compra e Venda**	CRI- Grão Mogol	informa número INCRA, mas não informa a área
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda Ribeirão das Piabanhas (lugar denominado Córrego Taquara)					N° Cadastro			
FFLCH USP								N° Processo			
N°			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem	Transmissão/Adquirente	Área	Anterior	Atual	Livro	Fls./Ficha	Data		do Registro		
1	Não indica transmitente/FLORESTAS RIO DOCE S/A	571,75,90 hectares*		AV-2-121 (não indicada na certidão)**	2024	2-L	29	14/04/2003	Contrato de Compra e venda (04/12/2000)	CRI- Grão Mogol	*área cadastrada no INCRA 1.325,4 hectares
2	FLORESTAS RIO DOCE S/A	577,75,90 hectares		2024	2876	2-RG	NAO HA	04/11/2010	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S/A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	117 hectares		2876	AV-1- 2876	2-RG	NAO HA	04/11/2010	Termo de Responsabilidade de Preservação*	CRI- Grão Mogol	*datado de 13/11/2002
4	FLORESTAS RIO DOCE S/A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.º	577,75,90 hectares		AV-1-2876	R-2-2876	32-F	fls.154	04/11/2010	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
5	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/Bagatelle Imobiliária Ltda	577,75,90 hectares		R-2-2876	R-3-2876	NAO HA	NAO HA	06/05/2011	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
6	Bagatelle Imobiliária Ltda./NORFLO Empreendimentos Agrícolas Ltda	577,75,90 hectares		R-3-2876	R-4-2876	NAO HA	NAO HA	12/07/2011	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda Estiva e 3 Barras					N° Cadastro			
FFLCH USP								N° Processo			
N°			Município	Grão Mogol e Riacho dos Machados					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem	Transmissão/Adquirente	Área	Anterior	Atual	Livro	Fls./Ficha	Data		do Registro		
1	Prefeitura Municipal de Grão Mogol (não informada nesta certidão)	1737,55	não há		237	L-2		26/04/34	Divisão Judicial da Fazenda Santa Cruz	Fórum da Comarca de Grão Mogol	
2	FLORESTAS RIO DOCE S/A	1737,35		237	R-1-237	L-2		12/01/77	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S/A	1737,35		R-1-237	2831	2-RG		08/06/10	Matrícula	CRI- Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.º	1737,35		2831	R-1-2831	2-RG		04/04/2011	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI- Grão Mogol	
5	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A	2.706,96,56 hectares		R-1-2831	AV-2-2831	2-RG		04/04/2011	Georreferenciamento com Abertura de Matrícula e Encerramento	CRI- Grão Mogol	
6	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S/A	2.706,96,56 hectares		AV-2-2831	2924	2-RG		04/04/2011	Matrícula	CRI- Grão Mogol	*o presente imóvel foi unificado a outro situado no município de Riacho dos Machados da mesma proprietária, razão porque o aumento da área." mas não informa o outro imóvel

	7	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A**/Bagatelle Imobiliária Ltda.	2.706,96,56 hectares	2924	R-1-2924	2-RG		11/10/2011	Escritura Pública de Compra e Venda*	CRI- Grão Mogol	*Escritura lavrada o 1ºofício de Pirapora, MG (livro 113, fls.91 a 92. Rio Rancho representada por seus diretores Newton Cardoso e Newton Cardoso Júnior)	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda São Francisco e Curral Gerais (no lugar denominado "Cancela")						Nº Cadastro			
FFLCH USP									Nº Processo			
			Município	Grão Mogol						UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão		Comarca		
de		Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual						do Registro		
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data			de Imóveis		
	1	Terras Devolutas	6.452 hectares**	não há	1799	2-RG	não há	18/02/1998	Matrícula	CRI-Grão Mogol	***Imóvel cadastrado no INCRA sob nº 407.038.000.167-8, com área maior Bloco nº329 - área total 45.120-2"	
	2	FLORESTAS RIO DOCE S.A	6.452 hectares**	1799	R-1-1799	não há	não há	18/02/1998	Juízo de Direito da Comarca de Grão mogol (Setença de Usucapião)	CRI-Grão Mogol	*devidamente assinado pelo M.M. Juiz de Direito" da Vara Única, Dr. José Geraldo Mendes da Silva	
	3	FLORESTAS RIO DOCE S.A/Prefeitura Municipal de Grão Mogol (sentença judicial)***	18 hectares	R-1-1799	AV-2-1799	não há	não há	22/03/1999	Desmembramento	CRI-Grão Mogol	***informado na cadeia sucessória da FLORESTA RIO DOCE Matrícula 1858	
	4	Prefeitura Municipal de Grão Mogol (não informada nesta certidão)	18 hectares	AV-2-1799	1858	2-K	fls.07	22/03/1999	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
	5	FLORESTAS RIO DOCE S.A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	1.290,4 hectares	AV-2-1799	AV-3-1799			15/01/2003	Termo de Responsabilidade de Preservação	CRI-Grão Mogol		
	6	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	6.434 hectares	AV-3-1799	R-4-1799			15/01/2003	Escritura Pública de Compra e Venda*	CRI-Grão Mogol	**lavrada no cartório do 1ºofício de notas desta Comarca (Lº Nº029 fls.137v.)	
	7	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.NÃO INFORMADO?	450 hectares	R-4-1799	AV-5-1799			09/08/2011	Desmembramentc	CRI-Grão Mogol		
	8	NÃO INFORMADO???	450	AV-5-1799	2972	2-RG	não há	09/08/2011	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
	9	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	as áreas 125.000m² e 39.000m²	R-4-1799	AV-6-1799	2-RG	FICHAS	31/05/2013	Desmembramento	CRI-Grão Mogol		
	10	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/NÃO INFORMADO???	as áreas 125.000m² e 39.000m²	AV-6-1799	3762 e 3763*	2-RG	FICHAS	31/05/2013	Matrícula	CRI-Grão Mogol	*na cadeia sucessória seguinte	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Imóvel Rural "Bocaina ou Carinhanha" integrante da antiga Fazenda indivisa de São Francisco						Nº Cadastro			
FFLCH USP									Nº Processo			
			Município	Grão Mogol						UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão		Comarca		
de		Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual						do Registro		
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data			de Imóveis		
	1	Estado de Minas Gerais	4.003,77 hectares		2030	2-RG	não há	03/06/2003	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
	2	Estado de Minas Gerais através da RURALMINAS/FLORESTAS RIO DOCE S.A - RIO RANCHO AGROPECUARIA*	4.003,77 hectares	2030	R-1-2030	2-RG	não há	03/06/2003	Juízo de Direito da Comarca de Grão mogol (Setença de Usucapião) - solicitar	CRI-Grão Mogol	*na mesma certidão "Fazenda Carinhanha em nome da Rio Rancho Agropecuária S.A"	
	3	RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/Instituto Estadual de Florestas-IEF	819,43 hectares (20% da área total de 4.095,71)	R-1-2030	AV-2-2030	2-RG	não há	03/06/2003	Termo de Responsabilidade de Preservação	CRI-Grão Mogol		
	4	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	4.003,77 hectares*	AV-2-2030	R-3-2030			04/09/2003	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI-Grão Mogol	**área cadastrada no INCRA: 6765,8 hectares"	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Imóvel situado no Distrito de Vale das Cancelas						Nº Cadastro			
FFLCH USP									Nº Processo			
			Município	Grão Mogol						UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão		Comarca		
de		Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual						do Registro		
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data			de Imóveis		
	1	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.#	125.000m²	R-4-1799	3762	2-RG		31/05/2013	Desmembramentc	CRI-Grão Mogol		
	2	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.#	125.000m²		3762	2-RG		31/05/2013	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
	1	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.#	39.555m²	não identifica	3763	2-RG		31/05/2013	Desmembramentc	CRI-Grão Mogol		
	2	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.#	39.555m²		3763	2-RG		31/05/2013	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Curral de Varas, Fazenda Curral dos Gerais						Nº Cadastro			
FFLCH USP									Nº Processo			
			Município	Padre Carvalho (comarca de Salinas)						UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão		Comarca		
de		Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual						do Registro		
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data			de Imóveis		
	1	Não há	não informa	1169	R-1-1169	2-F	219	não há	não informa	CRI Grão Mogol		
	2	FLORESTAS RIO DOCE S.A	1.300,86	R-1-1169	7513	2-AJ	69	06/02/2003	Matrícula	CRI Salinas	oficial Helena Hella Alves Guimarães	
	3	FLORESTAS RIO DOCE S.A./ Autoridade Florestal	261	7513	AV-1-7513	2-AJ	69	14/11/2002	Termo de Responsabilidade de Preservação de Floresta	CRI Salinas**	***registrado no Cartório de Títulos de Documentos da Comarca de Grão Mogol nº1808, fls.198, livro B-6	
	4	FLORESTAS RIO DOCE S.A/ RIO RANCHO AGROPECUARIA S./	1.300,86	7513	R-2-7513	2-AJ	69 verso	06/02/2003	Escritura de Compra e Venda	CRI Salinas	Registrada no CRI Grão Mogol***em 12/11/2002	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Área de Terras na Fazenda São Francisco , no lugar "Cancela" e Ribeirãozinho						Nº Cadastro			
FFLCH USP									Nº Processo			
			Município	Grão Mogol						UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão		Comarca		
de		Transmissão/Adquirente	Anterior	Atual						do Registro		
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data			de Imóveis		
	1	FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,60	R-1-1849	7514	2-AJ	70	05/02/2003	Matrícula	CRI Salinas		
	2	FLORESTAS RIO DOCE S.A/IEF	1.056,32	7514	AV-1-7514	2-AJ	70V	05/02/2003	Termo de responsabilidade de preservação	CRI Salinas		
	3	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A	5.281,60	7514	R-2-7514	2-AJ	70V	06/02/2003	Escritura de Compra e Venda	CRI Salinas		

4	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	875	R-2-7514	AV-3-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas		
5	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	1.047,00	R-2-7514	AV-4-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel:Fazenda Santa Terezinha, Fazenda Corisco e Fazenda Macuco				Nº Cadastro				
FFLCH USP							Nº Processo				
Nº			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem			Anterior	Atual				do Registro			
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis			
1	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A*/NORFLOR EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS Ltda.**	9.795,17 hectares		1065	R-1-1065	3-auxiliar	não há	16/05/2008	Termo de Transferência de Contrato de Renda e Ocupação de Terras Devolutas	CRI-Grão Mogol	**representada por seu Presidente Newton Cardoso*; ***Interveniente:ITER/MG
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Curralinho (Fazenda dividida de Ribeirão das Piabanhas)				Nº Cadastro				
FFLCH USP							Nº Processo				
Nº			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem			Anterior	Atual				do Registro			
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis			
1	FLORESTAS RIO DOCE S.A	1043,05*	não há - buscar	não há - buscar	não há - buscar	não há - buscar	04/12/2000	Não há	2º ofício de Notas - Grão Mogol	*área cadastrada no INCRA: 37.014,3 hectares	
2	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A	1.043,05	não há - buscar	não há - buscar	não há - buscar	não há - buscar	03/06/2003	Contrato de Compra e Venda	2º ofício de Notas - Grão Mogol		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Fazenda Córrego do Meio (Fazenda Pintado e Lambedor)				Nº Cadastro				
FFLCH USP							Nº Processo				
Nº			Município	Josenópolis					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem			Anterior	Atual				do Registro			
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis			
	NAO INFORMADO	BUSCAR	BUSCAR		8829	3K	57	17/12/74	Matrícula	CRI-Grão Mogol	
1	FLORESTAS RIO DOCE S/A	13.697,00 hectares	8829 (L-3K, fls.57, área do imóvel na Receita Federal 34.014,3ha)	2028	2-L	fls.33	04/12/2000	Matrícula	CRI-Grão Mogol		
	FLORESTAS RIO DOCE S/A/IEF	2.739,40ha		2028	AV-1-2028	2-L	06/05/2003	Termo de Preservação de Floresta	CRI-Grão Mogol		
2	FLORESTAS RIO DOCE S.A/Tarciso Ferreira de Oliveira	434,00 (imóvel rural localizado no Córrego da Mangabeira dentro da Fazenda Pintado)		2028	R-2-2028		25/07/2007	Contrato de Promessa de Compra e Venda	CRI-Grão Mogol		
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/Tarciso Ferreira de Oliveira	175,00 (imóvel rural localizado no lugar denominado Chapadinha, dentro da Fazenda Pintado)		2028	R-3-2028		25/07/2007	Contrato de Promessa de Compra e Venda	CRI-Grão Mogol		
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S./RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S./	13.088,00 hectares		2028	R-4-2028		19/04/2010	Escritura Pública de Compra e Venda	CRI-Grão Mogol		
		14.577,81 hectares	R-4-2028		2813		19/04/2010	Unificação de Matrícula	CRI-Grão Mogol		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas Imóvel: Imóvel Rural denominado "Água Santa", parte integrante da Fazenda "Lambedor", alterando denominação para Fazenda "Água Santa"						Nº Cadastro				
FFLCH USP							Nº Processo				
Nº			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem			Anterior	Atual				do Registro			
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis			
	FLORESTAS RIO DOCE S/A	446,76ha	R-1-240/R-1-241; R-1-514/R-2-693;	7619	2AK		11/08/2003	Unificação de Matrícula	CRI - Salinas		
	FLORESTAS RIO DOCE S/A/IEF	90ha	7619	AV-1- 7619	2AK		11/08/2003	Termo de Preservação de Floresta	CRI - Salinas		
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S./	446,76ha	7619	R-2-7619	2AK		05/05/2010	Escritura de Compra e Venda	CRI - Salinas		
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas		Imóvel: Imóvel Rural no lugar denominado Fazenda Córrego do Meio, Curralinho e Água Santa				Nº Cadastro				
FFLCH USP							Nº Processo				
Nº			Município	Josenópolis e Padre Carvalho					UF: MG	Observações	
de			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
Ordem			Anterior	Atual				do Registro			
		Área	Nº	Nº	Livro	FLs./Ficha	Data	de Imóveis			
1	Cartório não entregou a 2026	1.043,05 hectares*	aguardando certidão	R-2-2026	2-L	fls. 31	não há		CRI - Salinas		
	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S./	13.088 hectares*		2028	R - 4-2028	2-L	fls.31	não há	CRI - Salinas		
	FLORESTAS RIO DOCE S/A	446,76 hectares*	R-1-240/R-1-241; R-1-514/R-2-693;	M-7619	2-AK	fls.001	não há		CRI - Salinas		
2	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	14.577,81 hectares	R-2-2026, R - 4-2028 e M-7619	2813	2-RG		19/04/2010	não há	CRI - Salinas		
3	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A.	15.787.566,8 hectares	2813	AV-1-2813			19/04/2010	Retificação de Área	CRI - Salinas	*justificativa após georreferenciamento revelou ter área maior.*	
4	RIO RANCHO AGROPECUÁRIA S.A/Bagatelle Imobiliária Ltda	15.787.566,8 hectares	AV-1-2813	R-2-2813			06/05/2011	Compra e Venda	CRI - Salinas	1ºOfício de Notas de Pirapora	
5	Bagatelle Imobiliária Ltda / NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.	15.787.566,8 hectares	R-2-2813	R-3-2813			12/07/2011	Compra e Venda	CRI - Salinas		
6	NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.	15.787.566,8 hectares	R-3-2813	AV-4-2813			20/12/2011	Matrícula	CRI - Salinas		

7	BLOQUEIO DE MATRÍCULA	15.787,566,8 hectares	AV-4-2813	AV-5-2813			15/12/2014	Decisão Judicial - bloqueio de matrícula- Buscar processo nº14986-28.2014.4.01.3807	1ªVara da Justiça Federal de Montes Claros		
8	***bloqueio apenas para a alienação da área total; permissão de utilização da área do imóvel 90% da área;		AV-5-2813	AV-6-2813			02/02/2015	Ordem Judicial**	1ªVara da Justiça Federal de Montes Claros		
9	NORFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda./Highline do Brasil Infraestruturas de Telecomunicações S.A.	1.600 m²	AV-6-2813	AV-7-2813			09/02/2015	Instrumento Particular de Locação (10 anos)*	CRI-Grão Mogol***	Poder Judiciário- TJMG- Corregedoria Geral da Justiça	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: imóvel rural denominado "CANCELA" e "RIBEIRÃOZINHO", Fazenda "SÃO FRANCISCO"						Nº Cadastro			
FFLCH USP								Nº Processo			
			Município	Padre Carvalho					UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual				do Registro			
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data	de Imóveis			
1	Estado de Minas Gerais	5.281,6 hectares	NÃO HÁ		1849	2-RG		28/12/1998	Matrícula	CRI-Grão Mogol	Memorial descritivo e planta cartográfica elaborados pelo agrimensor Luiz Laércio Pinho de Andrade
2	Estado de Minas Gerais/FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares		1849	R-1-1849			28/12/1998	Juizo de Direito da Comarca de Grão mogol (Setença de Usucapião)	CRI-Grão Mogol	
3	FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares	R-1-1849	AV-2-1849				10/03/2003	Comunicação (matrícula em CRI Salinas) - passou a integrar a matrícula 7514	CRI-Grão Mogol	
4	FLORESTAS RIO DOCE S.A	5.281,6 hectares	R-1-1849	M-5.514	2-AJ/RG	fls.70		10/03/2003	Matrícula (20/02/2003) (solicitar)	CRI-Salinas	
5	FLORESTAS RIO DOCE S.A		5.281,60	R-1-1849	7514	2-AJ	70	06/02/2003	Matrícula	CRI Salinas	
6	FLORESTAS RIO DOCE S.A/IEF		1.056,32	7514	AV-1-7514	2-AJ	70V	05/02/2003	Termo de responsabilidade de preservação	CRI Salinas	
7	FLORESTAS RIO DOCE S.A/RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A		5.281,60	7514	R-2-7514	2-AJ	70V	06/02/2003	Escritura de Compra e Venda	CRI Salinas	
11	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A		875	R-2-7514	AV-3-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas	
12	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A		1.047,00	R-2-7514	AV-4-7514	2-AJ	70	30/07/2015	Reposição Florestal	CRI Salinas	
DEGEO	Tese:Origem da Propriedade no Norte de Minas	Imóvel: FAZENDA "AGUA SANTA" CORREGO DO MEIO E CURRALINHO						Nº Cadastro			
FFLCH USP								Nº Processo			
			Município	Padre Carvalho e Josenópolis					UF: MG	Observações	
Nº			Matrícula	Registro	ou		Transcrição	Forma de Transmissão	Comarca		
de	Transmissão/Adquirente		Anterior	Atual				do Registro			
Ordem		Área	Nº	Nº	Livro	Fls./Ficha	Data	de Imóveis			
1	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A	15.787,57			12683			25/10/2011	Matrícula	CRI Salinas	
2	Para constar no registro anterior à matrícula 7619 livro 2AK/RG averbação de Reserva Legal	90ha	12683	AV-1- 12683				11/08/2003	para constar Averbação de Reserva Legal	CRI Salinas	
3	RIO RANCHO AGROPECUARIA S.A.	***bloqueio apenas para a alienação da área total; permissão de utilização da área do imóvel 90% da área;	12683	AV-2- 12683				10/07/2015	BLOQUEIO DE MATRÍCULA	CRI Salinas	

ENTREVISTA

1- Qual o diagnóstico da situação das terras devolutas rurais em Minas Gerais na atualidade? Qual a demanda? Quantos processos abertos? Qual a disponibilidade de terras?

2- Pensando nas instituições que tiveram que como função regular, cadastrar e discriminar as terras devolutas como RURALMINAS, ITER, do ponto de vista administrativo e institucional qual a avaliação tem sido feita com relação à extinção dessas instituições?

3- A Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária assumiu todas funções anteriormente atribuídas à RURALMINAS e ao ITER?

4- Com relação aos contratos de arrendamentos de terras devolutas firmado entre empresas reflorestadoras e o Estado de Minas a RURALMINAS, nas décadas de 1970 e 1980, no Norte de Minas, qual o diagnóstico do Governo Estadual de Minas Gerais reintegração dessas terras ao controle do Estado?

6- Há um diagnóstico do total das áreas (em hectares) que foram arrendadas através dos contratos de arrendamento nas décadas de 1970 e 1980, no Norte de Minas, e que foram posteriormente transferidas para o patrimônio das empresas através das sentenças de usucapião de terras públicas? Qual a avaliação que se faz acerca dessas sentenças?

7- Atualmente, no Norte de Minas, qual a demanda por regularização (por município), tanto por parte das empresas, quanto por parte dos proprietários de pequenas áreas, posseiros, povos e comunidades tradicionais?

8- Existem conflitos agrários instalados na região? Quantos focos? Quais são as ações da SEDA visando solucioná-los?